

**LIBERDADE, PODER E PLANIFICAÇÃO
DEMOCRÁTICA**

KARL MANNHEIM

LIBERDADE, PODER E PLANIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Edição Coordenada por
HANS GERTH e ERNEST K. BRAMSTEDT

Tradução de
MIGUEL MAILLET



EDITORA MESTRE JOU
SÃO PAULO

Primeira edição em inglês		1951
Terceira edição em inglês		1968
Primeira edição em espanhol		1953
Primeira edição em português		1972

Título original

FREEDOM, POWER & DEMOCRATIC PLANNING

Revisão de
Yara Schramm

Capa de
Lapiente

© ROUTLEDGE & KEGAN PAUL LTD.
Broadway House: 68-74 Carter Lane, E.C.4
Londres

Direitos reservados para os países de língua portuguesa pela
EDITORA MESTRE JOU

Rua Guaipá, 518 — Vila Leopoldina
SÃO PAULO

UFRRGS
I. F. C. H.
BIBLIOTECA
REG. N.º 60861
EM 21/5/1975

3755

INTRODUÇÃO

QUANDO Karl Mannheim faleceu prematuramente em 1947, aos cinquenta e três anos de idade, deixou numerosos manuscritos inéditos, em vários estágios de acabamento. A pedido da Dra. Júlia Mannheim, viúva do autor e sua colaboradora de longa data, colaborei na formação de uma equipe editorial, selecionada entre amigos e antigos alunos de Mannheim, no intuito de tornar acessível ao grande público pelo menos uma parte desse legado.

Estávamos unidos pela convicção de que não só as idéias contidas nesses manuscritos constituíam uma chave essencial para a perfeita compreensão da obra de Mannheim como também continham uma contribuição muito apropriada e importantíssima para a teoria social e um incentivo para a ação social.

O presente livro é o primeiro dos volumes póstumos. O trabalho redatorial necessário foi executado pelo Dr. Hans Gerth, de Madison, Wisconsin, e pelo Dr. Ernest K. Bramstedt, em estreita colaboração com a Dra. Agnes Schwarzchild, ambos de Londres, Inglaterra. A participação da Dra. Júlia Mannheim foi essencial em cada fase do trabalho. A parte sobre "Contrôle da Economia", no capítulo 5, teve que ser reescrita completamente: é minha a responsabilidade pela sua forma atual. O texto final foi novamente conferido com o manuscrito original por ambos os redatores. A bibliografia e outros materiais documentários foram acrescentados principalmente por Hans Gerth, principal responsável pelo texto que aqui se apresenta. A Fundação Rockefeller concedeu generosamente um auxílio ao *Institute of World Affairs of the New School for Social Research*, para o trabalho de preparação dos vários manuscritos a serem publicados.

Se o autor tivesse vivido mais algum tempo, é provável que teria alterado e suplementado o texto em vários sentidos. Mas o que foi possível preservar constitui um trabalho, completo em si mesmo, que bem pode ser considerado seu testamento político.

Adolph Lowe

Abril de 1950
Institute of World Affairs
New School for Social Research
Nova Iorque, EUA.

NOTA SÔBRE A OBRA DE KARL MANNHEIM

I

DA MESMA forma que os grandes sociólogos do passado, tais como Comte e Spencer, Marx e Max Weber, dedicou-se Mannheim aos estudos sociológicos para procurar uma resposta ao desafio do presente. Para êle, a sociologia era um modo especificamente moderno de pensar, a contribuir para a auto-orientação racional do homem na sociedade industrial. Elevando-nos a um nôvo nível de consciência, os instrumentos intelectuais forjados pelos sociólogos abrem para nós um campo de observação de onde se podem observar os perigosos caminhos do mundo de hoje e suas tendências para a convulsão social e as guerras mundiais. A presente obra gira, de várias maneiras, em tôrno das tentativas feitas por Mannheim para analisar a crise contemporânea. Afastando-se originalmente das preocupações filosóficas abstratas, dirigiu-se precipuamente, durante seu período alemão, à constelação intelectual da sociedade moderna. O fruto principal dêsses estudos foi *Ideologia e Utopia*, publicado primeiramente em alemão, em 1929, e divulgado em inglês, em 1936, numa edição aumentada. Seguindo a tradição de Max Weber e Max Scheler, Mannheim desenvolveu, nesse trabalho, o que passou a ser conhecido como *Wissenssoziologie* ou sociologia do conhecimento.

A tese principal dêsse acesso ao pensamento social é que as idéias emergem, desenvolvem-se e são determinadas pela situação sócio-histórica em que se encontram os grupos intelectuais mais experimentados. E êsses fatores sócio-históricos representam não sômente as expectativas e requisitos elaborados pelos pensadores mais autorizados, como também a determinação social atinge os recessos mais íntimos da mente humana. As categorias básicas que esclarecem a nossa perspectiva da realidade social, a visão do passado e do futuro, especialmente o conceito da liberdade humana, demonstram estar ligados à posição política básica e ao grupo com o qual o pensador se identifica. Mesmo quando o observador social tem o cuidado de controlar sua tendência pessoal, de argumentar 'objetivamente', livrando-se das razões especiais e das preferências subjetivas de valores, a sua formação sócio-histórica é condicionada pelos seus modos de pensar.

Para Mannheim, pensar sôbre a realidade social significa, em primeiro lugar, 'ver' alguma coisa, colocar fatos em 'perspectiva'

e, talvez, ao fazê-lo, 'deixar passar' e contornar outras coisas. Assim, o pensamento social vem a ser, necessariamente, um pensamento 'perspectivista' e deriva de um ponto de observação localizado no contexto histórico e social. Observadores do mesmo valor e categoria podem 'ver' o mesmo objeto de diversos pontos de vista e atingir então, dessas perspectivas divergentes, conclusões aparentemente opostas. Mas que se dá então com a verdade se a situação intelectual é esta? Mannheim procurou implementar a procura da objetividade avaliando o ângulo de visão pelo qual a realidade se apresenta ao homem em situações históricas e sociais diferentes. Desde o declinar da Idade Média, o pensamento social manifestou-se em competição social e intelectual. Grupos cada vez maiores tomaram consciência de que a história é feita pelo homem e reivindicaram, com maior ou menor sucesso, o direito cada vez maior de participar das tomadas de decisão. Encontraram porta-vozes representativos, treinados para elaborar e justificar suas aspirações e perspectivas.

Em *Ideologia e Utopia* Mannheim apresentou um desfile panorâmico do pensamento social do Ocidente, em termos de idéias politicamente orientadas e socialmente arraigadas pelas elites intelectuais do passado num universo crescentemente pluralístico de raciocínio, capitalizando o conceito de Marx e Nietzsche, de que existem formas social e psicologicamente determinadas de 'falsa percepção' e de 'racionalizações'. Mannheim visou a abrir caminho entre modos de pensar ultrapassados, que já não correspondem à realidade atual. Deu a êsses modos de pensar o nome de 'ideologias'. Sua primeira monografia sobre o pensamento conservador continha uma análise clássica da maneira em que os estratos sociais feudais e pré-industriais e seus porta-vozes na Alemanha 'reagiram', no comêço do século XIX, ao advento do liberalismo e da classe média. Em *Ideologia e Utopia* demonstrou como surgiu em toda a Europa um 'estilo de pensamento' conservador, originado por atitudes tradicionalistas irrefletidas, e que passou a competir com o estilo de pensamento liberal-democrático para a 'definição da situação'. Com o advento do moderno operário industrial, nova posição social permitiu elaborar outro modo de pensamento, em oposição crítica a todos os demais: o socialismo marxista como forma moderna de pensamento 'utópico'.

Tanto o pensamento ideológico quanto o utópico não conseguem, porém, adequar-se à realidade. O primeiro fica à sua retaguarda, deturpando-a por meio de conceitos obsoletos, ao passo que o segundo projeta, no presente, a esperança que as classes desfavorecidas nutrem no futuro. É por isso que grande parte do pensamento contemporâneo aparece, aos olhos do crítico penetrante, como uma luta de teologias políticas, que ameaça abafar a discussão sóbria e racional, rompendo assim a própria estabilidade da

sociedade. Quando a busca dos interesses especiais se torna universal e as maiores correntes intelectuais gravitam em torno de grupos de pressão rigidamente combativos, inflamados por ideologias ou utopias, o colapso social parece inevitável. Não haverá ninguém capaz de cuidar do 'todo' e de alçar-se assim a uma perspectiva compreensiva? Mas, poderá uma sociedade estratificada e dinâmica proporcionar a elevada posição social necessária para uma visão mais imparcial?

Em 1929, Mannheim colocava sua esperança na *intelligentsia* socialmente desligada, nome dado por Alfred Weber a êsse estrato intersticial da sociedade moderna. Dotados de alta mobilidade mental e social, emancipados das cadeias do sistema feudal de patrocínio, desengajados das estruturas burocráticas e mecanizadas da sociedade metropolitana, êsses elementos representavam para Mannheim 'os advogados predestinados dos interesses intelectuais da sociedade em seu todo'. A própria competição nas idéias podia inspirá-los para uma síntese das perspectivas parciais e levá-los, assim, ao entendimento gradualmente compreensivo e racional da realidade, pré-requisito para um acesso científico à política e à mudança social. 'Poderiam, assim, desempenhar o papel de guarda-noturno (provido de uma lanterna) naquilo que, de outra forma, seria uma noite escura como breu'.¹

II

A mudança de Mannheim para a Inglaterra, em 1933, representou muito mais que uma simples alteração no ambiente físico. Seus escritos alemães refletiam a isenção crítica do erudito na Europa continental daquela época, que não se engajara além da sua fé na *intelligentsia* socialmente desligada. Agora, a contra-revolução nazista e a crescente tensão internacional o obrigavam a enfrentar a crise da sociedade ocidental em sua forma mais concreta. Ao mesmo tempo, encontrou-se num clima mais intelectual e emocional, que lhe permitiu sentir, aos poucos, as forças sociais de estabilidade e coesão, que não conhecera nas sociedades burocráticas em que passara seus primeiros quarenta anos de vida.

No século XVIII, Voltaire se estabelecera numa Inglaterra que iniciava sua industrialização, vindo de um Estado absolutista em que um extrato social aliado a uma Igreja dispunha de poder ilimitado. O que então o impressionou foi o pacífico pluralismo dos grupos políticos e religiosos ingleses, que de modo algum parecia

1. *Ideology and Utopia, An Introduction to the Sociology of Knowledge* (Londres e Nova Iorque, 1936), p. 143. Existe tradução em português sob o título *Ideologia e Utopia*, Zahar, 2.^a ed., 1972.

ameaçar a estabilidade da ordem social. Dois séculos mais tarde, Mannheim também não encontrou na Inglaterra, já completamente industrializada, qualquer vestígio daquela tendência ao conformismo artificial que ainda prevalecia na Europa Central totalitária. Porém, o que mais o surpreendeu foi a ausência daquela caótica diversidade de grupos hostis que haviam destruído a República de Weimar. Descobriu que o consenso espontâneo pode coexistir com a liberdade de muitos grupos experimentais; a genuína tolerância para com a larga variedade de atitudes políticas e de opiniões críticas parecia justamente tirar a sua força da concordância nacional em aceitar certos princípios supremos.

Dêsse momento em diante, a sociologia de Mannheim se transformou numa tentativa gradual para integrar os achados do seu pensamento antigo com a experiência adquirida em novo ambiente. Sempre disposto a aprender, Mannheim enriqueceu sua estrutura conceptual, misturando sutilmente a tradição sociológica anglo-americana com a alemã e a francesa. Mas a indagação principal e a preocupação básica da sua visão da crise contemporânea podem ser expressas pela pergunta de Max Weber: Como poderão a liberdade e a democracia, a longo prazo, ser compatíveis com o desenvolvimento do capitalismo?

O capitalismo sem controle era observado cada vez com maiores restrições por Mannheim. As consequências do capitalismo, isto é, a dinâmica tecnológica social e econômica, a urbanização e mobilização das massas desenraizadas, as pirâmides de rendimento cada vez mais a pique, os grupos compactos de pressão e as lutas de classes, os ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e nacional — tudo isso apresenta o perigo da desintegração social e pessoal. 'A principal dificuldade da sociedade moderna consiste não tanto em sua magnitude como no fato de que os métodos liberais de organização não atingiram o estágio em que podem produzir a *articulação orgânica* (*Gliederung*) exigida por uma vasta e complexa sociedade'.² A coesão social e a integração dependem, acima de tudo, do equilíbrio adequado dos fatores racionais e irracionais dominantes na sociedade industrial de massas. Mas, como resultado de um processo de 'democratização fundamental', o antigo tipo de democracia que se limitava às elites proprietárias e educadas foi substituído por uma democracia de massas emocionalizadas. 'Numa sociedade em que as massas tendem a dominar, as irracionalidades que não foram integradas na estrutura social podem forçar sua entrada na vida política. Essa situação é perigosa porque o aparelho seletivo da democracia de massas abre caminho para o irracionalismo em lugares em que é indispensável

2. Karl Mannheim, *Man and Society in an Age of Reconstruction: Studies in Modern Social Structure* (Nova Iorque, 1940), p. 106.

uma direção racional. Dessa maneira, a própria democracia produz sua antítese e ainda fornece armas aos seus inimigos'.³

Apreciando em seu justo valor as tradições políticas, sociais e éticas das mais antigas democracias ocidentais, que até aqui resistiram à grande infiltração de fanatismos antidemocráticos de extrema-direita ou esquerda, Mannheim não deixou de observar o trabalho das forças desintegradoras que varrem a Europa Central. São estimuladas por perigoso lapso cultural entre as esferas de organização social que requerem direção ao nível de planejamento e os nossos modos de pensamento e de conduta que se mantêm em bases historicamente atrasadas. O problema central de nosso tempo é, portanto, caracterizado por ele como de transição rumo a uma sociedade planificada. Só uma estratégia de reforma gradual em direção a uma sociedade toda planificada pode livrar-nos do dilema que opõe a crença confessada na dignidade do indivíduo aos processos niveladores da padronização atual; a afirmação de iguais oportunidades para todos à realidade da competição não-regulamentada entre gigantes e anões econômicos; o estímulo infinito das necessidades dos consumidores às agudas desigualdades de rendimentos; a ética do trabalho duro ao desemprego de massas; a perfeição e técnicas dos meios de comunicação de massas aos baixos níveis de gosto e de inteligência popular.

III

O presente volume constitui mais um passo decisivo no caminho da 'sociologia para a vida'. Iniciara-se com seu ensaio *Diagnosis of Our Time*,⁴ escrito durante a Segunda Guerra Mundial, em que os problemas educacionais e morais desempenham o papel predominante. Agora, uma teoria compreensiva das civilizações contemporâneas é apresentada por um pensador para o qual 'pensar' significa cada vez mais a unidade do diagnóstico com a terapia. O crítico 'desligado' transformou-se num estrategista político e social que procura compreender, a fim de que outros sejam capazes de agir.

O livro começa expondo novamente as questões decisivas do tempo presente. Uma combinação de grandes forças sociais está-se encaminhando para o desastre, a menos que sejam mantidas sob controle. Um capitalismo burocrático e monopolístico é justificado pelos seus beneficiários, invocando êstes as idéias do liberalismo clássico do século XVIII. Conceitos que eram essencialmente

3. Ibid., p. 63.

4. Londres e Nova Iorque, 1943. Existe versão em espanhol, *Diagnóstico de nuestro tiempo* — F.C.E., México, 1941.

revolucionários, na época pré-industrial, transformaram-se numa ideologia conservadora por meio da alteração de sentido e de função que sofreram no ambiente plutocrático. Ao mesmo tempo, a industrialização, a urbanização e a burocratização criaram seus próprios antídotos: o desenvolvimento de novas técnicas sociais de controle em larga escala e a longo alcance. Mas, por falta de coordenação, estas técnicas até agora serviram apenas para fortalecer as forças desintegradoras, nacionais e internacionais. Submetidos à competição com elementos desiguais, a processos opacos de poder que estão fora do seu controle e aos efeitos desenraizadores da vida nas metrópoles, os estratos inferiores perderam a sua parcela de participação na ordem social. As frustrações de massa, a apatia e vários mecanismos compensatórios os conduzem para aquilo que Erich Fromm denominou 'fuga da liberdade'.

Neste momento crítico da história, a posição estratégica é sustentada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Mantendo uma tradição democrática e moral-religiosa profundamente arraigada, estas duas sociedades ocidentais têm acompanhado gradualmente os Estados europeus no desenvolvimento de uma administração burocrática que opera ao lado dos seus tradicionais sistemas bipartidários. Esses países possuem, na opinião de Mannheim, a chave para a nova ordem social de 'planejamento para a liberdade'. Ali, organismos administrativos responsáveis, dispondo de ampla jurisdição e de poder centralizados, podem expandir-se de acordo com o legado de um modo de vida democrático e com a secular experiência de governo constitucional. As classes médias, cuja existência está ligada a uma 'terceira posição' entre a reação e a revolução, suplementadas por grupos autônomos de elites intelectuais e competentes grupos de técnicos planejadores, são as pontas-de-lança da transição para a nova sociedade. Uma elite planificadora selecionada democraticamente pode elaborar o equilíbrio ótimo entre a autoridade centralizada e a delegação de poderes aos organismos locais e regionais. A audaz educação social para a vida e a reconstituição das elites dirigentes, mediante a mescla planificada de grupos socialmente ascendentes, deverão facilitar o caminho que conduz à boa sociedade.

Contudo, ao examinar os problemas de um verdadeiro processo democrático de planejamento, Mannheim não se deteve nos pré-requisitos externos da nova sociedade. É certo que o pleno emprego e a segurança social, a genuína oportunidade econômica e educativa e o equilíbrio de uma ordem mundial pacífica devem servir de fundamentos institucionais do futuro. Mas, como já havia declarado em seu *Diagnosis of Our Time*, nenhuma sociedade pode sobreviver se não se integram entre si os valores básicos, as instituições e a educação. Assim, é natural que uma extensa seção do presente volume, a terceira parte, 'Homens novos, valores novos',

K
mal
de t
rado
ber,
a S
car
con
raci
vim
e
cial
por
con
obs
obj
ati
ver
te
car
ult
dei
tar
"cl
pro
lac
do
ter
na
cri

esteja dedicada a uma teoria sistemática da personalidade democrática, à sua formação e aos fatores que a condicionam.

O conceito de "integração", sempre essencial no pensamento de Mannheim, ilustra muito bem o desenvolvimento de suas idéias acerca da relação entre a natureza do homem e as instituições sociais. De início, a integração foi, para ele, uma preocupação científica, ou seja, a tarefa do sociólogo em reunir as descobertas isoladas das diversas ciências sociais: psicologia, história, economia etc., de modo que pudesse surgir, pouco a pouco, uma visão completa da sociedade e da sua dinâmica. Mas quando Mannheim sublinha cada vez mais a estratégia e as reformas sociais, a integração converte-se em seu conceito central de ação social, que visa a reunir as esferas departamentais da vida — como a política e a economia, ou o trabalho e o lazer — e atribuir um lugar legítimo aos estratos desfavorecidos da sociedade. Daí desenvolve, de acordo com a nova psicologia, o conceito do 'comportamento integrador' como padrão ideal de uma comunidade democrática que expressa atitudes cooperativas, em oposição ao padrão dominador que prevalece numa sociedade autoritária.

Mannheim dá o passo final quando, em seus últimos escritos, atribui à religião — livre de mesclas autoritárias e supersticiosas — a tarefa de integração suprema de todas as atividades humanas. Isto representa, certamente, uma franca ruptura com seu período alemão, quando seu interesse pelas manifestações religiosas se limitava a descobrir suas relações com a história social. Movido por extremo racionalismo ele, então, interpretara o desenvolvimento intelectual como sendo uma marcha da teologia à sociologia, por meio da filosofia. É certo que até o seu último dia de vida Mannheim esperava da sociologia ('talvez o acesso mais secularizador aos problemas da vida humana') uma resposta à seguinte indagação: 'em que medida a variabilidade dos fenômenos sociais, inclusive dos valores vigentes, é função de um processo cambiante.'⁵ Mas quando chegou a descobrir uma penetrante patologia social do 'Eu', os limites da análise social já eram evidentes para ele e já havia conseguido invadir as regiões arcaicas da mente humana e de certas experiências básicas situadas além do domínio da *ratio* e da ciência.

Foi uma questão muito prática que levou Mannheim a enfrentar pela primeira vez o significado do aspecto humano da planificação. Já em 1935, na edição alemã de *Man and Society in an Age of Reconstruction*, preocupava-se com a velha idéia: *quis custodiet ipsos custodes?* Ao elaborar gradualmente o esquema da resposta à pergunta: 'Quem planejará os planejadores', exposta no presente livro, foi profundamente influenciado por um grupo de

5. *Diagnosis of Our Time*, p. 126.

eminentes pensadores cristãos, entre os quais T. S. Eliot, J. Middleton Murry e J. H. Oldham. Durante muitos anos reuniu-se com esse grupo em discussões periódicas, desempenhando ele próprio um papel saliente na reorientação das idéias dos seus membros. Foi então que se persuadiu de que a sociologia e a filosofia social não se podem dar ao luxo de permanecerem 'cegas à religião', da mesma forma que uma preocupação verdadeiramente religiosa a respeito do mundo não pode permanecer 'cega à sociedade'.

Em resumo, gostaríamos de chamar a atenção do leitor sobre o raro dom de Mannheim para coordenar e assimilar as mais diversas correntes de pensamento. Como analista, seguiu as pegadas de Marx, Max Weber e Mead, ao reconhecer a força condicionante das estruturas sociais em relação ao pensamento e à volição. E, como educador, acreditava firmemente nas potencialidades criadoras do homem, de acordo com o legado democrático e humanista de Rousseau, recebido pela psicologia e pela pedagogia moderna.

De maneira semelhante, Mannheim procurou reconciliar as tendências pragmáticas com os conhecimentos ('insights') adquiridos pela psicologia do inconsciente. Ao mesmo tempo, mostrou-se completamente em desacordo com os que afirmavam haver resolvido o problema do 'comportamento correto' mediante o postulado do ajustamento bem sucedido. 'Os valores dados podem sempre ser interpretados, simultaneamente, como meios de ajustamento a situações reais, e como tipos de ajustamento dirigidos por uma especial *Weltanschauung*... a justificação de um tipo de conduta na medida em que é uma peça eficaz no ajuste a uma situação dada não determina seu caráter certo ou errado, de um ponto de vista cristão ou não-cristão'.⁶ A história da Humanidade não é, para Mannheim, apenas a história de contínuos reajustamentos; mas reflete também o impacto acumulativo de importantes experiências paradigmáticas. A nova sociedade só pode surgir como criação de homens dispostos a reajustar-se a si mesmos uma vez mais — porém sob a estrela polar dos valores genuínos.

Ernest K. Bramstedt

Hans Gerth

6. *Diagnosis of Our Time*, pp. 145 e 148.

PREFÁCIO

ÊSTE é um livro sôbre os princípios de uma sociedade planejada, porém democrática — uma sociedade organizada estritamente em algumas de suas esferas básicas mas que, no entanto, ofereça mais liberdade ali onde a liberdade seja essencial. Pretendemos *planejar para a liberdade*; por isso nos esforçaremos para definir seu conteúdo e para achar o caminho que a ela conduz.

Êste é um livro que trata da forma da sociedade, além do *laissez faire* e da arregimentação total de um lado, e além das alternativas de fascismo e comunismo, de outro lado: propõe um terceiro caminho que incorpore as dolorosas experiências das últimas décadas num nôvo padrão de democracia. Assinalamos um caminho por meio da reforma e das mudanças pacíficas, mas um caminho que exigirá sérios sacrifícios de todos. A planificação do período de transição deverá ser tão decisiva quanto o traçado para um futuro distante.

Êste livro não oferece diagramas; não constitui uma lista de abstratos desideratos para filósofos, nem programa detalhado para o administrador. Os últimos e amargos decênios nos ensinaram que não se pode conceber uma Boa Sociedade sem referência ao estado de coisas real, nem reconstruir tôda uma ordem social com reformas administrativas isoladas. Mas podemos muito bem assentar princípios para dar uma visão geral da espécie de sociedade que desejamos edificar. Tais princípios servirão de bitola e ajudarão o administrador a avaliar os méritos das reformas e decisões isoladas.

Em épocas de lenta mudança, podemos atuar quase que por intuição, sem consultar constantemente os princípios. Mas, nos desmoronamentos sociais do após-guerra, quando num mês se produzem maiores comoções que numa década normal, conhecer a significação social dos acontecimentos é um requisito indispensável à sobrevivência. Preocupamo-nos com as conseqüências sociais da transformação da sociedade, que têm suas raízes na última guerra, mas que só agora começam a manifestar-se plenamente. Não estudamos mudanças seccionais ou parciais em si mesmas, mas sômente em sua interdependência. Sem menosprezar a significação da estrutura econômica, salientaremos que, sem as modificações correspondentes no plano político e cultural não há reformas satisfatórias. Cada vez mais se reconhece que a verdadeira planificação consiste na coordenação das instituições, da educação, dos

valores e da psicologia. Só quem puder ver as importantes ramificações de cada passo isolado, poderá atuar com a responsabilidade exigida pela complexidade da época moderna. Nestas circunstâncias, um livro sobre a essência da planificação democrática deve tomar como tema a vida social em sua totalidade: novas instituições, homens novos, valores novos.

Naturalmente, num breve tratado como este, só se podem examinar algumas mudanças cruciais. Mas, às vezes, é mais importante observar a paisagem total do que perder-se em detalhes insignificantes. Neste momento histórico nada está seguro — tudo se acha em estado de fluidez — e qualquer proposta pode ser anulada pelos acontecimentos de amanhã. O que nos resta aguardar é compreender a tendência geral e o caráter dos problemas reais. Os méritos de qualquer solução concreta estão sujeitos a debates, e algumas, senão todas as propostas, têm que ser modificadas em seus detalhes. Pois bem, se se revelarem exatas, isto será exclusivamente porque a análise colocou o dedo sobre as chagas da sociedade. Apresentamos esta visão geral para o exame das questões vitais que todos temos de enfrentar, com a esperança de que o leitor possa acompanhar-nos em nossos esforços para criar uma nova sociedade.

Esta tarefa é de responsabilidade, não só de algumas pessoas felizes e remotas, mas de todos nós, pois é esta a essência da democracia.

As Nações Unidas são convocadas a fazer história, mas podem falhar se começarem a atuar com espírito equivocado. Então, o fascismo, que combateram pelas armas, poderá infiltrar-se através da nova estrutura institucional. Por outro lado, a colaboração genuína e efetiva pode ser invalidada por forte campanha comunista patrocinada por Moscou, capaz de traçar uma linha divisória entre as nações.

Agora, mais do que nunca, a simples marcha à deriva seria fatal e conduziria, com toda certeza, a uma ditadura de direita ou de esquerda. Nenhuma geração jamais enfrentou tarefa tão dura e onerosa; porém, nunca na história da Humanidade os governantes e os que têm que tomar decisões dispuseram de tão enorme poder para realizar o que é devido.

E os povos anglo-saxões, com a sua longa e profunda herança democrática, têm a boa sorte de poder oferecer o esquema de reorganização e lançar os alicerces de um Mundo Novo.

É uma grande fortuna, um privilégio, mas também uma tremenda responsabilidade.

K. M.

Janeiro de 1947

Londres

PRIMEIRA PARTE

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

PRINCIPAIS SINTOMAS DA CRISE

DURANTE séculos, o costume anglo-saxão consistiu em modificar e remodelar as instituições, tôdas as vêzes que uma nova orientação se tornou inevitável. Como as antigas catedrais construídas pelo homem, e reconstruídas no decorrer dos séculos, com a adição de novas alas obedecendo ao estilo da época, mas sem jamais destruir as anteriores — a estrutura social tem sido reparada e renovada por um processo de adições, arranjos e mudanças nas instituições. Os arquitetos do estilo gótico acrescentavam, sem remorsos, seus arcos majestosos às severas abóbadas normandas e, em épocas posteriores, foram acrescentados, conforme o gôsto, outros detalhes e decorações; contudo, a catedral continuou sendo um todo, e os vários estilos combinam entre si. A diferença só foi percebida pelo historiador, que começou a dividir os séculos em períodos estilísticos; entregou-se, por assim dizer, à tarefa de analisar os princípios sôbre os quais foram construídas as diversas partes. Acompanhando o padrão do crescimento orgânico, os ingleses, inconscientes de que haviam mudado os princípios e os métodos, modificaram a estrutura social, refazendo as instituições herdadas do passado. Este método de fazer reformas sem fanfarronadas tem constituído uma das características mais salientes da política britânica — mas há conjunturas na História em que não é suficiente a simples conversão de uma estrutura. Dá-se a mudança tão rápida ou profundamente que o arquiteto precisa deter-se para analisar o princípio daquilo que encontra e visualizar o que deseja construir.

A atual confiança na tradição britânica de 'sair das dificuldades aos trancos e barrancos', justamente porque as gerações anteriores tiveram a sorte de poder mudar no momento oportuno, não é mais que uma lembrança do passado. O diagnóstico da situação mostrará que já não se podem realizar mudanças sociais básicas mediante meras reparações e arranjos institucionais.

Temos que calcular conscienciosamente nossos objetivos para sairmos do atoleiro, e isto exige a compreensão absoluta das novas tendências das mudanças sociais.

As vezes, o carro da História segue por um caminho reto e aberto, outras vezes tem que dobrar uma curva muito pronunciada. No caminho reto não é necessário manobrar muito, nem consultar o mapa. Mas na curva acentuada é preciso manobrar com muito cuidado e atenção para não fazer capotar o veículo, pondo em risco a preciosa carga de tradição, cultura e bens materiais. Na encruzilhada dos caminhos da História, precisamos nos orientar de novo, consultar o mapa e perguntar a nós mesmos: Aonde conduz este caminho? Para onde queremos ir?

Pois é justamente nesta encruzilhada da História que nos encontramos. Não adianta suspirar nostálgicamente nem lamentar a deterioração da situação: o que é necessário é fazer a análise crítica das causas.

Se quisermos construir um sistema social, precisamos ter uma idéia orientadora do novo sistema, conhecer os defeitos do atual e a causa dos presentes desajustes. Se for preciso, podemos pedir meios e modos para mudar o mecanismo social, mas qualquer declaração de novos objetivos e proposição de meios deve ser precedida de um diagnóstico da situação.

A maioria dos sintomas de desajustamento na sociedade moderna podem ser atribuídos ao fato de que um mundo paroquial de pequenos grupos se converteu em Grande Sociedade num prazo relativamente curto. Esta transformação, feita sem orientação, produziu múltiplos transtornos e criou problemas não resolvidos, em toda a vida social, os quais só poderão ser remediados se prestarmos a devida atenção às circunstâncias que rodeiam essas dificuldades.

Sem orientação, não planejada, a transição não causa perturbações importantes quando as unidades sociais são pequenas e quando há tempo suficiente para poder realizar os reajustamentos necessários pelo método das tentativas. Mesmo assim podem ocorrer desajustamentos devidos a ineficiência ocasional do padrão de ação ou pensamento que prevalece numa situação imprevista. Contudo, realiza-se geralmente novo reajuste, sem hiato no processo de vida socialmente coordenado. O caso é completamente diferente quando a sociedade se desenvolve em grande escala e sem orientação. Então se realizam também inúmeros esforços para substituir os padrões de conduta e organizações antiquadas por outros novos; mas, ou não se pode achar nenhum padrão novo no plano da experimentação ou, se por fim surge nova solução, existe um hiato durante o qual não se apresenta nenhuma reação satisfatória. Em tais casos, podemos falar de desintegração social.

Embora se fale muito de desintegração, este termo é usado amiúde de modo tão vago que nada significa. É certo que não devemos falar de desintegração se uma ordem social do agrado do observador desaparece e é substituída por outra. É isto que constitui justamente a transformação social, mas não a desintegração social. O ponto cardeal é um enfraquecimento gradual da estrutura social existente e das forças que a sustentam, sem o crescimento simultâneo de uma nova ordem. É verdade que há casos fronteiros nos quais não temos certeza se a falta de uma nova solução é apenas sintoma de transição ou representa a ameaça de um grande vácuo. Mas, em geral, conhecemos a diferença. Toda a gente sabe que o desemprego ocasional é unicamente uma lacuna no reajuste, ao passo que o desemprego endêmico, que em seus efeitos acumulativos perturba o funcionamento de toda a ordem social, deve ser considerado como sintoma de desintegração. O mesmo se aplica à esfera moral. Podemos, às vezes, duvidar do que está certo ou errado, e isto pode ser aceito como coisa natural. Mas quando prevalece uma ansiedade de massas, porque a comoção ideológica geral elimina toda base sadia para a ação comum, e quando a gente não sabe onde está, nem o que deve pensar a respeito dos problemas mais elementares da vida, então se pode falar, com razão, de uma desintegração espiritual da sociedade.

Embora, nas páginas seguintes, tenhamos a intenção de demonstrar que vivemos numa época de desintegração, não queremos dizer, naturalmente, que a desintegração seja total. Se assim fôsse, não poderíamos continuar vivendo. Aliás, numa sociedade em desintegração, existem processos de auto-recuperação e reajustes espontâneos que tornam a vida de certo modo tolerável. Ainda mais: mesmo em condições de relativa tranqüilidade, o olho socialmente educado pode discernir as lacunas na tessitura social, o vácuo na maquiagem intelectual, moral e emocional do indivíduo. Numa situação determinada, logo que os efeitos acumulativos da desintegração escapam a todo contrôle, o caos implícito é notório para todos. Há várias respostas tradicionais à ameaça da desintegração social moderna.

As alternativas modernas de capitalismo *versus* socialismo, ditadura *versus* democracia, sociedade secular *versus* sociedade cristã representam essas tradições no pensamento de grupo. Contudo, por mais representativas que essas alternativas possam ser de importantes forças de grupo, são menos diagnóstico que terapêutica, e a escolha de terapêutica pode depender de nossa reverência por diferentes valores. Mas antes de basear a escolha de tal preferência, havemos de nos certificar de que, na realidade, podem ser assim tratadas as perturbações do nosso corpo social.

Nosso diagnóstico tem que descobrir os sintomas e as causas da desintegração social; somente assim podemos considerar os prós e os contras dos diversos tratamentos.

I. AS NOVAS TÉCNICAS SOCIAIS FAVORECEM O GOVERNO DAS MINORIAS

Nesta nossa análise, damos por assentado que o aumento simplesmente numérico das sociedades modernas é uma causa fundamental de nossas dificuldades. Esse crescimento é devido, principalmente, ao assombroso aumento da população desde a Revolução Industrial — que por sua vez foi produto da técnica da máquina.¹ Sabemos há muito tempo que o uso geral da maquinaria tem suas próprias consequências sociais. Por exemplo, ninguém ignora que a transição do tear manual ao tear mecânico produziu uma revolução na divisão do trabalho e criou a vida de fábrica, com seu trabalho mecanizado e racionalizado. Mas este é apenas um aspecto das mudanças tecnológicas que acompanham o crescimento da população. Os inventos econômicos que fornecem comestíveis, roupas e abrigo às massas receberam, amiúde, a devida atenção, ao passo que a criação de outras técnicas, também consequência do crescimento da população, tem sido quase completamente ignorada. Temos em mente 'técnicas sociais' na esfera da política, da educação, da guerra, das comunicações, da propaganda etc., cujo caráter só foi pôsto em relêvo durante as últimas décadas.²

Utilizo a expressão 'técnicas sociais' * para me referir a todos os métodos que influem no comportamento humano para que este se encaixe nos padrões de interação e organização social existentes. A existência de técnicas sociais é especialmente evidente no exército, onde a eficiência se baseia principalmente na organização, no treinamento e na disciplina rígida, formas específicas de autocontrôle e obediência. Não apenas no exército, mas também na chamada vida civil, o povo tem que ser condicionado e educado para encaixar-se nos padrões de vida social existentes. O trabalho na fábrica exige preparo, comportamento e hábitos especializados, uma forma específica de disciplina e de hierarquia, uma divisão de trabalho bem definida e inter-relações controladas entre o pessoal e suas tarefas. O padrão dominante pode ser democrático

(*) Em todos os meus escritos sobre a sociedade moderna tenho acentuado o significado das técnicas sociais, bem como outros pontos que serão mencionados no presente diagnóstico. Para ponderá-los adequadamente, não posso deixar de me referir novamente a eles. Aqui, no entanto, não são estudados apenas casualmente, mas fazem parte de um estudo mais completo e sistemático dos fatores que favorecem a desintegração.

ou autoritário: a educação serve aos dois sistemas. Ao mesmo tempo, é apenas uma das técnicas sociais que visam à criação do tipo desejado de cidadão.

Para resolver o problema da organização de massa, a sociedade moderna tem que aperfeiçoar e ampliar suas técnicas sociais, bem como as da máquina. Todos os dias se realizam inventos sociais e, embora sejam pouco mencionados, possuem importância do ponto de vista sociológico. Mas o ponto principal em relação a essas técnicas sociais aperfeiçoadas não é somente sua maior eficiência, como também o fato de que tal eficiência favorece o governo da minoria. A técnica militar moderna, por exemplo, permite grande concentração de poder em algumas poucas mãos, o que não acontecia em qualquer época anterior. Um homem com um fuzil podia ameaçar umas tantas pessoas, ao passo que um homem com uma metralhadora ou um avião de bombardeio pode intimidar algumas centenas, e a bomba atômica muitos milhões. O controle centralizado na esfera do governo e da administração também é facilitado por implementos como o telefone, o rádio e as comunicações aéreas. Sem esses meios modernos de comunicação rápida nem se poderiam manter vastos impérios industriais. Pois bem, essas mesmas técnicas também favorecem a ditadura.

Enquanto a sociedade esteve regulada por um jogo natural entre unidades pequenas e completas em si mesmas, os controles mútuos puderam funcionar. Os indivíduos podiam controlar-se reciprocamente, ou um grupo a outro grupo, ou o grupo ao indivíduo. Exatamente como na vida econômica, onde enormes trusts e monopólios substituem a livre concorrência entre pequenas empresas, também em outras esferas surgem complexas unidades sociais, demasiadamente arbitrárias para poderem reorganizar-se a si mesmas e que, portanto, têm que ser governadas de um centro. O serviço noticioso, por exemplo, é manipulado por umas poucas agências, e a pesquisa científica é também cada vez mais controlada pelo Estado ou pela grande indústria. A burocracia estende-se por toda a parte, e ali, onde antigamente um indivíduo tomava decisões de acordo com seu saber e sua experiência, a maioria tem hoje que seguir instruções, e só uns poucos chefes de departamentos são capazes de formular um juízo completo e uma política própria.

Uma concentração semelhante pode ser observada nos métodos de educação e de moldagem da opinião pública. A produção mecanizada, em massa, de idéias, através da propaganda pela imprensa e pelo rádio, atua na mesma direção. A educação tende a converter-se numa parte da nova técnica para controlar o comportamento humano e pode acabar em instrumento de supressão da maioria pela minoria. Até mesmo a assistência social, que antes era a esfera da caridade privada ou do reformador indivi-

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

dual, foi entregue a profissionais treinados para essas funções. Seu mau uso só pode terminar na intromissão constante nos assuntos privados, deixando os indivíduos cada vez mais sujeitos à interferência das autoridades centrais e com pouca margem para viver uma vida própria.

A característica comum a todos esses exemplos é a tendência a estabelecer posições-chave, de onde partem as decisões. A mera existência de posições-chave favorece automaticamente o governo de minoria.

O fim do *laissez faire* e a necessidade de planejar são consequências inevitáveis da atual situação e do caráter das técnicas modernas. Todos nós, talvez, houvéssemos preferido viver como cidadãos ociosos e cultos da antiga Atenas, ou como audazes pioneiros nos séculos XVIII e XIX. Mas não nos é possível escolher a época em que vivemos, nem os problemas que estamos chamados a resolver. A concentração de toda espécie de controles — econômicos, políticos, psicológicos e mecânicos — chegou a tal ponto (a última guerra mundial acelerou enormemente essa tendência) que a questão é apenas saber quem usará esses meios de controle e para que fim; pois não resta dúvida que, de qualquer maneira, serão usados algum dia.

As alternativas já não são 'a planificação ou o *laissez faire*', senão 'planificar para quê?' e 'que espécie de planificação?'.

II. AS NOVAS TÉCNICAS E O COMPLEXO DE PODER

Desde seu início, as técnicas modernas estiveram associadas ao complexo de poder. Muitos conhecimentos foram adquiridos para aumentar o poder. A tecnologia, tanto econômica quanto social, desenvolveu-se como instrumento para a busca e o aumento do poder pessoal. O pioneiro capitalista, o industrial, o financista e o inventor são filhos do mesmo espírito. Todos procuraram o conhecimento ou o financiaram, visando à expansão e à exploração. Só se interessavam pela natureza ou pelo homem na medida em que prometiam lucros e poder; e só se interessavam por outros países como mercados, colônias ou bases militares.³ Nas palavras de Lewis Mumford,⁴ saíram do horizonte amuralhado da cidade medieval para o mundo sem limites, apenas para obter lucros rápidos, não se preocupando com a devastação que deixavam atrás de si. Os frutos dessa atividade devastadora foram, entre outros, a destruição dos costumes tribais, a fome, a tuberculose e a erosão do solo. A ânsia exclusiva de poder, o complexo neurótico de uma época, é mais que um traço de caráter e destrói o equilíbrio do mundo, ao mesmo tempo que perturba todo o nosso equilíbrio mental. Os miseráveis cortiços e favelas, e as barracas nos arra-

baldes das nossas cidades, construídas sem atender às necessidades humanas, os arranha-céus erigidos nos centros das metrópoles, não em resposta à necessidade econômica mas como faróis de prestígio e alarde de poder, são expressões do mesmo crescimento maligno.

Enquanto a sociedade capitalista moderna se manteve como sistema em expansão sobre países não desenvolvidos para absorver homens, capitais e energias, houve sempre uma saída para o abuso do poder e as formas extremas de exploração.⁵ Os revolucionários liberais de 1848 foram derrotados pelas forças reacionárias dos seus respectivos países, mas ainda havia outros mundos para eles e acharam nova existência e novos campos de ação em outros lugares. Homens como Mazzini, Kossuth e Marx continuaram sua obra na Inglaterra, e Karl Schurz⁶ fez brilhante carreira nos Estados Unidos. Mas hoje o imperialismo, causa do freqüente atrito internacional e das comoções econômicas, parece haver chegado a um ponto de saturação. O mundo está dividido; já não há espaços abertos com entrada livre para os imigrantes, e os povos atrasados despertaram ao entrarem em contato com seus dominadores ou sócios comerciais, e ao serem educados por eles. Nova distribuição de riqueza está em marcha; para as potências européias, contrastando com os últimos três ou quatro séculos, isto será um processo de contração, mais que de expansão. Tais são, pelo menos, as perspectivas, enquanto o poder fôr a principal força impulsora, e a expansão exploradora o princípio organizador.

No quadro nacional os grupos e classes sociais tendem a tornar-se cada dia mais rígidos e mais estratificados. Já não é fácil para os homens com espírito de iniciativa ascender na escala social, nem o pequeno proprietário tem as mesmas probabilidades de triunfar rapidamente. Quanto mais refinadas as técnicas e a divisão do trabalho, menos flexível parece ser o padrão social.

A luta pelo poder na sociedade não é um fator constante, mas um fator que cresce com as oportunidades. Em etapas anteriores, este impulso era ainda mais ou menos controlado; as invenções e as técnicas que pôs em movimento promoviam, inclusive, o bem-estar público. Na etapa final só resta a paixão megalomaniaca, o terror e o extermínio,⁷ drama que nenhum de nós pode continuar contemplando desapaixonadamente.

III. DA ECONOMIA COMUNITÁRIA AOS MONOPÓLIOS, POR MEIO DA LIVRE COMPETIÇÃO

Assim como a tecnologia, em seus aspectos de expansão e de ganância, corresponde ao velho espírito de conquista e exploração, também todo o sistema econômico da livre competição e da pro-

priedade privada dos meios de produção corresponde a uma fase histórica — fase intermediária entre duas economias planificadas. De um lado as comunidades agrárias e artesanais, localmente auto-suficientes, que não perseguiram o lucro;⁸ — de outro lado uma economia planificada em grandes zonas, com intercâmbio e integração internacionais, baseados em técnicas muito desenvolvidas.

Se estudarmos, dêste ponto de vista, o capitalismo e o liberalismo dos primeiros tempos, tornar-se-á evidente que suas instituições 'sacrossantas' — o mercado livre e a livre competição, baseados no conceito absoluto da propriedade privada,⁹ sem intervenção estranha — foram produto de uma situação única e transitória. Correspondem exatamente à fase do desenvolvimento econômico em que a expansão já não podia realizar-se pelas comunidades tribais ou locais, que tinham visão estreita e paroquial. Mais tarde, a expansão econômica adotou a forma da penetração individual por parte de 'pioneiros' — homens dotados de espírito intrépido de empresa e de aventura. O direito de dispor de modo absoluto da propriedade individual, tal como se mantinha diante da velha noção de propriedade familiar e corporativa e como defesa contra a interferência do Estado, pode ser perfeitamente compreendido como último estímulo adequado para aqueles empresários individuais. O conceito de propriedade privada funcionava na mente do indivíduo como força dinâmica, impelindo-o continuamente a arriscar seu capital, a economizar os lucros para nova acumulação e novos investimentos, a desistir do ócio e dos prazeres em troca do poder e dos lucros.

O quadro mudou completamente quando aumentou, cada vez mais, a escala dessas empresas econômicas independentes, ao passo que seu número diminuía. Desapareceu então a livre concorrência propriamente dita, começou a reduzir a margem da iniciativa individual, e o lugar do proprietário independente passou a ser ocupado pela nova burocracia comercial.¹⁰ Esta nova classe dirigente cria sua própria técnica administrativa, bem como novas posições-chave. De modo quase invisível, cria novas dependências. Dessa maneira, o conceito da propriedade privada absoluta e do *laissez faire* sem restrições perde sua justificação funcional, pois já não é indispensável para o desenvolvimento e a manutenção do sistema econômico. Não somente se abusa das manobras monopolísticas, das posições de poder recentemente criadas, mas a crescente imobilidade do sistema transforma a competição em perigo positivo para a estabilidade. Uma política que antes se apresentava como defensora dos melhores interesses de todos, já não se preocupa com o problema do emprego e dos rendimentos das massas, as quais ficam abandonadas aos azares dos 'ciclos econômicos'.¹¹

Tal estado de coisas completamente caótico é bem conhecido de todos nós, devido a cruel experiência de muitos anos. Para a maioria do povo, a crise do nosso tempo é mais evidente em seu aspecto econômico do que em qualquer outro. Mas os padrões econômicos nada mais fazem senão reproduzir as mesmas tendências de desintegração que conduzem ao caos em tôdas as esferas da sociedade, ainda que nenhum sintoma, exceto a guerra, se estenda com tanta amplitão e profundidade como o desemprego em massa.

IV. DESLOCAMENTO DOS PEQUENOS GRUPOS AUTO-REGULADOS

O crescimento descontrolado do sistema econômico nada mais é, como temos dito, que um aspecto do crescimento descontrolado da sociedade moderna em geral. A sociedade está convertendo-se, pouco a pouco, num conglomerado de pequenos e grandes grupos, muitas vezes unidos somente pelos organismos administrativos que passaram a substituir os pequenos grupos orgânicos mais antigos.¹² Por orgânico, entendemos o poder auto-regulador que caracteriza os pequenos grupos, mas que desaparece gradualmente nos grandes. Não há nada misterioso neste poder auto-regulador que garanta certa uniformidade, equilíbrio e continuidade no desenvolvimento, enquanto o tamanho das comunidades é limitado e tôda a gente pode ver como se resolverão as coisas. Não há mistério acerca da correlação da oferta e da procura numa economia doméstica, onde a decisão a respeito das mercadorias que devem ser produzidas e consumidas está nas mesmas mãos. Nem há mistério na correlação entre a oferta e a procura quando o artesão trabalha para certo número de clientes que conhece pessoalmente e cujos desejos pode prever. Tampouco existe mistério especial quanto às forças auto-reguladoras do mercado, enquanto concorram pequenas unidades.

O fenômeno da auto-regulação nos grupos pequenos tem sido extensamente estudado na esfera econômica, mas a mesma auto-regulação também se dá em outras esferas. O tamanho limitado permite que tôda a gente compreenda o que se exige e o que se deve esperar do grupo. Em contato direto e diário com outros membros do grupo, cada qual pode descobrir por si mesmo as causas de êxito ou fracasso e buscar remédio coletivo quando as coisas andam mal. A ágora da cidade grega, a praça do mercado da vila medieval, onde se concentravam a igreja, a câmara municipal e as bancas do mercado, permitiam ao cidadão observar todo o âmbito do seu mundo num só olhar. A diferenciação das atividades humanas e a aparição dos tipos sociais correspondentes se produziam na base de uma cooperação que cada dia mais se estendia.

Todo mundo conhecia sua função, pois se podia ver claramente como a aldeia abastecia a cidade, e como esta abastecia aquela; como se serviam mutuamente e se equilibravam os diferentes ofícios e como regulavam suas funções mútuas. No entanto, entre os membros, não só estavam claramente definidas as relações formais da hierarquia e as funções sociais, senão que todo o edifício da sociedade em desenvolvimento se apoiava ainda nas instituições básicas da família, da vizinhança e da comunidade.

Não dizemos tudo isso com espírito apologético. A visão estreita, as inevitáveis limitações tornariam provavelmente esse mundo insuportável para nós. O que desejamos sublinhar é a natureza de um padrão social integrado que hoje está desaparecendo. A expressão mais adequada dessa extinção é o crescimento — tão rápido como o dos cogumelos — de metrópoles em que se desvanecem os últimos vestígios de coesão orgânica e se destroem completamente o princípio da vida em comum, a interdependência funcional e a clareza de propósito.

V. DESINTEGRAÇÃO DOS GRUPOS DE CONTRÔLE TRADICIONAIS

Outro aspecto importante do mesmo processo é a desintegração das formas antigas do controle social.

Enquanto não se perturbam as forças auto-reguladoras dos pequenos grupos, a ação e o pensamento são controlados pelo senso comum, e as regras são fixadas pelo costume e pelo precedente. As tradições são, em última instância, a experiência acumulada de reajustamentos realizados com êxito. Atuar sobre a base da tradição oferece a vantagem de poupar ao indivíduo o aborrecimento de ter que escolher ou de ter que inventar novos sistemas, quando os velhos ainda podem resolver a dificuldade. Mas a tradição e o costume mantêm seu poder para controlar os acontecimentos somente enquanto prevalecem certas condições, sendo importante enumerar pelo menos algumas delas. As tarefas têm que ser simples e freqüentes, necessitando só de uma organização limitada para realizá-las. Unicamente nessas circunstâncias se aplica o padrão estabelecido; ao aumentar a variedade, as tarefas se tornam demasiadamente complexas. A análise racional é necessária para dividir o todo em suas partes componentes, criando novas combinações e superando precedentes.

A tradição só funciona efetivamente quando é lenta a transformação, e quando o lar, o mercado, a igreja e a cidade não representam influências inteiramente diferentes e até antagônicas; ou, se as representam, ainda há tempo para reconciliar essas diferenças e assimilar hábitos discordantes. Desta maneira, enquanto o crescimento for gradual, as tradições atuarão como controles,

preservando o mínimo de concordância sem o qual é impossível a cooperação. Só podemos atuar se equilibramos nosso comportamento com as expectativas razoáveis de como os outros reagirão. O povo pode unir-se na guerra e na paz somente se certos valores básicos são tácitamente aceitos pela comunidade. Enquanto o grupo for mais ou menos homogêneo e o povo viver aproximadamente no mesmo meio social e cultural, e enquanto não houver quantidade exagerada de altos e baixos na escala social, os costumes permanecerão estáveis.

Históricamente, não apenas já temos passado da fase da comunidade de vizinhos à da Grande Sociedade em tempo relativamente curto, como também este crescimento se realizou, muitas vezes, aos saltos. O desenvolvimento técnico solapa as condições que eram o suporte da tradição. Em certas ocasiões, desaparecem grupos inteiros, como sucedeu com a aristocracia inglesa durante a Guerra das Duas Rosas, ou com os trabalhadores rurais durante a Revolução Industrial; outros grupos foram obrigados a emigrar pela pressão das forças econômicas, políticas ou eclesiásticas.

Esta transformação rápida e espasmódica contribuiu para a desintegração do controle dos grupos antigos. Dificilmente poderíamos afirmar que conseguimos substituí-los de modo adequado. Sem dúvida, temos conseguido inventar uns tantos padrões de organização em larga escala, como os do exército, da fábrica e da burocracia. Mas nenhum deles conseguiu a elasticidade necessária para satisfazer as necessidades humanas dos pequenos grupos. Ainda consideramos muito natural que as organizações em grande escala devam ser abstratas, arbitrárias e desumanizadoras, emulando o primeiro grande modelo de organização em larga escala: o exército.¹³ Hoje podemos constatar, após experiências destruidoras, que os controles que prevalecem no exército e nas fábricas têm, por si mesmos, conseqüências desmoralizantes. A longo prazo, tratar os homens como se fossem parafusos ou rodas de uma máquina, só pode levar à ineficiência deliberada e à sabotagem. A solução, representada pelos controles naturais nos pequenos grupos e pelos expedientes mecânicos nas grandes organizações, já não se agüenta: pois sabemos que a maior desmoralização do indivíduo origina-se no excesso de formalização.¹⁴ A matéria-prima do caos não é o bárbaro indisciplinado, senão o operário fabril e o soldado superdisciplinados que, conseqüentemente, perdem vitalidade quando a fábrica fecha ou quando não há quem comande.

VI. FRACASSO DA COORDENAÇÃO EM LARGA ESCALA

No que se refere aos controles essenciais, outra dificuldade na sociedade moderna é a falta de perfeita coordenação entre diferentes organizações de larga escala. Criadas como empresas de

negócios, como burocracia de Estado ou como associações voluntárias, com frequência se estorvam reciprocamente em seu funcionamento. As instituições não coordenadas neutralizam mutuamente sua eficácia. Muito diferente era o que ocorria na sociedade medieval onde, por exemplo, a corporação era um elaborado sistema de funções, privilégios e proibições bem definidos. Não somente estavam bem definidas as relações formais entre os membros, sua hierarquia social e suas funções dentro da comunidade, não só estavam claramente moldados e determinados pelos propósitos da comunidade todos os aspectos da sua vida, seus trabalhos, seus lazes, sua cultura, sua religião, mas também as próprias corporações eram coordenadas entre si. Constituíam a cidade medieval e, desse modo, diferiam essencialmente das associações patronais modernas e dos sindicatos operários que apenas têm funções fragmentárias e mal são controlados pela comunidade. Admitir que uma sociedade em grande escala não pode subsistir sem alguma coordenação entre suas instituições, não significa defender as corporações, nem no sentido medieval, nem no sentido fascista. Mas é igualmente impossível continuar pensando nos indivíduos como se fôssem milhões de átomos abstratos, desprezando o significado educativo e moral das suas associações.

Na medida em que permanecem descoordenadas as diferentes funções sociais representadas pelas associações e não se consideram estas como parte orgânica da sociedade, é extremamente fácil manipular o indivíduo utilizando esses meios. O técnico moderno, sagaz e influente, dispõe de cem maneiras para chegar ao indivíduo, como patrão ou como operário, como consumidor, estudante, radiouvinte, esportista ou turista, em dias de saúde ou de enfermidade. O resultado é a desorientação geral.¹⁵

O enfraquecimento e o fim dos controles representam também o enfraquecimento e o fim da liberdade. Não há liberdade real em abstrato. Há somente liberdades. Certos tipos de liberdade e de restrição correspondem a um determinado controle. A liberdade do militar é diferente daquela do frade; a do professor é diferente daquela do discípulo; a do pai dentro da família é diferente da que desfruta entre seus companheiros de negócios; a do funcionário público difere da do artista ou do jornalista independente. Enquanto a sociedade funciona de modo adequado, todos estão ligados por regras e compromissos diversos, mas também são livres dentro das fronteiras desses compromissos. O que parece comportamento ou licença desenfreada do ponto de vista de certo controle, pode revelar-se como escravidão, de outro ponto de vista. Onde começa a liberdade para uma pessoa, existe novo tipo de responsabilidade para outra. À primeira vista, o artista e o jornalista independentes parecem mais livres que o militar ou o funcionário público, porém, uma pesquisa mais completa pode revelar

que depois que o militar ou o funcionário público deixam seu serviço estritamente regulamentado, ficam eximidos de novas responsabilidades e podem descansar. Por outro lado, o artista que parece extremamente livre, pode achar-se amarrado pela grande responsabilidade da sua arte, e o jornalista, pelo seu código profissional.¹⁶ A liberdade qualitativa só existe em relação a compromissos qualitativamente definidos. A liberdade absoluta só existe na anarquia; mas isto prova, certamente, que quando as leis que regulam o comportamento perdem seu poder de controle, a liberdade também desaparece.

VII. DESINTEGRAÇÃO DOS CONTROLES COOPERATIVOS

O poder minguinte das pequenas comunidades se traduz também pelo desaparecimento das técnicas que lhes são tão características: as do controle cooperativo.

Em toda situação social há duas formas de controle de grupo. Uma é o padrão autoritário de comando e de obediência; outra é o padrão do desenvolvimento e da orientação da ação por meio da cooperação. Todas as formas complicadas de organização política e social em nível mais alto são derivadas destes dois padrões primários. São métodos alternativos para conseguir a divisão do trabalho e a diferenciação das funções sociais. O primeiro método, o do comando e da obediência, alcança amiúde grande eficiência, mas na maioria dos casos é prejudicial aos indivíduos que o sofrem. A alternativa de cooperação representa um princípio criador. Este método de controle compartilhado constitui um dos inventos mais significativos do campo das técnicas sociais. Em sua concepção de um propósito comum que possa ser realizado em condições de responsabilidade compartilhada, representa, por antigo que seja, grande progresso sobre o método que obriga todo o mundo a obedecer cegamente às ordens de um homem. A distribuição de diferentes tarefas, de modo a permitir que todo o mundo dê o melhor de si, seria uma divisão de trabalho relativamente fácil; mais difícil é criar formas de pensamento cooperativo, como num debate. Mas, numa sociedade em larga escala, é extremamente difícil achar um método cooperativo para criar o consenso e compartilhar do poder em comum. Mais ainda: um dos grandes problemas da democracia moderna consiste em projetar padrões para estabelecer o consenso e repartir o poder comum em grandes comunidades.

Numa pequena seita ou comunidade de tamanho limitado, podemos esperar que todos os seus membros tenham espírito de colaboração e constatem, mediante a discussão, que em suas mentes existe um acordo inconsciente. Contudo, quando o desenvolvimento da sociedade cria ambientes que indicam distinções tanto

de classes como espaciais, como climas mentais em conflito, e quando a estrutura da sociedade produz interesses criados com grupos de pressão organizados, torna-se cada vez mais difícil conservar os mesmos métodos criadores de consenso. Os que deram resultados bastante satisfatórios nas fases mais simples da organização democrática, agora parecem um tanto inadequados.

A técnica eleitoral democrática procurou substituir o consenso e a responsabilidade compartilhada dos grupos mais simples. A instituição do voto originou-se em formas primitivas de aclamação, que logo se converteu em contagem de cabeças e, finalmente, traduziu-se em vários planos de representação, desenvolvidos com particular habilidade no século XIX. Mas os que consideram o voto e o atual sistema de sufrágio como arma fundamental de controle democrático, perdem de vista o fato de que o processo democrático está viciado, em muitos aspectos, pelo controle da opinião, pelos partidos organizados e os grupos de pressão. Além disso, não percebem que repartir o controle é essencial, não somente na esfera eleitoral, como também em todas as funções e em todas as seções da comunidade; mas ainda não conseguimos descobrir métodos para distribuir os controles, adequados às exigências de uma Grande Sociedade.

VIII. EFEITOS DESINTEGRADORES DO ANTAGONISMO DE CLASSE

Entregue a si mesma, a sociedade moderna desenvolve uma espécie particular de efeito desintegrador, devido às distinções de classe e aos fatores psicológicos que intensificam esses antagonismos.

Este aspecto da sociedade moderna tem sido estudado com frequência e tende a projetar uma área de sombra sobre outras causas da desorganização em nosso sistema social. Trata-se, certamente, de uma força desintegradora muito significativa e não há dúvida de que se permitirmos que se desenrole sem controle, provocará lutas de classe e destruirá as condições necessárias para a liberdade e o apoio democrático.

Contra a crença fatalista na 'luta de classes', devemos salientar que, havendo criado métodos de controle que poderiam conter as crescentes diferenças de classe, poderíamos utilizá-los se realmente o desejássemos. Os obstáculos que dificultam sua aplicação são consideráveis, mas essencialmente não mais consideráveis que os outros fatores de desintegração anteriormente examinados. O primeiro passo para dominar esta espécie de desintegração consiste em abandonar a atitude negativa do fatalismo e sopesar os prós e contras de uma solução reformista e revolucionária. Voltaremos adiante a este problema.

IX. DESINTEGRAÇÃO DAS PERSONALIDADES

Sabemos hoje que não é possível estudar separadamente a desintegração dos padrões primários da cooperação e da vida comum, a degeneração dos controles sociais, o malôgro em coordenar as organizações de grande escala etc. Estas não são simplesmente instituições que se extraviaram, suscetíveis de serem emendadas mediante algum procedimento objetivo de 'reconstrução institucional'. Sabemos hoje que o comportamento humano e a formação da personalidade dependem, em grande parte, dessas mesmas instituições. Sua desintegração significa a desintegração da personalidade. Esperamos a desintegração da personalidade quando se desintegram as instituições, porque agora sabemos que o comportamento e o caráter não são entidades abstratas em si, mas que se desenvolvem, primordialmente, a partir do contexto das atividades e, em larga medida, dos padrões institucionalizados da ação cooperativa. Ou seja, se o padrão da cooperação perde sua força reguladora, já não são aceitáveis os controles. Perdem sua vitalidade e seu prestígio: por conseguinte, o comportamento está fadado a desintegrar-se.

O homem que segue incondicionalmente os padrões tradicionais sente-se completamente perdido quando perde a fé na tradição e não tem, ao alcance da mão, nenhum novo padrão de comportamento para adotar. O mesmo se pode dizer quando há um hiato na coordenação das instituições que afetam diretamente a conduta humana.

A maioria dos mandamentos a que obedecemos são apoiados e sancionados por grupos. Existe o código militar, os códigos profissionais, os códigos de negócios e os códigos morais, que governam as relações entre os nossos semelhantes. Na sociedade moderna, se as grandes organizações não conseguem criar suas próprias normas, se não há uma ética adequada de relações industriais, se não há uma educação completa para a cidadania que insista sobre a importância da responsabilidade comunitária e, finalmente, se nas relações internacionais prevalece a lei da selva — tudo isso se refletirá no caráter e na conduta dos indivíduos. Continuaremos a nos comportar decentemente nos casos em que ainda preponderem alguns resquícios do código familiar ou profissional, mas nos sentiremos perdidos nas circunstâncias em que desaparecerem as velhas prescrições sem serem substituídas por outras novas, ou quando novas esferas de vida se desenvolverem, sem estarem ainda sujeitas à consciência moral da comunidade. Quanto mais amplas forem essas esferas sem lei, mais desintegrarão a personalidade, até chegarmos à fase que Durkheim denominou *anomia* (*nomos*, lei; *a-nomos*, sem lei).¹⁷ E é esta a situação real em que vivemos, numa sociedade de massas que interpretou lite-

ralmente o conceito do *laissez faire*, sem perceber que com o desaparecimento dos velhos controles ficaria o homem sem nenhuma orientação. Tal sociedade está moralmente 'solapada'.

Se ainda não chegamos ao estado de *anomia*, é porque a corrente subterrânea da tradição e as técnicas ainda atuantes e em expansão permitem um acôrdo sobre as questões do dia-a-dia. Mas podemos constatar a frouxidão a que chegaram, tanto a conduta social quanto o caráter moral, quando surgiram os primeiros choques e comoções, sob a forma de guerra, crise econômica e inflação. Então, a perplexidade latente e a insegurança moral do 'homem da rua' passaram ao primeiro plano, e nações inteiras reagiram, pedindo desesperadamente 'segurança', algo em que pudessem agarrar-se. O povo considerou profeta, salvador e líder todo homem público que prometia qualquer coisa parecida com 'segurança' e preferiu segui-lo cegamente a permanecer em estado de absoluta instabilidade e ausência de lei.

X. DESINTEGRAÇÃO DO CONSENSO E DOS LAÇOS RELIGIOSOS

Se nossa observação se limita a comprovar como degenera a conduta no contexto da ação, ficamos sem perceber a desintegração do comportamento e da personalidade. Analisando as causas da desintegração social, compreendemos que nas sociedades propriamente integradas se dá um processo adicional que se sobrepõe à formação da conduta e do caráter na ação. Trata-se da função integradora de inspiração ideológica ou espiritual, representada principalmente pela religião.

Quando fala em religião, o sociólogo não se refere a êste ou àquele credo ou denominação, mas a uma instituição básica que se acha bem expressa pela própria palavra 'religião'. Por derivação, *re-ligere* significa 'atar fortemente' a uma causa suprema aquilo que fazemos. A atividade humana no contexto da vida se tece primeiro num desenho, por meio de hábitos e convencionalismos. Mas esta integração primária não é suficiente. O homem almeja uma unidade mais fundamental que relacione todas as suas atividades dispersas a um propósito comum. Se desaparece o propósito comumente aceito, a máquina social continua funcionando como de costume durante algum tempo, pois as dependências e obrigações mútuas oriundas da divisão do trabalho não permitem que o indivíduo simplesmente empreenda a fuga. Mas, sempre que surge uma grave crise, torna-se aparente que as obrigações mútuas somente são válidas quando estão arraigadas na consciência; e a consciência, embora seja a experiência mais pessoal do homem, é um guia para a vida comum somente quando uma interpretação moral e religiosa dos acontecimentos vividos em comum é aceita e assimilada pelos membros dessa comunidade.

Neste sentido, a religião significa entrelaçar os atos e as responsabilidades individuais com uma corrente mais larga de experiência comum. A religião, por conseguinte, integra mais uma vez, num plano mais profundo, aquilo que já fôra integrado para propósitos limitados e utilitários ao plano mais pragmático da atividade cotidiana.

Quando a religião deixa de ser a força integradora mais profunda nos assuntos humanos, a mudança torna-se socialmente aparente. Até a dissolução da sociedade medieval, a religião manteve-se viva porque não era somente uma crença, mas também um controle social que inspirava padrões de conduta e ideais de bem viver. Quando esta influência desapareceu, deixando o Estado, a indústria e outros setores da vida humana entregues aos seus próprios cuidados, a religião perdeu seu vigor e a vida social não lhe achou substituto. Procurou-se preencher essa lacuna, primeiro com o nacionalismo, depois com o socialismo. Numa época em que se espera a integração do mundo, a tendência autoderrotista e a influência perniciosa do nacionalismo, especialmente quando se converte em instrumento de agressão, são fatos indubitáveis. É certo que, durante algum tempo, o socialismo e o comunismo tiveram o poder de ligar as atividades humanas a uma finalidade mais alta: a de edificar uma sociedade baseada na justiça social. Mas é evidente que para grande parte da humanidade essas duas ideologias não podem significar uma religião e, por conseguinte, elas dividem em vez de unir os homens para a próxima grande empresa de edificar uma sociedade mundial cooperativa.

O grande paradoxo de qualquer integração fundamental no plano do *re-ligere*, na atual conjuntura histórica, é que a tão necessária unificação de grandes comunidades é amiúde conseguida mediante um antagonismo com outros credos religiosos. Estes credos parecem criar a espécie de zelo e de intolerância que, com a ajuda dos atuais instrumentos de guerra aperfeiçoados, só podem levar à extinção das nações.

Enquanto o mundo consistiu em várias unidades que podiam desenvolver-se lado a lado, o zelo religioso muitas e muitas vezes resultou em guerras. Mas essas lutas, de épocas passadas, parecem manobras relativamente ingênuas quando comparadas com as duas Grandes Guerras Mundiais e, mais ainda, quando se pensa nas potencialidades destrutivas das próximas guerras. O critério, para qualquer futuro como força criadora, será sua capacidade para integrar os homens sem antagonizá-los. O fato de que isto mal tenha acontecido até agora não pode ser aceito como conclusivo por aqueles que acreditam na capacidade criadora do homem, pois no passado o homem demonstrou amiúde ser capaz de enfrentar o

desafio de um ambiente inteiramente transformado, mediante a emergência de uma atitude mental completamente nova.

Quando contemplamos o estado caótico da sociedade capitalista não regulamentada, uma coisa é evidente: o atual estado social não pode durar muito tempo. Temos visto que o caos social pode manter-se latente enquanto não surge uma crise grave. Mas quando o desemprego em massa, ou a guerra, leva a tensão ao ponto máximo, é necessário encontrar novas soluções. Nesta altura, o mundo já compreendeu que tais crises não são fortuitas, mas que tanto o desemprego em massa como as guerras são inerentes ao sistema: portanto, os dois males básicos não desaparecerão se não forem atacados consciente e sistematicamente. Isto indica, por si mesmo, que a época do *laissez faire* já passou e que a catástrofe só pode ser evitada pelo planeamento.

NOTAS

CAPITULO 1

PRINCIPAIS SINTOMAS DA CRISE

1. Esse aumento pode ser verificado pela seguinte tabela, extraída de J. R. Hicks e A. R. Hart, *The Social Framework of the American Economy* (Nova Iorque, 1945), p. 39.

	População (em milhões)				
	1650	1800	1850	1900	1940
Grã-Bretanha	6	10	21	37	46
França	16	27	35	41	42
Alemanha	14	20	35	54	70
Itália	13	17	24	32	44
Estados Unidos	..	5	23	75	131
Irlanda	1	5	6,5	4,5	4,25

2. Cf. Gilfillan, S. C., *The Sociology of Invention* (Chicago, 1935). Ogburn, W. F., *Social Change* (Nova Iorque, 1929).

3. Sir George Cornewal Lewis, em 1841, assim classificava 'as vantagens que uma metrópole obtinha das suas colônias:

1. Tributo ou rendimento pago pela dependência.
2. Assistência para fins militares ou navais prestada pela dependência.
3. Vantagens do país dominante em seu comércio com a colônia.
4. Facilidades oferecidas pelas dependências à metrópole para a emigração do excesso de população e para o emprego vantajoso dos seus capitais.
5. Lugar de desterro para condenados.
6. Glória de possuir dependências'.

Extraído de *An Essay on the Government of Dependencies*, com uma introdução de C. P. Lucas (Oxford, 1891) p. XLV.

4. Mumford, Lewis, *Faith for Living* (Nova Iorque, 1940), p. 149.

5. 'Argumenta-se que as oportunidades econômicas de investimentos disponíveis no século XIX eram consequência da existência de vastas áreas incultas ou semicultivadas e da grande demanda de mercadorias por parte de uma crescente população. Mais recentemente, argumenta-se ainda, as instalações básicas de capital — minas, ferrovias, fábricas, telecomunicações etc. — já foram efetuadas e requerem agora, não a substituição total, mas apenas manutenção, reparações e melhorias. Acrescenta-se ainda que essas melhorias dão resultados mais compensadores com

menos emprêgo de capital que antes. Daí a expansão econômica precisa ser procurada pelo aproveitamento mais intenso, industrial ou outro, das oportunidades ainda existentes. Mesmo assim, muitos julgam difícil descobrir meios de aplicar tôdas as poupanças naturais e temem que, na falta de uma política fiscal compreensiva, algumas das poupanças poderão simplesmente ficar esterilizadas pelo entesouramento'. H. Finer, *The T. V. A.* (Montreal, 1944), p. 218, nota 2.

Hansen, A. H., *Fiscal Policy and Business Cycles* (Nova Iorque, 1941), cap. XVI.

Temporary National Economic Committee Hearings, Parte 9. *Ibid.* Currie, pp. 3520 e adiante.

6. Easum, Chester V., *Karl Schurz* (Weimar, 1937).

7. Arendt, Hannah, 'The Concentration Camps', *Partisan Review*, vol. XV, n.º 7, pp. 762 e seg.

(Balticus), 'The Two "G"s: Gestapo and GPU, Phenomena of Modern Revolution', *Foreign Affairs* (1939), vol. 17, pp. 489-507.

Baron, Salo W., *A Social Religious History of the Jews* (Nova Iorque, 1937).

Bettelheim, Bruno, 'Concentration Camps, German', *Ten Eventful Years* (Chicago, 1947), vol. 2.

Idem, 'Individual and Mass Behavior in Extreme Situations', *Journal of Abnormal and Social Psychology*, vol. 38, n.º 4.

Bloch, Herbert A., 'The Personality of Inmates of Concentration Camps', *American Journal of Sociology* (Jan. 1947), vol. 52.

Bondy, Curt, 'Problems of Internment Camps', *Journal of Abnormal and Social Psychology*, vol. 38, n.º 4.

Bramsted Ernest K., *Dictatorship and Political Police* (Londres, 1945).

Kautsky, Benedict, *Teufel und Verdammte* (Zurique, 1946).

Kogon, Eugen, *Der SS-Staat* (Berlim, 1947).

Rousset, David, *The Other Kingdom* (Nova Iorque, 1947).

8. Coulton, G. G., *The Medieval Village* (Cambridge, 1925).

9. Para as definições sociológicas, ver Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, tr. de A. M. Henderson e Talcott Parsons, publ. com introdução por Talcott Parsons (Nova Iorque, 1947), pp. 140, 238-45.

Cahn, Edmond N. (compilador), *Social Meaning of Legal Concepts* (Nova Iorque, 1948), n.º 1, 'Inheritance of Property and the Power of Testamentary Disposition'. (Conferência anual organizada pela New York University School of Law).

10. Ver nota 53, cap. 5.

11. Cf. Brady, R. A., *Business as a System of Power* (Nova Iorque, 1943). Schumpeter, Joseph A., *Business Cycles*, (Nova Iorque, 1939).

12. Ver, por exemplo, a observação feita sobre o recente desenvolvimento social na Ásia Central por G. e M. Willson, *The Analysis of Social Change* (Cambridge, 1945).

13. Fato característico: na Inglaterra, após a guerra, o marechal-de-campo Montgomery baixou regulamento para que os usos e padrões de vida do exército fôssem semelhantes aos da sociedade civil.

14. Cf. conceito de Cooley sobre a formalização excessiva: 'Formalism and Disorganization', *Social Organization* (Nova Iorque, 1924), cap. XVI.

15. A respeito do conhecido caso de confusão e pânico provocados no público por uma transmissão radiofônica, ver Hadley Cantril, *The Invasion from Mars* (Princeton, 1940).

16. 'Freedom of Inquiry and Expression, a Collection of Facts and Judgments concerning Freedom and Suppression of Freedom of All Forms of Intellectual Life', *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* (nov., 1938), vol. 200.

Lippmann, Walter, *Public Opinion* (Nova Iorque, 1922; Pelican, 1946).

Lovejoy, A. D., 'Professional Ethics and Social Progress', *The North American Review*, vol. 219, pp. 398-407.

MacIver, Robert, 'The Social Significance of Professional Ethics', *The Annals* (Amer. Acad. Soc. Pol. Science), vol. 101, pp. 5-11.

Parsons, Talcott, 'The Professions and Social Structure', *Social Forces* (maio 1939), vol. 17, pp. 457-87.

Steed, Wickham, *The Press* (Londres, 1938, Penguin ed.).

Whitehead, Alfred North, 'Aspects of Freedom', *Freedom Its Meaning*, organizado e editado por Ruth Nanda Anshen (Nova Iorque, 1940).

17. Durkheim, Emile, *Le Suicide, étude de sociologie* (Paris, 1897), pp. 272-88 (Trad. de William C. Bradbury Jr., com introdução de Sebastián de Grazia. *University Observer*, Chicago, Inverno, 1947).

RESPOSTAS ALTERNATIVAS À SITUAÇÃO

A SITUAÇÃO que acabamos de descrever tornou-se aparente na Europa Central antes mesmo que nas democracias ocidentais. Aquela parte do mundo enfrentou o dilema do caos total muito antes que os países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial se dessem conta de alguma mudança fundamental. Durante muitos anos, os aliados não perceberam o que estava ocorrendo, devido à sua maior riqueza, à sua segura posição internacional e à sua tradição de hábitos e instituições democráticas. Mesmo assim, muitas pessoas sentiam que esses países mais prósperos ainda teriam que enfrentar o teste do conflito aberto entre as forças antagônicas inerentes à estrutura social. A política adotada pela Alemanha e pela Itália, nos assuntos internos e externos, durante o período compreendido entre as duas grandes guerras, só pode ser entendida se se considerar que estes dois países já lutavam com tal situação, que agora se tornou não menos vital para nós, de uma ou de outra forma. Por censuráveis que fôssem suas reações à ameaça, aqueles dois países procuraram, ao menos, enfrentar a situação, ao passo que nós só temos pôsto em prática meios tradicionais para resolver a crise. Ainda hoje estamos inclinados a empregar paliativos para os males sociais, em vez de nos reorientarmos para introduzir mudanças transcendentais na sociedade moderna. Nôvo enfoque político só poderá ser encontrado se considerarmos os novos sistemas sociais e políticos como experiências realizadas por nações que tiveram de enfrentar os novos males da época. Os diversos enfoques serão então julgados pelo seu mérito, como reações a desafios apresentados pela estrutura social transformada. Até agora só apareceram duas reações contra a desintegração:

- 1) O planejamento totalitário em suas duas variantes, o fascismo e o comunismo;
- 2) O planejamento democrático criado gradualmente pelas políticas progressistas das democracias. Contudo, nem as ava-

liações básicas, nem as técnicas, nem o padrão em seu todo ainda foram expostos e desenvolvidos com clareza. O objetivo dêste livro consiste em traçar o esquema, em expor as linhas fundamentais da planificação democrática.

I. AS RESPOSTAS TOTALITÁRIAS

As respostas totalitárias podem ser caracterizadas, até certo ponto, como reações de uma mente tomada de pânico diante de um novo problema — uma fuga para os métodos de comando, pressão, coerção e genocídio. É geralmente este o método das sociedades em que prevalece a tradição do sistema militar, nas quais a organização significa, antes de tudo, a estrita arregimentação. A reação totalitária deve ser estudada atentamente porque, apesar de sua brutalidade, reproduz claramente a situação que essas sociedades tinham de enfrentar, embora, em sua maior parte, suas medidas concretas resultassem em curar um mal infligindo outro maior.

Neste sentido será útil verificar quais são as principais características da reação totalitária e em que diferem o comunismo e o fascismo. Ambos compreendem que o caos econômico gera o desemprego forçado intermitente e que, a longo prazo, este mal não pode ser curado com paliativos. Ambos compreendem que o direito ao trabalho é um direito fundamental do cidadão que o Estado deve garantir. Ambos compreendem que a segurança básica, evitando que o cidadão caia abaixo de certo nível, e a estabilidade são igualmente obrigações da comunidade. Da mesma forma, reconhecem que a segurança psicológica básica é um dever público e que uma sociedade não pode ir avante se não reconhecer deliberadamente as consequências psicológicas da estabilidade. A moral de uma comunidade, numa sociedade de massas, não se desenvolve espontaneamente; necessita de orientação consciente. Em suma, os totalitários compreendem que, na Grande Sociedade, o planejamento é necessário nas esferas econômica, social e moral.

Outra analogia entre o comunismo e o fascismo é que ambos concebem a planificação como um processo inclusivo, que tudo abrange e regula. Ambos consideram a planificação como um processo centralizado que emana de umas poucas posições-chave.

Finalmente, ambos são semelhantes porque executam a planificação por intermédio da ditadura. Isto significa a concentração absoluta do poder nas mãos de uns poucos, por meio de um partido monopolístico. Em termos concretos, implica na suspensão de todos os direitos do cidadão livre. Significa o controle total da imprensa e de todos os outros órgãos formadores da opinião pública, bem como o controle completo do sistema educativo. Signi-

fica a utilização do poder por facções oficiais ou semi-oficiais; significa campo de concentração, espionagem e terrorismo de toda espécie. Embora em seus métodos ditatoriais pouco haja que escolher entre o fascismo e o comunismo, é errado acreditar que os dois sistemas sejam idênticos por essa razão. Não queremos ocultar o significado dos elementos ditatoriais e da superarregimentação totalitária; constatamos que até mesmo as virtudes positivas do planejamento socialista estão minadas. Mas há uma grande diferença entre a ditadura que serve ao desenfreio complexo de poder de alguns chefes de partido, capitães de indústria e militares, e a ditadura que se propõe elevar o nível de vida da maioria. Ninguém pode negar que na Rússia o analfabetismo e a pobreza diminuíram em escala sem precedentes, ao passo que os nazistas reduziram o nível de vida e de educação na Alemanha. Por outro lado, é certo que a Rússia realizou uma grande proeza ao instituir uma política criadora de minorias nacionais, concedendo-lhes autonomia cultural, em vez de acirrá-las umas contra as outras e fomentar sistematicamente os sentimentos de suposta superioridade nacional e racial.¹

Tanto o comunismo como o fascismo têm uma cultura imposta,² mas com a diferença de que a primeira visa à educação geral do povo e só se detém quando esta entra em conflito com a ideologia oficial. Ainda que na Rússia soviética esta ideologia afete muitas esferas de pensamento, não promove o primitivismo, como o fez a educação nazista. O ideal nazista era o ideal bárbaro, ainda não humanizado pelos valores clássicos ocidentais e cristãos. Os nazistas procuraram inculcar o culto da fertilidade e da "raça", e endeusar a própria nação. Era a sistemática inculcação de um credo para perpetuar a luta, o conflito e a mútua extinção. Aos elementos racionalistas na propaganda e na educação russas deve-se o desaparecimento dos hábitos e das formas pré-industriais, e, se isto era necessário para o estabelecimento de uma sociedade moderna industrializada, não se pode negar que, ao adotar somente a tradição racionalista da civilização ocidental, os russos sacrificaram a riqueza de pensamento e experiência humana incorporadas nas demais tradições da cultura européia. O materialismo histórico é uma doutrina sociológica e filosófica de extraordinário valor, mas somente como um entre outros sistemas de hipótese científica. A atitude hostil para com o cristianismo e tudo o que está fora dos estreitos limites do materialismo histórico, a evitação deliberada de todos os valores não racionais, implica um sacrifício difícil de aceitar para nações de cultura complexa e herdeiras de um legado espiritual mais diverso. Ter consciência de que os movimentos reacionários utilizam freqüentemente as forças não racionais de nossa cultura como armas ao serviço dos seus próprios fins, ou como disfarces de interesses criados, não justifica o teore-

ma de que a religião seja uma camuflagem do atraso e um instrumento de reação. Na Inglaterra, por exemplo, o impulso mais profundo para o progresso social estava firmemente arraigado na experiência religiosa.³ *

II. O PESSIMISMO FASCISTA

Uma das diferenças fundamentais entre o comunismo e o fascismo é que este não acredita na perfectibilidade do homem e não tem verdadeira visão utópica sobre a melhoria da organização social e das relações humanas. Por conseguinte, os fascistas nunca se guiam em seus atos pela idéia do melhoramento básico dos problemas do mundo. Isto os leva à exploração inescrupulosa das possibilidades imediatas para beneficiar uma minoria, qual seja sua própria classe dirigente ou sua raça. Se, por exemplo, a desorganização do sistema econômico tornar desejável a planificação de uma nova ordem em escala mundial, mas a autarquia der melhores resultados na fase de transição, eles explorarão as possibilidades deste sistema, embora sabendo que, de um ponto de vista mais geral, pode representar a ruína da humanidade.

Enquanto os outros quebram a cabeça para descobrir meios de melhorar o nível de vida de todas as classes e nações, os fascistas só acreditam na exploração do homem. Os melhores pensadores de nossa época se preocupam em encontrar os meios possíveis para eliminar a constante ameaça de guerra, ao passo que os fascistas consideram que a guerra está arraigada na condição humana e que sua 'raça' só pode beneficiar-se com esta circunstância, formando os melhores soldados e os conquistadores mais impiedosos. Embora os jornalistas, os educadores e os políticos conheçam o tremendo poder da sugestão e da propaganda emocional, mas relutem em utilizá-lo, por receio de paralisar a faculdade de julgamento da próxima geração, o fascista usa, sem escrúpulos, esses métodos em todas as relações humanas. Não somente substitui os métodos de discussão política pela propaganda organizada, como também transforma a educação e todas as relações humanas importantes em departamentos de propaganda. Nem mesmo excetua as relações pessoais ou a exploração dos lazeres e das festividades da comunidade: utiliza tudo para seus próprios fins. Isto, é claro, também se aplica em grande escala à Rússia soviética e a outros países da Europa oriental mas, pelo menos, estas nações se encontram na defensiva, no que diz respeito a essas táticas; alegam

* N. do trad.: Além das obras citadas pelo autor no fim do volume, referentes a este capítulo, ver também: William Dale Morris, *The Christian Origins of Social Revolt*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 1949.

que toda sua política educativa é dirigida, não ao emocionalismo, mas ao pensamento racional e à análise das relações humanas, por pequeno que seja seu alcance.

Ainda que a humanidade tenha lutado denodadamente para eliminar, sempre que possível, os métodos de comando e supressão, o fascista supõe que o homem quer ser dirigido, e converte esse desejo em princípio de organização política e social. Assim, todas as experiências democráticas, fruto de séculos de luta, podem ser destruídas em poucos anos.

Em todos esses exemplos sobressai a tendência restritiva da mentalidade fascista. O fascista está contra o crescimento e a melhoria porque não acredita no poder criador básico do homem. Com este pessimismo e ceticismo é possível empregar técnicas eficazes destinadas somente a fomentar a exploração. O fato de crer no determinismo biológico — a qualidade inerente e inalterável de 'raça' — não é mais que outra expressão do seu cínico fatalismo. Não é possível a justiça social no próprio país nem a colaboração entre as nações consideradas iguais: e o *sacro egoísmo* da raça dominante — o *Herrenvolk* — é necessariamente o resultado. Esta filosofia é tão alarmante que, mesmo se os fascistas dispusessem de todo o poder, haveria inevitavelmente uma contínua fermentação e rebelião, terminando finalmente em mútua destruição.

III. A ESPERANÇA UTÓPICA DO MARXISMO

Onde o fascista peca por insuficiência, o comunista peca antes por excesso. Este começa com uma fé fanática na perfectibilidade da condição humana e da ordem social. Tal fé, ilimitada no melhoramento potencial dos assuntos humanos, não seria perniciosa se não levasse o comunista a menosprezar as dificuldades da fase de transição. Com seu espírito crítico, amiúde ultracrítico, aplicado ao estado de coisas existente, o comunista está disposto a jogar tudo ao lixo e começar de novo. O perigo disso é óbvio. Ao diagnosticar a inevitabilidade da luta de classes, o comunista contribui para criá-la.⁴ Pela sua insistência em afirmar que a sociedade só pode ser transformada radicalmente pela violência, destrói o ambiente em que se poderiam levar a efeito reformas graduais. Destruindo as esperanças dos reformistas, cria uma situação em que nada pode sobreviver, a não ser a mentalidade revolucionária ou a mentalidade reacionária, ambas extremistas. Esta aguda tensão e este antagonismo absoluto constituem o desiderato da teoria revolucionária. Quando foi concebida possuía algum sentido, apesar da sua inexorabilidade, mas hoje esta atitude cria uma situação que favorece a derrota revolucionária e a vitória reacionária.

A teoria revolucionária moderna⁵ foi concebida na primeira fase do capitalismo, num mundo de escassez e de exploração im-

que toda sua política educativa é dirigida, não ao emocionalismo, mas ao pensamento racional e à análise das relações humanas, por pequeno que seja seu alcance.

Ainda que a humanidade tenha lutado denodadamente para eliminar, sempre que possível, os métodos de comando e supressão, o fascista supõe que o homem quer ser dirigido, e converte esse desejo em princípio de organização política e social. Assim, todas as experiências democráticas, fruto de séculos de luta, podem ser destruídas em poucos anos.

Em todos esses exemplos sobressai a tendência restritiva da mentalidade fascista. O fascista está contra o crescimento e a melhoria porque não acredita no poder criador básico do homem. Com este pessimismo e ceticismo é possível empregar técnicas eficientes destinadas somente a fomentar a exploração. O fato de crer no determinismo biológico — a qualidade inerente e inalterável de 'raça' — não é mais que outra expressão do seu cínico fatalismo. Não é possível a justiça social no próprio país nem a colaboração entre as nações consideradas iguais: e o *sacro egoísmo* da raça dominante — o *Herrenvolk* — é necessariamente o resultado. Esta filosofia é tão alarmante que, mesmo se os fascistas dispusessem de todo o poder, haveria inevitavelmente uma contínua fermentação e rebelião, terminando finalmente em mútua destruição.

III. A ESPERANÇA UTÓPICA DO MARXISMO

Onde o fascista peca por insuficiência, o comunista peca antes por excesso. Este começa com uma fé fanática na perfectibilidade da condição humana e da ordem social. Tal fé, ilimitada no melhoramento potencial dos assuntos humanos, não seria perniciosa se não levasse o comunista a menosprezar as dificuldades da fase de transição. Com seu espírito crítico, amiúde ultracrítico, aplicado ao estado de coisas existente, o comunista está disposto a jogar tudo ao lixo e começar de novo. O perigo disso é óbvio. Ao diagnosticar a inevitabilidade da luta de classes, o comunista contribui para criá-la.⁴ Pela sua insistência em afirmar que a sociedade só pode ser transformada radicalmente pela violência, destrói o ambiente em que se poderiam levar a efeito reformas graduais. Destruindo as esperanças dos reformistas, cria uma situação em que nada pode sobreviver, a não ser a mentalidade revolucionária ou a mentalidade reacionária, ambas extremistas. Esta aguda tensão e este antagonismo absoluto constituem o desiderato da teoria revolucionária. Quando foi concebida possuía algum sentido, apesar da sua inexorabilidade, mas hoje esta atitude cria uma situação que favorece a derrota revolucionária e a vitória reacionária.

A teoria revolucionária moderna⁵ foi concebida na primeira fase do capitalismo, num mundo de escassez e de exploração im-

piedosa, quando só se podia pensar numa luta de vida ou de morte entre o rico e o pobre, em que este nada tinha a perder senão suas cadeias.⁶ Desde então, a situação modificou-se nos países industriais adiantados, onde há agora grande número de pessoas que só poderiam perder com a revolução. Por conseguinte, prefeririam presenciar uma transformação pacífica para atingir uma organização social mais esclarecida.⁷ Por outro lado, o primitivo diagnóstico revolucionário equivocou-se em três pontos: 1) numa sociedade industrial muito diferenciada, a extrema esquerda tem pouca chance de conquistar e conservar o poder, a menos que a sociedade se ache em profunda desintegração; 2) o preconceito da doutrina marxista contra a classe média⁸ provoca a alienação de consideráveis parcelas da população, nas quais o fascismo deposita suas esperanças; 3) outrossim, e isto é o fator mais importante, não só não se dissolveu na Rússia a ditadura supostamente 'provisória', mas também se pode pressupor que nunca se dissolveria em qualquer experiência social baseada na ditadura. Isto é verdade porque, em vista das técnicas sociais modernas, nunca uma minoria entregará o poder a uma maioria sem armas. Qualquer revolução contra um poder totalitário, bem entrincheirado, é quase impossível. Nenhum regime totalitário estabelecido, seja qual for seu credo político, pode ser destruído internamente; é necessário uma guerra externa para derrubá-lo.⁹ Daí resulta que as utópicas esperanças dos comunistas de que a sua ditadura se dissolveria gradualmente, são ainda mais visionárias que muitas outras das suas expectativas superotimistas.

A esperança marxista de que a ditadura seria transitória era uma projeção inconsciente de experiências reais do passado, mas hoje é insustentável. A geração de Marx podia lembrar-se de períodos históricos em que as revoluções contra o absolutismo haviam triunfado ou em que o absolutismo havia recuado, pouco a pouco, diante da democracia. Mas então a arma principal era o fuzil: cada homem representava um fuzil, cada fuzil um homem, e dez mil ou cem mil homens, especialmente após uma guerra perdida, podiam volver-se contra o tirano. Era esta a verdadeira raiz da democracia.¹⁰ Hoje, com armas completamente diferentes, os exércitos pessoais ou semi-oficiais do ditador, ao lado de um governo centralizado e vasta rede de espionagem, constituem uma fortaleza contra a qual não triunfou até agora, em tempo de paz, nenhuma oposição. É otimismo perigosíssimo acreditar que essa espécie de poder, uma vez estabelecida, abdicará por razões ideológicas ou por amor à liberdade.

A única possibilidade de que o ideal de liberdade continue vivo no espírito dos governantes, reside na permanência e no apoio das instituições livres. A falácia perigosa da argumentação comunista consiste em que seus campeões prometem pagar cada polegada de

liberdade perdida durante o período intermediário da ditadura, com um cheque sem data contra um futuro melhor. Mas, a esta altura, já aprendemos que toda melhoria é infinitamente mais valiosa se conseguida gradativamente, em condições de liberdade e acôrdo democrático, do que se foi paga com o sacrifício das instituições livres e da mentalidade amante da liberdade que as acompanha. Depois que desaparecem, dificilmente podem ser recuperadas nas atuais condições da técnica social. Logo que um sistema ditatorial, seja qual fôr seu conteúdo social, se apodera do aparelho educacional, faz tudo a seu alcance para obliterar a lembrança e a necessidade do pensamento e da vida livres; emprega os maiores esforços para transformar as instituições livres em instrumentos de uma minoria.¹¹

IV. RUMO AO PLANEJAMENTO DEMOCRATICO

Se fôr aceito todo o pêso da argumentação que acabamos de apresentar, será possível formular então o problema social e político do nosso tempo. Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser *planejamento para a liberdade*, sujeito ao contrôle democrático; *planejamento, mas não planejamento restricionista* que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens de empresa ou de associações operárias, mas 'planejamento para a plenitude', isto é, pleno emprêgo e total exploração dos recursos; *planejamento para a justiça social*, mais que igualdade absoluta, com diferenciação de recompensas e *status*, sôbre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; *planejamento, não para uma sociedade sem classes*, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; *planejamento para padrões culturais* sem "nivelamento por baixo" — uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há de valioso na tradição; *planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas*, coordenando os instrumentos de contrôle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; *planejamento para o equilíbrio* entre a centralização e a dispersão do poder; *planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade*: em resumo, *planejamento mas não arregimentação*.¹²

É importante enumerar êsses requisitos mesmo se, à primeira vista, parecem ser uma lista de desideratos que incluem certa dose de paradoxo. Dizemos que essas idéias nos parecem incompatíveis, sômente porque admitimos as alternativas existentes: aceitamos como certo que o planejamento só pode ser ditatorial,

porque são ditatoriais tanto o planejamento fascista como o comunista; aceitamos a idéia de que a liberdade é o preço a pagar pelo planejamento, porque os planejadores fascistas e comunistas esmagam toda oposição pela violência e pelo terror. Cremos que uma sociedade democrática deverá ser restritiva e monopolística, porque inconscientemente identificamos a democracia com a última fase da oligarquia e do capitalismo monopolista. Damos por asentado que não há escolha no mundo moral entre o caos e a cadeia, porque em nossas sociedades democráticas de *laissez faire* desaparecem pouco a pouco todos os elementos do conformismo moral, e até hoje não se encontrou outro remédio a não ser a imposição de uma mentalidade comum mediante a doutrinação ditatorial.

Mas praticaríamos um fatalismo de curta visão se aceitássemos como definitivas e inevitáveis a desintegração atual e as reações que provocam. Nossa geração pecaria por falta de imaginação se considerasse como inexoráveis as evoluções devidas ao acaso e permitisse que as gerações seguintes continuassem lutando para conservar tipos de sociedade que são em si insatisfatórios. Não vale a pena morrer por uma falsa democracia que favorece unicamente a restrição e os extremos de miséria e de opulência plutocrática, ou por uma falsa sociedade planejada na qual desapareceu para sempre toda a liberdade humana. Tudo depende, portanto, da nossa imaginação e do nosso esforço intelectual. Não devemos aceitar como irreversível a decadência atual do nosso sistema democrático, e tampouco adotar como única solução possível as primeiras experiências de reorganização que surjam, por acaso, nos Estados totalitários. Mesmo na política, o *status quo* revela-se instrutivo unicamente se a inteligência analítica pode desentranhar dele a) os traços que surgiram devido às exigências da estrutura básica e mutante da sociedade e b) os traços que são apenas respostas arbitrárias a um problema que poderia ser resolvido de outra forma.

A política criadora não difere da ciência criadora. Esta começa quando a mente se afasta dos padrões estabelecidos; o cientista inventa livremente instrumentos que ainda não existem como tais na natureza, embora se baseiem, em princípio, nela. Quando imaginamos uma democracia planificada onde exista a liberdade, fixamos para nós mesmos, na realidade, um objetivo ainda não alcançado — uma combinação de desideratos aos quais ainda não corresponde realidade alguma. Isto não significa que, observando de que forma funcionam as causas e efeitos na sociedade, não possamos influir nas tendências atuais, de uma maneira que nos permita chegar ao alvo que nos propusemos. Uma vez que influímos constantemente na corrente dos acontecimentos sociais (e continuaremos a fazê-lo no futuro em grau cada vez maior), é de pri-

mordial importância que estejamos a todo momento conscientes das necessidades do nosso tempo. Neste sentido, é absolutamente imperativa uma visão autêntica dos elementos essenciais da democracia, ainda que a nossa lista de desideratos possa parecer, a princípio, utópica. Os experimentos podem malograr, mas a melhoria será possível somente se o experimentador puder expor claramente o que deseja; ele só poderá experimentar novamente se conhecer exatamente o que queria, e porque falhou anteriormente.

Portanto, de modo algum é certo que aquilo que parecia utópico à primeira vista continue sendo utópico a longo prazo. Toda nova visão destinada a melhorar as instituições sociais pareceu utópica aos que tinham como assentada a ordem estabelecida. Poderíamos ainda ir mais longe e dizer que, pelo menos na situação atual, o desenho de uma sociedade baseada no planejamento democrático, está longe de ser utópico, uma vez que muitas linhas convergentes, tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos, se movem na direção dos oito pontos anteriormente mencionados. Sem uma clara visão do propósito, contudo, o momento adequado poderia passar sem se conseguir o efeito desejado.

Antes de começar a estudar as possibilidades e o programa de um sistema de liberdade planificada nos países anglo-saxões, seria interessante fazer um breve inventário dos elementos característicos da vida nessas democracias, tanto culturais como institucionais, políticos e econômicos, pois nenhuma tentativa para reformar determinada sociedade pode ter êxito, se não forem consideradas algumas de suas características essenciais.

Começemos pela Grã-Bretanha. Enquanto a Rússia construiu seu novo mundo sobre a tábua rasa da revolução total, a Inglaterra conta com muitos elementos tradicionais que não devem ser varridos precipitadamente pois, afortunadamente, representam uma herança valiosa que pode contribuir para suavizar a difícil transição para uma nova ordem social. Suavizar a transição não significa, naturalmente, retroceder ante as dificuldades e os sacrifícios exigidos, pois não há nascimento sem dor, não há crescimento sem pena e não há educação sem esforço e disciplina. É certo que algumas características britânicas são ambivalentes, ou bem, devido ao seu longo uso histórico, perderam quase toda significação; tal é, por exemplo, o princípio do governo da maioria; estes símbolos podem chegar a ser instrumentos de abusos totalitários ou, simplesmente, um peso morto, a impedir qualquer mudança. Outros traços possuem ainda grande vitalidade, sendo indubitável que as tradições e fórmulas, os métodos e as instituições da democracia serão utilizados e renovados para servir de veículo às novas necessidades da época atual.

A Inglaterra teve melhor sorte que os países que foram compelidos a passar pelas convulsões violentas de um desenvolvimento

retardado e apressado do industrialismo moderno. Pode olhar para o passado, para o desenvolvimento mais demorado e, portanto, mais gradual, tanto dos seus fartos recursos econômicos como das suas instituições políticas. Chegara a constituir-se como nação antes que as forças desintegradoras do capitalismo e do urbanismo moderno levassem a cabo seu impacto fatal, de tal forma que mesmo as mais profundas alterações sociais e morais produzidas pelas revoluções industriais e agrícolas do século XVIII não conseguiram destruir a homogeneidade nacional. Quando, no decurso dos cinquenta anos seguintes, o país ameaçava desintegrar-se e separar-se em 'duas nações', as reformas políticas conseguiram restabelecer um acôrdo fundamental, ao passo que, concomitantemente, a expansão econômica proporcionava uma válvula de escape para as energias que, de outra forma, permaneceriam frustradas. O pressuposto de que se pode chegar a um acôrdo essencial acêrca dos objetivos comuns tem sido, desde então, o eixo em tôrno do qual gira a democracia parlamentar britânica. Esta tradição, esta experiência comum, que têm mantido unida a vida política da Grã-Bretanha, constituem uma das grandes esperanças para a eventual aceitação e a possibilidade da planificação democrática inglesa. A Rússia soviética e também, até certo ponto, a malfadada primeira república alemã tiveram que educar povos que contavam com experiência prática limitada no que se refere às instituições políticas livres ou à expressão de uma livre vontade política. A Grã-Bretanha, contudo, possui, felizmente, métodos bem comprovados e ainda flexíveis, bem como uma disciplina social transmitida pela tradição do debate político e do compromisso. Seus partidos políticos, dentro do sistema parlamentar, têm sido reconhecidos como soluções alternativas, e não mutuamente excludentes. Os partidos não constituem organizações totalitárias, representativas de determinados estratos sociais; as tendências partidárias não são as únicas ou as essenciais na vida da nação considerada em seu conjunto, como era o caso, por exemplo, na Alemanha, depois de 1870, quando, com freqüência, se jogava xadrez ou futebol de acôrdo com as filiações políticas dos que desejavam participar dos ditos jogos, e os adversários não se encontravam quase nunca num terreno comum. O sucesso da Inglaterra em seu experimento atual de uma ordem democraticamente planificada dependerá, sobretudo, de sua capacidade de adaptar os métodos e instituições que ainda inspirem entusiasmo democrático a uma situação fundamentalmente nova; dependerá também da necessidade de que o espírito derivado de uma tradição comum seja ainda bastante forte para vencer a crescente invasão de interesses isolados e desintegradores. É claro que êste assunto envolve muito mais que a simples boa vontade, e que não devemos fechar os olhos diante da imensidade do problema.

Poderia parecer pouco realista esperar a transferência desse espírito, próprio de uma democracia de meados do século XIX (corolário da expansão econômica de uma sociedade de classe média quase totalmente homogênea), a uma situação infinitamente mais complexa, que marca o fim dessa mesma época. Novas técnicas estão funcionando, dentro de novas limitações, depois que duas guerras transformaram a principal nação credora do mundo em nação devedora, para mencionar apenas uma das tendências cruciais do desenvolvimento econômico mundial. Mas a Inglaterra não tem apenas a boa sorte de possuir um legado de experiência política que a prepara para uma planificação aceita por todos; também sua estrutura econômica possui características que, se forem adequadamente compreendidas, poderão transformar-se em pontos de partida para uma ordem planificada que vise à abundância, à liberdade e à justiça social. As indústrias britânicas estão, ao que parece, um pouco menos concentradas que as de outros países com desenvolvimento similar do capitalismo. E embora a Inglaterra não disponha de legislação antitruste (cujá eficácia é de qualquer maneira duvidosa), os monopólios ali desempenham papel menos importante que, por exemplo, na Alemanha pré-nazista ou nos Estados Unidos. A preponderância das indústrias que produzem para o consumo das massas, como, por exemplo, os produtos de algodão, poderia preparar melhor a Grã-Bretanha para um sistema de planificação tendente a uma elevação do nível de vida. Na realidade, compreendemos cada vez melhor que a prosperidade britânica só pode existir num mundo que planeje, se necessário, à custa de sacrifícios temporários, com vistas a um nível de vida mais elevado em todos os países. Evidentemente, seria absurdo esperar que um sistema viesse a ser democraticamente proveitoso para todos, se procurasse conseguir a fartura no exterior, mas impusesse a escassez no interior do país.

Outro fato econômico que talvez prepare a Inglaterra com vistas a uma reforma pacífica, é o ininterrupto crescimento da riqueza nacional, que ajudou o povo britânico a preservar uma equanimidade de que poucos outros países puderam gozar. A consciência da situação crítica e da gravidade da tarefa com que nos defrontamos pode — pelo menos assim o esperamos — impedir que predomine a tendência para um caos econômico, intelectual e psicológico que oferece atrativos tão tentadores a todos os elementos obscuros que medram na insegurança, na negligência e no desespero. Além disso, certa experiência em empreendimentos públicos mantém, na Inglaterra, o padrão de controles cooperativos, dentro de um mundo de interesses privados não coordenados. A organização de tempos de guerra e a regulamentação pública de certos aspectos da propriedade privada podem também servir de

introdução à planificação, especialmente se certos traços apresentam ao mesmo tempo sinais de alarma.

Finalmente, um rápido olhar às esferas culturais e espirituais salientaria muitas características que podem permitir que, na Grã-Bretanha, a mudança consistente em passar do *laissez faire* a uma ordem democraticamente planejada seja algo mais que uma piedosa esperança de alguns otimistas de boa vontade, temerosos de enfrentar as verdadeiras dimensões de uma tarefa gigantesca. O sentimento religioso e moral da responsabilidade coletiva continua sendo uma realidade, apesar da decadência da sociedade pré-industrial. O que é necessário para a verdadeira mobilização destas forças, em favor de um Estado democraticamente planejado, é, em primeiro lugar, a vontade de ajustar a vida social, em todas as esferas, às exigências da nova técnica; e depois, uma nova definição dos valores morais fundamentais para que se ajustem às necessidades nascentes da ordem desejada. Para uma nação em que o compromisso não significa debilidade e submissão ao reino da força, senão a aceitação do valor humano da união dos concidadãos numa responsabilidade comum, não deveria constituir novidade total a elaboração de uma ordem aceitável para todos, dirigida pela maioria e não por uns poucos; para a abundância, não para a escassez; para uma vida em comum, não para a destruição e a morte. As forças morais deveriam estar especialmente dispostas a responder a este apelo, pois os perigos de uma negativa são por demais evidentes.

V. A NOVA ESTRUTURA EMERGENTE

Pois bem: está implícito na própria natureza de uma mudança adotada por meios democráticos que não pode ser extremista. Não pode ser radical ao ponto de que unicamente se beneficiem com ela os que tenham pouco a perder no estado atual da sociedade; tampouco pode ser tão conservadora que favoreça os interesses criados de uma minoria qualquer. A reforma, na medida em que se opõe à revolução, procura conseguir um progresso equilibrado e, portanto, recebe seu impulso dinâmico dos grupos médios da sociedade. A reforma alcançou seus maiores sucessos quando, como aconteceu muitas vezes na Inglaterra, os conservadores progressistas se encarregaram de levantar essa bandeira, mesmo quando o impulso inicial procedia de grupos mais radicais, guiados por críticos intelectuais.

Ao mesmo tempo, convém notar que as lições do passado têm suas limitações. A nova política reformista já não pode ser um compromisso de 'acertar ou errar o alvo', tratando de assuntos desconexos entre si, mas deve abarcar o conjunto da sociedade.

A tendência dominante nas mudanças sociais passou a ser a dos planos quinquenais ou decenais, que exigem um acôrdo prévio, não sòmente quanto ao ponto de partida como também acêrca da seqüência das medidas posteriores.

Sendo esta a tendência atual, não se pode negar que existe certa afinidade entre a idéia da planificação e o sistema de partido único. Uma vez que a elaboração e a execução de um plano consistente requerem uma vontade política unificada, os sistemas totalitários — apesar da sua crueza — contêm um elemento relacionado com a situação histórica de hoje. É isto que torna tão sério o desafio à democracia. E os sistemas democráticos contemporâneos só poderão enfrentar êsse desafio se encontrarem novos métodos para criar uma vontade política unificada mediante um acôrdo voluntário entre os grupos sociais antagônicos. Ou a democracia, no mais breve prazo possível, inventa essas novas técnicas, ou triunfa alguma forma de totalitarismo.

Tem sido dito, com freqüência, que nas várias formas de governo representativo a democracia já elaborou um método satisfatório para chegar a um acôrdo. Contudo, ao examinarmos as práticas legislativas mais correntes, não podemos deixar de perceber que existe pouca coordenação na elaboração até mesmo de leis fundamentais. Estamos acostumados, por exemplo, a legislar sobre assuntos militares, educativos, de política econômica, sem prestar muita atenção na interdependência de tais assuntos. O mérito da obra de Dicey sobre o governo representativo e a opinião pública¹³ foi de haver mostrado de que maneira pode formar-se um sistema coerente, mesmo partindo dos métodos casuais da legislação democrática. Referindo-se às reformas sociais da Inglaterra dos meados do século XIX, Dicey demonstrou que foi a opinião pública unificada, baseada na filosofia social utilitária, que não sòmente estimulou a atividade parlamentar, como também conseguiu que as leis aprovadas adquirissem consistência intrínseca.

Já passou a época em que a vontade política podia ser assim amalgamada pela opinião pública. Para poder conseguir um acôrdo democrático de opiniões acêrca dos problemas de longo prazo, precisamos hoje de um método mais elaborado para criar conscientemente o consenso. Naturalmente — e isto sempre distinguirá a democracia do totalitarismo — a força criadora da oposição jamais deverá ser suprimida. A crítica construtiva se tornará, se fôr possível, ainda mais importante. Mas os canais pelos quais se manifesta, a forma em que se apresenta e o momento em que se expressa podem sofrer mudança.

A nova função da oposição torna-se clara quando comparamos a ordem política com a econômica. O sistema democrático do período anterior à planificação parecia-se, em muitos aspectos,

com o do mercado livre. Cada grupo lutava com a consciência tranqüila em defesa dos seus interesses de grupo, esperando que o jogo das forças políticas, livre de qualquer controle, produzisse eventualmente a harmonia. Mas, da mesma forma que as grandes organizações e os interesses criados impedem a auto-regulação do moderno mercado industrial, as sociedades democráticas não poderão sobreviver se os seus partidos políticos acentuarem a competição em prejuízo da cooperação.

A experiência tem demonstrado claramente que um sistema de partidos excessivamente competitivo leva diretamente ao fascismo. Neste, as forças sociais rivais que dão à democracia seu impulso dinâmico ficam deliberadamente paralisadas, sem genuína integração. A espúria representação de interesses grupais que se mantém serve apenas à vontade do ditador. Em contraste, a democracia, na época do planejamento, enfrenta uma tarefa quase paradoxal. De um lado, é necessário reforçar as capacidades dinâmicas e críticas do sistema de partidos; de outro, os partidos devem ter consciência da sua responsabilidade coletiva e dos limites da oposição, dentro de qualquer plano de conjunto, para a reforma social.

A fim de chegar a um acordo, ou pelo menos à 'oposição leal' no sentido que indicamos, qualquer plano terá que preencher certos pré-requisitos objetivos:

1) O plano deve ser consistente. Antigamente, em condições mais simples, as medidas políticas incompatíveis causavam naturalmente certa fricção, mas produzia-se um reajustamento graças às forças espontâneas da vida cotidiana. Hoje, ao contrário, trata-se de decidir a respeito de problemas de massa, tais como estabilidade no emprego, segurança social, igualdade de oportunidades etc., dentro do quadro de uma estrutura social altamente organizada, sendo que qualquer fricção ameaça ter efeito acumulativo.

2) O plano deve ser aceitável para a maioria. Como assinalamos anteriormente, essa maioria só pode achar-se no centro, excluindo tanto os reacionários, que não querem mudança a preço nenhum, quanto os radicais, que acreditam estar o paraíso perdido ali na esquina. Naturalmente, os grupos centristas abrangem matizes diferentes de opinião. Mas é precisamente em vista dessas opiniões que se poderá postular a cooperação acerca dos problemas fundamentais. Sejam quais forem as diferenças existentes quanto aos problemas concretos, pode-se chegar a um acordo, de um lado quanto à direção da reforma e, de outro, quanto ao método pacífico para efetuar a mudança. Portanto, deverá ser possível chegar-se a um compromisso acerca do programa concreto ou, pelo menos, submeter-se à decisão da maioria.

Isto não significa que os problemas fundamentais devam ser esquivados no curso dos debates públicos. Ao contrário, pensamos

que devem ser discutidos nas campanhas eleitorais das democracias planificadas. Os vários partidos deverão lutar entre si, apresentando, de modo compreensivo, planos alternativos e métodos também alternativos para sua realização. Isto encaminhará necessariamente as discussões políticas para os problemas fundamentais da sociedade. Tais debates requerem grande aperfeiçoamento do critério político do cidadão médio, o que só será possível se os problemas em debate lhe forem apresentados de modo compreensivo.

Ainda que não se possa esperar do 'homem da rua' conhecimentos técnicos profundos, é necessário que o futuro eleitor tenha uma idéia compreensiva dos pontos fundamentais. Cabe aos pensadores políticos a tarefa de reduzir as complexidades da situação contemporânea aos seus termos mais simples.

A seguinte exposição constitui modesto início para essa grande empresa. Procura esclarecer as soluções alternativas com que se defronta o cidadão democrático da nossa época, quando procura interpretar os problemas sociopolíticos em termos de Terceira Posição. Para esse fim, examinaremos alguns problemas estratégicos da nossa presente situação econômica, social, política e cultural, com o intuito de descobrir:

- 1) as falhas no sistema atual de funcionamento;
- 2) os meios apropriados para planejar um funcionamento mais perfeito, e
- 3) medidas de precaução que assegurem a natureza democrática de qualquer intervenção planificada.

NOTAS

CAPÍTULO 2

RESPOSTAS ALTERNATIVAS A SITUAÇÃO

1. Stern, Bernard J., 'Soviet Policy on National Minorities', *American Sociological Review* (junho 1944), vol. 9, n.º 3, pp. 229-39.
Kohn, Hans, *Der Nationalismus in der Soviet Union* (Frankfurt, 1932).
2. *Soviet Russia: A Selected List of Recent References*, Biblioteca do Congresso Norte-Americano, Divisão de Bibliografia (Washington, D. C., 1943), pp. 56-65.
Juergens, Adolf (compilador), *Ergebnisse deutscher Wissenschaft: Eine bibliographische Auswahl aus der deutschen wissenschaftlichen Literatur der Jahre 1933-1938* (Nova Iorque, 1939), esp. pp. 301-440.
Sington, Derrick e Weidenfeld, Arthur, *The Goebbels Experimental: A Study of the Nazi Propaganda Machine* (New Haven, 1943).
3. Linden, Franz, 'Sozialismus und Religion: "Konfessionssoziologische Untersuchung der Labor Party 1929-31"', *Koelner Anglistische Arbeiten* (Leipzig, 1932), vol. 17.
Laun, Justus F., *Soziales Christentum in England, Geschichte und Gedankenwelt der Copec-Bewegung* (Berlim, 1926).
Wearmouth, Robert F., *Methodism and the Working-Class Movement of England* (Londres, 1937).
4. Lenin, V., 'Karl Marx', *Collected Works* (Nova Iorque, 1930), vol. 18, pp. 13-58. (Bibliography on Marxism, pp. 47-58).
Venable, Vernon, *Human Nature: The Marxian View* (Nova Iorque, 1945). (Crítica de Oscar Lange em *The New York Times*, 15 de julho de 1945).
5. Rosenberg, Arthur, *Democracy and Socialism* (Nova Iorque, 1937).
6. Para uma comparação dos conceitos de Marx, Bakunin e Sorel sobre os 'ricos e os pobres', o 'proletariado e o Lumpenproletariat', 'massa e classe', ver Michael Freund, *Georges Sorel: Der Revolutionaere Konservativismus* (Frankfurt, 1932), pp. 41 e segs., 286 e segs.
7. Cf. Harding, T. Swann, 'Strikes are Anachronistic in Industrial Conflict', 1939, *Yearbook of the Society for the Psychological Study of Social Issues* (Nova Iorque, 1939).
8. Rudolf Hilferding, antes da Primeira Guerra Mundial, observou o nascimento de 'uma "nova classe média", cujo crescimento ultrapassa até mesmo o do proletariado'. Predisse que 'o desenvolvimento conduzirá essas camadas, indispensáveis para a produção, para o lado do proletariado, especialmente depois que as relações de poder houverem sido abala-

das', como se pode ver em seu trabalho *Finanzkapital: eine Studie ueber die juengste Entwicklung des Kapitalismus* (Berlim, 1910, reeditado em 1947), pp. 482, 483. Esta predição não se realizou. Com exceção do partido Social-Democrático Vienense, os partidos marxistas, no Continente europeu, revisionistas ou revolucionários, deixaram de ganhar o apoio das classes médias de tendências anticapitalistas. O nacionalismo e o militarismo imperialista triunfaram. A aliança leninista entre operários e camponeses não se reproduziu na Europa Central.

9. A teoria leninista elaborou a revolucionária 'estratégia da derrota' numa época de guerra imperialista e demonstrou a conexão entre a revolução e a guerra. As guerras civis espanhola e chinesa, a revolução agrária na Europa Oriental sob a ocupação soviética demonstraram a interligação existente entre guerra e revolução.

10. Ver nota 5, cap. 6.

11. Isto corresponde ao que George Lukacs declarou: 'A liberdade pode representar um valor per se tão pouco quanto a socialização. A liberdade tem que seguir os rumos do proletariado e não vice-versa'. Lukacs, *George, Geschichte und Klassenbewusstsein* (Berlim, 1923), p. 296; ver também pp. 317 e segs., 322, 324.

12. A enumeração dos princípios que devem guiar nossa interferência num ambiente em processo de transformação é o primeiro passo na aplicação do pensamento científico aos assuntos sociais. Quando agimos, fazemo-lo geralmente por amor a um ou mais princípios orientadores, ainda que esses princípios ou valores não sejam sempre explícitos. A ação prática, portanto, parece-se, muitas vezes, com o comportamento de uma criança que, enquanto está agindo, modifica súbitamente seus objetivos. Contudo, quando agimos de modo razoável, fazemos uma escolha entre valores rivais e procedemos de acordo. Mas, na vida política, comportamo-nos novamente de maneira infantil. A hierarquia dos valores aceitos está bem desenhada, mas as nossas preferências oscilam. Mesmo se concordamos num valor para guiar nossas decisões, deixamos de examinar os desideratos alternativos na base de um cuidadoso estudo. Numa sociedade não-planejada, é este, por assim dizer, o estado natural da questão; mas à medida que nos encaminhamos para uma sociedade planejada — na qual um dos princípios pacíficos é a não-interferência na maioria das esferas — a elaboração gradativa e a percepção consciente da escala de valores aceita tendem a tornar-se normais. O próximo passo será a rigorosa avaliação dos meios à nossa disposição. Não há outro meio possível para se estabelecer a respeito da política a longo prazo. É por esse motivo que procuramos suplementar de modo sistemático a antiga enumeração feita ao acaso, por meio de um planejamento democrático executado de modo mais sistemático. Este processo nos ajudará a tornar nossas escolhas mais coerentes.

13. Dicey A. V., *Lectures on the Relation between Law and Public Opinion in England during the Nineteenth Century* (Londres, 1905).

SEGUNDA PARTE

**A PLANIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA E AS
INSTITUIÇÕES EM PROCESSO DE MUDANÇA**

ACÊRCA DO PODER ¹

UM CAPÍTULO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

I. A LIBERDADE E A ORDEM SOCIAL*

O SOCIOLOGO que procura compreender as transformações políticas contemporâneas tem necessariamente de definir o que é 'governo', 'Estado' e 'sociedade' em termos de organização social, e observá-los numa perspectiva histórica.

Organizações políticas significativas não são, necessariamente, o que costumamos chamar 'Estado'. Esta palavra existe unicamente a partir do Renascimento italiano, quando os homens se referiam a *lo stato*.² Tanto o termo quanto o significado eram novidades. Nem o feudalismo, nem as cidades-Estado gregas podem ser adequadamente descritos por êsse conceito, que está destinado a ser cada vez mais incongruente com os acontecimentos do futuro próximo. As alternativas de Estado e sociedade, como as imaginamos hoje, são de origem ainda mais recente. A essência e as conseqüências dêstes conceitos nascem na época do liberalismo. Embora tenham mudado muitos dos elementos subjacentes, o significado dos referidos termos manteve-se inalterado.

A época do liberalismo tinha por assentado o antagonismo entre a burocracia e os negócios, êstes geralmente identificados com o conjunto da sociedade. O rei perdera suas prerrogativas de monarca absoluto, ou desaparecera completamente, e o Estado passara a identificar-se cada vez mais com o governo burocrático. Surgiu, a seguir, a influência dos juristas e dos tribunais, com sua terminologia jurídica e seu conceito do Estado como entidade im-

(*) Esta parte fôra planejada como capítulo independente, que seria intitulado **Nova Abordagem à Ciência Política**. Sua exposição metodológica é relevante não somente para a discussão do poder, mas também se aplica aos outros capítulos da Segunda Parte.

pessoal que podia ser parte num juízo, ou processar os indivíduos. Esta ficção legal pode servir às finalidades da lei, mas pouco contribui para a compreensão dos sistemas anteriores à formação do Estado moderno ou para a iluminação de novos caminhos. Por isso, utilizaremos a expressão "corpo político". O amplo alcance desta expressão nos permite considerar como fenômeno puramente histórico a identificação da burocracia — inclusive as forças armadas e o poder judiciário — com o Estado; por outro lado, impede-nos de menosprezar a relevância política de outros grupos e seus respectivos líderes, que tiveram funções sociológicas³ similares em outros períodos históricos, as quais podem, muito provavelmente, reaparecer no futuro.

Por 'corpo político' entenderemos, por conseguinte, todos os grupos e líderes que desempenham papel ativo na organização da sociedade. Pode tratar-se de representantes da livre empresa, de magistrados eleitos, de altos funcionários sindicais ou de senhores feudais do passado. Nosso conceito abrange todos esses elementos políticos *par excellence*, que concentram em suas mãos as funções administrativas, o poder militar e a liderança social.⁴ O corpo político, entendido sociologicamente, é inerente a todas essas unidades políticas e politicamente relevantes. Quando empregamos a expressão 'politicamente relevantes', a palavra política significa 'pública'; inclui assuntos de família ou de emprego somente quando passam a ser preocupações públicas numa determinada sociedade. A tarefa dos sociólogos políticos consiste em descrever as formas de coordenação entre todos os grupos políticos que prevalecem em uma estrutura social e o problema sociológico, as relações entre os grupos e sua regulamentação, que pode ser hierárquica, federativa ou coordenadora num sentido democrático.

Nossa definição tem duas vantagens. Permite que a sociologia dê a atenção devida às forças sociais que não são regulamentadas pelo Estado no sentido tradicional, não estão controladas pela burocracia e, no entanto, podem fazer parte integrante dos processos políticos de governar, organizar, liderar, coordenar e assim por diante. Em segundo lugar, permite descartar a antiquada concepção dual de 'Estado' e 'sociedade', que hoje tem pouca base na realidade. Este dualismo assimila geralmente o Estado à burocracia e identifica a sociedade com o conglomerado de vigorosas organizações que, com êxito, reivindicam os epítetos de 'livres e privadas'. Outrossim, nossa terminologia combate a idéia de que a liberdade é ameaçada somente pelo poder do Estado, como se não fossem igualmente perigosas outras organizações da sociedade, que também constituem obstáculo ao desenvolvimento da individualidade e, por exemplo, desejam expandir-se além da sua esfera legítima de atividade. Não faz sentido afirmar que a luta pela liberdade consiste em estorvar o mais possível as autoridades

pessoal que podia ser parte num juízo, ou processar os indivíduos. Esta ficção legal pode servir às finalidades da lei, mas pouco contribui para a compreensão dos sistemas anteriores à formação do Estado moderno ou para a iluminação de novos caminhos. Por isso, utilizaremos a expressão "corpo político". O amplo alcance desta expressão nos permite considerar como fenômeno puramente histórico a identificação da burocracia — inclusive as forças armadas e o poder judiciário — com o Estado; por outro lado, impede-nos de menosprezar a relevância política de outros grupos e seus respectivos líderes, que tiveram funções sociológicas³ similares em outros períodos históricos, as quais podem, muito provavelmente, reaparecer no futuro.

Por 'corpo político' entenderemos, por conseguinte, todos os grupos e líderes que desempenham papel ativo na organização da sociedade. Pode tratar-se de representantes da livre empresa, de magistrados eleitos, de altos funcionários sindicais ou de senhores feudais do passado. Nosso conceito abrange todos esses elementos políticos *par excellence*, que concentram em suas mãos as funções administrativas, o poder militar e a liderança social.⁴ O corpo político, entendido sociologicamente, é inerente a todas essas unidades políticas e politicamente relevantes. Quando empregamos a expressão 'politicamente relevantes', a palavra política significa 'pública'; inclui assuntos de família ou de emprego somente quando passam a ser preocupações públicas numa determinada sociedade. A tarefa dos sociólogos políticos consiste em descrever as formas de coordenação entre todos os grupos políticos que prevalecem em uma estrutura social e o problema sociológico, as relações entre os grupos e sua regulamentação, que pode ser hierárquica, federativa ou coordenadora num sentido democrático.

Nossa definição tem duas vantagens. Permite que a sociologia dê a atenção devida às forças sociais que não são regulamentadas pelo Estado no sentido tradicional, não estão controladas pela burocracia e, no entanto, podem fazer parte integrante dos processos políticos de governar, organizar, liderar, coordenar e assim por diante. Em segundo lugar, permite descartar a antiquada concepção dual de 'Estado' e 'sociedade', que hoje tem pouca base na realidade. Este dualismo assimila geralmente o Estado à burocracia e identifica a sociedade com o conglomerado de vigorosas organizações que, com êxito, reivindicam os epítetos de 'livres e privadas'. Outrossim, nossa terminologia combate a idéia de que a liberdade é ameaçada somente pelo poder do Estado, como se não fossem igualmente perigosas outras organizações da sociedade, que também constituem obstáculo ao desenvolvimento da individualidade e, por exemplo, desejam expandir-se além da sua esfera legítima de atividade. Não faz sentido afirmar que a luta pela liberdade consiste em estorvar o mais possível as autoridades

centrais e chamar a isto 'liberdade', sem levar em conta o possível caos que poderia resultar da atividade não obstaculizada de unidades sociais menores.

O velho dualismo entre burocracia e sociedade livre tornou-se obsoleto quando suas fronteiras começaram a entrecruzar-se cada vez mais, ao mesmo tempo em que declinava a época da livre empresa, em parte como resultado das seguintes mudanças:

1) Entre os interesses privados desenvolveram-se burocracias que chegaram a igualar em força e poderio às burocracias centrais.⁵

2) Tende a tornar-se confusa a clara distinção entre o pessoal administrativo (os 'gerentes') eleito, nomeado ou autodesignado (o chamado 'independente').

3) Já não há uma clara distinção entre os diretores e gerentes privados, que foram nomeados para suas funções e seguem uma carreira bem definida, e os dirigentes publicamente eleitos ou nomeados. Além disso, tanto as corporações públicas como as particulares executam funções que têm importância política (isto é, que afetam o interesse público). Muitos problemas são hoje resolvidos mediante uma auto-regulamentação, ao passo que, antigamente, se julgava que seriam melhor resolvidos pela administração oficial ('Civil Service'). Por outro lado, existem conselhos consultivos de peritos, adidos ao serviço público, que não têm caráter burocrático.⁶

4) Muitas instituições mercantis ou industriais, organizações operárias e outras organizações voluntárias possuem significado público; sua coordenação já não é assunto reservado para as decisões privadas.⁷

5) O Estado atua em diversos países como sócio em sociedades de negócios 'privadas'. Desmoronaram-se, por conseguinte, as antigas fronteiras entre empresas públicas e privadas.⁸

6) Finalmente — problema menos estudado — essas combinações produziram novo tipo de personalidade, em certos setores da burocracia. Esse tipo de cidadão combina a iniciativa do livre empresário com a tradição do funcionário público e pensa primordialmente em termos do bem-estar público.⁹

Em vista disso, a velha disputa de se saber se a burocracia deve ou não existir torna-se acadêmica, pois a burocracia privada não é, em si, melhor que a estatal. Ambas podem ser melhoradas, se forem tomadas medidas adequadas, de modo que a verdadeira questão passa a ser a seguinte: que forma de organização se adapta melhor à solução dos problemas em determinada situação? Quando, onde e até que ponto devemos centralizar ou descentralizar, quando e onde devemos admitir ou incentivar a iniciativa privada, onde favorecer a delegação de poderes ou a concessão de auto-administração a pequenos órgãos diretivos?

Nossa decisão não deverá ser influenciada por preconceitos a favor ou contra a administração pública, mas pela consideração da categoria, dimensão e natureza da organização, sua composição, funções, situação, perspectiva de ótima eficiência, responsabilidade e facilidade de controle democrático. Finalmente, deveremos estudar o próprio grupo e sua organização com respeito ao lugar que ocupa, dentro do corpo político, e também suas relações com o plano de conjunto. As palavras de Gaetano Mosca ainda são atuais:

"Do nosso ponto de vista, não pode haver antagonismo entre o **Estado** e a **sociedade**. O Estado deve ser considerado meramente como a parte da sociedade que desempenha a função política. Observadas deste ângulo, todas as questões relativas à interferência ou não interferência por parte do Estado adquirem novo aspecto. Em vez de perguntar quais deveriam ser os limites da atividade estatal, devemos procurar descobrir qual é o melhor tipo de organização política; em outras palavras, que tipo permite a todos os elementos, que têm significação política em determinada sociedade, serem utilizados da melhor maneira possível, especializarem-se, ficarem melhor subordinados a um controle recíproco e ao princípio da responsabilidade individual, no que concerne à sua atuação nos respectivos campos.

Quando se confronta a administração estatal com a iniciativa privada, compara-se geralmente o trabalho levado a efeito por uma burocracia com o trabalho que poderia ser efetuado por outros elementos diretos da sociedade. Estes elementos podem, na realidade e em alguns casos, ser revestidos de um status oficial, sem serem, necessariamente, empregados assalariados".¹⁰

Depois que nos livrarmos do preconceito de que tudo o que faz o Estado e a sua burocracia é errado, mal feito e contrário à liberdade, e de que tudo o que é feito pelos indivíduos particulares é eficiente e sinônimo de liberdade — poderemos enfrentar adequadamente o verdadeiro problema. Reduzido a uma só frase, o problema consiste em que, em nosso mundo moderno, tudo é político, o Estado está em toda parte e a responsabilidade política acha-se entrelaçada em toda a estrutura da sociedade. A liberdade consiste não em negar essa interpenetração, mas em definir seus usos legítimos em todas as esferas, demarcando limites e decidindo qual deve ser o caminho da penetração e, em última análise, em salvaguardar a responsabilidade pública e a participação de todos no controle das decisões. Daí se deduz a importância do controle institucional, visando a uma estratégia de reformas numa sociedade democraticamente planejada, e a necessidade da existência de uma teoria de poder baseada em princípios democráticos.

II. RUMO A UMA TEORIA DEMOCRÁTICA DE PODER*

Existe muita vacilação entre os extremos do anarquismo (abolição de todas as formas do poder) e uma rude política de poder. Em geral segue-se um caminho intermediário. Contudo, na falta de princípios consistentes, nossas normas políticas parecem ser oportunistas, meros expedientes do momento.

A democracia, corretamente entendida, implica uma teoria do poder visando à definição das formas de distribuição e de controle do poder coletivo, de modo a alcançar o máximo de segurança, eficiência e liberdade.¹¹ A teoria apropriada para a Terceira Posição não há de pregar, como Gandhi, a abstenção de todo poder, ou sucumbir à cega adoração do poder do nazismo, nem representará o 'justo meio-térmo' apropriado para a sociedade 'timotrópica' (*'timotropic' society*) como tem sido adequadamente chamada.¹² Este tipo de sociedade procura a aquisição de riquezas como o *summum bonum*, julgando que se pode evitar o uso do poder exercendo a pressão econômica de maneira aberta ou oculta. É óbvio que nenhuma sociedade pode existir sem alguma forma de poder. Uma teoria que queira ter sentido preocupa-se menos com a questão abstrata do poder ou da ausência de poder, do que com suas formas concretas e seu enquadramento social. Observa as transmutações de poder em consequência das mudanças estruturais da sociedade; pergunta que espécie e quantidade de poder caberá aos diversos membros e agentes da sociedade; finalmente, descobre e condena os abusos do poder e da crueldade.

Esta nossa definição antecipa a solução em termos gerais. Há grande diferença entre o poder funcional e o poder arbitrário. Contudo, qualquer sociedade pode corretamente ser chamada despótica quando permite que grupos e indivíduos dirigentes disponham de mais poder do que o necessário para o exercício das suas funções, ou possam usar do poder de modo arbitrário.

Passaremos agora a ampliar e ilustrar a nossa afirmação. Uma teoria democrática de poder deve ser uma teoria de conjunto. O poder não significa a simples violência, o emprêgo da força pública pela polícia ou pelo exército. Tampouco desejamos restringir nosso conceito de poder ao poder político. Referimo-nos ao poder econômico e administrativo, bem como ao poder de persuasão que se manifesta através da religião, da educação, dos meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o cinema e a radiodifusão. O poder se faz presente sempre que a pressão social opera sobre o indivíduo para induzi-lo a seguir determinado comportamento. Os meios para induzir esta "obediência às pressões" são

* Esta parte e a seguinte do capítulo sobre o Poder foram escritas no verão de 1946.

significativos, mas têm importância secundária. As pressões podem ser francas, ou podem ser inerentes ao sistema sócio-econômico, ou a qualquer outro padrão estabelecido de funções sociais.

Acompanhando H. Goldhamer e E. Shils,¹³ poderíamos distinguir várias formas de poder e falar de *domínio* e de *manipulação*. O primeiro se refere às relações em que o detentor do poder expressa seus desejos dando ordens; o segundo, às reações em que o detentor do poder exerce influência sem especificar o comportamento esperado.

Esta simples definição do poder permite a redução analítica de várias formas de violência a um denominador comum, tornando possível responder às perguntas sobre que tipos e combinações de pressão atuam em determinado sistema, e como um novo sistema substitui as antigas pressões por outras novas. Tal conceito de poder há de nos permitir interpretar a sociedade ao nível da planificação, onde o controle de todas as forças é necessário; a política já não é um compartimento separado, e o uso da violência já não pode ser considerado como o único meio capaz de sustentar a ordem social.

Esta nova abordagem também descarta como falaz a teoria econômica do liberalismo. Os socialistas repudiaram justamente a suposta 'liberdade' do trabalhador moderno para vender o seu trabalho no mercado que lhe interessa. Se a liberdade e a pressão forem claramente definidas, veremos que o trabalhador não é livre, pois está sujeito a uma pressão disfarçada como livre escolha. Não se trata do problema de liberdade *versus* poder, senão de formas alternativas de pressão exercidas pelo poder social. Dito isto, separamo-nos da posição socialista ao sublinhar a diferente natureza das pressões, que podem ser humanas ou desumanas, pedir cooperação ou impor uma disciplina rígida.

As mudanças sociais não passam da dominação absoluta para a liberdade absoluta, mas passam por transmutações de diferentes estruturas de poder. As formas de poder, isto é, as várias formas de pressão, mudam devido à natureza da ação que se quer realizar e as técnicas do seu controle social frente às mudanças. Uns poucos exemplos serviriam para ilustrar esta idéia.

Uma economia agrária com poucos meios de comunicação e um exército de cavalaria ou de carros de combate equipados no próprio lugar há de favorecer o desenvolvimento do feudalismo descentralizado. As pressões pessoais e as relações contratuais, para criar lealdades estáveis, ou seja, o poder da tradição, mais que a aplicação da lei, regulam as relações humanas.¹⁴

Ao contrário, uma sociedade que possua técnicas de produção altamente desenvolvidas, meios de comunicação eficientes e estrita divisão de trabalho, será governada por uns poucos centros, e de acordo com regras gerais. A interdependência das partes, seme-

lhante às peças de uma máquina, prestar-se-á a formas específicas de pressão. Pode-se manter uma pessoa 'em seu lugar', não só por meio de uma ordem direta, como também inculcando-lhe o temor de perder seu emprego e seu *status*. Esta pessoa pode procurar proteção contra essa pressão e ameaça, aderindo a um sindicato que trata de estabelecer contrapressões, graças ao poder das grandes organizações.

A partir do momento em que as estruturas da sociedade começam a mudar, mudam concomitantemente suas pressões e meios de controle. Por isso, será estabelecido novo tipo de autoridade, que utilizará novas sanções contra os não conformistas. Mas não é tudo. A seleção e a educação daqueles que exercem o comando e manobram as pressões variarão tanto quanto o treinamento para a obediência e a conformidade.

Apesar do alcance dessas variações, até agora pouco analisado, nenhuma sociedade pode prescindir totalmente de meios de controle. A sociedade, como a natureza, 'tem horror ao vácuo', embora o processo de substituir um controle por outro implique geralmente uma crise. O problema da nossa época não é, como muitos gostariam de supor, o de abolir a qualquer custo os controles do capitalismo, liberar-se das pressões do mercado e conseguir o auto-equilíbrio das forças no maior número possível de setores da vida; a verdadeira tarefa consiste, antes, em substituir por outros novos os controles ineficazes da atualidade, a fim de eliminar o desperdício, restaurar a eficiência, abrir um campo de ação em que se possa exercer a previsão — eliminando, entre outras coisas, o desemprego cíclico — e realizar isso tudo sem desumanização, arregimentação ou desnecessária interferência com as aspirações normais dos cidadãos.

III. AS TRÊS FORMAS BÁSICAS DO PODER

As manifestações de poder diferem de acordo com seus meios de controle. Daí podermos distinguir três formas básicas de poder: livre desafogo, destruição organizada e poder institucionalizado ou canalizado.

a) O *livre desafogo* da violência descontrolada por parte de indivíduos ou grupos conduz ao caos, à anarquia e à *anomia*. A analogia mais próxima que podemos encontrar para descrever esse livre desafogo nas relações de poder é a eletricidade em sua forma natural não controlada pelo homem. Os raios esporádicos durante uma tempestade podem ser destruidores, ao passo que a mesma energia colocada sob controle tecnológico serve, obediientemente, às finalidades humanas.

O livre desafogo da energia emocional arrasa tudo o que tem pela frente, como um furacão, e pode ser considerado o ponto mais

baixo da socialização. As explosões de pânico ou de raiva insensata horrorizam o homem consciente. Procuramos por todos os modos evitar essas explosões de paixão nua e crua. Temos um *horror vacui* na sociedade, produzido pelo medo de que a emoção das massas se torne incontrolável. O contágio da emoção, o desaparecimento do controle social e do autodomínio caracterizam essas manifestações e conduzem a movimentos de massas como os *pogroms* e os linchamentos.¹⁵

b) A *destruição organizada*, como a das guerras, das revoluções etc., demonstra formas exteriores de organização, mas seus métodos violentos e suas finalidades destruidoras inclinam-na para o livre desafogo.

O controle de ambos os tipos de poder — da violência, da revolução, do caos e mesmo da guerra — não apresenta nenhum problema grave. Repousa principalmente no emprego das forças armadas para a defesa de uma determinada ordem. Por isso, não diremos mais nada a respeito e passaremos ao tema principal, ou seja, o da sociologia política.

c) O *poder canalizado*, como desejamos denominá-lo, encontra-se concentrado em instituições e produz normas ordenadas de interação humana, sujeitas a princípios, códigos e regras. O poder é controlado e, por sua vez, controla o comportamento. Suas diversas formas vão ser aqui estudadas. O poder institucionalizado pode ser perigoso quando é demasiadamente frouxo ou excessivamente rígido. A liberdade que admite pode significar uma tendência para o *laissez faire* livre de qualquer liderança ou, no extremo oposto, pode suprimir toda auto-expressão, tornando-se assim intolerável.

A maioria das nossas idéias acerca do poder canalizado e controlado são de caráter limitado, isto por dois motivos: nossas experiências cruciais e nossa terminologia de poder — 'poder legítimo', 'supressão', 'liberdade' — são modeladas sobre relações pessoais internalizadas. Além disso, as operações do poder e o seu controle foram examinados com cuidado somente em pequenos grupos. A transferência dessas experiências para as grandes organizações e a sua projeção na sociedade em geral são tidas como assentadas. Mas pode-se duvidar de que o que podemos esperar das relações dentro de pequenos grupos continue sendo válido para uma organização em grande escala, pois é discutível que o tipo de liberdade a que estamos acostumados nas relações pessoais ou nos pequenos grupos, seja praticável nas grandes organizações.

Podemos passar agora ao exame da transformação do poder canalizado e seu controle. Teremos que diferenciar entre diversas fases da institucionalização do poder, e relacioná-las com as fases concomitantes da socialização.

IV. O PODER NAS RELAÇÕES PESSOAIS

Por complexos que sejam seus derivados, o arquétipo da sensação de poder é o sentimento pessoal de força ao conseguirmos que outra pessoa se curve à nossa vontade. A coerção psíquica, como se pratica na magia, está modelada sobre esta experiência primária. Desde o início, a sensação humana de poder esteve associada ao controle do comportamento de outras pessoas. Por isso, toda discussão relativa ao poder está associada à do controle. Nosso poder é medido pelo grau e pela extensão do controle que exercemos sobre outros homens (inclusive seus serviços); e nosso poder, por sua vez, é controlado na medida em que os outros homens restringem nossa vontade de controlá-los.

Embora o poder e o controle signifiquem primordialmente coerção, o significado da palavra logo se amplia, pois não controlamos os outros apenas mediante ordens e ameaças, mas também pela bondade e pela persuasão. Portanto, o poder se faz presente, seja qual for a maneira pela qual induzimos os outros a cumprir nossos desejos. A interação das relações de poder não está baseada unicamente no temor, senão nas reações mútuas, que são, talvez, a fonte mais fundamental e geral do controle humano.¹⁶

Nas relações pessoais prevalece o controle mútuo. Sua intensidade e sua forma variam com a qualidade pessoal dos que dele participam e com a relação que os une; podem ser conhecidos, amigos, noivos, ou manterem qualquer outro tipo de relação. O funcionamento do poder nas relações pessoais reflete diretamente o 'pêso' das respectivas personalidades envolvidas. Nas relações puramente pessoais, o poder é difuso e os controles são casuais.

Um certo endurecimento, um primeiro passo para a instituição do poder, surge quando a conduta nas relações pessoais se transforma em padrão. Isto se dá rapidamente, pois até mesmo a relação pessoal mais privada faz parte do processo social contínuo, está sujeita a formas estabelecidas ou nascentes e segue os precedentes ou molda novos tipos de intimidade.¹⁷ A transição da etapa de fluidez se inicia nos costumes populares ou folclóricos (*folkways*), como designa Sumner¹⁸ as formas convencionalizadas de comportamento aceito, através das quais o passado governa o presente. Esses costumes podem assumir uma destas duas formas: podem ser usos sem importância, praticados meramente por rotina, ou *mores* aureolados pelo código moral da religião. Então começam a funcionar as pressões sociais, que já não derivam das relações pessoais de poder. Nesta etapa da cultura, a conduta individual reflete e sujeita-se a normas e valores sancionados pelos grupos, organismos corporativos, cleros etc. Então A pode censurar B por não fazer as coisas como deve, sendo que esta censura expressa a preocupação de uma comunidade em perpetuar o seu

modo de vida tradicional e de controlar o comportamento, de um ponto de vista já fora da esfera das relações de pessoa para pessoa.

As sanções ligadas aos costumes populares — quer sejam positivas, isto é, favoráveis a certo comportamento, ou negativas, isto é, desfavoráveis e de censura — são meramente casuais porque, embora tendo seu ponto de origem fora do âmbito das relações pessoais, não estão ainda plenamente integradas na estrutura social, pois resultam de um poder difuso. A integração realiza-se finalmente quando o poder é transferido para uma instituição e impôsto mediante sanções organizadas. Esta transformação é fundamental.

‘Qualquer um pode manifestar sua desaprovação ao presenciar uma quebra das normas aceitas, ou juntar-se aos vizinhos para impor o ostracismo a alguém que tenha violado os costumes; mas só os funcionários apropriados podem impor as sanções previstas por uma instituição’.¹⁹ As instituições seguem regras bem estabelecidas e processos formalistas. A forma mais adiantada de controle institucionalizado é a lei, conforme é interpretada e aplicada pelos tribunais e pela polícia. A transição do poder difuso e dos controles deixados ao acaso, a um poder organizado, é significativa porque, de forma curiosa, conduz à retificação das forças puramente pessoais do processo social. Em termos de comportamento social, a aplicação da lei pode ser definida como um jogo cuidadosamente elaborado de pressões levadas a efeito por diversos indivíduos que exercem suas funções estabelecidas, de acordo com regras bem definidas. Quando dizemos que a sociedade exerce pressões ‘institucionais’, o vocábulo abstrato ‘sociedade’ traduz o comportamento coordenado de muitos indivíduos, nenhum dos quais, isoladamente (como acontece nas relações pessoais), poderia suscitar a conduta esperada pelos indivíduos submetidos ao controle. É nessa etapa que se desenvolvem as idéias relativas à jurisdição e à autoridade. Agora a lei define quem pode decidir, quando se pode exercer pressão, que espécie e quantidade de pressão pode ser exercida, e contra quem.

As sanções institucionais coexistem com os costumes e a moral (*mores*) populares, e as sociedades não concordam em suas definições do comportamento submetido às sanções organizadas e difusas das leis e da moral pública. As sociedades anglo-saxônicas preferem regulamentar um máximo de conduta mediante a convenção e sentem-se inclinadas a acreditar que somente a conduta regulamentada pelos costumes populares e pela moralidade pública é livremente aceitável. Ao contrário, as sociedades influenciadas pelo direito romano inclinam-se para as regulamentações estatutárias, em que as definições são bem precisas e as fontes de pressão estão organizadas em forma explícita e visível.

V. A CONCENTRAÇÃO DO PODER NAS FUNÇÕES

Uma fase distinta e igualmente importante da transmutação dos contrôles de pessoa a pessoa para contrôles sociais pode ser observada quando a sobrevivência do grupo exige uma cooperação organizada. A equipe de caça de uma tribo, por exemplo, está organizada em função do objetivo social de conseguir alimentos. A regulamentação das pressões serve não apenas para manter um sistema de vida já estabelecido, como também para garantir efetivamente o cumprimento dessa função coletiva. As medidas para que se cumpram tais funções necessárias são a fonte externa, o motivo da regulamentação, em contraste com as meras relações de pessoa a pessoa. A responsabilidade coletiva exige funções recorrentes e duradouras, que incluem a de liderança. O chefe pode dar ordens aos membros subordinados do seu grupo e, em certos casos, recorrer à pressão física e psicológica. Ao fazê-lo, liga sua força pessoal, física e mental a uma função objetiva; atua não tanto em nome da comunidade e da sua forma generalizada de levar a efeito este tipo de atividade, mas também para conseguir êxito no empreendimento. Nesta situação se produz estranha metamorfose: a experiência 'arcaica' de um poder puramente pessoal fica unida e, por assim dizer, transvasada na função social. Talvez isso possa explicar porque falamos de 'poder' tanto se um indivíduo controla outro numa relação pessoal, como quando o faz em nome da sociedade e em vista de um objetivo funcional. Poderíamos ir adiante, e dizer que o poder se acha investido na função. A metamorfose é também significativa porque assinala o início do processo mediante o qual se substitui o controle do homem pelo das instituições e organizações, para chegar ao controle do homem pelo homem. Os contrôles organizados, tais como os conhecemos, têm uma dinâmica própria e exigem atividades que nenhum dos membros originais poderia haver previsto ou desejado.

Esta transmutação de poder pessoal em poder funcional produz ramificações que merecem cuidadosa atenção:

1) A progressiva separação do poder funcional das qualidades pessoais de quem o aplica, conduz a uma crescente identificação do poder com a função. A partir deste momento, a função desempenhada determinará, por si mesma, a natureza da imposição e a reação à mesma, ao passo que, anteriormente, o chefe devia sua superioridade funcional a qualidades puramente pessoais no desempenho de uma função reconhecida pela sociedade.

2) Esta identificação do poder com a função estabiliza os diferentes papéis, como sejam os de líderes e de seguidores. O tipo e o grau de poder, investido nos papéis e nas funções, podem, por exemplo, ser transmitidos a um sucessor no papel de chefe mediante designação, eleição ou herança (primogenitura), mais ou

menos sem levar em conta as capacidades pessoais. É claro que existe diferença entre a maneira como um homem forte e outro fraco desempenharão o mesmo cargo; contudo, depois de precisamente delineados os principais papéis, estes definem e conferem o grau e forma de poder utilizáveis pelo encarregado.

3) Muito significativo nesta etapa é o nascimento de uma diferença entre a função essencial e o poder pessoal arbitrário. O conceito do poder puramente pessoal, dependente da força que um indivíduo possa exercer para influir sobre outro, transforma-se, no curso do processo social, em conceito de poder como controle social a serviço de fins coletivos.

4) Nas comunidades em expansão, o controle social é exercido mediante técnicas sociais especiais, de que tratamos na presente obra. Nas simples relações de pessoa a pessoa, nos pequenos grupos, as técnicas de controle social são indiferenciadas. Contudo, seu alcance e sua intensidade aumentam no transcurso do desenvolvimento social. A força física pode ser utilizada mediante o armamento; a força psíquica inventa meios de coerção psíquica, pelo recurso à magia, às técnicas de persuasão, aos truques de habilidade, ao engano, ao interesse sexual (*sex appeal*) incentivado pelo *charme* e a coqueteria, e por vasto arsenal de propaganda sugestiva. Nos pequenos grupos, onde todos se conhecem uns aos outros, tais recursos podem ser simples e transparentes. Mas para o controle das massas em expansão que se estendem por largos territórios, têm-se desenvolvido técnicas altamente aperfeiçoadas, equipadas com instrumentos apropriados.

Não somente se tornam pequenos o tempo e o espaço diante do homem equipado com os modernos meios de comunicação, como também as diferentes culturas oriundas de diversas tradições tendem a combinar-se numa só civilização interdependente e mundial; tendem a padronizar-se durante o processo de utilização por outros meios semelhantes de controle e excitação.

Importante para este argumento é o fato de que cada descoberta de nova técnica social relevante exige novo tipo de organização, o qual, por sua vez, se transforma em novo centro de poder com características peculiares e dinâmica de poder independente. A tendência para a autonomia de organização no exercício do poder foi muito visível na longa luta entre as autoridades eclesásticas e seculares, entre o Papa e o Imperador do Ocidente Medieval — luta que pode ser sociologicamente entendida como conflito entre uma organização em busca do monopólio dos meios de domínio espiritual e psíquico, e uma organização de guerreiros profissionais, ou seja, um conflito do cálice contra a espada.

Na sociedade moderna o mecanismo da educação formal, incluindo a educação dos adultos, é uma das mais poderosas organizações para moldar a mente humana. Também vai crescendo

o poder da persuasão pública organizada. Funções que eram desempenhadas antigamente apenas pelo sacerdote são hoje compartilhadas pelos educadores, administradores, propagandistas políticos, jornalistas e conselheiros de relações públicas. Todos eles empregam métodos modernos de comunicação e reprodução, como sejam a imprensa, a radiodifusão, o cinema, a televisão, os mimeógrafos, os fonógrafos, a fotografia etc. para implementar os seus propósitos; seus esforços estão em parte coordenados e em parte em conflito.

Além disso, dispomos de técnicas sociais para influir sobre o comportamento econômico. Empregam-se sanções positivas e negativas de toda espécie para que os produtores, os distribuidores e os consumidores desempenhem os papéis que deles se esperam. O desenvolvimento da tecnologia econômica deu resultados estupendos na produção agrícola e industrial, no transporte e na distribuição e ocupa poderosas corporações mercantis. As atividades destas representam um compromisso entre as atividades promocionais dos grupos de interesses especiais e as exigências do conjunto da comunidade.

A transmutação do poder no processo social pode ser analisada de outra maneira. As várias esferas de ação e os interesses organizados da sociedade exercem influência diferente no comportamento humano, e este impacto pode variar com as mudanças na estrutura social. Numa época determinada, a organização econômica pode ser mais poderosa; em outra, pode predominar a organização militar. Tais mudanças e diversidades de influência também se produzem em outras instituições, como, por exemplo, nas escolas. Os Estados Unidos têm feito maior uso da escola, nos tempos modernos, que qualquer país europeu. Foi principalmente devido à educação que se conseguiu a assimilação e americanização de milhões de imigrantes durante o século XIX nos Estados Unidos. Nesse país, a escola desempenha maior papel na criação e transmissão da lealdade ou patriotismo nacional do que na Inglaterra, onde a lealdade para com a nação provém de um conjunto de controles mais amplamente distribuídos.²⁰ A estrutura educativa alemã, nos tempos da República de Weimar, não pôde resistir à pressão que lhe impunham os partidos antidemocráticos de direita e de esquerda, que exigiam dos jovens lealdade aos seus próprios princípios.²¹

VI. LIÇÕES SIGNIFICATIVAS

As distinções acima delineadas poderão ajudar-nos a afastar nossa mente de um debate acêrca da natureza do poder como tal, ou do poder em geral. Deverão facilitar a observação concreta do

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

processo de poder, das suas variações e transmutações. Podermos então examinar de modo mais específico a questão de como dominar o referido processo.

1) O controle principal do processo de poder deve, necessariamente, ser total. Isto não significa que se devam empregar sempre, e em todos os lugares, métodos idênticos de controle. Significa, antes, que os meios e as medidas de controle devem ser coordenados e relacionados entre si. Cada forma de poder, em qualquer nível de interação e organização social, deverá ser tratado de modo apropriado e em seu respectivo terreno. Finalmente, a 'ausência de controle', o 'deixar as coisas como estão' podem, frequentemente, constituir o melhor sistema, desde que se reconheça e aprove o lugar adequado para esses padrões de comportamento na estrutura de poder de uma sociedade.

2) Alguns exemplos poderão ilustrar a afirmação de que os diferentes processos de poder devem ser tratados conforme métodos apropriados e em seus níveis respectivos.

As relações puramente pessoais, como as de pais e filhos, alunos e mestres, companheiros de jogo, namorados e amigos, não podem ser criadas ou estimuladas por medidas de organização, que nada têm a ver com elas. Tais relações não se referem apenas a uma faceta do indivíduo; é toda a personalidade que está comprometida na interação, e a situação só poderá mudar se forem mudadas as personalidades afetadas. Naturalmente, isto não significa que não tenham importância as boas leis e a boa organização, ou que não se possam proporcionar melhores e indispensáveis oportunidades em favor dessas relações pessoais. Mas, ao projetar e preparar organizações, não se deve perder de vista o objetivo central, que é de facilitar as relações pessoais.

Por outro lado, a influência pessoal não pode substituir uma organização defeituosa. O enfoque pessoal não pode tomar o lugar do organizacional. Se quisermos controlar os homens sem controlar as instituições, estaremos destinados ao fracasso. Para eliminar ou reduzir os efeitos da motivação baseada no lucro, é melhor fundar cooperativas ou promulgar uma 'lei sobre lucros excessivos', do que pregar as virtudes do serviço altruísta e condenar o vício da ganância.

Se for estabelecida, porém, uma nova estrutura legal e organizacional, dentro da qual possa prevalecer a motivação de 'servir ao público' como, por exemplo, no funcionalismo, o preparo individual e a educação moral ajudarão a moldar as personalidades dispostas a servir a comunidade.

3) Nossas definições ainda nos podem ensinar que os controles institucionais *per se* não são sempre desumanizadores. É falso romantismo presumir que as novas medidas para aumentar a regulamentação da sociedade sejam necessariamente mudanças

para pior. Lembrando a distinção que temos feito entre o poder funcionalmente justificado e o arbitrário, e compreendendo que toda a vida social organizada implica uma distribuição de poder, trataremos de estabelecer critérios morais para a diferenciação legítima dos vários tipos de poder e para procurar uma medida objetiva aplicável ao seu uso legítimo. Até agora não se encontrou nenhuma medida objetiva, a não ser a quantidade e espécie de poder necessárias para a realização de funções determinadas. Sendo impossível medir com precisão a quantidade de poder necessária para certas funções, geralmente só conhecemos pela prática o máximo e o mínimo indispensáveis para funções padronizadas. No exército, numa fábrica, ou na tarefa policial, sabemos mais ou menos que quantidade de armas, de operários ou de pessoal de serviço é necessária para o funcionamento eficaz e para a gerência do trabalho.²² A avaliação funcional do poder parece que poderia proporcionar uma base para estabelecer critérios morais para seu uso,²³ o que é essencial para nossa teoria.

4) Nossas distinções permitem-nos, igualmente, investigar a concentração e a distribuição do poder. A quantidade de poder que deverá ser centralizado, se é que algum poder deve sê-lo, dependerá naturalmente da natureza da função estudada e da sua situação geral. O sentimento democrático, inclinado a minimizar as distinções entre os tipos de poder e ansioso de ampliar a participação no processo de adoção das decisões, poderia temer que a indevida concentração de poder levasse ao domínio de uma minoria e ao despotismo. Contudo, do ponto de vista da eficiência, devemos levar em conta os perigos da dispersão ilimitada do poder: a anarquia e o caos.

VII. A CONCENTRAÇÃO DO PODER EM GRUPOS

O poder não se concentra apenas ao redor de funções e de grupos funcionais ou associações, tais como a equipe de caça da tribo, os corpos eclesiásticos, as corporações econômicas ou o exército, mas também em volta de grupos orgânicos, desde que estes representem unidades da vida coletiva: as chamadas comunidades. A vida comunitária, abarcando quase todos os aspectos das atividades humanas, respondendo a todas as necessidades e ambições, tende a desenvolver sua própria solidariedade. A menos que se vejam desafiados por elementos de fora, os membros da comunidade aceitarão como implícita sua unidade e partilharão do sentimento inconsciente de formarem um grupo, isto é, de 'sermos nós mesmos' (sentimento de 'nós' — *we feeling*). Sob certas condições, os grupos comunais tendem a ter consciência dos seus valores comuns e do seu caráter único. Esta consciência pode ma-

nifestar-se, primeiramente, como etnocêntrica, isto é, a que trata de modo diferente os membros do grupo e as pessoas de fora. O *nacionalismo* é uma forma moderna de tais sentimentos, por parte de vastas comunidades organizadas em Estado ou que aspiram à esta organização. É um sentimento que se nutre da importância dada conscientemente à tradição e à cultura, uma tendência para a regulamentação autônoma dos assuntos do grupo e, finalmente, um desejo de gozar da soberania; o sentimento de uma missão especial a cumprir na esfera política e/ou cultural.

As unidades funcionais acima descritas podem coincidir ou não com as fronteiras das referidas comunidades, pois estas últimas são a consequência da ação e reação de forças históricas. A unidade funcional, conhecida como 'cartel internacional', por exemplo, não coincide com o território de qualquer nação ou Estado, ao passo que um exército corresponde.

As comunidades podem crescer; as pequenas comunidades podem fundir-se para formar outras maiores, e poderíamos classificar uma série de comunidades, de acordo com seu tamanho, desde as tribais e locais, até as regionais e nacionais. A maior unidade existente num determinado momento pode ser chamada 'grupo estrutural'. Na atualidade, a unidade nacional é o verdadeiro grupo estrutural (embora a União Soviética apresente um Estado multinacional, baseando sua solidariedade num patriotismo especial para com o Soviet. Também o Império Britânico, como comunidade de nações, poderia constituir uma exceção a esta regra. *N. dos compiladores*). Todas as grandes potências que surgiram desde o advento do imperialismo moderno estão dedicadas à expansão das suas influências econômica, cultural e política, em recíproca competição. Estão procurando conseguir a hegemonia entre grupos de Estados mais fracos, o que possivelmente nos conduzirá a um sistema de solidariedades regionais e à consciência da existência dessas regiões. As principais regiões do mundo serão provavelmente polarizadas dentro de uma órbita anglo-saxônica ou russa.*

A localização e a natureza dêsse poder centralizado na comunidade diferem das do poder funcional. O mesmo se pode dizer dos inconvenientes produzidos por êstes dois tipos de complexos de poder e seu possível controle ou supressão.

A diferença mais notável entre as unidades de poder funcionais e as comunitárias consiste na maior racionalidade das primeiras. Ainda que as associações econômicas de massas, tais como os sindicatos operários, as cooperativas etc., possam, às vezes, orgulhar-se do seu grande tamanho por razões de prestígio, o motivo preponderante de sua conduta é o interesse, e suas finalidades

* Este trecho foi escrito em 1946 (Compiladores).

podem ser, e são claramente definidas, em sua maior parte. É por isso que, depois de atingido um equilíbrio de poder, surgem espontaneamente os compromissos razoáveis, apesar dos antagonismos mútuos, e sempre existe a tendência latente em traçar uma linha divisória entre o uso do poder em forma funcional e seu emprêgo arbitrário. A longo prazo, este critério pode muito bem ser reconhecido e ganhar ascendência. De um ponto de vista psicológico, é possível que se efetue um processo de sublimação entre as unidades funcionais empenhadas em regateios, fazendo-as passar dos cálculos meramente egoístas a uma transação e, desta, ao respeito mútuo e ao jogo limpo (*fair play*). Este desenvolvimento está em parte apoiado pela reciprocidade implícita de toda cooperação que se desenrola em linhas funcionais. Pode chegar a predominar se for levado ao primeiro plano por circunstância como a de uma situação de crise nacional. Por fim, mas não menos importante (*last but not least*), os esforços educacionais tendem a sublinhar a solidariedade e a cooperação diante dos conflitos de interesses; e por isso favorecem a racionalidade.

Esta tendência para uma maior racionalidade ainda não é visível na concentração de poder em volta das unidades comunitárias de diversos tamanhos. Isto é devido, provavelmente, aos seus diferentes propósitos e origens; formaram-se, principalmente, como resposta a necessidades emocionais e sua expansão territorial explica certas mudanças também emocionais a respeito.

As unidades comunais satisfazem primordialmente a necessidade que sentimos de pertencer a algum grupo. Da tessitura de funções que se baseia na divisão do trabalho (e, neste sentido, em necessidades racionais) podem nascer a tribo, o povoado, a comarca, a região, a nação; mas chegam a ser comunidades unicamente na medida em que seus membros se acostumam a pensar em termos de 'nós', colocando o grupo afastado dos estranhos e fazendo com que seus membros se comportem de maneira diferente. É por isso que as nações-Estado nem sempre coincidem com as áreas econômicas 'naturais'.²⁴ A solidariedade das nações-Estado repousa no sentimento de sermos 'nós mesmos', que, como tal, constitui poder. O poder baseado nos interesses comunais é diferente daquele baseado na integração funcional. O homem, motivado por suas obediências às unidades de poder funcional, comporta-se de modo diferente do que quando motivado pela sua lealdade à nação.²⁵

Este sentimento de 'nós' que emana das comunidades, seja qual for a origem das mesmas, contribui em grande parte a definir o lugar do homem no mundo, e seu desejo de alcançar uma posição na comunidade prevalece com frequência sobre o interesse racional. O sentimento de 'nós mesmos' não exerce apenas uma influência parcial; afeta não somente um centro dos interesses

humanos, mas também penetra toda a personalidade do homem. Uma pessoa cuja condição e sentimento de *status* estão determinados pelos da sua comunidade, vive, por assim dizer, de 'prestígio emprestado'; vive do prestígio da sua comunidade. Esta pessoa pode, portanto, estar convencida de que seu próprio desenvolvimento depende da expansão e situação da sua comunidade no mundo.²⁶ O poder que se origina dos sentimentos tribais, do regionalismo e do nacionalismo desperta geralmente mais temor que o que se desenvolve por meio de interesses meramente econômicos; este está localizado e é racionalmente calculável; o primeiro é difuso e imprevisível.

Outro fator aumenta a irracionalidade do sentimento de interesse comunal; é que se estende mediante o contágio e a fusão emocional. Ao desempenhar o homem seu papel no jogo econômico, ao levar a efeito sua função especial, continua situado a certa distância do seu companheiro. Antagonismo e mutualidade pressupõem ambos uma identidade separada. Na sociedade comunal, contudo, mais e mais pessoas sentem-se unidas ao compartilhar o sentimento comum de 'nós'. E este, depois de estabelecido, cria sua própria dinâmica. Por mais poderosa que seja esta força e por nociva que seja sua irracionalidade quando contribui ao imperialismo, o sociólogo não tem motivos para supor que esta força, desafie a análise racional e o domínio social. Max Weber* observou certa vez corretamente que o comportamento irracional era mais fácil de prever que o racional.²⁷

O comportamento de uma pessoa histérica, por exemplo, presta-se melhor a um prognóstico que as ações de pessoas que calculam normalmente e que procuram conseguir um ajuste expeditivo. Estas últimas podem chegar, com mais frequência, a conclusões inesperadas do que as pessoas que agem sob o ímpeto de forças irracionais ou psicopatológicas e sua conduta segue um ciclo que pode ser analisado e avaliado, e diante do qual se podem tomar medidas, em suas várias fases.

Da mesma forma será necessária a análise cuidadosa do nacionalismo agressivo, que com frequência emana de um sentimento de "nós" excessivamente inflacionado, se quisermos conhecer seu mecanismo. Únicamente por meio dessa análise poderemos pensar em controlar as explosões perturbadoras, mediante fatores de equilíbrio e medidas adequadas.²⁸

* Leia-se desse Autor "História Geral da Economia", editado por MESTRE JOURNAL, 1968.

VIII. A NATUREZA E O PODER DO SENTIMENTO COMUNITÁRIO

Podemos caracterizar da seguinte maneira o poder inerente ao sentimento de 'nós mesmos' na solidariedade comunitária:

1. O sentimento comunitário não é sempre expansivo e agressivo. O nacionalismo militante, por exemplo, é um produto moderno, embora o tratamento diferente dado aos membros do grupo e aos de fora (etnocentrismo) seja antigo. Além disso, há pequenos e médios países, como a Suécia, a Noruega, a Holanda, Portugal e a Suíça que, no passado, foram expansivos e agressivos, mas que agora se limitam a cuidar pacificamente dos seus próprios interesses. De modo semelhante, o expansionismo britânico chegou ao ponto em que deixou de ser militante, devido à saturação ou a uma mudança psicológica.

Únicamente a investigação comparativa e cuidadosamente preparada das alterações ocorridas em todos os níveis — econômico, militar, psicológico e educativo — nos dará uma explicação satisfatória do nascimento e do declínio do nacionalismo agressivo. Será necessário observar a seqüência, a direção e o ritmo das mudanças e a interação das medidas em vários planos.

2. Requisito prévio para tal estudo é uma classificação das necessidades psicológicas que encontram sua satisfação, tanto na solidariedade comunitária bem equilibrada como na agressiva.

O primeiro tipo de solidariedade parece desejável, pois satisfaz, entre outras coisas, o desejo do indivíduo de ser membro de um conjunto, de gozar de segurança, de manter orgulho e posição social.

As observações do bom senso comum indicam que as medidas educativas influem fortemente nos desejos humanos e nos meios de satisfazê-los. Há enorme diferença entre a educação infantil, na qual favorecemos um sadio orgulho e uma auto-afirmação controlada mediante o respeito ao próximo, e aquela em que fomentamos, ou pelo menos toleramos, o auto-engrandecimento e o comportamento provocador chamado 'macho'. O mesmo se aplica, com algumas modificações, à educação que visa ao comportamento coletivo. Da mesma forma que nas relações pessoais, nas relações internacionais pode-se encorajar o *sacro egoísmo*, o expansionismo egoísta, tal como o fez o fascismo italiano, ou se pode ensinar e incrementar a consideração mútua e a cooperação.

Embora não sejam o único fator a influir no desenvolvimento da consciência coletiva ou nacional, as medidas educacionais têm grande importância nesta esfera. Existem métodos educativos que inculcam a honradez em pessoas e grupos. Mas a dificuldade consiste em conseguir uma cooperação resoluta para a coordenação dos esforços educativos em todo o mundo. Não é necessário lem-

brar que a verdadeira tarefa da ONU, e sobretudo da UNESCO, consiste em fomentar essa unidade.

3. O sentimento comunitário não é simplesmente imposto de cima para baixo, mas resulta de processos históricos complexos. Sua expansão gradual neutraliza a agressividade militante das subunidades menores. Em outras palavras: a fusão das pequenas unidades absorve, ou pelo menos mitiga, as tendências agressivas das unidades anteriormente autônomas.

A nação-Estado é, afinal de contas, o melhor exemplo de absorção de unidades que anteriormente lutavam pela sua própria autonomia. Os barões feudais e as cidades independentes abandonaram suas pretensões e as subordinaram ao quadro mais vasto da nação-Estado. Podem as rivalidades subsistir por longo tempo; mas à medida que avança o processo de fusão, o desejo de autonomia e de soberania se transfere à nação-Estado e aos seus órgãos. Uma forma de liquidar o sentimento coletivo agressivo é, portanto, a fusão das pequenas unidades, pela transferência concomitante da agressividade de grupo para a nova e maior unidade. É, sobretudo, assunto de orientação social decidir para que tipo de unidade mais vasta será feita essa transferência.

Muitas vezes se pode observar hesitação e incerteza durante o período interino, relativamente à unidade mais vasta para a qual devemos transferir a nossa lealdade. Em tais casos, os acontecimentos históricos (ameaças de guerra, a guerra e suas consequências, as alianças políticas, a hegemonia de poder etc.) atraem as emoções em diferentes direções, e as manobras conscientes dos dirigentes exercem forte influência sobre o rumo da integração. É desnecessário dizer que se a ONU não conseguir concentrar as lealdades humanas na nova organização mundial, inevitável se tornará o desenvolvimento dos sentimentos de 'nós' (*we-feelings*)* rivais e regionais e, além disso, militantes.

4. Existem, contudo, outras tendências naturais (não planificadas) na expansão da solidariedade de grupo. Entre as duas guerras mundiais, os socialistas e os comunistas demonstraram que podiam estimular a solidariedade em linhas classistas, pela orientação, educação e manipulação da opinião pública — daí se originando uma lealdade que, muitas vezes, sobrepujava a solidariedade nacional. O mesmo foi demonstrado muitas vezes pela Igreja Católica Romana. Esses grupos puderam, freqüentemente, concentrar sua lealdade básica nos seus interesses internacionais comuns e, para muitos membros, tal sentimento revelou-se mais forte que a sua fidelidade à nação.²⁹ Daí se deduz que não só prevalecem, às vezes, lealdades diferentes num mesmo indivíduo, senão que o rumo da solidariedade comunitária pode ser manipula-

* "Feeling" = Tato, sentido, percepção, sentimento, emoção.

do em certas conjunturas da história. Falando de modo geral, estamos vivendo numa época que é igualmente aberta à integração nacional, internacional ou seccional. ('Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!'), e podem existir estruturas mais vastas que as nacionais. Conforme temos assinalado, parece que uma ou outra tendência pode prevalecer periodicamente, e podemos supor que países como a Alemanha, a Espanha e a Itália, que se tornaram fascistas, poderiam da mesma forma haver-se transformado em comunistas. Na França atual existe um equilíbrio de forças instável, de modo que os acontecimentos, as forças sociais e os esforços do controle e da educação podem muito bem ser os que decidirão o resultado.

A principal razão dessas tensões parece residir no fato de que o processo expansivo de fusão nacional torna-se cada vez mais separado do ponto de origem. Tal desvio liberta certas emoções do indivíduo, preparando o caminho para a lealdade e a fusão que procuram alguma fixação (*catexis*) em objetivos ou em causas. Esses objetivos, porém, não são simplesmente determinados de cima, como ocorria mais ou menos no passado, mas são mais abertos à escolha pessoal. Numa comunidade tribal, em aldeias, em regiões, no período do despertar do nacionalismo, o lugar do nascimento determinava em grande parte o destino do homem. Existia pequena margem de possibilidades de escolha para uns poucos indivíduos ou uma minoria. Aí podemos observar o aparecimento de 'lealdades divididas' (para com a igreja, ou para com o imperador). Contudo, as áreas historicamente desenvolvidas de solidariedade básica definiam, no conjunto, o lugar de cada homem e mantinham o domínio sobre o povo.

Mas a maior mobilidade social, os meios mais eficazes de transporte e de comunicação, o cinema, o rádio, a imprensa e as diversas formas de propaganda têm resultado no enfraquecimento das velhas e poderosas lealdades. Estas podem mudar de objeto e, por isso, a fidelidade pode ser manipulada em maior extensão do que antes. Procuraremos avaliar este processo em poucas palavras.

5. Em adição aos processos previamente mencionados, a urbanização e suas conseqüências vão solapando as formas primitivas de solidariedade, especialmente da solidariedade para com a comunidade. Nas vastas áreas metropolitanas, com seus subúrbios, suas cidades satélites, casas de cômodos e cortiços,³⁰ onde estão nitidamente separados os escritórios e as fábricas, de um lado, e os lares, de outro lado, a solidariedade comunitária tem um significado cada vez menor para um número de pessoas cada vez maior. Para estas pessoas pouco significa a nação ou o país onde nasceram, ou a nação em que vivem. Em geral damos a esse processo o nome de desarraigamento, e o matiz pejorativo da pa-

lavra se justifica, na medida em que, para a maior parte, a perda de identificação com um centro local definido e falta de participação na vida comunitária levam à desintegração do caráter. Este afastamento do torrão natal faz com que o sentimento de pertencer a um certo lugar não se desenvolva ou não se possa manifestar. Favorece a insegurança mental e os estados emocionais não fixados, convertendo essas pessoas em presa fácil para a propaganda. Os homens desenraizados podem transformar-se em emigrantes sem rumo, em criminosos, muitas vezes em cínicos sem convicções nem estabilidade.

O que vemos como desintegração do caráter ou perda da personalidade do indivíduo, apresenta-se como 'atomização' da sociedade quando observado como fenômeno de massas. As comunidades se transformam em multidões quando se produz êsse desarraigamento; perde terreno o aspecto mais profundo do 'eu', predominam as reações superficiais e entra em cena o propagandista para manipular hábilmente a situação.³¹ O estado mental produzido por essas condições constitui um dos perigos dos tempos modernos. Deve ser nossa principal preocupação impedi-lo mediante diversas medidas, pois tais estados dão origem à sugestibilidade, que conduz a explosões de pânico, de desespero e de atrocidades.³²

Contudo, a situação se complica pelo fato de que o que temos qualificado pejorativamente de 'desarraigamento' possui seus aspectos positivos, tanto para a formação da personalidade como para a construção de uma comunidade mundial. O desarraigamento, visto de um ângulo positivo, pode ser chamado emancipação. Não cremos que haja alguém capaz de duvidar que o estabelecimento de comunidades mais amplas — e possivelmente de uma comunidade mundial — seja possível apenas quando superarmos a etapa da obediência incondicional ao demônio de poder da soberania nacional e do nacionalismo agressivo. O desarraigamento parcial, a emancipação são portanto necessários e constituem, realmente, a meta alcançada pelos homens progressistas.

Podemos chamar 'emancipada' uma pessoa que não pensa em termos de 'certa ou errada, é minha pátria' (*'my country — right or wrong'*); que não é fanática e convencida de que a igreja da sua paróquia é a mais bela do mundo. Atinge essa emancipação mediante um desarraigamento parcial, escolhendo, para sua identificação pessoal, apenas certas tradições e certos valores da sua comunidade. Assim procedendo, não prejudica as influências da participação comunitária na formação do caráter, nem sacrifica seu direito ao pensamento independente e ao desenvolvimento pessoal. Emancipa-se porque está sempre pronta para caminhar no rumo da integração mais compreensiva do mundo mas, ao fazê-lo, não se torna cosmopolita nem renuncia à solidariedade com sua nação. O indivíduo emancipado partilha do destino do seu

país, mas a sua visão ultrapassa o *sacro egoísmo* do nacionalismo moderno. O número crescente de cidadãos emancipados, existente em todos os países, pode ajudar a criar um mundo integrado para todos.

6. Em vista do processo de emancipação, temos que redefinir a função da *intelligentsia* na presente conjuntura. Os intelectuais emancipados são aqueles que podem desembaraçar-se mentalmente tanto das pressões dos costumes antiquados (*folkways*) quanto dos ataques manipuladores dos propagandistas que procuram impor-lhes doutrinas e ideologias artificiais de nacionalismo. A *intelligentsia* procura resistir a essa pressão ideológica, mesmo à custa de ser chamada indigna de confiança pelos nacionalistas agressivos.

Dêste ponto de vista, a *intelligentsia* representa um poder considerável. Se admitirmos que o poder não é constituído unicamente pelos canhões, pelos aviões, pelo dinheiro e pelas unidades funcionais, senão também pela orientação e integração dos sentimentos da comunidade, veremos que a *intelligentsia* ocupa uma posição tão importante quanto a dos chefes dos exércitos ou dos grandes homens de negócios. Isto se aplica especialmente a uma época em que as idéias e as ideologias ajudam a estabelecer a solidariedade, não sendo suficiente o mero contágio emocional. Pode-se apreciar ainda melhor o papel especial da *intelligentsia* no processo de poder, em vista do fato de que as formas mais simples de lealdade à comunidade tendem a afrouxar-se.³³ O que os psicólogos chamam 'motivação' de uma pessoa pode, portanto, ser objeto de influências de acôrdo com um plano.

Por motivação entendemos a possibilidade de influir socialmente sobre os desejos e anelos do homem. A motivação desempenha papel importante na educação.³⁴ Um aluno aprende, por exemplo, sua lição de geografia ou de gramática mais rápida e eficientemente quando sabe qual é o objeto dessa aprendizagem e se identifica com essa finalidade. Evidentemente, não existe um desejo inato de aprender geografia ou línguas estrangeiras, mas uma pessoa bem definida (o pai ou o professor) faz com que surja êsse desejo. Assim, pois, em tôda sociedade, há sempre indivíduos motivados e indivíduos motivadores. Nas culturas mais simples, a motivação é difusa e dispersa. São os valores da comunidade que dão motivação ao indivíduo. Antes que êste se lance à ação, a sociedade já definiu para êle quais são as finalidades que valem a pena e as que são indesejáveis. Por isso, seu campo de escolha é limitado. Quanto mais flexível se torna a sociedade, menos frequentemente são as motivações e os valores induzidos de fora. Êstes valores já não são inerentes às coisas, como ocorre, por exemplo, quando se pensa nas mulheres como seres inferiores, ou nos estrangeiros como escravos, ou nos pobres como seres humanos

miseráveis. Os valores já não são aceitos como fatos assentados. Uma mobilidade social maior cria mentes flexíveis; tudo pode ser discutido, põem-se em dúvida as preferências e os propósitos, e é necessário darmos uma explicação se quisermos motivar as pessoas em certo sentido. Neste processo, os indivíduos motivantes são geralmente intelectuais. Ocupam uma posição-chave na mudança social, como especialistas na invenção e na difusão das idéias e, mesmo quando parecem desprovidos de qualquer poder a curto prazo, são mais poderosos a longo prazo que os indivíduos que manejam os canhões, os aviões etc. e se impõem pelo poder das armas. Os pensadores políticos como Rousseau, Marx, Pareto, Adam Smith, Mill exerceram grande influência quando chegou sua hora. Os produtores e propagadores de idéias ganham importância à medida que se vão enfraquecendo as tradições populares; além disso, a influência das idéias não pode ser contida. Podemos localizar e destruir um canhão, mas não uma idéia. Pode-se matar os defensores de idéias, por hereges e profetas, mas as idéias sobrevivem e se difundem. As idéias, portanto, representam poder, especialmente quando se manifestam sob a forma de sabotagem. Os ditadores totalitários, por maior poder que possuam, nada receiam tanto quanto a sabotagem. Sabem que o poder organizado pode desintegrar-se, não necessariamente pela ação direta, como, por exemplo, pela revolução, senão mediante a propaganda subversiva, solapando a fidelidade dos homens aos quais foram confiadas as armas, e aos que devem executar o seu trabalho nos campos e nas fábricas.

IX. DISCREPANCIAS ENTRE O PODER COMUNITARIO E O FUNCIONAL

O domínio do poder concentrado em grupo difere daquele investido em funções. Este último tem um núcleo racional. Pode ser encoberto pela emoção, e é geralmente associado aos interesses criados; no entanto, seu elemento racional pode servir como ponto de partida para um processo de poder humanizador e socializador. A função inerente pode assim servir aos que desejam neutralizar gradativamente as emoções agressivas e prejudiciais, e controlar ou absorver os interesses criados de um grupo, reunindo-os dentro de um esquema comunitário.

A luta para o controle inteligente do poder predatório e dos impulsos irracionais pode basear-se firmemente em critérios úteis para exame dos elementos de poder funcionais, comparados com os não funcionais. Pode-se provar, por exemplo, que a manutenção de uma fábrica, com máquinas obsoletas, pertencente a proprietários de mentalidade conservadora, é contrária ao interesse da comunidade. O atraso tecnológico de muitas minas de carvão inglesas, até a recente nacionalização, e a paralisação das mu-

danças tecnológicas, na indústria de construção civil nos Estados Unidos, são exemplos aplicáveis ao caso. Também se pode provar que os monopólios egoísticos, que não atendem ao interesse público, devem sofrer o controle de autoridades imparciais.

Ao contrário, é mais difícil estabelecer critérios para diversos tipos de coesão comunitária e de soberania nacional. Contudo, existem meios e recursos para tratar racionalmente desses problemas. No passado, um equilíbrio de forças sempre mutante ia resolvendo os problemas à medida que se apresentavam. Os poderosos suprimiam os fracos, com maior ou menor sucesso. Da mesma forma, unidades sociais menores lutavam continuamente para obter a adesão dos indivíduos para expandir seu controle jurisdicional competitivo, tal como salta à vista na luta entre Estado e Igreja, nas rivalidades entre as várias seitas, na luta político-partidária e na competição entre as escolas filosóficas. Nossa época vai submetendo cada vez mais os fatores irracionais e comunitários de coesão à análise e aos critérios racionais. Os que visam à pacífica cooperação mundial podem apostar em duas tendências promissoras:

1. Os sentimentos de coesão comunitária, como o nacionalismo, já não são considerados bons ou maus em si mesmos. Temos que distinguir entre traços indubitavelmente prejudiciais, tais como a agressividade chauvinista, e as tradições da comunidade, que são funcionalmente significativas, seja qual for o conteúdo das mesmas. Certos elementos do sentimento nacional são indispensáveis para definir a situação dos novos no mundo e para assegurar um equilíbrio mental. Os dirigentes da política e da educação deveriam tratar de extirpar as características nocivas do nacionalismo, que se opõem a uma cooperação mundial pacífica. Deveriam ser tolerantes a respeito dos elementos tradicionais como a linguagem, os costumes e a cultura, que implementam a coesão comunitária sem impedir a cooperação internacional.

Esta divisão do problema do poder em duas metades, uma sujeita a cuidadosa regulamentação e a outra deixada à definição autônoma do grupo, constitui a grande contribuição inerente à idéia do federalismo. O que caracteriza os Estados Unidos e o mundo anglo-saxão em geral é o fato de haverem feito do federalismo a espinha dorsal da sua organização política; também constitui um traço característico da URSS o haver adotado o princípio federalista na organização do seu Estado multinacional.

2. O mesmo problema de divisão de poder se apresenta para o emaranhado de unidades funcionais e interesses de grupo na situação mundial de hoje.

As unidades funcionais, como um grupo de caçadores, uma fábrica ou um consórcio industrial, tendem a crescer e a acumular o poder. O mesmo acontece com as unidades de coesão comuni-

tária, como as tribos, os povoados, as regiões, as nações etc. No passado, as unidades funcionais se desenvolviam em sua maior parte dentro das fronteiras dos grupos comunais, sendo, portanto, regidas, em última análise, pelas autoridades grupais. Os grandes negócios e os sistemas industriais cresceram dentro do molde das unidades comunitárias, a princípio de cidade ou região e, mais tarde, de nação. O mesmo acontece com os exércitos, as burocracias e os organismos constituídos em torno dos meios de comunicação e de transporte, que se expandem cada vez mais.

No passado, tais tipos de crescimento eram bastante fáceis de compreender. O artesanato e a indústria em pequena escala combinavam-se com os escassos meios de comunicação para manter a expansão dentro dos limites geográficos dos 'territórios' como núcleos de integração comunitária. Mais tarde, a necessidade de defender-se contra as unidades rivais em expansão, os requisitos administrativos ou de polícia fizeram com que o Estado se apresentasse como 'encarnação' e 'organização protetora' da fusão comunitária em escala nacional. Essas nações-Estados promoviam, caracteristicamente, um sentimento de 'nós mesmos' que impregnava as unidades funcionais do território. Os cidadãos sentiam essas unidades como partes orgânicas do crescimento nacional e do seu espírito coletivo concomitante.

Contudo, o conceito dos dois aspectos como parte do mesmo processo é um defeito da visão de pouco alcance, que não pode discernir as leis de crescimento e os diferentes princípios que orientam a expansão das unidades comunitárias e funcionais. De um ponto de vista mais amplo, as duas tendências reforçam-se reciprocamente só durante a época da nação-Estado. Então as unidades funcionais, bem como o sistema da livre empresa mercantil, servem realmente à nação-Estado, a qual, por sua vez, promove as indústrias dentro das suas fronteiras. As políticas econômicas dos chamados 'Estados sucessores' do império austro-húngaro, no intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, podem servir de ilustrações típicas desse fato. Mas este sistema de fusão não impediu que surgissem gradualmente dois sérios problemas.

De um lado, o desenvolvimento autônomo das unidades funcionais provocou, muitas vezes, a expansão da coesão comunitária, o que é uma característica do imperialismo econômico. A agressividade, neste caso, não resulta basicamente dos interesses comunitários *per se*, mas dos sentimentos de 'nós' ('*we-feelings*') ou coletivos nacionais, postos a serviço dos promotores do poder industrial e comercial. As organizações funcionais se tornam perigosas quando inflacionadas pelo orgulho nacional. O remédio, neste caso, consiste em controlar ambos os fatores e a sua interação, no plano da organização e da educação.

Por outro lado, as unidades funcionais podem estender-se além das fronteiras que limitam a coesão comunitária do grupo. As fronteiras são consideradas, com frequência, um obstáculo à eficiência máxima. As unidades funcionais começam então a exercer pressão contra as paredes do molde que as restringe. Isto aconteceu, por exemplo, durante a Idade Média, quando o comércio se expandiu além dos limites das cidades, colocando assim os alicerces de um sistema econômico em escala territorial, e mais tarde nacional, em torno do qual conseguiu desenvolver-se o sentimento nacional.

O mesmo processo parece estar-se repetindo hoje, mas em escala mais ampla. Nossas unidades funcionais, graças à produção em massa e a melhores meios de comunicação, tendem a pressionar a estrutura da nação-Estado e a criar organizações internacionais.

Este crescimento das unidades funcionais além das fronteiras nacionais e a sua capacidade em desenvolver um sistema interdependente e funcional, em escala internacional, podem resultar em novos tipos de combinações de poder, os quais ainda são atualmente instáveis e informes mas que, talvez, chegarão um dia a concretizar-se e pôr progressivamente em perigo a soberania das nações-Estados.³⁵ Esta superação do Estado nacional cumpre seu verdadeiro papel tôdas as vêzes que as funções interdependentes e em escala mundial não podem ser exercidas satisfatoriamente em termos de simples nação-Estado. Os desajustamentos econômicos, sociais e políticos poderiam, às vêzes, encontrar solução, se fôssem confiados a organizações supranacionais e funcionais. Ao contrário, têm surgido crises devidas às tentativas não coordenadas que as nações efetuam para resolver êsses problemas de modo independente e, com frequência, em recíproca competição. O caso mais evidente é a tentativa de uma nação em transferir a outros países o ônus do seu desemprego funcional, proveniente da sua oposição aos métodos de planificação. Em tal caso, o país em questão exporta o seu desemprego, ao vender seus produtos a preços mais baixos que os dos produtores de outros países. Isto poderia muito bem converter-se em método de domínio, praticado, por exemplo, pelos Estados Unidos, se as nações não chegassem a um acôrdo para combater o desemprego em escala mundial.

O mesmo desajustamento em grandes proporções, com suas injustiças concomitantes, é o que está implícito na transferência de populações em larga escala, de um país para outro, a fim de resolver os problemas econômicos, sociais ou psicológicos da 'mãe pátria'. Também, neste caso, um arranjo mundial, ou pelo menos regional, dos desajustes e das suas causas apresentaria maiores oportunidades para o reajustamento e a distribuição dêsse "ônus".

Da mesma forma, uma campanha psicológica em favor da tolerância internacional não pode ser lançada por um só país. Os perigosos sentimentos de prestígio das antiquadas unidades nacionais só poderão ser sobrepujados se as integrações funcionais, sobrepondo-se umas às outras, operarem como dissolventes. Estas ofereceriam maior segurança dentro de um plano racional de conjunto, aplicado a uma organização funcional do mundo.

De maneira idêntica, as frustrações nacionais devidas à falta de mercados, de matérias-primas e de oportunidades de emprego só poderão ser superadas se a nação pouco favorecida se integrar na estrutura mais vasta do comércio mundial e puder participar dos esforços educativos e intelectuais, destinados a construir um mundo social pacífico. É óbvio que os grandes problemas só podem ser resolvidos com soluções igualmente grandes; e nosso porvir depende do controle das posições-chave internacionais, das quais dependem a transformação de nações-Estados em estruturas de âmbito maior.

X. PADRÕES BÁSICOS DO PODER NA ATUALIDADE

Nosso problema consiste em como conseguir o controle dos diversos centros de poder arbitrário, como coordená-los e fundi-los num sistema mais coerente, e como discipliná-los gradualmente para que funcionem em proveito da comunidade.

As técnicas de controle democrático que surgiram em pequenos grupos deverão ser adaptadas às vastas unidades da atualidade, tanto no que diz respeito à organização interna quanto às inter-relações externas. Não é fácil tarefa, pois as pequenas unidades nem sempre estão controladas democraticamente, e as grandes oferecem dificuldades peculiares.

Em geral, a estrutura interna de poder de uma nação e seus problemas domésticos estão dominados por problemas que surgiram durante a transição de uma sociedade não planejada a uma sociedade planejada.³⁶ As maiores diferenças parecem resultar da finalidade de uma sociedade parcialmente planejada diante de outra em total estado de planificação; a luta entre uma estrutura social mista e outra totalitária.

Na União Soviética as autoridades centrais exercem poder absoluto sobre a sociedade, e mesmo quando o governo se mostra benigno, a democracia e a liberdade (no seu conceito ocidental) encontram-se ausentes. Os perigos desta situação parecem residir na ineficiência e indiferença das massas, excluídas do processo de comando e da tomada de decisões. Quando a tendência é reacionária, a solução nazista é a mais provável: planificação total em benefício de grupos de *gangsters*, aliados às forças mais reacionárias da sociedade.

Os Estados Unidos parecem estar vacilando entre a sobrevivência de um 'rude individualismo' e concepções parciais de planejamento preventivo. Em vez de tomar a dianteira no planejamento, as autoridades federais parecem atuar como árbitros, compensando os defeitos e abusos que surgem da economia competitiva dominada pelos grandes monopólios.³⁷

O sistema britânico aproxima-se mais ao que chamamos 'planejamento para a liberdade'. Nesse país, uma economia orientada pelo governo tende para um equilíbrio entre os setores livres e os dirigidos. O perigo reside numa falta de compreensão desse fato, o que pode perturbar o delicado equilíbrio e fazer com que algum grupo dirigente possa apropriar-se dos controles governamentais.

Nos Estados Unidos, o perigo principal parece ser a possível ineficiência dos reajustamentos experimentais face a outra crise econômica em potencial. No decurso de uma depressão profunda e prolongada, as mudanças de atitude completas e rápidas podem levar a uma insurreição em massa e a uma ditadura franca ou dissimulada.

Em sistemas como o russo, a transmissão da autoridade, a descentralização e a democratização no sentido ocidental poderiam, talvez, levar à criação de um processo misto. Essas técnicas democráticas poderiam ser introduzidas, inclusive se as posições-chave estivessem firmemente em mãos de uma autoridade central que garantisse as funções básicas. Os sistemas norte-americano e inglês também oferecem possibilidades para a emergência de soluções intermediárias. Neste caso, a vigilância deve concentrar-se nos grupos que têm interesses especiais e nas organizações que procuram introduzir-se entre o indivíduo e o governo, e que visam a converter uma planificação de conjunto em planificação parcial.

XI. PADRÕES BÁSICOS DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Podemos dizer que a Segunda Guerra Mundial trouxe consigo um grande progresso. As numerosas nações que rivalizavam em suas pretensões nacionais exageradas e suas aspirações imperialistas ficaram sobrepujadas por um livre equilíbrio de poder, embora ainda incerto, concentrado nos Estados Unidos e na União Soviética, e irradiando desses dois países. Hoje é menos provável que as tensões e conflitos locais nos levem à guerra, a menos que as grandes potências o desejem.

Da mesma forma que os cartéis e sindicatos das grandes empresas mercantis (que eram antes independentes) não eliminam a competição dissimulada na esfera econômica, também as esferas políticas que lhes correspondem — as potências mundiais —

continuarão competindo para conseguir a hegemonia. Contudo, suas amplas esferas de interesses talvez proporcionem campo suficiente para o desfogo da situação e, se fôr possível chegar a um equilíbrio mediante a negociação, as pressões imperialistas poderiam diminuir durante algum tempo, pois as duas potências mundiais são bastante fortes para garantir a nova ordem legal. Esse equilíbrio bipolar poderia ser, de qualquer maneira, mais estável e duradouro que o equilíbrio instável entre as muitas potências que fundaram a Liga das Nações. A velha Liga era possivelmente mais democrática no papel, faltava-lhe, porém 'realismo' e, como não tinha 'dentes', mais prejudicou que desenvolveu as medidas eficazes destinadas a assegurar uma ordem internacional pacífica.

Naturalmente, as pequenas nações podem ser favorecidas ou prejudicadas, dependendo dos papéis que desempenham, como parceiros ou peões, no tabuleiro da competição de poder que se desenrola sob a capa dos acordos internacionais. Nossa principal esperança reside na insistência tenaz em favor do jogo limpo, por parte das forças políticas disseminadas pelo mundo, que estejam autenticamente interessadas na transformação do imperialismo atual numa ordem pacífica e que apoiem esse movimento com toda a decisão.

O sistema de poder regional pode, naturalmente, conduzir-nos a um perigoso renascimento da fórmula da Paz de Vestfália (1648): *cuius regio, eius religio*. Várias culturas, vários sistemas políticos hão de procurar impor, clara ou sub-repticiamente, seus sistemas de valores aos povos que se encontrem sob sua jurisdição regional. Assim, as grandes potências podem aumentar a brecha entre as suas respectivas regiões, encaminhando-se, dêste modo, para uma luta final pela dominação do mundo. Neste caso, as crescentes diferenças culturais fomentariam tensões emocionais, produziriam temores e suspeitas mútuas e poderiam provocar, inclusive, a Terceira Guerra Mundial, devido, precisamente, à cega tendência para caminhar à deriva, característica da sociedade moderna.

XII. ABUSOS DE PODER E COMO EVITA-LOS

A democracia procura controlar o poder, seja qual fôr a forma dêste. Nossa análise das posições-chave, no mundo atual, originou nossa exigência em favor da integração destas no seio de uma autoridade mundial unificada, que possa coordenar os centros de poder subordinados. Esta coordenação, porém, deverá evitar de transformar o centro de poder, que se estiver formando, num gigante que seria o mais devastador da história do mundo e que, arbitrariamente, devoraria seus próprios filhos. O problema do

contrôle democrático apresenta-se em todos os níveis da organização social e com maior premência nas camadas superiores.

É claro que não podemos prever quais serão os detalhes táticos de uma integração definitiva em escala mundial; podemos, contudo, nos atrever a discutir racionalmente os problemas do controle democrático no futuro próximo. Assim, terminaremos este capítulo com um balancete de 'deve e haver' dos riscos e das oportunidades, no que se refere ao controle dos possíveis abusos de poder na atualidade.

Começemos por estabelecer a lista dos principais riscos e perigos:

1) Como já vimos, encimando a lista das fontes de perigo, deveremos registrar a inaudita concentração de poder que resulta da centralização de novas técnicas sociais.

2) A crescente falta de defesas físicas e mentais do cidadão médio é outro ponto fraco na luta comum contra os abusos do poder. Esta impotência do 'homem da rua' diante dos grandes poderes baseados em técnicas sociais correlativas constitui, por assim dizer, o reverso da medalha. Transformado em simples dente na engrenagem da vasta organização social, o cidadão médio permanece num estado mental que se aproxima da apatia ou da agonia.³⁸

3) A apatia pode ser paralisadora, se o cidadão mentalmente desarmado fôr assaltado repentinamente pela ansiedade, que pode converter-se num sentimento que afete as massas, como resultado da natureza aterradora das crises sociais modernas. Contanto que funcione normalmente, a sociedade em grande escala dissipa as incertezas da vida, como se fôsse mãe protetora. Mas quando suas forças dinâmicas fogem ao controle e quando predomina o caos, a vida social torna-se ainda mais temível que as forças cegas e elementares da natureza: vulcões, tempestades, incêndios e inundações. O temor da incerteza e a desconfiança mútua podem muito bem levar ao abuso arbitrário do poder e à anarquia.

4) Outrossim, os homens que ocupam as posições de comando podem explorar e aproveitar sistematicamente a insegurança latente. A utilização da arma do medo funciona em detrimento das relações pessoais, é altamente perigosa nas relações entre grupos e devastadora na competição entre os blocos de grandes potências. Hitler executou às claras a técnica do terrorismo arbitrário e, durante certo tempo, obteve assombrosas concessões por parte da política de apaziguamento. E logo aconteceu o inevitável. Infelizmente, esta velha técnica visando a conseguir a supremacia, continua a funcionar depois do advento da Era Atômica.

5) Brincar com fogo é muito perigoso quando o impulso da organização e os acontecimentos que se desenrolam rapidamente na sociedade moderna impedem que possamos deter a destruição

organizada — a guerra — dentro de um curto lapso de tempo. Uma vez que se inicia a marcha para a guerra, criam-se organizações, dão-se ordens, estimulam-se as emoções e o mundo começa a derivar para a destruição total.

6) O dilema da nossa época pode ser enunciado da seguinte maneira: nossos temores nos levam aos extremismos; a falta de controle conduz ao caos; um controle estreito confina-nos numa existência enjaulada. Em suma, a verdadeira solução depende da nossa visão e da nossa sabedoria. A maior parte do nosso progresso tecnológico pode ser utilizada tanto para o bem quanto para o mal. A liberação da energia atômica é o mais claro exemplo. Sua utilização construtiva pode abrir as portas para uma era de abundância. Pode-se dizer o mesmo da maior parte dos nossos meios e possibilidades tecnológicas.

Pois bem: quais são os principais pontos favoráveis e as oportunidades que a nossa época oferece?

1) O progresso científico é tão rápido, tanto no campo psicológico, quanto na esfera tecnológica, que uma ciência integrada e completa do homem talvez nos permita compreender claramente as causas dos desajustamentos, as origens e as formas dos abusos do poder. A verdadeira democracia acha-se aliada à ciência racional e à difusão dos conhecimentos, a qual é muito facilitada pelos excelentes meios de comunicação de massas e pelos talentos educativos muito bem desenvolvidos. A rápida difusão do saber, a informação necessária para o controle do poder e as técnicas modernas para denunciar os erros deverão constituir-se em ajuda eficaz a fim de acabar com as incertezas e o caráter secreto do poder. Nem todo cidadão precisa conhecer todos os truques do nepotismo e da corrupção oficiais. Se houver na oposição homens colocados nas posições-chave e jornalistas ágeis e observadores, que dêem importância à situação, a simples ameaça de uma denúncia evitará frequentemente a consumação dos abusos. Por esse motivo, a manutenção dos direitos civis, da liberdade de palavra e de reunião funcionam como catalisadores, inclusive quando o público ainda não está completamente maduro do ponto de vista político. Os abusos podem ser reprimidos eficientemente, inclusive na fase monopolística do capitalismo, se forem efetivamente garantidas as liberdades civis; ao passo que, até mesmo sob uma ditadura benévola e — digamos assim — de altas qualidades morais, a degeneração sob este aspecto é inevitável, devido à falta de controles.

2) A possibilidade de pôr em prática os princípios democráticos, mediante o emprego de técnicas sociais eficientes, também constitui um ponto favorável. Uma vez conseguido o consenso democrático em favor da planificação democrática, pode-se iniciar uma política realista de reformas, em todos os níveis simultânea-

mente, e pode ser controlado o poder arbitrário em todas as suas formas e ramificações.

3) Mas uma melhoria nas técnicas não resolve por si só os problemas, tais como os do controle do poder e o da reorientação dos desejos e das energias do homem. O progresso da técnica deverá ser acompanhado por um despertar moral e religioso. Por conseguinte, é oportuno avaliar quais são as oportunidades e as condições externas que favorecem atualmente esse renascimento da moral, inclusive tendo-se em conta que tal renascimento deverá realizar-se no íntimo do homem.

Pensar em termos da humanidade em seu conjunto já não é utopia, porém exigência do momento. É uma visão que ainda pode estar fora do alcance de muitos dos nossos realistas que se dizem 'práticos e concretos', cujo 'realismo' consiste em pensar e atuar segundo as idéias de uma época ultrapassada. No entanto, se observarmos que não podemos nos dar ao luxo de uma Terceira Guerra Mundial, e que devemos acabar com a tirania em todos os lugares em que se ergue sua monstruosa figura, a visão da humanidade como um todo se apresentará abertamente para nós.

4) Estas três idéias deveriam servir para pôr em prática novo tipo de responsabilidade coletiva indivisa. Já não é frase sem sentido afirmar que somos todos passageiros do mesmo barco. A interdependência da sociedade moderna faz com que a fome ou a ruína econômica de um país seja ameaça para os demais. Há pouca possibilidade de se estabelecer uma idolatria do poder numa sociedade baseada nas contribuições indispensáveis — materiais, físicas e intelectuais — de milhões de cidadãos altamente educados.

5) Uma vez que se compreenda esta responsabilidade coletiva, será possível apaziguar as tensões que hoje aceitamos com facilidade; tensões que acompanham as idéias de um poder latente, próprias da velha ordem de coisas. A política do poder floresce unicamente enquanto as pressões e as dificuldades na esfera social e psicológica intimidam o povo, obrigando-o a submeter-se ao domínio de camarilhas, grupos de interesses criados, partidos e nações. Toda diminuição da pressão em geral reduz as ansiedades, inclina os cidadãos a resistir às dificuldades da vida cotidiana e a substituir os sentimentos de domínio e submissão por idéias de mútua deferência e cooperação.

Este sentimento de responsabilidade coletiva aplica-se especialmente às relações internas mas, pouco a pouco, também se estende às relações externas das nações. A compreensão de nossa interdependência deveria contribuir a reduzir a necessidade de autarquias de políticas econômicas protecionistas. Quando o intercâmbio internacional de mercadorias e serviços é negócio proveitoso, faz diminuir o desejo de entregar-se a projetos bélicos que,

afinal de contas, comportam muitos riscos. Esta é a lição psicológica que podemos aprender dos Estados que, por razões geográficas e históricas, tiveram oportunidade de criar riqueza graças à indústria pacífica e ao comércio. Desapareceu a violência agressiva dos seus antepassados, e gozam hoje de crescente segurança e de níveis de vida cada vez mais altos. Quando as necessidades primordiais são satisfeitas por meios pacíficos, reduzem-se as tensões mais especificamente psicológicas e diminui a ansiedade a respeito da obtenção de alimentos e de segurança; e o povo sente-se menos inclinado a apoiar uma política de poder. Esta qualidade domesticadora da prosperidade pode ser ilustrada não só por exemplos históricos, como também pelo exemplo das pequenas e prósperas democracias dos países escandinavos, da Suíça etc.

A diminuição das pressões e tensões é facilitada pela nossa imensa capacidade de produção, nossos meios de transporte e comunicação e nossos sistemas de administração racional. Ainda que não possamos contar com 'um mundo só', a grande expansão das regiões permite uma expansão mais equitativa das tensões e pressões entre a pluralidade dos países, o que não era o caso dentro das fronteiras limitadas das nações-Estados protecionistas. Hoje, alimentos das regiões em que existe fartura podem ser enviados às zonas de fome, os créditos podem reduzir o ritmo desigual do desenvolvimento econômico entre os países de uma região mundial, a emigração das populações pode ser regulamentada, apesar das tensões econômicas ou psicológicas existentes em vários Estados. De modo similar, as crises de desintegração social podem ser localizadas e, a seguir, resolvidas, se a hegemonia afetada deseja realmente acabar com tais rivalidades. Da mesma forma com que o Império Romano estabeleceu a *Pax Romana* entre povos que eram anteriormente belicosos, também a preponderância das grandes potências pode acabar com as lutas de guerrilha entre os pequenos Estados 'bandidos'.

Este empreendimento de criar ordem e segurança por um longo período e numa extensa área diminuiria a agressão, especialmente se as potências mundiais se decidissem a lançar mão dele pelos motivos rotineiros de mera comodidade. A ordem pacífica nascente seria, porém, mais poderosa e construtiva, se tais medidas fôssem parte de uma política deliberadamente preparada, como experiência para a transformação das mentalidades belicosas e dominadoras, em mentalidades amantes da paz.

6) Um fator adicional que pode ajudar a diminuir as tensões, a dissipar os monopólios de poder e a diminuir o complexo do poder, é constituído pelo novo conjunto de técnica e armas bélicas.

As novas armas reduzem em larga escala o significado militar das linhas de fronteira. É claro que este não desaparece comple-

tamente, mas diminui na medida em que a aviação faz encolher o espaço e as bombas atômicas podem levar a guerra a qualquer lugar do mundo.³⁹ Hoje, os países podem ser atacados de qualquer distância. Os ataques partidos de muito longe requerem unicamente bases para os efetivos da marinha e da aviação, bases estas que podem estar muito afastadas dos objetivos. Esta nova ameaça militar fez com que a linha Maginot e outras, para ataque ou defesa, se tornassem cada dia mais obsoletas.

A política militar britânica no Médio e no Extremo Oriente pode servir de modelo às novas tendências. A ocupação ou o domínio direto de países inteiros, como o Egito ou a Índia, podem ser dispensados em troca de uma cooperação voluntária que garanta a manutenção de bases militares nas mãos de elementos de confiança. Os novos conceitos espaciais de segurança nos Estados Unidos resultaram no estabelecimento de um vasto sistema de bases navais e aéreas em zonas 'aparentemente' muito distantes dos lugares a serem protegidos. O alcance cada vez maior das armas de guerra favorece a conclusão de acordos de defesa mútua em grandes regiões do globo, sob a hegemonia das grandes potências.

Essas tendências poderiam ser mais acentuadas se os superestados não nutrissem desconfiança mútua. Não só diminuiria a tensão entre eles, mas também se aliviariam as tensões dentro das respectivas áreas. A justificação secular do imperialismo tem sido o temor de uma agressão externa, real ou suposta. Se este temor puder ser reduzido, já não se justificarão o aumento dos armamentos, os poderes policiais excessivos e as ditaduras.

A eliminação desses conflitos antiquados que têm subsistido por tempo demasiado nas relações internacionais, não poderá, naturalmente, desarraigar de uma só vez a agressividade de domínio e o temor. A psicologia nos ensina que o temor pode sobreviver aos motivos que o originaram. Com maior razão isto se aplica aos temores que têm subsistido durante longos séculos. Contudo, uma campanha de reeducação, coordenada com a diminuição das pressões, poderia conseguir grandes resultados num prazo relativamente curto. Poderia resultar eficaz uma lei que eu gostaria de chamar 'lei de condensação e coordenação das operações'. Quero dizer com isso que as mudanças sociais podem realizar-se com rapidez, mediante uma coordenação constante dos esforços na direção desejada. Os nazistas e os russos puseram em prática essa técnica, obtendo, em tempo relativamente curto, certas transformações que, de outra forma, teriam exigido vários séculos. Utilizaram essa técnica para conseguir seus objetivos; poderíamos utilizá-la para a consecução dos nossos objetivos, a saber: a redução da agressão e da dominação.

NOTAS

CAPÍTULO 3

ACERCA DO PODER — UM CAPÍTULO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

1. A bibliografia sobre o Poder, no livro de Karl Mannheim, *Man and Society in an Age of Reconstruction* (Nova Iorque, 1940), pode ser complementada com os seguintes títulos:
 - Anderson, H. D. e Davidson, P. F., *Ballots and the Democratic Class Struggle* (Palo Alto, 1943).
 - Bryce, James, "Obedience", em seus *Studies in History and Jurisprudence* (Nova Iorque, 1901), pp. 463-502.
 - Bryson, Lyman e outros (orgs.), *Conflicts of Power in Modern Culture* (Nova Iorque, Londres, 1947).
 - Burckhardt, Jakob, *Weltgeschichtliche Betrachtungen* (Berlim, Stuttgart, 1905). (Publ. por James Nichols como *Force and Freedom: Reflections on History*, Nova Iorque, 1943).
 - Heller, H., 'Power, Political', *Encyc. Soc. Sciences* (Nova Iorque, 1937), vol. XII, pp. 300-305.
 - Laski, H. J., *A Grammar of Politics* (2.^a ed., Londres, 1929).
 - Lasswell, H. D., *Politics: Who Gets What, When, How* (Nova Iorque, 1936).
 - Idem, *Psychopathology and Politics* (Chicago, 1934).
 - Idem, *World Politics and Personal Insecurity* (Nova Iorque, 1935).
 - Idem, *The Analysis of Political Behaviour: An Empirical Approach* (Nova Iorque, 1948).
 - Idem, *Power and Personality* (Nova Iorque, 1948).
 - MacIver, R., *The Web of Government* (Nova Iorque, 1947).
 - Schmitt, Carl, *Verfassungslehre* (Munique, Leipzig, 1928).
 - Willoughby, W. W., *The Ethical Basis of Political Authority* (Nova Iorque, 1930).
2. Burckhardt, Jakob, *The Civilization of the Renaissance* (Londres, Nova Iorque, 1944), p. 2.
3. Mosca, Gaetano, *The Ruling Class* (Elementi di Scienza Politica), trad. de Hannah D. Kahn, com introdução de Arthur Livingston (Nova Iorque, 1939), cap. II, 'The Ruling Class', cap. IV, 'Ruling Class and Social Type'.
4. Ibid.; ver também Cox, Oliver Cromwell, *Caste, Class and Race: A Study in Social Dynamics* (Nova Iorque, 1948), cap. X, 'The Political Class'. O trabalho de Cox contém 14 páginas de bibliografia sobre a estratificação social.
5. Barnard, Chester I., *The Functions of the Executive* (Cambridge, 1938).

- Dimock, Marshall E. e Hyde, Howard K., 'Bureaucracy and Trusteeship in Large Corporations', T.N.E.C.: *Investigation of Concentration of Economic Power*, Monograph n.º 11 (Washington, D. C. 1940).
- Gablenz, O. H. von der, "Industriebürokratie", *Schmollers Jahrbuch* (1926), vol. 50, pp. 539-72.
- Moore, Wilbert E., 'Industrial Organization: Management', em sua obra *Industrial Relations and the Social Order* (Nova Iorque, 1946). (Extensa bibliografia).
- 'The 30.000 Managers', *Fortune* (fev. 1940), vol. 21, pp. 58-63, 106, 108, 111.
6. Ver os comentários de Max Weber sobre os corpos 'colegiados' de notáveis grupos de interesse e suas funções consultivas, para suplementar os organismos democráticos. *From Max Weber: Essays in Sociology*, trad., public. e com introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills (Nova Iorque, 1946), pp. 238 e segs. (Daqui por diante citados como *Max Weber, Essays in Sociology*).
7. Lederer, Emil e Marschak, Jakob, 'Die Klassen auf dem Arbeitsmarkt und ihre Organisationen', *Grundriss der Sozialökonomik*, Abt. IX. Parte II (Tuebingen, 1927), cap. IV, pp. 106-320.
- Mills, C. Wright, *The New Men of Power, America's Labor Leaders* (Nova Iorque, 1948).
- Perlman, Selig e Taft, Philip, *History of Labor in the United States* (Nova Iorque, 1935), vol. IV, *Labor Movements (1896-1932)*.
- 'Trade Unions', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XV, pp. 3-57.
- Webb, Sidney e Beatrice, *The History of Trade Unionism*. (ed. revista, Londres, 1920).
8. Childs, Marquis W., *Sweden, the Middle Way* (New Haven, 1936; Pelican, ed., 1948).
9. Merton, Robert King, 'Bureaucratic Structure and Personality', *Social Forces* (maio 1940), vol. 18, pp. 560-68.
10. Mosca, *op. cit.*, p. 159.
11. Thompson, D. e outros, *Patterns of Peacemaking* (Londres, 1945).
12. Hacseert, J., *Essai de sociologie* (Ghent, 1946), pp. 176 e segs.
13. Goldhamer, H. e Shils, Edward A., 'Types of Power and Status', *The American Journal of Sociology* (setembro, 1939), vol. 45, n.º 2, pp. 171-82. Cf. também Mannheim, *Man and Society*, p. 167.
- Weber, Max, "Herrschaft", em seu trabalho *Wirtschaft und Gesellschaft*, Abt. III, *Grundriss der Sozialökonomik* (Tuebingen, 1925), pp. 603-12.
14. Weber, Max, 'Hinduismus und Buddhismus', *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (Tuebingen, 1921), vol. II, p. 72. Cf. Mannheim, *op. cit.*, p. 276.
15. Colm, Gerhart, 'Masse', *Handwörterbuch der Soziologie* (Stuttgart, 1931).
- Davenport, F. M., *Primitive Traits in Religious Revivals*, (Nova Iorque, 1905), cap. III.
- Dollard, John, *Caste and Class in a Southern Town*. (New Haven, 1937).
- DuBois, Wels E., *Dusk of Dawn* (Nova Iorque, 1940).
- Freud, Sigmund, *Massenpsychologie und Ich-Analyse* (2.ª ed., Viena, 1923). (Trad. James Strachey, Londres, 1922).
- Geiger, T., *Die Masse und ihre Aktion* (Stuttgart, 1926).

BIBLIOTECA
INST. DE FILÓS. E CIÊNCIAS HUMANAS

Hardman, J. B. S., 'Masses', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. X; ver também os artigos sobre 'Mob' (L. L. Bernard), 'Lynching' (F. W. Coker), 'Violence' (Sidney Hook), 'Riot' (K. Smellie), 'Crowd' (L. L. Bernard), 'Massacre' (H. H. Brailsford).

Hecker, J. F. C., *The Black Death and the Dancing Mania of the Middle Ages* (Nova Iorque, 1885). (Trad. B. G. Babington).

Ichheiser, Gustav, 'Fear of Violence and Fear of Fraud with Some Remarks on the Social Psychology of Antisemitism', *Sociometry* (nov. 1944), vol. VII, n.º 4, pp. 376-83.

LeBon, Gustave, *The Crowd* (Londres, 1920).

Idem, *The Psychology of Revolution* (Nova Iorque, 1913).

Lederer, Emil, *The State of the Masses* (Nova Iorque, 1940).

Mackay, Charles, *Extraordinary Popular Delusions and the Madness of Crowds* (Boston, 1932).

Martin, Everett Dean, *The Behavior of Crowds* (Nova Iorque, 1920).

Moll, A., *Hypnotism* (Londres, 1891).

Myrdal, Gunnar, *An American Dilemma* (Nova Iorque, 1944), cap. 27, pp. 558-69.

Wiese, Leopold von, e Becker, Howard, *Systematic Sociology on the Basis of the Beziehungslehre and Gebildelehre* (Nova Iorque e Londres, 1932), cap. XXXIV-XXXVI, pp. 445-73.

16. Cf. Jaspers, Karl, 'Die enthusiastische Einstellung', em sua *Psychologie der Weltanschauungen* (Berlim, 1921), p. 125.

17. Elias, Norbert, *Ueber den Prozess der Zivilisation, Soziogenetische Untersuchungen* (Basiléia, 1937/8), vol. I: *Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes*; vol. II: *Wandlungen der Gesellschaft, Entwurf zu einer Theorie der Zivilisation*.

18. Sumner, William G., *Folkways* (Boston, 1906), p. 57.

19. Hughes, E. C., "Institutions", *An Outline of the Principles of Sociology*, organizado por Robert E. Park (Nova Iorque, 1939), p. 332. Ver também Lumley, Frederick Elmore, *Means of Social Control* (Nova Iorque, 1925) e 'Power, Political' (Hermann Heller), e 'Sanction, Social' (Radcliff Brown) em *Encyc. Soc. Sciences*, vols. XII e XIII.

20. Gaus, John M., *Great Britain, A Study in Civil Loyalty* (Chicago, 1929).

Ziegfeld, A. Hillen, *England in der Entscheidung: Eine freimütige Deutung der englischen Wirklichkeit* (Leipzig, 1938).

21. Kosok, Paul, *Modern Germany, a Study of Conflicting Loyalties* (Chicago, 1933).

Becker, Howard, *German Youth: Bond or Free* (Nova Iorque, 1946).

22. Ver exemplos em Ogburn, William F., e Nimkoff, M. F., *Sociology* (Nova Iorque, 1940).

23. 'Des Grossen Macht zeigt sich darin, dass man innehaelt', Z-King (*Buch der Wandlungen*), vol. III, 34, chinês, ano 1000 a/C., Ver também o estudo de Jakob Burckhardt sobre a Grandeza Histórica em *Force and Freedom*, op. cit.

24. Weber, Max, *Essays in Sociology*, op. cit., pp. 162 e seg.

25. MacIver, R. M., *Community* (Nova Iorque, 1921).

Toennies, Ferdinand, *Fundamental Concepts of Sociology: Gemeinschaft und Gesellschaft*, trad. e comentários de Charles P. Loomis (Nova Iorque, 1940; 1.ª ed. 1887, 8.ª ed. 1935).

26. Fato confirmado nos Estados Unidos, onde os imigrantes de determinadas origens — italianos, negros etc. — não têm o mesmo prestígio que os imigrantes de origem mais antiga ou mais 'nórdica', tais como os ingleses, os noruegueses e os holandeses.

27. Weber, Max, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tuebingen, 1922), pp. 64 e seg., 132 e seg.

28. Desnecessário dizer que também acreditamos que uma das forças propulsoras do imperialismo reside nos interesses econômicos. O controle destas forças já constitui por si mesmo uma tarefa à parte. O que estamos aqui estudando são as raízes puramente emocionais, que são determinantes igualmente significativos e merecem uma análise estrutural própria. Um estudo completo deveria tratar da força explosiva que resulta da combinação do expansionismo econômico com o emocional.

Sobre nacionalismo, ver:

Bauer, Otto, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie* (Viena, 1924).

Bishoff, Ralph Frederic, *Nazi Conquest through German Culture* (Cambridge, 1942).

Hayes, Carlton J. H., *Essays on Nationalism* (Nova Iorque, 1926).

Idem, *France, a Nation of Patriots*, (Nova Iorque, 1930).

Idem, *The Historical Evolution of Modern Nationalism* (Nova Iorque, 1931).

Idem, 'Nationalism', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XI, pp. 231-48.

Hertz, F., *The Historical Evolution of Modern Nationalism* (Nova Iorque, 1931).

Idem, *Nationality in History and Politics* (Londres, 1944).

Idem, 'Zur Soziologie der Nation und des Nationalbewusstseins', *Archiv fuer Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (1931), vol. LXV, pp. 1-60.

Klineberg, Otto, 'A Science of National Character', *The Journal of Social Psychology*, S.P.S.S.I. Bulletin (1944), pp. 147-62.

Kohn, Hans, *Geschichte der nationalen Bewegungen im Orient* (Berlim, 1928). (Trad. M. M. Green, Londres, 1929).

Idem, *The Idea of Nationalism, a Study in Its Origins and Background* (Nova Iorque, 1944).

Idem, *Nationalismus und Imperialismus in Vorderen Orient* (Frankfurt, 1931). (Trad. M. M. Green, Londres, 1932.)

Lenin, N., *Ueber die nationale Frage* (Berlim, 1930-31), 2 vols.

Marr, Heinz, *Die Massenwelt im Kampf um ihre Form* (Hamburgo, 1934).

Meinecke, F., *Weltbuergerium und Nationalstaat* (5.^a ed., Munique, 1922).

Nationalism (Londres, Nova Iorque, 1939). Relatório de um grupo de estudos de membros do 'Royal Institute of International Affairs'.

Nicolson, Harold, *The Meaning of Prestige* (conferência), (Cambridge, 1937).

Riimer, Svend, 'Individual and National Psychology: A Problem in the Army Area Study', *Social Forces* (março 1944), vol. 22, n.º 3, pp. 256-61.

Sulzbach, Werner, *Nationales Gemeinschaftsgefühl und wirtschaftliches Interesse* (Leipzig, 1929).

Stalin, J., *Marxism and the National and Colonial Question* (Nova Iorque, 1936).

Weber, Max, *Essays in Sociology*. op. cit., cap. VI, 'Structures of Power', pp. 159-79, esp. p. 162.

Weinberg, Albert K., *Manifest Destiny, a Study of Nationalist Expansionism in American History* (Baltimore, 1935).

Ziegler, Heinz O., *Die moderne Nation, Ein Beitrag zur Politischen Soziologie* (Tuebingen, 1931).

29. Podemos lembrar os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica, na Alemanha de Bismarck e de Hitler, no México, na Itália antes de 1929 e na França, no início do século. Ver também Barker, Ernest, *Church, State Study* (Londres, 1930), cap. V. 'Christianity and Nationality'.

Borkenau, Franz, *The Communist International* (Londres, 1938).
Commons, John R., 'Labor Movement', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. VIII, pp. 682-96.

Latourette, Kenneth Scott, *A History of the Expansion of Christianity* (Nova Iorque, 1937).

Lorwin, Lewis L., *Labor and Internationalism* (Nova Iorque, 1929).

Perlman, Selig, *A Theory of the Labor Movement* (Nova Iorque, 1928).

Sombart, Werner, *Der proletarische Sozialismus* (Marxismus) (10.^a ed., Iena, 1924), 2 vols. (Trad. da 6.^a ed. por M. Epstein, sob o título de *Socialism and Social Movement*, Londres, 1909).

Wach, Joachim, *Sociology of Religion* (Chicago, 1944), cap. VII. (com extensa bibliografia).

Weber, Max, 'Staat und Hierokratie', *Wirtschaft und Gesellschaft*, Abt. III, *Grundriss der Sozialökonomik* (Tuebingen, 1925), pp. 779-817.

30. Liepmann, Kate, *The Journey to Work* (Londres, Nova Iorque, 1944), cap. IV, pp. 67-84. Ver 'Housing', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. VII.

Park, R. E., Burgess, E. W. e outros, *The City* (Chicago, 1925); ver também o apêndice, Wirth, Louis, 'A Bibliography of the Urban Community'.

Simmel, Georg, 'Die Grosstädte und das Geistesleben', *Jahrbuch der Gehestiftung* (Dresden, 1903), vol. IX, pp. 185-206. (Trad. por H. Gerth e C. Wright Mills, sob o título 'Metropolis and Mental Life', em *The Sociology of Georg Simmel*, Kurt Wolff ed., Glencoe, Illinois, 1950).

Sutherland, Edwin H., *Principles of Criminology* (Filadelfia, 1939).
Thrasher, Frederic M., *The Gang, A Study of 1.313 Gangs in Chicago* (Chicago, 1927).

31. Ver Harold D. Lasswell em 'The Rise of the Propagandist', em seu trabalho *The Analysis of Political Behaviour; An Empirical Approach* (Nova Iorque, 1948), pp. 173-9. Encontram-se mais referências em Smith, Bruce L., Lasswell, H. D., e Casey, Ralph D., *Propaganda, Communication and Public Opinion, A Comprehensive Reference Guide* (Princeton, 1946).

32. Bird, Charles (W.), 'Suggestion and Suggestibility: A Bibliography', *Psychological Bulletin* (abril 1939), vol. 36, pp. 264-83.

Brailsford, H. N., 'Atrocities', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. II.
Cantril, Hadley, Gaudet, Hazel e Hertzog, Herto, *The Invasion from Mars*, com o roteiro radiofônico de 'A Guerra dos Mundos' (Princeton, 1940).

The Chicago Commission on Race Relations, *The Negro in Chicago* (Chicago, 1922).

Frank, Walter, *Nationalismus und Demokratie im Frankreich der Dritten Republik 1871-1918* (Hamburgo, 1933).

Gumbel, E., *4 Jahre politischer Mord* (Berlim, 1923).
Lasswell, H. D., *Propaganda Technique in the World War* (Londres, 1927), pp. 81-9.

Schumann, F. L., *The Nazi Dictatorship* (2.^a ed., Nova Iorque, 1936).
Silone, Ignazio, *Der Fascismus, seine Entstehung und seine Entwicklung* (Zurique, 1934), pp. 108 e segs., 179 e segs.

Weber, Max, *Essays in Sociology*, op. cit., pp. 394 e segs.

33. As bibliografias dos artigos de Roberto Michels 'Intellectuals', *Encyc. Soc. Sciences*, e de Mannheim *Man and Society*, op. cit., podem ser suplementadas pelos seguintes títulos:

Farrell, James T., 'The Fate of Writing in America', *New Directions*, 9 (Nova Iorque, 1946).

Kandel, I. L., 'Overproduction of Intellectuals', *School and Society* (dezembro 1946), vol. 64, n.º 1169, p. 438.

Kohn-Bramstedt, E., *Aristocracy and the Middle Classes in Germany. Social Types in German Literature* (Londres, 1937), Parte II.

Lasswell, H. D., 'Policy and the Intelligence Function: Ideological Intelligence', *Ethics* (outubro 1942). (Reproduzido em *The Analysis of Political Behaviour*, op. cit.)

Lukacs, Georg, *Fortschritt und Reaktion in der deutschen Literatur* (Berlim, 1947).

McLuhan, Herbert Marshall, 'The New York Wits', *Kenyon Review* (Inverno, 1945).

Michels, Robert, 'Zur intellektuellen Oberschicht', segundo seu trabalho *Umschichtungen in den herrschenden Klassen nach dem Kriege* (Stuttgart, 1934), pp. 58 e segs.

Mills, C. Wright, 'The Powerless People: The Social Role of the Intellectual', *American Association of University Professors Bulletin* (Verão, 1945), vol. 31, n.º 2, pp. 231-45.

Russell, Bertrand, 'The Role of the Intellectual in the Modern World', *American Journal of Sociology* (janeiro, 1939), vol. 44, n.º 4, pp. 491-8.

Schumpeter, Joseph A., 'The Sociology of the Intellectual', em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy* (2.ª ed., Nova Iorque, Londres, 1947), pp. 145-55.

Spigelman, Joseph H., 'The Role of Intellectuals', *Harper's Magazine* (agosto, 1946), vol. 193, n.º 1155, pp. 183-92.

Weschler, James, *Revolt on the Campus* (Nova Iorque, 1935).

34. Ver 'Motivation', *Encyclopedia of Educational Research*, organizada por W. S. Monroe (Nova Iorque, 1941), pp. 740 e seg.

35. Ver a teoria de integração funcional de D. Mitrany, em sua obra *A Working Peace System. An Argument for the Functional Development of International Organization* (Londres, 1943).

Bauer, Otto, *Rationalisierung, Fehlrationalisierung*, (Viena, 1931).

Berle, A. A., e Means, Gardiner, *The Modern Corporation and Private Property* (Nova Iorque, 1933).

Hilferding, Rudolf, *Das Finanzkapital* (Berlim, 1910; reimpresso em 1947).

Kehr, Eckart, 'Munitions Industry', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XI, pp. 128-34.

Liefman, Robert, 'Cartel', *ibid.*, vol. III, pp. 234-43.

Idem, *International Cartels, Combines and Trusts* (Londres, 1927).

Sobre o imperialismo econômico, ver:

Bucharin, N., *Imperialismus und Weltwirtschaft* (Berlim, 1929).

Friedjung, Heinrich, *Das Zeitalter des Imperialismus* (Berlim, 1919-22), 3 vols., vol. II, cap. XXVI.

Hobson, J. A., *Imperialism* (ed. revista, Londres, 1905).

Luxemburg, Rosa, *Die Akkumulation des Kapitals* (Berlim, 1923).

Neumann, Franz, *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism* (Nova Iorque, Londres, 1944).

Schumpeter, Joseph, *Zur Soziologie der Imperialismen* (Tuebingen, 1919).

Sering, Paul, *Jenseits des Kapitalismus* (Nest Verlag, Lauf bei Nürnberg, dezembro, 1946).

Sternberg, Fritz, *Der Imperialismus*, (Berlim, 1926).

36. Ver Mannheim, Karl, *Man and Society*, op. cit., Parte V, I e II.

37. Cf. Lorwin, Lewis, **Time for Planning, A Social Economic Theory and Program for the 20th Century**, (Nova Iorque, Londres, 1945), pp. 258-9.

38. Cf. Merriam, Charles E., e Gosnell, Harold F., 'Disgust with Politics and Other Disbeliefs in Voting' e 'General Indifference and Inertia', em **Non-Voting, Causes and Methods of Control** (Chicago, 1924), cap. VI e VII.

Fromm, Erich, **Escape from Freedom** (Nova Iorque, 1941)

Horney, Karen, **The Neurotic Personality of Our Time** (Nova Iorque, 1937).

Mannheim, Karl, **Man and Society**, *op. cit.*

Mills, C. Wright, 'The Powerless People: The Social Role of the Intellectual', *loc. cit.*

39. Estas observações, feitas pelo autor imediatamente após o término da guerra, foram, neste meio tempo, confirmadas por especialistas nesse campo vital. E. M. Friedwald, por exemplo, salienta que 'as armas de saturação acabaram com a maior parte da margem de segurança que era dada por um vasto território... Estreitos, montanhas e barreiras geográficas, em geral, perderam muito, senão todo o seu valor estratégico'. E. M. Friedwald, **Man's Last Choice** (Londres, 1947), pp. 53, 65.

A CLASSE DIRIGENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA E NA COMUNISTA¹

I. CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA RUSSA

UM OBSTÁCULO, que é também fonte de confusões para a transformação reformista da sociedade, é a idéia utópica de uma sociedade sem classes,² a falta de clareza quanto ao conceito das classes sociais e a suposição muito difundida de que a luta de classes é inevitável. Uma análise cuidadosa dessas idéias mostrará a inter-relação que existe entre as mesmas. Uma vez que esses conceitos são derivados da interpretação revolucionária do marxismo, eles excluem, desde logo, a idéia de reforma.

Na história do pensamento humano, a definição das palavras fundamentais determina, em geral, a forma, a tendência e a conclusão do argumento. Uma prova do vigor do sistema de idéias de Marx é que todos os seus conceitos se apóiam e suplementam entre si: o reformador deve ter a coragem de repensar e redefinir esses termos.

Marx foi grande ao levantar os problemas cruciais da sociedade, mas suas soluções estão arraigadas na expectativa de uma inevitável luta de classes. Em nossa opinião, isto apenas reflete uma época de escassez, e dessa premissa Marx extraiu generalizações não justificadas. Além disso, as técnicas de reforma social ainda eram desconhecidas ou pouco desenvolvidas naquela época. A luta de classes pode ser inevitável diante de estados de tensão desordenados; mas uma solução alternativa é pelo menos possível, quando diminui a pressão ocasionada pela escassez; e as reformas necessárias podem ser levadas a efeito numa atmosfera isenta de tensões.³

Marx descreveu e analisou realisticamente certos aspectos da sociedade em que viveu, mas advogou um sistema utópico de meios e objetivos para o desenvolvimento político, sem considerar as

possíveis alternativas. Atribuiu excessiva importância aos elementos destrutivos da sociedade capitalista burguesa e mostrou-se um tanto otimista ao supor que, depois de suprimidas certas instituições, surgiria espontaneamente a sociedade ideal, capaz de manter seu equilíbrio interno e de produzir personalidades racionais e realmente humanas.

Nossa primeira tarefa, portanto, consistirá em analisar, de forma realista, as condições existentes, distinguir os elementos valiosos da nossa sociedade dos que não o são, e examinar as zonas de perigo nas sociedades planificadas contemporâneas. Tal procedimento, contudo, não nos deve tornar cegos às realizações das sociedades planificadas, pois os êxitos que elas obtiveram ficariam perdidos para nós se nos mantivéssemos no *status quo*.

Qualquer análise que se aplique ao fracasso da experiência soviética deve enfrentar duas alternativas: podemos dizer que a sociedade soviética não é uma sociedade socialista e que ficamos aguardando uma experimentação melhor: é esta, mais ou menos, a atitude trotsquista. Ou então, ao lado dos estalinistas, podemos assinalar as circunstâncias adversas que cercaram a experiência russa, como as ameaças de um ambiente hostil, a guerra e suas ramificações. Dêste modo, podemos atribuir tôdas as imperfeições às condições e aos acontecimentos desfavoráveis e, até mesmo, perdoar os aspectos desagradáveis da burocracia soviética, por serem sobrevivências do czarismo.⁴ Contrastando com êsses pontos de vista, procuraremos adotar uma posição intermediária entre a interpretação, de um lado, dos elementos indesejáveis, que podem realmente ser atribuídos às condições desfavoráveis da experiência soviética e, de outro lado, dos elementos que aparentemente resultam de certas dificuldades de estrutura, inerentes a uma sociedade planificada segundo tendências leninistas.

No que se refere ao êxito ou ao fracasso da experiência russa, em termos dos seus alegados propósitos originais, o observador surpreende-se especialmente com a ausência de uma sociedade sem classes. A experiência conseguiu expropriar os meios de produção; deixando de parte algumas insignificantes excessões, nenhum cidadão pode ter a propriedade privada dêsses meios. E, entretanto, a URSS não conseguiu eliminar as desigualdades de poder e de rendimentos. Quais são os motivos que explicam êsses desvios da idéia original de uma sociedade sem classes?

II. A ESTRUTURA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

É certo que a URSS conseguiu eliminar o tipo tradicional de domínio, em que uma economia de capitais, baseada na competição e nas heranças familiares, dá origem a classes dirigentes, cuja propriedade e contrôlo da máquina industrial lhes permite domi-

nar a população. Uma numerosa classe média serve de principal sustentáculo dessa situação.⁵ O sistema de lucros e vários outros mecanismos, entre os quais especialmente o sistema educacional, oferecem oportunidades para a ascensão social dos membros da classe média, permitindo-lhes estabilizar suas posições sociais adquiridas. Estão interessados em que se mantenha a ordem social estabelecida, na qual funcionam como mecanismo de equilíbrio entre a tendência para os excessos das classes altas e a revolução fomentada pelas classes baixas. As classes médias têm poder estabilizador, porque nelas se desenvolve uma psicologia tendente ao equilíbrio: sentem-se igualmente temerosas de ser suprimidas por uma oligarquia ou esmagadas pelo proletariado. Quando existe suficiente mobilidade entre as diversas classes, possibilidade de acesso social das classes médias para as altas e segurança adequada para os desprivilegiados — as revoluções são pouco prováveis. Numa sociedade flexível, com equilíbrios bem estabelecidos, os indivíduos temem as mudanças e, conhecendo os perigos de um colapso repentino, procuram evitar as incertezas das grandes convulsões sociais.

Essas tendências favoráveis ao equilíbrio são reforçadas, na sociedade capitalista, pelas instituições sociais e políticas predominantes. Enquanto o capitalismo está na fase de formação, as organizações de massa são proibidas ou estritamente controladas. Todas as atividades reais são relegadas a pequenas associações voluntárias, favorecendo-se os chamados 'grupos orgânicos', como a família, a comunidade, ou as associações voluntárias em forma de clubes, uniões e colégios. A vida econômica gira em torno do sítio ou granja, da oficina e do pequeno comércio. Apesar da existência de certa hierarquia social⁶ existe intercâmbio entre os membros dessas associações; as pessoas dependem umas das outras. Todas compreendem mais ou menos claramente as tarefas comuns e as funções especiais, e a participação nas responsabilidades contribui para moldar as personalidades.

Este intercâmbio interno é suplementado exteriormente pela interdependência funcional de várias associações. A medida que se desenvolve o sistema moderno dos partidos políticos,⁷ toma-se especial cuidado em não dificultar o constante reagrupamento, mesmo quando os partidos de massa se tornam inevitáveis. Desta maneira, continuam sendo possíveis a fluidez e a mobilidade. Finalmente, o Estado não é concebido como fonte ou criador dos referidos grupos, mas como organismo de controle e de supervisão. Portanto, a autoridade não é concebida como um superdomínio, mas como agente executor das regras que emanam das associações.⁸

Este equilíbrio estrutural constitui, finalmente, a fonte de toda a liberdade política e social do indivíduo. Mantém todo o

mundo em seu devido lugar e impede os excessos indevidos que poderiam destruir esse estado de equilíbrio.

Estas condições prevalecem numa economia que se acha em firme expansão, livre das grandes flutuações entre a rápida expansão (*boom*) e a depressão (*bust*). As esperanças dos reformistas baseiam-se na suposição de que, graças às técnicas modernas de planificação social, também pode ser equilibrada a sociedade contemporânea de grande capitalismo. O que importa é que as classes alta e média tenham interesse na criação e preservação de uma estrutura societal estável, mediante a outorga de serviços suficientes e melhorias sociais às classes baixas, para que estas tenham interesse na manutenção da ordem social, tornando-se também um elemento estabilizador. Baseando-se na moderna compreensão dos processos econômicos, os dirigentes das classes médias deverão compreender que unicamente a firme prosperidade e o aumento adequado do poder de compra para todos podem assegurar a continuação do equilíbrio social.

Desta forma uma pressão natural na ordem social avança, por assim dizer, num sentido contrário ao das tendências oligárquicas dos grupos dirigentes e faz com que alguns destes grupos se disponham a aceitar um compromisso mais providente. A compreensão em tempo oportuno dessa necessidade de compromisso é uma questão de inteligência e compenetração. Mas não acreditamos que essa inteligência possa ser um substituto das políticas econômicas mais adequadas, nem que possa produzir, de per si, a cooperação social. Os planos inteligentes e perspicazes só produzem resultados quando postos em prática mediante técnicas modernas de reconstrução social.

III. A ESTRUTURA DA SOCIEDADE COMUNISTA

Para sermos justos com o experimento soviético, devemos considerar como realizações positivas a abolição da propriedade tradicional privada dos meios de produção e a eliminação da transmissão hereditária do poder segundo as linhas de classe. Os privilégios hereditários foram substituídos, em grande parte, pelas recompensas ao mérito. Os russos também fizeram grandes progressos ao ligarem a posição social à função, e ao favorecerem a mobilidade local e ocupacional, ainda que isto tenha sido conseguido por meios coercitivos de administração.⁹ Parece que se reduziram as distâncias sociais e, de modo geral, parece que existem menos oportunidades para que os indivíduos e as famílias transformem em hereditárias as posições de poder adquiridas. Por último, mas não menos importante, nada impede que a produção seja encaminhada para fins sociais em vez de se destinar ao lucro privado,

pois já não existem interesses criados que possam especular e restringir a produção. Deixando à parte as considerações sociais quanto à acumulação de bens, já não existe ali motivo para diminuir o poder aquisitivo das massas e parece que o pleno emprego está firmemente assegurado.

Ainda que desta forma a União Soviética haja remediado diversas deficiências da sociedade capitalista, acha-se agora diante de novas dificuldades que o sistema capitalista já resolveu de maneira bastante satisfatória. O problema crucial dos russos era o de estabelecer uma estabilidade social sem criar novas camadas sociais com interesses econômicos e hereditários, ou só hereditários na preservação do *status quo*? Por maiores que sejam as vantagens do sistema de propriedade privada e hereditária à luz da justiça social, não se pode negar que cumpre uma função necessária quando consegue induzir certas classes a identificarem seus interesses com a estabilidade da sociedade. Uma vez que se descarta este método de assegurar a estabilidade social, é necessário encontrar um substituto praticável, pois qualquer ordem social resultaria instável e poderia ser derrubada a qualquer momento, se não contasse com grupos interessados na sua manutenção.¹⁰

Após a queda da velha classe dirigente, havia de surgir um grupo de chefes que tivessem suficiente coerência, e vontade de identificar-se ao novo sistema social. Esta identificação foi conseguida por meios sobretudo políticos, mais do que econômicos.

Também foi difícil a atribuição de um posto na hierarquia social, sem a influência dos fatores tradicionais de propriedade privada e de rendimentos, para a definição do *status*. De novo, foi preciso apelar para medidas políticas, e não econômicas.

Finalmente, a promoção de incentivos de trabalho e de disciplina, independentes da motivação de lucro entre as classes médias e altas, e o medo da fome entre os estratos mais baixos, apresentaram outro problema maior. Desaparecida a ameaça representada pela pressão invisível do desemprego, tornou-se mais necessária a utilização dos meios políticos.

Em outras palavras, era necessário vencer três tipos de dificuldades: como criar novo grupo dirigente disposto a garantir uma ordem social estável; como descobrir fatores de definição da posição social, que não consistissem nos rendimentos ou na propriedade; e como proporcionar novos incentivos ao trabalho.

A solução destes problemas foi a criação de instituições que não são efêmeras nem fortuitas, mas que satisfazem algumas necessidades essenciais da sociedade estalinista.

As mais importantes são, em primeiro lugar, o sistema de partido único, com seus métodos peculiares de integração e coesão e, em segundo lugar, as diferenças nos salários e outras recompensas graduadas, que voltaram a ser aplicadas, apesar da crença

original na igualdade social. Surgiram, por conseguinte, novas diferenças de poder e de posição social, substituindo as antigas desigualdades de fortuna e de rendimentos.

O fato de haverem surgido essas instituições para resolver as dificuldades inerentes ao novo sistema não impede, naturalmente, que se encontrem soluções melhores no futuro. De qualquer maneira, estas características institucionais da sociedade estalinista devem ser consideradas mais fundamentais que os inconvenientes que se possam atribuir às vicissitudes históricas do experimento soviético.

IV. VALOR DAS RECOMPENSAS GRADUADAS

A reintrodução de diferenças nos salários ou rendimentos que oscilam entre os níveis 1 e 20, a possibilidade de economizar e de inverter a poupança em bônus do Estado, de posse pessoal hereditária, ou a outorga de pequenos lotes de terra para uso pessoal dos membros das fazendas coletivas — tudo isso veio provar que as recompensas graduadas eram necessárias para estimular o esforço individual. Desta forma, os russos voltaram a descobrir o que a sociedade capitalista sabe há muito tempo, ou seja, que as diferenças de rendimentos ainda constituem o meio mais barato para conseguir que os cidadãos desenvolvam o máximo de esforços. A aplicação soviética deste princípio nos ensina, porém, que os rendimentos mais elevados se justificam quando estimulam a produtividade social, mas são injustos quando nada mais fazem senão perpetuar os privilégios herdados.

Além disso, o governo russo foi bastante hábil para compreender que a emulação social por motivos de prestígio, fama, sucesso, e a competição entre indivíduos ou grupos, combinados com retribuições monetárias graduadas, aumentam a eficiência; desta maneira, o estímulo aos esforços não repousa num só motivo, mas numa combinação de incentivos. Nisto, a política soviética admite que, embora toda competição tenha raízes sociais, os diferentes incentivos e recompensas estimulam os diferentes indivíduos.

Em princípio, isto não é novo, pois em todas as sociedades têm existido diversas formas de rivalidade. O que é realmente novo é a combinação estudada de várias recompensas e prêmios, todos visando à produtividade social. Na Rússia soviética, a técnica de competição entre grupos e a glorificação social dos 'heróis do trabalho', simbolizados pelos 'stakhanovistas', desempenham o mesmo papel que os salários graduados. Pode-se falar numa combinação deliberada, que constitui nova técnica para manipular os incentivos.¹¹

As diferenças de salário e as recompensas graduadas, porém, não funcionam apenas como incentivos para o trabalho; desem-

penham também, na sociedade soviética, uma função estabilizadora, como substituto do poder estabilizador da propriedade transmitida por herança no sistema capitalista. A diferença nos salários estabelece *status* diferentes e torna mais preciosa cada posição — exceto as mais baixas — para as pessoas que as exercem. Numa sociedade em que todos fôssem iguais, ninguém assumiria riscos, pois cada posição seria igualmente preciosa, ou melhor, igualmente desprovida de valor, ao passo que numa sociedade em que existem graus e diferenças, todos (com exceção dos mais humildes) estimam zelosamente as suas posições. Embora o homem continue esforçando-se para melhorar, o seu *status* já alcançado é considerado como um posto garantido pela ordem existente. Desta forma cria-se um laço entre o orgulho pessoal e os interesses de uma pessoa, de um lado, e a ordem social, de outro.

Embora este princípio também não seja nôvo, o sistema soviético superou o de outras sociedades na manipulação das forças sociais. Aboliu a propriedade privada dos meios de produção e o que os marxistas chamam a 'exploração privada do trabalho', como também a especulação financeira livre. Depois de algumas experiências, porém, a poupança foi novamente encorajada mediante investimento privado em bônus do Estado, que podem ser transmitidos por herança. Por esse meio, o indivíduo bem sucedido torna-se um 'acionista' interessado no progresso de uma empresa capitalista (o Estado), sem contudo participar da direção financeira. Não pode especular contra o interesse da comunidade ou investir dinheiro numa linha de produção que seja contrária ao plano geralmente aceito.

V. IGUALDADE DESEJÁVEL E INDESEJÁVEL

A reintrodução de diferenças de salários e recompensas graduadas no sistema soviético, parece exigir o reexame do conceito da igualdade. O ideal de igualdade pode ser qualificado por uma distinção entre igualdade desejável e igualdade indesejável. Há uma forma de igualdade, ou melhor de 'nivelção', que parece relacionada com o trabalho nas fábricas, e especialmente com o crescente papel do trabalho não especializado ou semi-especializado. O trabalho padronizado e a similaridade dos salários criam uma impressão de igualdade mecanizada que se projeta no conjunto da sociedade. Ao transformar essa impressão em ideal, os propagandistas desprezaram os efeitos desumanizadores da igualdade niveladora e a ausência de oportunidades de distinção pessoal ou de impulsos criadores que satisfaçam o desejo de poder do homem.¹²

A essa igualdade mecânica pode-se contrapor o tipo de igualdade que prevalecia entre os artesãos e os pequenos proprietários

rurais de outras épocas. Os artesãos de outrora ocupavam posições sociais mais ou menos iguais em *status*, com apenas ligeiras diferenças. Nos grêmios artesanais, o trabalhador individual não só tinha oportunidade para expressar-se criadoramente em seu trabalho,¹³ mas ainda podia distinguir-se produzindo uma obra-prima (*Meisterwerck*). Os diferentes graus obtidos na avaliação do trabalho artesanal proporcionavam maior consideração e aumentavam o prazer da vida.

Este desejo de alcançar distinções e de conseguir a aprovação continuada dos companheiros de trabalho, difere da megalomania fomentada pelas excessivas desigualdades de poder e prestígio na sociedade moderna. Difere também do orgulho e da vaidade associados aos privilégios herdados e não conseguidos pelo mérito pessoal. Cuidadosamente manejada, e dentro de certos limites, a diferenciação social proporciona estímulos variados que atuam sobre diversos indivíduos em diferentes formas, produzindo assim grande variedade de estruturas sociais e de tipos de personalidade.¹⁴

No que concerne à formação da personalidade, a sociedade tradicional difere das tendências da época de organização de massa. A velha ordem, apesar da sua tendência em insistir no conformismo das suas menores subunidades, dava mostras, em seu conjunto, de considerável diversidade de tipos de motivação, hábitos e expectativas, ao passo que a sociedade de massas tende a criar mentalidades padronizadas: o homem-massa. As maiores variedades da sociedade tradicional eram devidas a uma maior eficiência quanto à formação de personalidades, por parte de pequenos grupos e associações, como a família, a oficina do artesão, os grupos étnicos básicos, os grupos geográficos e as unidades profissionais de todo tipo. Quando passamos à integração total, o ajuste resulta de tensões multilaterais, numa sociedade de processos condicionantes diversificados.

O indivíduo formado numa sociedade diferenciada detesta ver-se submetido a uma regra simples, indiferenciada e, portanto, 'abstrata'. Este ódio expressou-se pela primeira vez na luta contra a tentativa, por parte do absolutismo, de estabelecer maior homogeneidade em seus territórios políticos. Nova indignação se manifesta a cada nova onda de padronização. O homem educado num condicionamento diferencial prefere a elaboração da sua própria solução ao esforço tendente a conseguir o acôrdo entre várias atitudes em conflito. Quando a integração é imperativa, dá mostras, a princípio, de obstinada resistência. Vencida esta, torna-se, porém, disposto a adaptar-se à cooperação com homens e mulheres de diferente formação, *status* ou origem.

Assim, pois, a estratificação pelo *status* não é prejudicial mas, ao revés, criadora e estimulante para a formação das personalidades. A estratificação social torna-se prejudicial unicamente quan-

do perde a fluidez e se congela numa rígida hierarquia que produz exclusões e segregação e faz com que a pressão das classes altas se traduza em opressão das baixas.¹⁵ As diferenças tornam-se então mais rígidas e se transformam em preconceitos, impedindo a comunicação e o intercâmbio de idéias entre os grupos. Os grupos segregados vêem-se obrigados a transformar-se em facções dominadas pelo *status*¹⁶ e, devido a êsse mecanismo de defesa, perdem o desejo e as qualificações para viver em comum ou ajustar-se às amplas mudanças sociais.

Pretender que a estratificação adequada seja conseguida mediante o contróle social, não é pedir o impossível. As sociedades do passado estabeleceram códigos de boa e má conduta, que ensinaram ao indivíduo quanto é importante a aprovação social. De forma semelhante, uma sociedade planificada poderia elaborar códigos sociais para definir os tipos de conduta desejáveis nas relações entre os grupos. A expressão de pretensões de grupo ou de um espírito de casta demasiado estreito, poderia ficar exposta ao ridículo se a comunidade se consagrasse sèriamente à tarefa de conseguir a coordenação e a cooperação dos diversos grupos.

Uma vez estabelecidos métodos adequados de coordenação de grupos, combinando o desenvolvimento espontâneo e a diversidade com a integração controlada, a sociedade poderia dispensar o uso freqüente da coerção administrativa. Poderia também renunciar à manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, exercidos de centros afastados, pois se êsse sistema conduz à unidade, também produz, muitas vêzes, uma mentalidade padronizada de homens-massa.

VI. SOBREPOSIÇÃO DAS DIFERENÇAS DE STATUS

As diferenças entre grupos e as resultantes de atitudes concomitantes têm importância política em vários sentidos. Atuam como freio para o moderno homem-massa,¹⁷ cuja mente se inclina aos *slogans* e se satisfaz com fórmulas excessivamente simplificadas. Operam como pára-choque em tóda a sociedade, ajudando a impedir as fendas unilaterais que a separam em duas partes.

As diferenças de *status* baseiam-se em numerosos fatores.¹⁸ Poderíamos classificar como primárias as diferenças criadas pela riqueza e pelos rendimentos, e secundárias as devidas à origem étnica e familiar, ou às diferenças geográficas, profissionais ou de educação. Essas diferenças se revelam no modo de falar, nas maneiras, nas preferências alimentares, nos costumes etc. Tódas essas diferenças não só multiplicam as distinções graduadas como também, devido à sua contínua sobreposição, impedem que se possa definir o *status* de uma pessoa em termos de um critério único.

Essa sobreposição é significativa, porque proporciona diversas metas e saídas para a ambição, dando assim oportunidades a todos para poderem compensar suas deficiências e sentimentos de inferioridade, devidos ao fracasso numa só esfera de atividade. Quem não puder orgulhar-se das suas origens familiares poderá consolar-se aspirando a uma boa educação e distinguindo-se na sua profissão. Quem não se distinguir nas atividades científicas poderá destacar-se nos esportes ou nas organizações cívicas, ou orgulhar-se por pertencer a um grupo tradicional ou pioneiro.

Ao fornecer oportunidades compensatórias para o orgulho ferido, esse entrelaçamento das diferenças de *status* exerce também um efeito estabilizador sobre a estrutura social em geral. Impede que um só *status* tenha precedência sobre os demais. É tanto perigoso exagerar as diferenças raciais ou culturais quanto as políticas e econômicas. Toda ruptura absoluta impede a renovação gradativa da sociedade. Um jarro pode facilmente romper-se ao longo de uma única grêta e, ao invés, poderá durar muito tempo com várias grêtas em interseção. As grandes variações nas atividades e nos interesses humanos são a melhor garantia de coesão e de continuidade. Marx só concebia um meio para transformar a economia capitalista: a revolução. Portanto, era de acordo com essa visão unilateral que ele procurava eliminar as sobreposições de matizes e conceber uma situação em que as alternativas econômicas seriam decisivas e abarcariam todos os aspectos do problema. Da mesma forma, seriam coerentes os defensores da estratégia reformista se atribuíssem importância primordial às diferenças secundárias de *status*.

Mas também aqui, tudo depende de um equilíbrio adequado. Tanto as distinções primárias de *status* quanto as secundárias, podem acarretar variações tão grandes e perigosas na modulação das aspirações dos indivíduos e dos grupos, que poderiam pôr em perigo o consenso democrático necessário para a coordenação e a planificação. O caos na sociedade moderna não poderá ser evitado se confiarmos unicamente num equilíbrio espontâneo conseguido pelo jogo recíproco de metas e desejos diversos. O planificador russo deverá enfrentar o problema de como manter, dentro de certos limites, a nova diferenciação de *status*. A tarefa da sociedade redistributiva do futuro consistirá num controle estrito das aspirações pessoais e grupais que forem contrárias ao plano estabelecido. No entanto, isto não excluirá certa tolerância para com algum tipo determinado de propriedade pessoal e outros fatores de diferenciação social, contanto que estes não prejudiquem a política econômica e ajudem os cidadãos a integrar-se numa ordem social capaz de lhes assegurar as diferenças que lhes são gratas. Tudo isso contribuirá para a estabilidade da sociedade.

VII. A DIFERENCIAÇÃO BASEADA NO PODER

Focalizando mais uma vez nossa atenção sobre a União Soviética, verificamos que não só foram reintroduzidas diferenças de classe e de *status*, mas também desigualdades de poder. Estabeleceu-se a ordem mediante um sistema de unidades sociais estritamente organizadas, no lugar do poder que nas sociedades ocidentais deriva da propriedade e da herança e se manifesta por uma clara estratificação de classes, tendente ao equilíbrio. Na União Soviética conseguiu-se a estabilidade por meio de organizações de massa, tais como os sindicatos, as cooperativas, as corporações, as organizações industriais que, além da imprensa, da burocracia e das forças armadas, constituem as bases da estrutura social. Todos esses organismos se acham submetidos a uma organização igualmente poderosa, que também inclui a classe dirigente: o Partido Comunista.

Assim fazendo, os russos não inventaram algo completamente novo; apenas levaram à sua conclusão lógica um processo de evolução que havia permanecido latente em todas as grandes sociedades modernas, isto é, o sindicalismo, tanto no ápice como na base da estrutura social. A sociedade democrática ocidental ainda representa hoje uma combinação dominante de grande número de pequenas unidades e grupos (como a família, a aldeia etc.), com um grande conglomerado de associações voluntárias (associações religiosas, lojas maçônicas etc.) de um lado e, de outro lado, os agrupamentos de massa tais como os sindicatos, as cooperativas etc.¹⁹

Os sindicalistas²⁰ foram os primeiros que se deram conta do significado da organização de massas dentro da sociedade moderna. Viram que os grupos organizados, não apenas por propósitos efêmeros e múltiplos, mas por algum interesse primordial e de grupo, são capazes, só por si, de uma ação concertada no novo campo da sociedade de massas.

O sindicato, isto é, a união operária (*trade union*), focaliza todas as suas energias na defesa de seus interesses de grupo e, por esse meio, obtém simultaneamente intensidade e continuidade de ação. Este poder latente se torna mais aparente quando tem à sua disposição modernos meios de propaganda. Ainda é mais poderoso quando seus membros participam de credos quase filosóficos que orientam seus espíritos para uma finalidade comum. Ao chegar a esse ponto, pode desenvolver-se a disciplina de massas, a qual permite a execução de planos de ação coerente, através dos altos e baixos das contingências táticas.²¹

Os sindicalistas também se deram conta de que as massas, *per se*, podem apenas arregimentar sequazes e acompanhar o impulso, mas que os membros das fileiras não podem forjar planos consistentes nem tomar iniciativas.²² As funções de liderança, portanto,

requerem uma minoria ativa, a qual, por sua vez, só adquire a máxima eficiência quando firmemente soldada a uma seita combativa. É possível que esta maneira de ver as coisas e este método tenham sido copiados dos jesuítas, já que estes foram os primeiros religiosos a reconhecerem o valor da propagação da fé (*propaganda fidei*) e a eficácia de uma organização disciplinada e combativa, baseada nos princípios de uma crença.²³

O estado totalitário e monopartidário representa, portanto, a adaptação de uma classe governante à era da organização de massas, na qual a principal fonte de poder já não se baseia na sociedade e nas pequenas associações, mas na organização em grande escala que controla os métodos violentos de coação, as comunicações e a administração.

Só há duas maneiras de controlar o poder dos grandes sindicatos. Em primeiro lugar, poder-se-ia estabelecer entre eles novo tipo de equilíbrio, que se poderia chamar 'equilíbrio de blocos'. O equilíbrio de blocos não significa um equilíbrio entre as inúmeras pequenas empresas, comunidades e associações voluntárias, mas a mútua tolerância entre as grandes organizações seccionais, relacionadas entre si pelas suas funções e que, eventualmente, não de compreender que são interdependentes.

Em segundo lugar, poder-se-ia estabelecer um 'supergrupo', independente das organizações seccionais, mas recrutando nelas seus membros e/ou infiltrando-se em todas elas. Contando com membros em todas as organizações subordinadas, sua influência se fará sentir em todas elas; e sendo um 'superpoder', deverá controlar sua cooperação de acordo com um plano estabelecido. Este supergrupo é, obviamente, o Partido. O partido totalitário constitui a classe governante dentro de um mundo totalmente sindicalizado. A medida que avança a sindicalização, mais perto nos encontramos da etapa em que o poder está nas mãos de uma 'classe dirigente organizada'.²⁴

Se isto for exato, a estrutura social da URSS não representa uma sociedade sem classes, mas uma estrutura que contém uma nova forma de classe superior, organizada dentro de um partido totalitário e baseada nas organizações de massas. O partido totalitário separa o povo em classes sociais ainda mais rigidamente que as sociedades tradicionais. Os grupos dirigentes estão nitidamente separados da maioria, que não pode manifestar a sua opinião acerca das decisões importantes em debate, e só pode discutir os métodos. Uma vez que os membros do Partido ocupam todas as posições-chave dentro das organizações políticas, econômicas e militares, a imposição das diretrizes do Partido não parece necessariamente arbitrária. Em 1936, a direção das indústrias estava totalmente em poder de membros do Partido e representava 50 a 70% da totalidade dos seus membros. Outrossim, as posições-

-chave dentro dos sindicatos, cooperativas, imprensa, organizações publicitárias etc., estavam igualmente ocupadas por membros do Partido.²⁵

As classes dirigentes do Ocidente e da Rússia distinguem-se, naturalmente, por serem as primeiras, em sua maioria, hereditárias. Apesar da introdução do sistema de aprendizagem remunerada nas instituições de ensino superior da Rússia e dos privilégios educacionais concedidos aos filhos dos oficiais do exército e dos funcionários de toda espécie, devemos lembrar que 70% dos membros do Partido só ingressaram nele depois de 1929, isto é, após a vitória de Stalin sobre Trotsky, e que unicamente uns 8,3% dos membros atuais pertenciam ao Partido antes de 1920.²⁶

Para comparar a organização social ocidental com o sistema soviético, podemos aplicar a distinção feita por Max Weber entre a apropriação individual e coletiva de poder.²⁷ A primeira é regulada em termos de competição entre os membros em geral de um estrato dirigente, ao passo que a segunda segue o modelo que conhecemos em nossas organizações de defesa e do poder executivo. Um exército, por exemplo, representa uma acumulação de poder que não se adquire mediante a livre competição, mas pela atribuição de maior ou menor poder legal e convencionalmente definido a certos oficiais, conforme seu grau de hierarquia, o qual define as jurisdições dos mesmos. Ao passo que na sociedade ocidental, com suas classes organizadas com flexibilidade, cada capitalista ou membro da classe governante pode calcular com maior ou menor exatidão sua participação pessoal no poder, em termos de propriedade, rendimentos e posição social aberta à livre competição, na Rússia, o partido e a burocracia se apropriaram coletivamente de todas as posições de poder e distribuem parcelas do mesmo aos indivíduos segundo seus respectivos *status*.²⁸

Isto não é uma crítica ao sistema soviético, pois nenhuma grande sociedade pode ser administrada sem homens que tenham o poder nas mãos. Admitida esta premissa, a idéia de uma sociedade sem classes (o que, originalmente, significava a negação de toda desigualdade de poder e, portanto, do poder *per se* e o desaparecimento de todo domínio de classe) é claramente utópica.²⁹

O verdadeiro problema é saber se a apropriação coletiva do poder, por parte de um grupo organizado ou de uma ordem política, é preferível à apropriação individual por um estrato social pouco homogêneo, historicamente desenvolvido e em expansão gradual. O problema sociológico se reduz, portanto, à análise das diferenças existentes entre um partido dominante altamente organizado e uma classe social integrada historicamente e composta de grupos dirigentes. Neste último caso, a coesão não reside na organização, senão numa rede de relações sociais que a tornam capaz de exercer o poder por meio de contatos.

A apropriação coletiva do poder com distribuição de diferentes parcelas, não é coisa nova. Desde tempos imemoriais este sistema existiu em sociedades mais simples.³⁰ Em certas sociedades pré-letradas a equipe de caçadores é a proprietária coletiva de todos os campos de caça e todos os membros cooperam para aumentar o monte. A distribuição subsequente segue as regras da equidade e hierarquia, mas não da igualdade. Ninguém se retira de mãos vazias, mas o melhor caçador, ou antes, o caçador de maior prestígio, obtém uma porção maior.

Na sociedade comunista, um dos principais objetos de distribuição é o poder, isto é, o privilégio de tomar decisões importantes, de assumir responsabilidades e de fiscalizar as atividades dos subordinados, de adquirir prestígio e conseguir ascender a grupos ainda mais influentes. Num sentido, este grupo dirigente³¹ é ainda mais exclusivo que o seu correspondente na sociedade ocidental, pois a 'admissão ao partido' está sujeita a certas rigorosas regras de seleção, cuidadosamente observadas. A comprovada eficiência de uma pessoa não é suficiente: há também critérios de lealdade e identificação com a doutrina. Seria errôneo pensar que o sistema de partido único seja menos exclusivo que o das antigas classes dirigentes. A tendência para a segregação e os ingentes esforços para criar um *esprit de corps* são ainda mais fortes que entre as classes governantes ocidentais. Estas últimas promovem sua coesão por meio de sutis mecanismos que atuam em todos os níveis do espírito, consciente ou inconscientemente. A coesão de uma classe governante histórica é garantida, sobretudo, pelo acôrdo tácito, que se baseia parcialmente no interesse comum na propriedade e na herança e, parcialmente, em costumes e atitudes comuns que se adquirem informalmente e se transmitem de geração em geração.

A medida que a coesão vai crescendo, desenvolvendo-se e estabelecendo-se invisivelmente nos diferentes estratos, tornam-se desnecessárias a imposição rigorosa dos dogmas ortodoxos,³² a pressão ditatorial, os expurgos³³ e a polícia política.³⁴ Contudo, um grupo dirigente organizado, especialmente quando deve seu triunfo a uma revolução, precisa criar a coesão num prazo muito curto e, portanto, empregará formas de arregimentação implacáveis, tanto para o ingresso em suas fileiras quanto para estabelecer uma lealdade permanente.

VIII. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA RUSSA

A substituição da classe dirigente russa tradicional por um partido organizado e o estabelecimento compulsório da nova ordem social por decreto, requeriam, naturalmente, maior severidade que a manutenção da velha ordem, favorecida por interesses criados e

profundamente enraizados. Este fato tem sido indevidamente explorado e utilizado de forma contrária à verdade pelos propagandistas que se dedicam com frequência a glorificar e perpetuar as atuais classes dirigentes do Ocidente. Embora toda sociedade complexa precise de uma classe dirigente, esta necessidade não justifica a *hybris** de uma classe especial, nem exime seus membros e agentes do controle que sobre eles deve exercer a sociedade, à qual devem servir em sua qualidade de dirigentes.

Por isso, se preferirmos uma renovação gradual de nossas classes dirigentes tradicionais, ao invés de uma substituição radical por uma ordem social completamente nova, poderemos nos aproveitar da lição dos acontecimentos históricos. Estas lições podem ser resumidas rapidamente da seguinte forma:

1) É fora de dúvida que a chegada ao poder de uma classe dirigente, na forma de um partido totalitário, não representa um progresso histórico, sendo, no melhor dos casos, uma solução *faute de mieux*, numa situação histórica que não oferece outra alternativa.

2) Este estágio de evolução é alcançado por uma sociedade dividida exclusivamente segundo linhas de organizações seccionais de massa mal equilibradas. Chega o momento em que o partido totalitário, mais poderoso, aproveita a oportunidade para estabelecer um equilíbrio de blocos entre os sindicatos e coordená-los em linhas funcionais.

3) Enquanto a sociedade capitalista ainda se encontra em vias de transformação, sua evolução pode ser controlada, e o crescimento e influência dos sindicatos mais fortes pode ser mantido dentro de certos limites. Embora seja impossível, numa grande sociedade industrial, impedir a organização das massas seguindo as linhas de classe, o resultado será diferente se elas tomarem um ou outro dos seguintes caminhos: ou mantêm seu poder de negociação ('toma lá, dá cá') sob o controle do Estado — ou chegam a ter a possibilidade de controlar o próprio Estado. Para impedir a marcha para um Estado totalitário, é necessário fortalecer os grupos orgânicos, as pequenas associações voluntárias etc., que constituem útil contrapêso à consolidação seccional. A liberdade política do cidadão deve ser zelosamente protegida para que ele não seja mobilizado em seu papel seccional³⁵ e para que o Parlamento não seja transformado em representação das organizações seccionais de massa.

4) Para impedir o domínio das organizações seccionais sobre a sociedade em geral, é desejável que uma grande porcentagem da população tenha acesso à pequena ou média propriedade. Sua

* N. do trad.: *Hybris* ou *hubris*, arrogância, insolência, autoconfiança excessiva.

profundamente enraizados. Este fato tem sido indevidamente explorado e utilizado de forma contrária à verdade pelos propagandistas que se dedicam com frequência a glorificar e perpetuar as atuais classes dirigentes do Ocidente. Embora toda sociedade complexa precise de uma classe dirigente, esta necessidade não justifica a *hybris** de uma classe especial, nem exime seus membros e agentes do controle que sobre eles deve exercer a sociedade, à qual devem servir em sua qualidade de dirigentes.

Por isso, se preferirmos uma renovação gradual de nossas classes dirigentes tradicionais, ao invés de uma substituição radical por uma ordem social completamente nova, poderemos nos aproveitar da lição dos acontecimentos históricos. Estas lições podem ser resumidas rapidamente da seguinte forma:

1) É fora de dúvida que a chegada ao poder de uma classe dirigente, na forma de um partido totalitário, não representa um progresso histórico, sendo, no melhor dos casos, uma solução *faute de mieux*, numa situação histórica que não oferece outra alternativa.

2) Este estágio de evolução é alcançado por uma sociedade dividida exclusivamente segundo linhas de organizações seccionais de massa mal equilibradas. Chega o momento em que o partido totalitário, mais poderoso, aproveita a oportunidade para estabelecer um equilíbrio de blocos entre os sindicatos e coordená-los em linhas funcionais.

3) Enquanto a sociedade capitalista ainda se encontra em vias de transformação, sua evolução pode ser controlada, e o crescimento e influência dos sindicatos mais fortes pode ser mantido dentro de certos limites. Embora seja impossível, numa grande sociedade industrial, impedir a organização das massas seguindo as linhas de classe, o resultado será diferente se elas tomarem um ou outro dos seguintes caminhos: ou mantêm seu poder de negociação ('toma lá, dá cá') sob o controle do Estado — ou chegam a ter a possibilidade de controlar o próprio Estado. Para impedir a marcha para um Estado totalitário, é necessário fortalecer os grupos orgânicos, as pequenas associações voluntárias etc., que constituem útil contrapêso à consolidação seccional. A liberdade política do cidadão deve ser zelosamente protegida para que ele não seja mobilizado em seu papel seccional³⁵ e para que o Parlamento não seja transformado em representação das organizações seccionais de massa.

4) Para impedir o domínio das organizações seccionais sobre a sociedade em geral, é desejável que uma grande porcentagem da população tenha acesso à pequena ou média propriedade. Sua

* N. do trad.: *Hybris* ou *hubris*, arrogância, insolência, autoconfiança excessiva.

posição social e seus interesses atuarão como elementos estabilizadores, pois representam a cultura da classe média, que tem sido básica, durante longos séculos, para a tradição ocidental. A tradição ocidental, sempre dinâmica, pode suportar uma transformação importante. Constitui, ainda hoje, o melhor ponto de partida para os novos desenvolvimentos culturais. As últimas décadas nos têm demonstrado que o súbito desaparecimento da classe média e da sua tradição na Europa central resultou numa civilização de massas, a qual é repudiada pelas mais altas mentalidades dessas mesmas civilizações.

Os norte-americanos, conscientes também, não deixam de criticar a simplória 'adoração dos aparelhos mecânicos' e também se recusam a identificar a eficiência tecnológica com o progresso moral. Estão muito longe de aceitar a conquista do dinheiro e o êxito econômico como valores supremos.³⁶ Da mesma maneira, os alemães conscientes odiavam o espírito de superorganização e militarização que teve por resultado final o hitlerismo.

Finalmente, talvez não estejamos muito afastados da verdade se supusermos que os admiradores da URSS, embora orgulhando-se do seu progresso social e econômico, fazem assim mesmo muitas restrições às suas práticas ditatoriais e à sua mentalidade de massas. Estes inconvenientes são considerados por eles como inevitáveis no momento, mas não podem constituir o objetivo final de uma nova civilização. Talvez seja indício dessa insatisfação intelectual o fato de que, faz alguns anos, a URSS tenha lançado nova campanha educativa, ao traduzir os clássicos da burguesia em formação, (tais como Schiller, Lessing etc.) e ao prestar-lhes homenagem como expoentes de um grande legado e de uma fonte de inspiração representativa de novo espírito revolucionário e de 'realismo' na literatura. Também se justificou uma grande admiração por Shakespeare, Goethe e Balzac, sob a capa do 'realismo', apesar da atitude política conservadora dos mesmos.³⁷

5) O caminho adequado para as forças democráticas do Ocidente não consiste em atacar cegamente os velhos grupos dirigentes, mas em transformá-los num grupo de transição, visando a novo tipo de liderança social. Isto pode ser realizado pela ampliação das suas fileiras, mediante o aumento das oportunidades de ascensão em todos os setores da população, baseando-se em normas de seleção não menores, porém maiores. Uma vez admitidos, os recém-chegados logo assimilam valiosos elementos das tradições e sutilezas das classes altas.³⁸

Seja qual fôr a forma de evolução da sociedade durante esse período de transição, as funções de liderança deverão ser desempenhadas por alguém. O problema da 'engenharia social' não consiste em rebaixar o igualitarismo até o ponto morto, mas em proporcionar suficientes oportunidades de ascensão social, apoiando

e encorajando a iniciativa e o espírito de empresa, a fim de remover as forças dirigentes tradicionais mediante a infusão de sangue novo. Em nossa opinião, a qualidade de uma sociedade não pode nem deve ser avaliada pela presença ou ausência de uma classe dirigente, mas pelos seus métodos de seleção de líderes, pela variedade de oportunidades de ascensão e pelo valor social das funções de liderança na classe dirigente.

IX. MÉTODOS PARA A SELEÇÃO DE LÍDERES

Há dois métodos para a seleção de líderes: o tradicional e o científico. Temos de escolher um deles.

As diferentes estruturas sociais possuem modos diversos para escolher seus chefes. Por variadas que sejam as qualidades que o dirigente deve possuir, elas não são, geralmente, indicadas e decretadas de maneira racional, embora ocasionalmente alguns elementos racionais possam intervir na seleção.³⁹ Numa sociedade de guerreiros, a seleção será determinada pela habilidade em combater. Este critério principal, no entanto, combina-se, em geral, com o prestígio outorgado pela linhagem e pelas relações familiares. Uma casta sacerdotal pode exigir, como requisito prévio para a admissão de algum membro, a prova de que ele possui poderes mágicos. A sociedade feudal acrescentou a posse de imóveis às proezas militares e à nobreza de raça. Com o desenvolvimento do comércio e da indústria, a habilidade em ganhar dinheiro ou a simples posse de riquezas por herança tornaram-se fatores decisivos.

Na sociedade não planificada de nossos dias, não há regra alguma bem precisa para definir os critérios de admissão aos grupos dirigentes. Alguns dos critérios atuais representam sobrevivências do passado; outros surgiram como requisitos da reforma social. A sociedade medieval exigia tendências religiosas e talento executivo para a seleção e educação dos seus clérigos; os séculos XVII e XVIII deram preferência ao intelecto e à erudição, independentes das opiniões teológicas, para satisfazer a repentina necessidade de uma burocracia secular na Europa continental.

Todos esses métodos tradicionais de seleção de dirigentes têm um elemento em comum: a natureza do 'êxito' e os traços do 'homem bem sucedido' jamais são definidos ou explicitamente medidos. Por exemplo, quando se considera que o sucesso financeiro é um critério válido para escolher os dirigentes numa sociedade plutocrática, não se indaga se tal sucesso resulta da iniciativa pessoal, da previsão especulativa e imaginativa, da capacidade de organização ou da ganância sem escrúpulos, ou da boa sorte, da habilidade para impressionar os outros, ou simplesmente de um casamento venal. Quando alguém acredita que a 'luta pela vida' é o

melhor meio de seleção, ou alimenta a crença de que o homem bem dotado sempre encontra 'um lugar no alto', está apenas procurando justificar a existência das classes dirigentes. Conforme Gustav Ichheiser assinalou:⁴⁰

Tôdas as nossas afirmações genéricas a respeito da natureza do sucesso tais como '*fortes fortuna adiuvat*' ou, ao invés, 'os grandes ladrões não caem na rede, mas os pequenos são enforcados', não podem ser aceitas literalmente ou como observação de fatos. Representam, geralmente, justificações de uma ordem social existente por parte dos homens bem sucedidos, ou expressam a insatisfação dos desprivilegiados.

A transformação em curso, de uma sociedade não planejada e baseada na competição pessoal e de grupo, terá por consequência um aumento das formas sistemáticas para selecionar os dirigentes. Em vez de aceitar como axioma que a livre concorrência levará automaticamente o homem adequado ao posto de direção, havemos de nos dar conta, com maior sentido crítico, das qualidades desejáveis para um chefe e dos talentos especiais necessários para a execução de funções especiais.⁴¹ Esta mudança comportará o desenvolvimento e a melhoria da medição científica dos traços e talentos pessoais desejáveis para essas funções.

X. A SELEÇÃO CIENTÍFICA E SUAS LIMITAÇÕES

A seleção científica para os empregos iniciou-se no terreno da orientação vocacional, em que se podiam isolar e medir as habilidades e os talentos mais simples. O crescimento da sociedade exige uma seleção científica não apenas para simples trabalhos de rotina, mas também para funções mais complexas e difíceis. Os testes específicos de aptidões deverão abranger novos aspectos; no devido tempo hão de se transformar em instrumentos dignos de toda confiança. Em vez de tratar unicamente de traços isolados, habilidades especiais e medição da inteligência, o estudo da personalidade total se desenvolverá cada vez mais.⁴²

A seleção científica e a supervisão mediante anotações sistemáticas têm sido efetuadas nas escolas.⁴³ A população escolar é submetida a provas periódicas e a evolução das crianças, da mesma forma que a dos pacientes nos hospitais, está sujeita a um controle regular e sistemático. As escolas modernas, além de impor provas para a inteligência, mantêm um registro cuidadoso não só dos progressos escolares, mas também dos traços de caráter e definem, no correr dos anos, as tendências e os perfis de maturidade e de desenvolvimento. Mas até agora, a tendência para se fazer um estudo desse tipo em toda a população escolar tem-se restringido, sobretudo, às aptidões e aos traços de personalidade que interessam ao progresso acadêmico no sentido convencional. Esta tendên-

cia tem sido contrabalançada por outra, que visa a dar maior relevo à individualidade, pelo método de estudos de casos isolados, (*case study method*) em que se examina toda a carreira do estudante, tomando-se em consideração o ambiente de onde provém e seus traços pessoais. Este enfoque evita toda técnica de diagnose de grupo e dá mais importância à análise qualitativa que à quantitativa.

Apesar do seu caráter qualitativo, o método de estudo de casos pode contrabalançar as observações arbitrárias de um só professor, pois transforma os membros do corpo docente em equipe de observadores bem preparados. Esta equipe é assistida por um psicólogo ou um psiquiatra, os quais controlam as observações e interpretações dos professores. As conclusões baseadas em estudos de casos qualitativos têm, ao que parece, 'maior valor de predição que os testes objetivos empregados isoladamente ou em combinação'.⁴⁴

Sem dúvida, esses métodos, ainda em grande parte experimentais, prometem transformar-se em instrumentos eficientes para a seleção dos dirigentes. A observação de conjunto e o seguimento posterior (*follow-up*) hão de assegurar um diagnóstico cada vez mais seguro e um prognóstico digno de confiança. As escolas que dispõem de pessoal eficiente podem chegar a ser centros de seleção preliminar para futuros dirigentes. Mas quanto maiores forem as potencialidades destes métodos 'clínicos' de observação, mais nos deveremos precaver contra os seus possíveis abusos.

O *Education Act* inglês de 1944, por exemplo, estabeleceu três tipos de escolas secundárias: a escola 'de gramática' (*grammar school*), a escola técnica e a moderna.* Não podemos deixar de imaginar se esta decisão e os seus respectivos regulamentos não se destinam a cobrir com a capa da pseudopsicologia uma discriminação arraigada em distinções de classe, em vez de ser baseada nas aptidões básicas e nas preferências do aluno. Os mestres e os psicólogos deverão se encarregar de protestar contra um mau uso da ciência em favor de uma estabilização e racionalização dos preconceitos sociais.

Livre dessa exploração, a seleção científica nos poderá dar um método de escolha mais estritamente de acordo com a aptidão e o mérito. Fará com que os homens se ajustem melhor aos seus empregos e tornará os empregos mais ajustados ao homem. Falando de modo geral, há de ajudar diferentes tipos humanos a encontrarem lugares apropriados numa sociedade que se vai diferenciando cada vez mais e onde as oportunidades são cada vez maiores. A este respeito, devemos mencionar as novas técnicas de aná-

* N. dos coordenadores: A escola 'de gramática' é mais ou menos equivalente à *high school* acadêmica (secundária) dos Estados Unidos; a escola moderna corresponderia à escola elementar norte-americana.

lises ocupacionais, que destacam a combinação das aptidões especiais com os traços de personalidade exigidos para determinado emprego.

Entretanto, a aplicação mais ampla e cuidadosa dos métodos científicos revela as suas limitações. Nem mesmo uma completa bateria de testes científicos conseguiria suprimir o caráter de laboratório deste método de seleção, que melhor serve para selecionar pessoas destinadas a executar tarefas e ocupações bem definidas e prescritas. Apesar da constante evolução das mudanças sociais e das vicissitudes da vida moderna, continuam existindo muitas tarefas rotineiras. A vida militar, por exemplo, inclusive os métodos de combate, bem como o funcionalismo público e a gerência industrial, permitem-nos definir certos tipos de atividade bastante previsíveis e testar as diferentes aptidões e os graus de adaptabilidade.

A II Guerra Mundial trouxe consigo uma ampla aplicação de novas técnicas científicas. Os alemães foram os primeiros em aplicar esses métodos em larga escala; o *War Office Selection Board* do exército britânico e os organismos similares de seleção de pessoal das forças armadas norte-americanas, seguiram o exemplo, revolucionando a seleção da massa, ao aplicar métodos científicos de seleção e designação de tarefas para todos os graus hierárquicos dos seus exércitos. "Sir" Ronald Adams organizou e sistematizou as novas técnicas na Grã-Bretanha, ao perceber as desvantagens dos métodos antiquados das 'Juntas entrevistadoras', quando metade dos candidatos recomendados por elas para o oficialato se revelaram incapazes de exercer o cargo.

Evidenciou-se o favoritismo oculto dessas 'Juntas'; os entrevistadores se interessavam, sobretudo, em saber se os candidatos compartilhavam ou não das suas idiossincrasias, maneiras e formas de pensar. Uma desconfiança cada vez maior acerca dos velhos métodos de seleção levou à adoção, no pós-guerra, de novas técnicas e novos métodos para a seleção do pessoal, tanto na indústria como no funcionalismo público (*British Civil Service*).

Contudo, não devemos supor que a colocação prática do pessoal nas grandes organizações, mesmo se os postos fossem tão rigidamente definidos em função e hierarquia como no exército, coincide com os esquemas de organização, manuais administrativos e designação científica das tarefas. Numa sociedade altamente competitiva, as pessoas treinadas para competir encontrarão muitos meios e modos para introduzir táticas e estratégias, honestos ou desonestos, nas organizações, por mais que estas aparentem ser estritamente planejadas, hierarquizadas, disciplinadas e administradas metódicamente. De modo geral, poderíamos dizer que nos Estados Unidos, mais que na Europa, as grandes organizações se caracterizam pelas suas camarilhas informais, seus campos de

ação flexíveis, pela sobreposição da distribuição real do poder com a autoridade 'teórica', e pela tendência a redigir estatutos, horários, 'regras e regulamentos' e sistemas e aparelhamentos 'científicos' de acordo com os planos da gerência. O exército dos Estados Unidos, como exército de 'soldados civis', pode ser considerado como exemplo da sociedade norte-americana em sua forma mais extrema.⁴⁵

XI. MÉTODOS COORDENADOS DE SELEÇÃO

A eficiência nas esferas dinâmicas da vida requer reações e aptidões que se ajustem adequadamente às necessidades cambiantes da situação. É este um argumento favorável à competição como mecanismo seletivo. Não só a rivalidade entre duas ou mais pessoas serve para medir os traços de caráter e de capacidade que assegurem uma atividade bem definida, como também coloca as pessoas em situações que põem à prova seus recursos e exigem a necessária combinação das capacidades latentes. A competição não serve apenas como instrumento de medição, mas contribui para produzir homens bem sucedidos ou fracassados.

Uma sociedade planificada compreenderá, sem dúvida, campos de atividade que exigirão iniciativa em situações impossíveis de prever, por parte de pessoas que não poderão ser descobertas na base de prévia seleção científica. As vicissitudes de um mundo dinâmico não podem ser previstas por um organismo científico selecionador. Até mesmo uma sociedade planificada terá que escolher líderes políticos que provem seu valor e se amoldem à luta e à competição pública para a liderança, pelo triunfo dos seus respectivos ideais, pela confiança dos cidadãos. Uma sociedade centralmente planificada, sem zonas de livre competição, terá dificuldades em encontrar, na segunda geração, dignos sucessores das rudes personalidades dos pioneiros. Os homens preparados para obedecer e executar tarefas de rotina que lhes são determinadas por outros, dificilmente se transformam em homens de iniciativa quando chegam ao poder.

Por estas e outras razões semelhantes, a Terceira Posição terá que conservar os setores existentes de livre competição, ao lado dos setores planificados, da mesma forma em que deverá encontrar um meio de combinar os métodos científicos com os outros métodos de seleção do pessoal.

A necessidade de coexistência dos dois métodos seletivos e dos setores correspondentes, planificados ou não, foi constatada quando o moderno Serviço Civil britânico colocou o problema em primeiro plano.⁴⁶ Com muita frequência se tem argumentado que os funcionários públicos devem ser dirigidos por chefes políticos qualificados, vitoriosos na livre competição política e capazes de con-

trabalhar e equilibrar os funcionários públicos de carreira, que desempenham suas tarefas rotineiras num ambiente de hierarquias preestabelecidas. A nação — de acordo com esse argumento — deve depender do jogo recíproco dos dois tipos de servidores públicos. Por conseguinte, as democracias modernas, nesta época de administração burocrática, já se dão conta da coexistência dos dois setores da sociedade e dos seus respectivos tipos de dirigentes. Os acontecimentos recentes levaram a uma grande expansão dos setores planejados e à criação de organismos executivos situados fora do âmbito da burocracia tradicional. Quanto mais poderosos se tornarem esses setores, maior será a necessidade de incentivar a competição pública e a luta para a conquista da liderança política.

XII. AMPLIAÇÃO DA BASE DE SELEÇÃO. (A SITUAÇÃO NA INGLATERRA)

Durante certo tempo, um dos problemas das democracias ocidentais consistiu em ampliar a seleção social dos grupos dirigentes. Não resta dúvida de que um dos pontos fracos da Inglaterra atual reside na seleção dos seus grupos dirigentes dentro de um ambiente muito estreito. Poderíamos falar antes de oligarquia que de democracia, se pensássemos mais na composição social do que nas formas constitucionais da vida política.

De acordo com a conhecida pesquisa de Laski⁴⁷ e de Nightingale,⁴⁸ as classes dirigentes inglesas eram formadas, até há pouco, por umas 1000 famílias, que ocupavam as principais posições na sociedade.

Entre 1800 e 1924, 60% dos membros do Gabinete provinham das classes dirigentes. A porcentagem varia de 73, no primeiro período, a apenas 27 no último período, assim demonstrando uma crescente democratização... Setenta por cento haviam cursado as Universidades britânicas, sendo que a metade deles a de Oxford. Cinquenta e seis por cento provinham das principais *Public Schools* [isto é, colégios e universidades particulares]... No Ministério do Exterior, 53% dos seus membros pertence à aristocracia e à pequena nobreza, e apenas 40% às famílias de negociantes. A aristocracia e as pessoas que vivem de rendas formam 56% do Serviço Diplomático, mas só 40% do Ministério do Exterior... Os bispos, os decanos, os juizes, os altos funcionários do Ministério do Interior e da Índia, os governadores dos Domínios, os diretores de bancos e estradas de ferro, procedem todos da mesma classe.⁴⁹

Falando em termos sociológicos, a Inglaterra tem sido uma democracia política dirigida por uma oligarquia, cuja base de seleção foi-se expandindo gradativamente. A base foi, primeiramente, a aristocracia e a pequena nobreza, às quais foram acrescentando-se os comerciantes e banqueiros bem sucedidos e, mais tarde, os industriais. Na atual ampliação das bases, as classes altas procuram absorver os membros mais bem dotados das inferiores.

res. Esta ideologia encontra talvez sua melhor expressão numa frase da obra de Collingwood, *The New Leviathan*: 'A dialética da política interna consiste em converter uma classe dominada em colaboradora da arte de governar...' ⁵⁰

Sob muitos aspectos, a organização inglesa constitui um habilitíssimo produto sociológico. Adequava-se admiravelmente ao duplo objetivo de que uma minoria governasse um império e, ao mesmo tempo, a metrópole, absorvendo, simultaneamente, todos os choques da mudança societal e da política mundial. Esta expressão, todavia, é faca de dois gumes. De um lado, implica que o sistema serviu perfeitamente ao objetivo de um tipo tradicional de sociedade; mas ainda admite que o sistema não pode sobreviver nas atuais condições do mundo, a menos que as camadas dirigentes sejam consideravelmente ampliadas e ajustadas às novas tarefas de liderança.

A seleção social tradicional na Inglaterra produziu um pequeno grupo de dirigentes preparados para governar, cuja homogeneidade e harmonia lhes permitia desempenhar seu papel em qualquer circunstância e em qualquer parte do mundo. O sistema educacional, com suas escolas 'públicas' e suas universidades, servia para estabelecer o consenso tácito e o 'espírito de equipe' que permite aos ingleses, onde quer que se encontrem, seguir certas regras não escritas e formar prontamente um time que coopera. Essa integração se efetua em diversos níveis e se preocupa mais em produzir hábitos conformistas e uma mentalidade característica do que em inculcar um credo bem definido. O sistema não declarado de criar atitudes cooperativas utiliza-se da ajuda da família e da vizinhança, da influência educacional do colégio interno e, mais tarde, das associações profissionais, dos clubes e do ambiente de classe difuso em toda parte. Os esportes ao ar livre são tão importantes quanto o estudo dos clássicos, que servem principalmente para estabelecer um código básico de valores e proporcionar um substrato cultural socializante. Os indivíduos pensam nos mesmos modelos históricos e literários quando discutem assuntos humanos ou interpretam o sentido da evolução dos acontecimentos. Os manuais e roteiros escolares são utilizados primordialmente, não pelo seu valor intelectual, mas antes pela sua contribuição à formação do caráter. A palavra 'caráter' reflete precisamente a ambigüidade dos propósitos visados. De um lado, significa firmes qualidades de liderança; de outro, implica certa lealdade de classe e solidariedade com a equipe dirigente, o isolamento perante os estranhos, e um dúplice sistema de normas — um só aplicável aos membros da própria classe e outro aos estranhos.

O sistema combinou de modo excelente a tendência ao exclusivismo e o *esprit de corps* concomitante, com as oportunidades de

ascensão para os membros das classes inferiores melhor qualificados.⁵¹ Nada havia de novo no consenso tácito de uma classe dirigente: é um dos fenômenos mais espalhados na história. Mas a habilidade de combiná-lo com uma disposição a assimilar os membros recém-chegados, e de fazer isso de forma adequada foi, e é, uma virtude excepcional. É fato bem conhecido que as classes dirigentes se formaram pelo amálgama dos remanescentes da aristocracia feudal com as classes mercantis. Por isso, desde o princípio surgiram atitudes em que se combinaram diversos elementos. A classe dirigente insistia no isolamento e no exclusivismo, a fim de conservar o poder e os padrões estabelecidos; mas também apreciava a versatilidade e a habilidade mercantil. Numa época que desconhecia o planejamento, a classe dirigente criou sistematicamente oportunidades de ascensão e até mesmo planejou meios de descenso social para os filhos mais novos dos Pares do reino. [pois os privilégios e vantagens em geral pertenciam aos primogênitos]. Na Inglaterra, a ascensão social seguiu dois caminhos, bem conhecidos: um conduzia à classe dirigente, mediante o êxito nos negócios, na administração e na política, sendo indicada a absorção mediante os contatos sociais; o outro, por meio da educação, combinada com um sistema de bolsas de estudo destinado a selecionar os melhores elementos.

Outro traço excepcional do sistema inglês é sua capacidade em assimilar os recém-chegados, o que se efetua, sobretudo, graças a ajustamentos, hábeis e inconscientes, que funcionam no próprio mecanismo de seleção. As escolas 'públicas', ao afastarem as crianças dos seus lares antes da puberdade, moldam suas lealdades numa idade crítica do seu crescimento; contrabalançam a devoção absoluta à família e utilizam as emoções assim desviadas para criar um sentimento de fidelidade para com uma unidade maior, a escola. Os adolescentes, de qualquer maneira, tendem a substituir seus sentimentos de fidelidade familiar pela lealdade às associações espontâneas com outros jovens, e isto constitui importante fator educacional. Os grupos, 'igrejinhas', e seu espírito de equipe podem ser utilizados habilmente para fomentar um sentimento associativo em toda a classe dirigente. Aprendendo a ser leal à sua equipe, o cidadão aprende a ser fiel à classe social a que pertence. Também é de boa política permitir que se desenvolva nesses grupos de rapazes — dentro de algumas normas de disciplina — a fermentação espontânea da época da puberdade. A fidelidade ao lar, à escola,⁵² à nação e ao Império constitui um conjunto de sentimentos ligados entre si.⁵³ Ao integrar-se na pequena unidade, o jovem prepara-se para a grande unidade; deve-se procurar expandir essa fidelidade, permitindo que o indivíduo bem sucedido possa assumir responsabilidades cada vez maiores e exercer influência mais ampla.

Foi este o sistema inglês do século XIX, o qual se revelou o mais eficiente possível, numa época em que a sociedade não estava preparada para a democracia de massas.⁵⁴ Proporcionou dirigentes para o país e para o Império, mantendo equilíbrio entre eles. É certo que as grandes mudanças sociais das últimas décadas, transformaram muitas das antigas virtudes em obstáculos para o presente. Mas nem a reverência para com as antigas tradições e seus valores, nem uma atitude radical e depreciativa, visando a uma mudança completa, poderão dar uma solução ao problema. Só terá bom êxito uma atitude seletiva perante a herança social, que elimine cuidadosamente todos os elementos nocivos e, ao mesmo tempo, reforce ou melhore as tendências valiosas que possam reajustar-se às novas condições. Este reajuste exige processos que não sejam simplesmente um sistema inconsciente de experimentação e de rejeição dos defeitos; exige um diagnóstico sociológico e um balanço da tradição, à luz da situação histórica cambiante.

XIII. VALOR SOCIAL DAS FUNÇÕES EXECUTADAS PELA CLASSE DIRIGENTE

O desenvolvimento da sociedade industrial exige maior número de dirigentes — para todas as funções econômicas, políticas e sociais da Inglaterra — do que os que podem ser fornecidos pelas universidades de Oxford e Cambridge. De repente se tornou evidente a inadequação numérica das instituições acadêmicas existentes. Para que se possa formar maior número de alunos universitários, é necessário mudar e ampliar o sistema de ensino secundário e distribuir maior quantidade de bolsas de estudo.⁵⁵ O problema consiste em como expandir e democratizar o sistema, com o consenso tácito de toda a comunidade.

Os russos demonstraram como se pode organizar rapidamente grupos de dirigentes e criar as lealdades essenciais. O método russo, porém, não deve ser copiado. Seus métodos extremistas eram talvez inevitáveis numa sociedade instável, na qual a nova classe de líderes precisava criar novas lealdades em curto prazo. O método russo combina as técnicas do exército com as das sociedades secretas.⁵⁶ O sistema psicológico utilizado é um amálgama de propaganda e de terror: sugestão, inspiração e controle da consciência mediante a espionagem, a fiscalização e os expurgos. Desta forma colaboram simultaneamente o entusiasmo e o temor, além do que poderíamos chamar o 'pensamento organizado', isto é, a institucionalização de uma doutrina fixa que todos os membros da elite dirigente devem aceitar sem restrições.

Este método é de possível aplicação sempre que uma organização de massas tem que substituir de repente uma classe diri-

gente de tradição histórica, quando é necessário 'domar' grandes associações seccionais ou fundir grupos heterogêneos sem tradições comuns. Contudo, o sistema monopartidário talvez não seja, forçosamente, o que deva ser impôsto a toda sociedade planificada. Uma sociedade tradicional que venha a empreender a planificação e que tenha em seus postos de comando uma classe dirigente historicamente desenvolvida poderá conservar as virtudes desta última e assim combinar o conformismo com uma maior elasticidade e com a liberdade pessoal.

Pelas mesmas razões, não é necessário abandonar as antigas instituições que se consagravam à formação de uma unidade tácita de consenso. Entre outros, o sistema de escolas 'públicas', com internato, na Grã-Bretanha, por exemplo, possui muitos traços que devem ser não só conservados, como também socializados. Ou seja, é necessário aumentar a quantidade de bolsas de estudo, para facilitar a admissão de uma porcentagem crescente de alunos, sem diluir as valiosas tradições daquelas escolas. Se as referidas tradições ameaçassem desaparecer, poder-se-iam fundar novas escolas do mesmo tipo, para que não só uma minoria, mas os melhores elementos da população e, em última instância, todo o povo pudesse compartilhar dos valores da tradição. A democratização prudente não deve levar em conta apenas a quantidade de alunos admitidos à educação, mas deverá também ponderar a substância dos conhecimentos a serem transmitidos. É mais importante manter as formas mais elevadas das realizações culturais do que iniciar uma expansão repentina. A exigência de que se mantenham certos padrões, bem compreendida, é tão democrática como a de que todos tenham acesso às escolas de qualquer grau.

Nem todas as expansões diminuem necessariamente os níveis de educação. Pelo contrário, alguns dos aspectos negativos do esnobismo das classes dirigentes podem ser eliminados mediante a expansão. A indevida importância dada às etiquetas da hierarquia superficial e convencional, acabará por desaparecer. Quanto mais a liderança fôr uma função atribuída mais ao mérito que ao nascimento, menor distinção será dada aos maneirismos e à pomposidade social, ou ao 'consumo ou desperdício de ostentação' (*conspicuous consumption* e *conspicuous waste*), nas palavras de Thorstein Veblen.⁵⁷

As escolas-internato de uma sociedade democrática podem ensinar a vida cooperativa a baixo custo e sem 'desperdício ostentoso'. Deveríamos pensar nelas em termos de 'acampamentos', em que os jovens de diversas formações sociais se misturassem e vivessem juntos. Isto não haveria de forçosamente diminuir a qualidade da vida e dos trabalhos escolares; pelo contrário, um pouco de ascetismo sempre atraiu a juventude. Isto era reconhecido nas antigas escolas 'públicas', que adotaram uma simplicidade espar-

tana. A inclinação ascética, porém, era algo incongruente em face da riqueza efetiva das famílias dos rapazes e da própria instituição e foi, portanto, apenas artificial, ao passo que nos 'acampanamentos' do futuro seria autêntica e verdadeiramente educativa.

A expansão dos métodos tradicionais para criar unidade de pensamento não será, por si só, suficiente. O sistema inglês, por sorte, pode basear-se numa reserva de solidariedade emocional e de conformismo. A sobrevivência dependerá, contudo, de sua habilidade em incorporar uma grande quantidade de compreensão racional.

Quanto maior fôr o grupo e mais numerosos os seus membros, maior será sua disparidade social e heterogeneidade, e maior a exigência em favor de uma integração intelectual. O pensamento difunde-se mais facilmente que a emoção e, especialmente, mais que os sentimentos modelados pela tradição. Estes últimos podem florescer unicamente nos ambientes onde prevalece a continuidade entre as gerações e entre as comunidades vizinhas. Por exemplo: nos lugares onde há tempo bastante para uma crescente formação de hábitos e para a transmissão de ampla rede de contatos pessoais. Em contraste, vemos que o pensamento é mais abstrato, por estar separado do tempo e lugar da sua concepção original.

XIV. HUMANIDADES OU ESTUDOS SOCIAIS ?

Se a coesão tiver que ser estabelecida rapidamente, será provavelmente necessário empregar métodos modernos de persuasão das massas. Até mesmo os ingleses, se desejarem ampliar a reforma social, não poderão fazê-lo sem ideologias. No decorrer deste processo, as tradições inglesas, que anteriormente eram absorvidas de forma mais ou menos inconsciente, terão que ser postas claramente em preto e branco, para que possam ser entendidas em círculos cada vez maiores.

A respeito deste problema, a tradição clássica, com sua ênfase exagerada sobre a 'cultura', deverá ser reconsiderada. O desprezo para com a preparação prática vocacional é herança de uma época já ultrapassada, em que o trabalho era feito pelos escravos, enquanto os homens livres se dedicavam às *artes liberais*. Nada mais é preciso para mostrar as limitações impostas pela tradição. É uma atitude que criou um mundo ideal, um mundo de sonho, povoado não por seres humanos mas por estátuas. Este conceito classicista da Antigüidade deverá desaparecer se quisermos que a tradição clássica tenha algum sentido para uma geração que deve enfrentar profundas transformações sociais e, possivelmente, o próprio caos, mas que deseja chegar a uma compreensão realista das forças sociais. A ciência histórica moderna está revisando a

falsa idealização da Antigüidade mediterrânea, que talvez não tenha sido uma época de solenidade e rigidez; já tem sido descoberto e sublinhado o caráter completamente experimental da filosofia grega.

'A principal força dos gregos consistia em sua liberdade em face de qualquer tradição intelectual paralisante. Não contavam com clássicos venerados, ou com livros sagrados, ou línguas mortas para aprender, ou autoridades que limitassem suas livres especulações'.⁵⁸

Em vez de ser uma nova interpretação dos clássicos, o ensino da ciência social pode vir a ser o núcleo central de um currículo destinado a integrar uma nova elite dirigente. Por que enfrentar com circunlóquios o estudo do homem e dos seus problemas contemporâneos? Os estudos históricos deverão ampliar o horizonte do indivíduo, mas este horizonte deverá ser o da vida contemporânea e dos seus problemas. Como poderão governar os novos dirigentes, se não contarem com um entendimento adequado da sociedade contemporânea e dos seus problemas e se não dispuserem de uma filosofia social adequada a uma sociedade democrática em evolução?

XV. O PERIGO DA ASSIMILAÇÃO EXCESSIVA

Uma classe dirigente histórica pode ser reconstruída mediante a ampliação da sua base, produzindo automaticamente uma transformação interior e uma nova mentalidade, pela fusão com os recém-chegados. Antigamente, sob o regime oligárquico, os grupos conservadores absorviam e assimilavam facilmente os raros beneficiários de bolsas de estudo e outros aspirantes à liderança bem sucedidos. Os indivíduos que ascendiam na escala social renunciavam à lealdade à sua própria classe e logo se conformavam às idéias do grupo dirigente.

Há duas objeções principais a essa assimilação excessiva no futuro. Em primeiro lugar, a sociedade democrática de massas já não pode basear-se na ignorância e apatia do povo, mas exige liderança em todos os níveis da sociedade. Tem sido observado corretamente que o sistema de bolsas de estudos do passado privava as classes trabalhadoras dos seus dirigentes potenciais.

Em segundo lugar, a assimilação demasiadamente fácil dos bolsistas e dos homens que 'se fizeram por si mesmos' nas diferentes esferas da atividade social, também tem a desvantagem de paralisar prematuramente a maior vitalidade dessas pessoas. Os que abrem caminho na vida por seus próprios meios são amiúde homens de idéias novas e atentos aos novos valores, homens de iniciativa e de mentalidade alerta, ao passo que os grupos conser-

vadores, que durante muitas gerações se limitaram a manter e conservar o que havia sido conseguido pelos outros, dificilmente produzem homens dispostos a correr riscos e a interessar-se pelas novas idéias. O homem que se faz por si mesmo e que abre caminho 'dos trapos para a fortuna', adquire com frequência uma inteligência rápida muito desejável numa sociedade em evolução. Se esses traços mentais forem desencorajados ou neutralizados por uma assimilação excessiva, a sociedade perderá recursos que poderiam ser utilizados para a mudança e adaptação.

XVI. FUNÇÕES DE UMA CLASSE DIRIGENTE RECONSTITUÍDA

É evidente que os processos sociais, tais como a seleção mais ampla dos líderes, a fusão dos elementos velhos e novos etc., não produzem por si mesmos resultados ótimos. Na sociedade moderna, tais processos têm que ser dirigidos, para não conduzirem a uma fermentação estéril. Daí podemos deduzir, em termos gerais, duas funções principais do poder numa era de planificação. Uma classe dirigente reconstituída deve, em primeiro lugar, visualizar e definir, pelo menos tão claramente como o faria qualquer classe dirigente totalitária, os princípios e objetivos da democracia numa sociedade industrial. Em segundo lugar, deve imaginar formas e sistemas práticos para alcançar seus objetivos, mediante as reformas e com o consenso das massas.

Se isto for exato, as novas classes dirigentes não se limitarão a transmitir e salvaguardar os melhores elementos da tradição, mas deverão desenvolver idéias dinâmicas, a visão de uma sociedade capaz de resolver os problemas das crises contemporâneas por meios democráticos. Isto poderá ser alcançado se o diagnóstico e a terapia da sociedade chegarem a ser efetivamente a máxima preocupação de todos os que ocupam posições de comando, se todos os membros da camada dirigente se sentirem inspirados pela grandeza e o caráter sem par do seu destino: salvar tanto a nação como a humanidade, na hora mais grave da história. É óbvio que se necessita de uma mudança espiritual e um novo clima mental que encoragem, e não reprimam, os homens de idéias e de visão. Em outras palavras, a democracia precisa abandonar sua atitude defensiva e adotar uma posição construtiva e militante. A iniciativa intelectual, é claro, só pode provir de homens abertos às idéias de mudança, e dispostos a observarem as coisas numa nova perspectiva.

Contudo, a dificuldade peculiar que os dirigentes democráticos militantes enfrentam, reside em que a desejada transformação pacífica da sociedade lhes proíbe o fanatismo e a supressão desapiadada dos grupos opositores; exige o consenso e a cooperação em

'cada etapa. A unidade de um grupo dirigente democrático tem que ser dialética. O alvo não pode ser previsto exatamente, mas deverá ser achado, em vários níveis, durante o curso do processo experimental do esforço comum. Pelo mesmo motivo, uma classe dirigente democrática não mantém a unidade abraçando um credo determinado, mas elaborando soluções, provando políticas alternativas visando a conseguir uma finalidade comum e procurando chegar a acôrdos provisórios sôbre pontos concretos. Deixam-se ao critério do momento tantos problemas quanto seja possível, a fim de permitir que os interesses e as idéias em conflito sejam sintetizados uma e mais vêzes, inclusive na fase da planificação; define-se apenas o mínimo indispensável, que possa ser aceito em qualquer circunstância. Esta deferência a diversos pontos de vista, unida à vontade de pôr-se de acôrdo e de cooperar com os adversários para chegar a um plano comum, é realizável unicamente por um grupo que haja aprendido a substituir o 'consenso tácito' tradicional por um consenso dinâmico.

Deve-se manter constantemente de pé o acôrdo, não só quanto à apreciação do passado, mas também quanto à conveniência de uma transformação criadora. Do ponto de vista sociológico, esta mescla de atitudes só se pode desenvolver num clima mental favorável à reconciliação de idéias opostas, em inúmeras ocorrências da vida cotidiana. Isto é possível unicamente num processo social contínuo de mútua assimilação e adaptação, visando a elaborar uma política comum por meio da discussão, e que mantenha acima de tudo o amor à liberdade.

NOTAS

CAPÍTULO 4

A CLASSE DIRIGENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA E NA COMUNISTA

1. As seguintes obras são recomendáveis:

Abshagen, Karl Heinz, **King, Lords, and Gentlemen: Influence and Power of the English Upper Classes** (Londres, Toronto, 1939).

Almond, G. A., **Wealth and Politics in New York City**, MS. (Nova Iorque, 1944.)

Bauer, C., Strieder, J., e Corey, L., 'Fortunes, Private', **Encyc. Soc. Sciences**, vol. VI, pp. 389-99.

Beach, Moses Yale, 'The Wealth and Biography of the Wealthy Citizens of the City of New York' (Nova Iorque, 1855).

Beard, Miriam, **A History of the Business Man** (Nova Iorque, 1938).

Brady, R. A., **Business as a System of Power** (Nova Iorque, 1943).

Bienenfeld, F. R., **The Germans and the Jews** (Londres, 1939).

Bromfield, Louis, **Weal vs. Wealth** (Nova Iorque, 1946).

Buchanan, D. H., **The Development of Capitalist Enterprise in India** (Nova Iorque, 1934).

Corey, L., **The Decline of American Capitalism** (Nova Iorque, 1934).

Cox, O. C., 'Estates, Social Classes and Political Classes', **American Sociological Review** (agosto 1945), vol. X, pp. 464-9.

Idem, **Caste, Class and Race** (Nova Iorque, 1947), bibliografia, pp. 587-600.

Davenport, N. E. H., **Vested Interests or Common Pool**, (Londres, 1942).

Davis, Jerome, **Capitalism and Its Culture** (Nova Iorque, 1935).

Delaissi, F., 'Les Financiers et la démocratie', **Crapouillot**, (Paris, Novembro 1936).

Ehrenberg, Richard, **Grosse Vermoegen, ihre Entstehung und ihre Bedeutung** (3.^a ed., Iena, 1925), 2 vols.

Emden, Paul H., **Money Powers of Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries** (Nova Iorque, Londres, 1938), bibliografia, pp. 411-15.

Ferrat, André, **La République à refaire** (Paris, 1945).

Ferré, L., **Les Classes sociales dans la France contemporaine**, (Paris, 1936).

Greenslet, Ferris, **The Lowells and Their Seven Worlds** (Boston, 1947).

Haebich, Theodor, **Deutsche Latifundien, Ein Beitrag zur unserer Vorstellung von der bestehenden Verteilung des laendlichen Grundeigentums** (2.^a ed., Koenigsberg, 1930).

Hamon, A. F. A., e X. Y. Z., **Les Maîtres de la France**, (Paris, 1936).

Haxey, Simon, **England's Money Lords** (Nova Iorque, 1939).

Hiller, E. T., **Social Relations and Structures**, (Nova Iorque, 1947).

Hughes, E. C., **French Canada in Transition** (Londres, 1946).

- Jones A. W., *Life, Liberty and Property* (Nova Iorque, 1941), cap. VII.
- Kolabinska, M., *La Circulation des élites en France* (1912).
- Laski, H., 'Can Business Be Civilized?' *Harper's Magazine* (janeiro, 1930), vol. CLVIII, pp. 170-79.
- Lasswell, H. D. e Serene, R., 'The Changing Italian Elite' em seu trabalho *The Analysis of Political Behaviour* (Nova Iorque, 1948), pp. 158-72.
- Leopold, Lewis, *Prestige* (Londres, 1913).
- Lewinson, R. (Morus), *Das Geld in der Politik* (Berlim, 1930).
- Lundberg, Ferdinand, *Imperial Hearst: A Social Biography* (Nova Iorque, 1936).
- Idem, *America's Sixty Families* (Nova Iorque, 1937).
- Mannheim, Karl, *Man and Society in an Age of Reconstruction* (Nova Iorque, 1940), bibliografia, pp. 383-455.
- McConaugh, John, *Who Rules America?* (Nova Iorque, 1934).
- Michels, Robert, *Umschichtungen in den herrschenden Klassen nach dem Kriege* (Stuttgart, Berlim, 1934).
- Mosca, Gaetano, *The Ruling Class* (Nova Iorque, 1939). (Trad. de H. D. Kahn).
- Muehlen, Heinrich von zur, *Entstehung und Sippengefuege der britischen Oligarchie* (Essen, 1941).
- Muir, R., *How Britain is Governed* (Londres, 1933).
- Myers, Gustavus, *The Ending of Hereditary Wealth* (Nova Iorque, 1939).
- Idem, *History of the Great American Fortunes* (Chicago, 1907-9), 3 vols. (Modern Library, 1936).
- Neumann, Franz, *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism 1933-1944* (Nova Iorque, Londres, 1944).
- Nicolson, Harold, *The Meaning of Prestige* (Cambridge, 1937).
- North, C. C., *Social Differentiation* (Londres, 1926).
- Page, C. H., *Class and American Sociology* (Nova Iorque, 1940).
- Ponsonby, Arthur, *The Decline of Aristocracy* (Londres, 1912).
- Prokopowicz, S. N., *Russlands Volkswirtschaft unter den Sowjets* (Zurique, 1944).
- Rosten, Leo C., *Hollywood, the Movie Colony, the Movie Makers* (Nova Iorque, 1941).
- Sauermann, Heinz, *Die Gestalt des Unternehmers* (Berlim, 1937).
- Sombart, Werner, *Der moderne Kapitalismus* (Munique, Leipzig, 1916-27), vols. 1-3.
- Sorokin, P., 'American Millionaires and Multimillionaires', *Social Forces* (maio, 1925), vol. III, pp. 627-40.
- Idem, *Social Mobility* (Nova Iorque, 1927).
- Idem, 'War and Post War Changes in Social Stratification', *American Sociological Review* (abril, 1945), vol. X, pp. 294 e segs.
- Takizawa, M., *The Penetration of Money Economy in Japan* (Nova Iorque, 1927).
- Taussig, F. W., e Joslyn, C. S., *American Business Leaders* (Nova Iorque, 1932).
- Tawney, R. H., *The Acquisitive Society* (Nova Iorque, 1920).
- Thomme, J., *Les Problèmes des classes* (Paris, 1938).
- Veblen, Thorstein, *The Theory of the Leisure Class* (Londres, 1924).
- Idem, *The Vested Interests and the Common Man* (Londres, 1924).
- Wector, Dixon, *The Saga of American Society* (Nova Iorque, 1937).
- Wedgwood, Josiah, *The Economics of Inheritance* (Penguin, 1939).
2. Davis, C. K., 'Classless Society', *Spectator* (12 de setembro de 1944), 179-330.

3. Sobre a questão 'reforma ou revolução' ver as seguintes obras:
Anderson, H. C., Davidsen, P. E., **Ballots and the Democratic Class Struggle** (Stanford, 1943).
Bernstein, E., **Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie** (Stuttgart, 1899). (Trad. por E. C. Harvey como **Evolutionary Socialism**, Londres, 1909).
Davenport, N., 'Social Revolution: Conservative Style', **New Statesman and Nation** (outubro, 1942), vol. XXIV, 232-3.
Henderson, Kenneth T., 'Is Class War Still Necessary? An Australian View', **Quarterly Review** (julho, 1944).
Lenin, V. I., 'Marxism and Revisionism', **Karl Marx: Selected Works** (Nova Iorque), vol. I, pp. 60-69.
Luxemburg, Rosa, **Reform or Revolution**, trad. Integer (Nova Iorque).
Sorel G., **Reflections on Violence** (Londres, 1915), caps. I, II, III.
Wormuth, F. D., **Class Struggle** (Bloomington, Indiana, 1946).
4. Sobre teorias esquerdistas, ver:
Cannon, J. P., **History of American Trotskyism** (Nova Iorque, 1944).
Hilferding, R., 'State Capitalism or Totalitarian State Economy', **Modern Review** (junho, 1947).
Kautsky, K., **Terrorism and Communism**, trad. W. Kerridge, (Londres, 1920).
Lukacs, Georg, **Karl Marx und Friedrich Engels als Literaturhistoriker** (Berlim, 1948), pp. 231 e segs.
Schachtman, M., **The Struggle for the New Course** (Nova Iorque, 1933).
Souvarine, Boris, **Staline** (Paris, 1935).
Stalin, Josef e outros, **Socialism Victorious** (1935).
Trotsky, Leon, **The Revolution Betrayed. What Is the Soviet Union and Where Is It Going?** trad. Max Eastman (Nova Iorque, 1937).
5. Bingham, Alfred M., **Insurgent America: The Revolt of the Middle Classes** (Nova Iorque, 1935).
Brauer, T., 'Mittelstandspolitik', **Grundriss der Sozialökonomik**, Abt. IX, II, pp. 368-411.
Corbin, John, **The Return of the Middle Classes** (Nova Iorque, 1922).
Corey, Lewis, 'The Middle Class', **The Antioch Review** (Primavera, 1945), vol. V, n.º 1.
Idem, **The Crises of the Middle Classes** (Nova Iorque, 1935).
Duncan, Hugh D., **An Annotated Bibliography on the Sociology of Literature**, com um ensaio introdutório aos problemas metodológicos nesse campo (Hectograph, Universidade de Chicago, 1947).
Gretton, R. W., **The English Middle Class**, (Nova Iorque, 1933).
Karpovich, Michael, **Imperial Russia** (Nova Iorque, 1944).
Kecskemeti, P. e Leites, N., **Some Psychological Hypotheses on Nazi Germany** (julho, 1945), Biblioteca do Congresso norte-americano, documento n.º 60.
Kosok, Paul, **Modern Germany, A Study of Conflicting Loyalties**, (Chicago, 1933), pp. 31-40.
Lasswell, H. D., 'The Psychology of Hitlerism as a Response of the Lower Middle Classes to Continuing Insecurity', **The Analysis of Political Behaviour**, op. cit., cap. III.
Lederer, Emil e Marschak, J., 'Der neue Mittelstand', **Grundriss der Sozialökonomik**, Abt. IX, I, pp. 70-120.
Lynd, Robert S. e Helen M., **Middletown in Transition** (Nova Iorque, 1937).
Idem, **Middletown** (Nova Iorque, 1929).

- Marbach, Fritz, *Theorie des Mittelstandes* (Berna, 1942).
- Masaryk, Thomas G., *Zur russischen Geschichts- und Religionsphilosophie* (Iena, 1913). (Trad. sob o título *The Spirit of Russia*.)
- Mavor, James, *An Economic History of Russia* (Londres, 1925).
- Meusel, A., 'Middle Class', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. X, pp. 407-15.
- Mills, C. Wright, 'Small Business and Civic Welfare', *Report of Special Committee on Small Business* (Washington, D. C., 1946). Documento n.º 135 do Senado norte-americano.
- Idem, 'The Middle Classes in Middle Size Cities', *American Sociological Review* (outubro, 1946), vol. XI, pp. 520-29.
- Palm, Franklin Charles, *The Middle Classes Then and Now* (Nova Iorque, 1936).
- Pankratova, A. M., (organizadora), *Istoriya SSSR (History of USSR)*, (Moscou, 1946).
- Pares, Bernard, *A History of Russia* (Nova Iorque, 1947).
- Pesl, L. D., 'Mittelstandsfragen: Der gewerbliche und kaufmaennische Mittelstand' *Grundriss der Sozialökonomik*, Abt. IX, I, pp. 70-120.
- Speier, Hans, 'The Salaried Employee in Modern Society', *Social Research* (fevereiro, 1934), vol. I, pp. 111-33.
- Sumner, B. H., *A Short History of Russia* (Nova Iorque, 1943).
- Tugan-Baranowski, M., *Geschichte der Russischen Fabrik*, (Weimar, 1900).
- Wernicke, J., *Kapitalismus und Mittelstandspolitik* (2.ª ed. Iena, 1922).
6. Schuecking, L. L., *Die Familie im Puritanismus, Studien ueber Familie und Literatur in England im XVI, XVII und XVIII Jahrhundert* (Leipzig, 1929).
7. Carlton, F. T., 'Capitalism and Social Change', *Sociology and Social Research* (julho, 1944), vol. XXVIII, pp. 440-51.
8. Laidler, Harry W., *Social Economic Movements* (Nova Iorque, 1944).
- Gurvitch, Georges, *Sociology of Law* (Nova Iorque, 1942), p. 211; (Londres, 1947), pp. 166 e segs.
- Lasswell, H., 'On Social Balance and Public Opinion', em sua obra *Democracy through Public Opinion* (Nova Iorque, 1941), pp. 132 e segs.
9. Kulischer, Eugene M., 'Recent Migration in the Soviet Union', *American Sociological Review* (junho, 1944), vol. 9, n.º 3, pp. 223-8.
10. Griffith, E. S., *The Modern Government in Action* (Nova Iorque, 1942), pp. 22-3.
- Reimann, G., *The Myth of the Total State* (Nova Iorque, 1941).
11. Bergson, A., *The Structure of Soviet Wages: A Study in Socialist Economics* (Cambridge, Mass., 1944).
- Bienstock, G., Schwartz, S. M., e Yugow, A., *Management in Russian Industry and Agriculture* (Nova Iorque, 1944).
- Brutzkus, B., *Economic Planning in the Soviet Union* (Nova Iorque, 1946).
- Chapmay, S., 'Profit Motive and Economic Incentive', *Journal of Economics*, vol. LVI, pp. 51-6.
- Court, A. T., 'Wages and Economic Efficiency', *Academy of Political Science Proceedings*, vol. XXII, pp. 17-19.
- Craukshaw, E., 'Privilege in Russia', *New Statesman and Nation* (4 de maio de 1946), 31:315.
- Fairchild, M., 'Social-Economic Classes in Soviet Russia', *American Sociological Review*, vol. IX, pp. 236-41.

- Hubbard, L. E., *Soviet Labor and Industry* (Nova Iorque, 1942).
 Idem, *Soviet Trade and Distribution* (Nova Iorque, 1938).
 Hughes, F., 'Incentives and the Soviet Inventor', *Discovery*, (janeiro, 1947), 8:10-12.
 MacIntosh A., 'Differential Effect of the Status of the Competing Group upon the Level of Aspiration', *American Journal of Psychology*, vol. LV, pp. 546-54.
 Markus, B. L., 'The Stakhanow Movement and the Increased Productivity of Labour in the USSR', *International Labor Review* (Genebra, julho, 1936).
 Mather, W. G., 'Income and Social Participation', *American Sociological Review*, vol. VI, pp. 380-83.
 May, M. A., e Doob, L. W., 'Competition and Cooperation', *Social Science Research Council, Boletim 25* (Nova Iorque, 1937).
 Meyer, Peter, 'The Soviet Union: A New Class Society', *Politics* (março e abril, 1944), pp. 48 e segs., 81 e segs.
 Moore, W. E., *Industrial Relations and the Social Order* (Nova Iorque, 1946), cap. XVI, 'The Question of Motives'. (Extensa bibliografia).
 Pressey, S. L. e Hanna, D. C., 'Class as a Psycho-Sociological Unit', *Journal of Psychology*, vol. XVI, pp. 13-19.
 Tawney, R. H., *The Acquisitive Society* (Nova Iorque, 1920), cap. IX, 'The Condition of Efficiency'.
 12. Referências sobre os efeitos deprimentes e despersonalizadores da divisão do trabalho na moderna indústria mecânica:
 Engels, Friedrich, *The Condition of the Working Classes in England in 1849* (Londres, 1936), cap. V-X.
 Marx, Karl, *Capital*, vol. I, cap. XIV, partes 4, 5; cap. XV, partes 3, 4, 5, 8, 9 (Nova Iorque, The Modern Library).
 '... a degradação do trabalho é maior nas ocupações em que é menor a divisão do trabalho... a monotonia do sistema da máquina ajudou a tornar o trabalho mais móvel e ampliou-lhe os horizontes', Salz, Arthur, 'Specialization', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XIV, p. 284.
 Soule, George, 'Standardization', *ibid.*, pp. 319-22.
 Venable, V., *Human Nature: The Marxian View* (Nova Iorque, 1946), cap. IX.
 13. Outros tratamentos da conexão com o produto do trabalho e da formação da personalidade nas sociedades de 'tipo tradicional' oferecem grandes e variados contrastes com os pontos de vista de Mannheim. Para Marx, numa sociedade onde prevalece a divisão social do trabalho, o operário está 'idiotizado pela sua tarefa' (Marx, K., *The Poverty of Philosophy*, Marxist Library, vol. XXVI, p. 121); nas corporações '... o trabalhador e seus meios de produção permaneciam estreitamente ligados, como o caracol e sua concha...' (*Capital*, p. 394). Para Engels, o antigo agricultor-tecelão autônomo demonstrava um 'servilismo respeitável' para com o domínio patriarcal (*The Conditions of the Working Class in England*, pp. 2-3).
 W. E. Moore via o artesão das corporações de modo semelhante ao de Marx — ainda que não 'escravo da máquina', ele era, 'do ponto de vista moderno... um "escravo da tradição".' (*Industrial Relations and the Social Order*, Nova Iorque, 1946, p. 292). Ver também Erich Fromm, *Escape from Freedom* (Nova Iorque, 1941), cap. I, II, III.
 Simmel, Georg, *Philosophie des Geldes* (Munique, 1922).
 Weber, Max, *General Economic History* (Nova Iorque, s/d.), cap. IX, X, XI. Traduzido sob o título "História Geral da Economia", Ed. MESTRE JOU, 1969.
 14. Simmel, Georg, *Ueber soziale Differenzierung: soziale und psychologische Untersuchungen* (Leipzig, 1890).

15. Cattell, R. B., 'Cultural Functions of Stratification: regarding the Genetic Bases of Society; Individual and Group Dynamics', *Journal of Social Psychology*, vol. XXI, pp. 3-55.
'Distinction without Difference', *Saturday Review*, vol. CLVIII, pp. 264-5.
16. Galsworthy, John, *The Island Pharisees* (Nova Iorque, Londres, 1908).
Renier, Gostaaf Johannes, *The English: Are They Human?* (Nova Iorque, 1931).
Thackeray, William Makepeace, *Vanity Fair*.
17. Ortega y Gasset, J., *Revolt of the Masses* (Nova Iorque, 1932).
18. Weber, Max, 'Class, Status, Party', *Essays in Sociology*, op. cit., pp. 180-94.
Goldhamer, H., e Shils, E., 'Types of Power and Status', *American Journal of Sociology* (setembro, 1939), pp. 171-82.
19. Day, G. M., 'Folkways versus Stateways: with Special Reference to the Social Institutions of Family, School and Church in Soviet Russia', *Sociology and Social Research*, vol. XXIII, pp. 334-44.
Harmsworth, H. C., 'Pecuniary Group Relationships in Modern Society', *ibid*, vol. XXXI, pp. 291-6.
20. Elliot, W. Y., *The Pragmatic Revolt in Politics, Syndicalism, Fascism, and the Constitutional State* (Nova Iorque, 1928).
Freund, Michael, Georges Sorel, *Der Revolutionäre Konservativismus* (Frankfurt, 1932).
Herbert, S., e Rees, J. M., 'Syndicalism', *Encyclopaedia Britannica* (Chicago, 1947).
Lorwin, L. L., 'Syndicalism', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XIV.
Perdrieux, N. P., 'Notes sur le corporatisme', *Revue des Sciences Politiques*, vol. LI, pp. 606-28.
Sorel, Georges, *Reflections on Violence* (Londres, 1915).
21. Weber, Max, 'The Meaning of Discipline', *Essays in Sociology*, pp. 253-64.
22. Conceito de Lenin a respeito de um partido de revolucionários profissionais: 'What Is To Be Done? Burning Questions of Our Movement', *Collected Works* (Nova Iorque, 1929). Vol. IV, Livro II, pp. 89-258.
23. Gothein, Eberhard, *Ignatius Loyola und die Gegenreformation*, (Halle, 1895).
24. Os bons observadores da transformação da Alemanha Republicana reconheceram que o desenvolvimento das organizações regionais de massas constituía o principal problema da democracia germânica. O próprio Parlamento alemão era composto de rígidos partidos de massas, representando interesses ou credos isolados. Faltava-lhes, portanto, a flexibilidade característica da democracia em seu estágio oligárquico, em que os partidos se apóiam predominantemente nos interesses locais, nas relações pessoais etc. Veja-se R. Schlesinger, *Federalism in Central and Eastern Europe* (Londres, Nova Iorque, 1945), pp. 122 e segs.
Bergstraesser, L., *Geschichte der politischen Parteien in Deutschland* (Berlim, 1932).
25. A fim de reduzir a preponderância dos 'altos dirigentes' no partido, grande número de novos membros foi admitido após 1938. O número

de membros do partido cresceu de 2.477.666 (incluindo os candidatos) em 1939, para 3.876.885 (também incluindo os candidatos) em 1941. Os novos membros foram admitidos mediante recrutamento em massa no Exército Vermelho, o que significava, ao mesmo tempo, maior controle sobre este último. (Ver o artigo de B. Moore Jr., 'The Communist Party of the Soviet Union 1928-1944. A Study in Elite Formation'. *American Sociological Review* (junho, 1944), vol. 9, n.º 3, p. 269.

Williams, A. Rhys, *The Russians* (Londres, 1943), pp. 88 e seg.

Laidler, H., *op. cit.*, pp. 429 e seg.

Outras obras sobre o mesmo assunto:

Baykov, A., *The Development of the Soviet Economic System* (Cambridge, 1936).

Bienstock, G., Schwarz, A. M., e Yugow, A., *op. cit.*

Dobb, M. H., *Soviet Economy and the War* (Londres, Nova Iorque, 1941).

Idem, *Soviet Development since 1917* (Londres, Nova Iorque, 1948).

Prokopowicz, S. N., *op. cit.*

Schlesinger, R., *Soviet Legal Theory* (Londres, 1946).

Soltykoff, A., 'Le Parti communiste et l'économie soviétique', *Revue Politique et Littéraire*, vol. LXXV, pp. 444-7.

26. Cf. Moore, B., *op. cit.*, pp. 267-78.

27. Weber, Max, *The Theory of Social and Economic Organization*, trad. de A. M. Henderson e Talcott Parsons (Nova Iorque, 1947), pp. 139-43, 245-50.

28. Pear, T. H. 'Psychological Aspects of English Social Stratification', *John Rylands Library Bulletin*, vol. XXVI, pp. 342-68.

Idem, 'Social Stratification in British Society; Abstracts of Papers Read at the General Meeting of the British Psychological Society, Section of Social Psychology', *Nature*, vol. CXLIX, pp. 487-9.

Sorokin, P., 'War and Postwar Changes in Social Stratification of the Euro-American Population', *American Sociological Review*, vol. X, pp. 294-303.

29. Mannheim, Karl, *Ideology and Utopia* (Nova Iorque, Londres, 1936), pp. 215 e segs.

'A condição para a emancipação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, da mesma forma que a condição para a libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens.

'A classe operária, no curso do seu desenvolvimento, substituirá a velha sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e os seus antagonismos, e não existirá mais o poder político propriamente dito, uma vez que o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil'. Karl Marx, *The Poverty of Philosophy*, *op. cit.*, vol. XXVI, pp. 146 e seg.

'A primeira ação tomada pelo Estado como genuíno representante da sociedade em geral, a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade em geral, é simultaneamente sua última ação independente como Estado. Num domínio após outro, a intervenção da autoridade estatal nas relações sociais vai-se tornando supérflua e, portanto, deixa espontaneamente de ocorrer. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não é "abolido", ele se apaga'. Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, p. 102.

'Quando, no decurso da evolução social, as distinções de classe houverem desaparecido e quando todo o trabalho da produção houver sido con-

centrado nas mãos dos produtores associados, a autoridade pública perderá o seu caráter político. A rigor, o poder político é o uso organizado da força por uma classe, a fim de manter outra classe em sujeição... A velha sociedade burguesa, com suas classes e conflitos de classes, dará lugar a uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um levará ao livre desenvolvimento de todos'. Karl Marx e Friedrich Engels, *The Communist Manifesto*, org. por D. Ryazanoff (Londres, 1930), pp. 53-4.

30. Branch, E. Douglas, *The Hunting of the Buffalo* (Nova Iorque, 1929).

Thurnwald, Richard, *Die menschliche Gesellschaft in ihren ethno-soziologischen Grundlagen* (Berlim, 1931-5).

31. Schlesinger, R., *Federalism in Central and Eastern Europe*, op. cit., pp. 122 e segs.

Sobre os conceitos dos grupos organizados dominantes e dos grupos históricos dominantes, ver Mosca, *The Ruling Class*, cap. II, partes 2-5, e cap. XII.

32. Somerville, John, *Soviet Philosophy, A Study of Theory and Practice* (Nova Iorque, 1946).

33. Moore, B., 'The Communist Party of the Soviet Union', loc. cit., cf. Hook, Sidney, 'Liberalism and the Case of Leon Trotzky', *Southern Review* (outono, 1937), pp. 267-82.

Mosely, Philip E., 'Freedom of Artistic Expression and Scientific Inquiry in Russia', *The Annals* (Amer. Acad. Pol. Soc. Science) (novembro, 1938), pp. 254-74.

Scheffer, Paul, 'From Lenin to Stalin', *Foreign Affairs* (abril, 1938), vol. 16, n.º 3, pp. 445-53.

34. Ver nota 7, cap. 1.

35. Para estudo detalhado do assunto, ver cap. 6, 'Contrôle Democrático do Governo numa Sociedade Planejada'.

36. Desde a época dos *muckrakers* (N. do trad.: Jornalistas que denunciavam as corrupções, administrativas e outras, no início do século), os protestos literários têm sido característicos na vida norte-americana. Na década de 1920, salientaram-se os nomes de Dreiser, Sinclair Lewis, Mencken e outros. Para uma crítica profunda da cultura propagandística, ver Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, *Philosophische Fragmente* (Nova Iorque, 1944).

37. Cf. Friedmann, Georges, 'Revolt against Formalism in the Soviet Union', *Science and Society* (verão, 1938), vol. II, n.º 3, pp. 300-321.

Lukacs, Georg, *Fortschritt und Reaktion in der deutschen Literatur* (Berlim, 1947).

38. A respeito da escala de ascensão social, ver Max Weber, 'The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism', *Essays in Sociology*, pp. 308 e segs.

Ferguson, Charles Wright, *Fifty Million Brothers, A Panorama of American Lodges and Clubs* (Nova Iorque, 1937).

39. Bavelas, A., e Lewin, K., 'Training in Democratic Leadership', *Journal of Abnormal Psychology*, vol. XXXII, pp. 115-19.

Bell, D., 'Selection of Leaders in a Democracy', *Commentary*, (abril, 1948).

- Duprat, Gil, 'Les Elites et le prestige, formes élémentaires de la vie sociale', *Revue Internationale de Sociologie* (janeiro-fevereiro, 1935), pp. 1-52.
- Eaton, J. A., 'Experiments in Testing for Leadership', *American Journal of Sociology*, vol. LII, pp. 523-35.
- Mills, C. Wright, 'American Business Elite: A Collective Portrait Based on the Dictionary of American Biography', *Journal of Economic History*, vol. V, suplemento, pp. 20-44.
- Mosca, G., *The Ruling Class*, op. cit., cap. XV, especialmente partes 4 e 5.
- Murphy, A. J., 'A Study of the Leadership Process', *American Sociological Review*, vol. VI, pp. 675-87.
- Murray, H. A., *The Assessment of Men* (Nova Iorque, 1947).
- Neumann, S., 'Leadership: Institutional and Personal', *Journal of Politics*, vol. III, pp. 33-53.
- Riemer, S., 'Upward Mobility and Social Stratification' (Sozialer Aufstieg und Klassenschichtung), em *Archiv fuer Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (1932), vol. LXVII, pp. 531-60. (Trad. A. Lissance, publicada pelo Departamento de Bem-Estar Social do Estado de Nova Iorque e pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Colúmbia, Nova Iorque).
- Ward, N., 'Problem of Leadership', *Sociology and Social Research*, vol. XXX, pp. 275-81.
- Zeleny, L. D., 'Objective Selection of Group Leaders', *Sociology and Social Research*, vol. XXIV, pp. 326-36.
40. Ichheiser, Gustav, *Kritik des Erfolges* (Leipzig, 1930).
41. Farago, L., (organizador), *German Psychological Warfare* (Nova Iorque, 1941-2).
42. Para referência sobre personalidade, ver Murray, H. A. e outros, *Explorations in Personality* (Nova Iorque, 1938, 1947).
- Spearman, C. E., *The Abilities of Man; Their Nature and Measurement* (Londres, 1927).
- Ver, também: 'Scientific Recruitment, Modern Methods of Selecting Army Officers. Application in Civil Life', *The Times* (Londres, 25 de fevereiro de 1945).
- Recruitment to Established Posts in the Civil Service during the Reconstruction Period*, Livro Branco do Governo Britânico (Cmd 6567).
- 'Personnel Selection in the Army', P. E. P. (junho, 1943), n.º 207.
43. Fleming C. H., 'Cumulative Records, Notes on Their Content and Use', *Educational Research Pamphlets I* (Londres, 1945).
44. Munroe, Ruth L., *Teaching the Individual* (Nova Iorque, 1942). Sarah Lawrence College publications, n.º 3, p. 42.
45. Martindale, Don., *Morale of the Civilian Soldier*, doctoral thesis (Universidade de Wisconsin, 1948).
46. Greaves, H. R. G., *Civil Service in the Changing State* (Londres, 1947), pp. 218 e segs. Sobre o 'Serviço Civil', ver o cap. V.
47. Laski, H. J., 'The British Cabinet, a Study of Its Personnel', *Fabian Tract* n.º 223 (Londres, 1928).
48. Nightingale, R. T., 'The Personnel of the British Foreign Office and Diplomatic Service 1851-1929', *Fabian Tract* n.º 232 (Londres, 1930).

49. Todas as citações foram extraídas de Jones A. J., *The Education of Youth for Leadership* (Nova Iorque, Londres, 1938) pp. 74, 77, 79.

50. Collingwood, Robin George, *The New Leviathan* (Oxford, 1942), p. 226.

51. Lindsay, A. D., *The Modern Democratic State* (Londres, Nova Iorque, 1943).

52. Podemos lembrar a declaração do conde Baldwin, frequentemente citada: 'Quando fui chamado a formar o Governo, um dos meus primeiros pensamentos foi de que deveria ser um Governo do qual (a Universidade de) Harrow não se envergonharia. Lembrei-me de que nos Governos precedentes houvera quatro, ou talvez cinco antigos estudantes de Harrow, e resolvi que desta vez haveria seis'. Stanley Baldwin, *On England* (1926, Penguin), pp. 237-8.

53. Este processo de expansão das fidelidades do indivíduo pode ser comparado com a formulação de G. H. Mead a respeito de 'expandir o outro generalizado'. Ver G. H. Mead, *Mind, Self and Society*, org. por C. W. Morris (6.ª ed., Chicago, 1947), pp. 90, 154-5, 161. Também, do mesmo autor, 'The Psychological Bases of Internationalism', *Survey*, vol. XXXIII, pp. 604-7.

54. Lindsay, A. D., *op. cit.*

55. A este respeito, a posição avançada dos Estados Unidos tem sido reconhecida por um dos principais líderes da educação na Inglaterra. Sir Ernest (agora Lord) Simon, que visitou novamente numerosas grandes universidades norte-americanas 'ficou profundamente impressionado pela amplitude da vida universitária, pela magnitude dos seus edifícios, pelo número de vivos debates sobre toda sorte de problemas universitários'. Insistiu, com bastante sucesso, pelo aumento das subvenções e bolsas de estudo na Inglaterra. Para este fim, publicou a seguinte tabela que mostra, em milhões de libras esterlinas, a receita total universitária na Inglaterra e nos Estados Unidos para o ano escolar de 1937/8:

	E.U.A.	Inglaterra
Taxas de matrícula, anuidades escolares etc.	34	2
Subvenções das diversas autoridades governamentais	32	3
Dotações, rendimentos, donativos e diversos	31	1,5
	<u>97</u>	<u>6,5</u>

Sir Ernest Simon acrescenta: 'A despesa total com as universidades norte-americanas foi quinze vezes maior que a nossa. Considerando que a população desse país é três vezes maior que a nossa, a porcentagem de despesa foi de cinco a um'. Sir Ernest Simon, *The Development of British Universities* (Londres, 1941), p. 4.

Dados sobre matrículas nas escolas secundárias (High Schools) nos Estados Unidos.

1934	5.669.156
1936	5.974.537
1938	6.226.934
1940	6.601.444
1942	6.387.805
1944	5.553.520

Dados extraídos da 'Table 152, High School Enrollment 1934/1944', **Statistical Abstract of the U. S.** (Washington, D. C., 1947) (Organizado pelo Departamento norte-americano do Comércio, Escritório do Censo).

Diplomados pelas escolas secundárias (**High Schools**) 1870-1944.

1870	16.000
1880	23.634
1890	43.731
1900	94.883
1910	156.429
1920	311.266
1930	666.904
1940	1.221.475
1942	1.242.375
1944	1.019.233

Ibid., Table 154.

56. Sobre 'Sociedades Secretas' ver Simmel, Georg, **Soziologie** (3.^a ed., Munique, Leipzig, 1923), cap. V, pp. 257-304.

57. Veblen, Thorstein, **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions** (Nova Iorque, 1935).

58. Robinson, J. H., **The Mind in the Making** (Nova Iorque, 1930).

A REFORMA DA POLÍTICA

I. A POLÍTICA E OS CONTROLES INSTITUCIONAIS

PLANOS políticos coerentes, especialmente os econômicos, não podem ser levados a efeito sem afetar a organização política. A necessidade de ajustar a organização política às mudanças sociais não implica que as instituições políticas atuais dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha tenham que desaparecer e serem substituídas por instituições diferentes. Ao contrário, o que se deve fazer é modificar as instituições políticas existentes, para que se transformem em instrumentos mais eficazes, sem pôr em perigo suas funções originais de integração da vida da nação.

Com frequência parece que os dois objetivos não coincidem, pois a administração de uma sociedade mutante requer um reajustamento contínuo das suas instituições, enquanto a integração nacional exige estabilidade nas instituições políticas. Em geral, resolve-se o dilema deixando-se intatas as estruturas tradicionais, ao mesmo tempo que se permite a experimentação nos processos, o que se dá, por exemplo, com as instituições parlamentares britânicas e 'agências de ação' governamentais nos Estados Unidos. A força do sentimento constitucional nos Estados Unidos nunca permitiu que os membros nazistas do *Bund* ou os comunistas manifestassem publicamente uma 'profissão de fé', como o fizera Karl Marx no *Manifesto Comunista*. Tanto os primeiros quanto os segundos afirmaram abertamente sua fidelidade à Constituição federal na década de 1930, mesmo quando utilizavam meios espúrios para atingirem seus objetivos. Por outro lado, a grande evolução social da sociedade norte-americana, que de uma democracia colonial de cinco milhões de pioneiros, passara a ser uma potência imperialista mundial de 150 milhões de habitantes, não significou nenhuma ruptura da Constituição dos *Founding Fathers* (os 'Pais Fundadores'), mas antes uma contínua e 'frutuosa interpretação errônea' dos precedentes, em face das novas situações de crise.

Sem nos abalancharmos a formular propostas detalhadas, gostaríamos de propor alguns princípios básicos, suscetíveis de modificar a organização política, desde que o planejamento — especialmente o planejamento em favor da liberdade — chegue a ser a finalidade aceita dos governos.

A fim de compreender os acontecimentos da política contemporânea, o sociólogo político investiga para saber qual é o significado do governo, procurando conhecer o papel dêste segundo numa perspectiva histórica.

A organização tribal é simples: repousa essencialmente em relações de família. A fusão de várias famílias e clãs forma unidades mais complexas: as pequenas subunidades se mantêm unidas num quadro mais vasto, que regula suas relações mútuas. A palavra *politikos* significava originalmente 'público', em contraste com as associações de família, de parentes ou de ocupações. A vida 'pública' existia entre as subunidades autônomas e isoladas e preenchia os interstícios entre as mesmas. A 'política' e a vida 'pública', por conseguinte, referem-se primordialmente às relações entre grupos que, a fim de cooperar, precisam superar seu isolamento e autosuficiência. Esta rede de relações entre os grupos constitui o 'corpo político'. O caráter dessas relações entre os grupos determina, de diversas maneiras, o caráter da comunidade em seu conjunto. Se as subunidades estiverem hierarquicamente organizadas, a comunidade, por sua vez, tenderá a elaborar regulamentos baseados nas graduações. Se as subunidades estiverem coordenadas num plano de igualdade, haverá de surgir algum tipo de organização federativa ou democrática. A principal função do governo, seja qual for a sua forma, consiste em integrar os pequenos grupos num sistema de funções especiais, mais amplo que o das unidades isoladas.

Tudo isso para esclarecer, preliminarmente, os termos 'Estado', 'Governo', ou o termo mais geral introduzido por Franz Oppenheimer, 'grupo estrutural',¹ e sua relação com os subgrupos que se podem considerar como constitutivos da 'sociedade'.

Existem inúmeras maneiras de regular as relações intergrupais dentro de um grupo estrutural. No mundo ocidental, podemos distinguir proveitosamente quatro etapas de desenvolvimento:

1. O absolutismo² estabeleceu o primeiro grupo estrutural na história moderna, após o colapso do sistema medieval. Procurou integrar muitas unidades locais num só território jurisdicional, superpondo-se, para êsse fim, aos poderes limitados dos senhores feudais e dos organismos corporativos independentes, tais como os magistrados das cidades e as hierarquias eclesiásticas. Geralmente, um dos príncipes ou senhores feudais chegava a ser tão poderoso que podia subjugar os outros. Desta maneira, não só criava um território unificado, um mercado, um exército

e uma burocracia, como também atribuía nova especialização de funções às unidades isoladas. As subunidades eram combinadas para formar nôvo e maior organismo. O Estado absolutista, naquela etapa, estava muito próximo do sistema totalitário de hoje; procurava regulamentar tudo, de forma tirânica ou paternalística, esclarecida ou não. O malôgro do absolutismo não pode ser atribuído essencialmente à falta de visão dos dirigentes, ao se negarem a conceder liberdade e espontaneidade às subunidades sociais; deve-se considerar que o estado primitivo da tecnologia restringia seus escopos e esforços para governar. Eram desconhecidos os meios modernos de transporte e de comunicação; a ausência de uma indústria moderna e especialmente de uma burocracia industrial, impediu que os autocratas do passado chegassem a ser os únicos donos do poder em todo o sistema. O príncipe dedicava-se à produção por sua própria conta e a seu próprio risco, quando estabelecia manufaturas do Estado. Finalmente, falhou nessas tentativas e teve que permitir que a burguesia em ascensão levasse a cabo a revolução industrial. Com exceção de umas poucas oficinas de armas e manufaturas de artigos de luxo, as fábricas da época mercantilista que recebiam subsídios do Estado e privilégios do príncipe, resultaram em canais abortivos de investimentos e sangria de fundos que poderiam, sob outras formas, haver contribuído para o desenvolvimento das emprêsas capitalistas que produzissem, não artigos de luxo para a côrte, mas mercadorias para o consumo das massas.³

2. O crescimento em número e fôrça da burguesia transformou o Estado absolutista em Estado liberal. No Estado liberal, há duas classes políticas que determinam essencialmente a estrutura social: a burguesia e a burocracia estatal. A tensão entre as duas originou o tipo de filosofia política, que sobrevive ainda hoje em muitas teorias tidas por modernas.⁴

O Estado liberal surgiu com a aparição da indústria e da livre emprêsa, proclamando a liberdade do mercado e o direito do indivíduo de encontrar o próprio lugar na economia do país, como princípio básico da organização social. Os liberais acreditavam na coordenação voluntária das atividades individuais e das relações entre os grupos. O Estado não devia intervir, mas tão-só proporcionar a estrutura legal para o bom funcionamento dos inúmeros processos de associação voluntária e de livre emprêsa.

A teoria da livre emprêsa, contudo, é adequada unicamente quando as unidades sociais que contratam e competem são pequenas e podem ajustar-se rapidamente às circunstâncias cambiantes sem superprodução, sem situações e problemas insolúveis e impedimentos que exijam a intervenção de organismos governamentais a fim de resolver os problemas.

3. Chega-se, assim, a uma terceira etapa, com o crescimento das unidades comunitárias e sua rígida auto-regulamentação. É cada vez mais difícil encontrar um campo de ação para as empresas individuais, e aumenta a intervenção governamental para impedir as consequências catastróficas da falta de coordenação nas empresas mercantis e industriais. O governo tem que intervir, não apenas para impor a lei, como também para impedir a ruína dos pequenos negociantes.⁵ Quando o comércio solicita subsídios, quando se multiplicam as falências, em suma, quando o Estado tem que intervir para remediar os sintomas de um organismo desajustado, então chega ao fim o 'Estado liberal'.⁶ Nesta etapa, porém, os sintomas ainda não são reconhecidos como 'síndrome', como série concorrente de desajustamentos inter-relacionados; nem se pensa ainda em medidas preventivas ou de previsão por parte do governo.

4. Quando o Estado e o governo têm que intervir para impedir a intensificação dos desajustamentos em vez de se limitarem a aliviar os sintomas, chegamos à quarta etapa. Apresentam-se duas soluções alternativas: o caminho do velho Estado absolutista, que conduz em linha reta ao totalitarismo, ou o rumo da planificação em favor da liberdade. Sob o totalitarismo, o Estado procura impedir que surjam os sintomas, organizando com a maior eficiência toda a atividade vital, utilizando todas as técnicas sociais e materiais, que estavam fora do alcance dos autocratas do passado. A solução totalitária segue o ponto de vista absolutista, ao desenvolver uma atitude paternalista idêntica à dos 'tiranos esclarecidos', que pretendiam conhecer o que era mais conveniente para seus súditos.

É uma solução intolerável numa democracia, pois a arregimentação e o paternalismo impedem que o cidadão tenha oportunidade de tomar decisões importantes. Se quisermos evitar os perigos do paternalismo, deveremos experimentar a outra solução: teremos que inventar métodos adequados para impedir o desajustamento, estabelecendo limites precisos à área da intervenção estatal.

O Estado moderno é aquele que proporciona serviços. Não só organiza os serviços de saúde pública para combater as enfermidades existentes, mas ainda procura impedir as epidemias, mediante numerosos expedientes administrativos e jurídicos. O Estado trata dos velhos, dos menores, dos desempregados. As autoridades podem organizar e dirigir os 'serviços públicos' como o gás, a eletricidade e os transportes. A maioria dos Estados europeus possui e administra a rede de radiodifusoras [e de televisão] como serviço público. A educação é um dos instrumentos para conseguir que as gerações jovens ou velhas compreendam as necessidades de uma sociedade em evolução. Em poucas palavras: o Esta-

do democrático, como Estado de serviço público, atua em tôdas as esferas da vida social.⁷ Mas, se o Estado está presente em toda parte, como se diferencia em suas atividades do Estado totalitário? Como podemos falar de planejameno democrático e de planejameto para a liberdade, se o Estado tudo abrange? Apesar das semelhanças entre o Estado totalitário e a democracia que desempenha serviços públicos e sociais, podemos assinalar as diferenças. Nos axiomas seguintes, procuraremos definir o grau em que nossa organização governamental tradicional será afetada pelo tipo de planejameto que chamamos de 'preventivo'.

II. AXIOMAS SOBRE A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO PREVENTIVO

1. *Sòmente um govêrno forte e centralizado pode levar a efeito o planejameto.* O planejameto, quer seja totalitário ou preventivo, não pode chegar a ser instrumento eficiente nas mãos de uma autoridade central fraca. O exemplo da Inglaterra demonstra que a democracia e a liberdade não são incompatíveis com uma forte centralização; na realidade, tem-se afirmado corretamente que o poder na Inglaterra se tornou responsável perante o povo graças à centralização. Tôdas as vèzes que o presidente dos Estados Unidos assume o papel de 'tribuno do povo', dispõe de autoridade ainda maior que a do primeiro-ministro inglês, que depende da 'confiança' da Câmara dos Comuns. Na Grã-Bretanha, nem a supremacia do Parlamento, nem a responsabilidade do Gabinete devem diminuir, pois o planejameto exige a concentração da autoridade. A liberdade deve ser garantida por um contrôlê democrático, mediante as normas parlamentares estabelecidas e, para êsse fim, deverão ser organizados métodos supletivos. Sublinhamos êste ponto porque muitos pensam que a melhor maneira de impedir o totalitarismo é negar autoridade ao govêrno central. A ameaça à liberdade não procede de um govêrno que é 'nosso', que foi eleito por nós e que podemos derrubar, mas das oligarquias sem responsabilidade pública. A responsabilidade pública da administração e a rotação nos cargos são dispositivos fundamentais do govêrno democrático que devem ser zelosamente preservados.

2. *A centralização é necessária, porque a coordenação das diversas medidas é essencial para o planejameto.* É indispensável que haja acôrdo sôbre certos objetivos básicos do planejameto a longo prazo. A natureza e os méritos dêsses pontos básicos poderão diferir dos seus aspectos ordinários e jurídicos. Da mesma forma que os artigos da Constituição só podem ser modificados pela expressão de uma maioria absoluta, as leis básicas de planejameto devem ser apoiadas pela maioria. A coordenação das políticas fundamentais deverá ficar na dependência de certas nor-

mas, a serem fixadas pelos especialistas. Da mesma forma que a Corte Suprema dos Estados Unidos controla a conformidade da legislação estadual com a federal, também deverá ser criado um tribunal para julgar a consistência intrínseca dos princípios fundamentais e a conformidade dos regulamentos e disposições administrativas conseqüentes. É claro que deverão surgir certas dificuldades; os peritos podem estar em desacôrdo; podem pertencer a diferentes escolas de pensamento ou sofrerem pressão, consciente ou inconscientemente, por interesses de grupos. Neste caso, terão de explicar os princípios que os guiam a uns leigos bastante cultos, que sirvam de juizes e catalizadores. Mesmo assim, a política poderá ficar eventualmente influenciada por idéias errôneas, como já aconteceu no passado, possivelmente em escala maior. Os peritos estavam, antigamente, menos expostos à crítica da opinião pública, uma vez que as suas teorias serviam, não oficialmente, de inspiração aos grandes líderes políticos. Nenhuma idéia de planejamento esteve presente nos planos tão complexos como a Política de Reparações de Versalhes,⁸ que contribuiu para a subversão econômica entre as duas Grandes Guerras. A política deflacionária do governo de Brüning na Alemanha Republicana também não fazia parte de uma consistente política de planejamento. Contudo, a política de Brüning muito contribuiu para o desemprego catastrófico que foi um dos principais fatores da ascensão do nazismo.⁹

A existência de um organismo coordenador do planejamento, no qual possam ser expostos os argumentos favoráveis ou contrários dos peritos, não eliminará a natureza experimental das ações humanas, mas poderá proporcionar valiosos contrôles. O raciocínio unilateral de um perito poderá ser denunciado por outras pessoas capacitadas para perceber os preconceitos e os motivos ocultos. Além disso, o constante confronto entre as previsões e os acontecimentos e sua análise cuidadosa, pode proporcionar um método que nos permita tirar proveito das experiências do passado.

Até agora, o homem tem adquirido a capacidade de aprender graças às experiências do passado, unicamente dentro do contexto limitado de sua vida pessoal. Mas chegou o momento em que os grupos também devem tirar proveito das lições do passado. No âmbito do planejamento, uma mudança de política não será simplesmente o reflexo de uma mudança de atitude, pois será controlada pelo processo de aprendizagem social.

O *New Deal* constituiu interessante exemplo. Nêle se fundiram, de modo estranho, os velhos e os novos pontos de vista. De um lado, certas medidas de planificação do *New Deal* contribuíram, sem dúvida alguma, para deter a marcha da depressão e para elevar a economia norte-americana a um nível moderado de prosperidade. Por outro, o *New Deal* nos ensinou que a ausência de um

verdadeiro plano coordenador impede o sucesso completo das medidas bem concebidas, especialmente quando se quer, ao mesmo tempo, apaziguar os interesses dos grupos de pressão rivais.¹⁰ Os políticos hão de representar, ou serão influenciados pelos grupos de pressão; a sensibilidade às correntes da opinião pública, espontâneas ou canalizadas, faz parte do processo democrático. Mas a democracia precisa dispor de algum mecanismo que lhe permita separar as idéias adequadas das que não o são, clarificar e definir os objetivos verdadeiramente coletivos, reconhecer quando os defensores de certos interesses estão advogando uma causa meramente partidária, e eliminar os preconceitos. Esta autoridade suprema de estruturação política deverá visar a dar consistência às propostas, mais do que a apaziguar os grupos de pressão, e deverá ter poderes para revisar a política que a experiência demonstre estar baseada em premissas ou previsões falsas. A este respeito, muito temos que aprender dos estadistas russos, que tiveram a coragem de reevocar políticas errôneas, e que acostumaram o público a apreciar a admissão franca dos erros passados e a necessidade de reiniciar.

A educação pública terá de sublinhar o caráter experimental de todo tipo de vida. Deverão ser criadas técnicas que permitam interpretar os problemas fundamentais e explicá-los em diversos níveis de inteligência e de preparo cultural. A este respeito, a experiência do Vale do Tennessee constituiu importante contribuição, pois combinou o planejamento econômico com uma campanha educativa.¹¹

3. *A centralização numa sociedade planificada é essencial apenas em certos assuntos de importância política básica.* Da mesma forma como o organismo coordenador da política deverá insistir na centralização quando esta fôr justificada, também deverá opor-se firmemente à tendência inerente a tôdas as instituições centralizadas, tendentes a usurpar tôdas as funções. A diferença entre devolução do poder e governo próprio deverá ser claramente entendida. As autoridades superiores praticam a devolução do poder quando delegam funções às autoridades inferiores, sem abrir mão da responsabilidade final. A extensão da autonomia local¹² significa que maior responsabilidade ou maior número de decisões políticas ficarão confiados às autoridades locais. A escolha dos métodos oportunos para cada caso dependerá do caráter da função. A democracia, porém, procurará fomentar a independência e a iniciativa popular, sempre que forem compatíveis com a planificação. Isto não só ajudará a estimular o interesse cívico nos negócios públicos e nos problemas da comunidade, como também incentivará a identificação do cidadão com o governo e os respectivos planos. Além disso, o público sentir-se-á encorajado por essa identificação e exporá à atenção das autoridades centrais

seus problemas cotidianos, relacionados com o funcionamento do plano, obtendo assim resultados benéficos.

4. *Numa sociedade planificada, o governo e a comunidade já não são entidades separáveis.* Dando por assentada a onipresença do governo, não se contribui para a causa da liberdade quando se procura limitar as legítimas funções governamentais. É preferível demarcar claramente a finalidade, o alcance e a organização do controle governamental, em termos do cerceamento da liberdade individual. Uma análise das funções do governo pode demonstrar que certos controles, que favorecem o planejamento, *servem* à causa da liberdade. O verdadeiro sentido do controle social consiste em refrear as tendências naturais do desenvolvimento, tendências que, se fossem deixadas às soltas, poderiam gerar a opressão ou o caos, transtornar o equilíbrio das forças ou prejudicar os interesses públicos. Daremos uma prova lamentável de que não entendemos o planejamento, se interpretarmos os controles *per se* como ameaças à liberdade. Numa comunidade democrática, o policial é um agente da liberdade cívica e não da opressão, pois a observância da lei permite suprimir o crime e evitar o desenvolvimento das tendências destruidoras.

5. *A interferência legítima do Estado na vida econômica, mediante sua organização e seu poder regulador, deve servir para manter uma produção máxima e controlar os monopólios arbitrários.*

A liberdade de empresa é compatível com o controle da indústria, que garanta a utilização plena dos recursos disponíveis, em benefício da comunidade. Estudaremos adiante, mais detalhadamente, as ameaças contra a estabilidade econômica e a produção máxima, originadas pela organização atual da indústria, bem como as medidas apropriadas ao exercício de um controle democrático. Neste capítulo nos limitaremos a fazer algumas observações genéricas.

Organizações variadas de negócios e certos blocos comerciais, característicos da última fase do capitalismo, adotam com frequência medidas arbitrárias de restrição da produção, de investimento de capitais, controle de patentes,¹³ recursos e mercados. Essas concentrações de poder carecem de responsabilidade pública e deveriam ser controladas por meios adequados, conforme a natureza das suas técnicas de organização e de direção.¹⁴

As autoridades centrais deveriam definir o alcance e a finalidade da democracia industrial, isto é, determinar a parte que os operários deveriam ter na direção da indústria. A democracia industrial constitui o antídoto mais poderoso contra a superconcentração numa sociedade industrial. A instauração desse sistema é, sob vários pontos de vista, mais vital para a comunidade que o estabelecimento de um governo local (sem diminuir a im-

portância dêste último), da mesma forma que os interesses cotidianos de um indivíduo na sociedade industrial estão mais intimamente relacionados e dependem mais do seu emprêgo do que do lugar em que vive.¹⁵

Deverá ser definida, mediante decretos claramente redigidos, a forma que permita o contróle da indústria. As quatro formas possíveis de contróle são: a legislação, a administração, a representação¹⁶ e a participação.¹⁷ Ao aplicar o contróle, a autoridade que intervém deve ater-se a um conceito de 'interesse público'. O sentido exato dêste termo deverá ser claramente definido, para evitar que seja usado arbitrariamente. Não há dúvida que a expressão 'interesse público' presta-se a grande número de interpretações, conforme as diversas filosofias sociais. Apesar dêsses perigos, teremos que chegar a uma definição aceita por todos, como base para os decretos e a legislação durante o estágio da planificação. De modo geral, todo o mundo concorda que as manobras dos grandes comerciantes e capitães de indústria tendentes a dificultar o livre comércio, as restrições indevidas da produção, ou a alta artificial dos preços, são medidas contrárias ao interesse público.

III. O CONTRÔLE DA ESTRUTURA SOCIAL

Num mundo de 'regras e regulamentos' onipresentes, certas pessoas sentem-se inclinadas a considerar qualquer contróle como negativo. Contudo, não se deve esquecer que essas normas também funcionam como salvaguarda da liberdade. A regulamentação do tráfego, por exemplo, não evita mas facilita o trânsito ordenado dos veículos. O contróle público põe fim ao constante choque de interferências que acabariam paralisando-se mutuamente. O que acabamos de dizer nos leva a refletir sobre a maneira como, por sua vez, os centros de contróle social podem ser vigiados pela opinião pública. O que agora nos interessa não é a justificação da interferência estatal *per se*, mas a preservação da liberdade democrática.

Num sistema de planejamento para a liberdade, a estrutura da organização não deve desobrigar o cidadão da responsabilidade de edificar sua própria vida, nem privá-lo da confiança em si mesmo mediante a excessiva proteção do Estado. A intervenção do Estado deverá limitar-se a evitar os desajustes principais, cujos efeitos tendem a acumular-se, na ausência de contramedidas adequadas.¹⁸

Esta forma de intervenção é nova, já que antigamente a prevenção do caos e da tirania limitava-se principalmente a uma distribuição planificada do poder dentro do governo, ao passo que a distribuição do poder na sociedade, ou seja, a estrutura de classe,

permanecia intata. O *status quo* da sociedade era considerado um fato tão assentado como a disposição das terras; ambos podiam ser modificados até certo ponto mas não podiam ser planejados de acôrdo com uma idéia prefixada.

Os contrôles modernos tendem realmente a realizar uma nova forma de manipulação da sociedade. Não só estamos criando deliberadamente um equilíbrio dos poderes políticos, mas também mobilizamos a ajuda dos centros de poder em tôda a sociedade.¹⁹

Ao passo que a estrutura política britânica se desenvolveu gradualmente, as constituições norte-americana e francesa foram proclamadas e planejadas tendo em vista um sistema equilibrado de autoridades governamentais e de instituições. Os que redigiram tais constituições podem ser considerados os pais do planejamento para a liberdade. Sua principal preocupação consistiu em conseguir um equilíbrio de poderes a fim de evitar o desenvolvimento de fôrças que conduzissem à tirania, seja por parte de um só indivíduo, de um pequeno grupo ou das massas. No entanto, aquela espécie de planificação não conseguiu modificar a estrutura de classe existente, ou limitar o desenvolvimento industrial que poderia conduzir à tirania. Não havia necessidade de tais contrôles na economia agrária de sociedades predominantemente rurais. Além disso, os constituintes nada mais poderiam ter feito, ainda que o desejassem, já que não dispunham da técnica adequada. Nossas novas formas de planejar a estrutura da sociedade: deverão enfrentar o problema de um capitalismo muito desenvolvido numa sociedade urbana. Dispomos de certas técnicas, representadas pelos métodos modernos de tributação, pelas novas formas de regulamentar a propriedade e os seus usos, e outros sistemas parecidos.

Essas medidas são necessárias quando o contrôle do equilíbrio da máquina política²⁰ revela-se baluarte insuficiente contra a tendência para a ditadura em época de crise. Em tempos de prosperidade e de paz pode-se observar o jôgo político que se desenvolve por trás das regras constitucionais e dos decretos comuns. Nas crises do século XX, quando as nações poderosas podem transferir às mais fracas as conseqüências econômicas dos seus próprios erros, nenhum constituinte pode evitar a formação de exércitos clandestinos, as conspirações antidemocráticas de homens que se acham em posições-chave, e o abuso do poder desigualmente distribuído. Cataclismos políticos, tão catastróficos como os que ocorreram na Europa durante o período entre as duas Grandes Guerras mundiais só poderão ser evitados se nos ocuparmos, não dos sintomas superficiais, mas da estrutura básica da sociedade.²¹ A preservação da democracia diante das crises modernas exige que olhemos além dos altos e baixos da política organizada, para nos fixarmos nos contrôles e nos freios da sociedade em geral.²²

O equilíbrio societário pode ser alcançado de duas maneiras: pela revolução ou pela reforma. A revolução social pode nivelar uma sociedade, como ocorreu na Rússia. Na União Soviética, quase todos se transformaram em trabalhadores, cujo salário diferencial permitia alguma diferenciação social secundária, mas sem qualquer diferença em relação ao poder.²³ A reforma não-revolucionária tem como ponto de partida a estrutura de classes existente, a qual tolera que os movimentos voluntários se desenvolvam livremente, até produzirem graves desigualdades. As desigualdades, demasiadamente ameaçadoras, podem ser dominadas mediante controles adequados, suscetíveis de conseguir um justo grau de homogeneidade social, sem a qual não se poderá chegar a nenhum consenso quanto ao planejamento. Enquanto os soviéticos desejavam chegar a esse consenso nivelando todas as diferenças de riqueza e de poder na estrutura social, e enquanto os fascistas tratavam de garantir o poder de uma forte oligarquia através da violência e do terror, a Terceira Posição esforça-se em conseguir reformas pacíficas mediante o acordo da maioria.

É certo que só uma sociedade bastante homogênea²⁴ pode chegar a um acordo pacífico quanto aos meios e os fins do planejamento. Tal homogeneidade não implica em uniformidade, como acontece sob a ditadura do proletariado. A variedade das ocupações, o agrupamento dos que ocupam a mesma posição social e os diversos tipos de vida, não só dão certo colorido e interesse à civilização ocidental, como também contribuem para o equilíbrio. Esta variedade pode ser mantida enquanto graves desigualdades não puserem em perigo o equilíbrio de poder, ou criarem interesses arraigados que se oponham à planificação tendente a conseguir oportunidades mais equitativas e maior estabilidade.

Sempre que a concentração de poder se torna excessiva, transforma-se em convite à tirania nas situações críticas. O poder tem suas metamorfoses. As vezes se apresenta desnudo, mas geralmente se disfarça em poder econômico ou administrativo, de propaganda ou de educação. Isto nos permite compreender que a vigilância democrática exige que, seja qual for a forma como se nos apresenta o poder, o povo se dê conta da sua onipresença e dos seus perigos potenciais.

Um dos mais perigosos abusos de poder consiste em insuflar o medo, procurando provocar o pânico para aproveitar-se da confusão. Por exemplo: os banqueiros e os magnatas das finanças, quando desconfiam de um governo que não lhes agrada, instigam, às vezes, uma perda geral de confiança, daí resultando uma fuga de capitais.²⁵ Mesmo sem levar em conta as origens e as formas dessas influências, que solapam a liberdade democrática, é necessário que sejam combatidas com medidas adequadas. Poder-se-á objetar que essas medidas provocarão uma arregimentação inde-

sejável e o fim da sociedade 'livre'. Podemos apenas replicar que nenhuma limitação deve ser imposta às medidas que visem a salvaguardar a base estrutural da liberdade e da democracia. Ademais, democracia não significa que devam ser tratados da mesma maneira os seus amigos e inimigos, nem significa incapacidade de distinguir entre os controles destinados a combater a tirania ou a favorecê-la. Dizer que os controles são sempre prejudiciais à liberdade é criar confusões. Temos que fazer distinção entre controles benéficos e maléficos, e proporcionar medidas de proteção contra os segundos em forma democrática. Numa sociedade em que os órgãos da opinião pública estão à disposição de todos, com frequência é suficiente a denúncia pública do perigo para conjurá-lo. A sabotagem representada pela evasão de capitais pode ser contrabalançada por uma opinião pública bem informada e alertada. Não há limites à inventiva no campo dos controles democráticos, em contraste com os métodos brutais dos Estados policiais.

IV. CONTROLE DA ECONOMIA

Começemos com os problemas estratégicos que hoje confrontam o planejador democrático no terreno da economia. Por várias razões, o estabelecimento de controles econômicos apropriados desempenha papel predominante na discussão contemporânea do planejamento. De um lado, a influência da ordem econômica na existência humana é tão fundamental quanto universal; não se pode conceber qualquer estabilidade social sem a integração e estabilização prévias dos processos econômicos. De outro lado, e pelas mesmas razões, os problemas do planejamento econômico têm sido submetidos, ultimamente, a rigorosa investigação por parte dos peritos. Os economistas interessados chegaram até a um acordo sobre numerosos pontos relativos aos principais defeitos do nosso sistema econômico ocidental, embora ainda discordem quanto às causas básicas do desajustamento econômico e seus remédios mais efetivos.

Ao mesmo tempo, a popularidade do planejamento econômico não deixa de apresentar perigos. Muitos economistas e amplo setor do público chegaram a acreditar que o planejamento geral coincide com a planificação econômica. Enquanto se estabiliza o processo econômico, graças a uma política de coordenação deliberada, o resto da sociedade — segundo esse raciocínio — pode entregar-se sem perigo ao *laissez faire*.²⁶ Já temos aproveitado a oportunidade para condenar essa complacência, no que se refere aos desajustes nos processos sociais mais amplos. Agora pretendemos demonstrar que o planejamento econômico só será efetivo se as outras fases da sociedade moderna forem coordenadas à economia de forma adequada.

O sociólogo não pode entrar numa discussão técnica dos problemas econômicos que se apresentam, ou tomar posição sobre questões controvertidas.²⁷ Limita seu interesse à compreensão dos problemas em foco e à avaliação da importância sociológica das soluções propostas.

A maior parte dos observadores credenciados da atualidade indicariam certamente como os mais conspícuos defeitos da nossa ordem econômica, herdados dos nossos antepassados, os seguintes: a excessiva desigualdade, tanto dentro das economias nacionais, como respectivamente entre elas; a pobreza real de certos grupos sociais e de várias regiões do mundo;²⁸ a má distribuição dos recursos e a perigosa instabilidade de rendimentos e empregos. Entre esses males econômicos, as flutuações periódicas dos rendimentos e dos empregos têm constituído a maior ameaça à democracia política, especialmente nos países mais adiantados. Parece que as massas de trabalhadores, nas sociedades industriais, estão dispostas a sofrer uma ineficiência considerável e fortes desigualdades, contanto que possam esperar no futuro uma ocupação segura e um aumento gradual do seu nível de vida. Porém, como o desemprego em larga escala, nos primeiros anos da década de 1930, desempenhou papel primordial na destruição da democracia alemã, muita gente está de acordo em que até mesmo as mais sólidas democracias ocidentais dificilmente sobreviveriam a uma nova Grande Depressão. Por esse motivo, a eliminação do ciclo econômico tradicional passou a ser o problema fundamental do planejamento econômico democrático e, especialmente, muito contribuirá para eliminar as piores características da pobreza das massas e o desperdício dos recursos.

A tarefa da estabilização econômica seria, sem dúvida, muito mais fácil, se os peritos houvessem conseguido chegar a um acordo acerca das causas que originam as flutuações industriais. Não que este desacordo reduza, necessariamente, o valor de qualquer das hipóteses rivais, senão que antes reflete a multiplicidade das influências. Parece, pois, muito plausível — como o assinala a escola de Keynes²⁹ — que nas sociedades ricas o volume total da poupança tenda periodicamente a superar as oportunidades de investimento disponíveis, reduzindo desta forma o emprego, porque a demanda de novos bens de capital é inferior à oferta. Contudo, esta hipótese não contradiz o fato de que, inclusive os países nos quais existe forte tendência inversionista, não estão imunizados contra as depressões periódicas. Em tais casos, um deslocamento característico pode dar-se, entre a estrutura da produção e a distribuição dos rendimentos e dos gastos.

Em qualquer dos casos, a desproporção inicial pode ser criada por fatores exteriores, como as mudanças tecnológicas ou as variações das colheitas. Mas o que transforma este e outros desajustes

seccionais em ameaça à estabilidade do sistema em seu todo, é a tendência a estender-se. Tal acumulação de choques, tornando a depressão nacional e mesmo mundial, parece ser devida a certas condições inerentes ao capitalismo industrial, especialmente ao sistema monetário dominante e à crescente imobilidade do capital e do trabalho.

O observador imparcial há de concluir que numerosos são os perigos que ameaçam periodicamente a estabilidade econômica, numa sociedade industrial; mas também são numerosas as medidas estabilizadoras.

A simples título de classificação, essas providências podem ser divididas em medidas de socorro e de prevenção. As de socorro podem subdividir-se, por sua vez, entre as que se destinam apenas a suavizar certos sintomas perturbadores, e as que combatem as causas da instabilidade. Não procuraremos levar a efeito uma análise detalhada das medidas de estabilização disponíveis, mas indicaremos algumas características em cada categoria, a fim de revisá-las à luz dos princípios subjacentes na Terceira Posição.

1. O mais antigo instrumento na política dos ciclos econômicos é o *subsídio* em qualquer das suas formas. É um remédio tipicamente sintomático, na medida em que os seus proponentes aceitem como inevitável a recorrência das depressões e procurem unicamente aliviar o sofrimento dos operários desempregados.³⁰

Uma vez que o auxílio aos desempregados não interfere com o funcionamento normal das empresas privadas, chega a apresentar certas vantagens, do ponto de vista do conceito tradicional de liberdade econômica. Mas essas vantagens são contrabalançadas pela inutilidade do subsídio como contribuição à estabilidade propriamente dita. O seguro contra o desemprego e as outras formas de compensação contra o mesmo têm um papel secundário a desempenhar em qualquer ordem econômica. Ajudam os trabalhadores desempregados a suportar uma situação temporária de crise, até que se façam sentir os efeitos de medidas mais eficazes para debelar o desequilíbrio econômico. Mas, a não ser como expediente temporário, o subsídio pouco contribui para a melhoria da situação social. Sabe-se perfeitamente que as depressões econômicas são obra do homem, e não da Providência Divina. Por isso, os trabalhadores esperam ofertas de trabalho remunerador, com salários normais e não se satisfazem com a ociosidade prolongada, por tolerável que esta seja graças aos auxílios do Estado.

2. Durante muito tempo, as *obras públicas* foram consideradas como segunda linha de defesa, entre as medidas destinadas a aliviar os sintomas da desocupação. Ao oferecer ao trabalhador desempregado alguma forma de atividade, pelo menos semiprodutiva, esperava-se combater os efeitos desmoralizantes da ociosidade. Contudo, durante as últimas duas décadas, chegou-se a compreender que

a importância das obras públicas, assim como de qualquer outra forma de gastos públicos durante uma depressão, estende-se muito além dessa função específica. Como forma de investimento compensatório, as obras públicas podem substituir as inversões privadas, quando estas não se mantêm ao nível permitido pela poupança nacional. Desta forma, combatem as causas mais profundas de certas formas de depressão e até mesmo podem, mediante um efeito favorável nas perspectivas de negócios, propiciar um incentivo às atividades. Se as autoridades iniciam em tempo oportuno um programa de obras públicas, como medida para contrabalançar o ciclo de depressões, podem impedir a expansão das pequenas depressões regionais, que de outra maneira se transformariam numa depressão que afetaria toda a economia do país.³¹

Do ponto de vista do planejamento democrático, a manipulação da taxa de juros e as obras públicas de 'compensação' têm muitos pontos em comum. Ambas as medidas emanam das posições de comando, como o sistema bancário central³² e os organismos fiscais do governo. Estas posições-chave estão por cima das forças que lutam entre si no mercado e, portanto, estão imunizadas em grande parte contra as flutuações dos negócios. Nenhuma dessas posições-chave foi criada precipuamente com o objetivo de estabilizar o pleno emprego. Este é outro caso em que, devido à transformação da ordem social, a função de um organismo da autoridade pública já existente pode passar dos problemas particulares aos gerais.

Ao mesmo tempo, ambas as medidas reduzem ao mínimo a interferência direta nos negócios privados, salvaguardando assim os interesses da descentralização econômica. Isto se aplica certamente a uma política de juros que funciona mediante os cálculos autônomos de lucros e perdas dos tomadores e dos emprestadores de dinheiro. Também se aplica a uma política de obras públicas, estritamente compensatória, que se limita a campos de investimento fora do alcance da iniciativa privada.

3. A situação se altera quando os investimentos públicos comecem a competir com os particulares. Neste caso, o efeito final sobre o desemprego e os rendimentos é difícil de prever. De um lado, as empresas públicas podem abrir o caminho para o progresso tecnológico, o bem-estar social e, inclusive, a eficiência na gestão das empresas. A este respeito, os transportes públicos e as minas de carvão em alguns países europeus podem servir de exemplo; e o caso mais conhecido, por ser o mais importante, é o da *Tennessee Valley Authority*.³³ (TVA ou Administração do Vale do Tennessee).

Por outro lado, não se pode negar que a interferência das inversões públicas em esferas que estavam tradicionalmente reservadas à empresa privada, pode desalentar os investimentos priva-

dos e, desta forma, prejudicar o incentivo dado ao pleno emprego pelo governo. Grande parte do que ocorrer dependerá das ideologias econômicas prevalecentes; mas, de modo geral, essas ideologias são mais flexíveis do que pensam os defensores do *status quo*. As empresas estatais e municipais, as empresas públicas, de propriedade do governo ou estritamente por ele controladas, já se tornaram bem conhecidas, inclusive nos Estados Unidos, cidadela da tradição da empresa privada. Um "Sistema Misto", que reserva às empresas particulares as esferas de maior iniciativa e novidade, ao passo que submete à propriedade ou ao controle público as indústrias básicas como a energia em suas diferentes formas, os transportes, as minas e a distribuição de artigos de primeira necessidade, parece estar-se desenvolvendo na maioria dos países ocidentais. Essa evolução, que se veio realizando gradualmente durante as últimas décadas, sublinha claramente o rumo à Terceira Posição.³⁴ Se for combinada com uma redistribuição gradual dos rendimentos e da riqueza, mediante os impostos, com a expansão dos serviços sociais e com os gastos 'compensatórios' por parte do governo, esse 'Sistema Misto' deverá abrir caminho, a grandes passos, para a estabilidade econômica, sem prejudicar as forças dinâmicas que lutam pelo progresso e a expansão.

4. Nenhuma dessas medidas — investimentos públicos de compensação, alterações da taxa de juros, redistribuição gradual da riqueza e dos rendimentos, inclusive a formação de um Sistema Misto — é contrária às bases da nossa economia tradicional, a saber: o mecanismo dos preços, a livre competição e o predomínio da propriedade privada dos meios de produção. Deixando de lado os interesses dos monopólios, que não encontrarão grande apoio numa sociedade democrática, nenhum dos grupos sociais predominantes tem motivos para sentir-se ameaçado pela aplicação de tais medidas. Pelo contrário, o aumento do consumo das massas — ao qual contribuem todas essas medidas — deverá estabilizar a posição dos negócios, as comunidades agrícolas e as classes médias e profissionais, criando assim uma base econômica para a cooperação política esmagadora da maioria dos cidadãos.

Existe, porém, a possibilidade de que as medidas até agora enumeradas não sejam suficientes para lograr a estabilidade econômica. Já vimos que o sucesso dos gastos públicos de compensação depende, em grande parte, da reação dos investidores privados diante dessa política. Para manter a política de pleno emprego, não é menos importante a política de salários dos sindicatos operários, ou a política de preços mantida pelos negociantes e fazendeiros. Em outras palavras, a fim de chegar a uma estabilidade econômica duradoura com um mínimo de interferência, para que o mecanismo do mercado não sofra, os grandes grupos de pressão deverão tomar conhecimento adequado da situação e limitar as

suas exigências. Se isto não acontecer, o interesse público de uma economia estabilizada talvez virá a requerer uma intervenção no mecanismo do nosso sistema econômico tradicional.

A êste respeito, os *contrôles de salários e de preços* podem ser apenas o primeiro passo, que será seguido por um *contrôle dos investimentos* em toda esfera da economia. Ainda que tais medidas deixassem intata a aparência da propriedade privada, haveriam de despojá-la, porém, de uma das suas funções primordiais, tradicionalmente associadas à livre empresa. No caso das grandes corporações de negócios, em que as funções de propriedade e de gerência já se encontram separadas,³⁵ estas últimas teriam de ser submetidas ao controle governamental. Contudo, uma vez que os riscos do capital continuariam correndo por conta do proprietário privado, o controle total dos investimentos não poderia constituir o último passo. O resultado lógico seria a *nacionalização de todas as grandes indústrias*, ficando assim englobadas nas mãos da comunidade tanto os riscos do empreendimento como as responsabilidades de gerência.

Tal acontecimento modificaria definitivamente a tendência da organização econômica, que da descentralização passaria à centralização, e poderia ultrapassar o ponto em que a estabilidade econômica ainda é compatível com o planejamento democrático. Não é surpreendente que tal transformação seja atraente para certas minorias, tanto de direita como de esquerda, pois inspira a atividade revolucionária dos que perderam a fé nas reformas graduais e na compatibilidade do planejamento com a descentralização econômica. Também incita grandes grupos de homens de negócios, normalmente favoráveis a estabilização, a opor-se às medidas de intervenção estatal, por moderadas que sejam. Ambos os setores deveriam compreender que a estabilidade econômica só exigirá medidas tão radicais se o capital e o trabalho não puderem perceber seus interesses comuns e não chegarem a uma solução de compromisso. Ou, em outras palavras, pelo exercício de um juízo prudente e pelo autocontrole, os grupos sociais que se opõem uns aos outros poderão conseguir a estabilidade e o progresso sem transformação econômica radical. Da mesma maneira, estas considerações devem deixar bem claro que os aspectos técnicos do planejamento econômico só podem ser discutidos adequadamente quando se tomam em consideração as atitudes e os comportamentos dos grupos. O comportamento dos grupos requer, naturalmente, um reajuste à nova situação e tornou-se, portanto, pelo menos por razões econômicas, objeto de planejamento. Neste sentido, a planificação democrática também deve ser total, se quisermos que seja efetiva.

Os impostos redistributivos, o controle dos investimentos e a extensão da área dos empreendimentos estatais, são fatos que se

opõem aos conceitos tradicionais da propriedade privada dos meios de produção. Contudo, um exame cuidadoso do problema mostramos que só uma interpretação muito estreita do conceito de propriedade, especialmente a que se originou do Direito Romano, é que resulta violada pelas reformas econômicas já discutidas.

É certo que o conceito romano, que concede ao proprietário o uso ilimitado da sua propriedade, incluindo o direito de destruí-la, foi adotado nas reformas legais do início da era capitalista e tem dominado, desde então, o sistema econômico ocidental.³⁶ Todavia, esse conceito nunca pôde apagar, pelo menos na mente dos reformadores sociais, a recordação de formas mais antigas de propriedade, em que esta era considerada como um *trust* ou fideicomisso feito em nome da comunidade em geral ou de alguma autoridade mais alta. A mesma idéia está emergindo novamente, no contexto do planejamento econômico.

A taxação dos rendimentos das propriedades e bens móveis, equivale a reconhecer o direito da comunidade de compartilhar os frutos da propriedade privada. A participação de uma empresa no seguro de seus empregados contra enfermidades, acidentes e desemprego, estabelece a responsabilidade do proprietário dos meios de produção perante as consequências sociais da utilização dos referidos meios. Quando, durante a última guerra, se decretou que as terras de cultivo em abandono deviam ser obrigatoriamente utilizadas, ou que certas fábricas deviam suspender suas atividades em favor de outras, ficou estabelecida claramente a prioridade da comunidade sobre o proprietário privado. Outra expressão da nova interpretação da propriedade é a luta contra os monopólios privados. Condena-se o que é considerado uso anti-social da propriedade e procura-se impedir a concentração do poder econômico em mãos que não sejam as da comunidade politicamente organizada.

Durante longo tempo tem sido artigo de fé do credo capitalista que o desejo de fazer uso ilimitado da propriedade nasce de um instinto humano imutável. Mas o estudo da história, o crescente surgimento de novos sistemas sociais e várias experiências psicológicas têm demonstrado, sem deixar dúvidas, que a atitude diante da propriedade é produto da tradição, da educação e, sobretudo, da ordem social reinante.³⁷ Mesmo nas fileiras do capitalismo, essa atitude varia consideravelmente. Há enorme diferença entre a completa identificação do camponês europeu com seu pedaço de terra e a atitude abstrata do acionista de uma empresa industrial para com a sua 'propriedade', cuja localização, às vezes, até desconhece. A experiência da Rússia soviética, bem como as experiências capitalistas de participação dos operários nos lucros da empresa, provam que o sentimento de que 'algo nos pertence em comum' pode ser um estímulo tão inspirador quanto o direito de

propriedade privada e que podemos educar os homens visando a essa identificação coletivista.³⁸

Uma vez mais, a Terceira Posição se absterá de seguir tendências unilaterais extremas. Em grande parte, será a natureza do trabalho que deverá decidir se a identificação individualista ou a coletivista é a mais adequada. Está fora de dúvida que a necessidade de identificação coletivista aumenta numa sociedade de vastas proporções, ao menos para tornar mais humano o trabalho nas grandes fábricas e escritórios. Por outro lado, o fazendeiro e o pequeno comerciante desempenharão mais efetivamente sua função social se conservarem intato seu sentimento de propriedade privada. Além disso, a combinação das funções de gestão (*managerial*) com a propriedade privada parece ser indispensável quando se requerem imaginação e iniciativa pioneira. A propriedade privada exerce provavelmente uma influência educativa duradoura para a liderança industrial, e uma sociedade planificada deverá incentivar, deliberadamente, as pequenas empresas como campo de treinamento para tal liderança e também como proteção adicional contra a excessiva burocratização.

V. O CONTROLE DAS FORÇAS ARMADAS

As forças armadas — o exército, a marinha e a aeronáutica — encontram-se entre as mais notáveis organizações de concentração de poder. O controle das mesmas constitui um problema que as democracias terão que resolver, como foi evidentemente demonstrado pela recente história da Europa. Deixando de lado a tradição espanhola de 'pronunciamento', o bonapartismo e o boulangismo na França, é fora de dúvida que a ascensão de Franco ao poder, na Espanha, o 'regime dos coronéis' de Pilsudski, e os generais de Hitler, forneceram boas razões para que os democratas temessem os 'senhores da guerra'. Apesar desses casos históricos de cesarismo, fica de pé o fato de que as forças armadas regulares só raramente têm sido o instrumento da tirania incondicional. Talvez isto se deva a não serem elas produto de um crescimento natural, mas resultado de uma planificação feita desde a origem. Constituem as primeiras organizações em que o poder é distribuído mediante graduações hierárquicas bem concebidas e uma autoridade claramente definida. Incorporaram hábitos e tradições que prepararam os homens para um uso legítimo, bem definido e responsável do poder. Até mesmo os comandantes supremos,³⁹ que poderiam sentir-se tentados a apoderar-se do governo, sentem-se coibidos pelo código de ética militar. É certo que os exércitos estão propensos a utilizar seu poder e sua influência política de forma arbitrária durante crises da autoridade estatal e em períodos de leal-

dades ideológicas divididas. No entanto, o sistema de autocontrole do exército demonstra que até mesmo os 'partidários da violência' e o seu arsenal de recursos podem ser controlados pela ordem democrática, mediante salvaguardas cuidadosamente projetadas.

O despotismo apoiado pela força das armas surge habitualmente não do exército regular, mas de organizações militares particulares (paramilitares)⁴⁰ e, da mesma forma que os grandes magnatas industriais, pode ameaçar a democracia com a sua concentração incontrolada do poder. A rápida desmobilização dos exércitos derrotados e a transformação do corpo de oficiais em bandos "boêmios" semimilitarizados, colocou grupos especializados à disposição dos demagogos que com eles organizaram exércitos privados, conseguindo assim responder pela violência a qualquer raciocínio. O papel dos oficiais veteranos e dos 'soldados perenes' nas organizações terroristas fascistas e nazistas é bem conhecido.⁴¹ A tolerância diante desses grupos de conspiradores, que se transformam em fontes independentes de poder, constitui grave ameaça à democracia. A complacência com eles é singularmente imprópria.

A criação de exércitos permanentes em democracias 'navais'⁴², a crescente influência das forças armadas em consequência das novas armas, exigem constante atenção para o controle dos futuros eventos. A teoria democrática acerca do papel das forças armadas numa sociedade democrática pouco tem evoluído, especialmente em vista de novos armamentos.

A composição social das forças armadas,⁴³ dos corpos de oficiais da marinha e do exército, deve ser objeto de vigilância. Uma das razões do colapso da República de Weimar, por exemplo, foi que durante a luta contra os comunistas, os elementos reacionários voltaram a introduzir-se no exército, conseguindo, pouco a pouco, dominá-lo.⁴⁴ Podemos recordar, de passagem, o papel do marechal de campo von Hindenburg e dos seus conselheiros nos momentos de crise.⁴⁵

Qual o melhor método para organizar o exército de uma democracia: o francês ou o inglês? Os franceses consideram o serviço militar obrigatório para todos — isto é, a criação de um 'exército do povo' — como salvaguarda da democracia, sendo pouco provável que se submeta a um tirano. Em vista dos grupos e tendências que dividem o povo francês, e seus extremistas de direita e esquerda, é difícil isolar suficientemente as variáveis de maneira a refutar ou comprovar a tese francesa.⁴⁶

Antigamente os ingleses neutralizavam os perigos que o exército representa em matéria de política, através de soldados profissionais, cuja rotação impedia que se desenvolvesse uma mentalidade de casta ou um orgulho desmedido. Não podia desenvolver-se espírito militarista algum que estivesse em conflito com a fidelidade civil. Este tipo de organização do exército caracteriza-se pela

sua adequação a uma democracia marítima e a um Estado insular, não podendo servir de modelo para as potências continentais. Aliás, a Grã-Bretanha já não se pode considerar uma ilha, pois a invasão bem sucedida do Continente europeu demonstrou que o ataque através do Canal da Mancha é possível para quem dispuser de forças navais e aéreas apropriadas. Apesar de certas resistências, a Inglaterra seguiu o exemplo da França para o seu exército de recrutas posterior à Segunda Grande Guerra, dando grande importância à equação 'cidadão-soldado'.⁴⁷

As novas armas, como a bomba atômica e os foguetes mísseis, de alcance global, têm sugerido outros problemas de defesa e segurança.⁴⁸ A solução final desses problemas determinará se há de haver no mundo democracia e liberdade, ou servidão. Muito menos importante é a luta entre a livre empresa e a direção estatal na indústria. É provável que o problema se resolva tomando em conta mais as possíveis condições de uma futura guerra que as considerações meramente econômicas, jurídicas ou ideológicas, pois a força militar de um país depende, cada vez mais, do seu potencial científico e industrial. Únicamente sob este panorama faz sentido discutir o controle das forças armadas ou se elas são ou não uma salvaguarda para a democracia.

Dois grupos de fatos antagônicos merecem especial atenção:

1. Decresceu a importância decisiva dos exércitos numerosos, das grandes frotas de guerra e, inclusive, das forças aéreas poderosas, desde o aparecimento da bomba atômica e dos mísseis de longo alcance.⁴⁹ A grande mecanização dos exércitos do futuro estimula a criação de pequenos quadros de hábeis especialistas. Da mesma forma que os gerentes de indústria, os oficiais e sargentos especializados hão de controlar um maior poder e, portanto, poderão transformar-se em oligarquia usurpadora.

2. Por outro lado, a sobrevivência numa guerra total torna indispensável a participação de todos os cidadãos na luta. Para as nações européias, a Segunda Guerra Mundial eliminou para sempre a distinção entre combatentes e não combatentes. Não só foram os civis mobilizados para trabalhos de guerra e serviços de defesa civil, como também estiveram expostos a riscos maiores que o exército. A coordenação entre soldados e civis será, sem dúvida, ainda mais completa e importante no futuro.⁵⁰ O slogan 'operários-soldados' dos países totalitários antecipou, entre as duas guerras, as ramificações sociais e as exigências da guerra total, que as democracias 'navais' demoraram muito a compreender.

Tudo isso contribuirá para incentivar as tendências igualitárias⁵¹ e fará provavelmente com que as forças armadas adquiram um caráter mais democrático que nunca. Afirmou-se que durante a guerra, paradoxalmente, o exército nazista era mais 'democrático' e mais livre de elementos de casta em sua oficialidade, que o

dos Estados Unidos. As sociedades democráticas podem ter que transformar a dura necessidade em virtude, pois as novas realidades vêm ao encontro da necessidade da sociedade democrática de dissolver as desigualdades sociais e de favorecer uma igualdade que seja algo mais que a simples 'igualdade perante a lei'.

Podemos considerar os exércitos permanentes como sobrevivência das épocas em que as guerras eram assunto puramente militar. As guerras que envolvem todo o povo oferecem uma última oportunidade para a idéia de 'milícia', aproveitando a democratização social como meio eficiente de defesa e segurança. Uma milícia nacional de soldados civis pode impedir o crescimento de uma casta de oficiais selecionados num grupo exclusivo de famílias, transmitindo um espírito de casta que os afastaria do resto da população. Não é de estranhar que os pensadores políticos, preocupados com o aumento da participação cívica nos negócios públicos, estejam a favor do sistema de milícias.⁵²

A preparação do exército britânico desenvolveu-se em forma promissora durante a guerra e provou que a discussão dos negócios públicos, pelos soldados, não debilita de maneira alguma o moral. Este programa educativo deverá continuar. A previsão de Gaetano Mosca de que a democratização dos exércitos introduziria nêles valores sociais em conflito, aplica-se unicamente às sociedades divididas por conflitos de classe e com francos laços de coerência. Num sociedade redistributiva é pouco provável que surjam conflitos de classe, e o consenso ficará fortalecido. A guerra e a técnica modernas fizeram compreender às nações e, possivelmente a toda a humanidade, a lição de que todos compartilhamos de um destino comum, para o bem ou para o mal. Se a preparação no exército se apegar à idéia de que seu espírito é uma salvaguarda essencial da liberdade e da igualdade, a preparação para a democracia não será uma fraude, mas uma realidade viva.

VI. O FUNCIONALISMO PÚBLICO⁵³

O planejamento numa sociedade industrial complexa pressupõe a existência de um corpo de funcionários públicos tecnicamente competente, administrativamente centralizado, politicamente ortodoxo e submetido aos controles democráticos. O que temos dito acerca do exército, no que concerne ao equilíbrio da sociedade, aplica-se ainda mais à burocracia. Desde suas origens nas cidades-repúblicas italianas, a disseminação da burocracia pelos Estados continentais europeus tem sido uma operação planificada. Esta expansão da burocracia⁵⁴ efetuou-se paralelamente à disseminação do Direito Romano ao estabelecimento de territórios políticos administrados de forma mais homogênea, e à concentra-

ção das prerrogativas dos Estados feudais e dos conselhos medievais nas mãos dos príncipes absolutistas e seus instrumentos. A rivalidade político-militar entre a maioria dos Estados continentais favoreceu o desenvolvimento de um sistema de impostos mais extenso, racional e regular, a fim de poder sustentar os exércitos permanentes que iam surgindo em substituição aos serviços esporádicos dos mercenários comandados pelos *condottieri*. A administração oficial dos impostos substituiu o sistema irracional e desperdiçador da concessão da cobrança das rendas a um arrematante, característico do *ancien régime* francês, acabando também com as várias isenções que eram privilégio das propriedades feudais.

As reformas universitárias dos séculos XVIII e XIX destinaram-se essencialmente a preparar grupos de funcionários, ao combinarem, em diversos graus, as ciências jurídicas e sociais, se podemos incluir entre estas a *Kameralwissenschaft*, versão alemã do mercantilismo. Na década de 1740, introduziram-se na Prússia os exames (o 'sistema de méritos'); em 1770 foi instituída uma 'comissão do serviço público'; a Áustria tomou medidas similares na segunda metade do século XVIII. De modo geral, o conceito de um corpo permanente assalariado e hierarquizado de funcionários públicos, bem preparados e de eficiência comprovada foi aceito por todos os países industrializados.

É claro que há diferenças no conceito de burocratização, dependentes das várias tradições culturais. O corpo de funcionários prussianos,⁵⁵ apoiado pela Igreja luterana, conseguiu imprimir uma espécie de caráter sagrado (*Weihe*) aos cargos públicos, coisa de que jamais se cogitou nas democracias 'navais'. Estas últimas podiam permitir-se uma evolução mais lenta, em vista de gozarem de maior segurança militar, de oferecerem 'oportunidades ilimitadas' e de seguirem tradições jurídicas diferentes. Na Inglaterra, por exemplo, certa categoria de advogados (os *barristers*) eram homens de recursos que se haviam preparado para interpretar as leis, mais sob a orientação de profissionais mais velhos e experimentados (*elders*) nas barras do tribunal (*King's Bench*) do que propriamente na Universidade; ao contrário do que se dá com o Código napoleônico, o direito inglês não se baseia no romano. Nos Estados Unidos, a prática de distribuir os cargos públicos entre os membros do 'partido vitorioso' (*spoils system*), defendido por Andrew Jackson em 1829, tem sido cada vez mais substituído pelo 'sistema de méritos'. Contudo, ainda existem muitos problemas de protecionismo político, tradições locais ainda subsistentes, treinamento inadequado, conflito de jurisdições ou deficiência de controles, que deverão ser eliminados no interesse da eficiência, da economia, da formação de um pessoal melhor preparado e de moral mais elevada.

Apesar da sua imensa expansão durante as últimas décadas, as burocracias não constituem verdadeira ameaça à democracia. Sem dúvida, em situações de crise e em países em que as lealdades estão divididas, como na Alemanha da República de Weimar, os funcionários, embora não sendo o foco central da revolução e também não sendo necessariamente hostis à democracia, podem aceitar rapidamente a usurpação do poder por parte de uma ditadura; da mesma maneira, os funcionários têm que se submeter às autoridades de ocupação dos invasores e conquistadores, como Max Weber muito bem o assinalou antes da Primeira Guerra Mundial.⁵⁶ Foi o que se comprovou, com pequenas variantes, em vários países da Europa continental, sob regimes políticos e militares que se iam sucedendo uns aos outros. Os altos funcionários que decidem assuntos de caráter político são geralmente submetidos a um expurgo, e substituídos; mas a organização continua essencialmente inalterada. Sua atividade metódica, legalista, sua integração jurisdicional e seu caráter impessoal, facilitam, em alto grau, a reorientação das finalidades políticas e os objetivos vindos de fora, sem interromper as rotinas disciplinares. A burocracia prussiana era um amálgama de tipos heterogêneos, *junkers* educados no exército, plebeus de formação universitária e emigrados franceses de espírito empreendedor. A mistura produziu um tipo especial de funcionário público desinteressado, com a sua própria ética e tradição; da mesma maneira, as burocracias modernas, possivelmente recrutadas em várias classes, podem — desde que sujeitas a um controle jurídico adequado — preparar o funcionário para que se livre dos preconceitos de classe, melhor do que o faria como indivíduo. As funções integradas do Serviço Público favorecem a formação de um *esprit de corps* que supera os preconceitos individuais.

Quando esse *esprit de corps* se cristaliza e é elaborado simbolicamente para dar origem a um código ético, passa a influenciar os recém-chegados e a remodelar suas atitudes anteriores. As pesquisas sociológicas e psicológicas podem fornecer dados acerca da melhor maneira de amalgamar as pessoas recrutadas para o serviço público em diversas camadas sociais e de adaptá-las às necessidades sempre em mutação.⁵⁷ Poder-se-iam organizar grupos de trabalho destinados a fomentar um *esprit de corps* especial e a criar certos mecanismos para resolver os atritos e os conflitos internos. Estudos recentes têm contribuído muito para a compreensão dos processos informais dentro dos serviços formais: todos os tipos de simpatias e antipatias dos funcionários foram minuciosamente examinados. (Os funcionários, afinal de contas, são homens iguais aos outros). As 'igrejinhas' ou 'camarilhas' e as personalidades neuróticas são realidades que não podem ser desprezadas, mas que devem, antes, ser expostas publicamente,

para serem estudadas e remediadas. As pesquisas de campo sobre este setor da vida não de adquirir importância cada vez maior e tornar-se pelo menos tão relevantes quanto os estudos de campo sobre as favelas e cortiços. H. D. Lasswell⁵⁸ trouxe uma contribuição muito apreciável a este terreno, ao elaborar métodos para analisar diversos tipos de funcionários e os seus respectivos tipos de comportamento.

Além desses controles internos, têm sido projetados novos controles externos. Uma regra prática, que significativamente só foi verificada há pouco tempo, mostra que um dos meios para controlar um organismo burocrático consiste em criar um organismo rival. A competição, muitas vezes, sublima o antagonismo, transformando-se em crítica construtiva. Os funcionários de um departamento rival podem ser os melhores críticos dos seus colegas do outro lado, pois conhecem os truques da profissão e são capazes de furar a cortina do 'segrêdo oficial'.⁵⁹ Além disso, pode-se organizar um serviço de informações regulares e completas dos organismos administrativos, sobre assuntos de interesse, não só para os corpos parlamentares e os dirigentes políticos, como também para o público em geral.

Nas nações industriais, as funções e a missão das autoridades públicas têm aumentado em larga escala: educação de adultos, serviço nacional de saúde, habitações populares locais ou nacionais, o complicado sistema de seguros etc. E alguns Estados além de passarem a ser proprietários de grande parte dos recursos nacionais, inclusive o carvão, a eletricidade e os transportes, também se dedicaram a organizar e oficializar a pesquisa para finalidades industriais, agrícolas e de defesa, e ainda de planejar e supervisionar a nova expansão regional e urbana.

É óbvio que esta nova situação deverá modificar, até certo ponto, o preparo que se exige de um funcionário público eficiente. Conforme foi salientado por H. R. C. Greaves, os princípios do Serviço Público britânico, fixados pelos seus reformadores há mais ou menos cem anos, deixavam subentendido que o alto funcionário público devia possuir gabarito intelectual e pertencer às famílias da classe alta, a fim de poder manter-se num plano quase igual ao da aristocracia. Em compensação, 'as qualidades que se exigem, com a maior premência, de um funcionário de um Estado do século XX' são: 'iniciativa e espírito empreendedor, mentalidade original e construtiva, compreensão humana e idéias democráticas, preparo científico e algum conhecimento das ciências sociais'.⁶⁰

Antes da Primeira Guerra Mundial, as funções do Estado geralmente se limitavam à redação e aprovação das leis, as quais, por sua vez, eram mais ou menos representativas dos princípios comumente aceitos, que regiam os direitos de propriedade e as

relações entre os cidadãos. Naquela época, 'a possibilidade de fazer uma análise lógica e de julgar imparcialmente era a principal qualidade que se exigia de um funcionário público de alta categoria'. Ao aplicar a lei, tinha que 'aplicar um princípio geral a um caso particular'. Mas com as novas funções econômicas resultantes dos controles estatais, a situação mudou profundamente. 'Tornou-se necessária maior flexibilidade mental', conforme observou G. Williams, 'assim como a capacidade de relacionar causas e efeitos, de prever uma cadeia de acontecimentos, para que as ocorrências futuras fiquem influenciadas pela atividade atual; e também capacidade de decisão rápida e de ação imediata'.⁶¹

VII. CONTROLE DEMOCRÁTICO DA IMPRENSA E DA RADIODIFUSÃO⁶²

Trataremos agora da imprensa e da radiodifusão, e do vasto poder de que dispõem para expor e disseminar a informação, a opinião e a propaganda. O controle democrático dessas novas instituições é vital, pois a sua influência haverá de aumentar paralelamente ao crescimento da sociedade. Os instrumentos de contato com as massas podiam permanecer ignorados, enquanto seu poder se achava muito espalhado. Os pequenos jornais, concorrendo uns com os outros e as pequenas organizações rivais de propaganda não podiam ocasionar grandes danos. Mas o aumento do seu raio de influência e a sua direção centralizada em posições-chave chamam a nossa atenção sobre a responsabilidade pública dos ditos meios de comunicação e a sua freqüente incapacidade em se mostrarem dignos dessa responsabilidade. Por isso, o crescimento e a utilização desse poder não podem permanecer isentos do controle público.

1. *Liberdade de imprensa*

O problema da liberdade de imprensa é, freqüentemente, confundido quando se discute a tradicional personalidade jurídica das agências noticiosas e dos periódicos, como se fossem pessoas físicas cuja liberdade deve ser defendida. Conforme observa muito acertadamente C. J. Friedrich, a estrutura da imprensa como pessoa jurídica torna necessário e legítimo que o Estado adote meios e modos adequados para controlar eficientemente o exercício desse poder institucional.⁶³

O objetivo original e função da imprensa consistem em proporcionar informação e ajudar a esclarecer a opinião pública. A primeira meta não é alcançada a menos que se garanta uma apresentação de notícias digna de confiança,⁶⁴ e a segunda torna-se completamente inatingível, se as grandes empresas forem donas

dos jornais e monopolizarem as opiniões ou, mediante influências indiretas, baseadas na publicidade, concederem indevido espaço ou tempo de radiodifusão à propaganda de interesses partidários ou sectários. Não se pode manter o equilíbrio da sociedade se os grupos privilegiados podem utilizar os meios mais poderosos para difundir suas idéias, enquanto os menos privilegiados se vêem privados de meios semelhantes de expressão. Não é fácil encontrar remédio a essa situação, pois é o tamanho e a importância de uma empresa jornalística que asseguram, freqüentemente, a qualidade do seu serviço de notícias e o alcance das suas informações. Por outro lado, o próprio tamanho das empresas publicitárias e dos jornais, facilitaria o controle, por intermédio de um organismo de comissários públicos (*public trustees*), comparável ao conselho diretor de muitas universidades; é muito possível que este seja o enfoque adequado. Foi assim que o *Times* de Londres, o *Manchester Guardian* e o *Observer* se tornaram independentes, em benefício do interesse público. O sistema de comissariado não precisa interferir com a manifestação de opiniões políticas por parte de vários jornais, e não vai além da vigilância necessária para que se conformem com os objetivos da democracia. O mandato público libertaria a imprensa e a radiodifusão da sua dependência dos interesses monopolísticos. A administração dos jornais como 'depositária do interesse da comunidade' libertaria a imprensa, o rádio e a televisão da dependência dos interesses monopolísticos.

Característico do crescente interesse dos cidadãos responsáveis é o fato de que, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, constituíram-se, recentemente, comissões que investigaram a estrutura e as tendências correntes da imprensa. Na Inglaterra, o primeiro-ministro nomeou uma 'Comissão Real',⁶⁵ a pedido da maioria dos membros do Parlamento, em março de 1947. Os relatórios constituem verdadeira fonte de informações, obtidas mediante minuciosas entrevistas com editores, proprietários e jornalistas; além disso, apresentam novas possibilidades para se achar soluções de compromisso entre a imprensa livre de qualquer controle estatal, de um lado, e das restrições e pressões das cadeias jornalísticas, de outro.⁶⁶

Enquanto esta pesquisa lança nova luz sobre as condições, práticas e perigos da produção industrial de jornais na Inglaterra, o relatório sobre os jornais americanos e outros meios de comunicação de massas, publicado pela Comissão norte-americana sobre a liberdade de imprensa, indica claramente tanto os perigos quanto as necessidades da situação atual. Existe uma relação, inversamente proporcional, entre a grande influência da imprensa na atualidade e o tamanho do grupo que pode utilizá-la como instrumento para expressar suas opiniões. Enquanto aumentou a importância da imprensa para o público como meio de comunicação

de massas, 'diminuiu, em grande escala, a proporção de pessoas que podem manifestar suas opiniões e idéias através da imprensa'.

Na clara exposição desta e outras tendências perigosas, deve-se acentuar especialmente dois dos cinco requisitos que indicam 'o que a nossa sociedade tem direito a exigir da sua imprensa'. De um lado, 'todos os pontos de vista importantes e todos os interesses da sociedade devem estar representados em seus organismos de representação de massas'. De outro lado, 'é necessário que a imprensa dê projeção aos grupos que constituem a sociedade... Dizer a verdade de qualquer grupo social, ainda que isto implique na exposição das suas fraquezas e vícios, significa reconhecer seus valores, aspirações e caráter humano'.⁶⁷

2. Responsabilidade dos dirigentes da radiodifusão

No campo da radiodifusão [e hoje diríamos, também da TV] o problema da variedade e do equilíbrio de programas, adaptados às diferentes opiniões e gostos que diferem amplamente e destinados aos diversos setores da população, não é menos vital. A estrutura e a organização da British Broadcasting Corporation (BBC) como corporação pública ⁶⁸ é uma experiência muito promissora no sentido de resolver o problema de um serviço de comunicações centralizado dentro do espírito democrático. O regulamento da BBC garante a apresentação imparcial das diferentes opiniões. Desta forma, um instrumento que se presta eminentemente à exploração totalitária, permanece sob o controle democrático. É democrático, em primeiro lugar, porque o Conselho da BBC representa um controle por parte não só dos interesses dos homens de negócios, como também de representantes de vários setores do público,⁶⁹ e todo o organismo se acha sob controle do Parlamento. O modelo da BBC mostra que a vontade de organizar uma instituição democrática é mais importante que a natureza técnica do instrumento. O rádio, devido à sua própria técnica, presta-se facilmente a um excesso de centralização e imposição, mas na Inglaterra o espírito democrático conseguiu criar um tipo de organização capaz de sobrepujar essas tendências.

O grande problema era, naturalmente, como chegar a um acordo para a justa distribuição de tempo entre todas as opiniões e gostos representativos. No passado, o equilíbrio entre os diferentes gostos e opiniões estabelecia-se, em grande parte, mediante a livre competição. Agora, deve ser planejado num espírito de jogo limpo (*fair play*). Mesmo que o resultado não seja tão satisfatório como se poderia desejar, existe sempre a possibilidade de melhorá-lo e, o que é mais importante, isto pode ser feito mediante discussão aberta, em vez de controles sutis. Mais uma vez, o crescimento do controle criador não diminuiu a liberdade mas a aumentou.

Na solução encontrada, a representação proporcional das opiniões não é deixada ao acaso, mas regulada por meio de acórdos voluntários. O resultado pode, às vezes, ser injusto, em parte porque não se ultrapassará sempre certos obstáculos ao estabelecimento da 'justa proporção' de interesses e, em parte, porque tais assuntos nunca podem ser medidos em termos precisos. Mas esses defeitos podem ser continuamente revisados, uma vez que emergem dos acórdos conscientes e não são devidos a decisões fora do controle público.

Considerando o poder de propaganda da radiodifusão do ponto de vista de uma estrutura equilibrada da sociedade, é indispensável adotar uma posição firme para que não se permita a propaganda antidemocrática. Ao nível das discussões teóricas, a democracia deve admitir todas as opiniões, quanto mais não seja para desenvolver plenamente a teoria democrática mediante o debate contínuo com os seus adversários. Mas seria suicídio permitir a difusão da propaganda antidemocrática e, o que é ainda pior, o apelo à ação contra a democracia. Um dos pontos essenciais da democracia é a crença na evolução pacífica. A democracia deve defender este requisito da sua própria existência. Se há algo que não pode tolerar, é a propaganda em favor da violência como meio de resolver as divergências.⁷⁰

Por essa razão, torna-se imperativo distinguir entre a discussão racional e a propaganda, como meios de influir na opinião pública. Nas sociedades pequenas, a discussão e a persuasão entremisturavam-se. Um discurso numa assembléia baseava-se, parte sobre argumentos racionais, parte sobre o contágio emocional. Com o crescimento da sociedade, as duas funções andam frequentemente dissociadas. Num comício de massas, a argumentação é apenas uma fachada, um lóbro; a principal função do comício de massas é a de pôr em movimento as emoções, focalizar as atenções nas crenças e nas aspirações, reforçando-as. Nas reuniões de comissões dá-se o contrário: os elementos emocionais tendem a desaparecer do debate e é possível chegar a uma discussão sóbria. O sistema parlamentar ainda permite boa quantidade de discussões autenticamente emocionais, no plenário, mas seria difícil negar que o principal trabalho se realiza cada vez mais nas reuniões das comissões.

3. *A natureza da propaganda*⁷¹

Devemos iniciar o nosso estudo acerca do controle da propaganda, eliminando alguns equívocos muito difundidos. Muitas pessoas continuam acreditando que a propaganda não é mais que a arte refinada de espalhar mentiras e excitar paixões perigosas. A sociedade democrática deve controlar, com firmeza, quaisquer manobras perigosas por meio da franca censura ou providenciando

para que as pessoas que difundem falsas informações sejam rigorosamente responsabilizadas por isso.⁷² No entanto, só nos poderemos dar conta do sentido da propaganda se reconhecermos sua função mais significativa, ou seja, a determinação do *nível de realidade* no qual o público irá discutir e atuar.

Por 'nível de realidade' queremos dizer que toda sociedade cria um clima mental, em que certos fatos e suas relações mútuas são considerados fundamentais e merecem o qualificativo de 'reais', ao passo que outras idéias não atingem o nível necessário de afirmações 'razoavelmente aceitáveis' e são qualificadas de fantásticas, utópicas ou irreais. Em toda sociedade há uma interpretação da realidade geralmente aceita. Neste sentido, toda sociedade estabelece convencionalmente um conjunto de idéias respeitáveis e lança todas as demais ao ostracismo, considerando-as 'diabólicas', 'subversivas' ou 'indignas'. Ser 'realista' ou 'pouco realista' é sempre um motivo apriorístico para atribuir valor maior ou menor a certos fatos. Seja qual for a opinião das diversas escolas filosóficas sobre este ponto, e por falar que seja essa ontologia aos olhos do instrumentalismo e do positivismo lógico, é fato sociológico que o pensamento público estabelece, inconscientemente, tais níveis de realidade, e que uma sociedade pode considerar-se integrada, apenas quando seus membros estão de acordo, em linhas gerais, com certa ordem ontológica.

Tomemos, por exemplo, um país dirigido principalmente por uma opinião pública pacifista, que esteja discutindo o problema da guerra e, em contraste, consideremos o exame do mesmo problema num país em que prevalece o espírito militarista. Os fatos que intervêm no debate podem ser, em linhas gerais, idênticos. A diferença consistirá em que, no país militarista, os pacifistas são considerados 'malucos', que não querem enfrentar a realidade da vida, pessoas que têm um sentido da realidade inferior ao comum. Ao contrário, no país de mentalidade pacifista, os heróis das nações belicosas serão tachados de sádicos com mentalidade pervertida. Ao fazer este último julgamento, define-se a natureza humana em termos de cooperação pacífica, pervertida unicamente pelas instituições sociais, criadas no interesse de uns poucos, que pervertem a mente humana e desumanizam o homem.

O conceito do nível de realidade ajuda-nos também a compreender melhor a instauração do marxismo como dogma na URSS, onde essa doutrina não é simplesmente um capricho do grupo dirigente, mas desempenha, aparentemente, papel vital na estabilização do sentido de realidade do povo. Esse conjunto de referências atribui dignidade suprema à dinâmica econômica da sociedade, e os outros fatores são considerados meramente incidentais; a luta de classes é a realidade suprema, e a tática e a estratégia que dela derivam são 'realistas'; todo enfoque que se afaste

dessa tendência é não só um erro de teoria, mas compartilha da realidade subversiva que dificulta a marcha para o progresso. Devemos ter consciência do significado do nível de realidade no pensamento coletivo, para compreender porque os países totalitários sustentam filosofias que diferem da nossa. 'Os que têm opiniões contrárias não precisam ser convencidos, mas simplesmente suprimidos'. No sistema nazista, um nível de realidade igualmente inferior, foi atribuído aos judeus, aos liberais, aos democratas, aos marxistas, aos cristãos etc., e a perseguição a esses grupos foi falsamente justificada pela alegação de que se achavam abaixo da 'verdade' inspirada pelo nazismo. Nos sistemas totalitários, a principal função da propaganda consiste em construir essa plataforma, estabelecer o que é praticável ou utópico, verdadeiro ou subversivo, como premissas inabaláveis que sirvam de base ao pensamento ulterior. O alvo visado é conseguir colocar os valores integrativos da sociedade dentro do que H. D. Lasswell denomina o 'foco da atenção pública', e impregnar de emoção esses valores e hábitos mentais. Ao promover essa aceitação inconsciente pelo povo, inculca-se nas massas o temor de abordar pontos de vista divergentes. Antes que se apresentem os prós e os contras, já fica resolvido, no plano da propaganda, qual é o tipo de mundo em que vivemos e assentado o valor supremo da doutrina dominante para a explicação da realidade.

4. *O terreno da discussão democrática*

Pergunta-se agora se a democracia possui um nível de realidade que lhe seja próprio e, no caso afirmativo, se pode existir sem plantar suas sementes na mente inconsciente dos seus cidadãos.

A sociedade democrática, em minha opinião, garante um nível abaixo do qual nenhum cidadão pode cair. A mentalidade autoritária, o ditador, o cidadão automatizado, o dogmatismo caem abaixo do nível da genuína humanidade. Mas é característico da democracia, como ponto de partida, admitir a liberdade de opinião e apreciar a maior variedade possível de pensamento. Também faz parte da educação democrática o desenvolvimento do tipo de mentalidade que não se sente confusa quando tem que se ajustar a diferenças sutis, variadas e graduadas.

Como dissemos anteriormente, a democracia admite, essencialmente, no terreno do debate, níveis de realidade que rivalizam entre si, e ajusta esses níveis mediante a discussão, os contatos vivificantes, o intercâmbio de idéias, o desempenho de rituais comuns. A sociedade é democrática na medida em que este ajustamento mútuo dos níveis de realidade seja espontâneo. Numa sociedade democrática, o ponto de vista pacifista e o militarista, o anarquista e o totalitário podem ser discutidos, contanto que o

poder de síntese da mentalidade coletiva possa identificá-los como posições extremas de uma série, cujo centro seja suficientemente firme para manter o equilíbrio. O espírito democrático é experimental: não estabelece como absoluto nem sequer o nível da realidade, mas considera a vida — o processo político — como incessantemente dinâmica.⁷³ Da mesma forma, o processo parlamentar leva a cabo continuamente o ajustamento dos dois extremos; o Governo e a oposição; e o faz, não da maneira de um pêndulo, que se move de um lado para outro, a partir de um centro fixo, mas antes, como se o próprio centro se movesse numa direção dada. Igualmente, a longo prazo, todo o conjunto de idéias que é objeto do debate democrático vai se movendo invisivelmente, mas sempre de acôrdo com a evolução da opinião pública. Basta comparar os períodos históricos de maior duração para compreender como se realiza o progresso numa sociedade que permite a liberdade de discussão. Tomemos, por exemplo, os diversos axiomas 'socialistas', tácitamente aceitos pelos conservadores na atualidade e que eram considerados utópicos algumas décadas atrás. Esta grande capacidade de mudar o terreno da discussão democrática e de modificar sutilmente o nível da realidade não deve, porém, ser levada ao exagêro. Se a livre integração de uma sociedade democrática através da opinião pública estiver exposta a mudanças violentas, o resultado será o caos mental. Daí a importância de certo grau de propaganda direta do sistema democrático, e da educação para a democracia. Ao criar deliberadamente um ambiente emocional, favorável ao desenvolvimento de sentimentos de lealdade, forma-se um nível de realidade, um conjunto de crenças e de opções com as quais se identifica a maioria do povo. Tem sido afirmado com freqüência, em desabono da democracia, que esta pode tolerar opiniões opostas unicamente quando emanam de minorias decadentes: que pode dar-se ao luxo de tratar com benevolência os 'opositores de consciência' (que se negam a prestar serviço militar) quando estes representam uma ínfima minoria. Mas que aconteceria, perguntam os críticos, se um desses grupos divergentes se tornasse bastante forte e procurasse suprimir o nível de realidade estabelecido na sociedade democrática? Este argumento apresenta um problema que devemos enfrentar com decisão.

5. *Lealdades e consenso*

Na estrutura equilibrada da sociedade, o poder não está concentrado unicamente nas instituições econômicas, na burocracia ou nas forças armadas, mas depende, em grau considerável, de uma opinião pública caprichosa. Nesta esfera, o equilíbrio da democracia só se mantém quando os pontos de vista divergentes são focalizados num certo ponto de estabilidade. A tolerância a res-

peito dos desvios torna-se possível se todos aqueles que desejam ter opiniões divergentes aceitam os métodos democráticos como núcleo do seu código moral, como seu próprio nível de realidade. Se desaparece esse consenso básico, surge a mesma espécie de caos que conhecemos na esfera econômica sob o nome de 'crise'. Isto pareceria justificar que se permitisse à maioria fazer uma propaganda mais insistente das opiniões que garantem poderosamente a ordem democrática.⁷⁴ A democracia tem, igualmente, o direito de desenvolver um núcleo de princípios educativos democráticos e preparar o caminho para a aceitação emocional desses princípios, mediante o uso deliberado da propaganda. Desta maneira se pode inculcar a lealdade a certos valores e certas formas de vida, mais completamente do que por meio de debates meramente teóricos.

É absolutamente necessário compreendermos que a vida pública não se baseia apenas sobre discussões teóricas (nas quais a total ausência de emoção é indispensável para a verdade), mas que está enraizada em hábitos e em valores inconscientes. A democracia não pode sobreviver sem isso: a simples interpretação intelectual da democracia fecha os olhos aos mais elementares pré-requisitos do consenso. Por outro lado, seria falta de visão confundir um mínimo de lealdade inculcada pela educação e pela propaganda, com a doutrinação totalitária e a apresentação exclusiva de um único ponto de vista. A admissão da necessidade de integração básica dos valores na sociedade é inteiramente diferente do ataque total desfechado pelo partido único contra o cidadão, deixando-o sem possibilidade de escolher ou de pensar com independência.

A inculcação de certas idéias pela democracia constituirá, como qualquer outro problema, uma questão de grau. A inatividade absoluta, nesse terreno, é tão perniciosa como a atividade exagerada: mais uma vez o problema se transforma em assunto de decisão em matéria política, definindo o propósito, o alcance e a técnica adequada para criar sentimentos de lealdade para com o sistema democrático.

Uma das razões pelas quais a inculcação dos referidos sentimentos de lealdade, mediante a propaganda, não deve ultrapassar certos limites, é que poderia pôr em perigo o funcionamento adequado de um dos mais importantes instrumentos de uma democracia dinâmica: a opinião pública. A opinião pública⁷⁵ é uma entidade genuína — é mais que a soma total dos efeitos produzidos pela imprensa, pela propaganda e outros meios; estes fazem parte dela, mas não constituem o resultado total. A opinião pública é um meio fluido que tudo abrange, composto de sentimentos passageiros, avaliações éticas e atitudes que não são fruto dos manejos de qualquer organismo, mas que se desenvolvem a partir

dos inúmeros contatos existentes entre vizinhos, nos clubes, nos bares, nas salas de espetáculos e nas ruas. É tratada com carinho e aprêço em todos os países em que se mantém viva a tradição democrática; seu poder pôde ser devidamente avaliado na Inglaterra, quando a política de apaziguamento de Chamberlain foi modificada sob o peso do clamor público. Nas democracias, acredita-se que a moralidade pública tenha suas raízes na opinião pública e esta, de certo modo, é o equivalente moderno dos tabus da sociedade tribal, ou das sociedades que ainda têm suas raízes mergulhadas na tradição. Portanto, é indispensável para a democracia que a opinião pública permaneça como poder espiritual e ao planejar a estrutura da sociedade, todos os esforços deverão ser empregados para que se mantenha o livre intercâmbio de opiniões, sem demasiada interferência e manejos artificiais. A educação e a propaganda, no sentido anteriormente indicado, deverão contribuir para a formação de atitudes coletivas e de um senso definido da realidade. Mas, ao lado dessas duas influências, deverão ser preservadas as fontes espontâneas do acôrdo democrático — a vida da opinião em sua forma genuína. Não é fácil tarefa numa sociedade de massas, pois os verdadeiros núcleos de formação da opinião são as células sociais — a família, a vizinhança, a fábrica ou o escritório — e o seu poder germinador reside na ação recíproca das referidas células. Onde se destroem as condições favoráveis a essa vida comunitária, a comunicação entre os homens fica bloqueada, em prejuízo da própria vida espiritual. Como se sabe, o rápido crescimento da civilização industrial, especialmente a expansão das metrópoles, destruiu a forma básica de integração livre na sociedade e, portanto, a reconstrução deverá iniciar-se pelo planejamento das comunidades e das cidades, com a regulamentação da estrutura física da sociedade. Mas a opinião não compreende unicamente a vida dentro das células básicas. Das referidas células primárias, surge uma rede de canais institucionalizados e mais artificiais, que as põe em contato com as áreas mais amplas, onde a opinião pública nacional assimila as opiniões que emanam das mais variadas fontes.

Entre êsses centros que se encontram por cima das células primárias, a fábrica adquire uma importância primordial, pois está destinada a transformar-se num foco cada vez mais forte para a formação da opinião pública numa democracia. As escolas se constituirão em outros centros do mesmo tipo. Os conselhos de comarca ou municipais, os conselhos de alto nível, os sindicatos, as câmaras de comércio e o número infinito de outras plataformas organizadas para a formação da opinião deverão manter laços entre si, para que a intercomunicação se torne fácil. A manutenção da fluidez da opinião pública a despeito da mecanização é de importância primordial numa sociedade democrática.

A opinião pública livre, além de ser a força dinâmica da democracia é também essencial como válvula de segurança contra as atitudes repressivas que ainda subsistem em pequenos grupos ou camarilhas. Frequentemente, apenas o temor de que sejam ventilados em público os motivos de certas queixas, é que impede que milhares de pequenos tiranos esmaguem os humildes. Os que temem a tirania do Estado deveriam lembrar-se que a média dos homens encontra o seu tirano ao alcance da mão, sob a forma de patrão ou chefe, e não se preocupa com o ditador que, pelo menos, está fora do seu alcance. Portanto, a inviolabilidade e a liberdade da opinião pública devem ser vigiadas tão cuidadosamente como qualquer das instituições anteriormente examinadas.

Em conclusão, devemos ter em mente duas coisas: primeiro, que no presente estágio de desenvolvimento das técnicas sociais, os grandes centros de poder devem ser controlados de maneira a interferir o menos possível na liberdade do povo. E quando afirmamos que a estrutura da sociedade deve ser controlada, não queremos dizer que o controle deva ser estendido à vida particular dos cidadãos, ou aos seus negócios, ou à esfera da opinião pública. Ao contrário, a inevitável interferência das técnicas sociais com a vida privada e comercial deverá ser cuidadosamente regulada, a fim de evitar a completa sujeição da sociedade. Ser contrário a todos os controles significa dar rédea solta às técnicas opressivas da sociedade. É tão estúpido como dizer que a liberdade de um automóvel consiste em não ter freios.

O segundo ponto a salientar é que o controle externo torna-se necessário apenas quando a liberdade de ação democrática produz tendências adversas a essa própria liberdade. O princípio orientador deve ser o de que todas as regulamentações deverão ser aprovadas e executadas democraticamente e revisadas sob a supervisão do público, devendo interferir o menos possível com o funcionamento espontâneo das instituições. Os vários órgãos de regulamentação pública poderão cedo ou tarde fundir-se numa Comissão de Vigilância integrada, a fim de vigiar a expansão dos centros de poder, e ao mesmo tempo cuidar de que as medidas de prevenção não se tornem tão autocráticas como as instituições que procuram controlar.

NOTAS

CAPÍTULO 5

A REFORMA DA POLÍTICA

1. Oppenheimer, Franz, *System der Soziologie* (Iena, 1926), vol. I, p. 465, vol. II, p. 18.
2. Heckscher, Eli F., *Mercantilism*, trad. M. Shapiro (Londres, 1935).
4. Weber, Max, *General Economic History* (Nova Iorque, 1927), pp. 170 e seg., pp. 174 e seg.
4. Ebenstein, William, *The Pure Theory of Law* (Madison, 1945).
- Hallowell, John H., *The Decline of Liberalism as an Ideology* (Berkeley, 1943).
- Hayeck, Friedrich A. von, *Individualism and Economic Order*, (Chicago, 1948).
- Idem, *Road to Serfdom* (Londres, 1944).
- Hobhouse, L. T., *Liberalism* (Londres, 1911).
- Laski, Harold J., 'The Rise of Liberalism', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. I.
- Lippmann, Walter, *An Inquiry into the Principles of the Good Society*, (Boston, 1937).
- Mannheim, Karl, *Ideology and Utopia* (Nova Iorque, Londres, 1936), esp. pp. 197-206.
- Mises, Ludwig, 'Liberalismus', (Iena, 1927).
- Ruggiero, Guido de, 'Liberalism', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. IX.
5. Gerth, Hans, 'The Nazi Party: Its Leadership and Composition', *The American Journal of Sociology* (janeiro, 1940), vol. XLV, n.º 4, pp. 517-41.
- Palyi, Melchior, 'Economic Foundations of the German Totalitarian State', *ibid.* (janeiro, 1941), vol. XLVI, n.º 4, pp. 469-86.
- Sering, Paul, *Jenseits des Kapitalismus* (Regensburg, 1946).
6. Smellie, K. B., *Our Two Democracies at Work* (Londres, 1944), pp. 58-60.
7. 'Increasing Government Control in Economic Life', *The Annals* (Amer. Acad. Soc. Pol. Science) (março, 1935).
- 'Government Expansion in the Economic Sphere', *ibid.*, (novembro, 1939).
8. Keynes, John Maynard, *The Economic Consequences of the Peace* (Nova Iorque, 1920).
9. A cifra dos desempregados alemães subiu acima de 6 milhões em 1932. O salário/hora caiu, de dezembro de 1930 a janeiro de 1932, para muitas categorias de trabalhadores qualificados, de 15 até mais de 22

por cento. Ver Forsthoff, Ernst (org.), *Deutsche Geschichte seit 1918 in Dokumenten* (Stuttgart, 1938), tabelas às pp. 240-41.

Cf. também Anderson, Evelyn, *Hammer or Anvil, the Story of the German Working Class Movement* (Londres, 1945), pp. 135 e segs. 'Os desempregados, dentre o total dos associados dos sindicatos livres, representavam... em 1932 (fevereiro e março) 45 por cento'.

Neumann, Franz, *European Trade Unionism and Politics* (Nova Iorque, 1936), p. 30. Publicação da Liga para a Democracia Industrial.

10. Cf. Chase, Stuart, *Democracy under Pressure: Special Interests vs. the Public Welfare. Guide Lines to America's Future as Reported by the Twentieth Century Fund* (Nova Iorque, 1945).

Crawford, Kenneth G., *The Pressure Boys* (Nova Iorque, 1939).

Herring, E. P., *Group Representation before Congress*, (Baltimore, 1929).

MacIver, R. M., 'Pressures, Social', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XII.

Perlman, Selig, *Labor in the New Deal Decade* (três conferências) (Nova Iorque, 1945). Educational Department, International Ladies 'Garment Workers' Union.

T. N. E. C. Monograph n.º 26 (Washington, D. C., 1941).

Waring, P. Alston, e Teller, Walter M., *Roots in the Earth* (Nova Iorque, 1943) (a respeito do 'bloco rural').

11. Cf. Finer, Herman, *The T. V. A. Lessons for International Application* (Montreal, 1944), esp. cap. 'Multi-Purpose Authority', pp. 220 e segs., 'Clearly Defined Scope of Powers', pp. 226 e segs. 'Application for World Scale'. 'Não pode haver organismos supranacionais, dotados de poderes ilimitados e de direitos de intervenção não pactuados. Ao contrário, conforme a T. V. A. (Tennessee Valley Authority) tem mostrado continuamente, é de vital importância mostrar a imagem da ajuda desinteressada, do caráter consultivo, dos propósitos definidos e dos processos enunciados com clareza', p. 228.

12. De acôrdo com Mosca, o Governo local é o único remédio contra a supercentralização democrática. A democracia significa crença na força da integração espontânea dos grupos e nos seus poderes criadores e crença de que as mudanças dinâmicas, mesmo na Grande Sociedade, são produto do crescimento orgânico, cujas tendências têm que ser interpretadas por governantes ou elites. Mosca, *The Ruling Class* (Nova Iorque, 1939), p. 159.

Cf. Frantz, Constantin, *Der Föderalismus als das leitende Prinzip fuer die soziale, staatliche und internationale Organisation* (Mogúncia, 1879; ed. abreviada, Stuttgart, 1921).

Idem, *Die Naturlehre des Staates* (Leipzig, 1870).

Oppenheimer, Franz, *System der Soziologie*, op. cit., vol. II, *Der Staat*, 'Der Föderalismus', pp. 774-84.

Proudhon, P. J., 'Du principe fédératif et de la nécessité de réconstituer le parti de la révolution', *Oeuvres complètes*, (Paris, 1875), vol. VIII.

13. Stern, Bernhard J., 'Restraints upon the Utilization of Inventions', *The Annals* (Amer. Acad. Pol. Soc. Science) (novembro, 1938), pp. 13-31.

Para um argumento contra a política de 'proteção exagerada' das patentes, ver Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (2.ª ed., Nova Iorque, 1947), pp. 96 e segs.

14. Importante relatório publicado pelo Congresso dos Sindicatos (General Council of the British Trades Union Congress (T.U.C.)), na

seção **Industrial and Commercial Monopoly**, sugere a criação de um organismo oficial encarregado de apresentar um relatório anual ao Parlamento sobre a natureza, extensão e desenvolvimento do monopólio, bem como a fundação de um tribunal permanente, autorizado a investigar as operações de qualquer monopólio e a propor a intervenção do Estado adequada.

Propostas da T.U.C.: 1) controle ou regulamentação pública do dinheiro e das facilidades de crédito relacionados com o uso da terra; 2) organização de uma comissão econômica construtiva, no nível mais alto da administração, assessorada por 3) conselhos industriais, incluindo peritos; 4) nas indústrias nacionalizadas: estabelecimento de corporações públicas, cujos membros seriam nomeados pelo Ministro e incluiriam representantes dos operários. Ver, também, *The Times* (Londres, 30 de agosto de 1945).

Gordon, Lincoln, *The Public Corporation in Great Britain* (Oxford, 1938).

Idem, *Britain without Capitalism* (Londres, 1936).

Employment Policy and Organization of Industry after the War (Oxford, 1943), Nuffield College.

Ver também a nota 7 na p. 185.

15. Este planejamento pode influenciar a atividade da cidadania, negativa ou positiva, conforme Kate Liepmann mostrou em *The Journey to Work* (Londres, Nova Iorque, 1944). A sociedade planificada, naturalmente, procurará modificar essa situação, dando novamente maior realce às 'unidades de vizinhança' mediante o planejamento moderno das cidades.

16. Lord Nuffield, por exemplo, sugeriu um Conselho Público Industrial.

17. Uma boa discussão dos prós e contras das várias formas de controle encontra-se no trabalho de Schumacher 'Essay on State Control of Business', *Agenda* (fevereiro, 1944), vol. 3, n.º 1. Do ponto de vista técnico, é muito importante sua sugestão de que o controle da indústria pelo governo deveria ser exercido não tanto pela participação no processo de produção, mas tornando-se o governo o mais poderoso comprador. O poderoso comprador sempre estabelece os padrões de execução, pode influenciar os métodos de produção, a quantidade, a qualidade, os preços, os lucros e, portanto, 'transforma a compra particular em compra pelo Estado' (pp. 152-7). Esta técnica é particularmente interessante para o sociólogo porque contém elementos de interferência e de compulsão, com poderosos efeitos que ainda não foram sentidos como **compulsão** mas como **liberdade** pelo industrial, porque dá a impressão ao indivíduo controlado que ele próprio faz o ajustamento às pressões e não simplesmente as obedece, e porque a aceitação dessas pressões faz parte da nossa 'Cultura Ocidental'. Contudo, a cultura pode mudar. A este respeito, a seguinte observação parece-me extremamente importante: 'Conforme notou Walton Hamilton, os negócios privados conseguem impor as suas coerções melhor que o governo, porque sabem disfarçá-las como escolhas'. Robert S. Lynd, 'The Implications of Economic Planning for Sociology', *American Sociological Review* (fevereiro, 1944), vol. IX, n.º 1, p. 20.

18. As únicas exceções são os casos em que o Estado socializa indústrias a fim de dirigi-las como empresas estatais. Então se pode dizer que o planejamento significa participação ativa no processo de produção. Mas, mesmo assim, a justificação é que o Estado não deseja tornar-se produtor, mas que esta sua simples posição sobre o setor socializado lhe dá o poder regulador que é necessário para a prevenção.

19. Aqui, como quase sempre, foram os estados totalitários que começaram a compreender as novas possibilidades, ao transferirem populações em larga escala, ao removerem classes dirigentes completas e favorecendo deliberadamente interesses criados que servem aos seus fins. As democracias seguiram com relutância êsse exemplo, depois da guerra: insistindo em certos tipos de governo, transferindo populações desde que isto promettesse aliviar as tensões. O novo problema ainda não foi encarado de frente: até que ponto o planejamento democrático poderá tomar tais medidas, e quais são os métodos de recolocação de grupos e de reconstituição de poder que se coadunam com o espírito da democracia progressiva. Quanto à transferência de populações pelos Estados totalitários, ver J. Isaac, *Economics of Migration* (Londres, 1947).

Men without the Rights of Man, A Report on the Expulsion and Extermination of German-speaking Minority Groups in the Balkans and Pre-war Poland, (Nova Iorque, s/d., posterior a maio de 1947). Comitê contra as Expulsões em Massa, Christopher Emmet, Presidente.

Kullischer, Eugene M., *Jewish Migrations, Past Experiences and Post-War Prospects* (Nova Iorque, 1944). (Pamphlet Series, Jews and the Post-War World, n.º 4).

20. Vagts, Alfred, 'Die Chimaere des europäischen Gleichgewichts', *Zeitschrift fuer Sozialforschung* (ed. mimeografada, 1942).

21. O padrão da deterioração da democracia e sua transformação em ditadura deveriam ser estudados mais cuidadosamente em todas as suas fases. Há algumas analogias, apesar de consideráveis diferenças, entre a evolução para a ditadura na Alemanha, em 1932-4 e na Tchecoslováquia em 1946-8.

22. O equilíbrio de controles e contrapesos é resumido por Lasswell no seguinte trecho: 'Sabemos que em harmonia com o princípio de controles e contrapesos a Presidência é controlada pelo Congresso e pela Corte, o Congresso pela Presidência e pela Corte, e a Corte pela Presidência e o Congresso'.

'O mesmo princípio aplica-se às relações entre o governo federal e os Estados. Há uma zona de autoridade reservada aos Estados, na qual o governo federal não tem autoridade para entrar. De acordo com a delegação de poderes limitada e específica sob a Constituição, o governo federal só pode exercer a autoridade que lhe é confiada pela Constituição. Tudo o que não é delegado ao governo federal e especificamente proibido aos Estados, pode ser exercido pelos Estados, e não pelo governo federal'. Lasswell, H. D., *Democracy through Public Opinion* (Nova Iorque, 1941), pp. 134 e seg.

23. Relevantes diferenças de poder existem, contudo, nos partidos. Cf. cap. 3.

24. Cf. Schmitt, Carl, *Verfassungslehre* (Munique, Leipzig, 1928), pp. 226 e segs.

25. Cf. Rist, Charles, 'The Financial Situation of France', *Foreign Affairs* (julho, 1938), vol. 16, n.º 4, pp. 601-11.

26. Wootton, Barbara, *Freedom under Planning* (Chapel Hill, 1945).

27. Lowe, Adolph, 'Wie ist Konjunkturtheorie ueberhaupt moeglich', *Archiv fuer Weltwirtschaft und Seeverkehr* (1926), vol. 24, pp. 165-97.

Kalecki, M., *Essays in the Theory Economic Fluctuations* (Londres, 1939).

Schumpeter, Joseph A., *Business Cycles* (Nova Iorque, 1939).

28. Clark, Colin, *The Conditions of Economic Progress* (Londres, 1940). (Levantamento internacional e estatístico).

Rostas, L., 'Industrial Production, Productivity, and Distribution in Britain, Germany and the U.S.', *Economic Journal* (Cambridge, 1943).

29. Keynes, John Maynard, *General Theory of Employment, Interest and Money* (Londres, 1936).

Schumpeter, Joseph A., *Capitalism* ... op. cit.

30. Bakke, E. W., *The Unemployed Worker* (New Haven, 1946).

Abboth, Edith, *Public Assistance* (Chicago, 1941), 2 vols.

Lane, M. S., e Steegmueller, Francis, *America on Relief*, (Nova Iorque, 1938).

Lazarsfeld, Paul, e H. Zeist, *Die Arbeitslosen von Marienthal*, Psychol. Monographien (1933).

Idem, *Men without Work* (Cambridge, 1938).

Eveline Burns, diretor do Relatório de 'Research of the National Resources Planning Board', *Security, Work, and Relief Policies* (1942), critica as medidas de assistência e os subsídios (relief) aos desempregados da década anterior à guerra: 'Deu-se menos importância às medidas preventivas do que às paliativas. O auxílio público não estêve ao alcance de todo o povo necessitado, independentemente do lugar de residência ou dos motivos da necessidade. O nível de vida concedido aos dependentes da assistência social foi, na maioria dos programas, extremamente baixo e, para alguns grupos e para todas as pessoas em certas áreas, foi considerado chocante num país de tão grande riqueza potencial. Os trabalhos públicos estiveram disponíveis para apenas uma fração dos desempregados ... a maioria do grupo dependente só conseguiu receber ajuda sob condições que certamente não visavam a defender o amor-próprio, e que eram, às vezes, profundamente deprimentes'. *National Resources Development Report for 1943*, 78.º Congresso norte-americano, Câmara dos Representantes, Documento n.º 128, parte I, p. 75.

31. Schumpeter, Joseph A., *Capitalism*..., op. cit., p. 397.

Quanto ao 'Works Progress Administration of the United States', ver McMahon, Arthur, Millet, J. D., e Ogden, Gladys, *The Administration of Federal Work Relief* (Chicago, 1941).

Burns, Eveline, *Security, Work and Relief Policies*, op. cit.

Douglas, P. H., *Social Security in the United States*, (Nova Iorque, 1939).

Lorwin, Lewis, *Public Works and National Planning*, (Washington, D. C., 1941).

Idem, *International Development — Public Works and Other Problems* (Washington, D. C., 1942).

32. No que se refere aos Estados Unidos, ver Charles R. Whittlesey, 'Federal Reserve Policy in Transition', *The Quarterly Journal of Economics* (maio, 1946), vol. LX, n.º 3, pp. 340-50.

33. Cf. Lilienthal, David E., *T.V.A.: Democracy on the March* (Nova Iorque, Londres, 1944).

34. Quanto aos países escandinavos, são recomendados os seguintes livros:

Childs, M. W., *Sweden: The Middle Way* (New Haven, 1936; Pelican, 1948).

Cole, Margaret, e Smith, Charles (org.), *Democratic Sweden* (Nova Iorque, 1939).

Hacker, Louis, *American Problems of Today* (Nova Iorque, 1938).
 Howe, F. C., *Denmark: The Cooperative Way* (Nova Iorque, 1937).
 Strode, Hudson, *Finland Forever* (Nova Iorque, 1940).

35. Berle, A. A., e Means, Gardiner C., *The Modern Corporation and Private Property* (Nova Iorque, 1933).

'Distribution and Ownership in the 200 Largest Nonfinancial Corporations', *T.N.E.C. Monograph N.º 9* (Washington, D.C., 1940).

Hilferding, Rudolf, *Das Finanzkapital* (Berlim, 1910).

36. Karl Mannheim parece que concordaria com sociólogos tais como Ferdinand Toennies, o qual liga o triunfo do conceito romano de propriedade à ascendência da economia monetária e ao desenvolvimento capitalista. *Geist der Neuzeit* (Leipzig, 1935), p. 59.

Max Weber contestou enfaticamente esse ponto de vista, afirmando que a Inglaterra não acompanhou a tradição continental de 'tomar emprestado' do Direito Romano, e que 'muitas instituições legais especificamente capitalistas são de origem medieval e não romana'. Cf.: *Wirtschaft und Gesellschaft*, pp. 427, 448 e segs., 453 e seg., 467, 471, 487 e seg., 492 e segs. (Nota dos organizadores).

Hallowell, A. Irving, 'The Nature and Function of Property as a Social Institution', *Journal of Legal and Political Sociology* (abril, 1943), vol. I, pp. 115-38).

37. Moore, Wilbert E., 'The Emergence of New Property Conceptions in America', *ibid.*, pp. 34-58.

Idem, 'Sociology of Economic Organization', *Twentieth Century Sociology*, org. por George Gurvitch e Wilbert E. Moore (Nova Iorque, 1945), pp. 438-65. (Com bibliografia).

Para outras referências, ver Karl Mannheim, *Man and Society*. *op. cit.*, pp. 413-14.

38. Ver nota 7 na p. 185.

39. São característicos os casos dos generais Boulanger e Gallifet. Veja-se Walter Frank, *Nationalismus und Demokratie im Frankreich der dritten Republik, 1871-1918*, (Hamburgo, 1933), pp. 223 e segs.

No que se refere à Alemanha, ver Ernst Rudolf Huber, *Heer und Staat in der deutschen Geschichte* (Hamburgo, 1938).

Rosenberg, Arthur, *The Birth of the German Republic, 1871-1918*, trad. J. F. D. Morrow (Londres, 1931).

Sobre as relações entre as lideranças militares e políticas nos fins da Primeira Guerra Mundial, ver Bernhard Schwertfeger, 'Die politischen und militärischen Verantwortlichkeiten im Verlaufe der Offensive von 1918', *Die Ursachen des Deutschen Zusammenbruches im Jahre 1918*, org. por Philipp Albrecht (Berlim, 1928), vol. II. Ver também vol. III.

Rogers, Lindsay, 'Civilian Control of Military Policy', *Foreign Affairs* (janeiro, 1940), vol. 18, n.º 2.

Schwertfeger, Bernhard, *Das Weltkriegsende, Gedanken ueber die deutsche Kriegsfuehrung, 1918* (Potsdam, 1937).

40. Para uma descrição da ascensão dos fascistas italianos e do papel das 'tropas de choque', ver Ignazio Silone, *Der Fascismus seine Entstehung und seine Entwicklung* (Zurique, 1934).

Quanto ao nacional-socialismo alemão, basta mencionar que '48,6% de todos os líderes políticos do partido nacional-socialista tomaram parte ativa na guerra no período de 1914-1921. Cerca de 25% de todos os membros do partido, que tomaram parte nas lutas que marcaram o período de

guerra e de pós-guerra, ocupam posições de liderança, enquanto que dos membros do partido que não participaram, apenas 20,2% são líderes'. Hans Gerth, 'The Nazi Party: Its Leadership and Composition', *The American Journal of Sociology*, (janeiro, 1940), vol. XLV, n.º 4, pp. 530-31.

'Mesmo após a desmobilização propriamente dita, 20.000 oficiais tiveram que ser dispensados: eram descendentes das famílias nobres e esperavam continuar na profissão escolhida de acordo com as tradições seculares da família. Entre esses desiludidos surgiram muitas associações, onde se reuniam os inimigos do novo Estado'. Ferdinand Friedensburg, *Die Weimarer Republik* (Berlim, 1946), p. 239.

41. 'Quando os oficiais do exército figuram ativamente, e os antigos oficiais participam *ex-officio* nas organizações políticas, é certo que vão dominar essas organizações e substituir a autoridade civil — é este o câncer do mundo hispânico, aparentemente incurável'. A. Livingstone, na introdução a *The Ruling Class* de Mosca, *op. cit.*, p. XXV. Ver também Katharine Chorley, *Armies and the Art of Revolution* (Londres, 1943), e Albert T. Lauterbach, ' Militarism in the Western World', *Journal of the History of Ideas* (outubro, 1944), vol. 4, n.º 4.

Earle, Edward Mead (org.), *Makers of Modern Strategy* (Princeton, 1943). (Com extensa bibliografia).

Lauterbach, A. T., *Economics in Uniform: Military Economy and Social Structure* (Princeton, 1943).

Wright, Quincy, *A Study of War* (Chicago, 1943), 2 vols.

42. Tanto Weber como Fueter realçaram a ligação entre liberdade democrática e poder naval. Cf. Max Weber, *General Economic History*, trad. Frank Knight (Londres, s/d.), p. 329.

Fueter, Eduard, *World History 1815-1920*, trad. Sidney Bradshaw Fay (Nova Iorque, 1922), pp. 37 e seg., 84 e segs.

43. Vagts, Alfred, *History of Militarism* (Nova Iorque, 1937).

Demeter, K., *Das deutsche Offizierskorps in seinen historischsoziologischen Grundlagen* (Berlim, 1930).

44. Schmidt, Major Ulrich, 'Die Reichswehr', *Das deutsche Wehrwesen*, (Stuttgart, 1935), pp. 239-343.

Fried, Hans Ernest, *The Guilt of the German Army* (Nova Iorque, 1943).

45. Heiden, Konrad, *Der Fuehrer: Hitler's Rise to Power* (Boston, 1944).

Idem, *A History of National Socialism* (Londres, 1934).

Schwertfeger, Bernhard, *Raetsel um Deutschland* (Heidelberg, 1947).

Wheeler Bennett, John, *Wooden Titan: Hindenburg in Twenty Years of German History, 1914-1934* (Nova Iorque, 1936).

46. Mosca, que sustenta o ponto de vista de que o melhor fiador da imparcialidade do exército no desenvolvimento do Ocidente tem sido o seu corpo de oficiais de origem aristocrática, vê no caso francês apenas a confirmação da sua predição de que um exército democratizado leva inevitavelmente à ditadura militar. De acordo com essa hipótese, um corpo de oficiais que provém das classes dirigentes reflete o equilíbrio de muitas e variadas forças sociais que são reconhecidas pelo exército e dentro dele, enquanto na democratização do exército aquelas forças apenas atuariam dentro dele os conflitos sociais que se desenrolam na sociedade em geral. Cf. Livingstone, *op. cit.*

Cf. também S. C. Davis, *The French War Machine* (Londres, 1927).
Mayer, coronel E., *La Guerre d'hier et l'armée de demain* (Paris, 1921).

Monteilhet, J., *Les Institutions militaires de la France* (Paris, 1934).
 'Pertinax' (A. Géraud), *Les Fossoyeurs* (Nova Iorque, 1943, 2 vols.).

47. Cf. Chorley, Katharine, *op. cit.*, pp. 248-9.

48. Ver cap. 3, parte XII.

49. Os exércitos de massas deixaram em grande parte de ser um instrumento eficiente de luta, embora um exército moderno, conforme observa Friedwald, 'possa ser chamado a executar diversas tarefas, tanto militares como administrativas; para esses propósitos serão mais convenientes forças menores, porém altamente mecanizadas'. E. M. Friedwald, *op. cit.*, p. 88.

50. Um memorando enviado às Autoridades Locais Britânicas pelo **Home Office** (Ministério do Interior) e pelo Secretariado de Estado para a Escócia, em fins de 1947, apresentando planos para a reconstituição em nova base dos Serviços de Defesa Civil, mostra a intenção de organizar a comunidade, em caso de guerra, em três principais elementos:

1. Uma força de tempo integral, extremamente móvel, disciplinada e bem treinada, pronta para servir em qualquer parte do Reino Unido.

2. Forças locais de tempo parcial, mas com alguns núcleos de tempo integral, suficientemente móveis para servirem em qualquer lugar, dentro de uma área mais restrita.

3. Uma força de cidadãos bem preparados, capazes, numa emergência, de cuidarem de si mesmos, de suas famílias e vizinhos.

The Manchester Guardian (11 de dezembro de 1947).

51. Cf. Speier, Hans, 'Ludendorff: The German Concept of Total War', em *Makers of Modern Strategy*, org. por E. M. Earle (Princeton, 1943), p. 319.

52. Ferrat, André, *La République à refaire* (Paris, 1945), pp. 87-108.

53. Allport, F. H., *Institutional Behavior* (Chapel Hill, 1933).

Appleby, P. H., *Big Bureaucracy* (Nova Iorque, 1945).

Barnard, Chester I., *The Functions of the Executive* (Cambridge, 1938).

Idem, 'Functions and Pathology of Status Systems in Formal Organizations', *Industry and Society*, org. por W. F. Whyte (Nova Iorque, 1946), cap. 4.

Beck, J. M., *Our Wonderland of Bureaucracy, A Study of the Growth of Bureaucracy in the Federal Government, and Its Destructive Effect upon the Constitution* (Nova Iorque, 1933).

Belsley, G. Lyle, 'Why Bureaucracy Is Belittled', *Personnel Journal* (janeiro, 1947), pp. 19-23).

Bendix, Reinhard, 'Bureaucracy, the Problem and Its Setting', *American Sociological Review* (outubro, 1947), vol. 12, pp. 493-507.

Idem, 'Bureaucracy and the Problem of Power', *Public Administration Review* (Verão, 1945), vol. V, n.º 3, pp. 194-209.

Bendiner, Robert, *The Riddle of the State Department* (Nova Iorque, 1942).

Blachley, F. F., e Oatman, M., 'The Position of the Civil Service in Germany', *South Western Political and Social Science Quarterly* (setembro, 1929), vol. X, pp. 171-89.

Boehm, Franz, 'Berufsbeamte oder Angestellte des oeffentlichen Dienstes?', *Die Wandlung* (março, 1949), vol. IV, n.º 3, pp. 195-208.

Brady, R. A., *The Rationalization Movement in German Industry* (Berkeley, 1933).

Burnham, J., *The Managerial Revolution* (Nova Iorque, 1941).

- Cochran, T. C., 'The Social History of the Corporation in the U. S.' **The Cultural Approach to History**, org. por C. F. Ware (Nova Iorque, 1940).
- Cole, Taylor, 'Italy's Fascist Bureaucracy', **American Political Science Review** (dezembro, 1938), vol. XXXII, pp. 194-209.
- Demetviadi, Sir Stephen, 'Inside a Government Office' (Nova Iorque, 1930).
- Finer, Herman, **The British Civil Service**, (Londres, 1927).
- Idem, 'The Civil Service in the Modern State', **American Political Science Review** (1925), vol. 19.
- Idem, 'Organization, Administrative', **Encyc. Soc. Sciences**, vol. XI.
- Idem, 'Personnel Problems in the Post-War World', **Personnel Administration** (setembro, 1942), vol. 5, n.º 1.
- Friedrich, Carl J., **Constitutional Government and Democracy** (Boston, 1941).
- Idem, 'The Continental Tradition of Training Administrators in Law and Jurisprudence', **The Journal of Modern History** (junho, 1939), vol. XI, N.º 2, pp. 129-48.
- Idem e outros, **Problems of the American Public Service** (Nova Iorque, Londres, 1935).
- Idem, **Public Policy** (Cambridge, 1940).
- Idem e Cole, Taylor, **Responsible Bureaucracy, A Study of the Swiss Civil Service** (Cambridge, 1932).
- Gaus, John M., e Wolcott, Leon O. (com um capítulo por Verne B. Lewis), **Public Administration and the United States Department of Agriculture** (Chicago, 1940).
- Hintze, Otto, **Der Beamtenstand** (Leipzig, Dresden, 1911).
- Handman, Max, 'The Bureaucratic Culture Pattern and Political Revolutions', **American Journal of Sociology** (novembro, 1933), vol. 39, pp. 301-13.
- Hewart, Lord, **The New Despotism** (Londres, 1932).
- Hughes, Everett C., 'Institutional Office and the Person', **American Journal of Sociology** (novembro, 1937), vol. 43, pp. 404-13.
- Idem, 'Personality Types and Division of Labor', *ibid.* (março, 1928), vol. 33, n.º 3, pp. 754-68.
- Hsu, Frances L. K., 'A Closer View of China's Problems', **Far Eastern Quarterly** (novembro, 1946), pp. 50-64.
- Kingsley, J. D., **Representative Bureaucracy** (Yellow Springs, Ohio, 1944).
- Kosok, Paul, **Modern Germany, A Study in Conflicting Loyalties** (Chicago, 1933), cap. VIII, 'The Administrative Bureaucracy', pp. 100-123.
- Laski, H. D., 'Bureaucracy', **Encyc. Soc. Sciences**, vol. III.
- MacMahon, Arthur W., e Dittmer, W. R., 'Autonomous Public Enterprise — the German Railways', **Political Science Quarterly** (1939), vol. 54, pp. 481 e segs. e vol. 55 (1940), pp. 25 e segs. e 176 e segs.
- Mendelsohn-Bartholdy, A., 'Bureaucracy in Germany', **The New Social Science** (Chicago, 1930), pp. 21 e segs.
- Merton, Robert King, 'Bureaucratic Structure and Personality', **Social Forces** (maio, 1940), vol. 18, pp. 560-68.
- Idem, 'The Role of the Intellectuals in Public Bureaucracy', *ibid.* (maio, 1945), vol. 23, pp. 405-15.
- Mises, Ludwig von, **Bureaucracy** (New Haven, 1944).
- Morstein Marx, Fritz, 'Bureaucracy and Dictatorship', **The Review of Politics** (janeiro, 1941), vol. 3, n.º 1, pp. 100-117.
- Idem, 'Bureaucracy and Consultation', *ibid.*, (1939), vol. I, pp. 84 e segs.
- Idem, 'The Bureaucratic State', *ibid.*, pp. 457 e segs.

- Idem, **Government in the Third Reich** (Nova Iorque, Londres, 1936), cap. 4.
- Idem e Wood, Bryce, 'The Brazilian Civil Service', **Inter-American Quarterly** (1940), vol. 2:4, pp. 42 e segs.
- Mosca, G., *op. cit.*
- Mosher, William E., e Kingsley, J. Donald, **Public Personnel Administration** (Nova Iorque, Londres, 1936).
- Muir, Ramsay, **Peers and Bureaucrats** (Londres, 1910).
- Phelan, E. J., 'The New International Civil Service', **Foreign Affairs** (janeiro, 1933), vol. 11, n.º 2, pp. 307-14.
- Selznik, P., 'An Approach to a Theory of Bureaucracy', **American Sociological Review** (1943), vol. 8, n.º 1, pp. 47-54.
- Sharp, W. D., 'The Evolution of the Civil Service', **The University of Toronto Quarterly** (janeiro, 1939), vol. VIII, n.º 2, pp. 155-64.
- Sharp, W. R., **The French Civil Service: Bureaucracy in Transition** (Londres, 1931).
- Sullivan, Lawrence, **The Dead Hand of Bureaucracy** (Indianapolis, Nova Iorque, 1940).
- T.N.E.C. Monograph N.º 11, 'Bureaucracy and Trusteeship in Modern Corporations'.
- Weber, Alfred, 'Der Beamte', **Ideen zur Staats- und Kultursoziologie** (Karlsruhe, 1927), pp. 81-102.
- Idem, 'Bürokratie und Freiheit', **Die Wandlung** (dezembro, 1945), vol. I, n.º 12, pp. 1033-48.
- Idem, 'Das Ende des modernen Staates', *ibid.* (agosto, 1947), vol. II, n.º 6, pp. 463-77.
- Idem, 'Deutschland und Europa. Zugleich eine Betrachtung des Ruhrstatuts', *ibid.* (fevereiro, 1949), vol. 4, n.º 2, pp. 99-111, esp. a parte 'Die Ruhrbehoerde — ein Manager-Koloss', pp. 109 e segs.
- Idem, 'Fluch und Segen der Buerokratie', **Die Neue Zeitung** (8 de janeiro de 1940).
- Weber, Max, **Essays in Sociology**, *op. cit.* 'Bureaucracy'.
- Idem, **General Economic History**, *op. cit.* 'The Modern State'.
- Idem, 'Theory of Social and Economic Organization', *op. cit.*, cap. III, parte II, 'Legal Authority with a Bureaucratic Administrative Staff', pp. 329-41.
- White, Leonard, **The Civil Service in the Modern State** (Chicago, 1930).
- Idem, **Introduction to the Study of Public Administration** (Nova Iorque, 1926).
- Idem, **The Prestige Value of Public Employment** (Chicago, 1929).
- Idem, **Trends in Public Administration** (Nova Iorque, 1933). (Recent Social Trends Monograph).
- Idem, e Bland, C. H., Costberg, F. e outros, **The Civil Service in the Modern State** (Great Britain, Canada, France, Germany, Australia, Japan etc.) (Chicago, 1930).
- Woody, Carroll H., **The Growth of the Federal Government 1915-1932**, (Nova Iorque, Londres, 1934). (Recent Social Trends Monograph).
54. Cf. Mosher, W. E., e Kingsley, J. Donald, *op. cit.*, cap. I. (Breve esboço histórico).
55. Carl J. Friedrich cita as obras essenciais em 'The Continental Tradition of Training Administrators in Law and Jurisprudence', *loc. cit.*
56. Weber, Max, **Essays in Sociology**, *op. cit.*, p. 229.
57. Ao mesmo tempo, Mannheim percebeu a importância de recrutar a burocracia numa base muito larga, expressando o seu perfeito acôrdo com a declaração feita após-guerra por M. A. Ferrat: 'Hoje não é sufi-

ciente mudar algumas cabeças. É o espírito geral da administração que precisa ser modificado. São as fontes de recrutamento que devem ser transformadas; e o próprio espírito da educação dada aos seus membros deve ser renovado. É necessário criar uma escola de administração, cujos diversos departamentos especializados seriam acessíveis aos grandes organismos públicos, aos servidores civis e militares do Estado. É também necessário assegurar o acesso a essa escola, e por intermédio dela às mais importantes funções públicas, aos filhos do povo bem dotados, especialmente das classes operária e camponesa', *op. cit.*, p. 9. (Nota dos organizadores).

58. Lasswell, H. D., 'The Participant Observer. Studies of Administrative Rules in Action', em *The Analysis of Political Behaviour* (Nova Iorque, 1948), pp. 261-78.

59. Simmel, Georg, sobre 'Sociedades Secretas', em *Soziologie*, *op. cit.* Weber, Max, *Essays in Sociology*, *op. cit.*, pp. 233 e seg., 437.

60. Greaves, H. R. C., *The Civil Service in the Changing State* (Londres, 1947), pp. 218 e segs. Ver também o capítulo 'Personnel' em *The Reform of the Higher Civil Service* (Londres, 1947), pp. 3-117. (Relatório de um comitê especial para a Sociedade Fabiana).

61. Williams, G., *The Price of Social Security* (Londres, 1944), p. 189.

62. Cf. a bibliografia anotada de Bruce L. Smith, H. D. Lasswell e Ralph D. Casey, *Propaganda, Communication, and Public Opinion: A Comprehensive Reference Guide* (Princeton, 1946).

Albig, W., *Public Opinion* (Nova Iorque, Londres, 1939). (Extensa bibliografia).

Doob, Leonard W., *Public Opinion and Propaganda* (Nova Iorque, 1948).

Kris, Ernst, e Speier, Hans, *German Radio Propaganda* (Nova Iorque, Londres, 1944).

63. Friedrich, C. J., *Constitutional Government and Politics*, *op. cit.*, p. 448.

64. Foi sugerido por Carl Joachim Friedrich que os perigos resultantes das notícias indignas de confiança ou deformadas poderiam ser combatidos, sujeitando-se o sistema de disseminação de notícias às restrições judiciais. 'A defesa mais eficiente da liberdade individual é garantida, quando se entrega a uma alta corte a função de dar um julgamento 'interpretativo' do significado das cláusulas constitucionais, todas as vezes que um particular deseja pôr em questão a interpretação de outra autoridade, tal como o Congresso ou o Presidente. Não seria possível 'judicializar' também o sistema da imprensa, pondo fora da lei certo tipo de sensacionalismo que prejudica a verdade e, em seguida, permitir que as partes prejudicadas trouxessem suas queixas perante uma espécie de corte judiciária, que examinaria as provas?' Friedrich, *op. cit.*, pp. 448-9.

65. Os objetivos dessa comissão estavam assim definidos: 'A fim de fomentar a livre expressão da opinião por intermédio da imprensa e a maior exatidão prática na apresentação das notícias; para investigar o controle, direção e propriedade da imprensa diária e periódica e das agências de notícias, bem como a estrutura financeira e as tendências monopolísticas existentes, e para fazer recomendações a respeito'.

66. A Comissão Real da Imprensa publicou minutas dos depoimentos tomados em 1947-9 (*Royal Commission on the Press (1947-9) Report*; H. M. Stationery Office, Londres, 1949).

ciente mudar algumas cabeças. É o espírito geral da administração que precisa ser modificado. São as fontes de recrutamento que devem ser transformadas; e o próprio espírito da educação dada aos seus membros deve ser renovado. É necessário criar uma escola de administração, cujos diversos departamentos especializados seriam acessíveis aos grandes organismos públicos, aos servidores civis e militares do Estado. É também necessário assegurar o acesso a essa escola, e por intermédio dela às mais importantes funções públicas, aos filhos do povo bem dotados, especialmente das classes operária e camponesa', *op. cit.*, p. 9. (Nota dos organizadores).

58. Lasswell, H. D., 'The Participant Observer. Studies of Administrative Rules in Action', em *The Analysis of Political Behaviour* (Nova Iorque, 1948), pp. 261-78.

59. Simmel, Georg, sobre 'Sociedades Secretas', em *Soziologie*, *op. cit.* Weber, Max, *Essays in Sociology*, *op. cit.*, pp. 233 e seg., 437.

60. Greaves, H. R. C., *The Civil Service in the Changing State* (Londres, 1947), pp. 218 e segs. Ver também o capítulo 'Personnel' em *The Reform of the Higher Civil Service* (Londres, 1947), pp. 3-117. (Relatório de um comitê especial para a Sociedade Fabiana).

61. Williams, G., *The Price of Social Security* (Londres, 1944), p. 189.

62. Cf. a bibliografia anotada de Bruce L. Smith, H. D. Lasswell e Ralph D. Casey, *Propaganda, Communication, and Public Opinion: A Comprehensive Reference Guide* (Princeton, 1946).

Albig, W., *Public Opinion* (Nova Iorque, Londres, 1939). (Extensa bibliografia).

Doob, Leonard W., *Public Opinion and Propaganda* (Nova Iorque, 1948).

Kris, Ernst, e Speier, Hans, *German Radio Propaganda* (Nova Iorque, Londres, 1944).

63. Friedrich, C. J., *Constitutional Government and Politics*, *op. cit.*, p. 448.

64. Foi sugerido por Carl Joachim Friedrich que os perigos resultantes das notícias indignas de confiança ou deformadas poderiam ser combatidos, sujeitando-se o sistema de disseminação de notícias às restrições judiciárias. 'A defesa mais eficiente da liberdade individual é garantida, quando se entrega a uma alta corte a função de dar um julgamento 'interpretativo' do significado das cláusulas constitucionais, tôdas as vezes: que um particular deseja pôr em questão a interpretação de outra autoridade, tal como o Congresso ou o Presidente. Não seria possível 'judicializar' também o sistema da imprensa, pondo fora da lei certo tipo de sensacionalismo que prejudica a verdade e, em seguida, permitir que as partes prejudicadas trouxessem suas queixas perante uma espécie de corte judiciária, que examinaria as provas?' Friedrich, *op. cit.*, pp. 448-9.

65. Os objetivos dessa comissão estavam assim definidos: 'A fim de fomentar a livre expressão da opinião por intermédio da imprensa e a maior exatidão prática na apresentação das notícias; para investigar o controle, direção e propriedade da imprensa diária e periódica e das agências de notícias, bem como a estrutura financeira e as tendências monopolísticas existentes, e para fazer recomendações a respeito'.

66. A Comissão Real da Imprensa publicou minutas dos depoimentos tomados em 1947-9 (Royal Commission on the Press (1947-9) *Report*; H. M. Stationery Office, Londres, 1949).

No que se refere aos Estados Unidos, ver o Relatório da Comissão Presidencial sobre os Direitos Cívicos: **To Secure These Rights** (U.S. Government Printing Office, Washington, D.C., 1947). "A Comissão reafirma nossa tradição de que a liberdade de expressão pode ser controlada pela Lei só quando o perigo para o bem-estar da sociedade se torna claro e presente", p. 9.

Cf. Ickes, Harold L., (org.), **Freedom of the Press Today: A Clinical Examination** (Nova Iorque, 1941).

Lasch, Robert, 'For a Free Press', **The Atlantic** (julho, 1944).

67. **A Free and Responsible Press**, relatório geral sobre jornais, rádio, filmes, revistas e livros, pela Comissão sobre Liberdade de Imprensa (Chicago, 1947).

Interessante experiência de organização da imprensa, livrando-a tanto do monopólio estatal quanto do monopólio comercial, foi levada a efeito na Tchecoslováquia, no período entre o fim da última guerra e o golpe comunista de fevereiro de 1948. Em maio de 1945, o governo tcheco publicou um decreto tornando ilegal a propriedade individual dos jornais. Os diários e os periódicos só poderiam pertencer aos partidos políticos, aos sindicatos, às sociedades cooperativas ou às organizações culturais. Um 'Conselho dos Assuntos da Imprensa Periódica', formado pelos interessados e outras organizações e adido ao Ministério da Informação, dava instruções sobre assuntos internos relacionados com a publicação e o financiamento. Não havia censura, mas cada grupo proprietário de um jornal prestava fiança e podia ser multado se infringisse decisões do Conselho. Cf. Kingsley Martin, **The Press the Public Wants** (Londres, 1947), p. 107, e **The Manchester Guardian** (11 de novembro de 1947).

68. Cf. Gordon, Lincoln, **The Public Corporation in Great Britain** (Londres, Nova Iorque, 1938), pp. 156 e segs. Ver também Saerchinger, Cesar, 'Radio, Censorship and Neutrality', **Foreign Affairs** (janeiro, 1940), vol. 18, n.º 12, pp. 337-49.

69. A este respeito, é interessante observar a composição do Conselho de Diretores da Rádio do Nordeste Alemão (**Nordwestdeutscher Rundfunk**) de Hamburgo. Baseada no estatuto da NWDR, baixado em fins de 1947 pelo Governo Militar Britânico, o Conselho é constituído por 16 membros que representam vários setores da população: regional, político, ocupacional e religioso. Além dos Primeiros Ministros dos três **Laender** da Zona, do prefeito de Hamburgo, do Presidente do Departamento Judiciário Central da Zona, do presidente da Liga dos Sindicatos Alemães, do presidente da Associação das Câmaras de Comércio, há representantes das igrejas, das universidades, da educação, da arte, do teatro e do jornalismo. **DENA Report** (17 de fevereiro de 1948).

70. Lasswell, H. D., 'Free Speech? Yes; Free Incitement? No.' [Liberdade de Palavra? Sim; Liberdade de Incitação? Não.] (Infelizmente, a citação não pôde ser localizada. [Nota dos organizadores]).

71. Como orientação para um estudo pertinente e oportuno, ver **The Public Opinion Quarterly** (Princeton).

72. Para os Estados Unidos, ver **To Secure These Rights**, op. cit., pp. 52 e seg., 164 e seg. Ver também Ernst, Morris L., e David, Lotte, **The People Know Best: The Ballots vs. the Polls** (Washington, D.C., 1949).

73. Cf. Dewey, John, 'What Is an Aim?', em seu trabalho **Democracy and Education** (Nova Iorque, 1916).

74. Nos Estados Unidos, o Comitê Presidencial recomenda 'uma campanha de educação pública a longo prazo, que informe o povo dos direitos civis a que tem direito, e que cada um deve ao seu concidadão'. **To Secure These Rights**, op. cit., p. 173.

75. Cf. Toennies, Ferdinand, **Kritik der oeffentlichen Meinung** (Berlim, 1922).

Mannheim, E., **Die Traeger der Oeffentlichen Meinung** (Bruenn, Praga, Leipzig, Viena, 1933). (Studien Zur Soziologie der Oeffentlichkeit.)

A Free and Responsible Press, op. cit., pp. 9-11.

CONTRÔLE DEMOCRÁTICO DO GOVÊRNO NUMA SOCIEDADE PLANEJADA

O PROBLEMA da clarificação da estrutura e do equilíbrio da sociedade levanta a questão de como controlar o govêrno, durante a marcha penosa rumo ao planejamento democrático. Em vez de descrever o maquinismo do govêrno representativo em suas várias formas atuais, limitaremos a discussão àquelas situações cruciais em que o govêrno parlamentar tem de enfrentar os desafios de uma nova era, e seus princípios institucionais inerentes parecem ajustar-se imperfeitamente às novas exigências. Embora o sistema representativo não seja a única forma concebível de democracia, pode ser proveitoso indicar alguns lugares em que o sistema representativo de govêrno poderá encontrar dificuldades em ajustar-se a novas funções.

I. LIMITAÇÕES HISTÓRICAS DAS IDEIAS DEMOCRÁTICAS MODERNAS

Nem sempre percebemos que o sistema representativo, como forma mais espalhada de govêrno democrático, é, muitas vezes, de origem bastante recente. De fato, os sistemas representativos constituíram as primeiras tentativas feitas por nações desejosas de planejar os seus mecanismos de govêrno. Ainda que a idéia do contrôle democrático pelas assembléias cívicas tenha surgido na Grécia e Roma antigas, parece ter desaparecido quase completamente na Idade Média; teve alguma influência nas corporações artesanais medievais, mas nunca chegou a ter pretensões de soberania política.¹ Foi a moderna classe média, em seu período de ascensão, que colocou novamente em primeiro plano as idéias democráticas. A classe média adquirira a vontade e o poder neces-

sários para controlar os assuntos da comunidade, que durante a época do Absolutismo haviam permanecido nas mãos da nobreza e/ou da burocracia.²

As idéias dos teólogos puritanos e dos filósofos acerca do direito revolucionário natural — especialmente as de Rousseau e Montesquieu — lançaram as bases de um sistema que permitiu aos membros da classe média passarem de súditos a cidadãos modernos, e a assumirem o controle da sociedade. A filosofia de Rousseau promovia o cidadão em juiz supremo do seu governo, em relação aos negócios públicos. Montesquieu nos ensinou a controlar os que nos controlam e a estabelecer um equilíbrio planejado, senão em toda a sociedade, pelo menos entre os grupos que detêm o poder. A sua famosa teoria exigia a 'divisão dos três poderes principais': legislativo, executivo e judiciário — teoria que se projetou no sistema parlamentar britânico. O conceito de Montesquieu está imbuído de paixão pelas constituições escritas e parece ser precursor da mentalidade planificadora da nossa época.

A idéia de equilíbrio de poderes foi desenvolvida à maneira racionalista do século XVIII e encontrou sua aplicação mais radical na Constituição norte-americana. A idéia racional do equilíbrio, contudo, foi refinada a tal ponto que necessita com urgência de nova interpretação. Ao descrever com uma terminologia racional bem exata o equilíbrio orgânico de um sistema que se desenvolveu historicamente, Montesquieu e os filósofos do século XVIII foram os primeiros a demonstrarem os graves perigos de um excesso de racionalização, denunciado por Edmund Burke em tom de mofa. Devemos nos lembrar desse exagero de racionalização, se desejarmos que todo o mecanismo planejado se mantenha flexível e adaptável às constantes vicissitudes da evolução.³

Os sistemas de governo representativo, novos ou restaurados, com seus legislativos geralmente bicamerais — sendo a câmara baixa representativa da vontade do povo — foram bastante úteis à sociedade do século XIX, embora as vacilações da França entre os regimes republicano e bonapartista já prenunciasssem, talvez, as dificuldades características das nações européias no século XX.

Poderemos compreender melhor o colapso real ou potencial dos sistemas representativos nas crises contemporâneas, se nos dermos conta dos seus rumos sociológicos originais, dentro do seu contexto histórico-social e os compararmos com os desafios da situação atual.

Na época em que surgiram, o propósito principal dos sistemas representativos na Europa era o de servir de contrapêso às burocracias absolutistas. Como órgão de poder de criação recente, a burocracia ocupava talvez uma posição-chave, que lhe permitia reprimir as insurreições e as aspirações das outras classes. Além do exército, a burocracia era a primeira grande organização inte-

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

grada que poderia haver reprimido as liberdades da burguesia, classe esta que considerava seu próprio modo de viver como a essência da liberdade humana. Por isso, as classes médias desenvolveram todos os esforços para cercear esse novo poder burocrático e essa atitude, tão diferentes das que predominavam no mercado e nas associações livres, e que levavam o timbre da hierarquia, consubstanciado na meticulosidade legalista, nas promoções calculadas, nos direitos de antigüidade ou de mérito, no tempo de permanência no emprego, na segurança, na rotina e nos precedentes.

A ética moderna do controle parlamentar está, portanto, enraizada num mundo que tem dois compartimentos distintos: a sociedade e a burocracia. Todo o fervor do liberalismo provém dessa antítese.⁴ O liberalismo receia que a mentalidade burocrática venha a invadir as áreas não burocráticas da vida, e que as novas posições de poder possam prevalecer sobre o poder disperso das pequenas unidades que estão em competição. Como vimos anteriormente, esta alternativa e seu ambiente deixaram de existir. O poder já não está concentrado exclusivamente na alta burocracia. A liberdade social pode ser ameaçada, não só pelo exército, mas também pelas grandes empresas, pelos grandes sindicatos operários, pelos órgãos centralizados de propaganda de massas. Todos esses fatores, repetimos, devem ser colocados sob o controle da comunidade, uma vez que nenhum deles representa as pequenas unidades independentes que se ajustam espontaneamente por si mesmas.

Outrossim, já não existe distinção nítida entre os dois tipos de mentalidade, o do 'burocrata' e o da 'livre empresa'. A moderna burocracia tornou-se instrumento dos grandes negócios. É possível combinar a tradição e a rotina do alto funcionário público com as virtudes e os traços característicos da livre empresa. A burocracia moderna já não representa o que John Stuart Mill designava pelo nome de 'pedantocracia'. A distinção entre a 'vida real' e a 'administração esquematizada' perdeu o significado. Tantas posições-chave estão hoje relacionadas com os centros de poder que exigem fiscalização, que o Serviço Público parece ser o tipo de gerência menos daninho e mais prudente — embora, naturalmente, deva estar sujeito a rigoroso controle.

Surgiu nova situação, provocada pelo tremendo aumento dos assuntos que exigem a atenção do governo e o controle do legislativo. Daí surge a questão de saber se o órgão parlamentar de controle é bastante forte e eficiente para enfrentar os múltiplos problemas levantados pelas novas posições-chave e pela atuação dinâmica das mesmas.

II. DUAS DEFESAS OBSOLETAS DA DEMOCRACIA

O equilíbrio da estrutura social é um requisito prévio para a manutenção da democracia. Em primeiro lugar, evita que um ou mais grupos tenham oportunidades de pressionar o governo em benefício dos seus interesses especiais. A vigência de uma constituição não é suficiente para garantir um equilíbrio desse tipo. Uma vez atingido esse equilíbrio, será necessário incorporar ao mecanismo do governo sistemas de proteção adequados para mantê-lo, especialmente se tomarmos em consideração que os cidadãos e seus representantes perderam dois meios poderosos de que dispunham antigamente para fiscalizar a administração: o controle do orçamento e a ameaça de insurreição armada.

Esta última ameaça era particularmente eficaz, enquanto o fuzil era a arma principal. A simples possibilidade de uma resistência por parte do povo em armas era suficiente para garantir a existência de um governo democrático e popular. Thomas Jefferson, em suas declarações, frequentemente citadas, deu expressão clássica a este sentimento.⁵

Numa época de guerra mecanizada, os cidadãos praticamente desarmados não podem oferecer resistência efetiva numa situação crítica. As barricadas e as armas leves não constituem obstáculo sério aos canhões e aos carros de assalto, [e aviões] e esta lição foi aprendida pela social-democracia vienense em 1934.⁶

Quanto ao orçamento, John MacMurray⁷ afirma, com muita razão: 'Num país em que o governo tem controle direto dos recursos econômicos, ele simplesmente reserva para seus próprios fins o que julga necessário, antes de distribuir o resto para o consumo dos cidadãos'. Quando a riqueza estava dispersa e os governos não podiam cobrar sem o consentimento do contribuinte, a aceitação ou rejeição do orçamento serviam para controlar as atividades governamentais. Hoje, a aceitação do orçamento é ainda a mais forte expressão e símbolo do consentimento. Contudo, numa situação de crise, qualquer governo forte pode negar-se a submeter-se à vontade dos representantes do povo, e a negativa destes em aprovar o orçamento não terá muita importância.⁸

Dessas discussões acerca da dificuldade essencial de controle do governo pelo povo nas crises contemporâneas, podemos deduzir a seguinte fórmula: quanto mais se mostram ineficientes as velhas defesas contra a tirania, maior é o peso que recai sobre a organização eficiente da vontade coletiva. É indispensável a eterna vigilância contra todas as tentativas de certos setores para estabelecer a tirania. A maioria organizada, mesmo sem armas, ainda é capaz de esmagar as tentativas das minorias que desejam usurpar o poder. As greves gerais e a resistência passiva bem organizada podem ser suficientes para derrubar rapidamente os usurpadores,

antes que tenham tempo de se firmarem e organizarem numa ditadura totalitária.⁹ Depois que a tirania está bem consolidada, a resistência civil tem poucos meios à sua disposição. O momento estratégico para a ação é a etapa formativa da ditadura: a ditadura deve ser combatida no nascedouro, o que exige um nível novo e até agora desconhecido de vigilância pública sobre as pessoas, as técnicas e os estratagemas dos grupos usurpadores.¹⁰ A democracia, numa civilização mecanizada, exige a educação política da massa dos cidadãos, para que estes possam compreender as ameaças antidemocráticas, suas fontes e suas técnicas. Os socialistas, os conservadores e os liberais, ou qualquer outro partido democrático, deixando de lado suas diferenças, deverão reconhecer como inimigo comum, não as massas educadas, mas a multidão enraivecida, explorada e excitada pelos demagogos.¹¹ Os inimigos perigosos da democracia não são os conservadores que procuram reter tanto poder quanto possível, mas os *condottieri* que desejam acabar com o governo democrático — que representa um meio de evolução legítima — para substituí-lo por uma tirania apoiada pelo populacho. Os elementos progressistas devem reconhecer os conservadores como parte do processo democrático, enquanto os conservadores devem aprender que a ignorância das massas e os baixos níveis educacionais já não favorecem os seus interesses. Devem acostumar-se a não mais depreciar as assembléias representativas e o trabalho que desenvolvem.

III. NOVE QUALIDADES DO GOVERNO REPRESENTATIVO

Sejam quais forem as críticas que se possam formular contra um governo baseado na representação popular, as grandes qualidades deste sistema fazem com que seja o ponto de partida para qualquer organização social que deseje salvaguardar as liberdades civis. As virtudes duradouras do governo representativo, que o constituem no melhor instrumento de controle democrático, podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. *A integração de todas as forças sociais.* O governo representativo integra a totalidade do povo e todas as tendências vitais da sociedade. Um dos méritos de Mosca é o de haver sido o primeiro a demonstrar que o governo representativo é a única organização política que utiliza todas as 'forças sociais', isto é, as correntes vitais e politicamente significativas da sociedade.¹² A fraqueza das demais formas de governo, por eficientes que sejam, consiste em só se poderem apoiar em pequenos grupos sociais, para poderem enfrentar e reprimir o resto da sociedade. Esta definição sociológica não atribui espúriamente a arte de governar ao indivíduo, mas às tendências básicas reais e às forças da sociedade em seu

todo. Isto não deve ser interpretado como falta de respeito à dignidade do indivíduo; o principal objetivo educacional de uma sociedade verdadeiramente democrática é, e continuará sendo, o pleno desenvolvimento das capacidades do indivíduo. A abordagem sociológica dos problemas políticos representa, porém, uma tendência que se afasta das teorias individualistas, as quais desprezam o fato de que a arte de governar consiste em utilizar e coordenar tendências sociais basicamente antagônicas. Um estadista digno deste nome leva em conta essas tendências dinâmicas e fracassaria se procurasse simplesmente satisfazer as exigências individuais ou as necessidades comuns. Na política, só são relevantes as aspirações e tendências de intensidade suficiente para integrar as exigências dos grupos.

2. *A competição de idéias e a transação.* O sistema representativo atinge duas finalidades: proporciona uma plataforma para a exposição dos interesses dos diferentes setores, amalgamando-os, ao mesmo tempo, num padrão dinamicamente equilibrado de acordos obtidos mediante transação. O sistema democrático de lutas e debates acostuma os adversários a procurarem e obterem o melhor acordo possível. O acordo democrático não significa uniformidade, mas coordenação de tendências variadas que se limitam reciprocamente e que resultam num esquema de cooperação. Tal cooperação nasce das lutas cotidianas, tendentes a um compromisso negociado e construtivo.¹³ Nem todas as formas de convergência dos interesses setoriais conduzem a um compromisso construtivo. A seleção pode ser errônea em princípio, o padrão social e o espírito que reina no encontro podem ser tais que, em vez de aplainar os antagonismos, intensificam-nos ainda mais. Um dos princípios básicos da sociologia política é o de que se podem obter reações variadas das mesmas pessoas, conforme o campo de ação social, o tipo de relações mútuas e a natureza das idéias discutidas. Deste ponto de vista, o sistema representativo possui méritos permanentes. Definindo a composição dos órgãos parlamentares na base do princípio territorial, faz com que nenhum interesse de grupo predomine nas urnas. O eleitor é convocado como cidadão, não como membro de uma seita, profissão ou classe. A democracia proporciona as maiores oportunidades para a integração dos cidadãos, conforme sua posição social, classe, religião ou vocação. Permite que defendam seus interesses especiais e que se organizem em grupos de pressão. Mas quando se trata de eleições presidenciais ou parlamentares, nas nações democraticamente organizadas, dá-se uma oportunidade para que se definam os fatores que favorecem a solidariedade e o bem comum de toda a nação.

Os representantes eleitos para o Parlamento ali ventilam as idéias conflitantes e podem defender interesses especiais. O fogo cruzado de suas intervenções e dos seus conhecidos poderes de ne-

gociação contribui, todavia, para uma cristalização e integração dos diferentes pontos de vista, chegando-se assim a uma construtiva solução de compromisso, mediante transação.

Os cidadãos não se transformam em pessoas de mentalidade elevada, capazes de distinguir o bem comum, apenas por serem convidados a procederem dessa forma. Mas sob a pressão das forças rivais e das correntes que se entrecrocavam, todos os partidos se vêem obrigados a defender o bem comum, que pode ser definido como o produto final de um paralelograma de forças que manobram para conseguir o poder.¹⁴

A discussão parlamentar e o trabalho das comissões contribuem para depurar o egoísmo dos grupos e produzem, eventualmente, a 'vontade geral', a *volonté générale*, contrastando com a *volonté de tous*, na fraseologia de Rousseau. Essa *volonté générale* nada tem de mística. Não é uma entidade metafísica como a 'mentalidade de grupo' ou 'a verdade e a justiça eternas'. É simplesmente o resultado de uma técnica social que faz os dirigentes políticos cooperarem, na prática, para superar seus interesses seccionais e suas definições rivais de situações e objetivos.

3. *Superioridade da representação parlamentar sobre a corporativa.* A representação parlamentar tem sido criticada tanto pela direita como pela esquerda, em nome de sistemas alegadamente superiores de representação corporativa, (também conhecida como classista ou sindicalista), capazes de expressar, com mais autenticidade, as forças sociais existentes.¹⁵ Justamente por esse motivo, a representação corporativa não consegue exercer a função integradora da representação parlamentar, pois esta se baseia nos territórios habitados pelos seus constituintes e não nas profissões dos mesmos. O problema é certamente grave, pois a sociedade moderna não pode caminhar para a frente sem uma grande organização funcional que englobe os negociantes, os operários, os agricultores etc., cujos interesses devem ser controlados, e que devem, às vezes, ser obrigados a negociar acórdos.¹⁶ Mas seria errado deduzir disso a conveniência de novo tipo de representação corporativa, para substituir ou suplementar os corpos parlamentares.¹⁷

A representação funcional dos interesses de grupo numa câmara especial, paralelamente a uma assembleia eleita sobre a base territorial conduz a um governo dual, que pode chegar a um dos dois seguintes resultados: se a câmara especial (corporativa) atua unânimemente, ela pode sobrepujar a assembleia, paralisá-la e, mais cedo ou mais tarde, suprimi-la, desintegrando a nação em grupos dispersos e conflitantes. Então deverá entrar em cena uma força suprema, que poderá muito bem provocar a eclosão do sistema fascista de partido único, apoiado por organizações paramilitares, que imporiam sua vontade à câmara corporativa e às suas respectivas máquinas. O predomínio da organização seccional amea-

çaria a democracia, tanto na estrutura da sociedade como em seu sistema representativo. Grandes tensões haveriam de surgir numa sociedade organizada e dividida entre grupos de interesses especiais, as quais só poderiam ser dominadas por um sistema repressivo de partido único, cujas forças de combate se originassem dos vários estratos da sociedade. A aparente 'unidade' do fascismo, porém, não é fruto da discussão, mas da propaganda, do terror e da imposição ditatorial de 'soluções'. Logo que chegam ao poder, o ditador e seus sequazes dirigem suas forças contra as organizações sindicais, infiltrando-se nelas até conseguirem controlá-las e transformá-las em instrumentos de massa arregimentada, em benefício do regime — mas não dos seus membros.¹⁸ Uma câmara composta por representantes de sindicatos não pode, só por si, chegar a estabelecer o equilíbrio, pois o próprio princípio segundo o qual foi eleita serve para incentivar, em vez de acalmar, os fatores que dividem a comunidade.

A função integradora de um sistema baseado na representação territorial, dentro das linhas da constituição, neutraliza a divisão da comunidade em grupos seccionais. Os sindicatos corporativos podem ser utilizados como grupos de pressão e de influência, podem atuar nas ante-salas; podem dar conselhos, sem perturbar fundamentalmente o equilíbrio democrático — mas não podem passar a integrar a organização constitucional como segunda câmara ou como organismo independente. Como elemento de soberania, representariam um 'governo dual', que provocaria a falta de equilíbrio, a desintegração e a repressão totalitária.

4. *Identificação emocional e sentido de responsabilidade.* O sistema representativo oferece a maior satisfação possível aos cidadãos, ensinando-lhes a lição da autodeterminação. Como em última análise o eleitorado consegue o 'governo que merece', o sistema desperta o sentido da profunda responsabilidade cívica e promove a máxima identificação do cidadão com a comunidade. A força desse sentimento revela-se quando as instituições democráticas entram em colapso e os cidadãos compreendem o que significa viver na servidão. Numa democracia que funciona serenamente há muito tempo, as delícias da liberdade são consideradas como coisa de rotina, e poucos são os que apreciam o tesouro que lhes foi legado. É este um dos motivos pelos quais a identificação com a comunidade e com a liberdade deve ser sublinhada constantemente por meio de atos de reafirmação simbólica, como sejam as eleições e as campanhas eleitorais.

5. *Responsabilidade pública.* A responsabilidade perante a comunidade é um dos mais importantes princípios do controle democrático.¹⁹ A sociedade moderna estabelece, com frequência, técnicas sociais que parecem ser idênticas às dos sistemas totalitários. Em tais casos, é a responsabilidade perante a coletividade que

marca a diferença essencial entre os dois sistemas. Pode-se dizer que uma sociedade é democrática quando suas instituições mais relevantes devem prestar contas à coletividade.²⁰ É claro que as formas de responsabilidade podem variar. Pode haver responsabilidade perante representantes oficiais do público, mesas administrativas, conselhos fiscais ou, finalmente, comissões de inquérito parlamentares, tudo dependendo da natureza e situação dos problemas e das instituições.

6. *Atribuição da responsabilidade.* A instituição da eleição periódica de deputados e presidentes constitui um meio legítimo de controle dos governantes pelos governados. Se as coisas não andam bem, o eleitorado precisa saber quem deve ser afastado. As responsabilidades atribuídas aos líderes são mantidas sob a vigilância da opinião pública, e isto é mais importante numa sociedade de massa mal definida do que num ambiente provinciano transparente, onde todos se conhecem. A glorificação ou 'engrossamento' dos tiranos pode explicar o prestígio de que gozam entre as massas os Estados dirigidos por caudilhos ou líderes. A 'mudança da guarda' — isto é, a rotação nos cargos — é uma virtude do sistema representativo, que lhe permite evitar os 'expurgos' tão frequentes nas cidades-Estado da Antiguidade e no totalitarismo moderno.²¹

7. *Políticas flexíveis.* A rotação nos cargos proporciona oportunidades aos novos homens e às novas políticas; convém admiravelmente ao caráter experimental da idade moderna, que nos ensinou gradativamente a adotar uma atitude experimental diante da realidade social²² e a exercer a política pelo sistema das 'tentativas e fracassos'. Essa experimentação social difere da científica, pelos seguintes motivos: a) a sabedoria política não utiliza regras rígidas e precisas para controlar as experiências, antes apela a uma realidade bastante complexa e plástica, a soluções baseadas em previsões razoáveis, fazendo da flexibilidade um dos princípios inerentes à democracia; b) as mudanças muito repentinas na política, levadas a efeito como mera experiência, destruiriam a fé popular na estabilidade e solapariam a confiança necessária para a cooperação; c) o planejamento requer constância nas disposições e objetivos fundamentais durante os períodos previsíveis de funcionamento, permitindo a flexibilidade dos meios dentro de uma estrutura estável.

8. *Utilização construtiva da oposição.* Um sistema genuinamente representativo, parlamentar ou presidencial, é o único capaz de utilizar de forma construtiva a oposição e a crítica. Constitui o clímax da integração societária, baseada numa aberta e legítima competição de idéias.²³

9. *A decisão de agir.* O voto democrático resolve a discussão e fortalece a decisão de agir imediatamente. Até mesmo os que

põem em dúvida o juízo salutar das multidões²⁴ têm que reconhecer esse fato. A discussão racional pode conduzir a um debate interminável e, por outro lado, a ação exige que se tome uma decisão. Os monarcas absolutos do passado resolviam o problema seguindo a antiga máxima dos déspotas: *sic volo, sic jubeo!* Desde que desapareceu a crença na origem divina e nos direitos dos monarcas ou governantes — com exceção da propaganda totalitária da infalibilidade do *Führer* — a maioria converteu-se em poder irracional, que precisa cortar o nó górdio dos debates indecisos, mediante seu voto e sua decisão. Pode-se defender de forma racional e convincente certos meios indispensáveis e preferenciais para determinados fins. A análise racional pode também ajudar a esclarecer quais são os valores que preferimos, suas implicações e suas prováveis consequências. Nos conflitos de valores, em que a análise racional não pode oferecer solução alguma, o voto da maioria resolve o debate interminável. Em vez de criticar sua natureza, possivelmente irracional, temos que aceitá-la como decisão de um oráculo: *vox populi, vox dei*.

IV. O PROCESSO DEMOCRÁTICO

As vantagens relativamente maiores do sistema representativo não nos devem fazer fechar os olhos diante de alguns dos seus pontos fracos, que representaram grande desvantagem no passado e podem constituir desvantagem ainda maior no futuro devido às condições cambiantes de uma sociedade em expansão.

Os inimigos da democracia e do governo representativo — e até mesmo certo número dos seus partidários — duvidaram, muitas vezes, de que a multidão fôsse capaz de compreender os assuntos do Estado. Numa pequena comunidade, como era a cidade de Atenas, podia-se esperar razoavelmente que os cidadãos compreendessem e julgassem os negócios públicos; mas numa sociedade tão complexa como a nossa — assim continua a argumentação — é verdadeira superstição confiar ao critério das massas as questões complicadas e de suprema importância. Em Atenas, afinal de contas, os escravos não eram cidadãos ativos e a 'democracia' constituía-se, na realidade, do governo de uma minoria que hoje chamaríamos de classe média.

As anomalias da moderna democracia de massas tornaram-se muito evidentes quando o povo alemão, em circunstâncias difíceis, foi tão bem manejado pela 'técnica de ação sobre as massas' que ajudou à ascensão de um tirano ao poder. O mau funcionamento da democracia de massas bastaria, de qualquer maneira, para descreditar a tradição de Rousseau e de sua escola, ou seja, a crença na soberania do povo na Era das Massas, em todas as circunstâncias.

Temos que reconhecer que as instituições do sistema representativo só funcionam bem sob certas condições. Por isso, uma teoria adequada de governo representativo deveria levar em conta as causas necessárias e suficientes, tanto para o sucesso como para o fracasso do referido sistema. O ponto crucial é o sufrágio, a extensão gradual do voto para todos os cidadãos adultos da comunidade, independentemente da posse de propriedade, de educação, de raça ou qualquer outra característica, excetuados os afastamentos patológicos ou criminais.

1. *A função do sufrágio*

Existirá uma teoria que leve em conta e justifique o 'contrôle exercido por muitos' como algo racional e não absurdo, alguma teoria que possa estabelecer a fórmula indispensável para o bom funcionamento do sufrágio universal? Nem o enfoque individualista radical nem o coletivista nos permitem responder à pergunta seguinte: está a multidão capacitada a julgar o que é certo ou errado, prudente ou imprudente em política? Seria igualmente fútil interrogar os indivíduos um por um, para saber se João ou José podem compreender, inteligentemente, êste ou aquêles problema político. É evidente que nenhum de nós, por melhor que seja, poderá responder às inúmeras questões que diariamente se nos apresentam. Tampouco podemos aceitar a doutrina de certa entidade mística, *la volonté générale* que, segundo se diz, orienta as massas populares e, como os espíritos tutelares de Roma, ajuda-as a encontrar soluções para os problemas da comunidade, presumivelmente melhores que as de qualquer indivíduo ou pequena elite. A explicação deve ser encontrada em outro lugar.

Precisamos, de início, para compreender adequadamente o sufrágio, saber que não devemos tirá-lo do seu contexto, mas interpretá-lo como parte da totalidade do processo democrático. Se as decisões das massas fôssem aplicadas imediatamente, e se as massas tivessem de julgar diretamente todos os problemas, inclusive se os seus representantes fôssem os únicos autorizados a tomar decisões, o sistema não resistiria a essas provas. Mas nem as massas nem os seus representantes parlamentares são os únicos que governam. O eleitorado nada mais faz que aprovar ou rejeitar as intenções declaradas dos candidatos. Os representantes eleitos, por sua vez, limitam-se a apoiar ou combater as propostas políticas ou administrativas apresentadas por um grupo muito reduzido: na Inglaterra, por exemplo, o Gabinete. O sufrágio, portanto, não é mais que uma fase de todo o processo democrático de cristalização da opinião pública e de concretização das decisões políticas pela ação legislativa e administrativa. Do ponto de vista sociológico, o sufrágio é apenas uma fase de um processo sociopolítico, pelo qual

a sociedade se vai ajustando continuamente às condições e aos acontecimentos em constante transformação. As eleições gerais são apenas a primeira onda de uma corrente, e muito depende do curso subsequente do processo político. A participação do eleitorado, o poder modelador dos partidos, a formação do governo, sua cooperação com os órgãos consultivos, as comissões e os funcionários de carreira, produzem, conjuntamente, um resultado que deve ser julgado pelos seus próprios méritos. Nesta perspectiva mais ampla, o processo político, em sua totalidade, aparece como catalizador de impulsos brutos e sua função consiste em transformar as indicações políticas gerais, o 'mandato' do povo, em política aplicável.

A questão de saber se as massas são capazes de governar é, assim apresentada, sociologicamente enganadora. É mais razoável perguntar se as massas podem expressar as tendências internas da comunidade, que sentem na vida de todos os dias.

A questão teórica é de saber se podemos esperar razoavelmente que a lenta elaboração de uma grande quantidade de atitudes possa conduzir-nos, eventualmente, a uma solução automática dos pequenos desvios, e pôr em evidência as motivações mais importantes e profundas da multidão.

A este respeito, é importante observar que o sufrágio não está baseado unicamente numa seção vertical das opiniões, em determinados momentos e sociedade, como acontece com as pesquisas de opinião pública, plebiscitos e referendos.²⁵ O sufrágio permite escolher entre atitudes e personalidades, que podem corresponder ou não aos interesses mais profundamente arraigados no corpo eleitoral. Não se pede ao eleitorado que reaja às questões superficiais do momento: pede-se aos votantes que apoiem homens e tendências que podem estar relacionadas às suas próprias experiências, inclinações e preconceitos. Durante a campanha eleitoral, os candidatos e suas políticas se transformam em símbolos das grandes tendências públicas. O eleitorado não é uma massa de indivíduos diferentes, a escolherem entre alternativas isoladas e não relacionadas entre si, apresentadas num dado momento. Isto levaria unicamente a uma votação fortuita, mas não à adoção de uma política. A eleição fica limitada às soluções alternativas que os partidos históricos oferecem a uma comunidade historicamente integrada e às suas diversas seções orgânicas, em determinado momento histórico. O que surge das urnas, depois de uma campanha eleitoral é, por conseguinte, um conjunto de seleção de certos problemas, que têm sua história e se amalgamaram para formar políticas com as quais o cidadão concorda ou não, de modo mais ou menos geral. Os resultados eleitorais são deficientes só para o individualista extremado, que espera que uma eleição expresse plenamente a personalidade individual e todas as suas complexas as-

piraões. O comportamento dos votantes, porém, não significa uma plena auto-expressão, mas a cristalização de tendências básicas, acêrca das quais estamos ou não de acôrdo com nossos concidadãos. Por isso, uma eleição destina-se a expressar unicamente aquelas exigências que nos unem, se não a tôda a comunidade, pelo menos a um elemento básico. Por conseguinte, o sufrágio não representa a expressão de um indivíduo, porém as fôrças que devem ser ajustadas pelo processo de govêrno. O govêrno não dirige simbolicamente milhões de indivíduos, mas domina e coordena os elementos subjacentes que constituem a vida de tôda a comunidade. Pois bem: os partidos políticos podem falhar na organização e expressão dêsses desejos e interêsses comuns do povo. Neste caso, mais cedo ou mais tarde se altera o sistema de partidos, como ocorreu na Inglaterra, com a eliminação virtual do Partido Liberal e a formação de um organismo mais representativo dos elementos verdadeiramente predominantes na comunidade.

Essas observações nos permitem reexaminar, sob uma luz um pouco diferente, a crítica que se faz freqüentemente aos modernos partidos de massa, relativa às suas supostas tendências oligárquicas. É claro que a linha política e os programas dos partidos, e a indicação dos candidatos são traçados e impostos por minorias dirigentes. Por mais propensas que sejam essas minorias a formar 'igrejinhas' ou camarilhas, e por grande que seja seu desejo de controlar a opinião pública a partir das posições-chave, as suas manobras (sob as condições de livre intercâmbio de idéias), só poderão alcançar um sucesso limitado. A liderança do partido, afinal de contas, aí está para conseguir votos; por isso, a designação dos candidatos numa eleição e o programa do partido para a campanha eleitoral devem adaptar-se às reações previsíveis dos eleitores. Ao antecipar as reações populares, os dirigentes do partido exploram as atitudes do corpo eleitoral e, sob a pressão das esperanças populares, têm que exprimir tais atitudes como porta-vozes do eleitorado.

Os nomes dos candidatos e os *slogans* devem simbolizar os interêsses fundamentais do povo. Isto mostra que a influência realmente benéfica do contrôle público se faz sentir, com maior fôrça, ali onde o observador das instituições nem suspeita da sua existência. O próprio fato de que o ditador deve prever o consentimento dos seus governados só em escala muito limitada, faz com que sua política seja totalmente diferente e, em definitiva, autocentralizada. Devido principalmente ao seu êxito e aceitabilidade, as políticas democráticas numa comunidade sadia se preocupam, sobretudo, com problemas como o dos impostos, a propriedade e a família, isto é, não com problemas artificiais, mas pelo essencial da vida cívica. Por conseguinte, como assinalou corretamente Gaetano Mosca, sagaz observador dêsse processo de transformação, o siste-

ma representativo conduz, na realidade, não ao governo das maiorias, mas 'à participação de certo número de valores sociais na direção do Estado'.²⁶

Naturalmente, isto é certo apenas em linhas gerais, pois todos os recursos da teoria política se destinam a oferecer normas empíricas, de validade aproximada; são, contudo, satisfatórias para todos os efeitos práticos. O sistema social e político não é uma engrenagem de relógio, com dentes e rodas fixas. O processo político do governo é uma coordenação de forças dinâmicas, um controle aproximado de amplas tendências, em que muitos detalhes têm que se ajustar por si mesmos. Mas até mesmo essa teoria aproximada e os ajustes grosseiros que temos indicado só se concretizam sob certas condições favoráveis. A multidão sempre há de reagir como multidão, isto é, poderá ser arrastada por estímulos momentâneos, seguir impulsos de integração superficial ou passadeira, ou responder ao apelo de tradições históricas despertadas, relacionadas com a família, a vizinhança, a profissão e a religião. As características da multidão podem ser excitadas pela agitação e pela maquinação e podem conduzir a uma integração momentaneamente relevante, ao passo que o processo político, no melhor dos casos, funciona para suscitar reações que representam o povo como grupo histórico.

Nas democracias da Europa Central, entre as duas Grandes Guerras, não houve tempo suficiente para desenvolver grupos históricos sob condições democráticas, para que estes pudessem desempenhar o papel de eleitorado democrático. Em outras palavras, não haviam ainda assimilado a tradição democrática como meio de vida. Além disso, tiveram de empregar esse meio de expressão política no momento em que, infelizmente, numerosas catástrofes econômicas e sociais haviam debilitado sua profunda solidariedade e, assim, passaram para o primeiro plano as reações superficiais e as respostas da multidão.

O estudo dessas experiências abortadas indica que os elementos sociais básicos só podem entrar em jogo quando o povo é impedido de retornar ao comportamento de massa. Para a moderna psicologia, é evidente que os milhões de pessoas não são meramente milhões, mas têm uma estrutura e articulação complexas, segundo sua composição molecular.²⁷ Esses milhões podem ser obrigados a voltar a reagir como massa por efeito da demagogia, e as técnicas de propaganda podem suscitar motivações profundamente arraigadas, como ocorreu nos países totalitários. A arte do demagogo consiste em apelar para aquelas camadas da mente humana que se tornam dominantes nas situações de crise. O propagandista aproveita-se habilmente dos temores e dos êxtases que impedem ou suprimem o pensamento racional e o bom senso. O demagogo procura conseguir que seu auditório expresse apenas

uma aprovação ou uma desaprovação em bloco, e não se interessa pelo esclarecimento público de problemas ou políticas que expressem tendências comunitárias básicas.

Com essa descrição das armadilhas que aguardam o intercurso histórico da sociedade de massas, torna-se óbvia a ameaça a qualquer democracia: é o perigo de um regresso ao comportamento da multidão. Da mesma forma que o indivíduo civilizado pode sentir-se obrigado a voltar aos impulsos cegos, também a sociedade organizada enfrenta o perigo de regressar ao estado potencial peculiar às massas. Esse perigo de regressão à massa justifica nossa constante insistência sobre o único meio de resistência, ou seja, uma constante educação destinada a conseguir uma estrutura social sadia, baseada em laços orgânicos e locais bem firmes, e em organizações bem construídas e em larga escala. O corpo eleitoral é capaz de demonstrar bom senso unicamente quando deixa de ser uma massa indiferente ou caótica e se comporta de acôrdo com diretrizes coletivas bem definidas, em que o indivíduo se encontra firmemente implantado.

Ao sublinharmos as tendências sociais básicas e declararmos que o indivíduo por si só não se pode expressar através das eleições, não queremos diminuir a importância da composição e da qualidade dos eleitores. Desejamos acentuar a precedência da integração das vontades em seu contexto histórico e social. A vontade eleitoral é algo mais que uma média estatística de atitudes existentes, isoladas do seu elemento dinâmico pela suposição de *ceteris paribus*.

Depois de compreendermos este ponto, podemos nos inteirar da natureza do corpo eleitoral, de sua inteligência e experiência, do nascimento de grupos inquietos, que carecem de um lugar estável na sociedade etc. Igualmente importantes são a idade, o sexo, a ocupação, a profissão e a religião dos votantes; o número e a disponibilidade de líderes astutos, a relação entre os fatores que favorecem a estabilidade ou o conservadorismo, ou que ajudam a conseguir mudanças ou maiorias esmagadoras nas eleições, sob a pressão de acontecimentos perturbadores e de campanhas de propaganda. Uma vez que a qualidade do eleitorado pode melhorar ou piorar, convém fazer todos os esforços possíveis para que melhore. Quanto mais a estrutura social se assemelhar a um mecanismo altamente racional e bem coordenado, mais o votante sentirá a sua crescente responsabilidade. A organização racional moderna não pode absorver facilmente os choques das explosões irracionais de conduta e de pensamento das massas.

A tarefa de permitir que o corpo eleitoral expresse melhor suas tendências intelectuais dominantes e inerentes, não é um empreendimento impossível. Valiosos estudos empíricos foram levados a efeito: por exemplo, na Alemanha republicana ficou demonstrada

a existência de uma correlação negativa entre as leituras habituais e o comportamento eleitoral. Muitos leitores de jornais e revistas radicais não votaram em candidatos radicais. Esta reação pode ser interpretada como sinal da função catártica da leitura dos referidos periódicos. Muitos votantes acharam, em suas leituras, um derivativo para suas emoções, que nasciam das suas frustradoras condições de vida. Nas urnas, porém, onde as suas decisões eram importantes, podem ter duvidado da necessidade das mudanças em que, como leitores, se compraziam vicariamente.

Não existe, é claro, uma relação universal e constante entre a forma de votar e as leituras habituais. O quadro pode ser diferente, em circunstâncias políticas diversas. Falando, porém, de modo geral, podemos dizer que, sob condições bastante estáveis, existe menos inclinação para a insurreição revolucionária, na sociedade moderna industrializada, do que existia no século XIX, mesmo porque os levantes acarretam hoje maiores riscos do que, por exemplo, em 1848. Tentativas abortadas podem provocar o estabelecimento de regimes contra-revolucionários, que seria muito difícil abolir mais tarde. Por esta e outras razões, as pessoas que ocupam posições relativamente seguras sentem temor, têm mentalidade menos inclinada a novas experiências políticas e se preocupam mais em conservar do que em arriscar o que já ganharam. Sob condições relativamente estáveis, a tendência a regressar ao comportamento da multidão não é muito grande. É mais possível que isto aconteça se a sociedade fôr sacudida por alguma violenta comoção. Na sociedade moderna, dá-se isto quando o desemprego em massa desloca milhões de trabalhadores, ou produz repentinas mudanças de poder, arruinando completamente certas camadas sociais e elevando outras a alturas ameaçadoras. A longo prazo, tais bruscas modificações repercutem no funcionamento do sistema democrático. Aquêles que desejarem conservar a democracia deverão, portanto, examinar o voto em seu significado sócio-psicológico e em seu contexto histórico-social. O próprio sentido do sufrágio modifica-se de acôrdo com as mudanças da estrutura social. Uma melhor educação política do corpo eleitoral pode ser de grande utilidade; mas se quisermos impedir efetivamente que a situação piore, teremos que manter a estrutura social sob constante vigilância.

2. O papel dos partidos

No processo democrático, o sufrágio é acompanhado pela integração da vontade política, por intermédio dos partidos políticos. Esta fase conduz à elaboração do material bruto dos diversos interesses, desejos e aspirações, para formar diretrizes razoáveis, que serão eventualmente seguidas por decisões políticas. É fato sur-

preendente que nem Rousseau nem os fundadores da democracia norte-americana jamais pensaram nos partidos, nem lhe atribuíram qualquer papel no sistema democrático, embora hoje saibamos que a Constituição Federal não poderia ter funcionado sem a função integradora dos partidos. Essa omissão vem provar que a idéia da democracia foi concebida e desenvolvida, durante muito tempo, como sistema aplicável só a pequenas comunidades, e que se necessita um grande esforço para aplicar essas idéias às condições existentes numa grande sociedade.

O grande paradoxo, a ser resolvido mediante a elaboração e o refinamento da opinião e dos impulsos coletivos, através do sistema de partidos, pode ser exposto como se segue: quanto maior a aplicação do princípio democrático, maior a variedade das tendências e das finalidades representadas; ao passo que uma sociedade industrial mais vasta e melhor integrada exige recursos e respostas mais simples — 'sim' ou 'não' às questões mais complexas. Se olharmos apenas para um lado do paradoxo, sentir-nos-emos cair num caos de inúmeras pretensões opostas, ou então sob uma rígida disciplina de quartel, sob um só princípio. Mais uma vez, a arte da democracia consiste em equilibrar reclamos contraditórios.

Nas velhas democracias, dá-se uma importante canalização de opiniões e interesses em virtude da natureza histórica dos partidos, que se apóiam em profundas lealdades tradicionais de grupos, famílias com interesses políticos e indivíduos. Tais tradições contribuem essencialmente a intensificar as motivações, a suscitar reações arraigadas na comunidade e a transferir para o segundo plano as reações superficiais. O próprio partido, por astuciosa que seja a sua manobra de interesses, representa um depósito de recordações, idéias e imagens de dirigentes. O partido revigora esses elementos durante as campanhas eleitorais. A força da fidelidade ao partido nos Estados Unidos pode ser ilustrada pela seguinte anedota: um juiz da Geórgia declarou, certa feita: 'Hei de morrer como cristão penitente, porém enfrentarei meu Criador como democrata impenitente'. Herbert Agar, comentando esta anedota, explica acertadamente que 'a devoção ao partido nasce de um amálgama de história, tradição, regionalismo, laços de família, orgulho cívico e sentimento de estarmos "do mesmo lado", de pertencermos ao "mesmo time"'.²⁸

Outro fator que intervém na transformação da opinião através do sistema de partidos, poderá ser apreciado em toda a sua plenitude, unicamente em termos de nossa teoria da integração social, que não podemos desenvolver aqui completamente, por razões de espaço e de equilíbrio. Em vez de demonstrarmos essa teoria, procuraremos exprimir a idéia fundamental mediante alguns exemplos. Dizer simplesmente que a opinião e a vontade se

integram graças aos partidos políticos não é suficiente, pois diferentes técnicas de integração produzem diferentes amálgamas, na base de material humano e atitudes idênticas. Conforme mencionamos acima, podemos observar uma mentalidade diferente no corpo eleitoral segundo a oportunidade que tenham os votantes de integrar seus interesses nas linhas eleitorais do bairro ou nos distritos eleitorais maiores. Dar maior importância aos interesses seccionais ou grupais tende a expressar e a estimular divisões irreconciliáveis, ao passo que, ao realçar os interesses regionais ou distritais, estimula-se o ponto de vista do cidadão. Outra regra de integração é a de que os distritos eleitorais, nas eleições individuais que se decidem por maioria relativa de votos (*plurality*), tendem a favorecer as posições partidárias rígidas e o dogmatismo.²⁹ Desta forma, o sistema eleitoral e a estrutura partidária determinam a natureza das reações eleitorais prováveis e também exercem diversas influências educativas. O primeiro tipo favorece a mentalidade preparada para transacionar razoavelmente; o segundo, a mentalidade apegada à doutrina. Mais uma observação sobre este ponto: a possibilidade de escolher e apoiar líderes políticos capazes é maior quando os cargos são disputados individualmente, do que pelo sistema de chapas ou listas, aplicado na Alemanha, sob a República de Weimar. O sistema de listas, combinado com a representação proporcional, dá maiores oportunidades a homens dispostos a submeter-se à disciplina do partido, do que aos que podem e querem lutar.³⁰

Em todos os casos, a escolha dos métodos depende da nossa preferência entre a representação fiel e expressiva dos matizes de opinião dos eleitores e a cristalização de decisões bem claras. Esta última posição merece, sem dúvida, prioridade, pois devemos conservar nosso bom senso e compreender que a política significa atuação de grupos e não debate pelo prazer de debater. Por outro lado, seria um erro suprimir indevidamente a auto-expressão e a autêntica participação, em favor da posição alternativa. A solução parece residir na elaboração de alternativas bem definidas, que deverão ser escolhidas numa luta eleitoral bem esclarecida e muito disputada. O eleitorado deve, realmente, chegar a uma decisão, mas sem o perigo de neutralizar ou suprimir sua espontaneidade. O interesse popular pela política deve ser encorajado por todos os meios. O povo deve dispor das maiores oportunidades para dizer o que quer. As manobras, numa etapa posterior, deverão servir para reduzir a diversidade de opiniões, até chegar às alternativas mais simples.

O sistema bipartidário é o ideal para que uma democracia funcione adequadamente. Possui imenso poder moderador e decide, sem sombra de dúvidas, quem deve governar e quem deve ficar na oposição, com oportunidade de voltar ao poder. O preço a pagar

pelo sistema bipartidário é bem conhecido: promete grande estabilidade, mas sem consistência. Dá-se isto especialmente nos Estados Unidos, onde os dois partidos não se dividem na base de princípios ou filosofias fundamentais.³¹ A razão disso consiste em que o destaque excessivo dos interesses seccionais, econômicos ou regionais, por parte de um partido, num país tão vasto, suscitaria sempre uma oposição violenta. Por isso, os princípios básicos do sistema servem para suavizar as diferenças e facilitar o compromisso. Como os dois partidos representam interesses que em parte coincidem, sempre existe a possibilidade de chegarem a um acordo sobre os problemas mais importantes. Portanto, a mudança de um partido para outro no poder, não ocasiona nenhum brusco transtorno. Por mais rumorosa que seja a campanha eleitoral, é pouco provável que se produza uma mudança radical se o governo passar de um partido para outro. Isto cria um ambiente de estabilidade, muito importante se se deseja um progresso contínuo e ordenado. O dogmatismo e a propaganda de novas idéias fica a cargo dos pequenos partidos, 'terceira posição', que vão surgindo à margem da vida da comunidade. Quando estas novas idéias se tornam bastante amadurecidas e populares, um ou ambos os velhos partidos as incorporam em suas plataformas. Assim, as exigências mais salientes do Movimento Populista foram adotadas pelos democratas e pelos republicanos.³² Deu-se o mesmo na Grã-Bretanha com o Movimento Cartista: depois da derrota desse partido, as suas reivindicações foram satisfeitas pelos outros.³³

A pergunta que devemos fazer a nós mesmos é se tal sistema bipartidário, que tende a atenuar as diferenças de princípios, pode servir de base democrática para o planejamento. A primeira vista, poderíamos negar tal possibilidade, especialmente considerando-os à luz das idéias continentais européias, que tendem a exagerar as diferenças e a insistir nos princípios; pois o planejamento exige posições bem definidas, escolha entre dois sistemas globais diferentes. Pois bem, apesar da importância que temos atribuído à firmeza das atitudes como condição prévia do planejamento, apesar da impaciência que sentimos diante das medidas isoladas e da maneira em que defendemos as políticas lógicas e coerentes, ainda acreditamos que o sistema bipartidário pode muito bem servir de base ao planejamento democrático. Naturalmente, isto só poderá acontecer se não visarmos a um planejamento total, e se distinguirmos claramente os problemas essenciais do mesmo, dos outros que permitem multiplicidade de soluções. O planejamento total parece exigir uma política unificada e, portanto e logicamente, um sistema monopartidário. Um sistema bipartidário, contudo, é possível e desejável para o planejamento parcial, desde que ambos os partidos concordem em que o planejamento preventivo seja essencial para suprimir os males mais evidentes de uma sociedade.

tecnológica. Ainda que os partidos possam estar de acôrdo em que tal objetivo possa ser alcançado mediante o contrôle de alguns dos fatores-chave, podem continuar em desacôrdo quanto aos problemas não afetados e os melhores métodos para levar a efeito com êxito o planejamento preventivo. Em tal sistema, no caso de malograr o partido que está no poder, o eleitorado pode eleger o outro partido, com mandato para resolver a experiência à sua própria maneira.

Ainda que se possa prever, com possibilidade de acêrto, que no futuro os partidos norte-americanos terão que dividir-se quanto ao problema do planejamento, é provável que se chegará a nova etapa crítica quando outra depressão venha a convencer os eleitores da necessidade de um planejamento preventivo. É provável que então se poderá chegar a um acôrdo sôbre os pontos essenciais mínimos de um planejamento como, por exemplo, o de conseguir o pleno emprêgo, podendo cristalizar-se, em tal situação de urgência, uma política comum a ambos os partidos.

É bem possível que um sistema multipartidário, baseado na representação proporcional e que requeira govêrno de coalizão, enfrente maiores dificuldades no caminho para o planejamento. De qualquer maneira, também é possível que êste seja parcial. Seria necessário um amplo govêrno de coalizão, representando um 'govêrno nacional', e um acôrdo básico para se poderem aplicar algumas medidas essenciais de planejamento durante o período previsto para o mesmo, ao passo que os outros problemas poderiam ser enfrentados segundo as necessidades do momento.

Durante a guerra, o primeiro ministro britânico e o presidente dos Estados Unidos podiam efetuar mudanças em seus ministérios para satisfazer a opinião pública e corresponder às necessidades da hora, sem modificar o objetivo principal, que era o de ganhar a guerra. Da mesma maneira, numa política de transição visando ao planejamento, os homens e os meios podem ser alterados sem que se perca de vista o objetivo principal. É certo que a guerra reflete a situação que mais exige o acôrdo básico de tôdas as forças do país. Mas é inadmissível que as nações democráticas não possam entender que um desacôrdo irreconciliável pode conduzir à guerra civil e à ditadura, muito mais destrutivas que a guerra. Também é injustificável supor que as nações democráticas, em face do desastre constituído pelo desemprego em massa e/ou pela derrocada da democracia, não possam realizar esforços comparáveis aos desenvolvidos em tempo de guerra.

As massas excitadas não podem aproveitar os ensinamentos da história; mas de uma nação que progride dentro dos moldes das instituições democráticas, sem grandes mudanças em sua estrutura fundamental, pode-se esperar que consiga levar a efeito pacificamente a transformação necessária. É característico que não

se hajam realizado — pelo menos na Inglaterra — as predições de que, finda a guerra, tudo voltaria à 'normalidade' e aos 'negócios, como de costume'. O povo inglês estava disposto a considerar o período de pós-guerra como um tempo de perigo nacional, idêntico ao da ameaça de invasão nazista depois de Dunquerque. Os Estados Unidos puseram-se de acôrdo sôbre a continuação de uma política exterior comum a ambos os partidos e em renunciar definitivamente ao isolacionismo. É falso dizer que as nações nada aprendem das lições da história. A questão é a seguinte: quais são as condições sociais e históricas que facilitam tal aprendizado e quais as que o dificultam? Sabemos, por exemplo, que as reparações, como as exigidas da Alemanha após a Primeira Grande Guerra, são contraproducentes, e que a inflação em larga escala ou o desemprego em massa solapa a estrutura social e a todos prejudica.³⁴ Tais lições continuarão a ser lembradas enquanto persistirem o equilíbrio da estrutura da sociedade e a constituição psicológica da coletividade, e enquanto o sistema democrático continuar a funcionar de modo adequado.

Nesta conjuntura, podemos indagar se as democracias na Era do Planejamento não terão de criar uma nova instituição, fora da organização geral do sistema representativo, embora constituindo-se parte integrante do processo político. Poderíamos dar-lhe o nome de Ordem. Poderíamos defini-la como uma organização voluntária, recrutada entre os mais distintos representantes das diversas camadas sociais e elementos vários da comunidade. Esse organismo serviria para assegurar a manutenção da democracia e da liberdade, nos casos em que um governo democrático, eleito por uma maioria relativa, pudesse levar ao impasse e à indecisão nas operações de planejamento. Tal organismo funcionaria como uma espécie de supremo tribunal, para garantir a consistência e a continuidade do planejamento.³⁵ Enquanto nos países ditatoriais a supremacia do partido garante essa consistência e continuidade, num Estado democrático o processo de integração poderia ser promovido por um organismo apartidário, formado por homens de alta reputação e desinteressados. Precisamente por se manter alheio à luta pelo poder, tal organismo poderia adquirir grande prestígio moral e chegar a ser a 'consciência do país'.³⁶ Seus membros representariam as diversas correntes sociais e intelectuais da comunidade, de modo que as suas resoluções tomadas em conjunto constituiriam uma mediação, de nível elevado, nas tensões gerais. Como no caso de uma ordem religiosa, a admissão estaria sujeita a rigorosos compromissos por parte dos seus membros, e assim se conseguiria o maior zelo e desinteresse na execução das tarefas que lhes fôssem confiadas. O sistema de seleção dos seus membros deveria incluir a escolha, pelo próprio organismo, e a designação por parte de entidades idôneas. Nas situações de crise,

se hajam realizado — pelo menos na Inglaterra — as predições de que, finda a guerra, tudo voltaria à 'normalidade' e aos 'negócios, como de costume'. O povo inglês estava disposto a considerar o período de pós-guerra como um tempo de perigo nacional, idêntico ao da ameaça de invasão nazista depois de Dunquerque. Os Estados Unidos puseram-se de acôrdo sôbre a continuação de uma política exterior comum a ambos os partidos e em renunciar definitivamente ao isolacionismo. É falso dizer que as nações nada aprendem das lições da história. A questão é a seguinte: quais são as condições sociais e históricas que facilitam tal aprendizado e quais as que o dificultam? Sabemos, por exemplo, que as reparações, como as exigidas da Alemanha após a Primeira Grande Guerra, são contraproducentes, e que a inflação em larga escala ou o desemprego em massa solapa a estrutura social e a todos prejudica.³⁴ Tais lições continuarão a ser lembradas enquanto persistirem o equilíbrio da estrutura da sociedade e a constituição psicológica da coletividade, e enquanto o sistema democrático continuar a funcionar de modo adequado.

Nesta conjuntura, podemos indagar se as democracias na Era do Planejamento não terão de criar uma nova instituição, fora da organização geral do sistema representativo, embora constituindo-se parte integrante do processo político. Poderíamos dar-lhe o nome de Ordem. Poderíamos defini-la como uma organização voluntária, recrutada entre os mais distintos representantes das diversas camadas sociais e elementos vários da comunidade. Esse organismo serviria para assegurar a manutenção da democracia e da liberdade, nos casos em que um governo democrático, eleito por uma maioria relativa, pudesse levar ao impasse e à indecisão nas operações de planejamento. Tal organismo funcionaria como uma espécie de supremo tribunal, para garantir a consistência e a continuidade do planejamento.³⁵ Enquanto nos países ditatoriais a supremacia do partido garante essa consistência e continuidade, num Estado democrático o processo de integração poderia ser promovido por um organismo apartidário, formado por homens de alta reputação e desinteressados. Precisamente por se manter alheio à luta pelo poder, tal organismo poderia adquirir grande prestígio moral e chegar a ser a 'consciência do país'.³⁶ Seus membros representariam as diversas correntes sociais e intelectuais da comunidade, de modo que as suas resoluções tomadas em conjunto constituiriam uma mediação, de nível elevado, nas tensões gerais. Como no caso de uma ordem religiosa, a admissão estaria sujeita a rigorosos compromissos por parte dos seus membros, e assim se conseguiria o maior zelo e desinteresse na execução das tarefas que lhes fôssem confiadas. O sistema de seleção dos seus membros deveria incluir a escolha, pelo próprio organismo, e a designação por parte de entidades idôneas. Nas situações de crise,

quando malograsse a mediação, o referido organismo poderia nomear uma comissão de arbitragem para a solução dos problemas.

Apresentamos esta proposta, menos com a esperança de que seja aplicada dentro das linhas aqui indicadas, do que como desejo de acentuar a necessidade da integração nos níveis mais elevados, numa época de planejamento. A democracia deve manter-se alerta para enfrentar situações em que desaparece a margem de desacôrdo tolerável e em que é essencial chegar rapidamente a um entendimento. No passado, as democracias podiam deixar de levar em consideração essas disposições para a integração, porque as tradições inconscientes constituíam um laço integrador e unificavam ainda as decisões dispersas tomadas pelos parlamentos. Com o enfraquecimento da tradição, tornou-se necessário encontrar substitutivos que tenham a mesma dignidade e autoridade. A consciência coletiva, tendo cessado de funcionar através de uma integração tácita e invisível (como acontecia nas pequenas comunidades), deverá criar novos órgãos flexíveis e sutis, porém adaptados às potencialidades da nova era.

3. *Transformação da vontade popular em decisões políticas*

A etapa seguinte do processo democrático consiste na transformação da vontade popular, concretizando-a numa política aplicável. Os eleitores expressam sua vontade nas urnas, como resposta a programas mais ou menos vagos, a idéias de partidos e listas de candidatos. Elegem certo número de representantes, ou um presidente, que hão de deliberar, constituir um governo e controlar a administração. A representação, a deliberação e o controle são as próximas etapas da transformação dos impulsos gerais do eleitorado.

O ato de representar é um fenômeno complexo. As antigas cidades-Estado conheciam unicamente a democracia direta e não tinham necessidade de ir além. Se a cidade-Estado crescia além de certo limite, formava-se nova cidade ou colônia, mas não se ampliava a cidade antiga. Rousseau, que sempre se orientou pelos modelos da Antiguidade, acreditava que a representação fôsse incompatível com a soberania. A idéia de representação era uma contribuição das idéias políticas da Idade Média. Mas a representação de grupos corporativos difere muito da representação do povo, pois esta é um produto especificamente moderno, que se desenvolveu com o estabelecimento e a extensão do direito de voto. Existe diferença fundamental entre um emissário medieval, representando um grupo de corporações mediante instruções muito precisas, e um deputado moderno que representa seus constituintes. A principal diferença consiste em que o emissário das corporações medievais apenas tinha de expressar pontos de vista que

havia sido previamente cristalizados no catalizador do organismo corporativo, enquanto o deputado moderno tem que desempenhar o seu papel dentro do processo catalizador. O deputado funciona dentro do processo político que se inicia com os impulsos primários da massa e conduz finalmente a uma política precisa e refinada. Uma vez eleito e empossado no Parlamento, ou depois que passa a desempenhar seu cargo executivo, pode-se dizer que representa apenas um amálgama das tendências sociais dos seus eleitores. Seu 'mandato popular' contém uma tendência geral frouxamente definida, mas que não é completamente indefinida, conquanto seja extremamente vaga. Pessoalmente, como é natural, pode ser a favor de princípios plenamente desenvolvidos e de proposições práticas, mas o que *representa* não está tão bem articulado. É ele que deve articular os impulsos que representa, misturando-os com a sua própria personalidade e responsabilidade. Desta forma, um elemento pessoal intervém no processo de transformação de tendências vagamente definidas e de interesses gerais, em decisões políticas que representam mais que uma combinação de massas. Este elemento pessoal — a proporção individual — empresta flexibilidade e adaptabilidade às correntes emocionais que, de outra forma, seriam por demais vagas. Desta maneira, a vontade inarticulada das massas pode elaborar-se e converter-se numa coisa que não é a simples adição de muitas vontades, mas o refinamento, a humanização e a individualização das mesmas. Todo esse processo é levado a cabo através do debate profissional, da discussão e da transação. Com frequência, o deputado não possui nenhuma filosofia explícita, sendo, em grande parte, o mesmo tipo de homem que as pessoas que representa, um homem que possui variada soma de experiência e conhecimentos, certas máximas filosóficas e algumas atitudes emocionais. Esses elementos e essas tendências não são articulados primordialmente com certos escritos e tratados teóricos, porém nos problemas políticos, e nos debates suscitados nos organismos executivos e legislativos. Os críticos da democracia geralmente insistem no alegado baixo nível dos debates parlamentares, na retórica barata e aborrecida, chegando a desprezar todo discurso público. É fora de dúvida que tudo isso deveria e poderia ser melhorado, mas os críticos geralmente não dispõem da perspectiva adequada. Não compreendem a diferença entre o exame ponderado de um assunto e o debate parlamentar. Este último não é nenhum exercício de esclarecimento científico ou de semântica. As diversas razões e argumentos apresentados antes contribuem para o processo catalizador acima mencionado. Os discursos e debates parlamentares chamam a atenção pública sobre as posições e os valores divergentes, opondo-os e esclarecendo-os à medida que se concentram na legislação submetida ao exame. A pressão para a ação e a necessidade de

se chegar a um acôrdo conduzem geralmente ao ajustamento dos interesses e dos valores. A luta parlamentar serve para sublimar impulsos hostis e antagônicos e transformá-los em atitudes críticas. Os antagonismos de interesses egoísticos e os impulsos primários, encontros na vida da comunidade, estão sujeitos a ajustes; e soluções de compromisso podem ser alcançadas em qualquer fase do debate. Ainda que as correntes antagônicas da vida cotidiana possam continuar sendo perturbadoras e não achar solução, os orientadores da política aproveitam-se delas para promover a integração construtiva da vontade e da opinião. Ao passo que o cidadão, individualmente, possui apenas experiência limitada e compartilha provavelmente dos preconceitos da sua região, comunidade, profissão e classe, o político profissional adquire no Parlamento ou no Congresso, no calor dos debates políticos, nos conflitos de interesses etc., ampla experiência e bom senso político.

Nesse estágio do processo político, seria errôneo esperar conselhos tecnicamente corretos, conhecimento especializado dos fatos e fórmulas teóricas apropriadas. Quanto mais numerosos forem esses elementos no debate, melhor será; mas também seria errado pensar que eles surgem dos debates. Os debates servem antes para expor claramente os valores e os interesses dos contes-tantes e para chegar ao ajustamento necessário, objetivando conseguir um acôrdo político capaz de funcionar na prática. Toda a atenção é focalizada sobre a decisão e a ação políticas. Os detalhes jurídicos, técnicos e outros ficam acertadamente confiados ao trabalho das comissões. Não constitui defeito do sistema parlamentar a delegação de certos assuntos importantes às comissões, em vez de discuti-los no plenário, pois a genuína discussão, pela sua própria natureza, só pode ser feita em pequenos grupos. O fato de que se possam separar o nível de formação das decisões políticas, em que se integram as vontades e os interesses, de sua parte mais teórica, pertence, natural e intimamente, à filosofia democrática, a qual afirma a possibilidade de separar claramente os fatos das avaliações³⁷ e de poder fazer uma nítida distinção entre os simples peritos e os verdadeiros estadistas, orientadores da política.

NOTAS

CAPÍTULO 6

CONTRÔLE DEMOCRÁTICO DO GOVERNO NUMA SOCIEDADE PLANEJADA

1. Weber, Max, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Abt. III, *Grundriss der Sozialökonomik* (Tuebingen, 1925), cap. 8, 'Die Stadt', pp. 514-601, esp. § 5, 'Antike und Mittelalterliche Demokratie', pp. 583-601.
Idem, *General Economic History* (Londres, s/d.), cap. 28 e 29, 'Citizenship', 'The Rational State', pp. 315-51.
Altheim, Franz, *Italien und Rom* (Amsterdam, Leipzig, s/d.).
Glotz, G., *The Greek City and Its Institutions* (Londres, 1929).
2. Mosca, G., *The Ruling Class* (Nova Iorque, 1939), pp. 376-86.
Ducros, L., *La Société française au dix-huitième siècle* (Paris 1920).
Hanotaux, Gabriel, *La France en 1614* (Paris, 1914), cap. 2 e 3. 'Les Institutions politiques', 'L'Ordre Social — Les Classes', pp. 105-392.
Cf. nota 15, cap. 5, parte VI, 'The Civil Service'.
3. Becker, Carl L., *The Heavenly City of the Eighteenth Century Philosophers* (New Haven, 1932).
Bolingbroke, H. St. J., *The Idea of a Patriot King* (1738).
Idem, *Dissertation on Parties* (1733-4).
Boucharin, N., *Historical Materialism* (Nova Iorque, 1925).
Kaeber, Ernst, *Die Idee des europaischen Gleichgewichts in der publizistischen Literatur vom 16. Jahrhundert bis zur Mitte des 18. Jahrhunderts* (sem indicação de lugar, 1907).
Montesquieu, Baron de, *Esprit des Lois* (1748), Livro II, cap. 6.
Sichel, Walter, *Bolingbroke and His Times* (Londres, 1901-2), pp. 150 e segs.
Schmitt, Carl, *Verfassungslehre* (Munique, Leipzig, 1928), pp. 182-99.
Vagts, Alfred, 'Die Chimaere des europaischen Gleichgewichts', *Zeitschrift fuer Sozialforschung* (ed. mimeografada, 1942).
4. Cf. cap. 3, seção I.
5. 'Uma pequena rebelião de vez em quando é saudável e tão necessária no mundo político como as tempestades no físico... É uma medicação necessária para a boa saúde do governo' (Carta a Madison, 1787).
'Que país pode preservar as liberdades, se os seus governantes não são alertados de vez em quando de que o povo mantém o espírito de resistência? O povo que tome as armas'. (Carta ao coronel Smith, 1787). Thomas Jefferson on Democracy, org. por Saul K. Padover, (Penguin, 1946), p. 168.

6. Deutsch, Julius, *The Civil War in Austria*, trad. D. P. Berenberg, (1934).

Gulick, Charles A., *Austria from Hapsburg to Hitler* (Berkeley, Los Angeles, 1948), 2 vols.

7. MacMurray, John, *Constructive Democracy* (Londres, s/d.), p. 26.
Corwin, Edward S., *The President: Office and Powers* (Nova Iorque, 1948). O autor cita o senador Borah que, na sessão de 20 de abril de 1928, declarou: 'O Congresso pode, ao recusar as verbas, ou limitá-las a um propósito específico, tornar fisicamente impossível que o presidente possa desempenhar seu dever numa determinada circunstância... Mas, se o exército ou a armada existem, e estão sujeitos ao seu comando, o presidente pode enviá-los para onde quiser, obedecendo ao seu dever de proteger as vidas e propriedades dos cidadãos norte-americanos. Indubitavelmente poderia fazê-lo, embora o dinheiro não estivesse no Tesouro'. (Notas ao cap. 4). Arthur Krock acrescenta: 'Ao executar a lei suprema do país, o presidente podia, obviamente, fazer tudo isso e muito mais'. *The New York Times* (9 de junho de 1949).

8. No que se refere ao governo por decretos de emergência durante a República de Weimar, ver Ferdinand Friedensburg, *Die Weimarer Republik* (Berlim, 1946).

Henemann, H. J., *The Growth of Executive Power in Germany* (Minneapolis, 1934).

9. Cf. Bergstraesser, L., *Geschichte der politischen Parteien in Deutschland* (Mannheim, Berlim, 1932), p. 168.

Borkenau, Franz, *The Communist International* (Londres, 1938).

Gumbel, E. J., *Verschwörer* (Berlim, 1924).

Noske, Gustav, *Von Kiel bis Kapp* (Berlim, 1920).

Oertzen, F. W. v., *Die deutschen Freikorps 1918-1923* (Munique, 1939).

Posse, E. H., *Die politischen Kampfverbände Deutschlands* (Berlim, 1930).

Schemann, L., *Wolfgang Kapp und das Märzunternehmen vom Jahre 1920* (Munique, 1937).

Schmidt-Pauli, E. v., *Geschichte der Freikorps 1918-1924* (Stuttgart, 1936).

Schweyer, F., *Politische Geheimverbände* (Freiburg, 1925).

10. Lowenthal, Leo, e Guterman, Norbert, 'Portrait of the American Agitator', *The Public Opinion Quarterly* (Outono, 1948), vol. 12, n.º 3, pp. 417-29; e, do mesmo autor, *Prophets of Deceit* (Nova Iorque, 1950).

11. Cf. Lederer, Emil, *The State of the Masses* (Nova Iorque, 1940).

12. Mosca, G., *op. cit.*, pp. 154-5, 158 e segs., 474, 488.

13. De modo um tanto simplificado e, portanto, demasiadamente otimista, Burke expressou este mesmo ponto de vista em sua célebre afirmação: 'O Parlamento não é um congresso de embaixadores que representam interesses diferentes e hostis; cujos interesses cada um deve defender como agente e advogado, contra outros agentes e advogados: o Parlamento é a assembléia deliberante de uma nação com apenas um interesse — o da comunidade em geral. Ali não devem prevalecer objetivos locais, nem preconceitos regionais, mas o bem comum...' Citação de C. J. Friedrich, *Constitutional Government and Politics* (Nova Iorque, 1937), p. 230.

14. A essência da organização é que ela cria configurações fixas, que fazem surgir um tipo de resposta e de integração. Outro traço da boa organização é que ela incorpora uma idéia que é melhor do que a pessoa agindo como indivíduo. 'Hoje, a oposição da parte ao todo tem uma base funcional' ... 'Um poderoso sindicato de trabalhadores ou, a fortiori, uma liga de sindicatos pode impor sua vontade ao Estado... A fim de obviar a esse perigo, é necessário impedir, a todo custo, o surgimento de novas soberanias intermediárias entre o indivíduo e o Estado'. Mosca, *op. cit.*, p. 481.

15. Beckerath, E., 'Der moderne Absolutismus', *Archiv fuer Weltwirtschaft und Seeverkehr* (1927).

Coker, F. W., 'Pluralistic Theories and the Attack upon State Sovereignty', em *A History of Political Theories*, org. por W. A. Dunning (Nova Iorque, 1902-20), vol. IV., *Recent Times* pp. 80-119. (Extensa bibliografia.)

Cole, G. D. H., *A Short History of the British Working Class Movement 1900-1927* (Nova Iorque, 1927), cap. IV., pp. 63-77.

Idem, *World of Labour* (Londres, 1928).

Idem, e Postgate, Raymond, *The British Common People 1746-1938* (Nova Iorque, 1939).

Elliott, W. Y., *The Pragmatic Revolt in Politics, Syndicalism, Fascism, and the Constitutional State* (Nova Iorque, 1928).

Freund, Michael, Georges Sorel, *Der Revolutionäre Konservativismus* (Frankfurt, 1932), bibliografia p. 351, nota 33.

Greer, Thomas H., *American Social Reform Movements, Their Pattern since 1865* (Nova Iorque, 1949).

Lorwin, L. L., *Syndicalism in France* (Nova Iorque, 1916).

Idem, 'Syndicalism', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. XIV.

Idem, *Labor and Internationalism* (Nova Iorque, 1929), pp. 559-77.

Perlman, Selig, e Taft, Philip, *History of Labor in the United States, 1896-1932* (Nova Iorque, 1935), vol. IV, *Labor Movements*.

16. Cf. nota 10, cap. 5.

17. Cf. Forsthoff, Ernst, *Deutsche Geschichte seit 1918 in Dokumenten* (Stuttgart, 1938).

Moellendorff, Richard von, *Konservativer Sozialismus* (Hamburgo, 1932), esp. 'Dokumente zur Gemeinwirtschaft', pp. 212 e segs.

18. Neumann, Franz, *Behemoth* (Nova Iorque, 1944), parte III.

19. Griffith, E. S., *The Modern Government in Action* (Nova Iorque, 1942), p. 51.

20. *A Free and Responsible Press* (Chicago, 1947), p. 17.

21. Bergstraesser, L., *op. cit.*, pp. 140 e segs. Cf. nota 7, cap. I.

22. Lorenz von Stein pôs em relêvo a atitude 'experimental' perante a vida, adotada por Saint-Simon, o qual disse: 'Tenho-me servido do casamento como meio para estudar as obras dos sábios que me pareciam indispensáveis para a execução do meu empreendimento'. Lorenz von Stein acha 'correta e linda' a caracterização de Saint-Simon feita por Louis Reybaud: 'Tranquilo no meio da agitação, julgando os outros sem ser ele próprio julgado, guloso, homem do mundo, gastador mais por sistema que por inclinação, Saint-Simon aglomerava cinquenta anos de vivência num só; mergulhava na vida em vez de usá-la de modo comedido, a fim de alcançar prematuramente a sabedoria da velhice; usava e abusava

de tudo, a fim de pôr tôdas as coisas em seus cálculos num período posterior; inoculava-se com as doenças do seu século, a fim de determinar sua fisiologia num período posterior. Seu modo de vida era completamente experimental. Seria loucura julgá-lo em termos de padrões ordinários'. Karl Mannheim, em suas conferências na Universidade de Frankfurt em 1932, costumava fazer remontar a Saint-Simon uma atitude especificamente moderna de experimentalismo, como sendo uma das fontes principais do pensamento sociológico. [Nota dos organizadores]. Cf. Stein, Lorenz von, *Der Sozialismus und Communismus des heutigen Frankreichs, Ein Beitrag zur Zeitgeschichte* (Leipzig, 1848), vol. II, parte III, pp. 239 e segs.

O pragmatismo, especialmente na forma de 'social behaviorism' de George H. Mead e a ênfase de Max Weber sobre uma 'ética de responsabilidade' em oposição ao absolutismo ético, são igualmente indicativas dessa atitude experimental. Cf. G. H. Mead, *Mind, Self, Society* (Chicago, 1934), e Max Weber, 'Politics as a Vocation', *Essays in Sociology* (Nova Iorque, 1946), pp. 118 e segs.

23. Fato característico é que, na Inglaterra, o líder da oposição a Sua Majestade recebe um salário do governo que critica.

24. Podemos pensar no ditado de Friedrich Schiller, 'Verstand ist stets bei wen'gen nur gewesen' e compará-lo com a sentença de Lincoln, 'Podemos enganar algumas pessoas todo o tempo, e tôdas as pessoas durante algum tempo, mas não podemos enganar tôdas as pessoas o tempo todo'. Para o socialismo moderno e sua atitude, é característico um verso do canto dos lassaleanos germânicos 'Das ist der Unverstand der Massen den nur des Geistes Schwert durchdringt...'

Quanto a Lenin, podemos nos referir ao trecho muitas vezes citado: 'A história de todos os países demonstra que a classe trabalhadora, exclusivamente pelo seu próprio esforço, é capaz de desenvolver a consciência sindical, isto é, pode por si mesma compreender a necessidade de combinar-se em uniões, de lutar contra os empregadores e de procurar compelir o governo a baixar a necessária legislação do trabalho etc.'

'A teoria do socialismo surgiu, contudo, das teorias filosóficas, históricas e econômicas que foram elaboradas pelos representantes educados das classes proprietárias, os intelectuais. Os próprios fundadores do moderno socialismo científico, Marx e Engels, pertenciam a *intelligentsia* burguesa. Da mesma forma, na Rússia, a doutrina teórica da democracia social surgiu de modo bastante independente do crescimento espontâneo do movimento trabalhista...' Lenin, V. I., 'What Is To Be Done', *Collected Works* (Nova Iorque, 1929), vol. IV, livro II, pp. 114 e seg.

25. Ver Gallup, G., e Rae, S. F., *The Pulse of Democracy* (Nova Iorque, 1940).

Lazarsfeld, P. S., Berelson, B., Gaudet, H., *The People's Choice, How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign* (Nova Iorque, 1944).

26. Este estudo muito deve ao enfoque que Mosca deu ao problema. Procurei incorporar certos pontos da sua teoria em meu próprio enfoque, aqueles que sinto serem mais razoáveis do que a maioria das suas explicações, as quais até agora não assimilaram os argumentos mais céticos contra a democracia. (Cf. Mosca, *op. cit.*, p. 155.)

27. Moreno e seus companheiros deram bom início ao estudo da composição nuclear dos pequenos grupos sociais. Cf. Moreno, J. L., *Who Shall Survive? A New Approach to the Problem of Human Interrelations* (Washington, D. C., 1934). 'Nervous and Mental Disease Monographs'.

28. Cf. Agar, Herbert, **Political Parties in the U.S.A.** (1904) p. 6. (Em circulação particular.)

29. Friedrich, C. J., **Constitutional Government** (Nova Iorque, 1937), p. 283.

30. *Ibid.*, pp. 283 e seg.

31. Cf. Carpenter, W. S., **The Development of American Political Thought** (Princeton, 1930).

Carter, Edward W., e Rohlfing, Charles C., 'The Constitution of the United States — A Bibliography', **The Annals** (Amer. Acad. Soc. Pol. Science) (maio, 1936), pp. 190-200. (314 títulos.)

Gosnell, H. F., **Democracy — the Threshold of Freedom** (Nova Iorque, 1948).

Merriam, C. E., Gosnell, H. F., **The American Party System** (Nova Iorque, 1940).

Odegard, P. H., e Helms, E. A., **American Politics** (2.^a ed., Nova Iorque, Londres, 1947).

32. Cf. o estudo de Agar, *op. cit.*, que comenta, com muita sutileza, esses aspectos do sistema norte-americano.

33. A este respeito, poder-se-iam fazer interessantes observações sobre a emergência de novos aspectos em vários sistemas. O que é novo e invulgar tem diferentes oportunidades, em diferentes estruturas de grupos e diversas formas de organização de grupos.

34. Cf. Fisher, Paul, 'Reparation Labor, A Preliminary Analysis', **The Quarterly Journal of Economics** (maio, 1946), vol. LX, n.º 3, pp. 313 e segs.

Keynes, John Maynard, **The Economic Consequences of the Peace** (Nova Iorque, 1920).

35. Agências, como a 'Federal Communications Commission', organizações de emergência como os conselhos trabalhistas de guerra, sob os governos de Wilson e de Roosevelt, nos Estados Unidos, os 'Witley Councils', na Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, o 'Arbeitsgemeinschaft' entre líderes sindicais de empregadores e empregados, na Alemanha (1918), podem ser mencionadas como organismos segmentários, servindo para esse fim em áreas limitadas.

36. Impressionado pelas crises e incertezas, tais como a abdicação de Eduardo VIII na Inglaterra, a influência das camarilhas que cercavam o presidente Hindenburg em 1932-3, ou o resultado incerto das nomeações para candidato à presidência numa 'sala cheia de fumaça de cigarros', quando os partidos norte-americanos têm que escolher um candidato ignorado até o último momento, o autor preocupava-se com os meios de proteger a sociedade contra as incertezas da transmissão do poder hereditário ou contra as situações de após-guerra, tais como as que os presidentes Harding e Grant tiveram que enfrentar, ou o papel do presidente durante o eclipse da República de Weimar. Há documentos indicativos de que Karl Mannheim pretendia estudar esta questão mais detalhadamente. (Nota dos compiladores.)

37. Isto não resulta perfeitamente óbvio à luz das modernas pesquisas da sociologia do conhecimento.

TERCEIRA PARTE

HOMENS NOVOS, VALORES NOVOS

DO COSTUME À CIÊNCIA SOCIAL

AS REFORMAS institucionais propostas até agora seriam inadequadas sem a transformação do homem e o recondicionamento do comportamento humano. A sábia observação de Aristóteles, de que a estabilidade política depende da adaptação da educação à forma de governo, voltou a ser objeto de nossa atenção durante as últimas décadas. A experiência demonstra que a democracia não pode existir, a menos que todas as suas instituições estejam completamente orientadas para objetivos democráticos. Isto nos obriga a estarmos sempre conscientes dos efeitos educacionais de todas as instituições, seus recursos educativos e seus valores básicos.¹ Não é a necessidade, mas unicamente o grau e a natureza dessa coordenação, o que iremos examinar neste capítulo.

I. A IDEIA DA EDUCAÇÃO SOCIAL

As instituições, afinal de contas, não são mais que estruturas fixas de comportamento criadas por indivíduos relacionados entre si. As instituições, portanto, exigem um treinamento que vise ao 'comportamento institucional'.² Não pode funcionar escola alguma sem uma preparação para o comportamento nas aulas, para a camaradagem entre os companheiros de classe e o professor, para as notas e outras recompensas; não pode existir a escola sem um preparo que torne possível a lealdade e a apreciação dos valores subjacentes à vida escolar, isto é, a apreciação do conhecimento, das atividades em comum, das tradições ou dos ideais específicos que representam a escola.³ É óbvio que as avaliações não existem por si mesmas e de maneira abstrata, mas são como sinais de tráfego⁴ que guiam e regulamentam a ação e a conduta humana em situações sociais concretas. São quadros de referência para experiências de grupo.⁵ É uma verdade sociológica muito simples, mas fundamental, que uma unidade de comportamento não é ato isolado, porém uma fase do sistema social.⁶ Cada ação é um elo da

DO COSTUME À CIÊNCIA SOCIAL

AS REFORMAS institucionais propostas até agora seriam inadequadas sem a transformação do homem e o recondicionamento do comportamento humano. A sábia observação de Aristóteles, de que a estabilidade política depende da adaptação da educação à forma de governo, voltou a ser objeto de nossa atenção durante as últimas décadas. A experiência demonstra que a democracia não pode existir, a menos que todas as suas instituições estejam completamente orientadas para objetivos democráticos. Isto nos obriga a estarmos sempre conscientes dos efeitos educacionais de todas as instituições, seus recursos educativos e seus valores básicos.¹ Não é a necessidade, mas unicamente o grau e a natureza dessa coordenação, o que iremos examinar neste capítulo.

I. A IDÉIA DA EDUCAÇÃO SOCIAL

As instituições, afinal de contas, não são mais que estruturas fixas de comportamento criadas por indivíduos relacionados entre si. As instituições, portanto, exigem um treinamento que vise ao 'comportamento institucional'.² Não pode funcionar escola alguma sem uma preparação para o comportamento nas aulas, para a camaradagem entre os companheiros de classe e o professor, para as notas e outras recompensas; não pode existir a escola sem um preparo que torne possível a lealdade e a apreciação dos valores subjacentes à vida escolar, isto é, a apreciação do conhecimento, das atividades em comum, das tradições ou dos ideais específicos que representam a escola.³ É óbvio que as avaliações não existem por si mesmas e de maneira abstrata, mas são como sinais de tráfego⁴ que guiam e regulamentam a ação e a conduta humana em situações sociais concretas. São quadros de referência para experiências de grupo.⁵ É uma verdade sociológica muito simples, mas fundamental, que uma unidade de comportamento não é ato isolado, porém uma fase do sistema social.⁶ Cada ação é um elo da

corrente de atividades sociais mais ou menos coordenadas e, portanto, depende, de certa maneira, da sociedade como atividade em marcha, que dá forma e coordena o temperamento humano. O fato de que nossas instituições, nossos programas educacionais e nossas escalas de valores são apenas aspectos diferentes do mesmo processo, tem sido esquecido pelos teóricos do *laissez faire*, mas tem sido enfatizado e exagerado na prática pelos governos autoritários.

A atitude do *laissez faire* é que a melhor política para a economia, a educação e outros assuntos, consiste em deixar que o indivíduo procure ajustar-se livremente, 'por si só', sem interferência exterior. Esquece-se de que jamais existiu indivíduo que levasse a cabo seus ajustamentos 'por si só'. O homem de mentalidade independente e que só conta consigo mesmo, é produto de organismos mais antigos, formadores do comportamento: família, comunidade local, escola e igreja, sem falar de outras instituições; seus ajustamentos espontâneos contribuem para o desenvolvimento de normas de comportamento previamente condicionadas e assimiladas. Os totalitários e autoritários interpretam erroneamente o condicionamento e a coordenação do comportamento, e acreditam que se trata de uma doutrinação ou de uma aceitação cega de normas rígidas de pensamento e de conduta. É óbvio que o indivíduo não desenvolve suas melhores qualidades quando é deixado a sós, e que as influências sociais e a coordenação das atividades não são idênticas à disciplina de quartel e ao exercício militar. A Arte do Planejamento Democrático consiste em elaborar a Terceira Posição: ou seja, evitar a inação ou o excesso de ação.

Mas que foi que levou os liberais a acreditarem que a sua sociedade funcionava sem esforço consciente de condicionamento e coordenação dos comportamentos? Quem fez os totalitários interferirem em tudo e até mesmo ditar a coordenação entre várias instituições? Exame mais cuidadoso mostra que essas diferentes atitudes e mentalidades estão orientadas e refletem diversas fases históricas do desenvolvimento social. Na época do liberalismo, nenhum Estado ou autoridade planejadora condicionava a conduta humana, nem se preocupava com a coordenação social, porque a família, a escola, a vizinhança, a igreja e outras instituições moldadoras das atitudes primárias, criavam silenciosamente a norma necessária de comportamento. A coordenação era resultante da tradição e do costume, que restringiam as diferenças, até um ponto em que já não podiam pôr em perigo a unidade da sociedade.

Em épocas recentes, as nossas instituições de formação de atitudes fundamentais perderam muito da sua força. A família está perdendo sua influência sobre o indivíduo; vai desaparecendo o espírito comunitário; a escola e a igreja tendem a tornar-se convencionais e, portanto, paralisadas: está-se desintegrando a tática

filosofia unificadora que as coordenava. A tradição e o costume antigamente coordenavam e integravam a personalidade, formando instituições e escalas de valores, mas pouco a pouco deixaram de atuar. Foi só depois de compreendido esse fato que as ciências sociais levantaram os problemas centrais de coordenação das instituições sociais, com o objetivo deliberado de moldar o comportamento.

Podemos dar a isso o nome de 'evolução do costume para a ciência social'. Enquanto funcionavam o costume e a tradição, a ciência social era desnecessária. A ciência da sociedade surgiu quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixou de ser ajustado. Tornaram-se então necessárias a análise consciente da situação, e a coordenação também consciente dos processos sociais.

É certo que a tradição e o costume não serão substituídos em toda parte pela ciência social. Na Inglaterra, especialmente, subsiste forte rede de tradições, que são tácitamente aceitas. Nesse país não é necessário levar a efeito interferência alguma, a menos que as tradições e costumes sejam simplesmente nocivos, como no caso dos maus hábitos de nutrição e do excesso de concorrência, que está fora de lugar numa sociedade bem ordenada. Só onde a trama da tradição e do costume se desintegrou, e o indivíduo é incapaz de criar outro padrão de comportamento ou de remodelar suas instituições, a ciência social poderá servir de ajuda, no sentido mais amplo da palavra.

A ciência social há de proporcionar os conhecimentos básicos para a educação social, conceito utilizado com frequência mas raramente bem definido. A educação social não visa a criar um ser social gregário, mas procura estabelecer uma personalidade bem equilibrada, dentro do espírito da verdadeira democracia; a individualidade não deve desenvolver-se à custa do sentimento comunitário.

Além disso, a palavra 'social' na expressão 'educação social' acentua os meios de influência, isto é, o emprêgo deliberado das forças sociais existentes para criar o tipo da personalidade democrática.⁷ Ao contrário, nossa pedagogia tradicional focalizava a atenção principalmente nas influências de pessoa para pessoa, desprezando as várias influências ambientais. Dava estas últimas por assentadas e não as explorava, considerando-as como uma espécie de segunda natureza, externa ao homem. De acordo com o enfoque moderno, o ambiente social já não é uma entidade vaga, mas um conjunto de padrões a serem explorados devido ao seu significado educacional. Outrossim, a questão que se há de apresentar de modo permanente, será como utilizar essas normas ambientais em favor da educação democrática, sem recorrer a métodos totalitários.

A ciência social, ao substituir as tradições que já não funcionam, ajudará o planejamento democrático de três maneiras, pois esclarecerá: 1) a idéia democrática da coordenação, em contraste com a arregimentação totalitária; 2) a formação e reformulação do comportamento humano, isto é, os meios sociais e psicológicos para condicionar o homem; 3) a norma de conduta, consciência e personalidade democráticas como fins do planejamento democrático.

II. A NOVA CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO HUMANO

1. *O significado da coordenação democrática*

Para esclarecer a idéia da coordenação democrática, em contraste com o autoritarismo totalitário, temos que compreender, em primeiro lugar, que o liberalismo clássico não conta com nenhuma teoria referente à coordenação. Acredita que a coordenação final das atividades humanas é obra de forças sociais invisíveis. O homem deve cuidar de tudo, exceto da harmonia na sociedade, a qual funciona por si mesma. A teoria liberal da ação social pode ser resumida mais ou menos como se segue:

Não há necessidade alguma de planificar, é prescindível que alguém nos indique o rumo certo para a ação, é desnecessária a promoção especial de certos objetivos e inútil o estímulo das motivações, sempre que possamos contar com: a) oportunidades para todos; b) liberdade de escolha; c) campo para que o indivíduo experimente e progrida mediante tentativas e erros; d) acesso às informações sobre fatos relevantes; e) *last but not least* (finalmente, mas não menos importante), livre concorrência, a qual, em conexão com os fatores acima indicados, há de criar tanto os incentivos como o saber necessário para o ajustamento. Corretamente interpretada, a teoria liberal confia que os ajustamentos centralizados no indivíduo possam produzir automaticamente a ordem adequada na sociedade. Do ponto de vista sociológico, o ajuste conseguido pelo individualismo e pela competição — que não é mais que uma entre muitas formas de ajustamento — é o único considerado válido, sem levar em conta os requisitos prévios necessários para o mesmo ajuste.

Existe inegável sabedoria nas idéias do liberalismo e nossa Terceira Posição há de incorporar alguns dos seus elementos. Como sistema, porém, o liberalismo não é mais aplicável. Tanto na esfera cultural como na econômica, as pressões das grandes unidades rivais lançam confusão no indivíduo, e existe necessidade urgente de alguma organização. Na perturbadora complexidade das pressões criadas pelas instituições, o indivíduo já não

vê o caminho que lhe permita contribuir com algo positivo para a sociedade.

A primeira vista, o remédio pareceria ser a organização totalitária. Em pleno caos, o totalitarismo poderia apresentar-se como panacéia; quando prevalecem a desintegração do comportamento, a fuga diante das responsabilidades, a dúvida quanto aos valores — a inculcação e a doutrinação, as ordens e as proibições parecem ser os melhores meios para restaurar a certeza e a segurança.

Talvez ainda leve muito tempo para que todo o mundo compreenda que essa ordem imposta de cima carece de vitalidade, e que a vida adequadamente ordenada difere muito da arregimentação organizada. Da tese do *laissez faire* e da antítese do autoritarismo rígido, vai nascendo gradualmente, nos círculos culturais, a síntese da Terceira Posição, o ideal do Planejamento Democrático. Isto requer maiores esclarecimentos. É conveniente começar estudando a situação contrária, isto é, a ausência de integração.⁸

O desemprego moderno em larga escala, por exemplo, pode condenar gerações inteiras de adolescentes a uma ociosidade forçada por muitos anos. Se nada se faz para resolver esse problema, a juventude, justamente durante a fase em que amadurece, acaba saindo dos quadros da sociedade; emancipa-se da vida familiar, sem encontrar responsabilidade e papel alternativo no mundo dos adultos. É este um caso típico em que um grupo humano é separado da estrutura social, em conseqüência de acontecimentos tecnológicos que se desenvolvem sem orientação. Uma política de *laissez faire* não tomaria medida alguma numa dessas conjunturas ou, no máximo, distribuiria auxílios e esperaria que os indivíduos se ajustassem pelos seus próprios meios. Por outro lado, numa situação semelhante, o Estado totalitário decretaria o trabalho compulsório; isto é, enfrentaria o problema mediante rígida arregimentação, sem se preocupar com a necessidade de desenvolvimento individual do cidadão. Isto seria melhor do que não fazer nada, sob o pretexto de que cada indivíduo deve cuidar de si, mas não constitui uma genuína solução. Esta só é possível quando o grupo marginalizado é restituído à estrutura social e nela se reintegra de modo orgânico.

Um estudo dos processos de desintegração na sociedade deveria definir os tipos de marginalização, sua importância e seus mecanismos seletivos: a juventude desorientada, a velhice desamparada, as mulheres solteiras, os estrangeiros sem meios ou licença para trabalhar, os revolucionários desprovidos de sentimentos de lealdade etc., são outros tantos casos de indivíduos desajustados que, em graus diversos, se afastam do jogo mútuo e coordenado das funções de grupo. Uma das virtudes da ordem social, em nossa opinião, consiste em sua habilidade em conseguir que esses indivíduos regressem ao seio da sociedade, mediante a preparação de

ajustes construtivos de ambos os lados.⁹ Do ponto de vista objetivo, a sociedade deveria proporcionar funções e oportunidades para a reabsorção e a educação dos que estão qualificados para desempenhar um papel construtivo na comunidade. Se, por exemplo, no caso de um jovem sem trabalho, se elevasse a idade em que deve abandonar a escola e se lhe proporcionassem saídas para seu instinto criador, não só se suprimiria um mal, como também se lhe daria nova oportunidade para melhorar a si mesmo e a sua posição social. Ali onde a mentalidade autoritária nada mais visse senão a necessidade de restaurar a ordem, o planejador, motivado pela idéia da reintegração, poderia sugerir algo mais construtivo que a simples colocação do pássaro numa gaiola.

A primitiva sociedade capitalista pôde utilizar a contribuição dos imigrantes estrangeiros para sacudir e romper os costumes estáticos do país, incentivando o espírito de empresa e de aventura para contrabalançar a inércia da população nativa. Inconscientemente, o capitalismo da primeira hora assim levou a efeito uma experiência de integração de um grupo, que de outra maneira teria permanecido como corpo estranho não assimilado. Da mesma maneira, quando, pela primeira vez, o sistema parlamentar conseguiu reconhecer a função criadora da oposição no processo de substituição do governo, reintegrou na sociedade elementos rebeldes, anteriormente destruidores, e trouxe-os de volta à estrutura social. Uma sociedade democraticamente planejada só se aproximará do seu ideal se se utilizar, de modo igualmente criador, de todos os grupos que constituem problema e que, por não serem reintegrados, permanecem como causa de distúrbios. Pode-se prever que uma sociedade de espírito criador poderia oferecer trabalho adequado e funções apropriadas às pessoas idosas, permitindo-lhes empregar suas qualidades e sua experiência, de modo a não mais constituírem um peso morto para a família ou a sociedade.¹⁰ A reintegração democrática difere do autoritarismo e da organização rígida pela sua capacidade em empregar os tipos mais variados de pessoas, mediante o desenvolvimento e a exploração de funções adequadas para cada grupo social. A integração, portanto, não significa simplesmente conformidade, como os conservadores gostariam de nos fazer crer, tampouco significa ordem a qualquer preço. Significa interdependência ordenada e continuidade entre as instituições humanas: cooperação, fins comuns, compreensão mútua, em vez de isolamento, frustração e egoísmo.

Temos insistido na natureza da reintegração democrática porque abre caminho para a compreensão das novas técnicas capazes de influenciar o comportamento humano. A sociologia democrática¹¹ reconhece que a maior parte das perturbações do comportamento são sintomas de desintegração social. A reforma das instituições e a reforma do comportamento são duas faces do mesmo

processo, e a deterioração da estrutura social só pode ser corrigida por meio de um ataque coordenado. Assim, pois, a reforma da conduta e do caráter deve preocupar tanto o sociólogo quanto o planejador social.

2. *A formação e a reforma do comportamento humano*

Os últimos vinte anos presenciaram imenso progresso em vários ramos da psicologia, da sociologia e da história, cuja integração poderia ser denominada a *ciência do comportamento humano*. A psicologia experimental, a psicanálise e as várias escolas de psicologia geral, assim como os ramos especializados da psicologia aplicada — como a psicologia infantil, a psicologia da educação e a criminologia — têm contribuído para obter conhecimentos cada vez mais amplos sobre a variabilidade do comportamento humano. Se acrescentarmos a isso o nosso conhecimento antropológico do homem primitivo e o que os historiadores bem informados da sociologia nos têm revelado acerca da natureza e da conduta humana em diversas épocas; se observarmos os padrões de comportamento de diferentes classes sociais contemporâneas — as reações humanas diante das mudanças graduais ou repentinas, como as guerras, as crises e as revoluções — já não poderemos alegar a nossa ignorância no que se refere ao comportamento humano.

Quais são as grandes inovações desta ciência do comportamento humano, na teoria e na prática?

Teoricamente, lançou-se a base para ulteriores observações sociológicas quando, à velha idéia dos instintos imutáveis e inatos, sucedeu uma atitude de discernimento, diante da grande plasticidade da natureza humana. Já não acreditamos, por exemplo, em 'instintos' tais como a agressividade ou a ambição; reconhecemos unicamente impulsos vagos e desorganizados no recém-nascido, os quais, dentro de certos limites, podem adaptar-se às circunstâncias ambientais, que lhes dão forma. Já não formulamos a obsoleta pergunta metafísica: 'Pode mudar a natureza humana?'. A pergunta correta: 'Pode mudar o *comportamento* humano?', já não a respondemos na base de especulações vagamente improvisadas, mas por meio de pesquisas na ciência social. Desejamos saber qual a quantidade de normas variáveis de comportamento que podem servir, à luz das provas de que dispomos, para satisfazer e expressar os poucos impulsos e necessidades fundamentais que caracterizam o homem. Neste terreno o melhor guia é o estudo dos métodos que têm servido até agora para condicionar e recondicionar o comportamento humano.

Ao levantar este problema, penetramos no domínio da 'educação social'. A sociedade sempre tem sido poderoso agente educativo mas, pouco a pouco, temos aprendido a compreender o grau

em que as influências educativas surgem das situações sociais. Este novo conhecimento contém a promessa de que conseguiremos construir gradativamente um ambiente social que favorecerá os traços da personalidade e as atitudes desejáveis.

Não há dúvida de que os nossos antepassados não estavam completamente cegos diante desses efeitos, porém confiavam mais nas máximas tradicionais, e não possuíam a chave do ambiente social e das suas influências. Referindo-se à educação, pensavam principalmente na relação entre pai e filho, professor e aluno etc. Falando de 'educação moral', pensavam nos *don'ts* ('isto não se faz') que serviam para frustrar as tentativas de expressão¹² na vida cotidiana, ou nos 'sermões' a que recorriam nas ocasiões mais solenes. Assim mesmo, conseguiram educar homens decentes. Se o conseguiram, isto foi devido menos à sua primitiva pedagogia do que ao lento e harmonioso funcionamento das influências informais e aos conceitos tradicionais acerca da atividade correta, transmitidos pelos grupos orgânicos. A família, a vizinhança, a comunidade apresentavam modelos e ideais de boa conduta, que eram levados a sério pela juventude e serviam para motivar os homens e moldar seus padrões de comportamento. Se, atualmente, tomamos consciência e refletimos sobre esse trabalho silencioso, é porque essas influências não organizadas se estão debilitando e decaindo, e porque se estão desenvolvendo novos e mais completos padrões sociais, os quais não podem ser controlados sem a exploração sistemática da sua natureza.

Nas páginas seguintes, procuraremos enumerar algumas das forças sociais que contribuem para a formação da personalidade. Havemos de nos concentrar naquelas que provavelmente serão as mais discutidas no futuro.

III. RELAÇÕES PESSOAIS, GRUPOS PRIMÁRIOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO

Sejam quais forem as mudanças que a Nova Era possa trazer, as relações entre uma pessoa e outra e os grupos primários continuarão sendo os fatores básicos para a formação do caráter da sociedade. São cada vez mais numerosas as publicações que se dedicam ao estudo da formação da personalidade na família e em outros grupos primários: o parque infantil, a vizinhança, a pequena comunidade.¹³ Tais estudos mostram de que maneira a família inicia a educação social, ao estabelecer hábitos de alimentação, sono, higiene etc. e como, no contexto dos mesmos, se formam os padrões básicos para enfrentar o medo, a dor e as emoções. Revelam sutis diferenças de atitude diante das tensões emocionais, o desenvolvimento de diversas formas de autocontrole, que explicam

não poucas divergências entre os grupos no que se refere ao temperamento e à cultura.

O estudo das crianças mostra como o parque infantil e a vizinhança ensinam a criança a trasladar para outros grupos as normas de comportamento adquiridas no estreito campo de experiência do lar, provando que o amadurecimento social consiste na possibilidade de aprender mediante a participação em grupos cada vez mais amplos. Indica que não só a família e a escola, mas também a 'rodinha', o clube, a comunidade têm influência educativa específica para desenvolver traços de caráter e para implantar suas diversas tradições, normas especiais, influências repressivas e liberadoras. A força educativa desses grupos orgânicos reside em sua qualidade de conjunto, comparada com a qual o papel da leitura e dos sermões como influências educativas parece bastante limitado. Na primeira infância, vivemos o tempo todo em grupos orgânicos e, por isso, eles operam em todos os níveis da nossa pessoa. Os grupos primários e as relações entre pessoas exercem influências duradouras, pois dão forma às nossas mais profundas experiências e, assim, afetam o que chamamos o arraigamento de um caráter, que se reflete num sentimento de participação e de estabilidade. A grande mudança de caráter que leva à excitabilidade da pessoa com mentalidade de massa, deve-se principalmente ao enfraquecimento desses fatores primários de formação de atitudes, e a sociedade democrática, em seu planejamento para a liberdade, deverá reforçá-los.

O sistema do *laissez faire* e o totalitário são bem claros em seus respectivos enfoques. O primeiro segue uma tradição muito respeitável, a de aferrar-se à idéia de que não se deve intervir nos grupos primários nem nas relações pessoais, pois isto violaria a liberdade do indivíduo. Por outro lado, as sociedades totalitárias desconfiam intensamente da família e de qualquer forma de vida íntima, por considerá-las brechas pelas quais o indivíduo pode escapar do controle totalitário.¹⁴

Uma sociedade democrática que planeja para a liberdade deve respeitar sua herança liberal, não apenas deixando as relações primárias e pessoais livres da arregimentação, mas também usando da sua autoridade para assegurar a liberdade das mesmas. A livre escolha dos companheiros e amigos pessoais na vida particular, a inviolabilidade da vida e das tradições familiares, o direito de livre associação devem ser protegidos contra qualquer interferência, porque são o viveiro das personalidades de espírito independente e que confiam em si mesmas.

Nos dois casos seguintes, porém, se esta política for aplicada dogmáticamente, poderá contrariar os seus próprios propósitos e, então, o princípio do planejamento para a liberdade entrará justificado em ação.

1. Declínio da taxa de natalidade

Há inúmeras forças na sociedade moderna que tendem a enfraquecer e até mesmo a dissolver os grupos primários, especialmente a família e a comunidade. Digna de nota é a baixa natalidade nos países mais civilizados.¹⁵ Quanto mais civilizadas as comunidades, menores as famílias. Será isto devido a uma mudança de mentalidade do homem moderno, a uma decadência estimulada pela produção em massa ou à difusão dos meios de controle da natalidade, ou será consequência de condições externas e internas que diminuam as oportunidades de planejar e prover para a constituição de famílias numerosas e a educação das crianças?

A filosofia do *laissez faire* entende como definitivo o direito do indivíduo em mudar de opinião e considera o controle da natalidade um direito elementar do cidadão. Os partidários do planejamento para a liberdade pensarão em medidas que assegurem o florescimento da família e dos outros grupos primários, e procurarão suprimir as dificuldades da vida urbana que dificultam a criação dos filhos, desde que a família seja considerada digna de apreço como fator insubstituível para a formação do caráter. O sistema totalitário, por outro lado, assume uma atitude de 'paternidade' estatal¹⁶ ao encarregar-se de muitas das funções dos pais. Procura especialmente controlar a formação psicológica da juventude, na esperança de que, assim procedendo, conseguirá que a juventude transfira inconscientemente para o Estado os seus sentimentos relativos à família.¹⁷

Acêrca de tais assuntos de primordial importância, é de se esperar que a comunidade democrática se ponha de acordo rapidamente e elabore uma política construtiva e um programa legislativo que garanta condições sociais e psicológicas em favor da família e da casa, encorajando os pais a terem e criarem filhos, reforçando as relações de vizinhança e a vida comunitária. Esta política, da mesma forma que a dos totalitários, considera o Estado como a única instituição do mundo moderno que dispõe dos meios para apoiar e coordenar eficientemente os diversos grupos e organizações. Deverá ser, portanto, um instrumento capaz de provocar grandes mudanças; o sucesso dependerá da boa coordenação de muitos meios diversos. A política democrática exigirá um acordo democrático, tendo em vista a aplicação dos referidos meios e o controle também democrático da sua administração. Decisões que, em última análise, devem ser tomadas na intimidade do indivíduo ou do lar, não deverão ser impostas nem proibidas (por exemplo, a venda dos anticoncepcionais será permitida). Promover-se-ão campanhas de propaganda educativa acêrca das medidas que serão desejáveis, porém os não-conformistas terão o direito de escolher o seu próprio modo de vida.

Outra finalidade da propaganda educativa é ampliar os horizontes mentais e despertar a consciência de todo cidadão. Desde que as condições objetivas não dificultem os desenvolvimentos favoráveis, os cidadãos deverão ser convidados a considerar seus interesses estreitos e egoístas à luz daqueles da comunidade em geral. Em outras palavras, em tais casos a comunidade produz, em nível mais elevado que o dos interesses privados, influências ambientais que se deterioram quando não contam com o apoio público. É este apoio que deve contribuir para que se restabeleça o ambiente moral que antigamente era mantido pelo costume e pela tradição.

2. Práticas nocivas dos grupos primários

Mais complicado é o caso das práticas de famílias e de outros grupos primários que são, à luz dos conhecimentos modernos, nitidamente perniciosas: alimentação errada, superstições dos pais no cuidado e educação das crianças, que deixam de tomar em conta os efeitos psicológicos nocivos ao desenvolvimento mental. Em tais casos, o planejador progressista poderia sentir-se tentado a seguir o rumo totalitário, seja solicitando ao Estado que se encarregue das funções educativas, seja controlando o comportamento das famílias.¹⁸

O caso é simples, desde que se possam estabelecer critérios científicos e inequívocos que indiquem o que está certo e o que está errado. Uma dieta errônea, um método equivocado de educar as crianças para que adquiram hábitos de limpeza, de higiene etc., poderiam ser classificados dessa forma, e serem proibidos como interferências prejudiciais à vida. A posição é muito mais difícil quando o perito, ao tratar de remediar uma situação mediante conselhos psicológicos, tem seu pensamento toldado por um conjunto de avaliações que afetam suas observações. Em tais casos, a interferência exterior por parte das autoridades só pode ser prejudicial, pois não faz mais que substituir a bem intencionada ignorância dos pais pela unilateralidade pedante do perito. Casos desse gênero deverão ser confiados a órgãos privados ou supervisionados pelo Estado.

Chegamos a um caso extremo ao examinarmos os dispositivos educacionais ou psicológicos que põem em perigo a existência de uma Ordem Democrática. À luz das modernas pesquisas psicológicas, certas práticas educativas que inculcam a conduta autoritária mediante ordens e proibições, criam tipos de personalidade antidemocráticos, quando são superdesenvolvidas na família. Neste caso, a sociedade democrática deve compreender que o mundo adulto reflete o da infância e da adolescência, e que as atitudes, os hábitos e as aspirações que não se desenvolvem na infância não

podem desenvolver-se mais tarde. Em vista disso, a discussão pública deverá esclarecer e estabelecer os padrões democráticos fundamentais de comportamento e formação do caráter. Tal debate poderia conduzir a um acôrdo quanto a um mínimo de proibições (por exemplo, proibir os métodos que dão origem ao caráter sado-masoquista e as práticas que contribuem para difundir o medo). A comunidade poderia seguir as recomendações dos conselhos consultivos que se preocupam em estudar as necessidades da sociedade democrática. Neste caso, a tendência predominante ainda seria a de que um excesso de regulamentação é contraditório e prejudica os seus próprios fins.

IV. OS GRUPOS ORGANIZADOS E O SEU IMPACTO EDUCACIONAL

As relações pessoais e os grupos primários devem, por sua própria natureza, surgir espontaneamente. Planejá-los não significa manejá-los diretamente, mas sim mudar o ambiente para facilitar e liberar as suas forças espontâneas e latentes. Para uma sociedade em crescimento, são o que a infância é para a pessoa — e por isso têm necessidade de proteção. Enquanto a sociedade consistia principalmente em pequenos grupos, as influências mútuas espontâneas produziam os ajustes necessários internos e externos. Mas num mundo de grandes organizações, os pequenos grupos podem ser facilmente descartados ou esmagados pelos primeiros. O trabalho acompanha o capital, os operários são obrigados a viver nas vizinhanças das fábricas; as facilidades de comunicação e os rendimentos é que decidem se uma pessoa pode ou quer viver num distrito urbano congestionado, num bairro sossegado ou em completo isolamento. Em nosso mundo pré-fabricado, o cenário já está pronto antes que façamos nossa entrada em cena, e o modo de habitação das massas urbanas não está disposto em primeiro lugar para que a vida seja ali mais humana, porém para proporcionar lucros à especulação imobiliária. Do ponto de vista da eficiência, as pequenas unidades são, com freqüência, muito pouco proveitosas. Um grande hotel ou uma casa de cômodos é um arranjo mais proveitoso que grande quantidade de casinhas. Contudo, as implicações psicológicas e educativas merecem ter prioridade sobre o simples desejo de lucro no planejamento do bairro e do lar.

A grande importância dada ao valor educativo e social das pequenas unidades, não nos deve levar a condenar — como freqüentemente acontece — as grandes unidades tais como o exército, a fábrica, a burocracia etc. Os que não cuidam de explorar as potencialidades desses organismos, renunciam totalmente à sociedade moderna, pois as 'invenções sociais' do futuro realmente importantes serão provavelmente levadas a efeito nesses campos. Até

agora, têm sido explorados principalmente do ponto de vista da eficiência, em termos de maiores lucros. Mas a psicologia e a sociologia industriais modernas as exploram à luz da educação social e colocam a questão de como remediar os inconvenientes pessoais de uma vida de fábrica regulamentada em alto grau.²⁰

O caminho para o progresso é duplo. Em primeiro lugar, uma observação cuidadosa indica que as grandes unidades podem dividir-se em unidades menores, as quais costumam exercer os efeitos socializantes dos outros pequenos grupos, inclusive dos grupos primários. A vida de fábrica conduz, na realidade, à formação espontânea de pequenas equipes de trabalho, as quais, através das suas vicissitudes cotidianas de 'toma-lá e dá-cá', gera as mesmas regras de mutualidade que prevalecem nos grupos primários e entre seus membros. Estas pequenas equipes de trabalho acabam por ter suas próprias tradições e impregnam de emoção suas atividades de forma característica. Segundo Whitehead, a arte de governar consiste em não romper essas células importantes de formação de grupos, procurando, ao contrário, utilizá-las. Desta forma, a fábrica pode restabelecer ou incentivar o desenvolvimento da trama social viva em sua estrutura organizada.

A segunda maneira de resolver o problema das grandes organizações consiste em utilizá-las deliberadamente como instrumento de educação, sempre que sejam capazes de produzir efeitos favoráveis. Não deixa de ser significativo que as grandes unidades, que desde o princípio são o resultado de uma organização deliberada, ofereçam legítima oportunidade às mentes planejadoras para prepararem o cenário e definirem as regras do jogo. Ao passo que no caso dos grupos primários só podemos modificar as condições externas do seu desenvolvimento, neste outro caso não há prejuízo algum em submeter a exame os padrões originais. As grandes organizações são educadoras ideais para certos propósitos, como, por exemplo, a disciplina sistemática. Se quisermos eliminar a arbitrariedade, a burocratização²¹ será muito útil: pode contrabalançar as tendências à tirania pessoal. Mediante processos apropriados, a atribuição de responsabilidade e a obrigação de prestar contas ao público podem ser conseguidas num sistema burocrático.

Nem toda organização é burocrática; existe uma progressão que vai das elásticas até as rígidas, conforme observou Charles H. Cooley.²² O problema das organizações em larga escala será resolvido unicamente se a sociologia estudar, detalhadamente, a evolução dos tipos e explorar, sistematicamente, os respectivos efeitos educativos. Aquêles que lamentam as organizações em larga escala, por acreditarem que suprimem a liberdade e a espontaneidade das formas de vida simples e orgânicas, não devem esquecer que se um princípio salutar é incorporado a uma organização, pas-

sa a produzir bons efeitos, apesar das possíveis más intenções dos indivíduos participantes. Gunnar Myrdal demonstrou, de forma impressionante, que a despeito da opressão, das intrigas, do ódio pessoal etc., os negros norte-americanos realizaram grandes progressos, pois o credo norte-americano de democracia e justiça social, encarnado nas instituições de beneficência e educação, proporcionou-lhes oportunidades num ambiente que, de outra forma, lhes seria completamente hostil.²³ Assim, se certos bons princípios ficam encarnados nas instituições, as pessoas se protegem através das mesmas contra as invejas, os ódios e os impulsos mal-fazejos. O cidadão norte-americano, como eleitor consciente, apóia essas instituições, mantém reprimidos êsses impulsos menos respeitáveis e se obriga a fazer o que é correto.

V. ALGUMAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA EDUCATIVA

Ao nos livrarmos de nossa espécie de cegueira frente à sociedade, estamos aprendendo também a dar o devido apêço à influência educativa das instituições. Quando empregamos essa palavra um tanto imprecisa: 'instituição', referimo-nos a coisas como a compensação pecuniária por serviços prestados e mercadorias ou ao sistema de propriedade.²⁴ Se tomarmos por exemplo a primeira atividade, compreenderemos que certa atitude de atenção ao dinheiro corresponde ao ambiente social em que as recompensas monetárias desempenham papel central. Implica uma forma específica do instinto de propriedade que, uma vez estabelecida, penetra em toda a estrutura social e influencia nossa mentalidade.²⁵

Ao manipularmos essas instituições, modificamos indiretamente o comportamento humano. Não precisamos ir à Rússia para ver os efeitos dessas manipulações. Durante a última guerra produziram-se três mudanças fundamentais, graças ao controle das instituições: o pleno emprego, a redistribuição dos rendimentos mediante os altos impostos, especialmente graças ao imposto sobre os lucros excessivos e a igualdade no consumo básico, através do racionamento e do controle de preços. É muito instrutivo considerar os efeitos psicológicos dessas mudanças num ambiente que, de modo geral, é capitalista.²⁶ O pleno emprego, além do racionamento, diminuiu de certo modo o valor de incentivo que o dinheiro tinha para o empregado. O corpo social procurou imediatamente equilibrar esta situação, introduzindo incentivos adicionais, inclusive medidas compulsórias, tais como o controle da mão-de-obra. Ao mesmo tempo, tornaram-se mais atrativas as condições de trabalho, os trabalhadores assumiram uma parte de responsabilidade

na gerência e, dessa forma, aumentou o prestígio e o *status* do trabalho manual. Em outras palavras: ofereceram-se numerosas recompensas não monetárias para satisfazer a necessidade humana de reconhecimento pelos serviços prestados.

Se o dinheiro já não podia comprar tudo, deixou de determinar o *status* e a posição do indivíduo em tempo de guerra, ao contrário do que acontecia antes da guerra. O desejo de obter a gratidão da sociedade foi satisfeito mediante recompensas não materiais. Tais recompensas psicológicas fazem lembrar a situação pré-capitalista, quando os rendimentos e a riqueza não eram suficientes para determinar o *status*. Este processo de compensação psicológica funcionava automaticamente nas sociedades mais simples, especialmente quando as gratificações substituídas podiam ser elaboradas gradualmente mediante os efeitos acumulativos das tentativas e dos erros. Na sociedade moderna, em que podemos controlar as recompensas monetárias, o nível do emprego e a equidade da distribuição, sentimo-nos cada vez mais inclinados a manipular as compensações psicológicas concomitantes. Assim, os substitutos psicológicos da recompensa que forem desaparecendo, deverão ser previstos pelos grupos que orientam a sociedade, e controlados da mesma maneira que as transformações puramente materiais.

Porém, quanto mais se manipulam os fatores materiais e seus correspondentes psicológicos, mais claro resulta que o nosso sistema de recompensas monetárias está unido aos '*mores do dinheiro*', a um conjunto de atitudes e hábitos. Por exemplo, podemos observar que a compulsão neurótica de trabalhar incessantemente, o fato de sofrermos sentimentos de culpa se não trabalhamos, provêm da idéia de escassez, tanto natural como artificialmente inculcada. A desconfiança que a ociosidade inspirava na época vitoriana estava ligada ao impulso capitalista tendente a poupar e acumular sem limite.

A influência educativa exercida sobre o indivíduo pelas recompensas monetárias e pela escassez artificial, é intensificada por outro mecanismo: o da competição, cujo poder na formação da personalidade é, inclusive, mais radical que o dos incentivos pecuniários. O sistema de concorrência cria uma personalidade competitiva que é mais egocêntrica que a estimulada pela cooperação.

Isto pode bastar para mostrar que nenhuma transformação das instituições se completa sem as mudanças correspondentes, psicológicas e educativas que permitem o funcionamento do novo sistema. A educação social deverá penetrar em camadas cada vez mais profundas da personalidade.²⁷ O interessante, mas inquietante problema, consiste em que até agora não podemos precisar os limites da reconstrução psicológica. Podemos ver que as recompensas monetárias podem ser substituídas por prêmios não mone-

tários, e que o *status* e o rendimento não estão necessariamente interligados uma vez por todas. Compreendemos que a sociedade pode satisfazer o desejo de reconhecimento por outros meios. Mas ainda é questão aberta se este desejo é um dado final a ser considerado como ponto pacífico. É possível, e até provável, que o desejo de obter reconhecimento social, tão dominante em nossa sociedade, seja por sua vez induzido pela própria sociedade. Sabemos que a filosofia e as técnicas de vida têm favorecido, às vezes, a diminuição desses desejos; que o Extremo Oriente tem sabido como paralisar ou, pelo menos, diminuir tal desejo de reconhecimento social. Em nossa sociedade, inclusive, temos casos marginais em que pode desaparecer esse desejo, aparentemente básico. Pessoas que vivem em comunidades onde reina o desemprego permanente,²⁸ por exemplo, privadas de toda recompensa monetária, chegam, com frequência, a um estado de apatia, sintomático do enfraquecimento gradual de todo desejo de reconhecimento social.

Quando dizemos que a sociedade capitalista utiliza o desejo de possuir como estrutura para a formação do caráter, não queremos dizer que uma vez que desapareça a recompensa monetária ou o sistema de propriedade privada, não se possa mais desenvolver uma personalidade egocêntrica e auto-afirmativa. Evidentemente, a auto-afirmação e o egocentrismo podem encontrar outras vias de saída, além daquelas da apropriação, exploração e dominação. Nas sociedades guerreiras,²⁹ o *ego* era modelado pelas aspirações heróicas; hoje, o cientista pode esforçar-se por conseguir fama e eminência e, amiúde, um desejo sublimado de aventuras espirituais informa o seu trabalho. Muita pesquisa tem sido dedicada a este problema central e esperamos que, dentro de pouco, muito maior será o conhecimento a respeito do tópico mais importante da nossa época: a formação da personalidade em diferentes sistemas sociais.³⁰ Contudo, já sabemos o suficiente para podermos afirmar que a sistemas sociais diferentes correspondem diferentes tipos de caráter e de personalidade. Desde que se controlem a partir de posições-chave as condições materiais, ficarão influenciadas as camadas mais profundas do *ego*.

A manipulação dos mecanismos institucionais apresenta um caso particular dentro da estrutura do planejamento. Não coincide com o planejamento em favor do livre desenvolvimento dos grupos primários, nem com a construção e reconstrução deliberada das organizações tais como o exército ou a burocracia. É uma esfera *sui generis*. A consecução do pleno emprego ou a redistribuição das rendas mediante impostos, são o resultado deliberado da legislação e da administração democráticas. Por isso, nada apresentam de novo. A novidade, numa sociedade planificada, será a coordenação dos diferentes mecanismos e sua integração numa po-

lítica coerente de inovações mutuamente independentes. Outrossim, as conseqüências psicológicas previsíveis deverão ser orientadas.

Mais uma vez podemos observar que o planejamento democrático difere radicalmente da manipulação totalitária representada pelas 'compensações psicológicas'. O ministério totalitário da Propaganda, na Segunda Guerra Mundial, funcionou como organismo central para sondar e explorar as reações psicológicas diante das mudanças significativas, e para proporcionar e impor sugestões às massas. Uns tantos mecanismos grosseiros serviram para contrabalançar a escassez de gêneros, os danos causados pelos bombardeios ou a derrota. O esmagamento das atitudes de rebeldia, a promoção da submissão passiva, o desvio do descontentamento e dos sentimentos agressivos do povo por meio do massacre de judeus e outros 'bodes expiatórios', e a adoração do *Führer* faziam parte dessa técnica de domínio das massas. A política diametralmente oposta das democracias antes da guerra consistia em não fazer coisa alguma, isto é, deixar que os efeitos psicológicos do desemprego em massa provocasse o pânico geral e o caos emocional.

A alternativa da Terceira Posição sugere que se faça o planejamento democrático das conseqüências sociais e psicológicas de toda medida de conjunto. Isto há de exigir, em primeiro lugar, estudos psicológico-sociais e um serviço completo de informação acerca das reações espontâneas e das atitudes do povo.³¹ Devem ser imaginadas alternativas psicológicas construtivas para substituir e canalizar as energias psíquicas deslocadas que, muitas vezes, alimentam o mecanismo do 'bode expiatório'. Uma sociedade livre evitará a inculcação geral, mediante o oferecimento ao indivíduo de diferentes vias de desafio. Por meio desse enfoque poderemos esperar que os métodos de sublimação consigam formar parte do ambiente social e tenham a aprovação espontânea dos indivíduos.

Enquanto o indivíduo puder escolher livremente não haverá nada de antidemocrático ou antiliberal nessa solução. T. H. Green já salientou que é compatível com uma atitude progressista liberal a organização das influências ambientais de modo tal que o nosso 'lado melhor' se sinta encorajado a procurar a solução mais acertada. Diz ele, muito bem, que não é contrário ao espírito de liberdade influir tanto no ambiente psicológico como no material, a fim de induzir os homens a escolherem os valores desejáveis. A idéia de Green³² pode muito bem ser aplicada num nível mais alto, ou seja, aos controles capazes de modificar os *mores* ligados ao dinheiro. Neste caso, sem dúvida alguma, estaríamos reorganizando algo mais que simples condições materiais. Trabalharíamos dentro do espírito do planejamento para a liberdade enquanto não obrigássemos os indivíduos a uma submissão passiva,³³ mas, ao contrá-

rio, incentivássemos uma autodeterminação ativa e enquanto as mudanças institucionais dêsses *mores* do dinheiro se realizassem em forma democrática. A primeira vista, poderá parecer irrelevante que planejem o ambiente a fim de suscitar o comportamento desejado, deixando a porta aberta aos desvios individuais; mas é justamente aí que reside toda a diferença. Em primeiro lugar, tal procedimento suscita a intervenção da parte ativa do ego, que é a base ontológica da liberdade.³⁴ Em segundo lugar, proporciona a possibilidade de livre integração e de competição pública de idéias. As inovações se produzem, em sua maior parte, mediante a livre integração de tipos que se afastam da norma e que permanecem como opositores insignificantes fora da estrutura social estabelecida, mas contribuem amiúde com novas idéias e soluções possíveis em situações de crise no processo da transformação social.

VI. ALGUNS MECANISMOS SOCIAIS E SEU IMPACTO EDUCACIONAL: A COMPETIÇÃO E A COOPERAÇÃO

A competição e a cooperação têm um peculiar efeito educacional sobre os indivíduos, e condicionam padrões de comportamento bem definidos. Tais mecanismos sociais diferem algum tanto das instituições sociais, mas também se prestam à regulamentação planejada.

1. *Uma distinção fundamental*

A competição e a cooperação podem ser examinadas sob dois aspectos distintos: como simples mecanismos sociais, ou como princípios organizadores da estrutura social.

Como mecanismos, a competição ou a cooperação podem existir e servir para diversos fins em qualquer sociedade, seja esta pré-alfabetizada, capitalista ou não capitalista.³⁵ Mas quando falamos da fase capitalista de rude individualismo e competição, pensamos num princípio estrutural que impregna toda a organização social.

Esta distinção poderá ajudar a esclarecer se a competição capitalista — que se alega ser a base da nossa estrutura social — deverá ser mantida como força motivadora presumivelmente indispensável. Pois bem: pode-se eliminar a competição como *princípio organizador* da estrutura social e substituí-la pelo planejamento, sem eliminar a competição como *mecanismo social* a serviço de finalidades desejáveis. A União Soviética, por exemplo, fez do planejamento o princípio fundamental da sua organização econômica e social e, sem dúvida, introduziu a 'competição socialista' na esfera do trabalho e da educação.

Na sociedade mista que prevemos, o planejador utilizará a competição ou a cooperação como mecanismos sociais naquelas áreas em que seus efeitos educacionais pareçam mais desejáveis. Estamos percebendo, apenas gradativamente, o grande papel do mecanismo competitivo em nossas formas de galanteio, em nossos jogos, profissões, aspirações ao prestígio e em grande número de outras áreas.³⁶ Até que ponto isto deverá ser mantido numa sociedade planejada para a liberdade, é assunto aberto à discussão; cada caso concreto deverá ser estudado à luz do seu próprio mérito. Nem sequer uma sociedade completamente planejada há de ficar obrigada a premiar a cooperação em todas as esferas de atividade. Pesquisas posteriores, visando a uma cooperação bem sucedida dentro do ambiente mais apropriado, ajudarão em seus esforços os planejadores e os educadores sociais.³⁷

Ao considerar o efeito educativo da competição e da cooperação, em termos de mecanismos sociais, é importante lembrar as descobertas da psicologia e da sociologia modernas. Como indicam as raízes latinas, ambas as palavras significam 'esforço', esforço conjunto e esforço de um contra outro.³⁸ Pode-se tentar alcançar uma meta mediante esforços conjuntos ou individuais. Os estudos experimentais modernos, provam que a diferença não é tão fundamental como antes se julgava. Nenhum desses mecanismos está mais firmemente arraigado na natureza humana que o outro, e nenhum dos dois tem prioridade genética. O homem adquire atitudes cooperativas ou competitivas ao ser treinado para se ajustar a determinadas instituições sociais.³⁹ O predomínio de uma ou outra tendência depende unicamente dos esforços educativos e das disposições institucionais de uma determinada sociedade.

A competição incentiva o espírito agressivo e lhe proporciona maiores saídas que a cooperação. Naturalmente, podemos perguntar-nos se é conveniente utilizar a agressão como dinamismo para o progresso, encaminhando-a à competição para fins construtivos, desta forma sublimando-a, em vez de permitir que a agressão pura e simples flua pelos canais dos contatos humanos e das relações pessoais. Os defensores da competição econômica sustentam que é preferível dirigir a agressão competitiva para fins antes econômicos que políticos. Ambas as proposições são discutíveis à luz da história recente. O crescimento do impulso competitivo pode manifestar-se de forma não menos implacável na economia que na política. Ambos os tipos de luta descontrolada, a econômica e a política, podem destruir a comunidade.

A competição, como mecanismo social abstrato, não é nem boa nem má; tudo depende da espécie de competição e das circunstâncias. Daí precisarmos focalizar de mais perto os diferentes tipos de competição e seus respectivos efeitos educativos.

2. *Competição individual e de grupo*

Antes de mais nada, precisamos distinguir entre a competição individual e a de grupo. A primeira favorece claramente as atitudes antagônicas; cria uma estrutura em que uma pessoa se esforça para conseguir alguma coisa, a fim de excluir um rival. A primeira pessoa tem, portanto, um objetivo constante: derrotar a outra e suprimir todos os obstáculos possíveis em seu caminho. Cada um tem interesse na ineficiência do seu competidor.

A competição de grupo cria antagonismos a respeito dos que estão fora do grupo, mas cooperação no seu interior. Se dois times de futebol lutam pela vitória, o melhor jogador de cada time estará interessado em melhorar o jogo do seu companheiro mais fraco e ajuda-o a exercitar-se. Se na competição predominasse o espírito individualista, o melhor jogador procuraria sobressair-se do mais fraco, provocando neste sentimentos de inferioridade. Dentro do espírito de cooperação, ele encorajará o colega mais fraco e fará apêlo às suas maiores possibilidades. Assim, os próprios motivos de amor e de ódio estão controlados pelas condições ambientais. Uma sociedade que reduz o número dos esforços competitivos individuais e os substitui pela competição de grupos, estimula, sem dúvida, os sentimentos de simpatia e proporciona maiores oportunidades para um acôrdo democrático. Naturalmente, isto não acontece quando a maior solidariedade de grupo é obtida à custa de completa hostilidade dos grupos opostos. Este resultado poderia ser superado se os pequenos grupos em competição tivessem de cooperar, em certas ocasiões, contra unidades maiores, aprendendo assim a ampliar a lealdade de grupo.

Este esquema de educação social não somente ampliaria as lealdades limitadas de grupos, mas também reduziria as agressões contra os grupos de fora, ou pelo menos as sublimaria. Esta integração das lealdades limitadas produziu-se durante e logo depois da última guerra, quando muitos soldados e civis das Nações Unidas ampliaram sua lealdade nacional, em busca de uma finalidade comum. Se a transferência das lealdades mais amplas a uma organização mundial fôr levada a efeito sem estar decididamente dirigida contra as nações agressoras vencidas, poderão ser encontrados novos métodos para sublimar as energias agressivas e transformá-las em aspirações elevadas em benefício da humanidade.

A visão de uma catástrofe comum em outra guerra mundial pode operar como força unificadora. Evitar a destruição total deveria ser o alvo de toda a humanidade — uma tarefa sublime e concreta. O malôgro dêsse objetivo afetará todos nós, todo o mundo, em todas as fases da existência humana.

3. *Competição entre iguais e desiguais*

Quando discutimos os efeitos da competição devemos, contudo, fazer distinção entre a competição de iguais e de desiguais. A maioria dos argumentos a favor da competição aplica-se à concorrência entre iguais; é errôneo supor que produzam efeitos benéficos na sociedade atual, regida pela competição entre desiguais. A competição entre iguais dá ao indivíduo confiança em si mesmo, independência, amor à liberdade; estabelece controles mútuos e provoca a inveja, para conseguir um jogo limpo. Quando a rivalidade entre iguais se transforma em luta entre desiguais, modifica-se a atmosfera mental. A competição continua obrigando o competidor a ajustar-se, mas este auto-ajustamento já não lhe dá independência e confiança em si, como o demonstra a concorrência econômica sob condições de desigualdade.

Certa situação pode significar para uma pessoa o risco de perder seu último centavo, enquanto para outra significa apenas arriscar parte insignificante da sua fortuna, que não lhe vai fazer falta. O homem que pode estender seus riscos acha-se numa situação completamente diferente daquele que tem que arriscar o último centavo. Pretender que isto seja competição e igual oportunidade para todos é criar uma atmosfera de hipocrisia e provocar ressentimento entre as vítimas do sistema. Este ressentimento é mais profundo que no antigo e rígido sistema de castas, no qual as classes dominadas se conformavam com seu destino, na esperança de serem recompensadas na outra vida.

A competição entre desiguais tem sempre efeitos desmoralizantes. Seu impacto psicológico difere conforme o tipo de recompensas, especialmente se estas fazem parte dos nossos *mores* monetários. Os efeitos da competição, quando ligados à instituição da propriedade privada, dependem da presença ou ausência de riscos.

A competição em busca de lucros privados e sem limites era compreensível numa sociedade capitalista em franca expansão, em que os pioneiros em todos os campos da experiência humana enfrentavam grandes riscos e flutuações de mercado impossíveis de prever. As empresas modernas, porém, gozam de grande estabilidade e transferem a maioria dos riscos ao governo, o qual, em caso de necessidade, concede privilégios, subsídios e proteção. A criação da escassez artificial transforma-se em importante fonte de rendas; a concorrência perde sua função genuína em muitos terrenos, e os lucros privados das empresas já não representam recompensa dos riscos pessoais ou incentivo sério para o investimento. Aquêles que elogiam o capitalismo e procuram perpetuá-lo, inconsciente ou deliberadamente não enxergam tôdas essas distinções e advogam a favor da competição, como se esta fôsse a de sempre e continuasse a ter o mesmo efeito estimulante.

Portanto, os esforços educativos, desde o início, devem favorecer a competição apenas entre iguais e, ao mesmo tempo, estimular o espírito de liberdade, que não pode tolerar as práticas injustas. A competição, dentro do espírito do jogo limpo e da justiça redistributiva deve ser mantida sempre que o mecanismo da mesma pareça prometer os melhores resultados. É claro que não se deverá permitir que a inveja entre competidores a respeito do seu crescimento mútuo possa prejudicar a ascensão dos melhores. É este um dos inconvenientes de um igualitarismo fora de propósito. Por outro lado, a luta pela ascensão não deverá levar a ambições megalomaniacas de privilégios e poder. Embora esse equilíbrio na formação de atitudes seja algo difícil de alcançar, a experiência britânica indica, pelo menos, que se podem infundir, não só atitudes extremistas, como também muito diferenciadas, mediante a educação no lar e na escola. Verifica-se isto, pelo menos, enquanto permanecem claras a visão de uma norma adequada de comportamento e a imagem do tipo de personalidade desejado pela sociedade. Estas observações acerca da competição em geral, aplicam-se a todas as suas formas concretas, quer se trate de competição na escola, no esporte, no trabalho social ou no ensino religioso. Todas essas atividades podem ser organizadas na base da competição e nesses casos poderão ser observados alguns dos efeitos gerais da competição anteriormente descritos.

4. *Competição e cooperação numa sociedade planejada*

Uma sociedade planejada começaria explorando as diversas formas de competição e examinaria seu valor funcional e seu significado educativo. Ao passo que uma sociedade totalitária sentisse inclinada a sobrepor a tudo os seus mecanismos sociais, o Planejamento para a Liberdade deverá visar a experimentar e testar cada mecanismo para verificar suas qualidades específicas, sua boa aplicação e sua facilidade de controle democrático. Diversos mecanismos sociais podem implementar um sistema misto de sociedade multiestrutural nas posições-chave. Teremos que admitir a competição em todos os aspectos em que, como acontece no campo da ciência, o estímulo da competição oferece oportunidades ilimitadas, sem conduzir a uma acumulação de poder. Mas deveremos vigiar zelosamente o crescimento sem limites das recompensas nas esferas econômica e política.

O que temos dito a respeito da competição é também aplicável à cooperação. O termo aplica-se a muitíssimos processos nas diferentes esferas da vida social, que devem ser avaliados funcionalmente e julgados pelos seus próprios méritos. Uma sociedade que apreciasse a variedade na interação social, não trataria a competição e a cooperação como coisas mutuamente exclusivas, antes

ensinaria aos indivíduos e aos grupos as técnicas que permitem passar de um tipo de atitude a outro. A educação em favor da variedade e da elasticidade poderia ensinar aos grupos infantis de recreio como se pode alcançar o mesmo resultado pela competição ou pela cooperação. Os jovens podem aprender que a escassez favorece a seleção competitiva de uns poucos, que podem obter uma participação maior para si mesmos mediante a exclusão dos restantes, ao passo que a cooperação significa uma distribuição igual entre todos.⁴⁰

Uma sociedade desejosa de que a juventude compreenda os problemas mais complexos da vida adulta, não só procurará demonstrar os aspectos funcionais dêsses mecanismos, como também há de familiarizar os jovens com as atitudes sociais correspondentes. Este tipo de educação mostrará como a competição individual sublinha a importância do sucesso, pois tende a colocar o valor supremo no triunfo dos interesses exclusivamente individuais; mostrará como assim se forma uma sociedade inamistosa, em que os homens procuram o êxito como se fôsem robôs megalomaniacos, e que tais tendências podem resultar num tipo nazista de eficiência destrutiva. Esse mesmo método de interpretação social demonstrará que a cooperação tende a exaltar o sentimento de camaradagem e o desejo de procurar o reconhecimento social por parte dos concidadãos. Ao passo que numa sociedade excessivamente competitiva a mania do sucesso individual não compartilhado por outros pode transformar-se em neurose, a pessoa normal, numa sociedade equilibrada, será capaz de mudar de um tipo de recompensa para outro; essa flexibilidade poderá ser adquirida mediante preparação adequada na infância.

Este estudo, necessariamente breve, da competição e da cooperação, poderá ser suficiente para mostrar como são ingênuas as pessoas que receiam que tôdas as vantagens da sociedade competitiva venham a desaparecer se forem substituídas pela cooperativa, ou aquelas que só podem imaginar uma sociedade planejada em forma de rotina única de mecanismos sociais. A sociedade planejada para a liberdade decidirá a respeito dos mecanismos secundários, como a competição ou a cooperação, em termos de critérios objetivos; isto é, a adequação funcional dos mesmos como meios para determinados fins, e o seu impacto educativo.

Há quem defenda a sociedade competitiva porque esta oferece maiores possibilidades de individualização e diferenciação do que a sociedade planejada. Consideram a competição o único mecanismo capaz de engendrar personalidades mais vigorosas e maior liberdade. É correto afirmar que tanto a individualização quanto a vontade de ser livre se desenvolvem na competição entre iguais, mas a competição está longe de ser a sua exclusiva fonte social. Qualquer ajustamento pessoal bem sucedido e o domínio das difi-

culdades hão de estimular a iniciativa e a confiança do indivíduo em si; mas não é indispensável que sejam um produto do sistema econômico. Sempre que as oportunidades de progresso individual são substituídas por atividades de cooperação, uma sociedade planejada, graças à sua política educacional, pode proporcionar pontos de saída para a iniciativa e a responsabilidade individuais.

O equilíbrio seria restaurado fazendo com que a educação, o trabalho social, a participação em governos autônomos se tornassem tão excitantes como costumava ser a conquista das recompensas monetárias. Há muitos campos abertos à iniciativa, em que todos os cidadãos têm oportunidade de contribuir para o melhoramento social.

Naturalmente, a inventiva social só se mantém viva na sociedade se o cidadão dotado de espírito público sente que essa sociedade é 'sua' e não 'deles'. Em tal sociedade, a escolha dos mecanismos não é feita fundamentalmente na base de cálculos abstratos de lucro e de orçamentos privados, mas em termos do bem comum. Uma comunidade que vise a fins educativos dará provavelmente o devido valor às implicações educacionais de qualquer mudança que venha a introduzir.

5. *Definição da educação social*

As formas elementares de integração e os padrões de comportamento correspondentes definem o caráter básico de uma sociedade. As grandes alternativas consistem na organização autoritária baseada num comportamento imposto ou na coordenação democrática que se baseia no comportamento integrador.⁴¹ Os mecanismos secundários podem implementar ambos os sistemas em vários graus, mas não determinam a natureza fundamental da sociedade. O critério consiste em decidir se nas situações cruciais a coesão fundamental é conseguida mediante um comportamento de imposição ou de integração. Os mecanismos secundários são relevantes unicamente como campos de treinamento para o comportamento. No campo da ação é que se forma o caráter. Se um mecanismo favorece excessivamente as tendências dominadoras, o padrão vigente de coesão pode ser prejudicado.

A educação social deve, portanto, tomar em conta a influência educativa das normas e dos mecanismos sociais e modificá-los para servirem aos fins desejados. Nesta descrição, temos descuidado deliberadamente da influência educadora dos ideais: ideais de boa conduta e de caráter. Últimamente, tem-se manifestado a tendência de não tomar em consideração os ideais e pôr em relêvo a pesquisa realística das situações sociais e do seu significado educativo. É uma reação sadia diante de certo 'idealismo', que espera melhorar o caráter pela simples propagação de idéias, sem as rela-

cionar com o seu contexto social. É verdadeiramente irritante ouvir os que, em plena guerra, sugerem que todo o mundo se transforme em pacifista, ou os que dizem ao açougueiro e ao padeiro, numa sociedade baseada na competição, que devem deixar de ser egoístas e renunciar aos seus lucros.

As novas possibilidades de melhorar a ordem social — de controlar os grupos sociais, as instituições e os mecanismos — fazem surgir o perigo de se dar demasiada ênfase à manipulação dos mesmos, desprezando assim o lado ideal e ético da educação social. Os que seguem muito longe por esse caminho e esperam que a nova ordem social modifique automaticamente o comportamento e o caráter do homem, precisam compreender que a competição — conforme ficou provado em recentes pesquisas — muda não só segundo as combinações com que se une a outros fatores, mas também conforme os ideais a que se associa. A idéia do 'jogo limpo' (*fair play*) é um ideal que se modifica e que não resulta automaticamente do mecanismo da competição, mas deriva de uma cultura mais ampla. A constante 'definição da situação', a contínua avaliação dos acontecimentos, faz dos valores um elemento educativo. Este redescobrimento do seu significado no contexto social será bem-vindo por todos aqueles que não gostam de idéias abstratas, mas se mostram sensíveis ao idealismo concreto.

NOTAS

CAPÍTULO 7

DO COSTUME À CIÊNCIA SOCIAL

1. Cf. Cook, Lloyd Allen, *Community Backgrounds of Education* (Nova Iorque, 1938).
2. Cf. Allport, F. H., *Institutional Behavior* (Chapel Hill, 1933).
3. Cf. Waller, W., *The Sociology of Teaching* (Nova Iorque, 1932). esp. parte II, 'The School and the Community'.
4. Mannheim, Karl, *Diagnosis of Our Time* (Londres, 1943).
5. Cf. Muzafer, Sherif, *The Psychology of Social Norms* (Nova Iorque, Londres, 1936). 'Na situação de grupo, os membros do grupo tendem a estruturar a situação, convergindo para uma norma comum em seus julgamentos. Se, no começo da sessão experimental, partem de julgamentos divergentes, no decurso da experiência vão-se aproximando, os divergentes sentindo-se incertos e até mesmo inseguros em sua posição discordante. Esta convergência não é produzida instantaneamente pela influência direta de um ou dois julgamentos dos outros membros do grupo, mas desenvolve-se paulatinamente... Em suma, quando um grupo de indivíduos enfrenta uma nova situação instável e não tem interesses e opiniões preestabelecidos a respeito, o resultado não é o caos; surge uma norma comum e a situação é estruturada em relação a esta norma comum. Depois que a norma comum fica estabelecida, os indivíduos passam a receber em termos de quadro de referência o que era antes a norma do grupo', pp. 107, 111.
6. Hiller, E. T., *Principles of Sociology* (Nova Iorque, Londres, 1933), p. 473.
7. 'Stanford Education Conference', *Social Education* (Nova Iorque, 1939).
8. Sabemos, por exemplo, que paralelamente ao aumento do desemprego, a proporção de adultos em relação aos jovens cresce assustadoramente. 'Em 1850, havia só 889 adultos, acima de vinte anos, para cada 1.000 jovens abaixo de dezesséis. Esta proporção foi mudando, até haver hoje mais de 2.100 adultos para 1.000 jovens, e, a continuar a mesma tendência, a desproporção entre adultos e jovens há de aumentar... As oportunidades de trabalho para os jovens têm diminuído e a idade em que a mocidade começa a trabalhar tem aumentado constantemente. O resultado dessa situação é um aumento tremendo do número de adolescentes que permanecem na escola e uma brecha sempre maior entre o momento em que os adolescentes deixam a escola e o momento em que

conseguem um emprêgo garantido'. A publicação *Social Studies in General Education* (1938), pp. 99-105, atribui essas cifras a Homer P. Rainey e outros, *How Fare American Youth?* (Nova Iorque, 1937), pp. 41-2, relatório apresentado ao 'American Council on Education'.

Lindley, Betty e Ernest K., *A New Deal for Youth* (Nova Iorque, 1939).

9. Uma nota do manuscrito revela que o autor tinha em mente elaborar dois outros exemplos: 1) migração de grupos planejada, com possibilidade de escolha, em vez de migração por infiltração; 2) métodos sociais para lidar com a delinquência.

10. Gruchy, Care de, *Creative Old Age* (San Francisco, 1946).

Martin, Lillian J., *A Handbook for Old Age Counsellors* (San Francisco, 1944).

Samson, Emily D., *Old Age in the New World* (Londres, 1944).

Simmons, Leo W., 'Attitudes toward Aging and the Aged: Primitive Societies', *Journal of Gerontology* (janeiro, 1946), vol. 1, n.º 1, pp. 72-95.

11. Cf. Mannheim, Karl, *Man and Society* (Nova Iorque, 1940), parte III, 1, pp. 117 e segs.

12. Com referência aos termos 'educação social' e 'sociologia educacional', ver H. E. Barnes, H. e F. B. Becker, *Contemporary Social Theory* (Nova Iorque, 1940), cap. 22, 'Some Contributions of Sociology to Education', esp. pp. 793 e segs.

13. Cf. Cooley, C. H., *Social Organization* (Nova Iorque, 1909, 1929).

Frank, L. K., 'Research in Child-Psychology, History and Prospect', *Child Behavior and Development*, por R. G. Barker e outros (Nova Iorque, 1943).

Folsom, J. K., *The Family and Democratic Society* (Nova Iorque, 1945).

Freud, A., e Burlingham, D., *Infants without Families. The Case for and against Residential Nurseries* (Nova Iorque, 1944).

Glover, E., 'State Parentalism; Some Reflections on Present Tendencies', *The New English Weekly* (23 de março de 1944).

Waller, Willard, *The Family* (Nova Iorque, 1938).

Ver também as obras de L. K. Frank, Margaret Mead e Kimball Young.

14. Cf. Schlesinger R., *Changing Attitudes towards the Family in Soviet Russia* (Londres, 1948).

Heuss-Knapp, Elly, *Schmale Wege* (Stuttgart, Tuebingen, 1946). (Interessantes histórias humanas documentando dificuldades familiares sob o regime nazista).

Kirkpatrick, Clifford, *Nazi Germany: Its Women and Family Life* (Indianápolis, Nova Iorque, 1938).

Mann, Erika, *School for Barbarians* (Nova Iorque, 1938).

15. Ver Myrdal, Alva, *Nation and Family* (Nova Iorque, Londres, 1941), esp. cap. V.

Glass, O. V., *Population: Policies and Movements in Europe* (Oxford, 1940).

16. Cf. Glover, E., 'State Parentalism...', loc. cit.

17. Ibid. e seu livro *War, Sadism and Pacifism; Further Essays on Group Psychology and War* (Londres, 1946).

18. Cf. trabalhos de Lawrence K. Frank.

19. Cf. Golden, Anton S., e Rattenberg, Harold J., **The Dynamics of Industrial Democracy** (Nova Iorque, Londres, 1942).
Mooney, James D., **The Principles of Organisation** (Londres, Nova Iorque, 1939).
20. Mayo, Elton, **The Human Problem of an Industrial Civilization** (Boston, 1946).
21. Cf. nota 53, cap. 5.
22. Cf. Cooley, C. H., *op. cit.*
23. Cf. Myrdal, Gunnar, **An American Dilemma, The Negro Problem and Modern Democracy** (Nova Iorque, 1944).
24. Georg Simmel disse muitas coisas importantes a respeito, em sua *Philosophie des Geldes* (Leipzig, 1900).
25. Quanto ao problema: Até que ponto os velhos incentivos para o trabalho são afetados pelas nossas medidas de segurança social, e quais foram as medidas compensatórias tomadas pelos diversos países, ver Gertrude Williams, **The Price of Social Security** (Londres, 1944).
26. **The Times** (19 de novembro de 1942).
27. Freud, A., e Burlingham, D., *op. cit.*, esp. p. 64 sobre brinquedos que provocam o desejo de várias recompensas.
Murphy, L. B., **Social Behaviour and Child Personality, An Exploratory Study of Some Roots of Sympathy** (Nova Iorque, 1937).
Murray, Henry A. e outros, **Explorations in Personality** (Nova Iorque, 1938).
Young, Kimball, **Personality and Problems of Adjustment** (Nova Iorque, 1944).
28. Cf. nota 30, cap. 5.
29. Cf. Chadwick, H. M., **The Heroic Age** (Cambridge, 1926).
30. Cf. Klein, Viola, **The Feminine Character. The History of an Ideology** (Londres, 1946).
Mead, Margaret, **Sex and Temperament** (Nova Iorque, Londres, 1937).
Thomas, W. I., **Sex and Society: Studies in the Social Psychology of Sex** (Londres, 1907).
31. **Britain and Her Birthrate** (Londres, 1945). (Relatório de observação de massas, preparado para o 'Advertising Service Guild').
32. Lindsay, A. D., **Introdução a Lectures on the Principles of Political Obligation**. (Reimpressão, extraída das obras filosóficas de Thomas Hill Green, Nova Iorque, 1948, vol. II.)
33. Cf. a anedota citada por Howard Becker, 'Sarcasso Iceberg: A Study in Cultural Lag and Institutional Disintegration', **American Journal of Sociology** (novembro, 1928), vol. XXXIV, n.º 3, pp. 498-9. 'Nos últimos anos do século XIX, um Landrat teve a idéia bastante surpreendente de instalar um sistema de água e esgotos na aldeia...' Usando da influência da 'Paulskirche' democracia, convidou os burgueses e os camponeses para uma reunião, mas a idéia foi unânimemente rejeitada. Alguns anos mais tarde, o Landrat foi ásperamente censurado por um habitante da aldeia. Respondeu que fizera todo o possível para persuadi-los. Retrucou então o camponês: 'Persuadir? O sr. devia simplesmente nos ter obrigado!'

34. Cf. cap. 9, 'O Padrão da Personalidade Democrática', I.
35. Cooley, Charles H., 'Personal Competition', *Economic Studies* 4, (1899), pp. 78-183.
Cf. May, M. A., Allport, Gordon, Murphy, Gardner e outros, 'Memorandum on Research in Competition and Cooperation', *Social Science Research Council* (abril, 1937, Nova Iorque).
Mead, Margaret (org.), *Cooperation and Competition among Primitive Peoples* (Nova Iorque, 1937).
Murphy, G. e outros (orgs.), *Experimental Social Psychology* (Nova Iorque, 1937).
36. Waller, Willard, 'Rating and Dating Complex', *American Sociological Review* (1937), vol. 2, pp. 727-34.
37. Cf. Bardin, S., *Pioneer Youth in Palestine* (Nova Iorque, 1932).
Infield, H., *Cooperative Communities at Work* (Nova Iorque, 1945).
Idem, *Cooperative Living in Palestine* (Nova Iorque, 1944).
Revusky, A., *Jews in Palestine* (Nova Iorque, 1936).
Sampter, J. (org.), *Modern Palestine* (Nova Iorque, 1933).
Stoloff, R., *Cooperatives and Collectives in Palestine* (Nova Iorque, 1938).
38. May, M. A., e Doob, L. W., *Competition and Cooperation* (Nova Iorque, 1937), p. 8.
39. 'A criança que obtém uma pequena satisfação do ego por meio da dominação e do triunfo, poderia também conseguir a mesma satisfação comportando-se de modo agradável com as pessoas do seu ambiente', Murphy, L. B., *op. cit.*, p. 751.
40. Isto, naturalmente, não exclui casos em que a cooperação se combina com a distribuição desigual. Numa tribo caçadora, por exemplo, todos os membros podem cooperar para a captura da presa, mas os despojos podem ser divididos de acordo com um esquema que concede uma parte maior às pessoas com maior prestígio. Cf. Margaret Mead, *Cooperation and Competition...*, *op. cit.*
41. Ver cap. 8, parte I.

O PADRÃO DO COMPORTAMENTO DEMOCRÁTICO

I. O CONCEITO DO COMPORTAMENTO INTEGRADOR

TEMOS visto que uma nova sociedade requeira novos contrôles e que êstes, por sua vez, exigem novos padrões de comportamento e novos tipos de personalidade. Supondo que isto seja certo, passaremos a justificar nossas previsões mediante a discussão completa do que constitui êste comportamento de um tipo democrático de personalidade. O estudo do padrão ideal do comportamento e do caráter democráticos completará, desta forma, nossa análise precedente que procurava, em primeiro lugar, aclarar a idéia democrática da coordenação e, em seguida, as possibilidades psicológicas e técnicas de dar nova forma ao comportamento humano. Tendo já tratado dos *meios* de criar o homem nôvo, nosso atual enfoque estabelecerá a *idéia*,¹ a *visão* do tipo de comportamento e da espécie de homem que deverão orientar todos os nossos esforços educativos e sociais. Uma visão clara dos alvos e do conteúdo da educação é tanto mais desejável, por existir uma tendência nas democracias em discutir problemas de organização antes que idéias e técnicas antes que objetivos. Não resta dúvida de que a democracia perdeu de vista o conceito claro do tipo de cidadão que pretende criar.

É claro que a elaboração de um padrão ideal não significa que a partir dêsse momento todo membro de uma sociedade democrática passe a atuar dentro do mesmo, ou que unicamente o tipo de pessoa, que denominaremos democrática, possa existir ou ser desejável. O ideal apenas indica o rumo que deve seguir todo esforço educativo, numa sociedade democrática. É óbvio que nem tôdas as pessoas chegarão a encarnar o ideal, e que nem tôdas as esferas de ação deverão conformar-se da mesma maneira ao padrão democrático. A despeito dessas modificações, é fora de dúvida que todo

sistema social tem 'idéias operativas' — como as chamou A. D. Lindsay — isto é, padrões de pensamento e de ação que estabelecem uma forma de vida, sem levar em conta as variações. Ninguém pode duvidar de que as sociedades totalitárias também estabelecem tal *modus vivendi*, por mais que o rejeite o nosso melhor julgamento.

Na realidade, a forma mais fácil de expressar o modo de vida, a ação e a personalidade democráticas, consiste em fazer uma comparação com os padrões autoritários e dominadores.

No plano mais simples, o que isto tem sido foi sempre evidente. Todo mundo concordará que faz parte do nosso credo democrático chamar 'democrático' o tipo de comportamento que implica a disposição de uma pessoa em cooperar, especialmente em cooperar com seus iguais. Todos também compreendem que essa igualdade significa uma aptidão para respeitar a personalidade do nosso concidadão, sem jamais utilizá-lo como instrumento ou meio para os nossos próprios fins. Kant já reconhecia isto; recentemente, este conceito tem sido formulado como o princípio da mútua deferência,² o que implica, sem dúvida, a idéia da cooperação entre iguais. Da mesma forma, um traço essencial do comportamento democrático, em contraste com o totalitário, é o uso mínimo da violência, da pressão ou do poder; e se tivermos de recorrer a este último, será sob o controle de nossos 'pares', que tenham influência controladora igual.

Embora todo mundo estivesse mais ou menos a par, há muito tempo, dêsses traços principais do comportamento democrático, a sucessão dos acontecimentos, em minha opinião, muito reforçou o conceito dessa norma fundamental, que deveria servir de padrão ou medida para a compreensão do comportamento humano. Os psicólogos H. H. Anderson,³ Piaget em outro contexto⁴ e recentemente Herbert Read⁵ muito contribuíram para a melhor compreensão da qualidade fundamental das relações sociais numa sociedade democrática. Enquanto Piaget sublinhava a idéia de reciprocidade no processo social democrático, H. H. Anderson e D. W. Harding⁶ designavam pelo nome de 'conduta integradora' aquilo que eu chamaria 'arquétipo do comportamento democrático'. Creio haver boas razões para se adotar este último termo, pois se refere a algo mais fundamental que a simples cooperação e contém a chave de várias facetas características do comportamento democrático.

O elemento importante nesse conceito de comportamento integrador é que a pessoa que age segundo esse espírito não só reluta em sobrepor sua própria vontade e opinião sobre os outros cidadãos — essência da atitude dominadora — mas ainda tolera os desacordos. É tolerante não com vistas ao compromisso, mas porque espera expandir sua própria personalidade, absorvendo algumas

características de um ser humano essencialmente diferente. Praticamente, isto significa que a personalidade democrática acolhe de bom grado o desacôrdo, porque tem a coragem de se expor às mudanças. Chegando à raiz do problema, concluímos que a receptividade às mudanças está apenas ao alcance das pessoas que se sentem realmente seguras e, portanto, não temem perder a posição social ou a individualidade ao submeter-se sinceramente aos testes da cooperação e da troca de idéias.

O ponto mais importante dessa observação é a consciência da existência de uma ligação entre a superposição autoritária da própria opinião e o temor de perder o *status*. Numa relação autoritária, é razoável supor que uma das partes tem um *status* mais elevado que a outra e em suas atividades se preocupa em mantê-lo, ao passo que, no caso ideal da participação democrática, a questão do *status* fica fora de consideração devido ao reconhecimento da igualdade essencial: em outras palavras, o desejo de prestígio prejudica menos a vontade de aprender de outra pessoa, do que num sistema autoritário. Na realidade, não existe obstáculo maior ao verdadeiro ato de aprender (e não me refiro à assimilação passiva de um conhecimento já estabelecido, mas ao poder de experimentar algo nôvo), do que o medo de perder o *status*. Uma pessoa preocupada com a manutenção do seu *status* não pode realmente aprender. É o que foi observado no século XVIII por um pensador alemão, infelizmente pouco conhecido nos países anglo-saxões.⁷ O que G. Ch. Lichtenberg disse foi mais ou menos que, quanto mais observava as pessoas de idade, mais se convencia de que a senilidade aparente era, na maioria dos casos, não o resultado da velhice fisiológica, mas a consequência de atitudes psicológicas erradas e arraigadas. Os anciãos frequentemente não se mostram interessados em aprender, pois a revisão das suas opiniões lhes parece incompatível com seu prestígio e respeitabilidade.

Uma vez admitida essa estreita inter-relação entre o padrão de comportamento e o padrão da estrutura da personalidade, tornam-se mais inteligíveis tôdas as diferenças nas modalidades do comportamento e nos tipos de personalidade. O padrão de ação é, então, parte da estrutura da personalidade. A sociedade que cria o indivíduo excessivamente preocupado pelo seu *status*, incessantemente receioso de 'mudar de cara', há de expressar esta preocupação pela estima social por meio de infinito número de 'rituais'⁸ pelos quais a pessoa 'superior' pode restabelecer continuamente sua confiança na submissão dos seus subordinados. Além disso, em tais sociedades, a aprovação social, instrumento mais fundamental para o condicionamento do comportamento, é sempre dada aos indivíduos cujo comportamento é mais afirmativo ou arrogante, especialmente quando se trata de pessoas que pare-

cem destinadas a exercer funções de governo. Ao contrário, numa sociedade verdadeiramente democrática, a opinião pública tende a desencorajar a pessoa que quer dominar, que se nega a tratar como iguais a seus concidadãos e até mesmo procura humilhá-los.

Desde o início deste estudo, não tivemos dúvida em considerar o comportamento integrador não como realidade já estabelecida, porém como um *ideal* da democracia. Demarcar um ideal não significa que possamos atingi-lo completamente, antes assinala um rumo para a educação e os contrôles mútuos. É evidente que o comportamento integrador tem maiores possibilidades de realizar-se nas relações pessoais do que nas organizações em grande escala. Quanto mais crescerem as necessidades sociais e mais necessária fôr a organização, maior número de elementos de dominação procurarão introduzir-se no sistema. Mas enquanto permanecer vivo o ideal do comportamento integrador e fôr este o verdadeiro motivo dinâmico, existirá a tendência a restringir a obediência cega e a preservar e mesmo introduzir situações que favoreçam o comportamento democrático. Numa sociedade baseada no domínio, o contrário será verdadeiro. Inclusive no campo das relações pessoais, o caráter auto-afirmativo e vindicativo será elogiado como corajoso, e o povo há de se comprazer na organização ou, melhor, na superorganização, porque sentirá que só isto lhe poderá dar força: o ego só se sentirá seguro quando apoiado por regulamentos de caráter dominador. Os castigos e as penas incorporadas à estrutura da organização expressam as mesmas tendências de auto-afirmação e de agressão que marcam tão fortemente a sociedade totalitária.

Para a mentalidade democrática, o comportamento integrador não é mais que um ideal, que deve ser vivido em termos de aproximação. Para o anarquista, só é admissível o comportamento que se abstenha totalmente do emprêgo do poder e do domínio. Deseja uma sociedade baseada na anarquia e opina que, mesmo com o desenvolvimento da organização, não se pode introduzir nela nenhum elemento de domínio. O anarquista, em certo sentido, é um democrata em situação marginal. A mentalidade democrática difere da anarquista por estar mais próxima da realidade. Embora reconheça a necessidade da autoridade em certas situações e em certos níveis da organização social, seu alvo continua sendo reduzir ao mínimo a dominação mediante novos inventos sociais, substituir as formas sociais fundadas na dominação por outras mais humanizadas e manter o poder sob contrôle da comunidade.

Uma vez esclarecido este ponto, podemos acompanhar mais de perto as implicações e conseqüências do comportamento integrador ideal.

Vimos que a cooperação, entendida de forma adequada, significa a integração contínua de diferentes propósitos. Uma pessoa que nunca foi preparada para essa integração de propósitos, não experimentou jamais a verdadeira cooperação democrática, pois a essência da democracia é a integração de propósitos e não o simples compromisso. Até mesmo as pessoas dominadoras podem chegar a um compromisso. Procuram suprimir-se mutuamente, impor sua vontade umas sobre as outras e só quando malogram nessa tentativa procuram chegar a um compromisso.

Já se disse muitas vezes que o compromisso é um ajustamento racional entre duas ou mais vontades ou opiniões opostas e que as partes sacrificam algumas das suas pretensões originais unicamente por razões de conveniência prática. O compromisso não representa nenhum processo dinâmico, nenhum poder verdadeiramente criador.⁹

O comportamento integrador é algo mais que um compromisso. Significa que as pessoas, embora plenamente conscientes de que as diferenças de constituição e de posição social, de tendências e interesses, modelam de várias maneiras as suas atitudes e experiências perante a vida, conseguem, assim mesmo, transmutar seus diferentes enfoques, no intuito de cooperar num sistema comum de vida. Essa transmutação é uma forma criadora da integração: do processo de vida em comum e dos objetivos de cooperação, surge nova finalidade que as partes chegam a acolher com mais simpatia que os seus alvos originais. Desde o início, essa espécie de integração abre oportunidades para o dissidente, ou para o homem de iniciativa cuja contribuição, que pode divergir da nossa, deve ser absorvida e não excluída. Únicamente os países anglo-saxões, em que os dissidentes têm contribuído profundamente para a nova idéia do compromisso criador, podiam desenvolver esse conceito.

1. *Tolerância democrática versus fanatismo*

O verdadeiro ideal da tolerância, como sublinhou insistentemente A. D. Lindsay, não é a aceitação passiva. Consubstancia-se na fé em que a voz de Deus se pode fazer ouvir através até mesmo do mais humilde membro da comunidade. Portanto, devemos escutá-lo, pois em sua experiência de vida particular, o homem humilde poderá ter visto e sentido coisas que escaparam à atenção dos observadores mais sofisticados.

O termo 'comportamento integrador' é apenas uma definição científica de tendências latentes que sempre estiveram presentes nas idéias de democracia e de tolerância. Além de tornar essas tendências mais conscientes e explícitas, adapta a idéia da cooperação democrática a uma etapa mais avançada da história. Quan-

do não são apenas os membros do mesmo clã ou da mesma comunidade, mas indivíduos e grupos essencialmente diferentes os que têm de cooperar, a boa-vontade torna-se imperativa. O comportamento integrador transcende também a idéia da simples cooperação, na medida em que aplica este princípio a um mundo em dinâmica evolução, no qual estão surgindo continuamente novas finalidades.

Dois outros aspectos do comportamento integrador podem ser melhor explicados, se desenvolvermos o que dissemos até agora.

A tolerância democrática é incompatível com o fanatismo, que abandona a zelosa procura da verdade e priva os outros homens da oportunidade de trazerem contribuições criadoras.¹⁰ Na linha democrática, não se pode desenvolver a idéia do *Herrenvolk* nem a concepção de elites (no sentido fascista do termo), ambas pretendendo que um pequeno grupo sabe o que é melhor para a maioria do povo. Isto não significa, necessariamente, que não devam existir peritos na comunidade, com conhecimentos mais exatos que os demais sobre certos assuntos e cuja informação possa ser utilizada para o bem de todos; tampouco, que não deva haver pessoas que tenham maior preocupação que as outras pelo que diz respeito a certos assuntos essenciais. Numa sociedade democrática, a existência destes dois tipos de homens melhor informados e mais vigilantes é de grande importância; na comunidade, porém, não devem estar isolados dos demais membros, nem querer dominar a ninguém, antes devem esses homens ocupar uma posição graças à qual a comunidade possa beneficiar-se de suas elevadas qualidades mediante intercâmbio mútuo. Uma sociedade verdadeiramente democrática há de integrar essas pessoas com maiores talentos e qualidades, não mediante o isolamento, mas estabelecendo linhas de comunicação entre elas e o resto da comunidade.¹¹

A outra consequência do *ideal da tolerância criadora* é a tarefa que consiste em estabelecer um propósito comum e uma cooperação verdadeira com os que discordam e estão sempre em fermentação.

A doutrina da necessidade de cooperação, até mesmo com aqueles que não estão de acordo, degenerou frequentemente no costume de neutralizar os problemas realmente importantes. Numa fase decadente da democracia, isto pode levar à teoria de que não pode existir nenhum acordo quanto às idéias fundamentais; assim, a melhor coisa que a democracia poderia fazer para manter a cooperação, seria chegar a um acordo unicamente sobre problemas parciais. Torna-se desnecessário dizer que isto é apenas outra versão da teoria acerca da 'necessidade de compromisso'. É claro que o compromisso é inevitável em muitas circunstâncias. Não podemos dar-nos ao luxo de esperar pela integração básica, isto é, até que a comunidade, pelos seus próprios recursos, encontre nova

solução criadora: contudo, quanto mais vêzes aceitarmos o compromisso como substituto satisfatório da verdadeira integração progressiva, mais provável será que venha a degenerar a tolerância criadora, até se transformar em política de neutralidade, mediante a eliminação gradual da discussão dos assuntos fundamentais.¹² É por isso que se dá cada vez menos atenção aos assuntos essenciais, dentro da democracia. Passou a prevalecer um tipo de mentalidade emasculada, que pouco se importa com os princípios ou com a compreensão mais profunda da vida, interessando-se apenas pelos compromissos práticos.

Nesta atmosfera de indiferença geral, estão a desvanecer-se a filosofia, a religião e o sentido da história; mesmo nos problemas do espírito, a atitude de transação do homem de negócios chega a ser a principal virtude. O cientista, para quem só é exato o mensurável, é o representante típico dessa atitude, que tende a considerar unicamente a superfície das coisas em termos aos quais todos podem aderir. Na esfera da moralidade e da religião, considera-se suficiente chegar a um acôrdo sôbre as aparências, sem se discutir o essencial.

É por essa razão que a democracia chegou a apresentar tão poucos atrativos para os que desejam ter um propósito ao qual se possam consagrar. Espinosa estava certo quando disse que uma emoção só pode ser substituída por outra. Precisamos é de um entusiasmo que não esteja misturado ao fanatismo.¹³

Por outro lado, não podemos esperar chegar a uma compreensão comum dos problemas essenciais, enquanto os considerarmos fixos e imutáveis. A única forma adequada de progresso democrático é uma espécie de cooperação que implique a reinterpretação constante e a reintegração dos problemas essenciais, à luz da experiência que cresce gradualmente.¹⁴ Só essa atitude, corretamente compreendida, está em harmonia com o mundo em evolução; a outra atitude despreza a principal fonte de mudança, preferindo chegar a um acôrdo apenas sôbre os problemas superficiais do presente.

2. O padrão da responsabilidade democrática

É necessário apenas mais um passo para chegarmos ao conceito da responsabilidade democrática. Se concedermos maior importância à vida em comum e ao comportamento integrador, a alegria diante do descobrimento das novas verdades prevalecerá sôbre o orgulho e o farisaísmo. Neste caso, o cidadão deverá ser treinado para a responsabilidade, não mediante a obediência cega, mas através da tomada de consciência do nôvo mundo, das novas situações, que podem ser definidas e reguladas no curso da experiência normal.

A verdade democrática surge no processo da vida em comum e, por isso, não se pode admitir qualquer sabotagem do consenso geral. Como é o próprio povo que promulga suas leis, não faz sentido que se oponha a elas ou dificulte a sua execução. Se fôr necessária alguma mudança, existem disposições para modificar a lei mediante o consentimento comum. A lealdade para com a lei, portanto, consiste primordialmente na lealdade para com os processos adotados, e não há maior ofensa contra o espírito da democracia do que a de denunciar os seus métodos.

Chegamos agora aos problemas da responsabilidade, em seus aspectos subjetivos e objetivos. O liberalismo abstrato preocupa-se exclusivamente com os primeiros, enquanto as instituições, as organizações e, em última análise, o Estado, são alvo de excessiva atenção por parte dos teóricos objetivistas. Procuremos superar a unilateralidade de ambos os enfoques, mediante um método que consiga estabelecer equilíbrio entre os fatores objetivos e os subjetivos.

O liberalismo abstrato, que considera o indivíduo como única realidade, procura somente nêle as raízes da responsabilidade, como seria de esperar. Embora seja óbvio que não pode existir responsabilidade alguma sem o indivíduo, uma vez que a sede da responsabilidade é o seu próprio coração, admite-se que se trate de alguma coisa puramente interna. O individualismo liberal extremo tende a considerar a responsabilidade como assunto de *intenção* pessoal [*intent* (*Gesinnung*)] e a restringir o problema social e educativo meramente à formação de atitudes adequadas no indivíduo. Podemos, sem dúvida, aprender algo da avaliação liberal dos fatores psicológicos e educativos, mas não nos devemos descurar do contexto social e da sua influência, tal como o sublinham os objetivistas, seus oponentes.

Na opinião dos objetivistas, a obrigação e a autoridade surgem de necessidades objetivas. A regulamentação intersocial e a consciência do indivíduo não são mais que ordens externas que se interiorizaram, e que têm sua verdadeira origem na estrutura social, onde se desenvolveram pela tradição, pelos costumes ou foram promulgadas por algum governante ou por um decreto oficial.

A inclinação a interpretar as obrigações como parte do ambiente objetivo e a atribuir a êste o fenômeno da consciência, prevalece nas ditaduras, assim como nos vários tipos de conservadorismo. Os 'objetivistas' chegam até mesmo, às vezes, a deplorar o fato de que a consciência possa tornar-se tão subjetiva a ponto de perder contato com as necessidades objetivas da comunidade ou da ordem social. Por perigosos que sejam os exageros dêste ponto de vista, especialmente quando o *fiat* do ditador toma o lugar da decisão do indivíduo, contêm um elemento de intuição, ou seja, que a responsabilidade sempre se desenvolve num contexto

histórico e não tem muito sentido sem êle. Isto nos ensina, outrossim, que não podemos educar ou reeducar uma pessoa melhorando-a isoladamente, mas só esforçando-nos em reformar, ao mesmo tempo, o contexto social. Além do trabalho direto sobre o indivíduo, temos de conduzir o ambiente de tal forma que favoreça o desenvolvimento do tipo desejado de personalidade.

II. ASPECTOS SUBJETIVOS DA RESPONSABILIDADE

Como em muitos outros casos, devemos compreender, antes de mais nada, que não existe uma forma inata de responsabilidade. Toda sociedade treina sistematicamente, ou pelos menos prepara cuidadosamente o indivíduo para que assuma responsabilidades.

É igualmente certo que nenhuma sociedade pode sobreviver se os seus membros não estiverem dispostos a assumir as consequências dos seus atos. A sociedade deve manter em funcionamento certos mecanismos para que as pessoas sejam responsáveis pelos seus atos, ainda quando a psicologia comprove que não existe o livre arbítrio.¹⁵ As sanções e os castigos são, portanto, coisas comuns a todas as sociedades.

Apesar disso, surgem muitas diferenças à medida que relacionamos certas sanções com uma organização social concreta, e estabelecemos uma correspondência entre uma estrutura social e a estrutura da mentalidade exigida por ela.

Se a estrutura básica de uma sociedade descansar no domínio, há de surgir não só o comportamento dominador, mas também um tipo autoritário de responsabilidade. O mesmo se pode dizer da democracia. As normas democráticas do comportamento integrador têm suas raízes num conceito democrático da consciência e no sentido correspondente de responsabilidade. Deve-se admitir que nenhuma sociedade leva seus princípios a uma conclusão lógica. Toda sociedade autoritária reservará alguns enclaves nos quais existirá uma auto-regulamentação democrática e em toda sociedade democrática sobreviverão certos tipos de autoritarismo. Com este esclarecimento, continua válida nossa generalização, pois a proporção dos ingredientes que constituem o comportamento nos diversos tipos de sociedade é essencialmente diferente. Numa sociedade autoritária, prevalecem as atitudes de domínio, e numa sociedade democrática, preponderam os comportamentos integradores. Além da preponderância de um ou outro tipo de comportamento, a distinção entre as duas ordens sociais consiste em que as decisões sejam tomadas e executadas num espírito de dominação ou de integração, e em que o padrão de comportamento dominador e integrador goze ou não da aprovação do público.

Quanto mais cuidadosamente considerarmos os diversos tipos de conduta e responsabilidade, mais aparente resultará que cor-

respondem a etapas da maturidade humana. As formas de domínio estão mais próximas da infância; os tipos de comportamento que exigem a participação democrática e a divisão das responsabilidades só se podem desenvolver num nível de madureza mais elevado.

1. Identificação do "Führer" com o pai

Uma das primeiras formas de responsabilidade resulta da identificação da criança com seus pais.¹⁶ O filho faz o que os pais desejam, e o seu superego em desenvolvimento está, de certa forma, unido à sua dependência aos pais. Numa sociedade autoritária, mantém-se esta primeira etapa da responsabilidade, focalizando-se diretamente toda a lealdade no *Führer*, cuja imagem substitui a do pai. Neste caso, exige-se a obediência unicamente porque o *Führer* assim o quer, toda responsabilidade repousa nêle, e não se pode conceber qualquer responsabilidade, além dessa fidelidade e dependência pessoal. Neste tipo de responsabilidade, o âmbito da racionalidade fica determinado, em última análise, da mesma forma: uma vez que o "pai" ou *Führer* é o único que conhece as realidades mais profundas de nossa ação, a argumentação racional é inútil. A obediência cega é considerada não só conveniente, mas também como uma virtude. Se a argumentação racional fôsse tolerada, daí resultaria uma incerteza tal que poderia provocar a derrocada de todo o sistema.

Outro método primitivo para criar um comportamento consistente, com uma forma de responsabilidade correspondente, é o condicionamento externo, cujo mecanismo mais conspícuo consiste em aplicar recompensas e castigos.¹⁷ Todo comportamento que é determinado pela completa identificação com o assunto, ou condicionado pelas recompensas ou castigos, implica certo grau de consistência, que exige muito autodomínio por parte do indivíduo e, por conseguinte, certos elementos de responsabilidade. Contudo, nenhuma dessas formas 'inferiores' de comportamento consistente se baseia na decisão consciente do indivíduo, nem exige uma avaliação inteligente da situação e da contribuição que o próprio indivíduo mantém com a comunidade.

O homem continua vivendo num nível de hábitos e costumes inconscientes, adquiridos pela repetição, e os padrões de comportamento que desejamos transformar em parte da nossa personalidade e da nossa conduta, ainda não os adquirimos mediante uma seleção inteligente. Enquanto as reações e os hábitos forem principalmente mecânicos, a responsabilidade também o será. Sua principal virtude é uma certa conformidade e, amiúde, a capacidade de renunciar ao prazer.

Neste nível, é possível melhorar o comportamento unicamente se os hábitos a estabelecer são avaliados pelos seus próprios méri-

tos; em outras palavras, se estimulamos o herói ao invés do bandido (*gangster*), ou se outorgamos recompensas às atividades sociais cooperativas e amistosas, em vez de premiar as destrutivas e as regidas pelo espírito de rivalidade.

As sociedades totalitárias são hábeis em explorar as potencialidades latentes das formas inferiores do comportamento e da responsabilidade. Sua limitação, contudo, consiste em não quererem colocá-las a serviço de finalidades mais nobres, ou estimular as formas mais elevadas de comportamento, com seus tipos correspondentes de responsabilidade.

Ao tratar dessas formas inferiores de comportamento, a democracia moderna deverá compreender que estas são, até certo ponto, necessárias. As idéias de Platão sobre a educação podem servir para ilustrar a atitude desejável. Platão ressaltava que não podemos educar uma criança sem inculcar-lhe a obediência cega e hábitos automáticos úteis. Se consagrarmos a primeira etapa da educação à implantação de hábitos desejáveis, na seguinte deveremos procurar desenvolver o sentido crítico do indivíduo, para que possa distinguir conscientemente entre o que é razoável e o que não é.

2. Teorias recentes sobre o superego

O problema da responsabilidade está estreitamente relacionado com o superego da psicanálise freudiana, que procura explicar cientificamente o que chamamos habitualmente consciência. O conceito do superego tem sido revisado ultimamente, de modo a ficar mais de acordo com as tendências democráticas. Freud passou a maior parte da sua vida numa sociedade cheia de autoritarismo e de proibições e sentiu intensamente os aspectos negativos do superego. Para ele, representavam unicamente os tabus paternos e culturais, isto é, os aspectos inibidores da educação social. H. A. Murray,¹⁸ contudo, pode reivindicar o mérito de nos haver mostrado que o superego contém um elemento criativo, ao lado de outro negativo. Lewis Mumford¹⁹ seguiu essa tendência, demonstrando que o superego, longe de ser uma força puramente inibidora, representante de tendências associais, é também um poder construtivo que delineia ideais positivos. Desta forma, o superego é capaz de criar todo um sistema de valores como elaboração do ideal do ego. As obras de arte, a ética, a religião e a ciência são objetivações desse sistema do superego. É certo que os freudianos tomaram em conta essa possibilidade ao reconhecerem o fenômeno, e cunharam a palavra 'sublimação'; sem dúvida, deram importância excessiva ao conceito da educação como súpula de técnicas frustradoras e mostraram-se bastante vagos quanto às possibilidades construtivas e criadoras da socialização do indivíduo.

A socialização dos seres humanos, tal como a compreendemos, consegue-se não só de forma negativa mediante proibições (*don't's*), mas também de modo positivo, por meio de imagens e ideais criadores. Longe de basear-se sobre o princípio da dor ou da pena, que implica luta constante contra as inclinações da pessoa, a aceitação dos ideais está unida à experiência da alegria positiva. Faz parte do renascimento da democracia o fato de nos havermos libertado dos aspectos sombrios da época vitoriana, em que a atenção era focalizada unicamente sobre as inibições.²⁰ Em nossa tendência atual, mais confiante e construtiva, possuímos bastante espírito crítico para compreender que não podemos suprimir totalmente as repressões, mas acreditamos, contudo, numa série de melhoramentos que nos ensinam a conseguir, num esforço conjunto, o que anteriormente, no mundo dominado, era feito sob a dominação do medo. A chave desta mudança de atitude reside na compreensão de que a maior parte dos objetivos que resultam penosos para o indivíduo quando impostos de fora, podem ser aceitos com alegria, quando reconhecidos como ideal comum, emocionalizados como alvo preciso e aceitos como carga geral.

O trabalho nos dá excelente ilustração dessa idéia. Enquanto somos obrigados a trabalhar porque uma autoridade externa o exige, a idéia de trabalho se associa à de uma tarefa monótona e desagradável, à dor e ao desconforto. Se um dia tivermos de executar a mesma tarefa como contribuição ao bem da comunidade, livremente escolhida por nós, procuraremos geralmente sobressair nesse trabalho e não o abandonaremos por motivo algum. É claro que só reagiremos dessa maneira se formos condicionados para assim proceder, e se o nosso superego fôr influído de tal modo que a sua fórmula proibitiva seja substituída, pouco a pouco, por imagens criadoras e visões construtivas. Não é exagerado dizer, portanto, que a reorganização social lançará raízes da mente humana unicamente se pudermos voltar a modelar o superego para essa finalidade. Como suplemento ao simples preparo para os novos tipos de hábitos e comportamentos, teremos o estímulo dos impulsos criadores e o desejo de autoperfeição. Desta forma, deitaremos os alicerces para a formação de novo tipo de consciência e de responsabilidade.

Se considerarmos nosso problema dentro da sua perspectiva histórica, verificaremos que, desde Rousseau, esta forma otimista de encarar o homem — a liberação dos tabus, o relaxamento dos elementos inibidores no superego e a nova importância dada às potencialidades criadoras — se fêz sentir repetidas vezes. Acompanhou a transformação democrática do homem e da sociedade e é um dos aspectos mais notáveis do referido processo. A teoria moderna da educação não faz mais que corroborar em termos científicos as intuições expostas no *Émile* de Rousseau. A substi-

tuição que propusemos, a fim de colocar a experiência direta no lugar dos castigos autoritários, e a idéia de que a educação humana deve corresponder às necessidades humanas, já foram previstas por Rousseau :

O menino deve ser mantido na dependência exclusiva das coisas (em contraposição à dependência de outros homens); assim estaremos seguindo a ordem da natureza no processo da sua educação. Nunca, oponhamos aos seus desejos irracionais, obstáculos que não sejam físicos ou castigos que não resultem das próprias ações: desta forma se lembrará desses castigos em situações semelhantes. Basta impedir-lhe que faça o mal, sem proibi-lo. Só a experiência e a incapacidade devem desempenhar o papel das leis para a criança... Já disse que seu filho não deve conseguir nada pelo simples fato de exigí-lo, mas unicamente porque o necessita, e tampouco nada deve fazer por obediência, mas apenas por necessidade; desta forma, as palavras 'obedecer' e 'mandar' ficarão excluídas do seu vocabulário, ainda mais rigorosamente que as de 'dever' e 'obrigação'; mas as de força, necessidade, impotência e coerção ocuparão nele lugar importante.²¹

As novas tendências na educação, entre as duas guerras mundiais, influenciadas sobretudo pelas idéias de Dewey, têm sua origem em Rousseau.

A opinião otimista de que algum dia possamos prescindir dos métodos autoritários estendeu-se a outros campos. As principais mudanças no âmbito da educação social não são mais que tentativas de aplicar a mesma idéia a novas formas de vida e de pensamento.

A tendência em diminuir a tensão dos elementos restritivos no superego, liberando assim uma corrente de sentimento e imaginação, como no caso do próprio Rousseau, parece ser uma fase recorrente na estrutura do desenvolvimento democrático. Alternam-se os períodos de expansão e de contração: uma explosão repentina e a descarga geral de emoções previamente reprimidas inaugura um período de expansão, até que se desenvolva um sentimento de medo no ego, o 'temor à liberdade', tão bem descrito recentemente por Erich Fromm.²² Este temor põe um dique à expansão e à abundância e leva à nova fase de contração. A luta dinâmica entre as classes sociais reflete-se parcialmente nessa evolução. Enquanto as classes em ascensão tendem a favorecer a expansão e poderiam desfazer o equilíbrio emocional estabelecido, as classes conservadoras se agarram inconscientemente ao *status quo* emocional. Dentro deste ritmo, as fases de expansão são as criadoras, enquanto a fase de contração representa o esforço tendente a estabelecer novo equilíbrio no processo dinâmico.

3. *Treinamento para a espontaneidade*

As grandes realizações no curso do desenvolvimento do espírito democrático são o relaxamento do superego, o movimento ten-

dente à liberação de forças, o treinamento para a espontaneidade e a supressão das inibições da inteligência. A luz dos modernos estudos sobre a educação, compreendemos que a espontaneidade ou a possibilidade de assumir a iniciativa é parcialmente inata; são, portanto, cruciais os processos destinados a libertá-la. Mas, em parte, tal faculdade é também produto do treinamento.²³ Este treinamento consiste em colocar o indivíduo em situações inesperadas e não convencionais, nas quais não pode utilizar seu repertório de reações habituais. Isto conduz não só a maior mobilidade e adaptabilidade, como também a uma forma de vida mais satisfatória que a baseada na rotina ou confinada no círculo fechado da experiência passada.

O romantismo, em muitas das suas variantes, é resultado das potencialidades indicadas por Rousseau; mas, ao preconizar que o individualismo se aproveitasse diretamente dos recursos da imaginação, também tem outra implicação. Esta foi plenamente expressa por Bergson, que também sublinhou que o objetivo da vida consistia em liberar as potencialidades criadoras e romper a coraça do convencionalismo. A educação democrática triunfa não só quando nos exorta a sermos construtivos ou espontâneos, mas também quando planeja a vida do indivíduo de forma tal que o convida constantemente a ter iniciativa, a tomar suas próprias decisões, a achar novas combinações, a manter o autodomínio e a nadar contra a corrente durante algum tempo, se fôr necessário. Mas a pessoa que é 'contra isso', não deve ser motivada por um negativismo neurótico. A coragem para se opor à opinião geral deve antes provir da personalidade sadia e construtiva. Uma sociedade totalitária não poderia tolerar tais desvios, pois coloca todo opositor, por bem ou por mal, na posição de desajustado social, incapaz de adaptar-se à ordem estabelecida. Ao contrário, faz parte da visão democrática que haja pessoas a nadarem contra a corrente, inclusive que haja entre elas alguns bons nadadores.²⁴

A mesma idéia, de encorajar o uso da inteligência, funciona na filosofia moderna da educação, que concebe o intelecto, a própria razão, como entidade dinâmica. Para a 'tendência estabilizadora', o intelecto é um sistema rígido de categorias estáticas em que se armazenam sensações, que de outra forma seriam esquivas, depois de liberadas dos elementos transitórios. Para o 'romântico', que vê na evolução criadora a experiência fundamental, esse intelecto desidratado é uma entidade fictícia, um expediente para conduzir, de qualquer maneira, a realidade sempre cambiante. O verdadeiro processo do pensamento é, em si, dinâmico, e parte do mais amplo processo vital que cria continuamente novas categorias e novos métodos, a fim de superar os estereótipos de um intelecto meramente assimilativo. As novas descobertas limitam-se, em grande parte, a dar nome a fatos, situações e processos

que têm existido durante séculos sem designação alguma, porque os tabus e os temores grupais obrigavam o homem a fechar os olhos e a não ver o que estava diante de si.

A existência da sexualidade infantil é um desses casos. Podia ter sido observada por qualquer mãe ou ama-de-leite, porém nenhuma se atrevia a admiti-la. Também a descoberta do 'inconsciente' produziu um choque profundo, pois negar sua realidade constituía uma das defesas da mente. O novo conhecimento nesses setores está, por conseguinte, baseado num pensamento mais consistente, como também na supressão anterior das inibições coletivas.

Tôda sociedade produz zonas mentais inibidas; portanto, o ato de libertar a inteligência é uma condição prévia para os descobrimentos ulteriores. O indivíduo que se junta ao processo coletivo de supressão das inibições que perderam sua função e estão impedindo a expansão das descobertas intelectuais participa, mesmo não sendo um gênio, do trabalho dos homens geniais. Tal indivíduo, assim como a pessoa extremamente bem dotada, transforma sua vida em viagem de descoberta. Ao lado dos seus companheiros, descobre novos aspectos do mundo, porque consegue rasgar o véu da convenção. Neste novo enfoque, não são apenas os novos significados das coisas que podem ser objeto de descobertas, pois também as relações humanas revelam outras potencialidades, uma vez que os diversos tipos de experiência são modelados pelas novas formas de vida em comum.

Uma das descobertas da atualidade é a da consciência dinâmica, a idéia de uma responsabilidade dinâmica e integradora; uma responsabilidade para a aventura da exploração das possibilidades que oferece o fato de vivermos juntos numa comunidade mundial, com pessoas diferentes, em situações imprevisíveis e de baixo de normas que ainda precisam ser encontradas por um esforço comum.

A consciência vem, há muito tempo, sendo considerada como altamente pessoal. Por certo, poucas frases são mais verdadeiras que a de T. H. Green: 'Nenhum indivíduo pode fabricar sua consciência por si mesmo. Precisa sempre que uma sociedade a faça para ele. Uma heresia consciente, religiosa ou política, representa sempre alguma convicção relativa ao bem social que vai amadurecendo pouco a pouco, já envolvida implicitamente nas idéias em que se baseiam as regras aceitas de comportamento'.²⁵

Para o realismo abstrato, o desenvolvimento da consciência é realmente assunto puramente individual. Segundo esta opinião, o desenvolvimento da personalidade moral consiste numa evolução puramente pessoal, em melhorar os poderes do ego, em aguçar a capacidade de raciocínio, em suprimir os preconceitos etc. Para a nova teoria integradora da personalidade, o desenvolvimento da

consciência não pode ser assunto puramente individual. Está unido a um constante intercâmbio entre novos campos de atividade, para os quais é necessário encontrar novas normas mediante um esforço em comum. Desta maneira, a consciência do indivíduo está arraigada na consciência crescente da comunidade. Isto não significa que o desenvolvimento da consciência conduza sempre a um desvio repentino e inesperado do costume até então aceito. Conforme T. H. Green indicou, até mesmo a heresia representa um amadurecimento gradual, um desvio coletivo relacionado com o conjunto tradicional de idéias, na medida em que implica oposição às mesmas. O ponto de partida forma uma experiência comum, e o ponto de chegada, o alvo ao qual tendemos, também está implantado no campo comum das expectativas e das possibilidades. Uma comunidade em evolução não está determinada por um conjunto de normas invioláveis, mas sim dedicada à busca permanente de novas normas que expressem as experiências cambiantes. O conteúdo da consciência, por conseguinte, não está determinado por regras explícitas e definitivas, porém está assumindo continuamente novas formas.

Uma educação baseada na idéia de átomos independentes vivendo em mundos isolados, em que o indivíduo seja, por assim dizer, o fabricante de si mesmo e da sua própria consciência, deve diferir de uma educação destinada a preparar os indivíduos para a empresa cooperativa de criar entre todos um mundo novo, mundo para o qual devem ainda encontrar as normas. A pessoa educada neste sentido adquire a capacidade de manter o ouvido grudado ao solo, e estar profundamente consciente das novas tendências criadoras e das potencialidades da vida em comum. Não se pode esperar que desenvolva essa capacidade sem um treinamento especial, mas inúmeras experiências na vida grupal indicam que essa aptidão pode ser cultivada.

III. ASPECTOS OBJETIVOS DA RESPONSABILIDADE

Estivemos procurando delinear algumas características da responsabilidade, tais como se apresentam na experiência subjetiva. Mas desde o início se tornou evidente que uma democracia realista não pode conceber a responsabilidade unicamente em termos de experiências subjetivas. Antes se deverá compreender que a responsabilidade surge de um ambiente do qual deriva seu sentido em forma exclusiva, bem como sua validade autêntica. A filosofia e a sociologia da responsabilidade devem, portanto, prestar tanta atenção nos fatores ambientais que determinam sua forma e suas potencialidades, quanto na experiência do indivíduo. A filosofia do autor sempre se guiou pela idéia do *Seinsverbunden-*

heit, isto é, pela idéia de que os fenômenos mentais estão relacionados com o ambiente, a situação e o campo em que se encontram, e não existem num céu abstrato.²⁶ Só uma filosofia que possa dar a devida consideração aos dois aspectos do problema — o sentido *subjetivo*, a emergência e o desenvolvimento da consciência na medida em que afeta o indivíduo, e o quadro *objetivo* que lhe dá conteúdo e finalidade — poderá ser considerada adequada. Expresso em termos de educação, o treinamento que se concentrar exclusivamente em problemas psicológicos subjetivos para procurar despertar e desenvolver a consciência individual, perderá contato com a vida autêntica. Tanto o professor como o discípulo devem manter os olhos bem abertos, para se darem conta do meio ambiente em que a consciência poderá emergir e alcançar seu domínio sobre o indivíduo e os outros.

Por conseguinte, faz parte essencial da educação social a refinação do sentimento da realidade, ou seja, o treinamento para que se compreendam as condições objetivas em que se produz a ação, as reações que se devem esperar, as tarefas resolvidas e as regras de cooperação estabelecidas.²⁷ Em geral, sentimo-nos responsáveis apenas perante certas pessoas, membros da nossa família, do nosso clã, da nossa comunidade. Ao crescerem os contatos, é possível que o sentimento de responsabilidade se estenda a todos os nossos concidadãos, ou talvez à humanidade em geral. Esta expansão do sentimento de responsabilidade não depende unicamente da história da vida pessoal do indivíduo, ainda quando esta proporcione terreno fértil para seu crescimento, mas também é fruto da expansão no mundo dos grupos sociais em que vivemos. Isto explica porque tantas pessoas sentem-se responsáveis apenas pelos seus concidadãos, podendo permanecer indiferentes à sorte dos que pertencem à uma raça ou nação diferente. Seu sentimento de responsabilidade nunca se desenvolveu além das fronteiras do país natal. Da mesma forma, algumas pessoas que se sentem vivamente responsáveis pela sua família, podem não sentir interesse ativo pelos problemas da comunidade. Seu sentimento de responsabilidade paralisou-se ao nível da família ou da tribo.

Tais exemplos indicam que a gama de responsabilidades a que se sente obrigado um indivíduo depende, em grande parte, da esfera de comunicações e de outras formas de contato e métodos de unificação de grupo que o atinjam de forma imediata. Uma pessoa que tenha contatos muito distantes, pode escolher cidadãos de outras nações, que estejam dispostos a atrair à órbita da sua simpatia e aceitar, desta maneira, responsabilidades que transcendem os limites da comunidade; mas a maioria raramente ultrapassará os confins da sua própria comunidade. Assim, a nossa consciência pessoal é, pelo menos em certa medida, um subproduto do processo histórico. Daí se deduz que não se pode conseguir o

aumento dêsse sentimento de responsabilidade unicamente na base da educação individual; trata-se, sobretudo, de uma tarefa que cabe à educação social. Por conseguinte, pode e deve ser tratada de forma estratégica. Se uma comunidade se encontra em fase de expansão ou de fusão, é mais provável que aumentem os limites da responsabilidade do indivíduo: quando os exércitos das Nações Unidas estavam combatendo juntos, podia surgir um sentimento de comunhão mais facilmente que num período em que não existisse essa comunidade de ação. Os preconceitos raciais e outras formas de preconceitos grupais se desvanecem mais facilmente quando as pessoas, que antes não haviam experimentado nenhum sentimento de responsabilidade mútua, começam a trabalhar em conjunto. Numa causa comum, as pessoas darão importância cada vez menor às diferenças raciais e outras, chegando por fim a esquecê-la completamente. Isto, naturalmente, não acontece se se permite que rivalizem entre si, pois a rivalidade reforça automaticamente a atitude de 'sentir-se contra'.

Nossa estratégia, destinada a ampliar o alcance do sentimento de responsabilidade, deverá basear-se não na proclamação de princípios abstratos, mas na coordenação dos mesmos com medidas visando a suscitar a cooperação entre os grupos. As idéias, neste sentido, não deverão ser aceitas meramente pelo seu valor aparente, mas deverão ser avaliadas em face da sua adequação para favorecer a vida coletiva, na direção da cooperação e da integração. As idéias destinadas a êste processo reforçam-no consideravelmente e o poder dessas idéias, por sua vez, fica multiplicado por cem.

No processo de educação em favor de uma comunidade mundial e da cooperação internacional, é necessário escolher com cuidado as situações estratégicas; todo enfoque destinado a operar sobre o indivíduo deverá iniciar-se num momento tal que forme parte da estrutura das transformações sociais e não fique limitado ao campo da educação pura e simples.

1. *As normas e seu conteúdo grupal*

Os diversos padrões de responsabilidade são determinados pela natureza e pela densidade dos processos de grupo de que se originam. Êste aspecto da nossa maneira de encarar o problema pode ser demonstrado mais claramente, graças a umas tantas observações obtidas pela nova disciplina da Sociologia do Direito, que por sua vez tem suas raízes na filosofia social de Proudhon. A tese principal é a de que a lei, longe de ser uma entidade social abstrata, surge na realidade do processo social, da vida dos grupos grandes e pequenos. Existem, portanto, tantas formas de controle (normas) quantas formas de vida social, ou, diríamos, de integração de grupos. Um dos mais distintos representantes contempo-

râneos desta tendência é Georges Gurvitch,²⁸ que apresentou ótima classificação das formas da sociabilidade, as quais, em nossa opinião, não só produzem diferentes tipos de leis, mas também tipos diversos de consciência. Na realidade, a qualidade dos laços sociais que unem os membros dos diversos grupos e a fusão correspondente de suas mentes determinam, segundo penso, não só o caráter das normas que se vão formando como também o tipo de consciência que corresponde às mesmas.

Gurvitch baseia sua definição dos três principais tipos de lei em três tipos correspondentes de sociabilidade que, por sua vez, se distinguem por seus graus de integração. Os três tipos de sociabilidade são os seguintes: a) massas; b) comunidade; c) comunhão. Isto nos permite construir uma escala que vai da mera interdependência à interpenetração das mentes. As *massas* se mantêm unidas graças a uma fusão muito superficial que pode ser comunicada a inúmeros indivíduos; mas a essa forma de sociabilidade falta coerência, pois os laços que unem os membros não são bastante fortes para impedir que o grupo se desfaça facilmente. A *comunhão*, como é sentida, por exemplo, nas seitas religiosas, baseia-se numa integração das mentes em seus níveis mais profundos, que afetam as esferas mais íntimas. Devido a esta intimidade, a comunhão deverá ficar limitada a pequenos grupos, pois o aumento quantitativo leva a crescente diferenciação, finalmente tão grande que os cismas se tornam inevitáveis. A *comunidade* é a forma de sociabilidade que conseguiu o melhor equilíbrio, pois repousa na interpenetração, com base na estabilidade. 'Nela, as pretensões e os deveres do conjunto, de um lado, e os dos membros, de outro lado, surgem mais ou menos equivalentes'.²⁹

Não é necessário que acompanhemos em todos os detalhes este modo de abordar o assunto; na exposição de Gurvitch aparece bem mais complicado e supersofisticado. Contudo, sua tese fundamental é certamente válida, e eu desejaria complementá-la mediante as seguintes observações: toda sociedade mais ou menos complexa abrange esses tipos de sociabilidade, mas o que importa é saber qual deles prevalece. Uma *sociedade totalitária de massas* está construída sobre os dois tipos extremos de fusão, e obtém seu ímpeto graças ao *núcleo* do partido, ou seja, um centro sectário que se estende em direção das massas. Embora os propagandistas das sociedades totalitárias falem muito da comunidade, não conseguiram elaborar o espírito comunitário, ou laços orgânicos de auto-regulamentação e de mútuo contrôlo, e se apóiam, ao contrário, na organização e nas leis impostas do alto, que têm toda a aparência de ordens. A *democracia* procura a estabilidade, fazendo com que a integração sectária e de massas se realize de forma periférica, e promovendo o tipo de integração comunitária.

Em vista do tamanho crescente da sociedade, é cada vez mais difícil, porém, manter este tipo específico de solidariedade. As verdadeiras unidades comunitárias deverão formar a base da futura integração. Todavia, esta deverá ser complementada pela organização funcional, que segue leis que não são as da vida da comunidade. Contudo, espera-se que uma combinação de integração funcional e comunitária possa ser alcançada, de tal forma que o espírito comunitário, ainda que se vá ampliando pouco a pouco, consiga sobreviver. Assim poderemos deixar de cair num estado de pura e simples organização de massas.

Há outro ponto importante neste problema. É evidente que a vida, a atuação e o sentimento, dentro do quadro destas formas de sociabilidade requerem uma preparação para as formas de comportamento correspondentes. A prática educativa dos nazistas concentrava-se no treinamento para o comportamento sectário e de massas. Os campos da juventude e as escolas de *Führer* para a elite procuravam fomentar o espírito de comunhão e as formas correspondentes de responsabilidade, enquanto o treinamento das massas procurava condicionar os jovens para um comportamento de massa, em que o sentimento de responsabilidade era substituído pela suscetibilidade aos *slogans* manipulados. Neste caso, o principal instrumento era a propaganda em larga escala, para influir nos grupos, conforme o estilo da psicologia das multidões. Como foi indicado mais acima, os nazistas pretendiam desenvolver o espírito comunitário, mas só permitiam que funcionasse nos campos de ação não essenciais. Sempre que se deviam tomar decisões de grande responsabilidade, quanto à marcha dos problemas importantes, as ordens vinham da cúpula e chegavam gradativamente aos subordinados, através da organização hierárquica.

Em nossas democracias, é desejável a preparação ou treinamento da conduta para todos os tipos de sociabilidade, pois a 'grande sociedade' não é homogênea, sendo imperativo que os indivíduos gozem de flexibilidade. Mas não se deve permitir que qualquer dos extremos descritos se transforme no grande paradigma da socialização, pois isto nos conduziria, inevitavelmente, ao totalitarismo. O comportamento comunitário deve continuar sendo o arquétipo da conduta democrática e, por conseguinte, devem prevalecer seu modo e sua lei de integração.

Finalmente (*last but not least*), o tipo de consciência correspondente à norma democrática há de ser o comunitário. Isto implica num tipo de personalidade que não seja excessivamente suscetível às pressões das massas, não esteja disposto a fundir-se por completo com as multidões e nem aspire ardentemente ao êxtase sectário ou ao fanatismo. Uma consciência alimentada por experiências sectárias esforça-se continuamente por sacrificar-se em silêncio, mas sua fidelidade limita-se aos poucos 'escolhidos', que

são os únicos com os quais se sente comprometida. Este tipo de pessoa dificilmente será capaz de contribuir para o processo democrático, que depende essencialmente da participação de todos os cidadãos nos direitos e nos deveres de uma comunidade em contínua expansão e não da exclusão de todos, salvo um pequeno grupo de eleitos. A consciência que se desenvolve no curso de autêntica vida em comum é mais equilibrada que a de tipo sectário. Contém um elemento de equanimidade que dá a cada membro da comunidade uma sensação de segurança e impede o regresso do indivíduo e do grupo aos estados mentais arcaicos — processo que ocorre facilmente em conexão com os 'arrebatamentos' sectários ou de massas.

A integração comunitária e o tipo correspondente de consciência se mantêm ainda vivos na Inglaterra porque, em grande parte, a continuidade do desenvolvimento permitiu que as pequenas comunidades levassem a efeito uma expansão gradual do seu espírito; a transição para a grande comunidade nacional nunca constituiu um traumatismo. Na evolução desse processo, algumas formas genuínas de consciência comunitária puderam ser preservadas, de modo que cada membro ainda se sente profundamente responsável para com os seus concidadãos e perante toda a sociedade.

2. O problema da consistência da responsabilidade

Ao investigar as condições objetivas da responsabilidade, precisamos tomar em consideração o que tem sido chamado a maior ou menor consistência da responsabilidade, em várias esferas da vida social.³⁰ Em nossa sociedade, por exemplo, a responsabilidade na vida comercial e administrativa é muito mais concreta do que na política. O mundo dos negócios insiste na estrita definição das obrigações, que na maior parte dos casos são aplicadas e impostas com energia, não só mediante as sanções da lei, mas por meio do controle mútuo; ao passo que na esfera da política, são tolerados e até mesmo admitidos vários graus de inconstância, inconsistência ou não cumprimento das promessas. Isto explica claramente, uma vez mais, que a responsabilidade não é apenas fenómeno subjetivo; é reforçada e mantida pela estrutura da sociedade, especialmente pela da esfera em que a gente vive. O mesmo indivíduo, por exemplo, que é extremamente consciencioso nos seus negócios comerciais e nos seus assuntos familiares, pode mostrar-se completamente irresponsável em suas aventuras amorosas, o que também demonstra que a conduta não é totalmente determinada pelo caráter, como pretendem alguns filósofos. Certas áreas do comportamento podem não estar integradas no caráter de uma pessoa ou podem haver-se afastado dela no curso do seu desenvolvimento. Em tais casos, talvez possa o indivíduo ser in-

fluenciado mais diretamente por uma parte da realidade social onde os padrões de conduta ainda não se hajam cristalizado completamente. Aqui, o sentido de responsabilidade deverá ser reforçado simultaneamente em ambos os extremos. Nestas áreas de 'Gata Borralheira' [isto é, indeterminadas] das relações sociais, será necessário criar novo clima de opinião que não esteja relacionado com a moralidade convencional e que, ao mesmo tempo, possa apelar à consciência do indivíduo, mostrando-lhe a imoralidade da responsabilidade limitada.

A política, o mundo do amor ilícito e as relações pessoais com pessoas estranhas ao grupo, são as três zonas que em nossas chamadas sociedades civilizadas permaneceram em estado primitivo. Nessas zonas, a consistência da responsabilidade encontra-se em nível baixo. Em grande parte, o comportamento com o inimigo durante a guerra mantém-se numa categoria semelhante. A moralidade no campo das relações internacionais ainda está na fase embrionária, mas pode ser útil lembrar que os remédios que fomos elaborando, pouco a pouco, para transformar as três zonas de ilegalidade anteriormente mencionadas poderão, até certo ponto, ser aplicados também a esta esfera.

IV. O COLAPSO DAS VELHAS INSTITUIÇÕES

A preparação para a responsabilidade não é só uma atividade subjetiva, mas também depende do controle de instituições objetivas. Demonstraremos a verdade dessa afirmação sociológica mediante a análise de algumas velhas instituições que, no passado, atuaram como agentes educadores para estimular a responsabilidade, mas cuja influência decrescente ou cujo colapso explicam em grande parte a diminuição do sentimento de responsabilidade entre as massas.

1. O enfraquecimento do papel da propriedade

Em nosso sistema capitalista em evolução, a instituição da propriedade vai perdendo cada vez mais o papel educativo que possuía quando estava baseada essencialmente na propriedade do pequeno agricultor, artesão ou comerciante. A função da propriedade como fator educativo a estimular a responsabilidade pode ser exemplificada pelo camponês.³¹ Neste caso, a idéia de que *isto é meu* determina toda a organização da vida do camponês. Estimula-o a trabalhar, convida-o a ser providente e calculador, e o impele a assumir riscos. O afeto pessoal do camponês pela sua propriedade tem sido frequentemente citado, como o fato de que, para ele, os bens móveis constituem um laço menos pessoal e mais abstrato. Mas a dedicação que o pequeno fabricante sente pelo seu estabele-

cimento, o amor do lojista pelo seu negócio, também funcionam como educadores sociais, criando nêles o sentimento de responsabilidade de que o indivíduo necessita para enfrentar as exigências do seu trabalho.

Durante o apogeu da era do pequeno proprietário, a educação no lar e na escola fazia todo o possível para incentivar o sentimento de propriedade, bem como a clara consciência das obrigações inerentes à propriedade.³² As crianças recebiam dinheiro para gastos miúdos, a fim de aprenderem a ser responsáveis, e também ganhavam animais favoritos para que despertasse nêles o sentimento de carinho com um animal 'de sua propriedade'. Tais recursos contribuíam para formar mentalidade e virtudes peculiares, que mais tarde se desenvolviam na vida cotidiana dos negócios. Atualmente, porém, já não podemos contar, na mesma escala, com essa influência na educação social, principalmente porque a maioria das pessoas tem que se conformar em ganhar a vida como empregados das grandes empresas, em consequência da diminuição das oportunidades para os pequenos negociantes. Este tipo especial de responsabilidade está desaparecendo, simultaneamente com a pequena propriedade. A menos que possamos descobrir logo novos métodos próprios para inculcar algum sentimento de responsabilidade, que esteja em consonância com as novas esferas de ação, nossa sociedade estará ameaçada pelo perigo de degenerar em multidão inquieta, que aceita as coisas como surgem, sem qualquer alvo ou propósito na vida. Na verdade, os que apenas podem imaginar o mundo dentro de um quadro que lhes tenha sido familiar desde a infância, podem achar que o nosso mundo esteja condenado a desaparecer. Só uma visão sociológica mais ampla nos ajudará a compreender que a responsabilidade social pode expressar-se em outras formas e pode ser criada por meio de novos processos.

Uma das grandes alternativas à responsabilidade típica do homem de negócios e do pequeno fazendeiro, surgiu dentro do quadro funcional do *Civil Service* (funcionalismo público) britânico. Nesse ambiente, o orgulho pela profissão e pelo cargo ocupado³³ tornou-se a base de novo tipo de responsabilidade. O *Civil Service* demonstrou ser possível encontrar um tipo de responsabilidade não instituído pela propriedade privada, e muito tem a nos ensinar a esse respeito. É claro que não deveremos copiar servilmente seus métodos, senão adaptá-los às novas condições: a identificação com a ocupação e o *status* pode ser uma fonte de responsabilidade tão boa quanto a ânsia de lucro e deveria ser combinada com o treinamento para a aventura, suplementando o ensino puramente escolar com o trabalho de campo.

Outro tipo de responsabilidade — o do artesão — está intimamente aparentado ao criado pela propriedade. O orgulho que

o artesão sente pelo seu trabalho gera um sentimento especial de responsabilidade, que se mantém vivo graças à permanente consciência de que cada obra produzida é resultado de um esforço pessoal. Uma vez que o artesanato tem um campo de atividade cada vez menor, por causa da mecanização do trabalho, este tipo de responsabilidade está também desaparecendo; e uma vez mais nos defrontamos com o perigo de que, a menos que possamos encontrar substitutos para o mesmo, adaptados às novas condições de trabalho, diminuirá ainda mais o sentimento geral de responsabilidade.

2. *Treinamento familiar para a responsabilidade*

Muitíssimas formas de responsabilidade têm-se desenvolvido no centro de treinamento que é a *unidade familiar*. Da mesma forma que existem sentimentos familiares específicos,³⁴ há também formas específicas de responsabilidade cuja natureza e cuja própria existência estão ligadas à família. Muito nos afastaríamos do nosso tema se nos ocupássemos do seu destino sob as presentes condições de transformação; bastará assinalar uma ou duas, que vão mudando à medida que se altera a estrutura da família.

As grandes mudanças que afetam a família em seu conjunto, e as relações dentro da família, não são tanto sintomas da decadência dessa instituição consagrada pelo tempo, como indicações de uma transformação na estrutura da família, um deslocamento do velho padrão da família rural por novo padrão urbano-familiar.³⁵ As mudanças, em nossa sociedade, são, em muitos aspectos, semelhantes às que se produziram na estrutura da família na Rússia. A mais fundamental foi devida, naturalmente, a uma invenção técnica: o controle da natalidade, o qual não só altera o equilíbrio da população e produz uma diminuição gradual em seu tamanho, que por sua vez afeta a economia e todas as outras esferas da vida social,³⁶ como também transforma as relações fundamentais entre homem e mulher, e seu sentimento de responsabilidade. 'O controle da natalidade afrouxou a relação absoluta entre sexo e procriação, e destruiu, portanto, um dos obstáculos naturais à continuidade das relações sexuais'.³⁷ As obrigações morais autênticas não podem ser explicadas em termos de mera conveniência e devem ser estabilizadas pelo reforço dos obstáculos naturais e sociais. Se estas sanções restritivas mudarem ou se debilitarem, é provável que também mudará a definição moral da situação.

A Rússia e a Suécia, dois países que em muitos aspectos parecem refletir mais claramente a nova abordagem desses problemas, possuem um traço em comum: não permitem que desapareça a instituição da família. Mas a sociedade está criando duas formas de vida e, portanto, dois códigos de moralidade para as mulheres.

Se elas se casam e passam a ser donas de casa no sentido tradicional, o Estado faz todo o possível para melhorar as condições de vida familiar, e para incentivar o desejo de ter filhos. Mas se as mulheres não se casam, a respeitabilidade da sua posição e a dos seus filhos fica assegurada por todos os meios possíveis em ambos os países.³⁸ Desta forma, o Estado reforça a instituição da família sempre que fôr possível; ao mesmo tempo, não só tolera, mas também ajuda as mulheres que estão dispostas a criar vários filhos, ainda que gerados por pais diferentes. Plenamente consciente do valor dessas crianças para a comunidade, o Estado aceita a responsabilidade da sua criação, e está disposto a pagar os subsídios necessários para a sua educação, sem pedir nada aos pais. Esta mudança de política, naturalmente, irá incentivar a irresponsabilidade, pelo menos em suas primeiras etapas. O homem tem sido sempre a parte menos responsável nas relações sexuais, e à medida que se suprimirem suas atuais responsabilidades, parece que ficará aberta a porta para a completa irresponsabilidade. Isto, naturalmente, acontecerá se deixarmos de ligar as novas formas de liberdade a um tipo mais elevado de responsabilidade, que se concretizaria na concordância da sociedade em proporcionar a *tôdas* as crianças generosa assistência social, em vez de conceder essa ajuda aos filhos de alguns indivíduos, em forma individual.

O mesmo enfraquecimento do sentimento de responsabilidade pode ser observado à medida que a educação, em seu sentido mais amplo, é transferida da família para as escolas maternas, para os jardins de infância, para as escolas primárias, secundárias etc. Ali, o cuidado pelo bem-estar e o desenvolvimento mental da criança fica confiado, em grande parte, a pessoas que não pertencem à família. Nessa esfera também aumentará a irresponsabilidade, na ausência de obrigação por parte dos pais, a menos que se possa exigir deles maior colaboração. O remédio, neste caso, será o estabelecimento de novas formas de cooperação entre pais e mestres, na abertura de mais e melhores escolas para crianças de tenra idade e centros comunitários. No curso desses melhoramentos, procurar-se-á desenvolver o sentimento de responsabilidade dos pais. O problema será colocado na base comunitária, em vez de ter aspecto puramente pessoal. Os pais hão de amar os filhos e aceitarão a responsabilidade que estes implicam, ao sentirem responsáveis por *tôdas* as crianças da comunidade. Vemos em funcionamento este novo e mais amplo sentido de responsabilidade quando os pais modernos procuram, por exemplo, descobrir a melhor forma de tratar os filhos mediante a leitura de livros, ou assistindo a certos tipos de cursos para educação de adultos, ou quando consagram muito tempo ao estudo dos métodos educativos, a fim de seleccionar as melhores escolas para os filhos.

Além da procriação, uma das principais *raisons d'être* da família no passado, era de proporcionar refúgio e garantia para seus membros. Hoje, está-se debilitando essa função protetora da família, devido à propagação dos serviços sociais e às contribuições para uma previdência social praticamente garantida, em forma de seguros de vida, seguros contra as enfermidades, aposentadorias etc. Pode-se admitir que talvez desapareça a preparação para a responsabilidade na vida particular, se o indivíduo já não precisar preocupar-se com os pais, com os parentes e com o seu próprio futuro. Mas talvez se possam encontrar outras saídas para o desempenho de novo tipo de responsabilidade, de caráter mais público. O cuidado com os velhos, por exemplo, que antigamente era uma responsabilidade privada dos membros da família, pode agora tomar a forma de colônias para pessoas de idade, como já se dá na Dinamarca.³⁹ Novo campo de atividade responsável será o de fazer com que essas comunidades de pessoas idosas sejam tão confortáveis e humanas quanto possível. A administração pública tomará, provavelmente, a seu cargo, pouco a pouco, as instituições particulares que tratam dos anciãos, dos enfermos, dos trabalhadores desempregados.

O afrouxamento dos laços familiares, quando não é substituído por algum outro, torna-se o início de um processo de desarraigamento, que se estende às relações de vizinhança e às comunitárias. Isto implica na perda do sentimento de que o indivíduo faz parte de um conjunto, o que por sua vez enfraquece certas formas específicas do sentimento de responsabilidade. Uma vez que este se baseia, antes de tudo, num sentimento de solidariedade, quanto mais diminua este último dentro dos diversos grupos, mais fracas serão as bases emocionais das formas de responsabilidade correspondentes. Também não duvidamos que a falta geral de estabilidade no homem moderno se iniciou nesse terreno, ou de que a mobilidade social, tanto vertical quanto horizontal, debilitou os traços de vizinhança e comunitários. De qualquer maneira, se conseguirmos substituir a velha forma da responsabilidade por formas novas, a versatilidade mental poderá tomar o lugar do caos mental e moral em que vivemos agora.

3. *Desaparecimento do homem com meios de vida independentes*

Passando do lar para a vida pública, em nossa tentativa de avaliar as fontes institucionais do sentimento de responsabilidade, observamos que uma das mudanças mais espetaculares resulta do desaparecimento gradual do homem economicamente independente. Antigamente, era este o homem que podia jactar-se de resistir a qualquer tentativa de domínio ou imposição de opiniões, o homem que podia permitir-se a delimitar uma responsa-

bilidade que lhe era própria. Podia demitir-se de um cargo se achava que a instituição pública a que servia era ineficiente, ou deixara de atender a finalidade para que fôra criada. Podia propagar idéias novas e empreender novas experiências, uma vez que era bastante independente para apoiá-las de forma continuada, mesmo quando já não dispunha das fontes oficiais de poder e de rendimentos. Quanto mais progride a centralização da sociedade, e quanto mais o acúmulo de riquezas em poucas mãos dificulta esta espécie de independência financeira, menos oportunidades restam para desenvolver êste sentimento de espírito público e responsabilidade cívica, que distingue a aristocracia nas sociedades menos centralizadas e estratificadas. Os gregos e os romanos consideravam êsse problema com grande seriedade, salientando claramente que só um homem livre, um homem da classe privilegiada, por exemplo, podia ter a liberdade mental suficiente para assumir as responsabilidades públicas e atuar na política. A menos que possamos encontrar alguma nova forma de garantir a independência, não baseada necessariamente na posse de propriedade ou de rendimentos privados, a sociedade esmagará precisamente os rebeldes de cuja resistência aos interesses criados depende o progresso.

O mesmo trabalho de solapamento das condições prévias para o desenvolvimento da responsabilidade pode ser encontrado na política, em que os partidos de massas, com suas organizações de massas, impedem o desenvolvimento de uma política arraigada na independência da consciência pessoal. Quando se delineia de antemão um programa, desaparece a fonte de decisões independentes em política.

Tais exemplos mostram que a análise das condições objetivas que estimulam a responsabilidade é tão importante como o estudo psicológico da sua formação subjetiva. Se uma sociedade não pode substituir as instituições decadentes que alimentam o sentimento de responsabilidade, não pode manter viva a responsabilidade mediante simples discursos e sermões. A formação do comportamento democrático e da personalidade também democrática depende do tipo de instituições que a sociedade pode proporcionar a fim de garantir o desenvolvimento da responsabilidade e do controle social eficiente.

NOTAS

CAPÍTULO 8

O PADRÃO DO COMPORTAMENTO DEMOCRÁTICO

1. Isto, naturalmente, não significa que iremos repetir nosso exame das condições sociais e psicológicas para a emergência e o desenvolvimento do comportamento baseado nessas idéias.
2. Lasswell fala de 'deferência' em sua *Analysis of Political Behaviour* (Nova Iorque, 1948).
3. Anderson, H. H., 'Domination and Social Integration in the Behaviour of Kindergarten Children and Teachers', *Genetic Psychology Monographs*, 21 (1939), pp. 287-385.
4. Piaget, J., *The Moral Judgement of the Child*, trad. M. Gabain, (Londres, 1932).
5. Read, Herbert, *Education through Art* (Londres, 1947).
6. Harding, D. W., 'The Custom of War and the Notion of Peace', *Scrutiny* (1940), vol. IX, n.º 3.
Idem, *The Impulse to Dominate* (Londres, 1941).
7. Ver também o artigo de Harding, loc. cit., pp. 207-8.
8. Cf. Parsons, Elsie C., *Fear and Conventionality* (Nova Iorque, 1914). Podemos citar as elaboradas cerimônias chinesas, sob o domínio dos mandarins; ou o papel da etiqueta entre os cortesãos, durante o *ancien régime* na França do século XVIII.
9. Cf. o artigo de Harding, loc. cit.
Morley, John, *On Compromise* (Londres, 1891, 1923).
10. O confronto entre 'fanatismo' e 'entusiasmo' remonta a Lord Shaftesbury. Cf. Weiser, C. F., *Shaftesbury und das deutsche Geistesleben* (Leipzig, Berlim, 1916), pp. 130 e seg., 270.
Para uma moderna descrição da atitude fanática, ver Karl Jaspers, *Psychologie der Weltanschauungen* (3.ª ed., Berlim, 1925), pp. 137-8.
11. Cf. Wilson, Logan, *The Academic Man* (Nova Iorque, 1942).
Znaniecki, Florian, *The Social Role of the Man of Knowledge* (Nova Iorque, 1940).
12. '... e um dos grandes méritos do credo liberal foi o de haver reduzido o número dos assuntos que necessitam do acôrdo geral a um só, o qual se presume existir numa sociedade de homens livres', Hayek, *Road to Serfdom* (Londres, 1944), p. 52.

13. Ver nota 10, da p. anterior.

14. A êste respeito, projeta-se nova luz sôbre a filosofia de Platão e dos seus discípulos, que tendem a conceber os essenciais — as 'idéias' — como entidades imutáveis. Esta tendência corresponde a um tipo de experiência humana cujo padrão se origina de um mundo estático ou que, pelo menos, deseja estabilizar o fluxo dos acontecimentos, mesmo se esta estabilização tenha que ser artificial. Por outro lado, qualquer filosofia que desejar compreender um mundo em expansão, deverá enfatizar a experiência dos elementos dinâmicos, em contraposição aos esforços de estabilização.

15. Na realidade, a conexão entre castigo e livre arbítrio é de origem comparativamente recente. Nas épocas primitivas, encontramos a crença de que o malfetor era motivado pelo demônio ou por um mau espírito e, portanto, devia ser castigado. Cf. Thorndike, E. L., **Human Nature and the Social Order** (Nova Iorque, 1940), p. 950; ver também Sutherland, E. H., *op. cit.*, p. 335.

Mannheim, H., **Criminal Justice and Social Reconstruction** (Londres, 1946).

Reiwald, P., **Eroberung des Friedens** (Zurique, 1944).

Rusche, G., e Kirchheimer, Otto, **Punishment and Social Structure** (Nova Iorque, 1939).

16. Friedlaender, K., *op. cit.*, p. 365.

Young, Kimball, **Personality and the Problem of Adjustment** (Nova Iorque, 1944), p. 354.

17. Em estágios posteriores as respostas a êsses estímulos podem tornar-se menos conscientes, e, portanto, mais seletivas, de modo que nem todos os castigos ou recompensas provocarão a resposta desejada. Ver Miller, N. E., e Dollard, J., **Social Learning and Imitation** (Londres, 1945).

18. Murray, Henry A., e outros, **Explorations in Personality** (Nova Iorque, 1938), p. 190.

19. Mumford, Lewis, **The Condition of Man** (Nova Iorque, 1945), esp. glossário.

20. '... Isto sugere que o problema da educação, ao lidar com a emoção, é menos de supressão e de regulamentação rígida do que de organizar condições para minimizar as reações violentas e proporcionar oportunidades para o fluxo razoável das energias vitais'. Prescott, D. A., **Emotion and the Educative Process**, American Council of Education (Washington, D.C. 1938), p. 59.

21. Rousseau, Jean-Jacques, **Émile** (Flammarion ed., Paris), vol. I, pp. 80-81. Citado por K. D. Benne, **A Conception of Authority** (Nova Iorque, 1943), pp. 117 e seg.

22. Fromm, Erich, **Escape from Freedom** (Nova Iorque, 1941).

23. Cf. as idéias de F. Moreno sôbre a espontaneidade, em seu livro **Who Shall Survive?** (Washington, D.C., 1934).

24. Uma nota no manuscrito revela que o autor pretendia estudar mais a fundo a educação progressiva. Menciona as sete seguintes idéias principais:

1. Organizar o currículo em torno de núcleos ou propósitos funcionais, mais do que em termos de assuntos tradicionais.
2. Organizar grandes projetos ou unidades coerentes de trabalho, cada um dos quais exigindo planejamento. Tais projetos se preocupariam com a organização de campo, a leitura, o trabalho manual e a atividade cooperativa, para dar objetivo às diferentes habilidades dos alunos, socialmente significativas e naturalmente integradoras.
3. Substituir a satisfação da vitória sobre os outros pela satisfação do melhoramento da própria pessoa; estabelecer 'objetivos atingíveis'.
4. Reconhecer e utilizar as diferenças individuais mais realisticamente do que tem sido feito pelas escolas convencionais.
5. Encorajar a atividade criadora auto-expressiva.
6. Tornar a escola genuinamente agradável.
7. Organizar cronologicamente as várias atividades e assuntos de acordo com o desenvolvimento normal dos interesses da idade; oferecer os elementos necessários, à medida que a criança se vai interessando por determinados assuntos. (Nota dos compiladores).

Cf. MacLean, M. S., 'Future Pattern of Education'. *The Educational Scene* (maio, 1937), p. 178, citado por J. H. Folsom, *Youth, Family and Education* (Washington, D.C., 1944).

25. Green, T. H., *Collected Works* (Londres, 1885-8), vol. II, *The Principles of Political Obligation*.

26. Cf. Mannheim, Karl, *Man and Society* (Nova Iorque, 1940), pp. 295 e segs., 299 e segs.; ver também *Ideology and Utopia* (Nova Iorque, Londres, 1936).

27. Cf. MacIver, R. M., *Society, a Textbook of Sociology* (Nova Iorque, 1937).

Cooley, C. H., *Social Process* (Nova Iorque, 1918).

28. Gurvitch, Georges, *Sociology of Law* (Nova Iorque, 1942), p. 211. (Edição inglesa, p. 166).

29. *Ibid.*, p. 215. (Ed. inglesa, p. 169).

30. Young, Kimball, *Personality and Problems of Adjustment* (Nova Iorque, 1944).

31. Cf. Honigsheim, Paul, 'The Roots of the Nazi Concept of the Ideal German Peasant', *Rural Sociology* (março, 1947), vol. 12, n.º 1.

L'Houet, A., *Psychologie des Bauerntums* (3.ª ed., Tuebingen, 1935).
Martini, Fritz, *Das Bauerntum im deutschen Schrifttum von den Anfaengen bis zum 16 Jahrhundert* (Halle, 1944).

Sorokin, P. A., e Zimmerman, C. C., *A Systematic Source Book in Rural Sociology* (Minneapolis, 1930-32).

Thomas, W. I., e Znaniecki, F., *The Polish Peasant in Europe and America* (Chicago, 1918-20).

Weber, Max, 'Capitalism and Rural Society in Germany', *Essays in Sociology* (Nova Iorque, 1946), pp. 363-85.

32. Dá-nos Margaret Mead interessante exemplo de sentido de propriedade 'pouco desenvolvido' entre as crianças da tribo manu, em sua obra *Growing Up in New Guinea* (Londres, 1931), pp. 93 e seg.

33. A respeito de orgulho e status, ver Logan, Wilson, *Academic Man*, esp. partes II e III.
Hughes, E. C., 'Institutional Office and the Office', loc. cit.
Merton, R. K., 'Social Structure and Anomie', *American Sociological Review* (1938), vol. III.
Veblen, T., *The Higher Learning in America* (Nova Iorque, 1918).
34. Blain, L., *Les Sentiments familiaux* (Paris, 1927).
Folsom, K., *The Family and Democratic Society* (Nova Iorque, 1943).
Paulhan, F., *Les Transformations sociales des sentiments*, (Paris, 1920).
35. Para uma completa discussão dessas mudanças, ver Myrdal, Alva, *Nation and Family* (Nova Iorque, 1941).
Cf. também 'The American Family in World War II', *The Annals* (Amer. Acad. Pol. Soc. Science) (setembro, 1943), vol. 229.
Kolb, William, 'Sociologically Established Family Norms and Democratic Values', *Social Forces* (maio, 1948), vol. 26, n.º 4, pp. 451-6.
36. Calhoun, Arthur W., *A History of the American Family from Colonial Times to the Present* (Nova Iorque, 1945).
37. Myrdal, Alva, op. cit., p. 506.
38. Cf. 'Social Problems and Policies in Sweden', *The Annals* (maio, 1938), vol. 197, esp. pp. 200-232.
Winter, Ella, *Red Virtue* (Nova Iorque, 1933).
39. Ver nota 10, cap. 7.

33. A respeito de orgulho e status, ver Logan, Wilson, *Academic Man*, esp. partes II e III.
Hughes, E. C., 'Institutional Office and the Office', *loc. cit.*
Merton, R. K., 'Social Structure and Anomie', *American Sociological Review* (1938), vol. III.
Veblen, T., *The Higher Learning in America* (Nova Iorque, 1918).
34. Blain, L., *Les Sentiments familiaux* (Paris, 1927).
Folsom, K., *The Family and Democratic Society* (Nova Iorque, 1943).
Paulhan, F., *Les Transformations sociales des sentiments*, (Paris, 1920).
35. Para uma completa discussão dessas mudanças, ver Myrdal, Alva, *Nation and Family* (Nova Iorque, 1941).
Cf. também 'The American Family in World War II', *The Annals* (Amer. Acad. Pol. Soc. Science) (setembro, 1943), vol. 229.
Kolb, William, 'Sociologically Established Family Norms and Democratic Values', *Social Forces* (maio, 1948), vol. 26, n.º 4, pp. 451-6.
36. Calhoun, Arthur W., *A History of the American Family from Colonial Times to the Present* (Nova Iorque, 1945).
37. Myrdal, Alva, *op. cit.*, p. 506.
38. Cf. 'Social Problems and Policies in Sweden', *The Annals* (maio, 1938), vol. 197, esp. pp. 200-232.
Winter, Ella, *Red Virtue* (Nova Iorque, 1933).
39. Ver nota 10, cap. 7.

O PADRÃO DA PERSONALIDADE DEMOCRÁTICA

I. PADRÕES HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DO CARÁTER

DEPOIS do exame do comportamento democrático, culminando com o estudo da responsabilidade democrática e das condições que favorecem seu desenvolvimento, passemos agora a observar o ideal da personalidade democrática e as condições que permitem a sua emergência.

Os estudos modernos de psicologia, antropologia e sociologia¹ demonstram, com evidência cada vez maior, que certos aspectos do comportamento estão condicionados por campos de atividade, métodos de participação na vida social e noções predominantes de comportamento correto na sociedade. Além disso, o padrão da personalidade bem integrada corresponde às forças condicionadoras da referida sociedade e à personalidade ideal à qual o indivíduo procura conformar-se. As condições do ambiente — materiais e ideais — determinam as aspirações e os motivos dos indivíduos, isto é, suas reações pessoais, e influenciam os princípios orientadores do seu comportamento. Ao mesmo tempo, como já vimos, dão forma ao tipo de consciência evolutiva, da mesma maneira que, em última análise, afetam o desenvolvimento da personalidade. A seguir, precisamos compreender que as normas do desenvolvimento da personalidade, devido ao seu caráter socialmente condicionado, variam conforme os diferentes períodos históricos. Os padrões da personalidade que dominavam na sociedade feudal, por exemplo, diferem dos do Renascimento; e os tipos sociais que prevalecem na sociedade inglesa atual diferem dos que foram moldados pelo sistema soviético ou pelo sistema nazista na Alemanha.

Um dos primeiros observadores dessa moldagem social dos tipos de personalidade foi Max Weber. Sua análise do puritanismo,² como um dos grandes fatores que moldaram a primitiva

mentalidade capitalista, continua sendo o melhor exemplo de estudo histórico sobre a formação da personalidade do homem moderno.³

Enriquecidos pelo conhecimento respigado nesses estudos históricos, já não supomos que os padrões de caráter predominantes em nossa própria sociedade sejam a única expressão das potencialidades humanas. Os estudiosos, cuja visão se torna mais clara graças aos seus conhecimentos de história e sociologia, percebem que os padrões da integração do caráter estão sujeitos a um processo contínuo de reforma, influenciado por várias orientações evolutivas e pelas tendências competitivas numa sociedade diferenciada. Não podemos criar tipos de personalidade de acordo com os nossos caprichos, mas mediante a avaliação correta das diferentes tendências predominantes poderemos reforçar alguns traços e enfraquecer outros; poderemos até apoiar toda oportunidade favorável à evolução do tipo preferido — em nosso caso, o padrão da personalidade democrática.

Não é este o lugar adequado para discutir como a sociedade, além de formar certas características da nossa personalidade, consegue influenciar a variedade de padrões a partir dos quais surge na personalidade humana certa unidade e consistência. Mais adiante poderemos demonstrar que o ego se desenvolve pelas formas de interação e por meio dos papéis que desempenha numa determinada ordem social. Influenciando a natureza desses tipos de interação, dando nova forma aos papéis sociais que o indivíduo tem que desempenhar, poderemos transformar as pessoas em grau considerável. Esta educação dos indivíduos mediante a atribuição de papéis não é novidade, pois a história sempre se processou por sistemas semelhantes. A única novidade consiste em que agora estamos conscientes da existência de tais processos, e assim podemos controlá-los com maior lucidez.

Um simples exemplo demonstrará essencialmente o que temos em mente. Se um sistema social se baseia em grande parte no nepotismo ou compadrismo, que torne conveniente algum tipo de subserviência para conseguir favores, é muito provável que se encontre nesse sistema grande número de aduladores, ou 'homens que sempre dizem sim' (*yes-men*).⁴ Aquêles que se rebelarem não se enquadrarão no sistema e serão considerados inadaptados; e os que se submeterem esquecerão gradualmente como caminhar com os próprios pés. Isto não se aplica só a padrões de comportamento isolado, mas também aos padrões que estão surgindo como característicos. De um lado, veremos o protetor benevolente, com todas as suas atitudes cuidadosamente coordenadas, baseadas tanto no encanto pessoal quanto na pressão sub-reptícia ou declarada; de outro lado, o funcionário ou cidadão humilde mas ressentido, que aguarda, impacientemente, o momento em que

tratará os seus subordinados ou concidadãos da mesma maneira como foi tratado.

Os traços isolados são, em grande parte, o resultado dos padrões de interação prevalentes em determinado sistema social; as máscaras com que se disfarçam os caracteres são o resultado dos papéis desempenhados no contexto de situações padronizadas.⁵ Por isso, tais padrões e os papéis que os acompanham são as chaves para a compreensão da educação social. Nossa tarefa consistirá, portanto, em definir o ideal da personalidade democrática como alvo educacional da nossa sociedade.

II. O IDEAL DA PERSONALIDADE E DO COMPORTAMENTO DEMOCRATICOS

O comportamento, como temos observado anteriormente, tem origem num tipo específico de personalidade. Caracteriza-se o comportamento democrático por uma mentalidade aberta, e pela disposição em cooperar, que não só ajuda o indivíduo a enfrentar a oposição, como também o habilita a esperar um enriquecimento substancial da sua própria personalidade, mediante a absorção ou assimilação das diferenças que surgem durante o processo.⁶ Desta forma, o comportamento democrático, integrado ou básico, significa que o indivíduo fica exposto às mudanças e às críticas. Mas, como já vimos, unicamente o tipo de pessoa que se sente segura e não teme a perda da sua posição social ou da sua individualidade, é capaz de manter êsse comportamento.

Torna-se aqui bem visível o forte laço existente entre o comportamento e o tipo de personalidade. Em nosso primeiro exame, o comportamento integrador parecia haver sido conseguido graças a influências externas, à formação de hábitos ou mediante a cópia de modelos apropriados. Contudo, quanto mais a fundo examinamos a questão, mais evidente se torna que o comportamento integrador não é simplesmente periférico, mas está profundamente arraigado num tipo definido de estrutura da personalidade.

Esta última afirmação parece que nos faz retroceder à psicologia das variações individuais, sugerindo que a integração democrática não é problema sociológico ou de psicologia social, sendo antes pertencente à psicologia individual. Isto implicaria que a personalidade democrática é uma questão de sorte, ou algo alcançado individualmente, e não uma forma de vida que possa ser criada e conseguida de forma geral. Seria uma conclusão errada. Embora o comportamento integrado se estruture na personalidade, os padrões da integração da personalidade só podem ser socialmente induzidos e são, em grande parte, produto do ambiente cultural. É da sociedade que obtemos, inclusive, as estruturas da integração da personalidade. Ainda que se devam considerar os

desvios individuais, os tipos de personalidade que predominam em qualquer sociedade são também produto da referida sociedade. Se fôr verdadeira esta afirmação, poderemos dizer que uma sociedade é democrática só na medida em que seus membros, consciente ou inconscientemente, são motivados pelo ideal da personalidade democrática e procuram ajustar-se a êsse ideal.¹

O princípio subjacente, de que existe correlação entre a organização social e a estrutura da personalidade, também se aplica, naturalmente, *mutatis mutandis*, à inter-relação entre sociedade e personalidade autoritárias. Conforme já temos indicado rapidamente, a sociedade autoritária não pode deixar de produzir tipos de caráter dominador. A própria existência de uma ordem autoritária baseia-se no controle socialmente garantido e absoluto de um indivíduo que manda e da sua camarilha; qualquer outra autoridade deriva deles. Desta forma, pela sua própria estrutura, esta sociedade produz a personalidade obsedada pelo seu *status*, que tira toda sua força e confiança dêsse *status* preestabelecido e não da aprovação contínua da sua autoridade pelos seus concidadãos.⁷ A incapacidade de suportar as críticas ou o esforço de um autêntico debate é um traço característico dessa personalidade com o *status*, pois mais cedo ou mais tarde a sua alegada superioridade será posta em dúvida pela crítica ou pelos debates. Para pessoas deste tipo, o debate não é mais que uma forma de propaganda e de dominação indireta, e a propaganda não é mais que um método para quebrar a vontade de uma pessoa mediante a coerção psicológica.

Tolhido por essa necessidade de manter um *status* artificialmente elevado, o homem obsedado pela posição social não pode levar a efeito a função de integrar os grupos por dentro, e também não pode, em sua política exterior, fazer outra coisa senão esforçar-se em sujeitar ao seu domínio territórios cada vez maiores. Pode dominar certas técnicas materiais, mas não poderá aprender a arte de produzir padrões criativos — não dominadores — de integração social, simplesmente porque sua imaginação está limitada a conceitos de supressão e exploração.⁸

1. O papel do status na sociedade democrática

Seria errôneo, porém, supor que não existem em nossas sociedades democráticas nenhuns desses tipos e caracteres autoritários e obsedados pelo *status* social.⁹ Não podemos pretender que as nossas sociedades estejam perfeitamente embebidas de espírito democrático. Tal como existem na atualidade, são democráticas só em parte e ainda contêm restos da ordem feudal, ou seja, de uma elaboração mais antiga da atitude dominadora. Contudo, isto não invalida o fato de que graças à forma de vida democrática pudemos, pela primeira vez, nos afastar da hierarquia da nobreza

e da propriedade. Atualmente, e em muitos níveis diferentes, as pessoas podem entrar em contato dentro da maior igualdade. No ambiente democrático, a pessoa que antigamente encontrava segurança na sua posição social hereditária, deverá emancipar-se e abandonar essa muleta de apoio.

Como se sabe, o assalto ao *status*, lançado pelo conceito de igualdade, costumava limitar-se ao terreno político. A reivindicação de igualdade de direitos políticos para todos, numa democracia, não altera as grandes desigualdades na esfera econômica, que subsistem em todo sistema capitalista adiantado. Ainda que se admita esta situação, seria muito errado negar que o novo tipo de hierarquia, baseado na propriedade, nos rendimentos e outros motivos que estabelecem diferenças de prestígio, é menos rígido que o que predominava na sociedade feudal. O *status* baseado na propriedade móvel é menos estático e permite maior mobilidade social; os limites entre os diversos níveis de rendimento são mais fluidos; e como a ascensão e o descenso não podem ser legalmente regulamentados, o significado do *status* é menos importante que antes. Estão surgindo novas técnicas que permitem à comunidade sujeitar as fontes de riqueza a um controle sempre crescente. A idéia da divisão da responsabilidade, da divisão dos controles e da prestação de contas pelos atos do cidadão, estende-se a esferas mais numerosas e expõe à discussão pública setores cada vez maiores da vida. Uma vez atingida essa etapa, a sociedade democrática dificilmente pode desenvolver-se sem introduzir métodos democráticos nas fábricas e, finalmente, na direção da economia em conjunto.

Tudo isso, é claro, há de produzir efeitos sobre a estrutura da personalidade. Aquêles que antigamente estavam em posição de comando e podiam tomar suas próprias decisões e, como consequência do seu papel, adquiriam características autoritárias, pouco a pouco foram aprendendo, graças às diversas pressões, a aceitar os controles, a dar por assentada a repartição da responsabilidade e a manter-se alerta a fim de adivinhar as novas exigências e as novas mudanças na comunidade.

Portanto, em nossa opinião, da mesma forma que a idéia da democracia não está estritamente ligada a uma fase do capitalismo, ou mesmo ao capitalismo em conjunto, mas continua a desenvolver-se graças a uma dinâmica própria, evoluindo segundo novas formas e novas combinações — também a estrutura correspondente da personalidade democrática poderá sofrer consideráveis modificações.

2. Do 'rude individualismo' à personalidade democrática

Temos visto que o oposto à personalidade autoritária é o indivíduo livre, que não se preocupa com a hierarquia. Existem,

porém, variações dentro deste tipo de personalidade, as quais correspondem às mais recentes mudanças na estrutura social. Vamos descrever rapidamente essas mudanças, tal como se nos apresentam:

[Em nossas democracias, estamos em vias de passar de um alto grau de individualismo ao desenvolvimento da personalidade democrática.] Nossa educação democrática estará fadada ao malôgro, se não compreender a diferença entre esses dois conceitos e o fato de que cada um deles implica um ideal diferente de personalidade.

[O que é conhecido como 'rude individualismo' prevalece enquanto a democracia política funciona aliada a uma economia de competição, baseada na propriedade privada e motivada pelo lucro.] Nos primeiros anos, enquanto predominava a competição entre iguais, os efeitos sobre a formação da personalidade eram tonificantes, pois a economia competitiva mobilizava todas as forças de auto-ajustamento entre os tipos dominantes. Nessa etapa, a competição incentivava a iniciativa e a confiança em si mesmo, e a presença de contrapesos e equilíbrios produzia desde o princípio a tendência estimulante de "bater o adversário". Mas à medida que a sociedade vai passando da competição entre iguais à competição entre desiguais, aumentam as possibilidades de que os poderosos e os ricos esmaguem os seus competidores mais fracos, na luta de vida e morte pela conquista dos mercados. Foi este estado de coisas que produziu o arquétipo do 'rude individualismo'.

Embora nesta etapa a sociedade se encontre parcialmente rompida, pela ênfase dada ao conceito de que cada um deve defender-se por si mesmo, ainda subsiste uma certa harmonia. Isto se deve, em parte, ao equilíbrio de forças existente entre os indivíduos em competição e, em parte, à sobrevivência de elementos moderadores tradicionais, nos costumes e nos hábitos populares. O povo ainda está suficientemente de acordo sobre as questões básicas, e as forças da solidariedade são bastante poderosas para poderem isolar as que emanam do mercado daquelas que regem os assuntos particulares e a vida comunitária. No entanto, se os fortes aumentarem sua força e se continuar a tendência para a competição entre desiguais, o ambiente moral terá forçosamente que sofrer deterioração.

[A competição sem limites também tem por efeito separar o indivíduo das suas associações primárias, de arrancá-lo do seu meio racial e social, rompendo os laços familiares e tendendo, de modo geral, a isolá-lo a tal ponto que quase se converte em criatura associal.¹⁰] É o que acontece quando a estrutura da competição adquire tal predomínio na mente das pessoas que solapa todo seu caráter. Já não afeta unicamente uma parte do comportamento do indivíduo, mas modifica todo o padrão de personalidade dos

que participam no drama social. Enquanto o comportamento competitivo se limitava apenas a certas esferas da atividade, podia combinar-se com o comportamento integrador: mas quando se torna o único padrão de comportamento, as bases psicológicas das formas mais antigas da democracia vão-se desintegrando.

Os poucos indivíduos sem escrúpulos chegam a ser tão dominadores que se desvanece toda esperança de se chegar ao mútuo entendimento e à cooperação; isto acontece não só na esfera econômica, mas também em quase todas as outras. De repente, as pessoas começam a acreditar unicamente no poder e na violência e, adiantando-se à agressividade e ao comportamento dominador dos outros, entregam-se também a este tipo de conduta.

Enquanto se produz esse fenômeno nos estratos sociais superiores, tendendo a contaminar o conjunto da sociedade (tendência que conduz finalmente ao fascismo), outra tendência trabalha silenciosamente nas massas, excluídas da 'grande corrida para o ouro'; permanecem nelas as forças auto-reguladoras da sociedade, criando a nova estrutura de ação social que se pode denominar 'competição controlada'. Esta forma de ação combina as vantagens da competição e da disciplina cooperativa, fazendo nascer uma forma de individualismo totalmente diferente da competição sem freios. É um novo invento social, ainda que muitas das suas características iniciais remontem ao passado. Em sua moderna aplicação a técnicas novas, constitui padrão promissor para o futuro.

A competição controlada permite, em primeiro lugar, que se desenvolva o desejo de auto-ajustamento e de espontaneidade nos participantes, liberando, por outro lado, as forças que têm influência individualizadora sobre a personalidade. Mas esse processo é controlado logo que começa a ameaçar a comunidade e a solapar o comportamento integrador.

Todas as novas e promissoras medidas de interferência limitada, por parte da comunidade, nos acontecimentos que poderiam provocar consequências indesejáveis, todos os recursos da economia redistributiva visando à distribuição mais equitativa dos rendimentos e do poder, ou que limitam de antemão a extensão das recompensas que se podem conseguir mediante a livre competição, constituem passos dados nessa direção. O conceito do imposto sobre as heranças e sobre os lucros excessivos formou-se de acordo com esse espírito. Se tais controles limitados operarem em todas as esferas da vida — controles que permitam a atuação das forças espontâneas e procurem unicamente manter as referidas forças coordenadas numa estrutura que a comunidade julgue democrática — haverá boa possibilidade de que se desenvolvam tipos de caráter merecedores do nome de 'personalidade democrática'. Tanto ao dar forma às condições sociais, como ao imaginar os tipos de

personalidades, a idéia diretriz é que a individualização e a personalização devem ser bem-vindas, na medida em que não representem um afastamento da comunidade, nem sejam alcançadas pelas 'minorias poderosas' à custa do desprezo das obrigações para com a sociedade. Nesta estrutura social, a auto-realização se encontra na competição que seja destinada a resolver os problemas da comunidade. A organização e a educação sociais são orientadas pela idéia de uma mobilização contínua das forças vivas que conduzem à individualização, procurando ao mesmo tempo dominá-las quando se transformam em anti-sociais.¹¹

Assim, aprendemos, pouco a pouco, a modificar os mecanismos sociais, misturando-lhes vários ingredientes e influências com o objetivo de fomentar certos tipos de personalidade.

A medida que surgem novas tendências destinadas a conseguir a cooperação e o controle da livre competição, graças aos esforços das massas para se protegerem contra a conduta arbitrária das minorias poderosas, elas nos oferecem forças espontâneas que necessitam apenas ser reforçadas, para contrabalançar o impulso em favor de um governo autoritário, existente em certos setores das 'camadas superiores'.

III. A PERSONALIDADE DEMOCRÁTICA REFLETIDA NA FILOSOFIA DEMOCRÁTICA

Podemos focalizar de outra forma o problema da personalidade democrática: em vez de investigar de que maneira evoluiu a estrutura da personalidade e da ação democrática dentro do ambiente social modificado, podemos concentrar nossa atenção sobre a teoria social da época. Em nosso enfoque, a teoria social representa, em muitos pontos, apenas uma elaboração mais elevada dos propósitos dinâmicos existentes, atrás de uma série infinita de experiências destinadas a ajudar o homem em sua vida prática e a encaminhá-lo a novos tipos de ação.

Entre os numerosos problemas colocados pelas teorias sociais contemporâneas, escolhemos apenas uns poucos, suscetíveis de esclarecer alguns pontos já discutidos. Examinaremos as sérias tentativas levadas a efeito para enfrentar o problema do condicionamento social da personalidade e o problema, ainda mais grave, de reconciliar a livre iniciativa e a independência da personalidade com o poder penetrante do condicionamento social.

Na fase do 'rude individualismo', o meio social é, para o teórico, uma espécie de vácuo em que o indivíduo, que se preocupa sobretudo de si mesmo, move-se livremente, motivado apenas pela força estimulante da competição. Nessa etapa, a sociologia não desperta nenhum autêntico interesse e o ego é concebido como

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

entidade essencialmente independente do contexto social e histórico em que se desenvolve.

Existe, no entanto, verdadeira interdependência fundamental entre a personalidade e o ambiente, e podemos indicar Karl Marx e G. H. Mead como os dois representantes típicos dêsse ponto de vista. Ainda que tenham vivido em épocas diferentes e em ambientes sociais diversos, ambos chegaram à mesma conclusão, cada um dêles a seu modo: [o condicionamento ambiental não é acidental, mas sim parte constitutiva da formação e da estrutura da personalidade.]

1. O conceito marxista da 'máscara do caráter'¹²

Existem muitos ambientalistas, mas a maioria não vai além do que temos chamado condicionamento 'segmental'. Admitem que certa parte do comportamento é influenciado por segmentos da realidade, mas não explicam toda a estrutura do caráter em termos de condicionamento social, nem indicam como se imprime na mente humana o fato de que esta é um produto social. Aqui Marx estava certo, quando falava das 'máscaras do caráter' que cobrem a verdadeira natureza humana. Marx colocou o problema do divórcio entre o homem e a sua verdadeira natureza, como consequência da deterioração das relações humanas, uma vez que é unicamente por obra e graça dessas relações que o homem desenvolve ou reprime suas possibilidades. Foi, sem dúvida, precursor de muitas intuições modernas nos campos da antropologia, da sociologia e da criminologia, quando afirmou que os desajustados sociais se desenvolvem como resultado do condicionamento ambiental. Sua principal preocupação não era, porém, com o indivíduo delinquente ou criminoso; julgava ser possível que gerações inteiras ficassem desajustadas se o seu condicionamento se efetuasse por meio de relações humanas impostas e não naturais.

O capitalismo gera um tipo de mentalidade que concebe tudo em termos de cálculo, transforma tudo em mercadoria e, dessa forma, separa o homem dos objetos e das pessoas autênticas.

O dinheiro, que parece ser apenas um meio, é o verdadeiro **poder** e o **único fim**. O **meio** — que me transforma em mero sujeito, que me permite apropriar-me das qualidades materiais de outros — é um fim em si mesmo. Isto é certo, na verdade, como podemos constatar no reconhecimento da propriedade territorial, como verdadeiro poder político da vida, ali onde a terra é fonte de vida, e do cavalo e da espada, ali onde estes são os verdadeiros meios de existência. Na Idade Média, uma classe se emancipava quando seus membros tinham o privilégio de usar espada. Entre os povos nômades, é o cavalo que torna o homem livre, convertendo-o em membro da comunidade.¹³

Este trecho e o seguinte mostram que Marx não considerava as situações pré-capitalistas como geradoras dos fenômenos da alienação:

O selvagem em sua caverna — este elemento da natureza que se oferece livremente para ser usado pelo homem e protegê-lo — não se sente um estranho, antes se sente tanto em sua casa como peixe na água.¹⁴

Uma vez prêso no interior da rede capitalista, o homem já se encontra num mundo que não se preocupa com a coisa em si, senão em seu valor em termos de dinheiro. O capitalismo não se ocupa de homens ou de mulheres, mas unicamente das relações fundamentais em que estão envolvidos e onde usam as máscaras do banqueiro, do empresário, do assalariado etc. Numa primeira etapa, Marx reconheceu muito claramente o artificialismo da tessitura social, o poder das situações para gerar máscaras que disfarçam o verdadeiro caráter. A idéia que tinha da libertação do homem não apontava para as liberdades casuais (esta ou aquela liberdade de palavra, de associação etc.) mas se encaminhava à liquidação de um conjunto de relações sociais e de um sistema de valores denominado 'capitalista'. Este constituía, em sua opinião, a prisão mais perigosa que a humanidade jamais produziu em detrimento próprio.

Quando dizemos hoje que desejamos uma vida que tenha alguma finalidade, que nossa produção econômica deveria satisfazer necessidades reais, que o lucro não deveria ser a medida universal de todas as coisas, nada mais fazemos senão expressar em forma mais simples o que Marx chamava a supressão dos poderes de auto-alienação do capitalismo, a fim de libertar o homem dessa perversão fundamental.

Seja o que for que eu possa comprar, o que possa pagar com meu dinheiro, o que possa passar a ser meu graças ao dinheiro, isto é o meu ego, sou eu, como proprietário do dinheiro. Meu poder é tão grande como o poder do meu dinheiro. As propriedades do dinheiro são minhas propriedades, minhas qualidades essenciais, uma vez que sou o proprietário. Portanto, não é de modo algum minha individualidade que determina o que sou e o que posso conseguir. No que concerne à minha individualidade, sou de muito baixa estatura; mas o dinheiro me empresta 24 pés de altura: de modo que minha estatura já não é baixa. Sou um pecador, sem honra, consciência nem espírito; mas o dinheiro é honroso e, portanto, seu proprietário também o será; o dinheiro é o maior dos bens, daí, seu possuidor ser igualmente bom; o dinheiro me permite ocultar a desonestidade e, assim, passo por honesto; falta-me espírito, mas o dinheiro é o verdadeiro espírito de todas as coisas; como, pois, poderia ser falso de espírito o que possui dinheiro?¹⁵

Marx considerava o capitalismo, com sua economia baseada no dinheiro, como o único sistema histórico desumanizador :

... pois o dinheiro, a essência e existência ativa do valor, confunde e inverte todas as coisas, é a confusão e transformação universal de todas as coisas, de todas as qualidades naturais e humanas: tudo de pernas para o ar... Reina o poder desumano.¹⁶

Mas, em minha opinião, não há razão para supor que a sociedade feudal, por exemplo, haja produzido menos auto-alienação, ou que nas sociedades primitivas o homem tenha sido mais autêntico. Existem muitos outros problemas referentes à idéia do homem, além das máscaras e da auto-alienação. Mesmo sem embarcarmos no problema da verdadeira natureza do homem, excluindo sua realização histórica, podemos dizer com toda segurança que as sociedades primitivas, com seus costumes e hábitos fixos, parecem uma camisa de força, se as compararmos com as sociedades mais elásticas criadas pelas técnicas econômicas e sociais, e que pelo menos oferecem alternativas aos nossos modos de fazer as coisas. Esta maior elasticidade da organização moderna é, em si mesmo, um progresso no caminho da auto-realização, mesmo admitindo-se os efeitos paralisadores de um sistema social baseado no que Carlyle chamava 'o nexo do dinheiro líquido'.

2. O conceito de G. H. Mead sobre a atribuição de papéis

O efeito formador de máscaras, que o ambiente social exerce sobre a personalidade, e que Marx viu unicamente na estrutura histórica do capitalismo, foi reconhecido por G. H. Mead no nível de uma generalização filosófica mais ampla. Foi ele quem descobriu o mecanismo básico mediante o qual a vida na sociedade produz sempre o que Marx denominou a máscara do caráter. A sociedade cria o tipo de personalidade que deseja, ao obrigar o indivíduo a desempenhar certos papéis. Ao desempenhar o papel de pai, filho, vendedor ambulante, operário, professor etc., o indivíduo socializa-se e adota um tipo de comportamento complicado, com motivações especificamente induzidas, com finalidades e reações próprias, que chegam a invadir tudo, de tal maneira que podemos falar corretamente de uma 'máscara'. Neste sentido, o antigo significado da palavra 'persona' (*persona* = máscara) torna-se amplamente justificado. A diferença histórica dos padrões de personalidade surge porque os indivíduos têm que desempenhar diversos papéis em diferentes sistemas sociais e, ao jogarem diferentes jogos sociais, transformam-se em diferentes jogadores.

O grande mérito de G. H. Mead foi haver assinalado, da mesma forma que Marx, e que Hegel antes dêste, que a sociedade, com a sua rede de relações, precede o indivíduo na lógica e na realidade, no que concerne à formação do ego.

O que desejo acentuar especialmente é a preexistência temporal e lógica do processo social, diante do indivíduo consciente de si mesmo, que surge dentro desse processo.¹⁷

A mente nada mais é que a 'importação' desse processo externo no comportamento do indivíduo, para que este possa enfrentar os problemas que venham a surgir.¹⁸

Mead figurava entre os psicólogos sociais que consideravam o ego como derivado do processo social em que se encontra implicado, em contraste com a outra escola, que faz derivar tal processo do ego de cada indivíduo que nêle participa.¹⁹ Opunha-se, pois, a que se considerasse o espírito como entidade substantiva, opinião contraposta à tendência funcional, e a pensadores como Cooley, para os quais o ego é acessível unicamente por atos de introspecção; pois uma tendência objetivista e naturalista como a sua, presta o devido tributo ao campo externo em que surge o ego.²⁰

A hipótese de que o ego social se forma a partir dos padrões de interação social e o conceito da atribuição de papéis constituem grandes progressos em nosso conhecimento. Podemos agora reunir os resultados da psicologia aos da sociologia, unir o ponto de vista puramente psicológico — que sempre se refere a uma personalidade abstrata — ao ponto de vista sociológico, que trata do homem em seu meio ambiente social.

Dando por assentadas essas questões, não podemos deixar de nos perguntar: que existe detrás da máscara? Não é o homem mais que a soma das atividades a que se dedica e dos papéis que desempenha? Se esta fôsse toda a verdade, o resultado seria um grande número de estereótipos, reproduzindo exatamente a marca das forças sociais, tais como se fazem sentir sobre o indivíduo e seu desenvolvimento. Nenhuma teoria de mudança pode ser deduzida deste conceito do ego como mero reflexo passivo das influências a que foi exposto. Deste ponto de vista estático, as qualidades dinâmicas do ego e da sociedade nunca poderiam ser compreendidas. Esta questão da singularidade e do não-conformismo de cada personalidade muito tem preocupado os nossos maiores filósofos; é significativo que esta parte da tradição liberal se haja preservado até mesmo naquelas teorias democráticas que reconhecem o poder que as circunstâncias têm para dar forma à personalidade. Para eles, mais ainda que para os teóricos que confirmaram a espontaneidade da personalidade, o elemento dinâmico do ego tem sido o ponto focal do pensamento.

A importância dada à espontaneidade na teoria liberal e democrática provém de que estas duas tendências foram as primeiras a compreender que a sociedade tem interesse em incentivar o espírito individual. Nem a sociedade tribal, nem a medieval — esta última continuadora, em muitas formas, da tradição tribal — respeitaram a individualidade. Preocupava-as, sobretudo, o estabelecimento de atitudes conformistas que assegurassem o bom funcionamento da sociedade. A fim de que a vida social pudesse ser previsível, foi necessário estabelecer costumes e hábitos fixos, sem fomentar os desvios.

Quando elogiamos a sociedade liberal moderna, dizendo que é individualista, referimo-nos a uma sociedade que achou um modo de permitir a existência de grupos dissidentes. Mas o reconhecimento da singularidade e dos desvios pessoais é apenas uma parte dêste novo modo de vida. Em nível mais profundo, a personalidade independente significa uma fonte independente de transformações que não podem ser previstas, e de criatividade no indivíduo. No plano empírico, a liberdade significa libertação da escravidão, libertação da repressão, da tirania etc. No plano metafísico, significa ainda mais: o direito do indivíduo a desenvolver em si os recursos que são a origem da mudança e da criatividade.

A convicção de que todos os papéis que desempenhamos e todas as máscaras que usamos não esgotam a personalidade, mas que há uma pessoa detrás dos papéis sociais e das máscaras, é um princípio comum a todas as filosofias da liberdade. No plano religioso, este espírito é concebido como entidade metafísica, inato no indivíduo desde que começa a viver. É um núcleo, de certa forma não afetado pela causação, sendo que esta toca apenas a superficialidade da existência humana. Nas filosofias mais empíricas do positivismo e do pragmatismo, este núcleo dinâmico do ego não é preexistente, mas vai surgindo, gradualmente, do processo social como um 'Eu'. Este 'Eu' se opõe ao 'Mim', que é a máscara social a que nos temos referido e que adquirimos devido ao papel social que temos que desempenhar. O 'Eu', na linguagem de William James²¹ e de G. H. Mead, é a parte dinâmica do ego que, em todas as reações ao desafio apresentado pela situação social, não pode ser predita. Nossos diferentes 'Mim' são, por assim dizer, as marcas passivas de todas as influências a que estamos expostos quando desempenhamos nossos respectivos papéis sociais; por exemplo, quando como pai, como homem de negócios etc., respondemos ao que os outros esperam de nós. Mas sempre há alguma coisa mais além: sempre há desvios imprevisíveis que se afastam do que se espera, e estes desvios se transformam em fonte de singularidade e de infinita variação.²²

De acordo com este enfoque positivista, o ego é determinado, em primeiro lugar, por fatores constitucionais,²³ tais como o sistema glandular, a constituição física etc.; a seguir, pelo condicionamento social, mediante participação em padrões de interação e exposição a vários ambientes sociais e, finalmente, devido ao impacto dos padrões culturais. Estes fatores tomados em conjunto formam o material com que se elaboram as personalidades. Mas cada indivíduo desenvolve sua forma peculiar para misturar os diferentes fatores, processo que se reflete muito bem em sua forma única de organizar sua vida. O fato de que este modo de organizar a vida seja sempre diferente é devido, pelo menos em parte, à acumulação criadora de eventos heterogêneos e à integração cria-

dora da experiência por parte do 'Eu'. O 'Eu' que surge graças a essas atividades nunca pode ser abarcado em forma direta, mas está sempre presente nelas e, de certa forma, transcende incessantemente as esperanças que se haviam depositado nêles. É a ativação dêste 'Eu' que constitui o problema central da tradição liberal, e é por isso que a independência da personalidade e a liberdade chegaram a ser a principal preocupação dos liberais.²⁴

3. A falácia do liberalismo

Aquêles que incentivam a livre competição devido ao seu impacto social educativo fazem-no, em última análise, porque a consideram como única fonte da livre iniciativa. Apreciam esta última porque ela ajuda a superar os costumes rígidos e porque sentem, vagamente, que só a competição pode produzir certos padrões suscetíveis de ajudar o indivíduo a ultrapassar os papéis e as máscaras sociais, e a transformar-se em ator independente.

Para eles, a livre competição é valiosa porque esperam que obrigará o indivíduo a cuidar de si mesmo, e a coordenar os meios e os fins com um sentido de responsabilidade pessoal. Esperam que o indivíduo ficará exposto a tão grande número de situações imprevistas e exigências não convencionais, que sua personalidade terá que se afastar do molde convencional e passar a ser fonte independente de vida e de ação. Contudo, os liberais que permanecem no nível do individualismo não percebem que existem muitos outros recursos aptos a incentivarem a individualização; tampouco compreenderam que a individualização em si não basta para criar uma personalidade integrada, antes a destrói, quando se transforma em exclusiva fonte de influência sobre o homem. Temos aprendido, graças a experiência das últimas décadas, que a competição ilimitada e sem freio destrói as raízes e a segurança do ego, indispensáveis à liberdade.

Embora seja certo que uma sociedade que estabelece códigos autoritários, sem responsabilidade democrática, estabelece também, em última análise, a personalidade dominada pelo conceito de prestígio, incapaz de arriscar-se no sentido do desconhecido, por outro lado, uma sociedade em que a competição destrói as bases da coesão, corre o risco de fomentar personalidades nas quais, afinal, encontra-se completamente minada a segurança do ego — e onde todos se sentem atemorizados.

Os que consideram que a personalidade democrática é o ideal mais desejável, procuram que a educação crie a segurança do ego e a sua estabilidade e também tratam de superar as limitações causadas pela atitude estreita e provinciana em suas diferentes formas. A rigidez excessiva esmaga a personalidade, porém, a ruptura de todos os laços cria o temor e provoca o regresso ao comportamento de massas.

IV. A AMEAÇA DO RETORNO A BARBARIE

Encontramo-nos frente a frente com a possibilidade de uma regressão, o que constitui outro problema a ser resolvido pela personalidade democrática que precisa, portanto, atingir as raízes do processo educativo. Falando em termos gerais, a educação é um processo de socialização do indivíduo. Isto significa, entre outras coisas, que a sociedade restringe o indivíduo em numerosas formas, e considera que a civilização é a organização deliberada das referidas restrições. Estas restrições não devem ser muito severas, para que não fiquem insatisfeitos os impulsos primários, nem muito benévolas, para que não surjam fortes temores. Devem visar a controlar nossos impulsos, ou a conduzi-los por canais aprovados.

Por trás da estrutura do comportamento culto e da personalidade, esconde-se a possibilidade de um retorno à barbárie. Da mesma forma que as más ervas crescem e florescem por toda parte, indicando que a natureza tende continuamente a voltar à selva primitiva e que nossa agricultura, com seus trigais, prados e jardins, não se pode manter sem um cuidado constante e sem luta contra as plantas daninhas — também a dinâmica dos impulsos ancestrais exerce pressão contínua contra o muro das restrições educativas. Se este muro fôr atravessado, ou derrubado em consequência de alguma catástrofe, voltaremos, não a uma etapa anterior da civilização, mas a um estágio muito mais antigo, até à própria barbárie. As comoções gravíssimas dos últimos doze anos no Continente europeu* ensinaram-nos que o medo e a insegurança das massas podem ser fontes de regressão; que o maior inimigo da democracia é o caos, viveiro de ditadores.

Mas só compreendem esta lição os que conseguem ver que o repentino retorno ao caos e à barbárie não se limita de modo algum a uns poucos países. Ainda que alguns países se tenham adiantado mais que outros pelo caminho que leva à desintegração, as raízes do mal se encontram na natureza de todo nosso desenvolvimento industrial. Quando nossa sociedade industrial chega à etapa mais elevada do individualismo e destrói os laços do costume e da tradição, devido ao excesso da competição, da urbanização e de outros processos, deixa desprotegido o indivíduo. Se não se leva a efeito uma reintegração nesta etapa, no nível da reorganização econômica e da reeducação social, desenvolve-se a mentalidade de massas, sem raízes em qualquer grupo primário, sem que a pessoa sinta que pertence a um todo — mentalidade aberta apenas a estímulos provenientes de centros distantes, como o rádio, [TV], a propaganda partidária etc. Portanto, só uma

* Lembramos que o autor faleceu em 1947. (N. do T.).

educação que tome consciência das necessidades de uma sociedade de massas, que enfrente, conscientemente, os problemas do desarraigamento e da segurança do ego, poderá criar personalidades capazes de deter o crescimento da mentalidade de massas.

O método consiste em tornar a descobrir os efeitos educativos dos grupos primários, em criar os referidos grupos onde ainda não existam (centros comunitários, centros de saúde) e em sublinhar a sua continuidade e utilidade.

V. O ASPECTO DUAL DO PERSONALISMO DEMOCRÁTICO

O novo ideal do personalismo democrático implica sempre uma dúlice direção em seus esforços educativos, tanto na escola como na vida. Um deles incentiva a socialização, e o outro, a individualização. A socialização, ou desempenho de papéis, não deverá nunca chegar ao ponto de paralisar a individualização, a emancipação do 'Eu'. A individualização, por outro lado, jamais deverá ir tão longe que possa suscitar o caos social, pois isto poderia despertar temores no ego e, em última análise, levar ao colapso total.

Os interesses do indivíduo, à medida que vão surgindo da sua individualidade, e do lugar específico que ocupa no sistema social, devem promover sua compreensão das necessidades da comunidade. Por outro lado, as exigências da comunidade jamais devem chegar a ser bastante poderosas para dominar toda resistência, pois uma tendência encaminhada a obter a conformidade, suprimiria possivelmente a voz do 'Eu', que é uma fonte dinâmica de criatividade contínua.

O personalismo democrático deverá, pois, em seus esforços educativos, manter o equilíbrio constante entre uma convencionalização excessiva²⁵ e um excesso de individualização. Deverá assumir a atitude do pianista, que deve conhecer o teclado e todas as regras para tocar, mas jamais poderá apresentar criativamente uma obra de arte, apenas executando-a corretamente. Uma vez que as regras foram compreendidas, podem ser postas de lado; uma vez compreendidas as regras do bom estilo, o escritor pode transcendê-las à sua maneira.

A psicologia freudiana, arraigada na tradição liberal-democrática e expressando este ideal em seu próprio plano mas em outra forma, confronta-nos com um problema similar. Aqui, o superego tende à socialização. Representa primariamente os desejos dos pais que expressam as exigências da comunidade e a herança social que o indivíduo recebe do grupo. Sem um superego, ninguém poderia socializar-se; mas um superego excessivamente rígido, produz uma personalidade neurótica e não criadora. Tam-

bém aqui, portanto, nos enfrentamos com o mesmo paradoxo. Queremos construir uma personalidade social que obedeça às exigências do superego, mas que não as aceite cegamente, a tal ponto que o indivíduo não possa seguir o caminho da vida criadora ou enfrentar situações imprevistas.

Se recordarmos agora que o nôvo ideal da integração democrática exige que o indivíduo esteja disposto a cooperar e a viver com os demais num mundo dinâmico, ficará claro que a estrutura do comportamento democrático pressupõe a existência da estrutura da personalidade democrática. A personalidade autoritária, que sublinha com ênfase excessiva a posição e o papel sociais como fonte de segurança psicológica, jamais poderá iniciar a aventura da integração dos diferentes grupos. Só uma sociedade que deliberadamente se dedique a criar personalidades que se sintam bastante seguras para assumir riscos que possam prejudicar a elas próprias, será capaz de regeneração no processo de socialização. A idéia dinâmica da socialização, por conseguinte, não está baseada estritamente na conformidade e na rotina, como acontecia nas sociedades tribais, mas na procura de uma nova verdade, que possa emergir do processo dinâmico da cooperação para o bem comum.

bém aqui, portanto, nos enfrentamos com o mesmo paradoxo. Queremos construir uma personalidade social que obedeça às exigências do superego, mas que não as aceite cegamente, a tal ponto que o indivíduo não possa seguir o caminho da vida criadora ou enfrentar situações imprevistas.

Se recordarmos agora que o nôvo ideal da integração democrática exige que o indivíduo esteja disposto a cooperar e a viver com os demais num mundo dinâmico, ficará claro que a estrutura do comportamento democrático pressupõe a existência da estrutura da personalidade democrática. A personalidade autoritária, que sublinha com ênfase excessiva a posição e o papel sociais como fonte de segurança psicológica, jamais poderá iniciar a aventura da integração dos diferentes grupos. Só uma sociedade que deliberadamente se dedique a criar personalidades que se sintam bastante seguras para assumir riscos que possam prejudicar a elas próprias, será capaz de regeneração no processo de socialização. A idéia dinâmica da socialização, por conseguinte, não está baseada estritamente na conformidade e na rotina, como acontecia nas sociedades tribais, mas na procura de uma nova verdade, que possa emergir do processo dinâmico da cooperação para o bem comum.

NOTAS

CAPÍTULO 9

O PADRÃO DA PERSONALIDADE DEMOCRÁTICA

1. Newcomb, Theodore M., e Hartley, Eugene L. (compiladores), **Readings in Social Psychology** (Nova Iorque, 1947).
Ver também a bibliografia de Karl Mannheim, em sua obra **Man and Society** (Nova Iorque, 1940), esp. pp. 390 e segs.
Dollard, John, **Frustration and Agression** (New Haven, 1939).
Fromm, Erich, **Escape from Freedom** (Nova Iorque, 1941).
Idem, 'Individual and Social Origins of Neurosis', **American Sociological Review** (1944), vol. IX.
Green, Arnold W., 'Sociological Analysis of Horney and Fromm', **The American Journal of Sociology** (maio, 1946), vol. 51, n.º 6, pp. 533-40.
Gurvitch, Georges, e Moore, Wilbert E., (compiladores), **Twentieth Century Sociology** (Nova Iorque, 1945).
Klein, Viola, **The Feminine Character: The History of an Ideology** (Londres, 1946).
Linton, Ralph (compilador), **The Science of Man in the World Crisis** (Nova Iorque, 1945).
Mead, Margaret, **Sex and Temperament in Three Primitive Societies** (Nova Iorque, 1935).
2. Weber, Max, **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**, trad. Talcott Parsons (Londres, 1930).
Idem, 'The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism', **Essays in Sociology** (Nova Iorque, 1946), pp. 302-22.
Idem, 'Confucianism and Taoism', **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie** (Tuebingen, 1920), vol. I, pp. 512-36. (Trad. H. H. Gerth, Glencoe, Illinois).
3. Hodges, H. A., **Wilhelm Dilthey: An Introduction** (Nova Iorque, 1944).
Hoffmann, P. T., **Der Mittelalterliche Mensch** (Gotha, 1922).
Martin, Alfred W. von, **Sociology of the Renaissance** (Nova Iorque, 1944, Stuttgart, 1932).
Mumford, Lewis, **The Condition of Man** (Nova Iorque, 1945).
Strich, W., **Der Irrationale Mensch** (Berlim, 1928), **Studien zur Systematik der Geschichte**.
Tawney, R. H., **Religion and the Rise of Capitalism** (Londres, 1938).
Wieser, M., **Der sentimentale Mensch gesehen aus der Welt hollaendischer und deutscher Mystiker im 18 Jahrhundert** (Gotha, Stuttgart, 1924).
4. Sobre o nepotismo na política, ver Leonard D. White, 'Spoils System', **Encyc. Soc. Sciences**, vol. XIV, pp. 301-5. Sobre o patrocínio ou

mecenato nas artes, ver Manfred F. Bukofzer, *Music in the Baroque Era* (Nova Iorque, 1947), esp. pp. 404-11.

Dorian, Frederick, *The Musical Workshop* (Nova Iorque, Londres, 1947), cap. V, 'Music made to Order', pp. 104-19.

Neumann, Carl, *Rembrandt* (Munique, 1922), vol. I, sobre a posição social dos pintores flamengos, pp. 121-30.

5. Cf. Mead, G. H., *Mind, Self, and Society* (Chicago, 1934).

Idem, *Philosophy of the Act* (Chicago, 1938).

Kolb, William, 'A Critical Evaluation of Mead's "I" and "Me" Concepts', *Social Forces* (março, 1944), vol. 22, n.º 3, pp. 291-6.

Scheler, Max, *Der Formalismus in der Ethik und die Materiale Wer-tethik* (Halle, 1927).

6. Cf. pp. 262-3.

7. Cf. Becker, Howard, *German Youth* (Nova Iorque, 1946).

Fromm, Erich, *op. cit.*, cap. V, pp. 136-207.

Hemm, Ludwig, 'Die unteren Fuehrer in der HJ. Versuch ihrer psychologischen Tiefengliederung', *Zeitschrift fuer angewandte Psychologie und Charakterkunde* (1940), Beiheft 87.

8. A seguinte exposição resume o que os grupos progressistas não-totalitários têm aprendido do passado, e mostram um novo espírito em ação: 'Em todo o mundo, os líderes do governo e da indústria estão cada vez mais empenhados num programa de pleno emprego permanente, o que não significa que toda a gente acredite que se possa chegar à perfeição. Não atingiremos completamente o alvo que visamos. Haverá sempre flutuações no emprego. Mas estamos firmemente resolvidos a moderar essas flutuações, adotando medidas contra a depressão. Todos os governos modernos estão cada vez mais engajados em programas de expansão e desenvolvimento, na promoção de padrões de vida mais altos e na criação das infra-estruturas necessárias para o atingimento do pleno emprego.

'Prevalece, outrossim, nova atitude entre os países líderes da indústria, no que diz respeito aos países economicamente atrasados, fornecedores de produtos primários. Antigamente, todos esses países atrasados estavam condenados à posição de colônias econômicas. Constituíam meros apêndices das economias das grandes nações industriais. As políticas econômicas visavam, como parecia natural, a manter o status de colonialismo econômico. O destino dos países industrialmente atrasados consistia, de um lado, em fornecer matérias-primas às grandes nações e, de outro lado, em servir de mercado para os produtos manufaturados.

'Hoje existe outra concepção pelo mundo afora. Em toda parte se reconhece que se deve levar o desenvolvimento, a diversificação e a industrialização para as áreas atrasadas. Chegamos a compreender que o comércio futuro do mundo não poderá continuar a desenrolar-se nos termos demasiado simples de troca de matérias-primas por produtos manufaturados. Ao contrário, deve desenvolver-se em termos de comércio altamente diversificado entre países com recursos e habilidades diferentes, mas todos eles desenvolvidos no mais alto grau possível. Projetos de desenvolvimento em larga escala, industrialização até o ponto que seja economicamente aconselhável, diversificação da agricultura, desenvolvimento e melhoria dos recursos humanos mediante melhor saúde, alimentação e educação, promoção de padrões de vida mais altos, aumento da produtividade e do poder de compra — tais são os alvos do novo mundo econômico, que prometem uma economia mais estável e melhores condições de vida em toda parte'. A. H. Hansen, *America's Role in the World Economy* (Nova Iorque, 1945), pp. 19-20.

9. A preocupação com o status na sociedade norte-americana de hoje foi muito bem estudada por W. Lloyd Warner e Paul S. Lunt, em **The Status System of a Modern Community** (New Haven, 1942), vol. 2, 'Yankee City Series'.

Estudos similares foram feitos por:

Clayton, Horace, e Drake, St. Clair, **Black Metropolis** (Nova Iorque, 1945).

Dollard, John, **Caste and Class in a Southern Town** (Nova Iorque, 1937).

Powdermaker, Hortense, **After Freedom** (Nova Iorque, 1939).

Frazier, E. Franklin, **The Negro Family in the United States** (Chicago, 1939), localiza diversos padrões familiares no contexto de diferentes status e escalas de rendimentos.

Hughes, Everett, **French Canada in Transition** (Chicago, 1943), e **The Social Systems of American Ethnic Groups**, por Leo Srole (New Haven, 1946), indica as inter-relações entre as diferenças étnicas e as de classe.

Warner, W. Lloyd, Havighurst, R. J., Loeb, Martin B., **Who Shall Be Educated? The Challenge of Unequal Opportunities** (Nova Iorque, 1944), analisa o funcionamento das escolas, dentro do sistema de status dos Estados Unidos.

West, James (Carl Withers), **Plainville U.S.A.** (Nova Iorque, 1945).

Zorbaugh, Harvey Warren, **The Gold Coast and the Slum** (Chicago, 1929).

Para rápida e incisiva recapitulação da moderna literatura norte-americana, ver Edward Shils, **The Present State of American Sociology** (Glencoe, III., 1948), sobre 'Class Stratification', pp. 12-25.

Quanto à estrutura de status alemã, ver:

Gerth, Hans H., 'Germany on the Eve of Occupation', **Problems of the Post War World, A Symposium on Post War Problems**, org. por Thomas C. T. McCormick (Nova Iorque, Londres, 1945), pp. 391-439.

Parsons, Talcott, 'The Problem of Controlled Institutional Change, An Essay on Applied Social Science', **Psychiatry** (fevereiro, 1945), vol. 8, n.º 1.

Weber, Max, 'Capitalism and Rural Society in Germany'; 'National Character and the Junkers'; 'Bureaucracy'; 'Class, Status, Power', **Essays in Sociology** (Nova Iorque, 1946).

Para a imagem do status do camponês alemão, ver:

Honigsheim, Paul, 'The Roots of the Nazi Concept of the Ideal German Peasant', **Rural Sociology** (março, 1947), vol. 12, n.º 1, pp. 3-21. (Com extensa bibliografia).

Quanto à Inglaterra, veja-se:

Abshagen, K. H., **King, Lords, and Gentlemen**, op. cit.

Dibelius, Wilhelm, **England**, trad. M. A. Hamilton, introd. A. D. Lindsay (Nova Iorque, 1930). (4.ª ed. Stuttgart, 1925).

10. Hiller, E. T., **Principles of Sociology** (Nova Iorque, Londres, 1933), p. 226.

Cooley, C. H., 'Personal Competition, Its Place in the Social Order and Effect upon Individuals; with Some Considerations on Success', **Economic Studies** (abril, 1899), vol. IV, n.º 2. Parte VII, sobre 'Inquietação, Insegurança e Tensão', pp. 157-63.

11. A seguinte observação expressa muito bem a idéia de que a liberdade é compatível com a orientação: 'Assim, embora a personalidade tenha que escolher seu próprio modo de se desenvolver, podemos ao mesmo tempo ajudá-la a escolher. Este paradoxo é idêntico ao do botânico que deve deixar a planta crescer a seu modo mas, ao mesmo tempo, pode produzir, sob condições controladas, exemplares de grande beleza e resistência, que

não nascem espontaneamente em determinados climas e zonas geográficas. São infinitas as possibilidades de autocriação, contanto que o ambiente seja infinitamente favorável para tais propósitos; mas, desde que o ambiente esteja longe de ser muito favorável, o pesquisador, considerando tanto o organismo como o mundo, permite o crescimento livre dentro de certos limites, mediante a remoção das barreiras'. Gardner Murphy, referindo-se a Moreno, em sua *Experimental Social Psychology* (Nova Iorque, Londres, 1937), p. 316.

12. Lukacs, Georg, 'Die Verdinglichung und das Bewusstsein des Proletariats', *Geschichte und Klassenbewusstsein: Studien ueber Marxistische Dialektik* (Berlim, 1923), pp. 94-228.

Rosenberg, Harold, 'The Resurrected Romans', *Kenyon Review*, (Outono, 1948). vol. X., n.º 4, pp. 602-20; primeiro de uma série de ensaios sobre o materialismo histórico de Marx.

13. Marx-Engels, *Der historische Materialismus Frühschriften*, compilado por Mayer e J. P. Landshut (Leipzig, 1932), p. 325.

14. *Ibid.*

15. *Ibid.*, p. 357.

16. *Ibid.*, pp. 326, 359 e seg.

17. Mead, G. H., *Mind, Self, and Society* (Chicago, 1934), pp. 186 e seg.

18. *Ibid.*, p. 188. Cf. uma observação paralela de Karl Marx, em *Frühschriften*, p. 328.

19. Mead, *Mind, Self, and Society*, p. 222.

20. *Ibid.*, p. 224, nota.

21. 'A personalidade social de um homem é o reconhecimento que recebe dos seus companheiros. Somos não só animais gregários, gostando de ser vistos pelos nossos camaradas, mas somos naturalmente propensos a nos fazer notados, notados favoravelmente, pelos membros da nossa espécie... Própriamente falando, o homem tem tantas personalidades sociais quantos são os indivíduos que o reconhecem e carregam uma imagem dêle em suas mentes'. William James, *The Principles of Psychology* (Nova Iorque, 1890), vol. I, pp. 293 e seg.

22. 'Em certos aspectos, naturalmente, podemos determinar o que o ego vai fazer. Podemos aceitar adiantadamente certas responsabilidades. Fazemos contratos e promessas e ficamos comprometidos por êles... Nos deveres do que chamamos conduta racional, quando nos ajustamos a um mundo em que as leis da natureza e os sistemas econômicos e sociais prevalecem, podemos predizer o que vai acontecer e assumir a responsabilidade pelas coisas que vamos fazer; contudo, o verdadeiro ego que está presente nesse ato aguarda a realização do ato em si. Pois bem, é êsse ato vivo que nunca entra diretamente em nossa experiência reflexiva. É só depois que o ato se realizou que podemos "agarrá-lo" em nossa memória e ali "arquivá-lo" em termos daquilo que fizemos. É êste "ego" que se pode dizer que estamos procurando continuamente realizar, e realizá-lo por meio da nossa própria conduta. Nunca o contemplamos à nossa frente perfeitamente completo'. G. H. Mead, *op. cit.*, p. 203.

Kolb, William, 'A Critical Evaluation of Mead's "I" and "Me" Concept', *loc cit.*

23. Young, Kimball, **Personality and the Problems of Adjustment** (Nova Iorque, 1944), pp. 164-87.

24. Hallowell, John H., **The Decline of Liberalism as an Ideology with Particular Reference to German Politico-Legal Thought** (Berkeley, Los Angeles, 1943).

25. Cooley, Charles H., em sua **Social Organization, A Study of the Larger Mind** (Nova Iorque, 1929), levanta algumas questões a respeito dos perigos da convencionalização exagerada. Ver cap. XXX, 'Formalismo e Desorganização'.

Parsons, Elsie Worthington (Clews), **Fear and Conventionality** (Nova Iorque, 1914).

A EDUCAÇÃO COMO TRABALHO DE BASE

I. UM CONCEITO MAIS AMPLO DA ESCOLA E DAS SUAS TAREFAS

SE TUDO na sociedade é fator de educação, qual será a nova função da educação formal? As definições modernas acentuam diferentes funções da educação formal e podem servir de ponto de partida. Lloyd Warner e seus colegas definem a escola como 'sociedade intermediária entre a família e o Estado, que serve para preparar as crianças para as formas da vida social adulta'.¹ Esta definição expressa o espírito social moderno, ao sublinhar a estrutura social da escola. Desta forma, considera a *vida* nessa sociedade intermediária, do ponto de vista educacional, como mais importante que o próprio programa formal. Warner sustenta que a frequência à escola, como forma de vida, serve a uma finalidade, ou seja: a de preparar as crianças para as formas da vida social adulta.

Mas o caráter da sociedade contemporânea adulta pode ser definido mais claramente. A definição de E. T. Hiller há de nos ajudar a sublinhar 'a preparação do indivíduo para a participação nos grupos secundários'.² Em vez de referir-se vagamente à 'vida social adulta', esta definição indica que o indivíduo terá que enfrentar situações mais complexas, nas quais serão importantes as relações secundárias, p. ex., relações que não são pessoais mas institucionalizadas. Implica, outrossim, que a participação nas relações secundárias exige uma preparação especial. Hiller explica a técnica principal de tal preparação ao definir a educação como 'o processo do desenvolvimento de atitudes mediante a seleção de exemplos pessoais e intelectuais adequados'.³ Selecionar exemplos pessoais e intelectuais e inculcar no indivíduo o significado de certos padrões, ajudará a torná-lo judicioso e inclinado às experiências modeladas sobre esses padrões, quando tiver de enfrentar os problemas da vida adulta. Podemos, facilmente, encontrar declarações parecidas em outros autores; a maioria demonstra seguir

uma filosofia social e educativa comum, que expressa as necessidades e a orientação de uma sociedade dinâmica.

A estas definições da escola como sociedade de transição, que prepararia a juventude para a vida num mundo adulto de relações secundárias, podemos acrescentar que a educação pode preparar o terreno para a vida social, ao proporcionar um foco de atividades educativas que, de outra maneira, não se relacionariam entre si. A escola pode, pois, levar a efeito sua tarefa especial, mediante a intensificação ou sistematização das experiências sociais, função que os diversos compartimentos da vida social dificilmente poderiam executar. A escola poderá efetuar essa tarefa, só se já não fôr considerada como uma instituição na qual um indivíduo passa unicamente seus primeiros anos, mas como instituição que, de uma maneira ou de outra, presta serviços a todo o sistema social e à vida adulta. Em outras palavras: acreditamos que o homem nunca deve deixar de aprender.

Existem indicações promissoras de que esta opinião esteja ganhando terreno. Atualmente contamos com facilidades para a educação, desde as escolas maternas até às instituições para educação de adultos, passando pelas escolas primárias, secundárias e vocacionais, para permitir que o cidadão possa satisfazer o seu desejo de continuar aprendendo sem cessar. Nos Estados Unidos, como em outros países, os cursos universitários e de extensão universitária proporcionam amplas oportunidades à educação dos adultos, e a idéia de cursos de aperfeiçoamento para pós-graduados faz compreender, mesmo aos que receberam preparo universitário cuidadoso, que numa época de mudanças como a nossa, ninguém mais pode dar por assentado que o que aprendeu na juventude há de lhe servir para o resto da vida. A educação ininterrupta satisfaz o desejo universal de obter informação sobre as novas descobertas na especialidade que nos é própria e acerca da reorientação geral que se efetua continuamente no mundo. Os estudos psicológicos referentes à educação de adultos tratam dos interesses mutantes dos mesmos; aos poucos, vão surgindo novos métodos de enfoque que tornam agradável o estudo e superam a apatia geral concernente à educação.

Até aqui tratamos das novas tendências da educação moderna, que nos oferecem assunto para reflexão. Pode ser útil que nos ocupemos agora, rapidamente, da diferença entre as escolas do passado e as do presente, entre o antigo e o novo conceito da educação.

II. A EDUCAÇÃO PARA A MUDANÇA SOCIAL

As escolas do passado eram, sob todos os aspectos, diametralmente opostas às que têm sido descritas como escola moderna. Bas-

tante afastadas da vida, mantinham um ambiente peculiar, livre-co e escolar e, em geral, não tomavam conhecimento das mudanças sociais. Isto não tinha grande importância, pois não precisavam assumir as funções educativas, que eram tacitamente atribuídas à família, à vizinhança, à comunidade e à sociedade em conjunto. Além disso, no passado, a escola era considerada um centro de preparação, onde a criança ajustava-se, por imitação, a uma sociedade bem estabelecida.

Atualmente, tudo isto mudou. Não podemos deter as mudanças sociais que os nossos filhos terão que enfrentar, nem podemos isolar as escolas do resto do mundo. Nem mesmo as pessoas mais conservadoras esperam que seus filhos vivam num mundo igual ao que elas conheceram. São obrigadas a aceitar a educação com vistas à mudança, não a um ajuste imitativo, uma educação baseada na suposição de que seus filhos deverão resolver os novos problemas que lhes serão apresentados no futuro. Outrossim, a escola pode ser considerada não só como introdução a uma sociedade já dinâmica, mas também como agente das mudanças sociais, o que, por sua vez, torna mais intensa sua relação com outros aspectos da vida.

Nos Estados Unidos discutiu-se acaloradamente sobre se a escola deve atrever-se a participar da transformação da ordem social.⁵ Quando se formulou pela primeira vez essa sugestão, foi considerada mais ou menos como proposta comunista, destinada a utilizar as escolas como instrumento a serviço da política, preparando o caminho para a revolução social. Naturalmente, não se devem introduzir na escola as lutas políticas, para que não desapareça a tradição democrática no processo de transformação; mas quem negará que as escolas devem participar no processo de educação social que prepara novo tipo de homem, capaz de enfrentar as responsabilidades que nos impõem as novas técnicas de organização social, as mudanças e as habilidades tecnológicas? Quem poderá negar que se a escola fôsse um agente estático, uma torre de marfim contemplando do alto sem perturbar-se, o fluxo da vida, não tardaria em se tornar tão antiquado e fossilizado que seria considerado inútil e possivelmente descartado? A escola moderna não tem outra alternativa senão intensificar e ampliar seus contatos com os outros tipos de atividade vital e com as instituições sociais; terá que abandonar seu antigo caráter puramente escolástico, à medida que fôr assumindo, com maior intensidade, as funções que outras instituições descuidam. A escola deverá assemelhar-se mais ao lar, à oficina, à comunidade, à medida que a família, a oficina e a comunidade abandonarem suas funções educativas. As crianças deverão encontrar na escola o que perderam no lar, talvez devido a que tanto o pai como a mãe trabalham e comem fora. A medida que vai desaparecendo o ambiente familiar que abrange

duas ou três gerações, o ambiente escolar deverá incorporar mais abertamente e procurar assumir as qualidades humanizadoras que anteriormente caracterizavam o lar. Não há dúvida de que a aquisição de uma responsabilidade sempre crescente por parte de qualquer instituição não está isenta de perigos; pode levar a confusões, e há grande parcela de verdade na afirmação de que a escola não pode substituir o lar, nem a professora a mãe. Contudo, como a nova ordem social já se encarregou de numerosas funções educativas que antes correspondiam à mãe, é necessário procurar a solução numa distribuição prudente de funções, e não numa saudade constante dos dias do passado.

Outro motivo existe, pelo qual a escola moderna perdeu parte do seu caráter livresco e já não considera que a transmissão dos conhecimentos acumulados seja sua única tarefa: os próprios estudos mudaram de sentido.

Quando os livros eram escassos, saber ler ou escrever constituía-se privilégio de uma casta sagrada, e o estudo era considerado atividade também sagrada, afastada da vida cotidiana de trabalho. Os livros eram manipulados com humildade e os homens de estudo gozavam de grande deferência. Na Europa, isto ajudou a desenvolver e difundir a atitude livresca que as pessoas vulgares ainda se sentem inclinadas a associar ao estudante e ao sábio. Elemento essencial dessa atitude é o formalismo: por exemplo, a crença na virtude mágica de um enfoque e de uma apresentação escolástica, que se consideram superiores ao sentido comum. A antiga atitude persiste em certas escolas que insistem no aprendizado de memória, como se não existissem, à disposição de todos, os tratados e as obras de referência e consulta.

Na sociedade estática de outros tempos, o aprender de cor servia ainda para petrificar os conhecimentos, instilando veneração pelos ensinamentos do passado e inibições contra a tendência a descartar o velho em favor do novo. Como esta maneira de aprender requeria muito tempo, o ensino pela memorização dificultava também a passagem das informações indesejáveis. A idéia não era de criar uma mente que se pudesse desenvolver, mas uma mentalidade estreita que se limitasse às doutrinas aceitas e aprovadas. Este aspecto do ensino teve que ceder ante o impacto da dinâmica social. A procura de novos fatos e de novos pontos de vista rompeu tôdas as peias: a inventiva e as contribuições de novos conhecimentos ganharam a supremacia sobre a erudição e a mera aprendizagem de memória.

Desde que os livros penetraram no lar, e as bibliotecas se tornaram acessíveis ao público, o povo já não considera o saber com admiração mesclada de temor, como se fôsse coisa muito remota. O aumento da habilidade, da rapidez e das possibilidades dos métodos para popularizar e difundir o conhecimento aumentou o

prestígio do sistema de 'experimental para ver' (*trial-and-error*), em prejuízo da antiquada inculcação de textos sagrados ou semi-sagrados.

Adquiriu nova significação o velho provérbio romano: *Non scholae sed vitae discimus*. Ao invés de preparar cuidadosamente a criança para as exigências de um ambiente escolar isolado e seu correspondente formalismo, hoje consideramos que a educação formal deve ser uma preparação para a vida adulta e para a compreensão da sociedade. Ou, nas palavras de Delisle Burns: 'Para o homem moderno, a educação é uma janela que se abre para o grande mundo'. A tarefa da escola é mostrar como se pode aprender mais eficientemente as lições proporcionadas pela vida, como tirar conclusões da experiência e como nos tornar auto-educadores.

Como as escolas devem servir de trampolim para uma orientação inteligente durante a vida, sua tarefa especial, na sociedade democrática, deverá ser a de interpretar tôdas as fases da vida em termos da experiência democrática. Não devemos confundir tal coisa com a propaganda totalitária, pois nas sociedades totalitárias as diversas facetas da vida servem apenas de pretexto para inculcar à força as idéias ortodoxas, mediante a repetição incessante.

III. A INTERPRETAÇÃO DEMOCRÁTICA DA VIDA

A interpretação democrática da vida destina-se a mostrar as diferentes maneiras de formar uma família, educar os jovens, realizar negócios, passar o tempo livre etc. É uma educação que deve ajudar os homens de boa vontade a enquadrar sua vida dentro dos ideais democráticos; sem essa ajuda, talvez não pudessem encontrar as normas adequadas. Hoje em dia, são muitos os que aspiram a possuir conhecimentos e a serem aconselhados, e desejam saber qual a solução que merece ser chamada democrática. Tôdas as sociedades precisam de definições de situações sociais e de normas que guiem suas reações. De forma limitada, porém intensa, o costume e a tradição costumavam satisfazer a esta necessidade. O cristianismo assim o fez, em forma sistemática, ao interpretar todos os conhecimentos vitais conforme o espírito cristão. Nenhuma sociedade futura poderá viver sem uma interpretação semelhante. A atitude do *laissez faire* deixaria ao cuidado do indivíduo o esclarecimento de si mesmo e da situação; os sistemas totalitários imporiam as interpretações ortodoxas vindas do alto. A solução da Terceira Posição consiste em apresentar as interpretações ao debate público, isto é, em admitir formas alternativas para aplicar soluções e modificações voluntárias. A crença vã de que cada pessoa é bastante criadora para resolver suas próprias dificuldades tem perdido terreno. Atualmente, já se admite que diversos tipos de

escola deveriam fornecer um comentário prático sobre a vida, proporcionar novas informações e interpretações para o homem da idade da máquina.⁷ A opinião de que a mente adulta era um produto completo e acabado foi uma consequência da incapacidade dos professores em encontrar o ponto de vista e a linguagem adequados para explicar as mudanças, ou para compreender as novas necessidades e os novos interesses. A apatia do adulto médio não é tanto culpa sua, como resultado da falta de estímulo, de alento e de orientação. A sociedade democrática, que depende do bom senso dos seus cidadãos, deve romper o feitiço da apatia, pois o vácuo mental é o melhor viveiro dos *slogans* fascistas.

IV. CONTINUIDADE DO ESQUEMA EDUCATIVO

Se a educação tiver que se transformar em sólida base da sociedade, será necessário providenciar a continuidade da sua organização. A educação na Inglaterra, por exemplo, orgulhava-se antigamente do seu caráter versátil e casual, mas, recentemente, tem dado grandes passos no sentido da supressão de velhas lacunas e se foi transformando, pouco a pouco, numa espécie de serviço público unificado. A importante Lei de Educação (*Education Act*) para a Inglaterra e o País de Gales (1944) autoriza o Ministro a levar a cabo uma política nacional. As três etapas principais abrangem todo o campo da educação: educação primária obrigatória, dos cinco aos doze anos; educação secundária, dos doze aos dezoito; serviços para a juventude e educação 'suplementar' — incluindo os colégios do condado, as medidas para as bolsas universitárias, os cursos técnicos e de treinamento, completos ou parciais — para as pessoas cuja idade ultrapasse a prevista para a educação escolar obrigatória. A adolescência, especialmente, é encarada dentro de um espírito inteiramente novo e tudo leva a crer que a educação de adultos também será incentivada de diversas maneiras.

Um relatório do Conselho Consultivo da Juventude Britânica expõe princípios muito avançados, que vão muito além dos paliativos aplicados ao acaso. O relatório reconhece que, antes da guerra, a campanha do governo em favor da juventude, outra finalidade não tinha senão manter as crianças afastadas das ruas; os novos tempos exigem um programa construtivo, em vez de medidas meramente preventivas.⁸ Uma das finalidades atuais é a de constituir organizações juvenis de mais amplos contatos com a comunidade; assinalou-se também que o Serviço da Juventude deveria ser um centro de preparação para a vida dentro da comunidade. 'A finalidade de todas as nossas sugestões é que os jovens possam ter, no âmbito mais estreito das suas próprias organizações, uma experiência que venha a constituir uma miniatura daquela

da comunidade, da qual logo mais deverão tomar parte em forma mais completa'.⁷ Tal orientação deveria ajudar ao desenvolvimento da cooperação, à tolerância, à confiança em si mesmo, à responsabilidade conjunta e, especialmente, ao sentimento de que toda pessoa tem sua importância. Tudo isso indica que os planejadores de que tinham que remediar vários defeitos sociais. Sabiam que teriam de enfrentar certos desajustamentos sociais e psicológicos que resultavam de ambientes urbanos pouco saudáveis e das influências de uma sociedade de massas. Também sabiam que não basta proteger a juventude contra o que temos denominado 'desenraizamento', mas que é necessário dar-lhe também oportunidades que estimulem o desenvolvimento das atitudes sociais. Isto pode servir para ilustrar o significado do 'Planejamento para a Liberdade' e a importância que nêle se dá à participação voluntária.

Dentre as oportunidades de integração social que se podem planejar de forma deliberada devemos mencionar os Centros de Comunidade. Surgiram pela primeira vez na Inglaterra, relacionados com os modernos Centros Habitacionais.⁸ Podem agora ser criados e sustentados pelas Autoridades Educativas Locais em qualquer zona, mas especialmente nos centros industriais.

Uma das mais interessantes experiências neste sentido é o Centro de Saúde de Peckham.⁹ É um clube para famílias, no sul de Londres, que oferece oportunidades para a vida em comum e os serviços de saúde, dentro do espírito da medicina preventiva. As famílias urbanas podem ingressar no clube mediante pequena cota, e ali encontram numerosas facilidades para atividades e passatempos saudáveis e agradáveis. O Centro dispõe de pessoal médico para exames periódicos; está instalado num edifício funcional, inundado pela luz solar. Os autores do projeto declaram que sua idéia de saúde possui conteúdo social, tendo origem na epidemiologia, segundo a qual os animais que vivem em colônias — a menos que tenham sido atacados anteriormente por alguma enfermidade — mostram infalível resistência às doenças. Pode-se então dizer que a resistência à enfermidade depende de uma vida comunitária saudável. Isto implica na necessidade de estudar os padrões da sociabilidade espontânea e do bom companheirismo. A atração e a repulsão espontâneas¹⁰ — forças dinâmicas fundamentais — não devem ser objeto de interferência, sobretudo por meio de planos de construções que obriguem as pessoas a viverem em pequenos apartamentos isolados. Por esse motivo, o centro social do edifício é constituído por grande salão com muitos recantos e subdivisões em que se podem reunir à vontade pequenos grupos. As separações e paredes permanentes teriam sido prejudiciais para esta 'fluidez de constituição' essencial para a evolução cotidiana e funcional dessa sociedade. Assim, a idéia do planejamento para a liberdade

já está funcionando e atuando em muitas mentes, ainda mesmo que o princípio que a inspira não esteja plenamente reconhecido. Para os fundadores do Centro de Saúde de Peckham, o planejamento correspondia a estabelecer uma estrutura que permitisse a livre associação, não uma norma rígida, e o incremento dos grupos sociais espontâneos.

Podemos, naturalmente, perguntar se esta nova tendência eliminará toda vida íntima e reservada, e obrigará toda a gente a misturar-se continuamente com seus esmelhantes, como aconteceu na União Soviética; se está terminando o período da segregação — o período em que, especialmente nos países nórdicos, as pessoas se fechavam em suas pequenas casas e quartos, fugindo da 'praça do mercado' e da vida pública. A resposta depende do que realmente desejamos. Somos nós que devemos dirigir o desenvolvimento. Podemos encorajar a juventude, como o fizeram os alemães, a transformar-se em grupos segregados dentro da comunidade, ou talvez preferir para eles 'a insulação dentro do conjunto total, mas não o isolamento'.¹¹ A 'insulação' é natural para os jovens que se congregam, mas quando a juventude deseja o 'isolamento', cortando toda comunicação sadia com os outros grupos etários, isto é sintoma de deterioração social.

V. AS NOVAS TAREFAS DA EDUCAÇÃO DOS ADULTOS

A educação dos adultos deverá levar a efeito, na vida cotidiana, a mesma função integradora que as Universidades executam para as profissões liberais. A educação de adultos não continuará sendo uma espécie de substituto da educação universitária para os operários e os trabalhadores de 'colarinho e gravata'. Dedicar-se-á, antes, a ajudar todos os cidadãos a se adaptarem inteligentemente às exigências cambiantes de uma nova sociedade.

A educação de adultos é uma pós-educação e uma reeducação para aqueles que querem se manter em dia com os progressos científicos e com as rápidas mudanças sociais. Todos nós aprendemos na escola coisas que já se tornaram antiquadas; absorvemos motivações e finalidades que hoje estão velhas e fora de lugar. O rejuvenescimento constante é fundamental numa época de pioneirismo, e a demanda para tal renovação supera as exigências alternativas do conservadorismo e do progresso. Se o conservadorismo significa um ajuste de tradições para se adequarem às exigências da nova época, e não a conservação dos preconceitos de uma era que já passou e, de outro lado, se a mentalidade progressista significa acentuar tudo o que é construtivo e afastar os elementos corruptores, e não a cega adoração de tudo o que é novo, então não nos perturbará o dilema que preocupou as gerações anteriores. antes a ajudar todos os cidadãos a se adaptarem inteligentemente.

Dos dois *slogans*: 'a educação deve transmitir aos jovens as tradições que o passado nos legou' e 'a escola deverá ajudar a organizar uma nova ordem' — nenhum dos dois têm validade absoluta. Se tivermos que organizar uma nova ordem, mas unida por uma ponte ao passado, as referidas alternativas não precisam ser reciprocamente exclusivas.

A educação para os adultos só poderá formar parte orgânica do plano de educação pública se fôr planejada como seqüência ininterrupta dos serviços da juventude recentemente integrados.¹² Da mesma maneira como se projetaram os serviços da juventude, tendo em vista a formação da personalidade e a preparação das virtudes cívicas, a educação para os adultos deverá ser projetada para uma estrutura social específica que requeira certos tipos de personalidade.

A educação de adultos no espírito do *laissez-faire* era coerente na medida em que propugnava oferecer ao povo o que este desejava; chegava porém ao extremo de não procurar sequer proporcionar acesso a conhecimentos mais profundos ou aos meios mais suscetíveis para gozar do tempo livre de modo criador. O baixo nível do gosto e dos meios de passar o tempo foram aceitos como representativos da livre escolha do povo. Quando uma instituição que pretende dedicar-se à cultura, não se preocupa em divulgar essa mesma cultura, nada mais faz senão sancionar o *status quo*. Nos Estados Unidos, há muitos partidários dessa maneira de interpretar a democracia — atitude esta que coloca a mesma ênfase sobre os mais diversos passatempos recreativos e atividades vocacionais. Existem cursos desse tipo que têm o mesmo valor no currículo que os que favorecem o desejo de reorientação, num mundo em constante evolução, ou de genuína auto-educação.

Embora seja esnobismo não levar em conta as necessidades mais simples do povo, o sentido autêntico da democracia não pode ser o de dar o mesmo peso e importância a qualquer exigência popular. Devem existir instituições que sirvam aos interesses vocacionais e recreativos de todas as pessoas, mas não hão de ser forçosamente idênticas às instituições que procurem 'satisfazer o desejo do adulto, quando este já tenha vivido bastante para formular a pergunta que necessita de resposta, ou para criticar as respostas que lhe são dadas, à luz de uma experiência que a juventude não pode possuir'.¹³ Se a educação de adultos visar, verdadeiramente, a ajudar cidadãos ajuizados e de espírito público, que se preocupam pelos problemas da comunidade em todas as atividades da vida, e bem preparados para julgar os problemas correntes da democracia — essa educação deverá deixar de seguir os impulsos superficiais do momento; se desejar constituir-se em verdadeiro trabalho de base, deverá discriminar cada caso e concentrar-se nos problemas e tarefas mais importantes.

Discriminar não significa ditar os gostos ou impor as opiniões dos intelectuais sobre os cidadãos comuns. O Movimento Inglês para a Educação de Adultos, por exemplo, agiu sensatamente quando baseou seu programa, em primeiro lugar, sobre os desejos do povo. Mas esse método certamente não exclui o esforço para evitar uma variedade de cursos sem sentido, mediante a organização de ciclos básicos sobre o homem, a natureza e a sociedade. Embora devam existir esquemas alternativos de integração, entre os quais o estudante possa escolher, não se pode esperar que este efetue sozinho a integração definitiva dos seus conhecimentos. Uma das fórmulas enganosas da época do *laissez faire* foi deixar entender que a ciência nos pode proporcionar unicamente segmentos dispersos de conhecimento, e não conhecimento integral. É uma opinião tão desastrosa quanto a oposta, sustentada pelos totalitários, os quais pretendem inculcar seu plano único, espúriamente integrado, como filosofia oficial do Estado. A atitude *laissez faire* exige demais do estudante: embora ignorando os métodos de integração dos conhecimentos, espera-se que consiga por si só o que apenas alguns sábios eminentes conseguem a duras penas. Por outro lado, a atitude totalitária oferece uma síntese concluída, distorcendo assim o processo da síntese criadora. Proclama falsamente um sistema fechado de verdades e impõe as doutrinas do momento como ortodoxias políticas.

Em vista de tudo isso, que solução propõe a Terceira Posição? Supomos que todo ser humano sensato deseja possuir um conhecimento integral e, portanto, não podemos nos contentar com conhecimentos parciais. Supomos também que certos instrumentos são requisitos necessários à ação e à orientação moral. Se a ciência não satisfaz essa necessidade, isto será feito pela propaganda ou pela doutrina dogmática. A satisfação desses desejos da mente madura tem sido bloqueada especialmente pelos preconceitos de uma era de superespecialização, que afirma que a ciência pode explorar unicamente campos departamentalizados de pesquisa, e que a integração está além de sua capacidade. No entanto, temos aprendido que a integração dos conhecimentos é tão importante quanto a análise. A verdadeira ciência ocupa-se de campos de estudo completos, explora os problemas limítrofes, e procura visualizar, ainda que provisoriamente, as implicações e ramificações filosóficas da nossa visão, que abrange campo cada vez maior. O estudo da *Weltanschauung* é tão importante como qualquer outro estudo.¹⁴

A síntese científica, ou a integração dos conhecimentos, difere da do leigo ou das sínteses dogmáticas sobretudo por não estar fechada e por se achar sempre pronta para novas expansões. Acentua seu caráter hipotético e admite francamente que o quadro que está pintando terá que ser remodelado à luz de novos conhecimen-

tos. Evita também pretensões à finalidade, apresentando honestamente modos alternativos de integração filosófica. Mostra claramente que, na mesma época, diversas tendências de pensamento rivalizam entre si. O enfoque dogmático falsifica essa posição aberta e provisória, pela simples suspensão das alternativas que não lhe agradam.

O significado educativo do acesso da Terceira Posição reside em seu apêlo à decisão pessoal. Cria a possibilidade de que cada um julgue por si mesmo, apresentando os conhecimentos em forma de entidade dinâmica, com estrutura hipotética. O trabalho da integração não fica simplesmente a cargo do estudante, mas, ao contrário, colocam-se diante dele as tendências alternativas de sua época, para escolha da que preferir.

Se fôr entendido corretamente, êsse sistema aberto não conduzirá ao relativismo mas a uma compreensão mais profunda da vida intelectual, avançando para um objetivo cada vez mais largo. No decurso dêste processo, os conhecimentos e as estruturas conceptuais de ontem revelam-se como fragmentários, como algo que só se compreende completamente em retrospecto.

VI. AS TAREFAS DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Alguns poderão dizer que tal aprofundamento dos conhecimentos é possível unicamente em nível universitário, supondo que as Universidades englobam os supremos esforços e realizações intelectuais.

As Universidades, sem dúvida alguma, devem apresentar, e realmente apresentam, a vida intelectual em plano mais elevado que o cotidiano. Existe, porém, a opinião de que numa sociedade bem organizada o refinamento ('sophistication') pode criar diferenças no nível de realização, embora não na qualidade do interesse intelectual e na profundidade das intuições ('insight'). Esta é produto da maturidade. Uma mente madura, que foi treinada principalmente pela experiência da vida, pode compreender os problemas básicos da época tão bem como qualquer pessoa douta. As perguntas e respostas daquela pessoa serão menos refinadas, pois não estará familiarizada com o manejo dos termos técnicos, mas nossos problemas não lhe devem ser substancialmente menos acessíveis que ao homem de educação acadêmica. Complementando, precisaremos atingir um objetivo que nos lembrará as grandes realizações da cultura medieval — a apresentação de uma visão unificada do mundo em todos os seus aspectos: para os educados, na linguagem da teologia, e para a comunidade, na linguagem dos símbolos, das lendas, das fábulas etc. Devido às novas técnicas de popularização, à difusão universal da alfabetização e da edu-

cação, nossa época pode visar a êsse objetivo com maiores possibilidades de êxito do que a sociedade medieval, que se achava limitada pelas condições primitivas da economia agrária.

A educação de adultos deverá ser considerada uma das mais importantes pedras angulares nos fundamentos da obra educativa, a qual deverá tentar a integração do conhecimento, pois uma sociedade democrática de massas necessita recrutar líderes provenientes de tôdas as camadas sociais. A democracia já não comporta uma casta de pessoas, embora de grande erudição (*pundits*) que pretenda ter o monopólio de saber o que é o conhecimento. O dilema fundamental da nossa época e os problemas do homem devem estar ao alcance da compreensão de todos os níveis de educação. Nossa sociedade só poderá atingir uma diversidade de treinamento e especialização se procurarmos constantemente alargar e aprofundar nossa obra educativa comum.

Convém lembrar aqui a sugestão recentemente formulada na Inglaterra, no sentido de que as escolas técnicas e outras instituições do mesmo nível deveriam chegar a ser 'núcleos de nôvo tipo de universidades populares, equipadas para preparar estudantes para uma gama mais larga de vocações e para desempenhar um papel ativo na esfera crescente da educação de adultos'.¹⁵ O agrupamento das escolas técnicas e outras instituições apropriadas num 'campus comum, a fim de formar uma Universidade popular, com disposições que permitam o fácil intercâmbio do pessoal docente e a troca de opiniões dos estudantes', deverá proporcionar ao homem comum um tipo de estabelecimento paralelo à Universidade, que sirva, sobretudo, aos que se dedicam à procura do conhecimento para fins profissionais.¹⁶ Da mesma forma, a sugestão de que se estabeleçam cursos permanentes de revisão para os gerentes, os técnicos e, afinal, para todos — especialmente para as pessoas entre trinta e quarenta anos de idade — está de acôrdo com nossa idéia da necessidade existente numa sociedade dinâmica, de que se mantenha uma educação contínua para os adultos, que permita que todos permaneçam mentalmente alertas e possam satisfazer as exigências modernas da cidadania democrática.

VII. A NECESSIDADE DA REFORMA DA UNIVERSIDADE

O dilema atual das Universidades foi hàbilmente exposto por Ortega y Gasset.¹⁷ As Universidades visam principalmente a três finalidades: preparar estudantes para várias profissões; ensinar e fazer pesquisas; e proporcionar o que se chama, em termos bastante vagos, educação geral.

Como estas três abordagens se mantiveram geralmente desligadas entre si, a pesquisa tornou-se superespecializada e ficou

sem foco de convergência, particularmente nas humanidades e nas ciências sociais.

A educação liberal foi perdendo, gradualmente, toda substância, tendendo a converter-se em ornamento e distintivo dos privilegiados. Atualmente, quase ninguém está satisfeito com esta situação, pois o velho alvo da *Universitas*, isto é, a universalidade do conhecimento, que aspira a ser mais que um simples instrumento para ganhar a vida, não é mais alcançado. Passamos, de repente, a compreender que uma das razões do colapso moral é a mentalidade do especialista que continuou sendo um bárbaro. Os grandes progressos da ciência e da tecnologia têm preparado para posições de liderança muitos especialistas que, do ponto de vista político e cívico representam 'incapacidades bem preparadas'. O treino que receberam os converteu em especialistas tecnicamente eficientes, mas não conseguiu dar-lhes um espírito filosófico, único que poderia ter aprofundado seus conhecimentos; faltou-lhes oportunidade para adquirir uma compreensão da nossa situação humana e social.

Ortega y Gasset tem razão quando diz que o renascimento da Universidade exige que a educação liberal se transforme em núcleo do plano de estudos. Propõe uma 'faculdade de cultura' no coração da vida universitária, para desenvolver o que chama 'a síntese cultural'. Nem a investigação nem o ensino profissional podem fazer reviver a tradição humanista que, em primeiro lugar, educa o homem para, em seguida, preparar o hábil profissional e o pesquisador de alto nível. Mas que espécie de currículo será apropriado para educar tanto o homem como o cidadão? Ortega y Gasset pensa, com muita razão, que o homem educado se distingue pelo conhecimento das filosofias vitais que governam a sua época. Em nossa opinião, esta orientação básica deveria ser suplementada por um conhecimento dos fatos, que permitisse a todos os homens formarem idéias corretas acerca do lugar do homem na natureza e na sociedade. Nesta ordem de idéias deverão ser examinados os problemas da nossa sociedade contemporânea, especialmente o desafio da democracia e os seus respectivos problemas educacionais. Depois de estabelecido este currículo básico para todos os estudantes, o preparo para as pesquisas e para as profissões encontrará seu lugar adequado. Nenhuma destas atividades se encontraria operando no vácuo, como acontece hoje com frequência, senão que todas estariam relacionadas com aquele currículo central.

Espero não ser acusado de preconceito profissional quando pretendo que o sociólogo é quem melhor está qualificado para organizar este ensino interdepartamental. De qualquer maneira, a sociologia deveria ser ensinada de tal forma que a sua função sintética prevalecesse no campo das ciências sociais.¹⁸

Por último — embora isto não seja de menor importância — nenhuma reforma universitária terá resultados satisfatórios se não enfrentar o problema no plano internacional.¹⁹ Isto se aplica às Universidades e às outras instituições de educação para adultos. Até que ponto serão suficientes os contatos permanentes, o intercâmbio de estudantes e professores, as discussões conjuntas e os acordos sobre planos de estudos; se há necessidade de se organizarem Universidades internacionais e se é possível fazê-lo — tudo isso são temas que ficam abertos à discussão. É possível que ambos os métodos se possam combinar, num esforço para promover a integração internacional por intermédio da educação. É certo que a educação, só por si, não pode resolver o problema da desorganização social; contudo, sem um esforço educacional, nenhum plano de integração poderá ter significado duradouro.

VIII. ALGUNS ASPECTOS REDISTRIBUTIVOS DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Poderíamos ser acusados de superestimar as capacidades intelectuais do homem da rua, e de termos uma confiança ingênua no poder da educação, ao supor que todos podem adquirir, mediante a educação, aptidões para participar, judiciosa e inteligentemente, dos negócios públicos. É uma censura característica da mentalidade que prevalece, geralmente, na etapa monopolística do capitalismo. Nessa fase propaga-se inconscientemente um pessimismo e um ceticismo que tudo invadem e que frustram qualquer medida progressista, para além do *status quo*. Aquêles que temem pelos seus interesses criados, vêem com receio qualquer avanço genuíno da democracia. Qualquer progresso na propagação do juízo crítico suscita a reação de César: 'Pensa demais; tais homens são perigosos'. Os homens obstinados que se preocupam com seu governo oligárquico, não se enganam ao compreenderem que o seu regime não se poderá perpetuar se tiver que enfrentar o tribunal da opinião pública democrática. Mas estão errados quando fecham os olhos diante da possibilidade de um ajuste pacífico, que manteria a estabilidade social durante as mudanças e eliminaria as formas irresponsáveis de governo.

A idéia de que os conhecimentos adequados se encontram unicamente nas mentes de uns poucos privilegiados faz parte de um sistema restritivo da produção que prospera num ambiente de escassez artificial. No campo da educação, esta atitude restritiva racionaliza-se mediante a afirmação de que as massas, devido à sua incapacidade inata, não podem fazer bom uso das oportunidades que a educação lhes oferece.²⁰ A sociedade medieval aceitava a desigualdade de situação e hierarquia como resultado de uma ordenação divina. A justificação não-teológica das diferen-

ças de classe procura interpretar as diferenças de educação e criação como naturais, projetando na mente humana as desigualdades provocadas pelo ambiente social e querendo fazer supor que as classes sociais superiores herdaram um talento superior. Os defensores desse dogma apelaram para a biologia em busca de apoio, uma vez que o homem moderno está inclinado a submeter-se à autoridade 'científica'. Esforçam-se em demonstrar o dogma da média fixa do quociente de inteligência de várias camadas sociais, assinalando o maior rendimento médio escolar e os quocientes médios de inteligência entre os filhos das classes abastadas.

As críticas sociológicas feitas às pretensões injustificadas da teoria dos testes, e o aperfeiçoamento dos estudos experimentais, fizeram com que nos tornássemos mais cuidadosos ao atribuir as diferenças comprovadas em habilidades simbólicas, a traços inatos da personalidade e à natureza imutável. Já não estamos tão seguros, quando medimos as diferenças em questão, de que sejam devidas à natureza, à alimentação ou à educação. Parece exato que a estatura física dos homens é determinada pela hereditariedade. Contudo, as pesquisas de Sir John Boyd Orr comprovaram que a diferença média das estaturas das crianças das classes altas e baixas da Inglaterra, são devidas, em grande parte, a diferenças de alimentação, que dependem dos rendimentos das famílias.²¹ O aumento da altura dos escolares e dos militares de vários países, que pôde ser comprovado nas últimas décadas, também indica a mesma tendência.

Os resultados dos testes têm demonstrado que nos Estados Unidos as crianças negras das escolas do norte do país são 'mais inteligentes' que as crianças brancas, paupérrimas, das classes sociais baixas, das escolas do sul; ou seja, que as diferenças comprovadas refletem diferenças culturais e não étnicas. Um estudo cuidadoso das diferenças culturais, quanto à inteligência, entre as crianças de origem italiana, alemã e irlandesa em Chicago, descobriu variações relacionadas entre si em numerosos fatores mentais e sociais. Foram examinadas as proporções entre as crianças de um e outro sexo, as diferenças entre os distintos grupos de idade, os tipos e espaços dos edifícios habitados, os índices da delinqüência, os eleitores registrados, a mortalidade infantil, o tempo de residência, o tamanho da família, o nível de escolaridade atingido, o analfabetismo, a média dos aluguéis, a propriedade das casas, a quantidade de aparelhos de rádio e o número de famílias que vivem de subsídios da Assistência Social. Constatou-se que todos esses fatores variavam concomitantemente, em grau maior ou menor, com as variações dos dados dos testes. O autor conclui que 'o ambiente do lar que implica diferenças em relação a livros, rádios, revistas etc., varia com a inteligência das crianças. Isto é, supondo que as provas estejam bem feitas, a criança pode ajustar-

-se socialmente numa variedade de situações, a uma variedade de níveis de inteligência, mas necessita, a fim de chegar ao nível de inteligência de determinado grupo, do equipamento de aprendizagem que proporciona um ambiente econômico ótimo'.²²

1. Democratização, não nivelação da educação

A relutância em proporcionar oportunidades adequadas e iguais em matéria de educação é ainda menos justificável e convincente que a relutância em aceitar as propostas tendentes a maior igualdade de rendimentos. As oportunidades educacionais mais amplas proporcionam à comunidade benefícios superiores ao seu custo. O seu valor consiste essencialmente em aprofundar e refinar a transmissão da nossa herança cultural. Uma ampla participação do povo na vida cultural resultará num encorajamento e na supressão do complexo de inferioridade que as sociedades plutocráticas e autoritárias cultivam tão cuidadosamente naqueles que condescendem em chamar de 'homens comuns' ou 'sem importância'.

A supressão das frustrações, graças às novas oportunidades, e a possibilidade de comprovar a própria habilidade, estimulam com frequência a imaginação criadora; o aumento das oportunidades incentiva o esforço intelectual e amplia a inteligência. Como diz acertadamente J. L. Gray:

É possível que a conduta inteligente seja estimulada até um alto nível de desempenho, nos grupos ocupacionais engajados na rápida ascensão da escala social. Ali, onde se encontram presentes condições de mobilidade, os indivíduos selecionados por outras qualidades, bem como pela sua inteligência, farão, com frequência, esforços excepcionais para favorecer o progresso social, não só de si mesmos, como também de seus filhos. Por outro lado, quando as pessoas atingem uma posição social relativamente elevada, e deixam de sentir-se pouco firmes, podem esses esforços diminuir de ritmo. É evidente que a falta de oportunidade para o indivíduo elevar-se acima da classe a que pertence paralisa a reação dos filhos do trabalhador não especializado diante dos estímulos intelectuais. As diferenças ambientais podem ser mais poderosas na produção de variações nos testes de inteligência dos grupos intermediários, do que nos que se encontram nos extremos superior e inferior da escala social.²³

Tal aumento de amor-próprio e de eficiência é temido pelos grupos que defendem os interesses criados.²⁴ Quando não resta nenhum outro argumento, recorrem à conhecida frase 'não podemos, por falta de recursos', como acontece quando se propõem novas oportunidades educativas. Este método de frustração jamais declara quais são os critérios utilizados para limitar as oportunidades. Poderíamos ter pensado que a última guerra houvesse rompido o prestígio daquela frase mágica, mostrando ao povo o que as nações industriais *podem* fazer, desde que possuam a necessária.

vontade. A frase 'não podemos, por falta de recursos' implica sempre uma referência a outra frase feita: 'nas presentes circunstâncias': isto é, a circunstância da distribuição das rendas, os impostos, a escassez deliberadamente tolerada, a produção de artigos de luxo, além de uma atitude de complacência. A redistribuição da renda e o controle público dos recursos e do seu emprego podem servir consideravelmente para ampliar as oportunidades em matéria de educação.

Tais políticas educacionais não são simplesmente problemas relacionados com as finanças: trata-se de como utilizar os recursos existentes, obtendo-se as maiores vantagens. Não basta abrir as portas de um museu;²⁵ os visitantes precisam ser atraídos por meio de métodos apropriados para o ensino da apreciação da arte. Não basta redigir regulamentos tolerantes para a entrada nas bibliotecas; é preciso ensinar a melhor maneira de utilizar o que a biblioteca oferece. Devemos estabelecer uma ligação entre as leituras sugeridas e as situações concretas da vida; proporcionar livros à mãe, para ajudá-la a bem educar seus filhos, aos jovens, para ajudá-los a escolher uma carreira, e assim por diante. Durante a última guerra surgiram na Inglaterra os escritórios de consulta para os cidadãos, como método organizado para aplicar à vida os conhecimentos humanos. São significativas as colunas jornalísticas dedicadas aos 'conselhos para os namorados', na imprensa diária, bem como o tamanho dos auditórios radiofônicos em que se exibem o sr. Anthony e Dorothy Dix nos Estados Unidos.

O processo democrático incentivou a arte de pensar e falar simplesmente entre os escritores que procuram maiores públicos e auditórios. Hoje se escrevem livros adequados aos diversos níveis mentais da população. Toma-se cada vez mais em consideração o preparo que já possuem os diferentes grupos e classes quando iniciam suas leituras, suas expectativas ocultas, suas premissas intelectuais.²⁶ Observamos uma tendência secular, que se afasta da reclusão escolástica e do monopólio do conhecimento das Sagradas Escrituras e dos textos clássicos, e nos aproxima da atitude oposta, que deseja tornar o conhecimento acessível até mesmo aos mais humildes. Este processo é acompanhado de avanços na psicologia e sociologia do gosto literário e da educação em geral. Um estilo simples e lúcido é muito adequado para enfatizar os pontos essenciais. O esnobismo e a segregação artificial vão sendo descartados na difusão do conhecimento.

Tudo isso é muito saudável e contribui para a expansão da democracia. É também criador, na medida em que procura eliminar aos poucos as desigualdades de oportunidade em matéria de educação e suprimir as barreiras entre duas ou mais nações dentro da nação. Sem embargo, o princípio do 'pôr o conhecimento em circulação' (Dewey)²⁷ pode facilmente desviar-se do objetivo. Numa

época de educação em massa, as idéias de propaganda e de 'aumento de circulação' podem chegar a abafar todo sentido de qualidade, que só lentamente amadurece na sociedade. Produção em massa e padronização das mercadorias para satisfação das necessidades normais são uma coisa; no campo da educação, entretanto, este princípio só pode transformar o mínimo denominador comum em norma universal.

A relutância em aceitar o princípio da nivelação, por considerá-lo como tendente a 'nivelar por baixo', está longe de ser um desdém esnobe pelas camadas baixas, que seriam de qualidade humana inatamente inferior. Ao contrário, essa atitude se baseia na compreensão de que, uma vez que a cultura e educação dos menos privilegiados foram descuradas ao longo dos séculos, eles só podem agora assimilar e apreciar idéias e eventos de inferior qualidade.

Muitos assinalam o valor presumivelmente alto e intrínseco do folclore. Mesmo no passado o folclore era, em grande parte, a lenta adaptação plebéia de padrões culturais criados pelas classes altas em séculos anteriores. A substância e a forma da cultura das classes altas descia lentamente para as camadas inferiores e representava a *gesunkenes Kulturgut*, segundo expressão de Hans Naumann.²⁸ Enquanto o folclore e a cultura popular conservaram sua vitalidade, este processo não implicou necessariamente uma diminuição de qualidade. Era um processo de aculturação, no qual as camadas inferiores assimilavam a substância e as formas de experiência das superiores. Hoje, porém, o chamado "folclore" é difundido artificialmente pela indústria das diversões públicas. Sob o impacto da Revolução Industrial, da urbanização e da emigração, as camadas inferiores se transformaram geralmente em massa inarticulada de consumidores, cujo gosto e cuja capacidade de escolher são muito duvidosos.

O repentino reconhecimento da 'cultura popular' e a propagação das suas falsas normas são freqüentemente justificadas pelo *slogan* de propaganda: 'o cliente tem sempre razão'. Isto serve de motivação para as diversões comerciais e suas formas de proporcionar um escape para as massas. Só de boca para fora rendem tributo à dignidade humana; antes se propõem perpetuar e popularizar todos os pecados que a sociedade cometeu no passado, deixando de educar o cidadão para apreciar as coisas de real valor. A educação, porém, não aceita nenhum determinado nível como final, mas dedica-se a melhorá-lo. Naturalmente, este enfoque não pode ignorar a existência do analfabetismo e da inércia mental em nossa sociedade.

2. Rumo à feliz democratização da cultura

Que é necessário para a democratização bem sucedida dos valores culturais genuínos, em contraste com o processo de nivelção por baixo, que os transforma em divertimentos comercializados? Toda expansão da educação, tanto no nível social como no intelectual, deve ser planejada estrategicamente. Em ambos os casos, a melhoria costuma ser efetuada gradualmente. No campo social, podem ampliar-se sistemática e cientificamente as oportunidades educativas e sociais graças a uma melhor planificação do conjunto do sistema educativo, em conexão com a orientação vocacional. No campo intelectual, deve ser levado a efeito um avanço gradual para níveis intelectuais e morais cada vez mais altos. A democratização não significa, necessariamente, uma nivelção por baixo a fim de eliminar diferenças, mas antes para permitir que haja variedade na vida cultural e que se apreciem as diferenças culturais como valiosos pontos de partida na busca do conhecimento pelo homem.

Há um grupo social especial que deverá ser preservado como proteção contra a monotonia e as tendências niveladoras numa cultura planejada: a *intelligentsia* independente.²⁹ Uma sociedade formada unicamente por grupos profissionais, burocráticos e grupos de interesses seccionais, corre o perigo de criar uma mentalidade rígida, preocupada sobretudo com a melhoria das instituições e com os expedientes do momento; não disporá das idéias dinâmicas e da imaginação social capazes de transcender as estruturas existentes das instituições sociais. No passado, grupos de intelectuais independentes produziram uma mentalidade dinâmica que foi além das fronteiras da realidade existente. A função desses intelectuais seria difícil de substituir. Uma sociedade democrática deverá, de certa forma, planejar deliberadamente certas carreiras que fiquem por fora da escala social e educacional.

No campo intelectual, a *intelligentsia* será um paralelo às mentalidades pioneiras na esfera econômica, preferindo os atalhos ainda não percorridos aos rotineiros caminhos de conduta e pensamento. Da mesma maneira, os grupos culturais e intelectuais deverão ter plena liberdade para competir entre si. Seus antagonismos não são meros caprichos de que a sociedade possa prescindir. Tais grupos são as molas sociais da vida cultural criadora, que hoje está ameaçada pela reprodução mecânica e o consumo em massa de tudo o que é velho, 'clássico' e seguro. Apoiar e proteger tais grupos criadores, diante da influência da burocratização e do excesso de organização, não só cria uma barreira contra a nivelção por baixo, mas também assegura o processo oposto, tendente à elevação. Esses grupos podem tornar-se perigosos quando são isolados ou segregados. Incorporados à corrente principal da

opinião pública, constituem baluartes do crescimento gradual, abrigos para o desenvolvimento da sensibilidade, dos fortes sentimentos e das idéias imaginativas.

As idéias novas sempre têm surgido no seio de pequenos grupos em que existiam contatos pessoais duradouros. As idéias circulam na praça por intermédio da publicidade de massa, mas não é ali que se produzem. Continua sendo o pequeno grupo dissidente o que favorece as inspiradas aventuras do espírito e o entusiasmo intelectual. Tais grupos alimentam e põem à prova as idéias novas antes que estas tomem uma forma adequada à sua difusão em círculos mais amplos do público. Destarte, na Época das Massas, os oásis intelectuais protegem a sociedade contra graves perigos, evitando que as normas da propaganda comercial e política se transformem em modelos para o planejamento cultural.

N O T A S

CAPÍTULO 10

A EDUCAÇÃO COMO TRABALHO DE BASE

1. Warner, W. Lloyd, Havighurst, R. J., e Loeb, M. B., **Who Shall Be Educated?** (Nova Iorque, 1944), p. 55.
2. Hiller, E. T., **Principles of Sociology** (Nova Iorque, Londres, 1933), p. 619.
3. *Ibid.*, p. 618.
4. Os problemas que o autor tinha em mente ao escrever o resto deste capítulo foram resumidos numa nota anexa ao manuscrito:
 1. Qual será o conteúdo do mais alto 'fermento'?
 2. Será compreender as idéias dirigentes da sua própria era? (Ortega y Gasset).
 3. O papel do homem na natureza, porém ainda mais na sociedade — A natureza humana e a sua plasticidade — Condições da formação do homem.
 4. Sistema de *Weltanschauung*.
 5. Responsabilidade para com as tarefas comuns.
 6. Trabalho educacional de base para a transformação social do homem.
 7. Separação entre as idéias controvertidas e aquelas com as quais temos que concordar. (Nota dos organizadores.)
5. Cf. Counts, C. S., **Dare the Schools Build a New Social Order?** (Nova Iorque, 1932).
Kähler, A., e Hamburger, E., **Education for an Industrial Age** (Nova Iorque, 1948).
6. **The Purpose and Content of the Youth Service** (Londres, 1943); relatório do 'Conselho Consultivo da Mocidade', nomeado pelo Ministro da Educação em 1943.
Industry and Education, A Statement (Nuffield College, Oxford, 1943); esse relatório põe a mesma ênfase moderna na continuidade da educação e propõe integrar o ensino técnico no esquema da educação.
7. *Op. cit.*, p. 15.
8. Cf. Durant, Ruth, Watling: **A Survey of Social Life on a New Housing Estate** (Londres, 1939).
Idem, 'Social Aspects of Town Planning', **Architectural Review** (março, 1945).
Community Centres Circular (Londres). Livro Vermelho do Ministério da Educação.

9. Pearse, Innes H., e Crocker, Lucy H., *The Peckham Experiment. A Study in Living Structure of Society* (Londres, 1943).

10. Cf. conceito de Jacob L. Moreno sobre espontaneidade, em *Who Shall Survive?* (Washington, D. C., 1934), p. 710.

11. *The Purpose and Content of Youth Service*, op. cit., p. 15.

12. Counts, C. S., op. cit.

O relatório do Nuffield College sobre 'Indústria e Educação', op. cit., diz, muito acertadamente: '... deve ser claramente entendido que o propósito principal da continuação da educação em horário diurno não é vocacional, mas apenas a extensão da educação geral além da idade legal de saída da escola, e constitui uma ponte muito necessária entre a escola e a educação adulta', p. 10.

13. Tawney, R. H., *Education: The Task Before Us* (Londres, s/d.), p. 5.

14. Hodges, H. A., *Wilhelm Dilthey: An Introduction* (Nova Iorque, Londres, 1944).

15. *Industry and Education*, op. cit., p. 26.

16. *Ibid.*, p. 27.

17. Ortega y Gasset, José, *The Mission of the University*, trad. e introdução de Howard Lee Nostrand (Princeton, 1944; Londres, 1946).

Ver também as seguintes publicações da 'Princeton University Press', sobre tópicos relacionados:

The Meaning of the Humanities, 5 ensaios por vários autores (1938).

Foerster, Norman e outros, *The Humanities after the War* (1944).

Stroyer, Joseph R. e outros, *The Interpretation of History*, (1945).

Outras contribuições valiosas ao problema da Universidade em nossa época:

Carr-Saunders, H., 'The Function of Universities in the Modern World', *The Sociological Review* (1940), vol. 32.

Etudiants à la recherche de leur université, Institut International de Cooperation Intellectuelle (Paris, 1938).

Flexner, Abraham, *Universities, American, English, German* (Nova Iorque, 1944), Second Educational Conference, 15 de abril de 1944.

Hutchins, R. M., *The Higher Learning in America* (New Haven, 1936).

Jaeger, Werner, *Stellung und Aufgaben der Universitaet in der Gegenwart* (Berlim, 1924), e Jaspers, Karl, *Die Idee der Universitaet* (Berlim, 1925), são dois bons representantes do pensamento conservador durante a República de Weimar; ver também o livro de Jaspers, *Vom lebendigen Geist der Universitaet* (Heidelberg, 1946).

Millet, Fred B., *The Rebirth of Liberal Education* (Nova Iorque, 1945).

Nash, Arnold S., *The University and the Modern World: An Essay in the Social Philosophy of University Education* (Londres, 1945).

Simon, Sir Ernest, *The Development of Political Universities* (Londres, 1945).

Truscott, Bruce, *Redbrick University* (Londres, 1943).

Idem, *Redbrick and the Vital Days* (Londres, 1945).

18. Cf. Mannheim, Karl, *Die Gegenwartsaufgaben der Soziologie* (Tuebingen, 1932).

Já em 1932-3 o professor Adolph Lowe e eu organizamos tais cursos interdepartamentais, especialmente um seminário conjunto na Universidade

de Frankfurt. Sobre o conceito básico de uma universidade, ver Adolph Lowe, 'Das gegenwaertige Bildungsproblem der deutschen Universitaet', *Die Erziehung*, vol. VII, n.º 1.

Lowe, Adolph, *Universities in Transformation* (Londres, 1940).

Ver também Charles C. Adams, *Selected References on the Relation of Science to Modern Life* (Albany, 1940).

Clarke, F., *Freedom in the Educative Society* (1948).

Linton, Ralph (org.), *The Science of Man in the World Crisis* (Nova Iorque, 1945).

Lynd, Robert S., *Knowledge for What? The Place of Social Science in American Culture* (Princeton, 1939).

Young, Kimball, 'The Need of Integration of Attitudes among Scientists', *Science Monthly* (1924), vol. 18, pp. 291-305.

19. Como uma das primeiras tentativas, ver G. W. Gray, *Education on an International Scale* (Nova Iorque, 1941).

20. Chapman, Guy, *Culture and Survival* (Londres, 1940).

Hartnacke, W., e Wohlfahrt, E., *Geist und Torheit auf Primanerbanken* (Dresden, 1934).

Idem, *Bildungswahn-Volkstod* (Munique, 1932).

Leybourne e White, *Education and the Birth Rate* (Londres, 1940).

National Union of Teachers, *The Service of Youth* (1940).

21. Orr, Sir John Boyd, *Food, Health, and Income: Report on a Survey of Adequacy of Diet in Relation to Income* (Londres, 1936).

Gray, J. L., *The Nation's Intelligence* (Londres, 1936), p. 136.

Idem, e Moshinsky, Pearl, 'Ability and Opportunity in English Education', *The Sociological Review* (abril, 1935), vol. 27, n.º 2.

22. Kobler, Frank J., 'Cultural Differences in Intelligence', *The Journal of Social Psychology* (1943), vol. 18, pp. 279-303; também pp. 295, 297.

23. Gray, J. L., *The Nation's Intelligence*, op. cit., p. 140.

24. Ichheiser acentua, com razão, que os distúrbios da ação (*apraxia*) podem ser devidos, primeiramente, às deficiências pessoais, em segundo lugar a empecilhos nos campos objetivos de ação e, em terceiro (que é o fator mais importante), à consciência de tais empecilhos. Essa 'preconcepção' (Jackson) do que é exequível e do que é impraticável influencia profundamente nossa capacidade e, por meio desta, toda a nossa personalidade. Gustav Ichheiser, 'Zur Psychologie des Nichtkoennens', *Archiv fuer die Gesamte Psychologie* (1934), vol. 92, pp. 358-63.

25. Wittlin Alma, *The Museum* (Londres, no prelo).

A Biblioteca de New Jersey organizou 'recantos para adolescentes'. A frequência diária e o número de livros consultados aumentaram consideravelmente. *The New York Times* (28 de maio de 1949), p. 12.

26. Farrell, James T., 'The Fate of Writing in America', *New Directions* 9 (Nova Iorque, 1946).

Heine, Patricke Johns, e Gerth, H. H., 'Values in Mass Periodical Fiction, 1921-1940', *The Public Opinion Quarterly* (Primavera, 1949), pp. 105-13.

Waples, Douglas, Berelson, B., Bradshaw, F. R., *What Reading Does to the People* (Chicago, 1940).

27. Dewey, John, *Democracy and Education* (Nova Iorque, 1916).

28. Naumann, H., *Grundzuege der deutschen Volkskunde* (2.ª ed., Leipzig, 1929).

29. Cf. cap. 3, nota 33.

TRABALHO E LAZER

I. INCENTIVOS E RECOMPENSAS DO TRABALHO

A TRANSFORMAÇÃO silenciosa — a substituição das tendências frustradoras do capitalismo monopolístico pelo planejamento para a liberdade — é evidente nos novos conceitos de trabalho e de lazer. A primeira fase do capitalismo e da industrialização considerava que o trabalho era algo penoso e que o dinheiro era o incentivo mais importante. O pensamento moderno tem feito uma revisão profunda desses preconceitos.¹ É fora de dúvida que alguns tipos de trabalho são desagradáveis, por exemplo, o trabalho escravo, o trabalho de fábrica excessivamente mecanizado e outros.² Mas um trabalho especializado e de responsabilidade é satisfatório e agradável.³ Por esse motivo, o trabalho do artesão é, muitas vezes, considerado apazível. Além disso, a sensação que tem o indivíduo de sentir-se cada vez mais eficiente em seu labor parece ser estimulante. O desejo de conhecer-se a si mesmo e a satisfação encontrada na execução cada vez mais correta, constituem estímulos inesgotáveis.

Embora seja errôneo falar num 'instinto inato de orgulho por um trabalho primorosamente executado', que teria de compreender muitos hábitos complexos, culturais e adquiridos e várias atitudes, o homem ocidental anseia geralmente por oportunidades de auto-expressão e de atividade. (Podemos passar por alto as técnicas e os valores das aristocracias religiosas do Extremo Oriente, especialmente da Índia, que se dedicam à vida contemplativa).⁴ Uma vez que se adquiriram hábitos e habilidades de trabalho e se pôs em prática uma forma de vida em que o exercício do trabalho é estimado socialmente, chega a ser uma necessidade urgente continuar trabalhando com habilidade. A interrupção forçada do trabalho cria sentimentos de frustração e infelicidade, como o demonstraram os estudos feitos sobre o desemprego. Desde que uma pessoa aprenda um trabalho significativo, por meio do qual possa

expressar-se, este passa a ser sinônimo de alegria; se essa tarefa terminar ou se tornar impossível, isto será não só penoso, como também desorganizará a personalidade. Por isso, a psicologia utilitária, baseada no conceito do *homo economicus*, é correta só em parte, quando afirma que o desagradável do trabalho pode ser superado apenas pela boa compensação pecuniária. Esta teoria aplica-se unicamente às monótonas operações efetuadas com máquinas, numa sociedade industrial cujos *mores* estão baseados no dinheiro.⁶

Além do dinheiro, existem outras compensações — a alegria da cooperação, o sentimento de fazer parte de uma equipe, a obediência voluntária à disciplina, o orgulho pela hábil execução das tarefas que nos são confiadas — tudo isso são partes relevantes da experiência do trabalho. É claro que não devemos cair no extremo oposto e desprezar completamente o incentivo monetário. Afinal, o homem precisa trabalhar para viver — e não para obter 'satisfação' mediante 'recompensas' mais ou menos simbólicas. É necessário considerar o dinheiro como um tipo de satisfação entre outros, mas também como símbolo do fato de que as mercadorias (meios de subsistência) só podem ser obtidas mediante trabalho.

A Terceira Posição não há de seguir os que acreditam na completa abolição dos incentivos pecuniários, nem os que consideram ser o dinheiro o único incentivo permanente e positivo do trabalho. Os múltiplos e simultâneos motivos que fazem parte das experimentações e das invenções artísticas e científicas têm sido pouco estudados em relação ao seu significado, ainda que esse estudo possa ajudar consideravelmente a definir o verdadeiro problema. Podemos descobrir que o artista, o sábio, o médico se dedicam às suas tarefas para alcançar a fama, para servir a humanidade, pelo valor intrínseco do trabalho que levam a cabo, e também pelo dinheiro, embora os *mores* e os códigos profissionais sejam contrários à procura real do lucro, francamente visado pelos homens de negócio.⁷

Mais uma vez, aplica-se um conjunto diferente de motivações ao servidor público. A fama pessoal e o lucro ilimitado importam-lhe menos que a segurança no emprego, a aposentadoria, a satisfação de servir ao público, as oportunidades de organizar algo e, finalmente, ainda que em grau menor, a satisfação de exercer autoridade administrativa.⁸

A análise adequada dos empregos tem a considerar múltiplos fatores. Deve observar: a) a natureza do trabalho; b) a posição concedida por determinada sociedade a diferentes atividades e ocupações; c) o grau de recompensa, que resulta de muitos fatores históricos. As hierarquias de prestígio, uma vez estabelecidas e experimentadas, costumam sobreviver às mudanças das condições e, muitas vezes, escapam às explicações funcionais ou racionais.

d) Tudo isso deve ser examinado no contexto do processo social, que consciente ou inconscientemente faz passar o prestígio de um para outro grupo de ocupação. No futuro, as mudanças de prestígio desempenharão provavelmente papel muito mais importante do que o fizeram no passado.⁹

O ponto crucial é que não se deve suscitar expectativas superiores ao nível de recompensa proporcionada pela sociedade. O nível das expectativas deve ser ajustado à natureza e à quantidade de recompensa possível. A desproporção entre o nível das aspirações produz ansiedades e frustrações em massa.

Numa sociedade não planejada, os níveis de expectativa seguem tendências erráticas ou imprevisíveis. Hoje, porém, podem-se controlar os níveis de expectativa por meio de muitos processos oficiais ou semi-oficiais, francos ou ocultos. Antes da guerra, os trabalhadores manuais sentiam-se menos respeitados. Durante a guerra, até mesmo as democracias sem política publicamente definida sobre o assunto, conseguiram tornar respeitável o trabalho manual mediante uma reavaliação. (Na Inglaterra, por exemplo, o *status* de um motorista de caminhão elevou-se até ser considerado digno de um 'cavalheiro').

O planejamento democrático deverá pôr em questão esse problema, para saber até que ponto se pode chegar em assuntos tais como o controle do prestígio. A política da Terceira Posição a este respeito poderia ser confiada a um organismo encarregado de tomar decisões, responsável: a) pela definição dos casos que exijam uma intervenção direta, sancionada pela opinião pública; b) para recomendar oficialmente mudanças de orientação, sem empregar a coação administrativa; c) para favorecer certas aspirações, sem limitar o campo das decisões individuais.

Numa sociedade da Terceira Posição, o trabalho intelectual e seus problemas merecem certa atenção, dentro desta linha de ação. Num livro interessante, *Unemployment in the Learned Professions* (Desemprego nas Profissões Liberais),¹⁰ Walter Kotschnig demonstrou como a 'superprodução' não planejada de uma *intelligentsia* que não encontrava emprego na Europa, entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, contribuiu profundamente para a inquietação social. O autor indica de que maneira uma sociedade não planejada proporciona incentivos para uma educação superior sem oferecer as oportunidades de trabalho correspondentes. Os portadores de títulos universitários (também chamados 'profissionais liberais'), desempregados, que não participam da ordem social, acabam voltando-se contra ela.

Em tal situação de desequilíbrio, pode-se pensar em duas soluções. Uma, seria desencorajar artificialmente os estudos superiores e as carreiras intelectuais; a outra, expandir em larga escala as oportunidades de liderança intelectual,¹¹ promover sua auto-

-regulamentação e incentivar as associações voluntárias. O primeiro método foi executado e levado tão longe pelos nazistas que, durante algum tempo, houve falta de profissionais liberais.¹² O segundo método parece ser o adotado nos Estados Unidos, onde a educação universitária foi ampliada e subvencionada em larga escala. O custo não é proibitivo para uma sociedade industrial. A aversão tão difundida a essa política, na fase monopolística do capitalismo, pode ser atribuída ao receio de desvalorizar as autoridades centrais e de reduzir a distância entre os que ocupam posições de comando e os trabalhadores das fábricas e os governados em geral. A objeção encoberta à democratização e ampliação de oportunidades para a educação reside no temor das classes educadas de que tal política ameace seu monopólio intelectual e cultural.¹³ Além disso, a diminuição das possibilidades de ascensão social mediante o sucesso nos negócios, sublinha o valor dos pré-requisitos educacionais, tais como os títulos universitários, e favorece a tendência a afastar a competição na conquista dos empregos, mediante requisitos e barreiras educacionais. Os interesses criados das classes educadas, visando à limitação dos estudos superiores, são pelo menos tão poderosos como os interesses criados do capital.

II. A PROCURA DO LAZER

As atitudes a respeito do lazer complementam, em muitas formas, as dominantes em relação ao trabalho. Podemos dizer o mesmo quanto aos métodos de enfrentar tanto o trabalho como o lazer.¹⁴ A mecanização da indústria e suas rotinas esquematizadas suprimiram os momentos de desfôgo criadores, bem como qualquer iniciativa pessoal por parte da maioria, e exigem, portanto, uma compensação em forma de atividades que se podem levar a efeito durante as horas livres. O lazer, além de ser o equilíbrio natural do trabalho, torna-se, cada vez mais, a ocasião para a expressão do homem e o desenvolvimento da sua personalidade. Ao passo que a sociedade pré-industrial formava os indivíduos no trabalho, o trabalho impessoal da era das máquinas perdeu essa função, que se acha agora concentrada nas atividades dos momentos de descanso. Os períodos de ócio, lazer ou descanso jamais haviam servido para tais finalidades. Hoje, para a maioria, o lazer e não o trabalho, transformou-se no caminho que conduz à civilização.

Foi só recentemente que o lazer se converteu em problema, pois o liberalismo *laissez-faire* sustentava que o lazer era da esfera 'privada' do homem e que cada um devia seguir a sua própria inspiração quanto à forma de passar o tempo após as horas de trabalho. No plano filosófico, este argumento tem seus méritos.

Já é bastante lamentável que na era das máquinas tenhamos que dirigir, organizar e controlar as relações humanas sob a disciplina das fábricas; por que ainda intervir no tempo livre e na energia que restam ao trabalhador depois da sua jornada? Mas esta teoria da abstenção de toda interferência nos lazeres adquire aspecto diferente à luz da sua aplicação e verdadeiro funcionamento numa sociedade industrial altamente desenvolvida, mas não planejada.

Em sua aldeia ou pequena cidade, o camponês ou o artesão da fase pré-industrial do Velho Mundo seguiam um ritmo natural de trabalho e descanso, sem problemas especiais.¹⁵ A situação era muito simples; havia formas estabelecidas pela tradição para passar o tempo livre. Todos as conheciam; ninguém precisava buscá-las ou inventá-las para si. As energias livres fluíam pelos canais proporcionados pela sociedade. Além disso, não havia conflito entre as atitudes no trabalho e no descanso. O trabalho na oficina artesanal ou em casa implica contatos pessoais, nos quais se entretém o trabalho e a conversação; o descanso sucede ao esforço segundo um ritmo natural. Não há monotonia, como acontece no trabalho mecanizado, no qual as horas de descanso se concentram no fim da jornada.¹⁶ Um elemento de recreação se difunde por todas as atividades; Huizinga, em seu *Homo Ludens*, assinala corretamente que toda sociedade que elimine totalmente o elemento lúdico na organização da vida pública está condenada.¹⁷

A urbanização metropolitana e suas ramificações destruíram as formas tradicionais do descanso. Anteriormente, jamais ficara o indivíduo abandonado à sua própria iniciativa em seus anseios de recreação. As atividades das horas livres sempre eram o resultado de tentativas e erros (*trial and error*) e encontravam seu lugar na tradição. Agora que se podem organizar, em curto prazo, divertimentos para a multidão, eles apenas representam o gosto de hábeis empresários. Nossa época está caracterizada pelo lazer de tipo comercial. Hollywood e outros centros que visam ao lucro ditam o gosto das multidões. Isto também é planejamento, e planejamento em larga escala, mas como é feito pelo negócio e para o negócio e não pelas autoridades públicas para o bem da comunidade, o liberalismo não levanta objeções. Neste ponto, como nos outros, fracassou a política do *laissez-faire*. Longe de favorecer as atitudes liberais, o liberalismo permitiu que uns poucos influenciassem as maiorias para obter vantagens pecuniárias. Pouco ligando para as conseqüências educacionais e espirituais, o mundo dos negócios (do espetáculo) trata de apelar para os mais baixos apetites,¹⁸ desde que isto seja lucrativo.

Na organização dos lazeres, os totalitários assumiram o papel do planejamento de forma unilateral e perigosa. Compreenderam, naturalmente, que na era da máquina o emprêgo do tempo livre não podia ficar sem orientação. Alguns organismos, com maiores

conhecimentos, circunspeção e habilidade organizadora, orientam os indivíduos não habilitados. Houve nações que, tradicionalmente dadas à adoração do poder estatal, adotaram naturalmente a idéia de que o Estado devia assumir essa função. O Estado explorou esta oportunidade adicional para incentivar a docilidade mental dos seus súditos. Arregimentaram-se as organizações comerciais de lazer e todos os tipos de talento, a fim de favorecer a obediência cega ao Estado que já fôra imposta ao indivíduo pelas rês da educação, da propaganda e da organização econômica.¹⁹

A solução totalitária, embora perversa, levantou dois problemas que a Terceira Posição deverá resolver em plano mais elevado. O planejamento democrático dos períodos de tempo livre não deve impor padrões de lazer. Deve evitar que seja uma imposição; as medidas regulamentadoras devem simplesmente visar a proporcionar condições para as atividades espontâneas e criadoras nas horas de lazer. Isto é contrário à falácia idealista que supõe que as atividades das horas livres resultam de mera inspiração e intuição pessoal. A apreciação da música e das outras artes, sem falar no prazer de tocar um instrumento musical e na atividade artística criadora, é resultado da educação e do preparo, e o chamado sentimento musical e artístico é, não obstante a inspiração, produto da tradição e da educação. É necessário estimular o interesse pelas atividades desse tipo, e a apreciação resulta da educação e dos esforços auto-educativos. As excelentes radiodifusões da BBC de Londres, destinadas aos escolares, ou as demonstrações e conferências sobre apreciação da música, iniciadas na Inglaterra por Sir Walford Davis, mostram o que se pode fazer nesse sentido. Nos Estados Unidos, podemos citar os programas culturais e educativos de muitas estações radiodifusoras universitárias, entre as quais a mais antiga do país, a WHA da Universidade de Wisconsin, e seus programas regulares 'Escola do Ar' e 'Colégio Universitário do Ar'. O planejamento democrático poderia difundir, em larga escala, as oportunidades subvencionadas e não comercializadas, no que se refere às atividades valiosas para os momentos de lazer e às atividades culturais, e conquistar mais amplos auditórios, por meio de formas mais elevadas de prazer e de recreação.

O planejamento democrático não necessita ir mais adiante, pois é provável que os cidadãos democráticos façam bom uso das oportunidades disponíveis e apreciem as ofertas valiosas. O que o planejamento não deve destruir ou desprezar é o direito que os indivíduos têm de desenvolver suas próprias preferências. A concepção democrática sustenta que, apesar do condicionamento e do ajustamento à expectativa social, ainda existe um núcleo espontâneo de personalidade humana (que George H. Mead denomina 'Eu'), que deve ser ativado em todas as ocasiões possíveis. O fato de que as massas das cidades, cansadas e de pouca cultura,

demonstrem mau gosto em suas leituras — que, muitas vezes, oferecem apenas 'sonhos' para as horas de tráfego intenso em que viajam de casa para o trabalho e vice-versa — não nos deve tapar os olhos e desencorajar. Na realidade, é difícil decidir se as multidões urbanas aprendem a gostar do que podem conseguir ou se conseguem aquilo que desejam.

III. OS ASPECTOS REDISTRIBUTIVOS DO LAZER

A recente reavaliação do trabalho e do lazer fornece-nos uma chave para compreendermos a grande mudança que ambos sofreram. Enquanto se considerava o trabalho como castigo, o lazer era suspeito. Já que o trabalho era um castigo que o pecado havia provocado, o lazer significava a oportunidade de pecar. Durante a época da industrialização da sociedade, surgiu novo conceito do trabalho e do lazer, ao mesmo tempo que se deu uma revisão racional das idéias tradicionais. A sociologia serviu para tornar mais claras as velhas avaliações e muito contribuiu para sua explicação à luz da história social.

O comportamento rigoroso nas épocas pré-tecnológicas pode ser facilmente explicado em termos das dificuldades e da monotonia da vida cotidiana. Na Revolução Industrial, durante a fase de 'acumulação original', o capital de investimento era muito escasso. A sociedade necessitava de grande quantidade de poupanças para suas inversões capitalistas; o equivalente psicológico dessas exigências parecia ser a repressão das demandas dos consumidores e a sujeição do trabalhador à dura disciplina de trabalho. Quanto mais se afasta a sociedade da época de escassez natural para adentrar na época de escassez artificial, mais discutível se torna o tabu que pesa sobre a auto-expressão e a expansão das demandas dos consumidores. A medida que o homem compreende melhor as potencialidades dos recursos e da produção disponíveis, mais aumenta o anseio popular por uma distribuição equitativa dos rendimentos, pelo abrandamento da disciplina e pelo gozo dos produtos fabricados pelo homem.

Vemos esses desejos das massas como forças irreprimíveis. Parece que esta mentalidade restrita, que não proporciona oportunidade para a auto-expressão de milhões de indivíduos, ou que deixa o 'problema da habitação' perenemente sem solução, é a mesma mentalidade dominante quando as capacidades de produção não são completamente exploradas e quando o 'pleno emprego' é considerado impraticável. Não podemos esperar que o operário tolere a fealdade de uma fábrica antiquada e as condições de trabalho pouco satisfatórias se, durante as horas de lazer, aprende a apreciar a beleza e a arte da auto-expressão.

Esses anseios populares tendem a estender-se. O homem, que não teme aspirar à felicidade durante as horas de ócio — processo ligado a grandes alterações nos costumes sexuais²⁰ — procura também fazer valer seus direitos em outros campos. No passado, os grupos dirigentes sentiam essas tendências e procuravam contrabalançá-las, associando a idéia das horas de lazer com os sentimentos de culpa.²¹ Uma sociedade democrática encara a questão de forma mais construtiva. Como toda liberação não canalizada de forças é destrutiva, o problema consiste em tornar criadoras essas forças. A psicanálise ensina que a energia de que dispomos livremente, depois de suprimidas as repressões e as perversões, só é vantajosa se for imediatamente sublimada.²² A educação social, num período de lazes em expansão, deverá prever o perigo e proporcionar caminhos para a sublimação em massa. As atividades artísticas e a apreciação, em geral, das obras de arte parecem constituir os métodos mais promissores de desafogo.

A este respeito, o amplo conceito de arte de Herbert Read adquire significação.²³ A arte como meio de vida, não como simples compartimento, pode servir para tornar construtivas as energias que de outra forma seriam destruidoras. A ascensão de novas classes no decurso da História oferece-nos exemplos de energias criadoras, dirigidas para o luxo e a ostentação ou dedicadas a ideais mais elevados. Deveria ser possível estabelecer modelos dignos das aspirações das massas, e estimular as atividades criadoras nas horas de lazer, conduzindo à expansão democrática e social das atividades culturais, sem fazer baixar os padrões gerais da cultura. A transformação emocional das pessoas e o otimismo popular deveriam varrer a névoa da frustração que emana do temor de uma mudança geral, sentido pelos que ocupam posições elevadas. Em períodos semelhantes do passado, os indivíduos criadores dos grupos dirigentes permaneciam isolados e sem qualquer poder; abandonavam com frequência a velha ordem para unirem jubilosamente suas forças aos novos movimentos, e confiavam na maré crescente das novas tendências. Eram desprezados como 'desertores e renegados' pelos seus antigos associados e aclamados como 'convertidos' pelos recém-chegados à sociedade; obtinham maior satisfação espalhando sua cultura do que mantendo-a oculta. Espíritos desse gênero terão hoje oportunidade de gozar de novos contatos sociais, em vez de ficarem confinados ao seu grupo.²⁴

Naturalmente, o entusiasmo que quase sempre acompanha o otimismo popular, as esperanças messiânicas num paraíso próximo, ou na 'prosperidade ali na esquina', são tão desmoralizantes como o pessimismo que se deleita na escassez, a fim de reprimir as aspirações das massas. O planejamento para a mudança da sociedade significa superar o choque da revolução e da contra-revolução, ambas sangrentas e destruidoras. O planejamento político,

como arte do possível, há de nos permitir estabelecer com inteligência novos padrões e novos valores, os quais, antigamente, como por exemplo, na Revolução Francesa, cristalizavam-se apenas em perturbações políticas e sociais. Hoje, as técnicas de administração econômica de que dispomos permitem-nos prever as mudanças necessárias na produção e compreender as possíveis tendências prognosticadas na redistribuição dos rendimentos. Hoje podemos prever e determinar o ponto ótimo socialmente desejável de tal redistribuição. Além disso, graças ao recente desenvolvimento e à maior compreensão das estatísticas sociais, já dispomos de meios para regular, no tempo, as mudanças sociais, com maior sabedoria e previsão.

Os planos para a transição só terão êxito num ambiente de moderação, isento de egotismos restritivos ou de fervor excessivo. A atitude que temos de cultivar não é nem o ascetismo, nem o hedonismo. A educação deverá visar a que as atividades das horas de lazer sejam uma oportunidade bem-vinda para o desenvolvimento da personalidade democrática, não mediante leis e regulamentos, mas pelo exemplo e encorajamento de atitudes bem equilibradas. Desta forma, os lazeses serão integrados no plano democrático, da mesma maneira que o trabalho e a educação. Deverá chegar a madurar um tipo de mentalidade desejoso de expandir-se, porém disposto a conter-se diante das demandas da comunidade.²⁵

NOTAS

CAPÍTULO 11

TRABALHO E LAZER

1. Uma das maiores controvérsias sociológicas das últimas décadas focalizou-se sobre os incentivos para o trabalho e a ascensão do capitalismo no Mundo Ocidental. Max Weber (*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. Talcott Parsons, Nova Iorque, 1930, e 'The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism', em *From Max Weber: Essays in Sociology*, trad. H. H. Gerth e C. Wright Mills, Nova Iorque, 1946) atribuía grande importância às ramificações econômicas da ética protestante, especialmente em sua forma calvinista. Seus principais opositores, Brentano, Robertson e sobretudo Tawney, sem fazerem grandes distinções entre os diversos tipos de capitalismo, fazem remontar as origens do capitalismo à Idade Média Católica, e indicam mais especificamente as influências não-religiosas.

Cf. Brentano, Lujo, *Der Wirtschaftende Mensch in der Geschichte* (Leipzig, 1923).

Calverton, V. F., *The Passing of the Gods* (Nova Iorque, 1934).

Idem, *The Awakening of America* (Nova Iorque, 1939).

Parsons, Talcott, e Robertson, H. M., 'Max Weber and His School', *Journal of Political Economy* (outubro, 1935), vol. XLIII.

Robertson, H. M., *The Rise of Economic Individualism* (Cambridge: Studies in Economic History, 1935).

Schulze-Gaevernitz, G. v., 'Die geistigen Grundlagen der angelsächsischen Weltherrschaft', *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (1926-7), vols. 56-8.

Sée, Henri, *Les Origines du capitalisme moderne* (Paris, 1940).

Sombart, Werner, *Der moderne Kapitalismus* (Munique, Leipzig, 1928).

Tawney, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism* (Penguin ed., Londres, 1937). (Com novo e interessante prefácio.)

Para um bom sumário de toda a controvérsia e respectiva literatura, ver Ephraim Fischhoff, 'The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, the History of a Controversy', *Social Research* (fevereiro, 1944), vol. XI.

Para bom exemplo do papel desempenhado pela 'vontade de ganhar dinheiro' nos Estados Unidos de hoje, ver R. S. Lynd, *Middletown* (Nova Iorque, 1929), cap. VIII, 'Why Do They Work So Hard?'.

2. O conceito judaico-cristão de castigo pelo pecado original foi em grande parte originado pelo sistema de trabalho pesado e de escravidão. Hoje em dia, esse conceito negativo foi substituído pela 'glorificação' do trabalho como 'criação'.

3. O livro de Henry de Man, *Joy in Work* (Londres, 1929) baseou-se em experiências feitas com estudantes-operários em Frankfurt-sobre-o-

-Meno, na Alemanha. Considerando, porém, a mentalidade especial desse grupo muito pequeno e o fato de que seus membros não representavam genuinamente os operários alemães, deveremos ter muito cuidado para não tirar conclusões generalizadas dessa experiência, aliás muito interessante.

Jacks, L. P., *My Neighbour the Universe, a Study of Human Labour* (Nova Iorque, 1929).

Masaryk, T. G., *The Ideals of Humanity and How to Work* (Londres, 1938).

Maurois, André, *The Art of Living* (Nova Iorque, Londres, 1940), cap. VI, "The Art of Working".

4. Bücher, Karl, *Industrial Revolution* (Nova Iorque, 1912).

Herkner, Heinrich, *Die Arbeitsfreude in Theorie und Praxis der Volkswirtschaft* (1905).

Idem, 'Arbeit und Arbeitstellung', *Grundriss der Sozialökonomik* (Tuebingen, 1923), seção II, parte I.

Levasseur, E., *Histoire des classes ouvrières avant 1789* (2.^a ed. 1900), vol. I.

Michels, Roberto, 'Wirtschaft und Rasse', *Grundriss der Sozialökonomik*.

Riehl, W. H., *Die deutsche Arbeit* (1861).

Ruskin, John, *Stones of Venice*, vol. II, cap. VI.

Sombart, Werner, *Der moderne Kapitalismus*, op. cit., vol. I, pp. 193-4.

Sombart dá um cunho romântico ao trabalho artesanal e aos seus produtos, como sendo 'fiéis documentos da personalidade do seu criador'.

5. Cf. Weber, Max, 'Hinduismus und Buddhismus', *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (Tuebingen, 1921), vol. II, esp. pp. 176 e segs.

6. Estudos de 'sociologia industrial' têm demonstrado que o rendimento numa fábrica não depende exclusivamente do nível de salário do operário, seja qual for o 'sistema de incentivos' aplicado à remuneração. O ambiente social do trabalho da fábrica, a elevação do sentimento de status, a sensação do trabalhador de que participa das decisões importantes da gestão e os estados psicológicos concomitantes influenciam profundamente o rendimento. Por isso, os dirigentes, nas sociedades capitalistas — pelo menos teoricamente e no caso de dirigentes mais esclarecidos — compreendem o erro de considerar o empregado como *homo economicus*. As relações sociais, dentro e fora da fábrica, influenciam profundamente as atitudes para com o trabalho.

Bell, Daniel, 'Adjusting Men to Machines', *Commentary* (janeiro, 1947), vol. III, n.º I, proporciona uma avaliação crítica da recente literatura norte-americana a respeito da sociologia industrial.

Franzen-Hellersberg, Elizabeth, *Das Leben der Jugendlichen Arbeiterin* (Tuebingen, 1932). Modelar inquérito não-estatístico sobre os problemas de maturidade, as atitudes perante a vida doméstica, o trabalho, os companheiros de trabalho, os superiores etc., entre as mulheres trabalhadoras, não organizadas e sem 'consciência de classe'.

Gardener, Burleigh B., e Whyte, William F., 'Methods for the Study of Human Relations in Industry', *American Sociological Review* (1946), vol. II, pp. 500-512.

7. Lange-Eichbaum, W., *Genie, Irrsinn, Ruhm* (2.^a ed. 1935). (Contém extensa bibliografia.)

MacDonald, William, *The Intellectual Worker and His Work* (Nova Iorque, 1924).

Mayo, P. E., *The Social Problems of an Industrial Civilization* (Cambridge, 1945).

Merton, Robert K., *Science, Technology and Society in 17th Century England* (Bruges, 1938).

Moore, Wilbert, *Industrial Relations and the Social Order* (Nova Iorque, 1946), cap. XIII, 'The Worker and the Machine'. (Importante manual de sociologia industrial, com extensas bibliografias.)

Roethlisberger, F. J. e Dickson, W. J., *Management and the Worker* (Cambridge, 1941).

Whitehead, T. N., *Leadership in a Free Society* (Cambridge, 1937).

Wilson, Logan, *The Academic Man* (Nova Iorque, 1942).

Zilsel, Edgar, *Die Entstehung des Geniebegriffes* (Tuebingen, 1926).

Znaniecki, Florian, *The Social Role of the Man of Knowledge* (Nova Iorque, 1940).

Zweig, F., *Labour, Life and Poverty* (Londres, 1948).

8. Cf. Weber, Max, 'Bureaucracy', *Essays in Sociology*, op. cit. pp. 196-244.

9. Ver o artigo publicado em tempo de guerra, 'No One Works Just for Money', por Lord Londonderry, K. G., em *Rotarian* (dezembro, 1944), 65, 69.

10. Kotschnig, W. M., *Unemployment in the Learned Professions* (Nova Iorque, Londres, 1937), esp. pp. 283-6.

11. O problema não perdeu importância depois da guerra, pelo menos na Inglaterra. Sob o título 'Will Graduates Be Unemployed?', o *Economist*, de Londres, faz as seguintes perguntas: 'Haverá, no próximo verão, um declínio súbito no prestígio da educação universitária, devido a um forte aumento de desemprego entre os jovens diplomados? Estarão as universidades formando número demasiado grande de estudantes de humanidades? A educação universitária estimula esperanças excessivas no coração dos diplomandos? O que se pode fazer para persuadir os diplomados universitários de ambos os sexos a entrarem no comércio, e os negociantes a admitirem mais diplomados em humanidades?' *The Economist* (20 de dezembro de 1947).

12. Hartshorne, E. Y., *The German Universities and National Socialism* (Cambridge, 1937).

Para cifras a respeito da composição social dos estudantes alemães, de 1928 a 1934-5, ver H. H. Gerth, 'Germany on the Eve of Occupation', em *Problems of the Post War World*, org. por T. C. McCormick (Nova Iorque, 1945), p. 423. Sob o nazismo, o corpo estudantil das então vinte e cinco universidades estaduais sofreu redução de dois terços, passando de 130.000 estudantes em 1932 para 40.000 em 1935. Pouco antes da guerra, existia falta de profissionais em certos grupos muito importantes para a guerra, tais como médicos, engenheiros e professores. Sob a pressão do comando das forças armadas, o partido nazista inverteu a sua política no inverno de 1936-37. As profissões foram apregoadas; guardas de honra da Juventude hitlerista foram postadas diante de monumentos de grandes médicos, tais como Robert Koch, cuja vida trágica foi apresentada no cinema. Engenheiros foram lembrados em ensaios históricos na imprensa diária, e os estudantes foram aconselhados a respeitarem os seus mestres'. P. 422.

13. Cf. conclusão n.º 18 do relatório Nuffield sobre 'Indústria e Educação', o qual insistia para que 'se tomassem tôdas as medidas possíveis para elevar a qualidade dos candidatos ao aprendizado das ocupações técnicas manuais e para remover o preconceito existente no sistema educacional contra as ocupações manuais ou mecânicas. Isto é da maior impor-

tância para levantar o prestígio dos trabalhadores altamente especializados'. Pp. 33-4.

'A fim de assegurar a organização de uma força de trabalhadores 'satisfeitos', de grande produtividade e de altas capacidades pessoais, é essencial fazer todo o possível para evitar que se desenvolva um sentimento de frustração entre os que não têm perspectivas de prosperar mediante a sua habilidade artesanal ou pelo aperfeiçoamento em suas tarefas específicas. Isto requer a abertura de oportunidades para a educação cultural superior'. *Ibid.*, pp. 13-14.

14. Jacks, L. P., *Responsibility and Culture* (New Haven, 1924) 'Labor and Leisure'.

Idem, *Education through Recreation* (Nova Iorque, 1932).

Mumford, Lewis, *Technique and Civilization* (Nova Iorque, 1934).

Russell, Bertrand, *In Praise of Idleness* (1935).

Todd, A. J., *Industry and Society* (Nova Iorque, 1933), cap. XIV, 'Hours and Leisure'.

L. P. Jacks apresenta um conceito diferente do trabalho e do lazer. Enquanto Russell considera opostos o trabalho e o lazer, Jacks os tem como dois meios diversos de atividade. Russell deseja reduzir o trabalho para ganhar lazes, ao passo que Jacks propõe o aumento dos níveis de trabalho.

Ver também Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions* (Nova Iorque, 1935).

Idem, 'The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labour', *American Journal of Sociology* (1898), vol. IV.

15. Bücher, G. Karl, *Arbeit und Rhythmus* (Leipzig, 1899).

16. Para uma descrição das atividades das horas de lazer numa comunidade média dos Estados Unidos de hoje, ver Robert Lynd, *Middletown*, cap. IV, 'Using Leisure'. Lynd demonstra que as atividades dos períodos de lazer tornam-se mais padronizadas, à medida que vão sendo melhor organizadas.

Durant, Henry, *The Problem of Leisure* (Londres, 1938).

Steiner, Jesse, *Americans at Play* (Nova Iorque, 1933).

Encyclopedia of the Social Sciences, 'Amusements', 'Sports', 'Motion Pictures', 'Radio', 'Football'.

17. Huizinga, J., *Homo Ludens* (Harlem, 1938).

18. Cf. Adorno, T. Wiesengrund, 'On Popular Music', *Studies in Philosophy and Social Sciences* (Nova Iorque, 1941), vol. IX, n.º I.

Dale, Edgar, *The Content of Motion Pictures* (Nova Iorque, 1932).

Doob, L. W., *Public Opinion and Propaganda* (Nova Iorque, 1948).

Eisler, Hans, *Composing for the Films* (Nova Iorque, 1948).

Farrell, James T., 'The Fate of Writing in America', em *Literature and Morality* (Nova Iorque, 1946).

Hart, Hornell, 'Changing Attitudes and Interests', *Recent Social Trends in the United States* (Nova Iorque, 1933).

Rosten, Leo C., *Hollywood, the Movie Colony, the Movie Makers* (Nova Iorque, 1941).

Schuecking, L. L., *The Sociology of Literary Taste* (Londres, 1942).

Smith, B., Lasswell, H. e Casey, R., *Propaganda, Communication, and Public Opinion* (Princeton, 1946).

Waples, Douglas, *What People Want to Read About* (Chicago, 1931).

19. Em John Somerville, *Soviet Philosophy* (Nova Iorque, 1946), encontra-se boa descrição de como a União Soviética encara este assunto.

Na Alemanha, foi digna de nota a transformação do 'Movimento da juventude' em 'Juventude hitlerista'. Cf. Howard Becker, **German Youth Bond or Free?** (Nova Iorque, 1947).

Ver também Ernst Kris e Hans Speier, **German Radio Propaganda** (Nova Iorque, 1944).

Kracauer, Siegfried, **From Caligari to Hitler** (Princeton, 1948).

Sington, D. e Weidenfeld, A., **The Goebbels Experiment** (New Haven, 1943).

20. Neste contexto, ver W. Reich, **The Sexual Revolution towards a Self-Governing Character Structure** (Nova Iorque, 1945).

Idem, **Character Analysis** (Nova Iorque, 1945).

21. Cf. Russell, Bertrand, **In Praise of Idleness**, p. 20. 'A idéia de que o pobre pudesse dispor de lazeres sempre foi chocante para o rico'.

22. Cf. Friedländer, K., **The Psychoanalytic Approach to the Treatment of Delinquency** (Londres, 1947).

23. Cf. Read, Herbert, **Education through Art** (Londres, 1943).

24. Cf. Hammond, J. L., 'The Growth of Common Enjoyment', L. T. Hobhouse Memorial Trust Lecture, n.º 31 (Londres, 1937). Segundo Hammond, apenas os países latinos desenvolveram padrões de lazeres comuns. Na Inglaterra, os divertimentos comunitários permaneceram desorganizados, uma vez que este país se manteve fora daquela esfera. Ver também D. C. Thomson, **Radio Is Changing Us** (Londres, 1937), p. 32.

25. Para mais literatura sobre os lazeres, ver a bibliografia de Karl Mannheim, em **Man and Society** (Nova Iorque, 1940), pp. 437 e segs.

A DISCIPLINA DA LIBERDADE¹

I. LIBERDADE E DISCIPLINA NA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS

NEM A liberdade, nem a disciplina existem no abstrato, mas em suas formas concretas, que dependem do contexto cultural. Entre os fatores determinantes que pretendemos estudar encontram-se o impacto da organização de grupos e os seus objetivos.²

C. H. Cooley, ao comparar a estrutura da equipe de jogo com a do exército, fez algumas observações sugestivas. Estas organizações sociais demonstram que a liberdade e a disciplina são funções da organização de grupo, sem a qual não têm sentido. Robinson Crusoe não era livre, uma vez que não existia disciplina social ou organização que pudesse dar forma à sua liberdade. A natureza cria obstáculos, mas não poderíamos dizer que alguém não é livre porque a doença dificulta suas atividades. O time de futebol e o exército não só perseguem objetivos diferentes, como também diferem em sua forma de organização. Como os movimentos da bola dificilmente podem ser previstos e a variedade de situações é considerável, a organização de um time de futebol deve ser extremamente flexível. Grande número de iniciativas e decisões precisam ser deixadas a critério de cada jogador. Mais importante que as poucas regras do jogo é a lei não escrita do espírito de equipe, proibindo que o indivíduo se sobressaia às expensas dos seus companheiros.

A organização do exército, por outro lado, exige que as decisões principais sejam tomadas do alto; portanto, as verdadeiras decisões e escolhas estão além do alcance dos soldados rasos; as escolhas que estes possam fazer provêm de uma delegação sistemática da iniciativa, da responsabilidade e da liberdade. Se a liberdade consiste em poder escolher e tomar decisões de conjunto, há bem pouca margem de liberdade nos escalões inferiores do exército. Assim mesmo, em cada nível hierárquico, até chegar ao

soldado raso em seu pelotão, é necessário tomar decisões importantes de vez em quando. Por isso, cada soldado tem alguma liberdade compatível com a organização do exército ou, mais precisamente, com determinado tipo de organização militar.

Naturalmente, considerações semelhantes podem ser aplicadas à disciplina, que é o reverso da liberdade. A disciplina significa estabelecer certas restrições sociais às iniciativas e às escolhas, a fim de poder estabelecer a rotina da organização.³ Da mesma forma que o time de futebol permite maior iniciativa individual, sua disciplina evolui unicamente durante o jogo, graças a uma constante redefinição das regras. Ao contrário, a disciplina do exército é rígida e a maior parte das suas normas de conduta é preconcebida, padronizada e completamente inculcada, o que permite que o pessoal de um exército atue de maneira previsível, por intermédio de longa cadeia de comandos. A disciplina de uma burocracia centralizada é muito semelhante à militar, podendo-se afirmar que o exército é uma unidade de combate burocratizada.

O exército e o time de futebol são dois tipos extremos numa série de organizações sociais. A organização social mais rígida há de procurar impor as normas do exército a todas as esferas de atividade, enquanto a organização mais elástica pode conceber a sociedade e seus subgrupos mais ou menos como uma equipe. Desnecessário é dizer que a Terceira Posição procurará combinar as duas técnicas, exigindo uma organização rígida onde fôr preciso e permitindo um padrão flexível sempre que este fôr possível. A progressão para a liberdade consiste em caminhar firmemente em direção à flexibilidade.

II. CONCEITOS CONTEMPORANEOS DE LIBERDADE

Esta unidade de medida pode ajudar-nos a situar os diferentes conceitos de liberdade nos debates da atualidade. O desacôrdo provém, sobretudo, dos diversos sentidos, não esclarecidos, da mesma palavra. Da mesma forma que em nossa análise do poder, as principais tendências do pensamento podem ser classificadas como: 'anarquistas', 'totalitárias', 'liberais' e 'plutocráticas'.⁴

1. *O ponto de vista anarquista*⁵ pretende que existe algo na natureza humana, certo tipo de poder auto-regulador que, se lhe fôr dada completa liberdade, resultará numa autodisciplina espontânea. Uma das convicções fundamentais desta escola de pensamento é que quanto mais utilizarmos os recursos repressivos para impor a disciplina, mais incentivaremos o 'negativismo' no indivíduo. O preço que pagamos pela repressão é manter bloqueada a espontaneidade e a boa disposição em cooperar, sob uma auto-restrição eficaz e positiva. Os anarquistas não são apenas indivi-

dualistas contrários a tôdas as formas possíveis de disciplina, mas são pessoas que acreditam que a 'verdadeira liberdade' é o resultado da aceitação espontânea das regras da vida em grupo. Declarações como estas: 'Der Gegenpol von Zwang ist nicht Freiheit sondern Verbundenheit' (O oposto à coerção não é a liberdade, mas a comunidade de interesses)⁶ e 'Certas formas de liberdade só se podem realizar na vida de grupo', podem servir de exemplo.

A idéia anarquista da liberdade contém boa dose de verdade, mas carece de qualificação sociológica. É certo que existem os citados poderes auto-reguladores, mas só nos pequenos grupos. Quanto maior fôr uma organização, menos poderemos esperar que o conjunto de seus membros se imponha uma autodisciplina no curso do prolongado processo de ajustamentos menores. Os gregos o compreenderam e estabeleceram novas unidades sociais sempre que as velhas atingiam os limites prescritos. Hoje, isto é simplesmente impraticável, pois as técnicas modernas, econômicas e sociais, estão engrenadas para funcionar eficientemente em operações de larga escala.

Para a Terceira Posição, a idéia sugere, contudo, uma mobilização dos poderes auto-reguladores dos pequenos grupos, tanto quanto possível. A interação social vital geralmente se produz nos pequenos grupos; é nêles que se dá uma autêntica compreensão da vida, é onde apontam novas idéias; quando êstes grupos perdem energia vital, a sociedade pode tornar-se facilmente anêmica.⁷

2. *O enfoque totalitário da disciplina e da liberdade*⁸ entende que a idéia de uma disciplina espontânea é inaplicável numa sociedade em larga escala. Proclama-se, por conseguinte, uma disciplina de ordens e de obediência, subordinada ao princípio do *Führer*, que representa um plano universal de organização estritamente militarizada e centralizada. O exército e a burocracia são os modelos adotados. Dois fatores incentivam êsse espírito de superorganização.⁹ De um lado as massas, formando rebanho, e que nunca conheceram ou deram o devido valor à verdadeira liberdade cívica, aceitam, sem relutância, a estrutura ditatorial, depois de um período de pânico que as faz ansiar pela ordem. Por outro lado, certas minorias, treinadas no manejo das massas, podem embriagar-se com o poder e ampliar suas organizações paramilitares. Já não oferecem a liberdade, mas a tirania e a arregimentação, disciplinando a comunidade com lemas como: 'Manda, chefe; nós te seguiremos'.

3. *O ponto de vista liberal a respeito da liberdade e da disciplina*,¹⁰ em muitos pontos não é mais que a aplicação precipitada da idéia anarquista do surgimento da liberdade e da autodisciplina espontânea à sociedade de massas. Também pressupõe que da liberdade de escolha do indivíduo haverá de nascer uma harmonia misteriosa, graças aos poderes auto-reguladores da socieda-

de. O que os anarquistas observam apenas em pequenos grupos, os liberais querem aplicar a uma sociedade em contínuo crescimento. Havia certa dose de razão em suas esperanças, quando a economia era predominantemente representada por artesãos e camponeses, anteriores à época das grandes empresas e dos grupos organizados de pressão. O liberalismo funcionou bastante bem no quadro antigo, mas perdeu sua validade e sua aplicabilidade nas condições modernas. Ao insistirem em seu ideal de liberdade e disciplina, sem levar em conta as alterações na estrutura social, os liberais bloquearam deliberadamente a instauração de controles adequados. Para eles, qualquer liberdade que difira da sua há de parecer o oposto da liberdade.

4. *O conceito plutocrático da liberdade e da disciplina*¹¹ surge numa etapa social em que uma classe limitada de ricos aplica a ideologia liberal sem tomar em consideração as mudanças sociais. O conceito plutocrático de liberdade e disciplina sustenta basicamente o direito do investidor em investir e especular livremente, o direito do proprietário em fazer uso da sua propriedade sem qualquer restrição. Sempre que essas liberdades se acham em perigo, os plutocratas lamentam a perda de todas as liberdades, queixando-se da arregimentação e da burocracia. Esta idéia estreita da liberdade passa por alto o fato de que a propriedade privada, a livre empresa, a competição, a escolha de empregos e dos produtos a serem consumidos têm novo significado na era das grandes corporações de negócio. Conforme Tawney indicou acertadamente, a liberdade da propriedade significava originalmente assegurar ao artesão ou pequeno agricultor o uso legítimo dos seus instrumentos, numa sociedade anterior às técnicas industriais em larga escala. Desnecessário dizer que a empresa privada e os investimentos 'livres', ainda quando intrinsecamente desejáveis, significariam apenas uma liberdade reservada a uns poucos indivíduos.

Os liberais, igualmente, perdem de vista os que podem fazer uso de certas liberdades. Sublinham a liberdade na esfera política: liberdade de expressão, liberdade de ocupação e livre escolha por parte dos consumidores — liberdades estas que podem ser gozadas por pessoas educadas e que se encontrem em posição econômica bastante segura. Tais liberdades têm muito menor significação nas camadas econômicas inferiores e, com frequência, estão fora do alcance dos grupos de escassos rendimentos.¹² Sendo o dinheiro o meio indispensável para adquirir mercadorias e serviços, é muito limitada a liberdade de escolha para muitas pessoas que, jurídica e politicamente, gozam desses direitos nominais. A livre escolha por parte do consumidor, bem como a escolha do trabalho ou da ocupação, são ilusórias para homens que não podem comprar certas mercadorias ou fazer os estudos necessários

que são requisito prévio para os empregos de alta categoria. Esta objeção tem sido justamente formulada contra os liberais pelos socialistas e aplica-se ainda melhor a uma sociedade plutocrática, que acumula desproporcionadamente as riquezas.

Por outro lado, é também prova de curta visão dizermos que a liberdade prevalece quando uma sociedade produz mercadorias e serviços em escala suficientemente grande e os distribui com relativa equidade, mas deixa em mãos de uma elite burocrática ou política a regulamentação da disciplina na esfera política e cultural. Uma sociedade que sacrifica a liberdade cultural e política em favor de maior igualdade de rendimentos e de educação, demonstra quão pouco aprecia aqueles valores. O problema não é de que as liberdades políticas e culturais sejam menos importantes que o bem-estar material, senão de como aplicar a autodeterminação a todas as esferas da vida, a fim de conseguir o pleno desenvolvimento da personalidade, que requer oportunidades iguais, tanto materiais como culturais.¹³

III. LIBERDADE E DISCIPLINA SOB O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

Estas reflexões acêrca do quadro social dos vários conceitos de liberdade e disciplina podem revelar sua unilateralidade e servir para combinar seus traços desejáveis num sistema de planejamento democrático. A liberdade e a disciplina dentro do planejamento democrático serão definidas pela natureza dos grupos e subgrupos e suas respectivas finalidades.

Uma sociedade democraticamente planejada contará com um conceito pessoal de liberdade nas relações sociais, ou seja, favorecerá a flexibilidade, proporcionará as maiores oportunidades de escolha e incentivará a auto-expressão nos pequenos grupos e nas relações particulares.

Nos grandes grupos e nas organizações de massa, a Terceira Posição utilizará a visão e a experiência do movimento sindicalista e certas tendências do corporativismo. Estes movimentos puseram em relêvo que numa sociedade de massas, a liberdade das grandes e pequenas associações corporativas é mais importante que a do indivíduo, no que se refere à procura dos seus interesses pessoais, sem se preocupar com os do grupo. Numa época de atuação de massas, o indivíduo, muitas vezes, só pode ser protegido pela sua organização grupal.

O liberalismo, ao justapor o indivíduo à sociedade ou ao Estado, não toma em consideração o significado dos grupos intermediários e funcionais.¹⁴ A declaração sagrada dos 'Direitos do Homem' deve ser adaptada à Era do Planejamento. Uma democracia planejada tem que proteger o direito do indivíduo a desenvolver-

-se pessoalmente. Do ponto de vista sociológico, o homem que prefere trabalhar de modo autônomo (*free lancing*), em vez de trabalhar em organizações profissionais ou outras, não deve ficar sem proteção, mas ter oportunidade de seguir sua tendência; numa era de organização de massas não basta garantir os direitos dos indivíduos, é igualmente importante proteger os direitos dos grupos e das associações.

O direito dos grupos a propagarem suas idéias, a defenderem sua forma de vida, não é menos sagrado que o do indivíduo. Portanto, a liberdade e a autodisciplina aplicam-se também aos grupos. A autodisciplina dos grupos exige a mesma auto-restrição nas relações entre os grupos, que esperamos nas relações pessoais. Se a principal função do Estado é a de controlar as relações entre os grupos, ele terá que controlar o egoísmo de grupo, mais perigoso que o egoísmo individual, já discutido em outro capítulo.¹⁵ As tentativas dos grupos para usurpar uma posição monopolística deverão ser reprimidas; muitas formas de disciplina e liberdade têm sua origem, não na vida das pequenas unidades que se ajustam por si mesmas, mas no intercâmbio regulado de influências dos grupos organizados. Estas regras da vida entre os grupos diferem das disciplinas dos grupos primários, tal como a concebem os anarquistas. Afetam o indivíduo unicamente em forma segmentária e são sentidas como relações 'organizadas' e não 'espontâneas', da mesma forma como poderíamos comparar nosso comportamento em relação a um funcionário ou a um amigo.

O Estado garantirá, em parte, as relações existentes entre os grupos, bem como as suas liberdades e dará início a mudanças se as normas existentes resultarem pouco satisfatórias. Como em todos os outros casos, este controle externo da disciplina de grupo deverá, naturalmente, ser exercido dentro das formas constitucionais. O apoio ao equilíbrio existente entre os grupos e/ou à sua gradual transformação deverá ser aceito e sancionado pelo corpo eleitoral e executado por autoridades publicamente responsáveis.¹⁶ Estes exemplos devem deixar bem claro que não se pode tachar de despotismo qualquer controle procedente de um órgão central. O controle, ou a manipulação, é democrático enquanto se baseia no consenso geral e se efetua dentro de um espírito capaz de garantir a liberdade dos grupos, inclusive se os controles planejadores tratam de todas as suas atividades. Se um grupo for grande e poderoso, como no caso das vastas corporações econômicas, temos que controlar não só suas relações externas mas ainda sua organização interna, em favor da democracia industrial.¹⁷

IV. LIBERDADE DE ESCOLHA NUMA ERA DE PLANEJAMENTO¹⁸

Por detrás do uso ambíguo de palavras como 'liberdade' e 'disciplina' e na impossibilidade de referi-las a sociedades diferentes, está-se efetuando, em silêncio, uma transformação fundamental. É um fato que ainda não tem sido bastante reconhecido e esclarecido.

Uma das transformações mais surpreendentes da idade moderna é o aumento da quantidade de escolhas deliberadas. O principal motivo desse fenômeno é que no passado a escassez e a miséria naturais limitavam automaticamente as oportunidades de seleção; agora, estas aumentam também automaticamente, mas com o incremento da capacidade produtiva. Outro fator que trabalha na mesma direção é o crescente volume e a eficiência dos meios de comunicação, distribuição e propaganda comercial, que difundem amplamente o conhecimento dos produtos desejáveis. Terceiro fator, que antigamente restringia a escolha, eram os costumes e hábitos de auto-restrição, que com frequência abafavam os desejos; hoje gozam de liberdade muito maior. Em quarto lugar, mesmo quando certos indivíduos contavam com bens de fortuna e existiam artigos de luxo, a exclusão tácita ou aberta de certas classes sociais do consumo desses artigos reduzia o número de seleções importantes na sociedade.

Produziu-se esta surpreendente mudança porque os fatores que restringiam a escolha ficaram reduzidos, em grande parte, à relação entre os preços das mercadorias e os rendimentos ou salários. Por conseguinte, o nível das aspirações e das necessidades, que se tem elevado de modo geral, favorece o desejo difundido e extenso de subir na escala social. Se não forem acompanhadas de uma elevação geral dos salários das massas, estas novas aspirações resultarão num ressentido impulso tendente a igualar a riqueza e as oportunidades de ganhar dinheiro. Uma expansão não planejada, ilimitada, das aspirações, que ultrapasse os meios disponíveis, provoca facilmente a insatisfação no próprio seio da abundância. Devemos compreender que a escassez é apenas uma fonte de insatisfação. A disparidade entre os desejos e a sua possível satisfação não deixa de ser uma fonte menos importante.¹⁹ Antigamente, aceitavam-se os mecanismos impessoais da oferta, os preços e as diferenças de rendimentos que regiam a distribuição do poder de compra; eram considerados processos naturais, que não se podiam sujeitar a uma regulamentação consciente. Hoje compreendemos que o estabelecimento de tal equilíbrio está mais ou menos em nossas mãos. Os novos métodos de distribuição de mercadorias na base de preços diferentes²⁰ — leite barato para os escolares, entradas de cinema a preços reduzidos para os operários desempregados e para os soldados, tarifas reduzidas de estradas de

IV. LIBERDADE DE ESCOLHA NUMA ERA DE PLANEJAMENTO¹⁸

Por detrás do uso ambíguo de palavras como 'liberdade' e 'disciplina' e na impossibilidade de referi-las a sociedades diferentes, está-se efetuando, em silêncio, uma transformação fundamental. É um fato que ainda não tem sido bastante reconhecido e esclarecido.

Uma das transformações mais surpreendentes da idade moderna é o aumento da quantidade de escolhas deliberadas. O principal motivo desse fenômeno é que no passado a escassez e a miséria naturais limitavam automaticamente as oportunidades de seleção; agora, estas aumentam também automaticamente, mas com o incremento da capacidade produtiva. Outro fator que trabalha na mesma direção é o crescente volume e a eficiência dos meios de comunicação, distribuição e propaganda comercial, que difundem amplamente o conhecimento dos produtos desejáveis. Terceiro fator, que antigamente restringia a escolha, eram os costumes e hábitos de auto-restrição, que com frequência abafavam os desejos; hoje gozam de liberdade muito maior. Em quarto lugar, mesmo quando certos indivíduos contavam com bens de fortuna e existiam artigos de luxo, a exclusão tácita ou aberta de certas classes sociais do consumo desses artigos reduzia o número de seleções importantes na sociedade.

Produziu-se esta surpreendente mudança porque os fatores que restringiam a escolha ficaram reduzidos, em grande parte, à relação entre os preços das mercadorias e os rendimentos ou salários. Por conseguinte, o nível das aspirações e das necessidades, que se tem elevado de modo geral, favorece o desejo difundido e extenso de subir na escala social. Se não forem acompanhadas de uma elevação geral dos salários das massas, estas novas aspirações resultarão num ressentido impulso tendente a igualar a riqueza e as oportunidades de ganhar dinheiro. Uma expansão não planejada, ilimitada, das aspirações, que ultrapasse os meios disponíveis, provoca facilmente a insatisfação no próprio seio da abundância. Devemos compreender que a escassez é apenas uma fonte de insatisfação. A disparidade entre os desejos e a sua possível satisfação não deixa de ser uma fonte menos importante.¹⁹ Antigamente, aceitavam-se os mecanismos impessoais da oferta, os preços e as diferenças de rendimentos que regiam a distribuição do poder de compra; eram considerados processos naturais, que não se podiam sujeitar a uma regulamentação consciente. Hoje compreendemos que o estabelecimento de tal equilíbrio está mais ou menos em nossas mãos. Os novos métodos de distribuição de mercadorias na base de preços diferentes²⁰ — leite barato para os escolares, entradas de cinema a preços reduzidos para os operários desempregados e para os soldados, tarifas reduzidas de estradas de

ferro etc. — ou as experiências do tempo da guerra, de combinar o controle de preços com o racionamento, a fim de proporcionar aos grupos de rendimentos inferiores uma dieta melhor, capaz de aumentar sua eficiência, levaram os problemas da livre escolha por parte dos consumidores e a intervenção planejada no mecanismo de preços a um novo nível de consciência social.

Numa sociedade planejada, a liberdade do indivíduo funcionará em dois planos: o indivíduo ainda terá o máximo de oportunidades para livre escolha, compatível com a organização da sociedade; mas também terá que decidir se mediante a planificação e a coordenação centralizada deverá ser estimulada a seleção por parte dos consumidores, e em que direção isso deverá ser feito. Enquanto anteriormente a propaganda comercial, motivada pelo desejo de lucros, a política de preços e a distribuição dos rendimentos determinavam o que se devia consumir, em que quantidades e por quem, o planejamento centralizado pressupõe a orientação da seleção pelos consumidores sob considerações dietéticas e de bem-estar social, mediante privilégios de preços baixos, crédito aos consumidores, consumo subsidiado, habitações nacionais a baixo custo, campanhas educativas e — se for necessário — racionamento e controle de preços. A liberdade dos ricos, que lhes permite monopolizar mercadorias caras, não pode ser a medida da liberdade e da disciplina: estas têm que ser medidas pelo bem comum.

Estamos no início de um processo em que se tornará permanente um dualismo de atitudes que antes só se apresentava em forma ocasional. Devido a este dualismo o indivíduo, em certo contexto, vê-se compelido a defender seu próprio interesse e, noutro, supera seu egoísmo por meio de instituições que funcionam no interesse da comunidade. Aceitará, por exemplo, pagar pesados impostos se achar que isto é necessário para a manutenção da sociedade, mas ao mesmo tempo lançará mão de todos os recursos legais para manter sua própria contribuição tão baixa quanto possível. As atitudes egoístas e comunitárias antigamente mantinham-se flutuantes; havia uma certa confusão, as situações provocavam alternadamente reações de egoísmo e de altruísmo. Hoje, tal dualismo está incorporado na estrutura do ego. Numa sociedade planejada, o cidadão só poderá comportar-se adequadamente se distinguir com clareza a esfera em que deve prevalecer o planejamento — e, portanto, a disciplina coletiva e a liberdade coletiva — e as outras esferas em que surgem as reações egoístas provocadas pelas circunstâncias.

Tendo em mente essas fórmulas, podemos ver que muitas das velhas exigências de liberdade não podem ser realizadas da maneira antiga, na nova sociedade planejada. Na sociedade não planejada, a liberdade de seleção ocupacional era, em grande parte, teórica, para aqueles que não possuíam dinheiro nem oportunidades

de educação e informação. Muitos moços escolhiam um emprêgo por ser o único que estava a seu alcance. Continuava-se a crer na liberdade de escolha de empregos, porque as limitações pareciam ser causadas por fôrças naturais invisíveis e não eram reconhecidas como subprodutos da ordem social, à qual se concedia tácita aprovação.

Se uma pessoa que vivesse numa sociedade planejada fôsse obrigada a voltar àquelas condições de liberdade, sentir-se-ia infeliz e tolhida num grau intolerável; infeliz, por compreender que numa sociedade não planejada sua escolha de emprêgo seria determinada principalmente por fatores fortuitos; por perceber que muitos jovens podem encontrar-se presos a empregos sem nenhum futuro e que num mundo de livre competição podem-se passar vários anos até que o indivíduo encontre lugar satisfatório na sociedade. Comparada com essa velha liberdade não regulamentada, poderá apreciar seu nôvo tipo de liberdade que, apesar do incremento da burocracia e, talvez, da orientação estatal, pode proporcionar-lhe um emprêgo útil à sociedade e que, ajustando-se a um padrão de futuro desenvolvimento, é promissor e não constitui um beco sem saída. Encontrará sua ocupação consultando organismos de orientação profissional, que podem cooperar com as escolas; ou dirigindo-se aos serviços respectivos das associações vocacionais ou organismos públicos, dedicados à organização do mercado de trabalho. Desde que êsses organismos prestem suficiente atenção às suas atitudes e preferências específicas, suas amplas escalas de atividades e coordenação central de informações poderão oferecer ao indivíduo uma seleção maior e mais cuidadosa de ocupações e oportunidades, do que poderia encontrar por seus próprios meios. As discrepâncias entre os objetivos do planejamento, as oportunidades disponíveis e as aspirações vocacionais, muitas vêzes irracionais — tais como as que encontramos freqüentemente na atualidade devido à influência das novelas populares, do cinema etc., e das imagens dos heróis da tela²¹ — poderiam ser reduzidas ou eliminadas pouco a pouco, graças a um esforço educativo. Embora os tratadistas de assuntos sociais e políticos façam escolhas altamente individualizadas, a maioria das pessoas não têm, em princípio, preferências rigorosamente definidas no que se refere a suas ocupações e podem, portanto, mudar de trabalho, segundo o conselho dos peritos e, inclusive, ficarem satisfeitas por isso; as sugestões feitas com tato poderão levá-las a trocar as suas atividades pouco promissoras, por outras de maior futuro, que se ajustem aos planos econômicos e ao desenvolvimento previsível. Além disso, as mudanças de atividades (*turnover*) operárias na União Soviética, assim como nos Estados Unidos, indicam que milhões de homens modernos adquirem com relativa facilidade o treinamento necessário para adaptar-se a grande variedade de ocupações. Me-

diante vantagens especiais, pecuniárias ou honoríficas, para as ocupações que possivelmente sejam menos desejáveis, pode-se atrair o número necessário de candidatos.

A liberdade, portanto, numa sociedade planejada, não deverá ser julgada em termos de ausência ou presença da burocracia e dos regulamentos, mas em termos do bem comum e do melhor uso das potencialidades individuais. Os testes de inteligência, as entrevistas, a observação especializada do desenvolvimento físico e mental e das tendências de caráter, e a hábil orientação da seleção vocacional, em concordância com o desenvolvimento planejado e previsível — e, ao mesmo tempo, a manutenção de setores não planejados, capacitados a fornecer possibilidades às pessoas de dotes e aspirações específicas — tudo isso poderá servir à causa da liberdade num mundo planejado.

NOTAS

CAPÍTULO 12

A DISCIPLINA DA LIBERDADE

1. A seguinte lista de referências pode servir de base ao presente capítulo:

- Angell, N., *Why Freedom Matters* (Nova Iorque, 1918).
Anshen, R. N., (org.), *Freedom: Its Meaning* (Nova Iorque, 1940).
'Aspects of Freedom', *Spectador*, vol. 155, pgs. 852-4.
Cecil, H., *Liberty and Authority* (1910).
Croce, B., *La teoria della libertà* (nova ed., Bari, 1945).
Heimann, E., *Freedom and Order* (Nova Iorque, 1947).
Hobson, J. A., 'Democracy, Liberty, Force', *Hibbert Journal*, vol. 34, pp. 35-44.
Ingersoll, R. G., *Human Liberty* (1884).
Knight, F. H., 'Meaning of Freedom', *Ethics*, vol. 52, pp. 86-109.
Laski, H. L., 'Liberty', *Encyc. Soc. Sciences*, vol. IX.
Lee, A., 'Authority and Freedom', *London Quarterly Review*, vol. 163, pp. 492-500.
Malinowski, B., *Freedom and Civilization* (Nova Iorque, 1944), parte III, cap. I, II, III.
Mann, Thomas, *Das Problem der Freiheit* (Estocolmo, 1939).
Maritain, Jacques, *Freedom in the Modern World* (Nova Iorque, 1936).
2. Gre, G. de, 'Freedom and the Social Structure', *American Sociological Review*, vol. II, pp. 529-36.
Cooley, C. H., *Social Organization* (Nova Iorque, 1929).
3. Para referências bibliográficas, ver Karl Mannheim, *Man and Society* (Londres, Nova Iorque, 1940), pp. 453-4. Para formulações adicionais, ver Coover J. E., *Formal Discipline from the Standpoint of Experimental Psychology* (Princeton, 1916).
Hubert, R., *Le Principe d'autorité dans l'organisation démocratique* (Paris, 1926).
Michels, Roberto, 'Authority', *Encyc. Soc. Sciences*.
Samuel, H. L., *Persuasion of Force* (Londres, 1947).
Sturzo, L., 'Authority and Democracy', *Dublin Review*, vol. 210, pp. 151-63.
4. Ver cap. 3.
5. Ver Read, H., *The Philosophy of Anarchism* (Londres, 1943).
6. Martin Buber, citado por Herbert Read em *Education Through Art* (Londres, 1943), p. 282.
7. Ver Robins, J. J. e Heckscher, G., 'Constitutional Theory of Autonomous Groups', *Journal of Politics*, vol. 3, pp. 3-28.

8. Cf. Pape, L. M., 'Some Notes on Democratic Freedom: Democratic and Totalitarian Concepts in the Problem of Freedom and Restraint', *Ethics*, vol. 51, pp. 349-55.

Ver também Mannheim, Karl, *Man and Society*, pp. 445-6, 453-4.

9. *Ibid.*, parte III ('Crisis, Dictatorship, War').

10. *Ibid.* (Extensa bibliografia.) Ver também as seguintes referências:

Cohen, M. R., *The Faith of a Liberal* (Nova Iorque, 1946). 'Freedom: Its Meaning'.

Garnett, A. C., 'Liberalism as a Theory of Human Nature', *Journal of Social Philosophy*, vol. 7, pp. 127-41.

Hobhouse, L. T., *Liberalism* (Londres, 1911).

Jordan, E., 'False Principle of Liberalism', *International Journal of Ethics*, vol. 46, pp. 276-91.

Kallen, H. M. *The Liberal Spirit* (Ithaca, 1948).

Montagne, W. P., 'Democracy as Liberalism: Its Hypocrisy and Futility', *International Journal of Ethics*, vol. 45, pp. 143-6.

11. Com referência a certas idéias similares, ver. F. Camper, 'Hayek's Road to Serfdom', *Enquiry*, vol. 2, n.º 3, pp. 22-4; ver também F. W. Coker, *Democracy, Liberty, Property* (Nova Iorque, 1942).

12. Ver Lauterbach, A. T., *Economic Security and Individual Freedom* (Ithaca, 1948).

13. Leibholz, G., 'Two Types of Democracy', *Hibbert Journal*, vol. 44, pp. 35-44.

14. *Authority and the Individual* (Cambridge, 1936). (Harvard Tercentenary Conference of Arts and Sciences, Cambridge.)

15. Ver Parte II, cap. 3, II.

16. Cf. Plamenatz, J. P., *Consent, Freedom and Political Obligation* (Londres, 1938).

17. Heimann, E., 'Industrial Society and Democracy', *Social Research*, vol. 12, pp. 43-59.

18. Para uma prévia discussão de 'Freedom and Planning', ver Karl Mannheim, *Man and Society*, 'Planning for Freedom', pp. 385-8.

Também E. Benn, 'Death-bed of the Nation? Is Freedom To Be Planned Away?', *Quarterly Review*, vol. 283, pp. 129-38.

Corey, L., 'Economic Planning without Statism; Planning in the Framework of Liberty', *Commentary*, vol. 4, pp. 137-47.

Cummings, H. S., *Liberty under Law and Administration* (Nova Iorque, 1934).

Keirstead, B. S., 'Liberty and a Planned Economy', *Canadian Journal of Economics and Political Science*, vol. 11, pp. 281-5.

Madariaga, S. de, *Anarchie ou hierarchie* (3.ª ed., Paris, 1936).

Mitrany, D., 'Political Consequences of Economic Planning', *Sociological Review*, vol. 27, pp. 2-4.

Renner, K., *Demokratie und Bureaukratie* (Viena, 1946).

Rosenfarb, J., *Freedom and the Administrative State* (Nova Iorque, 1948).

Smith, T. V., 'Political Liberty Today: Is It Being Restricted or Enlarged by Economic Regulation?', *American Political Science Review*, vol. 31, pp. 12-27.

Spinelli, A., 'Dawn or Dusk of Democracy', trad. A. O. Hirschman e S. Hirschman, *Social Research*, vol. 14, pp. 222-43.

Tawney, R. H., 'English Politics Today: We Mean Freedom', *Review of Politics*, vol. 8, pp. 223-39.

Tugwell, R. G., 'Directive: Need for a New Philosophy of Governmental Powers', *Journal of Social Philosophy*, vol. 7, pp. 5-36.

19. Kotschnig, W., *Unemployment in the Learned Professions* (Nova Iorque, Londres, 1937). Esp. Parte II.

20. 'Os principais meios adotados pela nova política agrária consistiram na organização dos vários mercados, mediante associações compulsórias, cujas funções eram adaptadas às necessidades temporárias do mercado, e na promoção do consumo, por meio de subsídios, preços escalonados e campanhas publicitárias... Não foi organizado nem sistematicamente seguido qualquer plano geral'. Hedwig Ide Reventlow, 'Die Entwicklung des britischen Agrarschutzes', *Berichte über Landwirtschaft* (Berlim, 1937), p. 131.

'Farmers in the Modern World', *Agricultural Yearbook 1940*, org. por Henry A. Wallace (Washington, D.C., 1940).

Lamartine, Paul Yates, *Food Production in Western Europe: An Economic Survey of Agriculture in Six Countries* (Nova Iorque, Londres, 1940), esp. último capítulo, 'The Planning of Agriculture', pp. 551 e segs. (Relatório de um inquérito dirigido pelo visconde Astor e por B. Seebom Rowntree, com prefácio de Sir William Beveridge.)

21. Ver os seguintes estudos sobre os 'heróis modernos' da tela e da radiodifusão:

Dale, Edgar, *The Content of Motion Pictures* (Nova Iorque, 1933).

Heine, Patricke Johns, e Gerth, H. H., 'Values in Mass Periodical Fiction', *Public Opinion Quarterly* (Primavera, 1949), pp. 105-13.

Rosten, Leo C., *Hollywood, the Movie Colony, the Movie Makers* (Nova Iorque, 1941).

O PENSAMENTO, A FILOSOFIA, A RELIGIÃO E A INTEGRAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

I. A INTEGRAÇÃO RELIGIOSA NUMA SOCIEDADE DINÂMICA

A INTEGRAÇÃO final da ordem social sempre foi um problema importante. O que mantém unida a sociedade — seja o poder, a divisão do trabalho ou um laço espiritual — é uma das questões mais profundas a serem respondidas pelos sociólogos. Naturalmente, a integração social ocorre em todos os níveis do pensamento e da ação. Poucas vezes levamos a efeito um ato que não tenha efeitos integradores ou desintegradores. Contudo, é fora de dúvida que a importância proporcional do fermento espiritual ou do poder brutal é uma característica diferenciadora dos sistemas sociais, especialmente das grandes sociedades. Os antigos impérios, tais como o sumério ou o egípcio, estavam construídos sobre a influência integradora e a predominância das castas sacerdotais e guerreiras. Hoje, podemos compreender muito melhor de que maneira uma se apoiava na outra e como nenhuma das duas poderia haver mantido a sociedade unida sem a contribuição da outra.

Os povos modernos foram perdendo, pouco a pouco, o sentimento da necessidade de integração espiritual, que era tão evidente na sociedade medieval. É característico que a maioria dos sociólogos modernos tenha demonstrado pouca compreensão da necessidade e dos métodos de integração. Talvez isto seja devido ao fato de serem eles, em sua maior parte, fruto de uma atitude de protesto contra a ordem social existente, como foi o caso do liberalismo, do marxismo, do anarquismo e do sindicalismo. Só viam os obstáculos que impediam a passagem e rebelavam-se contra a compulsão e a autoridade, que pareciam fora de moda. Com poucas exceções importantes, tais como Comte (o qual reconhecia o problema da integração social), parece haver sido parte integrante da

tendência crítica e revolucionária de onde surgiu a sociologia, o fato de que os sociólogos não viram o problema da integração ou o tinham como assentado. Julgavam — especialmente os liberais, os anarquistas e os sindicalistas — que a integração se produziria espontaneamente.

O problema apresenta-se de modo muito diferente para a Terceira Posição, que procurará transformar a sociedade sem pôr em perigo sua integração fundamental. Deverá prestar igual atenção aos fatores que levam a uma reforma dinâmica e criadora, de um lado, e à integração fundamental, do outro. O pensador, à moda antiga, do *laissez-faire* ou o radical, não percebia a importância da tradição, da religião e das forças que favoreciam a estabilidade e a continuidade porque, em sua época, tais assuntos 'cuidavam de si mesmos'. Na nova situação, o estrategista da reforma deverá manter a integração, enquanto ocorrem as mudanças rápidas. Deverá concentrar-se na estabilidade e na continuidade, ao mesmo tempo que procurará modificar a sociedade. Então compreenderá a necessidade que a sociedade tem das forças integradoras religiosas e semi-religiosas. Mas, em seu caso, não permitirá que a religião venha a ser, como acontece com os reacionários, um baluarte dos interesses criados, mas antes uma força capaz de contribuir para as reformas e, simultaneamente, para a regeneração do homem e da sociedade.¹

Em outro contexto, temos procurado mostrar que a época do liberalismo constituiu uma exceção, ao pensar que as reformas poderiam ser levadas a efeito sem se preocupar com a religião e outras formas de integração fundamental. John Stuart Mill chegou a dizer que, no interesse da sociedade, os problemas fundamentais das crenças deveriam ser continuamente revisados e que, portanto, não deveria haver nenhuma concordância básica sobre elas; caso contrário, haveriam de se converter em hierarquias e instituições arbitrárias, incompatíveis com uma sociedade dinâmica. Há, certamente, uma visão penetrante na afirmação de Mill, no que se refere a um aspecto do problema. Indica muito claramente a dificuldade com que se defronta toda sociedade planejada quando procura desenvolver uma filosofia totalitária para todo o sistema, quer seja um dogma racial ou a teoria marxista da determinação econômica e da luta de classes. Quando tais filosofias chegam a ser a fonte sagrada da interpretação de todos os acontecimentos — uma forma de teologia básica — conduzem a novo tipo de clericalismo.

Hoje em dia, como é natural, compreendemos melhor do que nunca as realizações da teologia básica da Idade Média, inclusive a necessidade de um poder espiritual organizado. Compreendemos agora que uma ordem social só se pode manter satisfatoriamente sobre a base de uma sábia declaração de crenças que desempenhe

em forma nova as funções do velho dogma. Temos aprendido, do caos por que passamos, que existem coisas que devem permanecer livres até mesmo da mais eventual sombra de dúvida, ainda que só seja por um certo tempo. Mais instruídos a este respeito, nós, que defendemos a Terceira Posição, ainda resistimos à idéia de conseguir esta integração básica da sociedade mediante qualquer forma de pensamento superimposto. Somos agora bastante humildes para saber que a integração definitiva de uma sociedade de massas que sofre de perturbações, não poderá produzir-se espontaneamente, como estava inclinado a crer o pensador do *laissez-faire*. Por outro lado, não podemos aceitar a idéia de que a única alternativa seja a inculcação ou a doutrinação.

Embora se torne difícil encontrar uma resposta satisfatória nas alternativas da teoria abstrata, parece estar surgindo na Inglaterra uma terceira solução. No decurso do seu desenvolvimento histórico, esse país foi elaborando, aos poucos, uma solução que aceitava os fundamentos cristãos da sociedade. Na maioria dos casos, este aproche coloca a religião como juiz supremo dos problemas morais, permitindo-lhe criticar até mesmo o Estado, especialmente em questões de consciência. Todavia, essa mesma tradição histórica não permite que a primazia da religião se transforme em certo tipo de clericalismo intolerante. A idéia de uma sociedade religiosa, fundamentalmente inclinada à tolerância — eis a norma que paradoxalmente surgiu da história dos países anglo-saxões. Depois de sublinhado este fato, é necessário acrescentar que esse assombroso equilíbrio entre o conformismo e a heterodoxia, entre o credo estabelecido e o relativismo, não é devido unicamente à exuberância de vitalidade e à genuína tolerância, mas resulta amiúde da indiferença e da neutralidade.

A Igreja oficial e os não-conformistas, os fundamentalistas e os ateus, toleram-se reciprocamente não só devido à força do conceito de tolerância, mas também porque, em muitos grupos, foram-se gradativamente neutralizando os impulsos religiosos e não-religiosos. É muito freqüente que as pessoas se entendam muito bem, umas com as outras, por já não estarem dispostas a gastar energia na defesa de suas crenças fundamentais.

Ainda, admitindo que o que era antes autêntica tolerância degenerou, muitas vezes, em indiferença, continua existindo em alguns países do mundo ocidental a experiência residual das lutas antigas, que em todas as circunstâncias importantes relembra o significado da tolerância criadora e tende a afastar a tentação do fanatismo. Esses países aprenderam que o fato de existir uma só Verdade não significa que determinado grupo, que julga estar de posse da referida verdade, tenha o direito ou, inclusive, a obrigação de extirpar os seguidores de algum outro credo. Se realmente só existe uma Verdade, esta deve ser mais ampla do que tudo o que

possa caber num ser humano ou num partido. Vale a pena ouvir a voz de todo o mundo, pois nunca podemos saber através de que indivíduo ou de que grupo se manifestará a voz de Deus. Esta é a única forma possível de unificação religiosa e de integração, compatível com uma sociedade dinamicamente planejada baseada no ideal de liberdade.

Uma sociedade planejada deverá tomar uma decisão a respeito dos seus objetivos finais. Por outro lado, deixa de ser totalitária, rígida e de transformar-se em camisa de força para a comunidade, pelo simples processo de converter a busca da verdade em problema dinâmico, colocando honestamente um ponto de interrogação atrás das declarações que dêle necessitam. Mas, ainda que o ponto de interrogação tivesse de ser usado com infinita frequência, em vista da natureza insolúvel da problemática do conhecimento humano, isto não significaria que nos próximos cinco ou dez anos, essa mesma sociedade tivesse de viver prêsda da incerteza. Após havermos superado nossas diferenças, poderíamos pôr-nos de acôrdo sôbre um certo plano, mesmo sabendo que não foram resolvidas definitivamente tôdas as suas implicações sociais e filosóficas.

Os princípios democraticamente aceitos serão válidos para as finalidades práticas durante um período limitado e a revisão só será feita quando fôr sentida a necessidade de nôvo impulso. Mesmo assim, certos círculos da sociedade continuarão discutindo livremente as bases essenciais da vida, da religião e da sociedade. Tais debates terão seu lugar apropriado numa ordem social democraticamente planejada. Haverá oportunidades para a discussão, mas não se permitirá que os opositores exerçam à vontade sua ação destruidora ou sabotem a cooperação.

Certos aspectos invariáveis da mente humana parecem indicar a necessidade de uma base religiosa transcendental para a sociedade, e vários fatores tornam essa necessidade ainda mais urgente na situação atual. Na mente e na natureza da atividade humana existem certas estruturas arcaicas que nos levam a procurar a certeza ou as verdades fundamentais. O próprio fato de que em nossas ações práticas pensamos sempre em termos de meios e fins, e que sempre temos em mente um propósito quando executamos qualquer trabalho, faz com que seja difícil para nós concebermos um universo sem finalidade. Ainda que isto possa ser um hábito mental, adquirido ao longo da nossa vida e atividade, acha-se tão profundamente arraigado, que um mundo sem finalidade significaria, para um ser que pensa, algo tão intolerável como uma vida sem lar. Um dos grandes paradoxos da nossa época é que, quanto mais a técnica vai impregnando todos os pormenores da nossa vida cotidiana — na qual procuramos seguir finalidades bem determinadas — mais tende nossa filosofia a afirmar que o con-

ceito de finalidade não se aplica à natureza como tal: até mesmo aquelas coisas que parecem ter um propósito não são mais que o resultado da seleção, o resultado ocasional de infinitas variedades e formas de adaptação. É uma idéia que pode ser concebida, mas dificilmente pode ser vivida. É a mesma coisa que admitir, teoricamente, que a Terra se move em redor do Sol, ao mesmo tempo que se 'sente', por experiência própria, que o Sol é um disco que se levanta e irradia luz durante o dia. Da mesma maneira, a tranqüila certeza de que a maior coisa na vida é a comunhão com Alguém a quem podemos nos dirigir e que nos responde com compreensão e misericórdia, está tão profundamente entranhada em nós que reinaria o desespero se perdêssemos essa crença religiosa. Só pela satisfação dessas aspirações tão profundamente enraizadas (de que existe uma Finalidade no que estamos fazendo e de que existe um Poder Pessoal ao qual podemos apelar) consegue o homem desenvolver o sentimento de que pertence a um mundo onde poderá encontrar seu lugar e onde existe uma ordem que o ampara e dissipa suas ansiedades.

São essas algumas das características inalienáveis da natureza humana que, de uma ou de outra forma, constituirão sempre algum tipo de religião. Não ficarão satisfeitas com as interpretações 'científicas', que não dão resposta satisfatória às indagações fundamentais da mente inquisitiva.

Nas páginas seguintes, gostaria de discutir algumas tendências na sociedade atual que, deixando de parte êsses anseios seculares, fazem com que a integração no plano religioso seja ainda mais importante. Em primeiro lugar, numerosos fatores intervenientes produzem um dilema intelectual específico para a sociedade moderna, enquanto outros estão causando um problema especial no que se refere à existência humana em nossa sociedade.

II. O DILEMA DO PENSAMENTO NA SOCIEDADE MODERNA

1. *A segmentação das funções intelectuais*

O homem é um ser em cuja vida o pensamento tem diversas funções a cumprir ou, para dizê-lo de forma mais concreta, em muitos aspectos é difícil para um ser humano que o mesmo órgão, a mente, com sua possibilidade de pensar, tenha funções tão diferentes para cumprir. Essas diversas funções não eram tão aparentes no passado, mas ultimamente chegaram a ser um problema. O pensamento sempre foi não só um instrumento para averiguar fatos, mas também um instrumento de persuasão, propaganda, educação, um pioneiro e abridor de caminhos para a ação. Em sua natureza interior, trata-se de processos essencialmente diver-

sos; o abismo que os separa não fôra notado antes devido à falta de diferenciação nas funções, numa sociedade relativamente simples.

Foi a psicologia moderna que isolou o pensamento, como instrumento de investigação dos fatos, das suas outras funções. O homem começou a utilizar essa função de investigação de fatos em relação à Natureza, mas agora a estendeu ao reino da experiência da vida interior e das relações sociais. Liberar os conceitos das suas vibrações emocionais e apresentar os relatórios de fatos livres de qualquer avaliação — em outras palavras, suprimir a ambigüidade — foi um processo necessário. A exatidão na averiguação dos fatos, em sua observação e em sua descrição, eram impossíveis se não se rompessem os modos de observação correntes em nossa experiência de 'bom senso' cotidiano. O método da análise teórica, aplicado à vida social, focalizou nossa atenção sobre partículas da realidade social e psicológica até então despercebidas no nível da vida prática rotineira. Ainda que a ruptura dessas unidades de observação, que haviam surgido da experiência cotidiana, seja essencial do ponto de vista da ciência, pode tornar-se calamitosa quando percebemos que precisamos usar a mesma aparelhagem mental para ambas as finalidades: a orientação cotidiana e a investigação científica. O que é progresso para os conhecimentos científicos pode ser, amiúde, uma perda para a integração da personalidade e para a coesão social. Por êsse motivo, as mentalidades conservadoras, que se preocupam mais pela coesão social e pela cooperação do que pelas novas descobertas sentiram-se inclinadas a deplorar o efeito desintegrador do conhecimento analítico.² Enganaram-se, ao querer que o tempo andasse para trás e que acreditássemos em todos os mitos bíblicos e outras lendas antigas, aceitando-os como verdades literais. Contudo, sentiam instintivamente que o folclore tinha uma função integradora na sociedade e que se fôsse suprimido sem ser substituído por outra visão da vida e do mundo, surgiria inevitavelmente um vácuo em nossa perspectiva.

O pensamento pré-científico é ao mesmo tempo persuasivo e educativo. O pensamento científico deve ser neutro, não deve preocupar-se em persuadir, ou em resolver se é bom ou mau que uma pessoa conheça êste ou aquêle fato em determinada etapa do seu desenvolvimento.

É claro que o conhecimento científico é completamente adequado, dentro da sua própria esfera. Deve visar a uma descrição exata dos fatos, e de nada mais que os fatos. Mas a sociedade não pode viver sem a persuasão e a devida apreciação da necessidade do processo educativo.

Hoje, finalmente, podemos formular o dilema que inconscientemente tem preocupado o homem durante vários séculos. Trata-

se de saber se deveremos expressar os fatos científicos em todos os níveis do desenvolvimento humano e em tôdas as espécies de situações sociais, independentemente dos seus efeitos educativos e psicológicos. Devemos formular sempre os fatos na linguagem do pensamento instrumental, sem levar em conta a circunstância de que o homem está acostumado a pensar em termos de imagens, e que a destruição dessas imagens destrói o valor de apêlo das nossas idéias e o elemento humano das mesmas? Ou então, deveremos contar histórias que tenham valor educativo e poder humanizador, mas não correspondem com o que os nossos pesquisadores de fatos apresentam como verdade comprovada?

Já não é o obscurantista que protesta, porque teme a difusão do conhecimento; é o educador, ao ver a dissolução das imagens básicas da nossa fantasia — o cerne da nossa experiência cotidiana e a luz sob a qual nos movemos e cooperamos. Tomemos o seguinte exemplo:

No plano do pensamento científico, não há tragédia nem comédia, apenas fatos e processos que, de per si, são neutros. Mas, será possível sentir os acontecimentos humanos num ambiente desprovido de sentimento trágico, em que não existe um *clímax* ou ponto culminante, em que ninguém é responsável, não há heróis, mas apenas grupos de átomos que se comportam de certa maneira?

O dilema em sua forma mais aguda aplica-se ao cenário político. Como pesquisador, todo ser humano se defronta com dados desagradáveis que podem não corresponder com seus desejos pessoais ou com as idéias que compartilha com uma seita ou um partido. Como pesquisador de fatos, deverá também admitir que há tremendas lacunas em nossos conhecimentos, e que as coisas estão num estado de fluidez. Não existem conhecimentos estabelecidos de forma precisa e definitiva; tudo o que parece ser o resultado de descobertas científicas sérias, só pode ser expresso em termos de probabilidades. Mas, a fim de entusiasmar as multidões e unir grandes partidos, nossas finalidades devem ser claras e precisas e devemos apresentar a história como se estivesse apoiando unicamente nossa causa. Em resumo: para a ação de grupo é indispensável que os planejadores aspirem à certeza e eliminem o ceticismo e a ambigüidade.

Esta mudança na apresentação dos fatos e das idéias, a meu ver, não se deve unicamente à desonestidade dos demagogos ou dos políticos, mas está na própria natureza da ação humana, especialmente na ação coletiva. Enquanto a linguagem de todos os dias era usada tanto na política como na pesquisa de fatos, a ambigüidade permitia que se empregassem termos idênticos, seja como instrumentos de observação, seja para fixação dos objetivos. Mas à medida que a ciência social e psicológica insistia, cada vez mais,

para que se suprimissem as ambigüidades, e se precisassem as probabilidades como tais e não como certezas, o político e o ator iam ficando, por assim dizer, sem linguagem própria.

2. O pensamento organizado

Em consequência dessa diferenciação de funções, que separa a linguagem da averiguação dos fatos daquela usada no processo educativo e para influenciar a ação coletiva, surge uma espécie de divisão na consciência, que produz um sentimento de incerteza, uma ambivalência de atitudes, tanto mais perturbadora porque está profundamente arraigada na mente do indivíduo sem que éste o perceba. Esta brecha torna-se cada vez mais profunda à medida que vamos seguindo as outras consequências do crescimento social, em sua influência no pensamento humano.

A existência dos partidos políticos bem organizados provoca não só a necessidade de declarações bem claras e precisas, como também o fenômeno do 'pensamento organizado' — ou seja, um sistema rigidamente definido de idéias, dispondo de um catecismo de respostas preparadas para enfrentar quaisquer perguntas, um sistema de afirmações que permite ao propagandista resolver qualquer dúvida e corrigir qualquer desvio dos dogmas socialmente aceitos. Isto significa que toda pessoa que procura pensar honestamente, que procura encarar todos os fatos e mudanças que não se enquadram no sistema pré-regulamentado de pensamento, ver-se-á desde logo expulsa do campo do universo discursivo reconhecido. Este método, de ter uma resposta pronta sempre à mão, surgiu em primeiro lugar, no mundo moderno, por obra dos jesuítas, mas foram os marxistas que passaram a utilizá-lo de modo sistemático e em larga escala.³

Entretanto, os marxistas nada mais fizeram que abrir o caminho que foi seguido mais tarde pelos outros partidos — e que será cada vez mais seguido; os partidos não querem que os seus seguidores fiquem de boca aberta diante dos truques dos malabaristas de idéias do campo rival. O pensamento organizado produz mais pensamento organizado, e assim desmorona por completo a natureza original do pensamento, tão magnificamente exposta por Sócrates em sua incessante e dinâmica busca da verdade. Um dos pesadelos da existência, num mundo de massas organizadas, é o perigo da petrificação de sistemas de pensamento, dos quais foi excluído todo espírito de livre investigação.⁴ A situação apresenta-se ainda mais trágica quando nos damos conta de que, ao mesmo tempo, na mesma época e na mesma mente humana, passaram a desenvolver-se estruturas de pensamento totalmente diferentes, porém igualmente cativantes. À medida que a ciência progride, mais compreendemos que não existe nada bem definido em nosso mecanismo mental, que tudo o que podemos esperar são hipóteses su-

jeitas à revisão, quando se altera a evidência dos fatos. Como nossos conceitos não possuem realidade em si e, portanto, devem ser abandonados, quando outros explicam maior número de fatos de forma mais apropriada, a idéia de um sistema aberto com conceitos cambiantes vai dominando cada vez mais a esfera da pesquisa.

Na época da filosofia clássica, admitia-se a existência de uma realidade fundamental, e a validade de certas idéias num plano elevado de generalidades. Para nós, hoje em dia, essa ontologia não oferece muita segurança; na melhor hipótese, seus conceitos podem ser considerados como partes que continuamente devem ser substituídas, à medida que os fatos deixam de apoiar a estrutura total. Assim, ao passo que se desenvolvem sistemas rígidos de pensamento político, com respostas preconcebidas para cada situação, os intelectuais modernos renunciam a todo marco duradouro de referência e tendem para certo tipo de existência insondável. Nesta situação, o pensamento moderno é uma justa contrapartida da rigidez das ideologias organizadas.

Não há dúvida de que êsses dois extremos são produtos da mesma época e que, embora raramente tenhamos que enfrentá-los simultaneamente, o ser humano que vive nesse ambiente sente-se desorientado. Para êle, as certezas artificiais do dogma são, amiúde, o único refúgio contra a tensão das eternas incertezas.

3. A deslocalização da mente

O dualismo entre a busca interminável da verdade e a estabilização artificial do âmbito mental não existia nas sociedades mais simples. Iniciou-se a divergência quando a mente, pouco a pouco, foi-se afastando da localidade e do contexto concreto em que se originara. Os inícios dêsse processo, para o qual sugerimos o termo sociológico 'deslocalização da mente', são bastante antigos, ainda que os resultados finais só agora se estejam tornando visíveis.

Originalmente, os hábitos mentais e o conteúdo da mente eram parte da unidade tribal ou local em que haviam surgido. O pensamento era, a princípio, uma parte dos costumes populares, das tradições e dos hábitos, um idioma intraduzível que relacionava tudo a um cenário concreto em que o mundo era sentido por uma comunidade primitiva. Enquanto vivemos no ambiente dos usos e costumes populares, não aceitamos as afirmações e as prescrições por serem certas e comprovadas pela experiência, mas unicamente porque estão revestidas de autoridade. Constituem a norma autorizada e se o indivíduo vive e atua de acordo com ela, está livre de enganos. Se não o fizer, viola os tabus e incorre em erro.⁵

Não é por casualidade que o pensamento científico começa por convidar o indivíduo a duvidar de tudo o que recebeu como parte da tradição, e a testar novamente por seus próprios meios se essa tradição é justificada. Por êsse processo, 'deslocaliza-se' o pensamento, tirando-o do contexto em que era válido graças à autoridade da tradição e, relacionando-o, ao mesmo tempo, com um 'sujeito supercomunitário — a mente como tal', graças ao qual se desenvolveu a idéia da razão pura (isto é, deslocalizada).

O pensamento torna-se então um instrumento abstrato para a asserção de fatos por parte de todo ser humano, e não unicamente para servir aos membros da comunidade que se sentem unidos por convenções comuns e pela tradição. Essa passagem da mentalidade tribal para a mentalidade cosmopolita (cuja introdução em nossa própria civilização devemos a Descartes) traz consigo penoso processo de desarraigamento, que implica um desequilíbrio contínuo da estabilidade mental dos que a êle estão sujeitos.

Um dos resultados dessa deslocalização é a tendência a darmos excessiva importância a experiências que podem ser facilmente traduzidas de um idioma mental para outro. As indicações formais das matemáticas inspiram mais confiança, porque parecem evidentes por si mesmas. As experiências concretas são reduzidas a símbolos abstratos, perdem todo o sumo da sua essência e são infinitamente mais apreciadas que os clarões de intuição que envolvem tanto a pessoa como o seu ambiente comunitário. Nesse processo, nosso universo discursivo fica dividido em duas partes: uma metade associa-se ao processo de deslocalização, e a outra aos elementos intraduzíveis da nossa experiência comunitária.

A medida que o primeiro tipo de conhecimento se emancipa do segundo, desenvolve-se um movimento em sentido contrário, a fim de salvar os valores da experiência qualitativa, que se estão depreciando. Os que defendem a experiência qualitativa afirmam, mais cedo ou mais tarde, que nada se pode dizer contra o desenvolvimento do pensamento abstrato, numa sociedade em expansão que caminha para uma atitude cosmopolita, mas que seria exagero insistir em que o homem desprezasse e abandonasse tôdas as experiências que deve ao fato de estar arraigado numa comunidade concreta.

Talvez não seja por acaso que, ao adquirirmos uma consciência cosmopolita, lembremo-nos ao mesmo tempo mais do nosso antigo ambiente comunitário, ao qual até então não dávamos muita importância. O processo da deslocalização da mente aumenta o valor da localidade (ou ambiente) da qual nos vamos separar. É óbvio que, vistos em perspectiva, o processo de desarraigamento e o de nos tornarmos mais conscientes de nossas raízes são dois aspectos do mesmo desenvolvimento histórico; mas, para

os indivíduos que sofrem a ação de ambos os processos, isto só contribui para a incerteza fundamental. No processo da deslocalização da mente, presenciamos uma situação que talvez não tenha outro exemplo senão o da evolução de um adolescente, que de repente se vê afastado da proteção da família e se encontra num mundo em que perdem todo sentido os signos e significados emocionais que haviam anteriormente dado uma orientação aos seus desejos e atividades.

4. O processo de desmistificação

Outra característica da nossa época é o predomínio da atitude de desmistificação (*debunking*). Já se encontrava presente nos enfoques de Marx e de Freud. Mas também nestes casos, como em tantos outros, essas duas escolas de pensamento apenas desenvolveram com maior profundidade o que era na realidade produto do processo histórico e já fazia parte da mentalidade moderna. Ambas as escolas invalidam um padrão de pensamento ao revelarem as razões ocultas ou os motivos inconscientes que levam uma pessoa ou um grupo a elaborar esse pensamento ou a acreditar nele. O marxista, por exemplo, diz que quando o burguês fala em 'liberdade', refere-se realmente à liberdade do capitalista em investir o seu dinheiro e obter lucros, enquanto o freudiano afirma que o pudor excessivo é amiúde uma 'formação de reação' contra um nosso impulso sexual demasiadamente poderoso, ou que a sensação de que somos perseguidos por alguém é uma projeção da nossa própria tendência inconsciente ao ódio, ou que a paixão pela investigação científica nada mais é que a sublimação da curiosidade sexual. Ambos acreditam que o verdadeiro significado da conduta individual ou de grupo e dos pensamentos que a acompanham deve ser encontrado atrás do manto de justificação imediata que se lhes dá. Em ambos os casos, o método que consiste em esquadrinhar sob a superfície do pensamento e da ação teve como resultado a revelação científica de obscuros mecanismos sociais e psicológicos, que talvez não teriam sido descobertos sem a pressão exercida pela atitude de desmistificação.

Esta atitude de desmistificação, na qual a desconfiança não é tanto dirigida contra determinado grupo ou pessoa, mas contra a capacidade da mente em 'esquecer' e destacar-se das motivações ocultas, é tipicamente moderna. Sempre existiram a desconfiança e a suspeita; tratava-se, porém, de sentimentos concretos, mais que de um método para compreender melhor o funcionamento da mente, tanto individual como grupal. Mas, sob o impacto das mudanças sociais, esta desconfiança fundamental se desenvolveu como instrumento de compreensão sociológica e psicológica; pois é a mudança social que em suas várias formas afrouxa os laços que nos unem ao conteúdo e aos hábitos das nossas mentes.

Se uma pessoa jamais abandona a cidade em que nasceu para viajar por outros países, se nunca se transfere de uma camada para outra devido a uma subida ou descida na escala social, ou se em seu grupo não se produzem mudanças psicológicas violentas durante a sua vida, essa pessoa sente-se tão fortemente identificada com os hábitos de pensamento estabelecidos e sua interpretação, que dificilmente poderá imaginar a possibilidade de uma mudança. E muito menos procurará descobrir as motivações, racionais ou irracionais, que se ocultam debaixo dessas aparências.

As grandes alterações se produzem quando compreendemos não só que diferentes grupos têm idéias diversas sobre certos problemas, mas também que todo o quadro de referência pode ser diferente. Quando a mudança é não só externa mas também afeta nossos conceitos mentais, torna-se possível olhar por baixo da superfície e descobrir a dinâmica mental. Intensifica-se a tendência a desprezar a validade de certas declarações que revelam suas motivações internas quando — devido à diferenciação social — diferentes grupos sociais explicam as mesmas coisas em formas diversas. Numa sociedade profundamente estratificada é provável que os grupos segregados tenham pontos de vista diferentes, diversas escalas de valores e interpretações dos mesmos fatos. Se os interesses desses grupos forem antagônicos haverá tendência em compreender que, inclusive em nossa própria sociedade, existem diversas maneiras de pensar, tendência que enfraquece, devido à atitude de desconfiança, o prestígio público dos opositores. Mas o que fizemos ao nosso inimigo, ele procurará fazer contra nós. A desmistificação transforma-se em hábito mental generalizado; o que antigamente era arma de um só grupo transformou-se em aprobe popular, e que pertence essencialmente à nossa época.⁶ Por isso, por mais que sejamos devedores a esse processo que libertou nossas mentes de velhos hábitos, não podemos deixar de reconhecer que a atitude de desmistificação só faz, em geral, aumentar a incerteza fundamental do nosso tempo.

5. *As formas de manipulação do pensamento*

Juntamente com uma tendência característica de considerar que os pensamentos humanos não são mais que ideologias e racionalizações, está-se generalizando na moderna sociedade de massas outra técnica que interessa a nossas relações com a mente. Uma vez que nos acostumamos a considerar que as emoções e as idéias humanas são produto de certos ambientes ou mecanismos psicológicos, é evidente que procuraremos produzir tais idéias ou estados mentais mediante processos de manipulação.

Tratar de persuadir ou impressionar uma pessoa ou um grupo também não é novidade. Sempre foi este o método dos demagogos e dos grupos que tiveram a habilidade suficiente para se inculca-

rem como modelos, isto é, para imporem, silenciosamente, suas maneiras e ideais ao resto da população. Mas todos o faziam de maneira mais ou menos instintiva, seja mediante o encanto pessoal, seja graças à sugestão inconsciente. Iniciou-se nova fase quando os técnicos da propaganda passaram a empregar sua habilidade para produzir certas ideologias ou tendências emocionais mediante métodos racionalmente concebidos. Já não se trata de uma transferência mediante a intuição, mas da hábil aplicação de certas regras de psicologia que nos ensinam como condicionar as reações e como planejar as ideologias. A novidade consiste em que os dirigentes adquirem o hábito de manipular, condicionar ou controlar o pensamento alheio, atitude que gradualmente se generaliza.

Por implicação, a influência das relações pessoais passa para o segundo plano. Naturalmente, não desaparece de todo e continua a existir na vida familiar, nas relações entre vizinhos e nas amizades; mas se analisássemos o emprêgo do tempo de um habitante de metrópole moderna, veríamos como ficou reduzida essa rubrica, comparada com as atividades em que o homem em questão é o manipulador, ou o manipulado. É desnecessário salientar que o emprêgo do tempo indica apenas o desaparecimento dos contatos de pessoa a pessoa, em termos de tempo gasto. A perda real só poderá ser calculada se compreendermos até que ponto se enfraquece o valor íntimo da experiência pessoal, pelo fato de haver sido deixado à margem da vida.

Como acontece geralmente com um tipo de experiência que está a ponto de desaparecer, devido ao desenvolvimento social, começamos, de repente, a nos dar conta da importância das relações de pessoa a pessoa ou, nas palavras de Martin Buber, da 'experiência do tu'. Falamos muito a respeito da comunidade, porque a experiência comunitária está-se tornando cada vez mais rara. Falamos do sentido das relações de pessoa a pessoa porque também estas vão ficando cada vez mais raras. Colocamo-las num plano romântico, embelezando sua recordação, porque tememos seu desaparecimento. Pouco tínhamos, antigamente, a dizer sobre elas, porque as considerávamos naturais. Agora ainda existem, mas com a auréola da 'beatificação' ideológica, o que em si indica certa perda de realidade. Colocar a experiência comunitária no nível da reflexão, a 'experiência do tu' no nível da elevação romântica, é um movimento de compensação na mente da sociedade de massas e se desenvolve em estreita correlação com o aumento da atitude manipuladora.

Só compreendemos o verdadeiro paradoxo desse processo quando vemos as experiências primárias — os sentimentos comunitários, os apelos pessoais e o que chamamos o 'toque humano' — produzidas pelos que se encarregam de controlar a mente na

sociedade humana. Sentimos atração pela voz de um locutor de rádio, porque cria a ilusão de uma forte personalidade, que o radiouvinte imagina conhecer melhor que a do próprio amigo. Esse desejo de 'toque humano' é mecânicamente projetado. Podemos preferir uma estrela de cinema que não seja o tipo da atriz clássica, mas que parece simplesmente 'boa dona de casa'; contudo, este próprio ambiente 'caseiro' é resultado de manipulação consciente, da mesma forma que a reprodução de um ambiente parisiense em Hollywood.

O que chamamos inspiração é ainda outra qualidade que se perde com a expansão da investida manipuladora. Enquanto prevalecem os contatos primários, a monotonia da vida e a repetição freqüente das normas habituais de comportamento são ocasionalmente superadas quando nos encontramos com pessoas que têm o dom da visão e a dinâmica da verdadeira inspiração. As vezes, pelo menos, gostamos de nos sentir arrastados por tais indivíduos e, em situações de crise, eles podem transformar-se em centros de regeneração, de reforma ou de revolução, seja no plano político ou no religioso.

Não há lugar para a influência benéfica de tais indivíduos em tempos normais, ou quando, na sociedade moderna, aumenta a organização e burocratização dos assuntos humanos. O homem, porém, em seu desejo de não ser apenas um simples dente de engrenagem na máquina social, continua aspirando pela inspiração e pela visão. Assim, em resposta à manipulação e ao controle, passou a desenvolver-se uma atitude de admiração romântica da visão e da inspiração como valores humanos. É, às vezes, ridículo verificar como, na aridez das manobras de controle, surge mais forte o apelo por um homem que tenha poderes de inspiração e de visão. É ainda mais repugnante observar o valor dado aos serviços de tais indivíduos pelas vastas máquinas sociais que transformaram a manipulação em técnica gigantesca. É o que se pode observar, por exemplo, no sistema bipartidário norte-americano, em que, muitas vezes, a maquinaria do partido é confessadamente uma quadrilha (*racket*), cujo único fator de união é a divisão dos despojos do rival vencido. Sem dúvida, as possibilidades do partido dependem das personalidades íntegras que se apresentam como candidatas, não dos aproveitadores (*racketeers*), que muitas vezes são denunciados no decorrer da campanha. Além disso, o candidato não deve ser um indivíduo essencialmente calculista, mas, antes de tudo, um homem de inspiração e de visão; de qualquer maneira, este último tipo é o que tem maiores possibilidades no cenário político. Naturalmente, essas observações se aplicam tanto à democracia como aos sistemas totalitários. Talvez isto seja mais importante no caso do totalitarismo, em que os dirigentes, as personagens visíveis, são os que podem inspirar (seja qual for o con-

teúdo da sua inspiração) e também os que têm uma visão (qualquer que seja esta visão).

O mesmo se aplica aos filmes e à radiodifusão, ambos sujeitos à mentalidade manipuladora, cujo cálculo dos efeitos emocionais e dos benefícios esperados têm freqüentemente de contar com uma pessoa de visão e inspiração, em cargo de direção. O resultado mais saliente de tais atividades é o aparecimento de novo tipo de personalidade: o especialista em visão e inspiração, o qual projeta no éter ou numa tela gigantesca aquelas qualidades humanas que só são genuínas quando nascem diretamente do inconsciente e não são objeto de manipulação.

Assim, a expansão da atividade controladora, sem a qual a sociedade de massas não poderia existir, ainda aumenta a oculta insegurança, cujo crescimento temos observado em outras tendências modernas. O fato de nunca se ver claramente qual experiência é autêntica e qual é o resultado da manipulação artificial favorece a insegurança geral, inclusive a dos membros mais humildes da comunidade. A repercussão dos filmes, da falsa oratória, da propaganda planejada, das modas mentais adrede preparadas, encontram-se em nossa secreta desconfiança da mente. Há, naturalmente, umas tantas pessoas excepcionais, entre os poetas e os críticos, que poucas vezes se deixam enganar, e que ainda podem julgar que um artista imita simplesmente um estilo comum a sua época ou a um círculo intelectual, enquanto o trabalho de outro é o resultado original de uma luta pessoal e de autêntica experiência criadora. O cidadão de tipo médio, acostumado ao jargão superficial da imprensa diária, ao idioma padronizado e às futilidades do rádio e aos filmes que têm que ser convencionais, pois a indústria não pode arriscar capitais em experiências, encontra-se acuado nesta selva, sem saber qual dos seus sentimentos é autêntico e qual é simplesmente tomado de empréstimo. Quando é autêntica a intimidade? Quando é verdadeira a amizade? E quando o 'toque' caseiro é uma realidade e não apenas uma pretensão a mais?

Essa incerteza a respeito do que é genuíno e do que é inculcado, ou mesmo falsificado, conduz a uma forma especial de ceticismo. É o ceticismo da pessoa que já viu demasiadas novas modas literárias, ou novas idéias coletivas, que chegaram e se foram; que ouviu inúmeros neologismos que, a princípio, interessaram mas que logo se transformaram em moeda comum.

Este tipo de ceticismo não é o ceticismo criador da mentalidade inquisitiva e científica, que rejeita uma hipótese por não estar ainda plenamente comprovada. Não é o ceticismo do verdadeiro crítico de arte que tem uma visão do que é genuíno, conhece as mais profundas fontes da inspiração e não aceita nada falso. É o ceticismo da mentalidade comum, a refletir a incerteza básica

que se generalizou numa era em que a manipulação em larga escala dos estados mentais está por trás da maioria das experiências que compartilhamos. Mesmo quando o homem comum não pode dar as razões do seu ceticismo e da sua incerteza, estas atitudes chegaram a formar parte do seu caráter, da mesma forma que acontece com os que compreendem quais são as bases filosóficas, psicológicas ou históricas da sua descrença.

Até agora temos descrito as incertezas que se acham estreitamente relacionadas com o desenvolvimento social do pensamento numa sociedade em expansão. A primeira vista, alguns poderão sentir-se inclinados a considerar muito sutis tais observações, e outros poderão formular a seguinte opinião: 'Dêem ao povo segurança social, alimento, habitação e trabalho, e todos esses problemas desaparecerão'. Os que assim se exprimem não percebem que a insegurança econômica e social é apenas parte da insegurança geral. Esquecem-se de que a insegurança psicológica e espiritual é, às vezes, mais perturbadora que aquelas. Hoje faz parte da prática política saber quais são as principais fontes da insegurança psíquica da nossa época.

III. O DILEMA DA EXISTÊNCIA HUMANA NA SOCIEDADE MODERNA

1. *O irracionalismo na sociedade de massas*

Deixando de lado a insegurança causada pelo presente dilema do pensamento, há outras fontes de insegurança humana que caracterizam a existência na moderna sociedade de massas. A tendência latente para o irracionalismo ou, para dizê-lo mais crua-mente, a tendência para a histeria coletiva, é o primeiro que se observa entre esses distúrbios amplos e fundamentais.

A vida numa sociedade de massas parece acumular um poder psicológico explosivo latente que, em situações de insegurança geral, se espalha como rastilho de pólvora e tende a ser parte permanente da atitude mental popular, conforme o demonstrou a experiência nazista na Alemanha. Sem dúvida, grande número de causas especiais contribuíram para que o caso da Alemanha fôsse um exemplo típico dessa atitude. Contudo, quase ninguém poderá negar que esse estado mental se encontra latente na sociedade moderna como tal; devemos fazer todo o possível tanto para compreender as causas dessas conflagrações como para encontrar métodos preventivos.

Talvez a fórmula mais simples para explicar o irracionalismo das massas, tal como irrompe ocasionalmente, seja a de que as emoções humanas estão normalmente fixadas em objetos concretos. O que os psicanalistas denominam 'catexis' — a fixação da energia emocional em certos objetos; o amor que o indivíduo sente pela sua casa, seu jardim, seus filhos, o trabalho, a carreira, ou

a satisfação emocional que obtém graças à posição social, ao êxito etc. — geralmente 'amarra' a energia emocional. Quando essas fixações se soltam devido a um choque repentino, quando, por exemplo, se enfraquece o amor próprio de um homem que perde o seu emprêgo, de tal forma que ficam perturbadas as satisfações da vida cotidiana, então êsse cidadão e os milhares e milhões que se encontram no mesmo caso, tornam-se prêsa de energias emocionais que não estão fixadas e arraigadas e que aguardam direção e fixação para certos objetivos — os quais serão ditados pelos novos manipuladores da sociedade de massas. Quando a desintegração da tessitura social rompe as fidelidades sociais e nos priva das satisfações mais comuns, é óbvio que essa energia solta comporta-se tal como a energia elétrica que, quando conduzida pelos canais adequados é criadora, mas é destruidora se fica em liberdade.

Em geral, essa energia humana não canalizada retrocede às formas de expressão mais primitivas. Poderá transformar-se em agressão aberta se se debilitarem completamente os contrôles sociais. Uma vez que a recaída na histeria de massas está sempre latente nas grandes sociedades, e visto que êsse irracionalismo, causado em parte pela insegurança, cria, por sua vez, maior insegurança, cabe aos responsáveis pelo tratamento dos problemas mentais e espirituais do homem a tarefa de estabelecer as restrições e os freios adequados dentro das próprias instituições. O poder que pode sobrepujar o irracionalismo não é o simples racionalismo mas, como bem disse John Dewey, 'as paixões refinadas'

A miopia da Época das Luzes proveio de haver acreditado que os elementos irracionais da natureza humana e seus efeitos perturbadores em suas relações, podiam ser dominados mediante uma simples análise intelectual. Sem dúvida, o intelecto, como meio de contrôle inteligente, tem grande papel em nossa vida social; mas isto não altera a própria essência do irracional. A humanização do irracional só é obtida pela sua sublimação: 'o refinamento da paixão'. A paixão continua sendo o que é, mas se consagra ao serviço de uma boa causa, e toma forma graças a uma espiritualização artística ou religiosa. Por êste motivo, não nos podemos proteger da irracionalidade das massas afastando-nos da paixão; temos que enfrentar a irracionalidade no seu próprio terreno. A insegurança latente na sociedade de massas — pois a irracionalidade não desapareceu, inclusive entre os homens civilizados — pode ser equilibrada unicamente mediante a espiritualização ou o refinamento da paixão, em todos os níveis da ação e da cooperação humanas. Se a espiritualização fôr desenvolvida a fundo poderá constituir um baluarte contra a regressão, mas será varrida a menos que a arte moderna e a religião cheguem, de nôvo, a fazer parte importante da tessitura da vida humana.

2. A dupla moralidade como fonte de insegurança

Quando falo em dupla moralidade, refiro-me ao fato peculiar de que, pouco a pouco, o homem criou dois tipos de reações simultâneas diante do que é correto e do que é errado. No plano geral dos argumentos e da perspectiva, o homem defenderá o que fôr correto, não pelo seu interesse particular mas no interesse da sociedade. Atuando, porém, dentro de um determinado contexto, amiúde se retratará do que proclamou no plano das generalidades. Em suas formas mais simples, trata-se de um fenômeno bem conhecido, perfeitamente exemplificado pelo ditado 'faça o que eu digo e não faça o que eu faço'.

O problema torna-se mais agudo quando já não é simples expressão de uma fraqueza, resultante de um impulso instintivo, como no caso anteriormente mencionado, mas quando compreendemos que essa dupla moral é amiúde a consequência do fato de vivermos numa sociedade que tem dois planos diferentes, que nos levam a elaborar duas diversas moralidades: uma, que podemos denominar 'moralidade geral' e outra que podemos chamar 'moralidade contextual'.

Como antes indicamos, os homens, em sua investida intelectual sobre os assuntos sociais, reconhecem que devem pagar impostos e concordam que estes sejam pesados, se fôr necessário. Contudo, no plano pessoal e dentro dos limites legais, cada um procurará reduzir ao mínimo sua participação. Esta manobra egoística e egocêntrica é reconhecida pelo próprio Estado que admite francamente o direito de cada cidadão em consultar especialistas em leis fiscais, a fim de reduzir ao mínimo a sua contribuição. Poderia parecer contraditório regatear, de um lado, sobre o montante dos impostos que o cidadão tem que pagar e, de outro lado, atuar presumivelmente em defesa dos interesses da comunidade. Entretanto, reconhecemos essa dupla atitude e admitimos estarmos vivendo e pensando em dois níveis diferentes: pensamos para a comunidade, porém nos mantemos em guarda e reagimos como unidade egocêntrica. A existência desses dois níveis é ainda mais clara quando votamos leis que nos obrigarão a agir no nível contextual em termos de nossa ética abstrata mais elevada. 'Eu, como indivíduo, não aumentaria meus impostos; mas defendo o Estado que me obriga a pagar mais impostos'.

Isto mostra muito claramente que existem, por assim dizer, duas personalidades dentro de nós. Com certas modificações, correspondem ao que a psicanálise denomina o 'superego' e o 'ego': o primeiro fixa a idéia de uma moral mais elevada; o segundo deseja ser prático numa situação real.⁸

O mesmo dualismo predomina quando algum estudioso da teoria política defende enérgicamente a cooperação *contra* a com-

petição, a justiça social contra a obtenção de lucros. Na vida prática, apesar de advogar os referidos ideais, continuará no regime da livre concorrência enquanto a sociedade continuar organizada nessa base, pois sabe que é obrigado a se conformar com a regra, sob pena de fracasso. Da mesma forma, procurará obter lucros, enquanto a obtenção de lucros for a base de qualquer empreendimento. Contudo, em seu foro íntimo, poderá continuar desejando uma ordem social em que as circunstâncias reais lhe permitam pensar na comunidade, em vez de procurar obter maiores lucros para si. Tudo isto sugere que a dupla moralidade não é apenas o resultado da fraqueza humana, senão que expressa, amiúde, o fato de que a sociedade, que afinal de contas é quem define as condições e as regras do jogo, está ainda organizada em forma diferente daquela que nossa consciência social nos indica como sendo justa e equitativa.

O progresso da educação social, portanto, consiste em reforçar cada vez mais nossa moralidade abstrata, isto é, em fortalecer a moralidade que pode abstrair-se por um momento do nosso horizonte egocêntrico, para descobrir o que é bom para a comunidade. Estaremos então habilitados a pôr em prática uma política, com a ajuda da qual toda a comunidade poderá alterar a situação concreta. Então poderemos atuar de maneira mais conforme aos princípios ditados pela nossa inteligência abstrata.

O grande erro dos pregadores da velha escola era o de apelar unicamente à nossa consciência abstrata, sugerindo que deveríamos ser altruístas em vez de egoístas; esqueciam-se de criticar a estrutura social em que a ação tinha que se desenvolver; as regras desta estrutura obrigavam o indivíduo a proceder de forma egocêntrica. Há muita sabedoria em desenvolver nosso sentimento social e nossa responsabilidade em nível abstrato, mas unicamente se, ao mesmo tempo, encontramos meios de transferir esses ideais para a esfera da nossa ordem social. Para dizê-lo em poucas palavras, o aumento da responsabilidade social do indivíduo só poderá ser efetivado se, ao mesmo tempo e por meio da reforma social, formos capazes de alterar as regras do jogo em nossa estrutura social.

Uma das grandes incertezas da nossa época é consequência desse desenvolvimento dual: o indivíduo pertence a dois mundos, sua mente reage às exigências da sociedade em dois planos distintos. Sempre existiu tensão entre os altos ideais abstratos e a moral prática concreta, mas geralmente esse dualismo era tido por natural. Admitia-se simplesmente que o homem era pecador e o mundo corrompido, e que, a menos que se fôsse um santo, não se poderia viver de acordo com os mais elevados ideais. O mais que se poderia fazer seria remediar as coisas aqui e acolá, sentindo remorsos de consciência pelos nossos erros e imperfeições.

O fator incômodo, porém talvez promissor, da atualidade, é que a nossa sensibilidade se aguça cada vez mais em relação à nossa responsabilidade pela ordem social; sentimos que nossa responsabilidade não se pode limitar a uns remorsos ocasionais; que somos todos responsáveis pelo ambiente social que nos obriga a proceder de forma injusta.

Como no caso do pagamento dos impostos, reconhecemos que existe em nós uma tendência em querer modificar ou criar leis que nos obriguem a agir altruísticamente em situações reais. A mesma moralidade abstrata nos está obrigando a criar uma ordem social que deixará de nos compelir a agir egocêntricamente ou mesmo a-socialmente.

Embora tudo isso seja muito promissor, enquanto as relações entre a moralidade prática e a moralidade abstrata não forem claramente compreendidas, a crescente sensibilidade social e a crescente pressão para agirmos, apesar disso, de modo egocêntrico continuarão sendo elementos muito perturbadores e contribuirão para aumentar a mesma incerteza básica que temos diagnosticado de tão diversos ângulos. Se não houver alguma alta autoridade moral ou religiosa para interpretar para o indivíduo essas tendências na transformação da sua consciência, dificilmente se poderá esperar que o povo compreenda o que está acontecendo com ele e em todo o mundo.

3. *A crise na apreciação dos valores*

Esta transformação da nossa sensibilidade moral não é mais que um aspecto da crise mais vasta na apreciação de valores, que é parte da nossa era de transformações. Ainda que para o sociólogo seja natural que os valores humanos mudem numa época de transformações, este é um fato assombroso para o homem da rua e constitui uma carga mental para muitos pensadores que ainda não relacionaram suas descobertas com o contexto social.

As mudanças na organização social provocam outras tantas nos padrões de ação e nas preferências sociais. É, portanto, muito natural que a mudança na apreciação dos valores seja parte da sociedade dinâmica. É de importância secundária que a mudança seja resultado das invenções tecnológicas que produzem nova divisão do trabalho, a qual, por sua vez, exige novos hábitos de trabalho e a reavaliação das realizações, e assim sucessivamente; ou que a mudança seja devida à maior mobilidade social, ao maior número de pessoas que sobem ou descem na escala social e que, portanto, entram em contato com diferentes normas, em posições sociais diversas. As mudanças sociais também podem ser resultado da necessidade de emigração; o trabalho acompanha o capital, as indústrias mudam de lugar e provocam transferências forçadas de populações, a fim de resolver problemas causados por discórdias

políticas ou raciais; ou, ainda, há mudanças provocadas pela fusão de regiões ou pela colaboração das nações que, mediante o comércio, as comunicações e as viagens, aprendem a conhecer-se melhor. O processo básico é o mesmo em todos os casos. Mediante certo tipo de transformação, os indivíduos e os grupos ficam sabendo que existem diferentes maneiras de trabalhar, de estabelecer relações humanas, de consumir mercadorias e de gozar do tempo livre, de dar forma à organização política, de escolher os dirigentes ou de adorar a Deus.

A mudança social nos faz viver numa sociedade multipadronizada, dispondo de várias modalidades para executar as mesmas ações e obter os mesmos resultados. Enquanto numa sociedade simples há apenas uma ou duas maneiras de executar um ato, e já está mais ou menos preestabelecido qual é a forma mais correta, na sociedade moderna nos enfrentamos constantemente com um excesso de possibilidades. Para uma pessoa condicionada e educada por uma sociedade estática, o aumento das possibilidades e das apreciações de valores constitui algo assombroso e confuso. Logo se desenvolve a consciência dessa variedade de avaliações e, simultaneamente, a consciência da crise engendrada. Segundo o ponto de vista do sociólogo, as escalas de valores correspondem a sinais de trânsito que a sociedade organiza para informar o indivíduo da direção em que deve avançar, da maneira de agir ou reagir, do que deve aprovar ou desaprovar. Na ausência de tais avaliações, torna-se impossível qualquer coordenação de ações, qualquer organização de natureza consistente. Não é de estranhar, portanto, que o efeito mais perturbador das mudanças sociais se faça sentir na incerteza das avaliações de valores.

Surgem inúmeras perturbações e conflitos quando as pessoas que devem cooperar têm preferências distintas ou seguem diferentes normas de conduta. Quando uma delas deseja uma organização autoritária do trabalho, com ordens e obediências rigorosas, lugares e tarefas bem definidas e outra quer uma organização mais livre, com maior iniciativa em mãos dos indivíduos do grupo, é difícil imaginar como possam cooperar essas duas pessoas.

De forma semelhante, é difícil prever como poderão tolerar-se mutuamente os grupos, se alguns são partidários da vida ascética e louvam o espírito de sacrifício, enquanto os outros tratam de dar a cada um as maiores possibilidades de expressão. Em nossa sociedade, essa diferença é, muitas vezes, paralela ao conflito entre a tradição rural ou da pequena cidade e as tendências cosmopolitas; a primeira continua mantendo a disciplina da influência familiar e os hábitos dos grupos primários, ao passo que a segunda proporciona oportunidades e vantagens à liberdade individual, muito natural na vida cosmopolita, que é baseada nas importações e exportações, tanto materiais como mentais.

O primeiro efeito do choque entre as diferentes apreciações de valores, como já dissemos, é a confusão: um assombro fundamental, produzindo o mesmo tipo de ansiedade básica a que já nos temos referido. Esta ansiedade difere do medo concreto. Quando temos medo de alguma coisa, sabemos de que se trata, e a concreção do objeto suscita um tipo concreto de temor, com o qual estamos familiarizados; a ansiedade, porém, compartilha da incerteza que sentimos quando dizemos que 'não sabemos para onde vai o mundo'. A reação à ansiedade é a filosofia do relativismo, que pode facilmente levar ao niilismo. Em passado recente, tais idéias apareceram pela primeira vez sob a forma de 'historicismo', que proclamava a relatividade de todos os valores como simples produtos das suas respectivas culturas; portanto, nada seria absolutamente certo ou errado. Como defesa contra esse relativismo, há dois métodos praticáveis: um é o da negação; podemos negar a existência dessa relatividade ou mesmo do próprio problema. Assim fazendo, tratamos a questão da mesma maneira que tratávamos do problema da prostituição e das doenças venéreas — isto é, não falando a respeito. E, ignorando esses problemas, esperava-se que eles desaparecessem de alguma maneira, ou que atinxissem menor número de pessoas. Mas, à medida que aumenta o número das situações em conflito, este tem que ser admitido. Atingimos uma etapa superior quando admitimos a existência do conflito e procuramos encontrar métodos para enfrentá-lo.

O método da negativa está naturalmente de acordo com o espírito da ortodoxia. A pessoa que se vê obrigada a admitir que algo não funciona bem neste mundo, algo que é difícil negar e que ameaça as suas crenças, tende, antes de mais nada, a tranquilizar-se, dando ainda maior importância ao significado das atitudes ortodoxas e aos valores de que está imbuída. A ortodoxia não é simplesmente conservadorismo; não é uma atitude primária e direta da mente, porém uma forma de reação. O conservador vive inconscientemente em suas tradições, dando-as por assentadas e manobrando-as com facilidade, pois não teme perdê-las; o reacionário, contudo, é rígido, pois receia perder o tipo de certeza que é parte integrante da sua vida. A incerteza interminável conduz ao relativismo e ao niilismo, de um lado, e à ortodoxia, de outro; são duas faces da mesma moeda, reações diferentes diante do mesmo processo perturbador que denominamos crise na apreciação dos valores. De outro ponto de vista, ambas as posições revelam a mesma incerteza essencial, e só se poderá encontrar remédio para elas quando reconhecermos sua significação, colocando-as dentro do quadro do planejamento consciente.

Só poderá haver uma solução para as incertezas e as ansiedades se aprendermos a viver numa sociedade cambiante, a pensar em termos de um sistema aberto e a mantermos nosso equilíbrio

quando tudo se encontra 'em movimento'. Uma bicicleta em movimento — para utilizarmos a mais conhecida analogia no mundo físico — não pode adquirir segurança com um suporte estático, mas unicamente mediante uma técnica que se adapte ao equilíbrio sempre cambiante. Esta nova técnica de equilíbrio não é o relativismo, mas antes a fórmula do equilíbrio mutante: a estabilidade nas mudanças.

4. *O ego e suas ansiedades*

Diversas fontes de incerteza não existem separadamente, mas convergem, atingindo um ponto culminante quando afetam o núcleo da personalidade. Sentimos que não só certos setores da vida são instáveis, mas que a fonte da nossa unidade interior, a experiência do ego, está também exposta ao efeito discordante de um mundo em evolução.

O que temos visto até agora tem-se referido sobretudo a influências parciais. O comportamento e a conduta foram desalojados dos seus quadros tradicionais e se tornaram incertos. Mas o constante colapso das normas de conduta e o fato de que os critérios de conduta vão mudando, produzirão, mais cedo ou mais tarde, mudanças em toda nossa estrutura da personalidade. Essa mutação da personalidade é fenômeno bem conhecido do historiador das civilizações. No vocabulário religioso tradicional, poderíamos nos referir a uma 'conversão'. Na verdade, é uma grande vantagem para a cultura que se tenha dado um nome a tais mudanças repentinas, pois a existência de tais normas aceitas de transformação da personalidade constitui valiosa ajuda à nossa própria transformação. O significado sociológico da idéia de conversão é de que ela sanciona a mudança total da personalidade, admite que tal coisa possa acontecer e é inclusive necessária, na medida em que conduz à realização de nova visão da vida e da personalidade. O conceito de conversão implica que os pequenos choques que sofremos, pouco a pouco vão-se integrando num poderoso impulso que nos obriga a caminhar em direção diferente, ao compreendermos que tais mudanças se destinam a afetar o próprio cerne da personalidade. Mediante a idéia da conversão podemos nos agarrar conscientemente à nova forma de vida e descartar as velhas formas de conduta, junto com seus critérios do bem e do mal. Numa sociedade em que a idéia de conversão não foi admitida ou plenamente desenvolvida, a reforma será muito mais difícil e grande parte dela deverá ser realizada em segredo. Quando a mudança social é lenta e prolongada, o indivíduo pode ocultar a si mesmo a mudança gradativa. Mas, se grandes reformas ocorrem no espaço de uma vida humana, ninguém poderá deixar de tomar conhecimento delas. Em tais casos a conversão

— a mudança confessada da mente e da personalidade — é a norma fundamental para um ajuste bem sucedido.

A idéia da conversão, na experiência religiosa, concentra nossa atenção não na transformação do comportamento e da conduta, mas diretamente sobre algo que não será observado pelas pessoas muito inclinadas a exteriorizar a observação social. O fato é que o máximo de ansiedade se produz não no nível da conduta externa de uma pessoa, porém na reavaliação interna do ego. Todos vivemos sob formas estabelecidas de amor-próprio.

A fonte suprema de amor-próprio é a sociedade, sendo uma situação peculiar às sociedades altamente diferenciadas que esse amor-próprio possa emancipar-se dos controles sociais. Normalmente, a sociedade é a fonte da auto-estima ou amor-próprio, porque o orgulho que temos de nós mesmos nos é ensinado cuidadosamente por meio de todo o nosso sistema de educação. A sociedade mantém sua influência sobre nós mediante o poderoso desenvolvimento desse orgulho e amor-próprio. Uma pessoa sem amor-próprio, que já não se interessa em si mesma, tende para a desintegração da personalidade. Esse amor-próprio, estimulado tão cuidadosamente, é, como já indicamos, o fator que molda normalmente nossa conduta, dizendo-nos: 'Você não é um cavalheiro, a menos que respeite as regras do jogo'. Apelamos para o orgulho da pessoa, neste caso orgulho ligado ao *status* social, a fim de obter um tipo bem definido de resposta. É coisa muito diferente do condicionamento e da formação de hábitos, em que, mediante um mecanismo oculto, apenas condicionamos respostas automáticas. Aqui, cada estímulo para que atuemos em determinada forma, funciona mediante um apêlo ao núcleo da nossa personalidade, isto é, a confiança em nós mesmos.

A fonte desse orgulho e amor-próprio pode variar de uma sociedade para outra. Mas nenhuma sociedade pode sobreviver, a longo prazo, se não formar em seus membros tal núcleo de confiança própria, a partir de certas fontes claramente visíveis. Um dos grandes transtornos, acompanhado de profunda ansiedade, é o que surge quando mudam as fontes do amor-próprio. Em nossas sociedades rural e urbana, uma das grandes fontes de autoconfiança e amor-próprio era a família. A família, como centro de orgulho e estima sociais, está profundamente arraigada no mundo da propriedade rural e urbana. O homem recebe seu prestígio social mais evidente da tradição e do nome da sua família. O indivíduo nasce em certa posição social e encontra seu lugar no mundo, seus deveres e seus privilégios definidos de acordo com a referida posição. Hoje, esta fonte de *status* está mudando em nossa sociedade. Na época atual, nosso complexo de família e propriedade rural e urbana continuam sendo a fonte principal de estima própria e social. Continuamos a desempenhar papéis so-

ciais que se desenvolveram em concordância com aquelas velhas instituições. Mas com a vida metropolitana e o nascimento de novas unidades sociais, vai perdendo seu valor a definição primordial da posição social em relação à importância da família a que o indivíduo pertence.

Uma das fontes mais recentes de confiança própria, baseada na vida organizada de grupo, era o exército que, naturalmente, também se apoiava em fontes feudais, e, inclusive mais primitivas, da idéia de honra; mas sua forma de regulamentar e distribuir o *status* e a hierarquia de acôrdo com as funções objetivas era muito diferente. O mesmo pode ser dito do mundo dos negócios, e de seu poder para definir a posição social e o amor-próprio, e do que chamamos a vida pública, com seus tipos de carreiras independentes (*free-lance*) e o orgulho e a confiança que acompanham o êxito. Enquanto o prestígio militar é patrimônio do exército, na vida do artista e do homem de ciência, a fama é o critério do amor-próprio, que tem origem social. A isto se deve acrescentar, nas sociedades totalitárias, o fato de pertencer à hierarquia do sistema monopartidário, que cruza e ultrapassa as antigas formas de autoconfiança. Tôdas essas mudanças, de uma para outra fonte de amor-próprio, de um motivo de orgulho para outro, são atemorizadoras; tanto mais que os papéis convencionais que acompanham uma ou outra forma de autoconfiança estão também mudando.

O abalo é sentido com mais força quando atinge o nível do ego e ali ocasiona mutações. O ego é o ponto mais profundo em que a transformação social pode penetrar e, se não houver nenhum apoio externo ou disposição social que permita vencer o temor de perder o nicho que o indivíduo conquistou na sociedade e do qual se origina a autoconfiança, veremos que a insegurança básica é o maior dos tormentos. É dêste ponto de vista que o medo à liberdade, descrito em forma magistral por Erich Fromm,⁹ surge como um temor típico do ego. O medo à liberdade provém da mobilidade de uma sociedade a outra, ou de uma época a outra, em que difiram as normas da coerção e da liberdade. Existem pessoas acostumadas a uma disciplina rígida que regulamenta suas atividades. Se, de repente, forem deixadas em liberdade, sua primeira reação será o temor: da mesma maneira que um inglês reagirá, de início, com ansiedade num ambiente francês, em que há maiores — ou de qualquer maneira, diferentes — possibilidades de auto-expressão e liberdade individual.

De igual maneira, se passarmos de uma sociedade com um ritual bem estabelecido para outra, em que o progresso e a mobilidade social oferecem liberdade cada vez maiores, e até mesmo licenciosidade, a primeira reação será também a ansiedade, que conduzirá, pelo menos algumas pessoas, à ortodoxia — uma es-

pécie de regressão forçada à prévia rigidez e à certeza que parecia acompanhá-la.

As ansiedades do ego causam a mais profunda insegurança. Constituem a culminância das inseguranças que procedem de várias fontes. Se nada houver que nos possa ajudar a vencer êsses temores, o resultado será a destruição e o caos.

5. *A necessidade de diagnóstico, orientação e integração*

No plano intelectual, a visão das principais fontes da ansiedade, que nascem da incerteza da vida num mundo em transformação, apontam para o mesmo rumo. Uma vez que as mudanças que temos de enfrentar não podem ser superadas por um indivíduo comum, torna-se necessária alguma orientação coletiva, um novo tipo de pensamento para enfrentar a magnitude dos problemas.

Para as mentes dos homens do passado, as mudanças nas condições externas talvez pareceram ainda maiores. Mas êsses homens viviam numa época em que o ajustamento era inconsciente e não se concebia como processo em que algo pudesse ser feito em forma de orientação para os assuntos humanos. Em nossa época, estamos passando da etapa do ajustamento e da integração tácitos para a da reconstrução deliberada; acreditamos na orientação propositada dos assuntos humanos. Isto não significa que possamos esperar dominar todo o torvelinho dos fatos ou as arremetidas de um sistema mundial que está em completa transformação. Mas a inteligência social chegou a uma etapa em que só poderemos nos sentir satisfeitos depois que houvermos feito todo o possível para desentranhar as causas e dominar o curso dos acontecimentos, partindo dos pontos estratégicos de que dispomos.

Mesmo sabendo que seríamos finalmente arrastados por forças superiores, perderíamos todo contróle da situação se abandonássemos nossos esforços tendentes a interpretar a situação em que vivemos. A responsabilidade pelos assuntos sociais tem aumentado, desde o momento em que aprendemos a desentranhar as causas e os efeitos no plano social.

Nos períodos de mudança de épocas anteriores, a interpretação da transição era função das religiões e da Igreja: elas é que cuidavam de que os membros da comunidade se inteirassem do destino do homem, do seu lugar no mundo e dos ideais que deviam orientar a sua vida. Hoje, esta guia coletiva deverá incorporar a investida sociológica, a fim de que possamos compreender as mudanças sociais e suas causas.

Obviamente, é também errado pensar que a formidável transformação que estamos sofrendo possa ser suportada sem orientação espiritual e, igualmente, crer que a guia religiosa, com seus meios tradicionais de interpretar a situação do mundo, seja sufi-

ciente. Se o sociólogo compreende que por muitas razões é necessária a presença de um poder espiritual para integrar os homens, isto não significa que endosse o clericalismo ou qualquer credo imposto compulsoriamente. Simplesmente reconhece que a religião desempenha certas funções indispensáveis nesta época de transição. Sem essa direção, poderá haver muitos ajustamentos de indivíduos ou grupos, mais ou menos bem sucedidos; mas se lhes faltar focalização e direção, e se não houver autoridade nem consistência no que fizerem, a desorganização há de continuar. Rompe-se a estrutura da personalidade porque pouco a pouco vai perdendo seu sentido. Só resta uma personalidade dividida, que não pode suscitar nenhum comportamento consistente. No nível do ajustamento de grupos, temos políticas que variam, mas não dispomos de uma política central nascida de uma compreensão do conjunto.

No passado, a religião cumpria essas funções de interpretação e integração. Nos velhos tempos, a religião exercia um papel estabilizador; agora voltamos a ela para que nos assista durante a transição. Isto significa que os nossos dirigentes religiosos devem manter-se a par das transformações do mundo, e construir sua visão e sua política mundial sobre uma intuição e uma compreensão intelectual mais profundas. Em vista da nossa necessidade de harmonia, sua interpretação não deverá ser tão extremista que destrua o equilíbrio psicológico e o sentimento de segurança durante a transição.

Assim, além do seu sentido interno, na época que temos pela frente, a religião dinâmica terá três funções principais na ordem social: 1) fazer o diagnóstico da sociedade em transição; 2) concentrar a atenção nos assuntos importantes; e 3) integrar o comportamento humano nos diferentes níveis da vida social. *

* N. dos Coordenadores:

Aqui termina o manuscrito; contudo, há indicações de que o autor propunha-se a estudar mais pormenorizadamente a função integradora de uma religião progressista.

NOTAS

CAPÍTULO 13

O PENSAMENTO, A FILOSOFIA, A RELIGIÃO E A INTEGRAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

1. Sobre a função conservadora do clero no mundo moderno, ver Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tuebingen, 1925), cap. XI, 'Staat und Hierokratie', pp. 807 e seg. Para uma discussão dos conflitos de valores entre a religião e vários tipos de processos racionalísticos, ver *From Max Weber: Essays in Sociology*, trad. H. H. Gerth e C. Wright Mills (Nova Iorque, 1946), cap. XIII, 'Religious Rejections of the World and Their Directions', pp. 323-59. Para uma sugestiva crítica de Max Weber por um socialista religioso, ver Gerhard E. O. Meyer, 'The Religious Socialist in the World Crisis', *The Journal of Liberal Religion* (Chicago, Inverno e Primavera, 1942), vol. III, n.ºs 3 e 4.
Cf. também Jaspers, Karl, *Der Philosophische Glaube* (Munique, 1948).
Niebuhr, Reinhold, *Christianity and Power Politics* (Nova Iorque, 1941).
Idem, *Moral Man and Immoral Society* (Nova Iorque, 1932).
Idem, *The Nature and Destiny of Man* (Nova Iorque, 1941).
Philip, André, *Le Christianisme et la paix* (Paris, 1933).
Wach, Joachim, *Sociology of Religion* (Chicago, 1944). (Extensas e compreensivas bibliografias.)
2. Burke, Edmund, *Reflections on the French Revolution*.
3. Cf. cap. 5, parte VII, 3.
4. Ver a análise de Karl Jaspers em seu livro *Psychologie der Weltanschauungen* (Berlín, 1925), esp. seu conceito de 'Gehäuse', pp. 304-26. Ver também o conceito de Walter Lippmann sobre os 'estereótipos' em seu livro *Public Opinion* (Nova Iorque, 1922; Pelican, 1946), parte III, pp. 59-127.
5. Cf. a distinção de Durkheim entre solidariedade 'orgânica' e 'mecânica', *The Division of Labor in Society* (Nova Iorque, 1933).
6. Ackerknecht, Erwin H., 'Psychopathology, Primitive Medicine and Primitive Culture', *Bulletin of the History of Medicine* (junho, 1943), vol. XIV, n.º 1, esp. pp. 30-35.
Merton, Robert K., 'The Sociology of Knowledge', *Twentieth Century Sociology*, org. por Gurvitch e Moore (Nova Iorque, 1945), pp. 369 e seg.

Plessner, Hellmuth, *Das Schicksal des deutschen Geistes im Ausgang seiner bürgerlichen Epoche* (Zurique, 1935), esp. pp. 120-34.

7. Citado por F. Zweig, *The Planning of Free Societies* (Londres, 1942), p. 242.

8. Cf. as observações do jovem Marx sobre 'moralidade burguesa', Marx-Engels, *Gesamtausgabe*, 1.^a parte, vol. 5, pp. 162, 163.

9. Fromm, Erich, *Escape from Freedom* (Nova Iorque, 1941).

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

ÍNDICE ANALÍTICO

- ABSOLUTISMO**, 48, 150-1, 152, 200, 208.
Adams, Sir Ronald, 95, 126.
Agar, Herbert, 215.
Agir, decisão de, 208.
Agora, 29.
Agressão (espírito agressivo), 249.
Alemanha, 43, 45, 52, 54, 75, 83, 122, 126, 142 - n. 24, 161, 208, 213-4, 324, ver também **Nazismo**.
Amor-próprio, 394-5.
Análise, 376.
Anarquismo, 67, 69, 264, 371.
Anarquista, ponto de vista, 358.
Ancien-Régime, 171.
Anderson, H. H., 262.
Anomia, 36, 69.
Ansiedades, 23, 93.
 — e o "Eu", 393-6.
 — necessidade de diagnóstico, 396-7.
Antagonismos de classe, 34.
Apatia, 93, 134, 246.
Aptidões, testes de, 124.
Armas modernas, 25, 48, 96-7, 105 - n. 39, 169, 202.
Arregimentação, 152.
Arte, 348.
Assimilação excessiva, perigo de, 134-5.
Associações, 32.
Atômica, bomba, 25, 97, 169.
 — energia, 94.
Atomização, 84.
Autarquia, 46.
Autonomia de organização, 74.
Autonomia (ou governo) local, 155, 186 - n. 12.
Autoritarismo, 232, 263, 269, 272, 296, 297.

BALDWIN, conde, 146 - n. 52.
Balzac, Honoré de, 122.
Barbárie, 307-8.

Becker, Howard, 259 - n. 33.
Bergson, Henri, 274.
Bolsas de estudos, 131, 134, 146 - n. 55.
Bonapartismo, 167.
Borah, William E., 224 - n. 7.
Boulangismo, 167.
British Broadcasting Corporation (B. B. C.), 176, 346.
Brüning, Heinrich, 154.
Buber, Martin, 383.
Bund, membro do, 149.
Burguesia, 151.
Burke, Edmund, 200.
Burns, Delisle, 321.
Burocracia (ver também Inglaterra, Civil Service), 25, 28, 31-2, 63, 65, 66, 76, 126, 170-2, 194, 200-1, 242, 359 - n. 57.
 — controle da, 170-4.
 — prussiana, 171.

CAÇA, equipe de, 77, 87, 120, 260, n. 40.
Cambridge, Universidade de, 131.
Capitalismo, 23, 27, 28, 38, 47-8, 50, 94, 111, 156, 158, 166, 236, 245-6, 251, 297, 341, 344, 381.
 — estrutura da sociedade, 108-10, 121.
 — opinião marxista do, 301-2.
Caráter, 129, 281; ver também **Personalidade**.
 — máscara do, 301-3.
Cartel internacional, 78.
Casos, método de estudos de, (Case-study method), 125.
Castigos, 269, 290 - ns. 15, 17.
Catexis, 83, 386-7.
César, Júlio, 330.
Cesarismo, 167.
Ceticismo, 385-6.
Chamberlain, Neville, 182.
Ciclos econômicos, 28, 161.

- "Cidadão-soldado", 169.
 Cidade-Estado, 220.
 Ciência, 94.
 — social, 233-4.
 Cinema, estrelas de, influência dos filmes, 384, 385.
 Cívica, participação na guerra total, 169, 192 - n. 50.
 Classe, *ver* Classe média, Classe dirigente.
 Classe, antagonismos de, 34.
 Classe dirigente, 108-9, 118-9, 120.
 — currículo, 133-4.
 — lições da experiência russa, 120-3.
 — líderes, *ver* Liderança.
 — perigo de assimilação excessiva, 134-5.
 — reconstituída, 135-6.
 — valores sociais e funções, 131-3.
 Classe média, 48, 109, 199, 201, 59 - n. 8.
 Classes, luta de, 47, 107.
 Clássica, tradição, 133-4.
 Códigos, 35, 167, 190 - n. 39.
 Coerção, 71, 74.
 Collingwood, R. G., 129.
 Comissariado, 175.
 Compensação psicológica, 244-7.
 Competição (concorrência), 27-9, 126-8, 176, 204, 234, 245, 248, 298-9, 306, 388-9.
 — controlada, 299-300.
 — impacto educacional, 248-54.
 — entre iguais e desiguais, 251-2.
 — individual e de grupos, 250.
 — na sociedade planificada, 252-4.
 Comportamento
 — de massas, 212-4.
 — humano, 231-4.
 — ciência do, 234-8.
 — integrado, 261-5, 295-6.
 — responsabilidade, *ver* Responsabilidade.
 — tolerância contra fanatismo, 265-7, 289 - n. 10.
 — nas aulas, 231.
 Compromisso, 204, 265, 266-7, 289, - n. 12.
 Comte, Auguste, 371-2.
 Comunhão, 279.
 Comunicação, 25, 75, 94. *Ver também* Imprensa e radiodifusão.
 Comunidade, 279, 383.
 Comunidade, centros de, 323.
 Comunismo, 37, 44-5, 82-3, 97, 149, 168. *Ver também* Imprensa e radiodifusão.
 — crítica da experiência russa, 107-8.
 — diferenciação baseada no poder, 117-20.
 — esperança utópica do marxismo, 47-9.
 — estrutura da sociedade, 110-2.
 — igualdade desejável e indesejável, 113-5.
 — sobreposição das diferenças de status, 115-6.
 — valor das recompensas graduadas, 112-3.
 Ver também Classe dirigente e Rússia.
 Comunitária, economia, 27-8.
 Comunitário, sentimento, 81-6.
 Comunitário, unidades de poder, 77, 80, 86-90, 152.
 Condicionamento, 114, 301.
 Condottieri, 171, 203.
 Consciência, 280-1.
 Consenso, 34, 36-8, 55, 129, 132, 135-6, 180-3.
 Conservadorismo, 202-3, 392.
 Constituição norte-americana, 149, 200, 215.
 Constituintes, 158.
 Consumo de massa, 164.
 Contrôles centralizados, 25-6, 153-7, 165, 287.
 — cooperativos, 33-4.
 — da economia, 160-7.
 — da estrutura social, 156, 157-60.
 — da imprensa e do rádio. *Ver* Imprensa e radiodifusão.
 — das forças armadas, 167-70.
 — desintegração dos, 30-4.
 — do funcionalismo público, 170-4.
 — do governo, *ver* Sistemas representativos.
 — e política, 149-53.
 Controle da natalidade, 240-1, 284.
 — declínio da natalidade, 240-1.
 Controle e equilíbrio governamentais, 158, 188 - n. 22.
 Conversão, 393.
 Cooley, Charles H., 243, 304, 357.
 Cooperação, 30, 31, 87, 129, 265, 266-7, 389-90.
 — impacto educacional, 248-9.

- na sociedade planejada, 252-4, 260 - n. 38.
- Coordenação, 30-3, 115, 153-4, 231-4.
- democrática, 234-7.
- Corpo político, 64, 150.
- Corporações medievais, 32, 113-4, 141 - n. 13.
- Corporativa, representação, 205-6.
- Corporativismo, 361.
- Côrte Suprema dos Estados Unidos, 154.
- Costume, 231, 232, 379.
- Crianças, 270-1.
- Cultura, democratização da, 335-6.
- Culturais, padrões, 49.
- Czarismo, 108.

- DAVIS, Sir Walford, 346.
- Debates parlamentares, 221-2.
- Deferência mútua, 262, 289 - n. 2.
- Demagogos, 212-3, 382-3.
- Democracia(s), 23, 33-4, 43-4, 48, 92, 94, 131, 135-6, 279-80.
- industrial, 156, 186-7 - n. 14.
- "navais", 168, 169.
- teoria de poder, 67-9.
- Ver também Sistemas representativos.
- Democrático(a) (s), planejamento, 49, 54, 60 - n. 12, 152-3, 235.
- axiomas, 153-7.
- competição, ver Competição.
- controles, ver Contrôles.
- cooperação, ver Cooperação.
- educação, ver Educação.
- liberdade e disciplina, 361-6.
- na Inglaterra, 51-4, 149, 153, 158.
- nova estrutura, 54-7.
- Dependências (colônias), 39 - n. 3.
- Depressão, 161-3, 218.
- Desarraigamento, 83.
- Descartes, René, 380.
- Descentralização econômica, 165.
- Desemprego, 23, 28, 38, 111, 154, 161, 185-6 - n. 8, 219, 235, 257-8 n. 9 343, 353 - ns. 10-11.
- cíclico, 69.
- funcional, 89.
- medidas compensatórias, 162.
- Desiguais, competição entre, 251-2.
- Desintegração, 23-4, 235-6.
- das personalidades, 35-6.
- do consenso e dos laços religiosos, 36-8.
- dos controles cooperativos, 33-4.
- dos grupos de controle tradicionais, 30-1.
- Deslocalização da mente, 379-81.
- Desmistificação (*debunking*), 381-2.
- Despotismo, 168.
- Destrução organizada, 70.
- Determinismo biológico, 47.
- Devolução do poder, 155.
- Dewey, John, 273, 333, 387.
- Dicey, A. V., 55.
- Dinamarca, 286.
- Dinheiro, 301, 360.
- mores do, 245, 247, 342.
- Diplomático, serviço (Inglaterra), 128.
- Direito romano, 166, 170, 190 - n. 36.
- Direito, sociologia do, 278-81.
- Disciplina, 357-62.
- Discussão, 179-80, 221-2.
- Distâncias sociais, 110.
- Distribuição dos cargos públicos "despojos" (*spoils system*), 171.
- Ditadura, 23, 25, 48, 86, 158-9, 188 - n. 20, 202-3, 211-2.
- Domínio, 68, 269.
- Dupla moralidade, 388-90.
- Durkheim, Emile, 35.

- ECONOMIA, sistema misto de controle, 164, 249.
- Econômicos, controles, 160-2.
- medidas de estabilização, 162-7.
- Educação, 24, 25, 74-5, 79, 85, 94, 152, 155.
- aspectos redistributivos da, 330-6.
- democratização da cultura, 335-6.
- democratização da educação, 332-4.
- continuidade do esquema educativo, 322-4.
- de adultos, 285, 318, 328.
- novas tarefas, 324-7.
- do exército britânico, 170.
- e propaganda, 180-2.
- escolas, 75, 182, 232.
- educação para a mudança social, 318-21.
- modernas (Inglaterra), 125.
- novos conceitos, 317-8.
- "públicas" (Inglaterra), 128, 129-30, 132, 146-7 - ns. 49-55.
- secundárias, 125, 131, 146-7 - n. 55.
- técnicas, 125-6.

- interpretação democrática da vida, 321-2.
- progressista, 272-4, 290-1 - n. 24.
- social, 231-4, 237-8, 277.
 - definição, 254-5.
 - e grupos organizados, 242-4.
 - e grupos primários, 238-42.
 - e instituições sociais, 244-8.
 - e mecanismos sociais, 248-54.
 - e relações pessoais, 238-9.
- Universidades, 128-9.
 - necessidade de reforma, 328-30.
 - Universidade popular, 327-8.
- Education Act** de 1944 (Inglaterra), 125, 322.
- Egito**, 97.
- Ego**, 245-6, 264, 273, 275, 294, 304-6, 364.
- Ego**, ideais positivos, 271.
 - e suas ansiedades, 393-6.
- Eleições**, 205, 209-10, 216.
- Emancipação**, 84.
- Émile** (de Rousseau), 272-3.
- Empreendimentos estatais**, 165-6.
- Emprêgo**, pleno, 244, 246, 312, 347, n. 8.
- Empresas** (grandes empresas modernas — **corporate enterprises**), 251-2.
- Equilíbrio de blocos**, 118.
- Equilíbrio dos poderes políticos**, 158, 188 - n. 22.
- Equilíbrio planejado**, 200.
- Equipe de jogo** (time), 357-8.
- Escolas**, ver **Educação**.
- Escolas** (internatos) e "Escolas públicas" (Inglaterra), 128-30, 132, 146 - n. 52.
- Espanha**, 83, 167.
- Espinosa**, Baruch (Bento), 267.
- Espontaneidade**, 240, 273-6.
- Esprit de corps**, 129, 172.
- Estabilidade social**, 111.
- Estabilização econômica**, 161-7.
- Estado**, 63-6, 87, 109, 150, 173, 268, 285, 346, 362, 373, 388.
- Estado liberal**, 151.
- Estados Unidos**, 27, 51, 53, 75, 87, 89, 97, 122, 127, 170, 171, 284, 365.
 - constituição norte-americana, 149, 200, 215.
 - educação, 318, 319, 325, 331.
 - imprensa e radiodifusão, 174-5, 346.
 - padrões básicos de poder, 91.
- planejamento democrático, 149, 158.
- sistema de partidos, 214-9, 384.
- Estalinismo**, 108, 112.
- Estatal**, "paternidade", 240.
- Estratificação**, 114.
- "**Eu**", 305, 346.
- Europa**, 43, 46, 122, 158, 163, 200, 212.
- Exército permanente**, 170.
- Êxito** (sucesso), 123.
- Expansão econômica**, 27, 39-40 - n. 5.
- Expectativa**, nível de, 343.
- Experimentação social**, 207, 225-6 - n. 22.
- Exploração** (em benefício de uma minoria), 46.
- FABRICA**, 24, 31, 77, 87, 182, 243.
- Família**, 284-6, 383.
- Fanatismo**, 265-7, 289 - n. 10.
- Fascismo**, 44-5, 48, 56, 81, 83, 159, 190-1 - n. 40, 206, 299.
 - tendências restritivas, 46-7.
- Federalismo**, no mundo anglo-saxão e na URSS, 87.
- Ferrat**, M. A., 194-5 - n. 57.
- Feudalismo descentralizado**, 68.
- Finer**, Herman, 186 - n. 11.
- Fixações**, 386-7.
- Flexíveis**, políticas, 207.
- Foco de atenção pública**, 179.
- Foguetes mísseis**, 169.
- Folclore**, 334, 376.
- Folclóricos** (costumes e tradições populares), 72, 86, 379.
- Forças armadas**, 24, 31, 40 - n. 13.
 - 77-8, 118, 126, 201, 242, 395.
 - controle das, 167-70.
 - liberdade e disciplina, 357-8, 358-9.
- Forças de grupo**, 23.
- Foreign Office** (Ministério do Exterior, Inglaterra), 128.
- Formalização**, 31.
- França**, 83, 158.
 - organização do exército, 169, 191 - n. 46.
- Franco**, general Francisco, 167.
- Freud**, Sigmund, 271, 308, 381.
- Friedrich**, C. J., 174, 194-5 - ns. 55, 63, 64.
- Friedwald**, E. M., 105, n. 39.
- Fromm**, Erich, 273, 395.
- Frustração**, 332, 341.
- Führer**, 270-1, 359.

- GABINETE** (Inglaterra), 153, 209.
Gesinnung, 268.
Gesunkenes Kulturgut, 334.
 Goethe, J. W. von, 122.
 Governar ou dirigir, arte de, (management), 243.
 Governo, 150.
 Governo da minoria, 24-6.
 Governo (ou autonomia local), 155, 186 - n. 12.
Grammar school ("escola de gramática") Inglaterra, 125.
 "Grande Sociedade", 22, 31, 34, 44, 186 - n. 12, 280.
 Gray, J. L., 332.
 Greaves, H. R. C., 173.
 Green, T. H., 247, 275-6.
 Grupo, experiências de, 231, 257 - n. 5.
 Grupo, forças de, 23.
 Grupos, grandes, ver Organização de massas.
 — concentração do poder em grupos, 77-80.
 — pequenos grupos orgânicos, 109.
 — desintegração dos controles tradicionais, 30-1.
 — deslocamento, 29-30.
 — primários, 238-9.
 — práticas nocivas, 241-2.
 — taxa de natalidade, 240-1.
 Grupo, ou organização estrutural, 78, 150, 157, 187 - n. 18.
 Grupos, interesses de, 204.
 Grupos, relações entre, 150-2, 362.
 Guerra, 31, 37-8, 60 - n. 9, 70, 93-4, 96-7.
 Ver também Armas modernas e Guerras Mundiais, Primeira e Segunda.
 Guerra das Duas Rosas, 31.
 Guerra Mundial, Primeira, 43.
 Guerra Mundial, Segunda, 91, 126, 169, 247.
 Guerra Total, 169, 192 - ns. 50-51.
HARDING, D. W., 262.
Harrow School (Universidade), 146 - n. 52.
 Hegel, G. W. F., 303.
Herrenvolk, 47, 266.
 Hierarquia social, 109, 111.
 Hiller, E. T., 317.
 Hindenburg, marechal-de-campo, Paul von, 168.
 Histeria de massas, 387.
 Hitler, Adolf, 93, 122, 167.
 Holanda, 81.
 Homem financeiramente independente, 286-7.
 Homem-massa, 115.
Homo-economicus, 342, 352 - n. 6.
 Huizinga, J. 345.
 Humanidades (estudos clássicos), 133-4.
ICHHEISER, Gustav, 124, 350 - n. 24.
 Idade Média, 89.
 Idealismo, 254.
 Identificação emocional, 206.
 Igreja, 82, 83, 87, 232, 373, 396.
 Igreja Católica Romana, 82, 118, 103 - n. 29, 378.
 Iguais, competição entre, 251-2.
 Igualdade, 113-5, 297.
 Igualitarismo, 170.
 Imigração, 102 - n. 26, 236.
 Imperialismo, 27, 80, 97, 102 - n. 28.
 Império romano, 96.
 Imprensa e radiodifusão, 25, 75, 152, 195-7 - ns. 66-67-69-75, 333, 346, 385.
 — Comissão Real (Inglaterra), 176, 195 - n. 65.
 — controle de, 174-83.
 — lealdades e consenso, 180-3.
 — liberdade de imprensa, 174-6.
 — natureza da propaganda, 177-9.
 — responsabilidade dos dirigentes da radiodifusão, 176-7.
 — terreno da discussão democrática, 179-80.
 Índia, 97.
 Individualismo, 297-300, 308-9.
 Indústria, controle da, 156, 187 - n. 17.
 Inflação, 219.
 Inglaterra (ou Grã-Bretanha), 21, 46, 55, 75, 78, 81, 86-7, 97, 126, 169, 209, 211, 219, 233, 281, 373.
 — características básicas, 51-4.
 — **Civil Service** (funcionalismo), 170-4.
 — educação, 128-9, 322-4, 328, 333.
 — forças armadas, 168-9, 170.
 — imprensa e rádio, 175-6, 346.
 — padrão básico de poder, 91.
 — planejamento democrático, 51-4, 149, 153, 158.
 — seleção de líderes, 128-31, 133.

- Inibições, 271, 275, 290 - n. 20.
 Insegurança, 93.
 Inspiração, 384.
 Instituições, 72, 73, 76-7, 231-3.
 — colapso, 282-7.
 — descoordenadas, 32.
 — impacto educacional, 244-8.
 — remodelação, 32.
 Integração, 248, 254, 279-81.
 — religiosa, 371-5.
 Intelligentsia, 85, 335.
 Intenção pessoal (*Gesinnung*), 268.
 Interação social, 24, 294.
 Interêsse público, 157.
 Interesses de grupo, 204.
 Investimentos, controle de, 165.
 — públicos e particulares, 163-4.
 Irracionalismo na sociedade de massas, 386-7.
 Itália, 43, 83.

 JACKSON, Andrew, 171.
 James, William, 305, 314 - n. 21.
 Jefferson, Thomas, 202, 223 - n. 5.
 Jesuítas, 118, 378.
 Jôgo, equipes de, 357-8.
 Junker, 172.
 Juntas entrevistadoras, 126.
 Juros, taxa de, 163.
 Justiça social, 49.
 Juventude Britânica, Conselho Consultivo da, 322.
 — Serviço da (Inglaterra), 323-4.

 KAMERALWISSENSCHAFT, 171.
 Kant, Manuel, 262.
 Keynes, J. M., 161.
 Kossuth, Louis, 27.
 Kotschnig, Walter, 343.

 LAISSEZ-FAIRE, 26, 28, 36, 38, 50, 54, 70, 160, 232, 235, 321, 325, 326, 344-5, 372, 373.
 Larga escala (organização em).
 Ver Organização de massas.
 Laski, H. J., 128.
 Lasswell, H. D., 173, 179, 188 - n. 22.
 Lazeres, planejamento dos, 344-7.
 — aspectos redistributivos, 347-9.
 Lealdades, inculcação das, 180-3.
 Lei, 64, 72.
 — ausência da, (anomia), 36.
 Lênine, V. I., 226 - n. 24.
 Leninismo, 108.
 Lessing, G. E., 128.
 Levante armado, 202.
 Liberalismo, 28, 63, 68, 201, 232, 234-5, 268, 306, 344-5, 371, 372.
 — ponto de vista sobre liberdade e disciplina, 359-60, 362.
 Liberdade, 32-3, 49, 201.
 — conceitos contemporâneos, 358-61.
 — de escolha, 363-6.
 — e a ordem social, 63-6.
 — e planejamento democrático, 361-2.
 — em organização de grupo, 357-8.
 — temores da, 395.
 Liberdades, 32-3.
 Lichtenberg, G. C., 263.
 Liderança, 73, 117-8, 122.
 — bases maiores de seleção (Inglaterra), 128-131, 133.
 — métodos científicos, 124-7.
 — métodos coordenados, 127-8.
 — métodos tradicionais, 123-4.
 Liga das Nações, 92.
 Lincoln, Abraham, 226 - n. 24.
 Lindsay, A. D., 262, 265.
 Livre arbítrio, 269, 290 - n. 15.
 Livre desafogo, 69-70.
 Livre empresa, 65, 151, 201.
 Lowe, Adolph, 338-9 - n. 18.

 MACMURRAY, John, 202.
 Manchester Guardian, 175.
 Manipulação (ou controle), 68, 382-6.
 Mannheim, Karl, 190 - ns. 36-7, 194-5 - n. 57, 225-6 - ns. 22, 36.
 Máquina, técnica da, 24.
 Marx, Karl, 27, 85, 107-8, 116, 149.
 — conceito marxista da "máscara do caráter", 301-3.
 Marxismo, 47-9, 107-8, 113, 178-9, 371, 372, 378, 381-2.
 Ver também Comunismo.
 Massa, ansiedades de, ver Ansiedades.
 Massa, consumo de, 164.
 Massa, exército de, (conscrição universal), 168-9, 191-2 - ns. 46, 49, 50.
 Massas, 279-81.
 Massas, organização, ver Organização.
 Massas, persuasão, 133.
 Materialismo histórico, 45.
 Mazzini, Giuseppe, 27.
 Mead, G. H., 303-6, 314 - ns. 17, 18, 19, 20, 346.
 Mecanismos sociais, 248-54.
 Medo, 93, 159, 307.

- Mentalidade de massas, 115, 122.
 Mercantilismo, 171.
 Méritos, sistema de, 171.
 Militar, código de ética, 167, 190 - n. 39.
 Mill, John Stuart, 86, 201, 372.
 Minoria, governo da, 24-6.
 Mísseis, foguetes, 169.
 Monopólio, 28, 86-7, 156-7, 164, 166, 175, 186-7 - n. 14.
 Montesquieu, barão de, 200.
 Montgomery, marechal-de-campo Sir Bernard L., 40 - n. 13.
 Moral, educação, 238.
 Moralidade, dupla, 388-90.
 Mores (costumes), 72.
 — do dinheiro, 246, 248, 342.
 Mosca, Gaetano, 66, 170, 186 - n. 12, 191 - n. 46, 203, 211-2, 226 - n. 26.
 Motivação, 85-6.
 Movimento de educação de adultos (Inglaterra), 326.
 Mudanças tecnológicas, 24.
 Mulheres (mães solteiras), 284-5.
 Mumford, Lewis, 26, 271.
 Murray, H. A., 271.
 Myrdal Gunnar, 244.
- NAÇÃO-ESTADO, 82, 88, 90.
 Nacionalismo, 37, 78, 80, 87, 102 - n. 28.
 Nacionalização, 165.
 Nações Unidas, Organização das, — ONU, 82.
 Navais, democracias, 168, 169.
 Nazismo, 45, 67, 97, 154, 169, 179, 190-1 - n. 40, 253, 344, 353 - n. 12, 386.
 — práticas educacionais, 280.
 Negativismo, 358.
 Negros nos Estados Unidos, 244.
 — crianças negras nos Estados Unidos, 331.
 New Deal ("Nova Política", de F. D. Roosevelt), 154-5.
 Nightingale, R. T., 128.
 Nihilismo, 392.
 Nível de realidade, 178.
 Nível de vida, 161.
 Nivelção, 113.
 Noruega, 81.
 "Nós" (sentimento de, — *we feeling*), 77, 79, 80, 88.
 "Nosso lado melhor", 247.
 Núcleo do partido, 279.
 Nuffield, Lord, 187 - n. 16.
- OBJETIVISMO, 268.
 Obras públicas, 162-3.
 Observer, 175.
 Ocupacionais (ou de emprego), análises, 125-6, 342.
 Oligarquias, 153.
 ONU (Organização das Nações Unidas), 82.
 Opinião pública, 55, 160, 180-3.
 Oposição, 55-6, 207, 226-n. 23, 236.
 Oppenheimer, Franz, 150.
 Orçamento, controle do, 202, 224-n. 7.
 Ordem, definição, 219.
 Organização, autonomia de, 74.
 Organização das massas (ou em larga escala), 24-5, 31, 69, 70, 109, 114-5, 118, 131.
 — falta de coordenação, 31-3.
 — impacto educacional, 242-4.
 — liberdade e disciplina, 357-8.
 Organizações militares particulares (paramilitares), 168, 190-1-n. 40.
 Orientação, 300, 313-4-n. 11, 365.
 Ortega y Gasset, José, 329.
 Ortodoxia, 392.
 Orr, Sir John Boyd, 331.
 Oxford, Universidade de, 128, 131.
- PAIS, 270, 285.
 Países escandinavos, 96.
 Papéis, atribuição de, 303-6.
 Pareto, Vilfredo, 86.
 Parlamentar, representação, 205-6.
 Parlamento (Inglaterra), 153, 204-5.
 Partido Liberal (Inglaterra), 211.
 Partido, núcleo do, 279.
 Partido único (sistema monopartidário), 55, 111, 118, 120, 132, 395.
 Partidos, sistemas de, 56, 109, 211, 214-5, 384. *Ver também* Partido único.
 Patentes, controle de, 156, 186-n. 13.
 Paternalismo, 152.
 "Paternidade" estatal, 240.
 Peckham Health Centre (Centro de Saúde de Peckham, Inglaterra), 323-4.
 "Pedantocracia", 201.
 Pensamento, desmistificação (*debunking*), 381-2.
 — deslocalização da mente, 379-81.

- formas de manipulação do, 382-6.
- organizado, 378-9.
- segmentação das funções intelectuais, 375-8.
- Personalidade democrática, 293 — 309.
 - conceito de Mead, 303-6.
 - conceito marxista, 301-3.
 - duplo aspecto, 308-9.
 - integrada, 293-6.
 - liberalismo e, 306.
 - posições históricas, 293-5.
 - retorno à barbárie, 307-8.
 - desintegração da, 35-6.
 - formação da, 114, 238-9.
- Persuasão de massas, 133.
- Pesquisas de fatos, 377.
- Piaget, J., 262.
- Pilsudski, general Józef, 167.
- "Pioneiros", 28.
- Planejamento, *ver* Democrático, Totalitário.
- Planejamento, organismo de, 219, 227-n. 35.
- Platão, 290-n. 14.
- Plutocracia, conceito de liberdade e disciplina, 360-1.
- Poder, 26-7.
 - abusos e como evitá-los, 92-7.
 - canalizado, 70.
 - concentração em funções 73-5, 159.
 - concentração em grupos, 77-80.
 - do sentimento comunitário, 81-6.
 - domínio do processo, 75.
 - formas básicas, 70.
 - funcional, comunitário e discrepâncias, 86 - 90.
 - nas relações pessoais, 71-2.
 - padrões básicos, 90-1.
 - nas relações internacionais, 91-2.
 - teoria democrática, 67-9.
- Poder, centros de, 158, 168, 183.
- Poder, complexo de, 26-7.
- Poder, diferenciação de, 117-20, 159, 188-ns. 22-3.
- Poder, política de, 67, 95.
- Política, 50-1, 377-8.
 - controles institucionais, *ver* Contrôles.
 - partidária, 218-9.
 - planejamento preventivo, *ver* Planejamento democrático
- Políticas, decisões, 220-2.
- Políticos, 150.
- Populações, aumento de, 24, 39-n. 1.
- Portugal, 81.
- Posições-chave, 26, 163.
- Positivismo, 305.
- Pragmatismo, 225-6 - n. 22, 305.
- Preços, controle de, 165, 244.
- Pressão, grupos de, 34, 155, 164, 204.
- Pressões e dificuldades (stress and strain), 95-7.
- Primogenitura, 73.
- Produção máxima, 156.
- Progresso social, 22, 28.
- Propaganda, 25, 46, 75, 86, 117-8, 212, 383.
 - educacional, 181-2, 240, 385.
 - natureza da 177-9.
 - radiofônica, 177.
- Propriedade, 158, 166, 190-ns. 35, 36, 37.
 - privada, 27-8, 108, 110, 166.
- Protestos literários, 144-n. 36.
- Proudhon, P. J., 278.
- Prussiana, burocracia, 171-2.
- Psicologia, 376.
- Psicológica, compensação, 245-8.
- Psíquica, coerção, 71, 74.
- Pudor excessivo, 381.
- Puritanismo, 293-4.
- RAÇA, 46.
- Racionalidade, 78-9, 200.
- Rádio, *ver* Imprensa e radiodifusão.
- Rádio do Noroeste Alemão, 196-n. 69.
- Razão (ratio, intelecto), 274.
- Read, Herbert, 262, 348.
- Realidade, nível de, 178.
- Realismo, 95.
- Recompensas, 112-3, 270, 290-n. 17.
 - graduadas, 112-3.
 - monetárias, 244-5.
- Reforma, 51-4.
 - novos padrões, 54-7.
- Regionalismo, 80.
- Registros escolares, 124-5.
- Regresso ao comportamento de massas, 213, 214.
- Reintegração, 231.
- Relações pessoais, 264, 383.

- poder, 71-2, 76-7.
- significado educativo, 238-9.
- Relativismo, 392.
- Religião, 36-8, 45-6, 71, 396-7.
 - conversão, 393.
 - integração, 371-5.
- Rendimentos, diferenças de, 112-3.
- Reparações, 219.
 - política de, Versalhes, 154.
- Responsabilidade, 267-9, 389.
 - aspectos objetivos, 276-8.
 - consistência, 281-2.
 - normas, 278-81.
 - aspectos subjetivos, 269-76.
 - Führer e pai, 270-1.
 - teorias do superego, 271-3.
 - "treinamento para a espontaneidade", 273-6, 304.
 - atribuição de, 207.
 - cívica, 206.
 - colapso das instituições, 282-7.
 - homem financeiramente independente, 286-7.
 - propriedade, 282-4.
 - treinamento familiar para, 284-7.
 - coletiva, 95.
 - pública, 206-7.
- Revolução, 70.
 - social, 159.
- Revolução Industrial, 24, 31, 52, 347.
- Ritual, 263, 289-n. 8.
- Romantismo, 274.
- Rotação nos cargos, 207.
- Rousseau, Jean Jacques, 86, 200, 205, 208, 215, 220, 272-3.
- Rússia, 24, 46, 48, 52, 78, 87, 122, 159, 166, 248, 284, 324, 365.
 - líderes (dirigentes), 131.
 - membros do partido, 119, 142-3-n. 25.
 - padrões básicos de poder, 90-1.
- Ver também Comunismo.
- SABOTAGEM, 86.
- Saint-Simon, conde de, 225-n. 22.
- Salários, contrôles, 165.
 - diferenças, 112-3.
- Sanções, 72, 75, 269.
- Schiller, Ferdinand, 122, 226-n. 24.
- Schurz, Karl, 27.
- Sectarismo, 279-80.
- Segregação habitacional (em pequenos apartamentos), 323.
- Seinsverbundenheit, 276-7.
- Senilidade, 263.
- Sentimento comunitário, 81-6.
- Serviço público, 152.
- Serviço Seletivo do Ministério da Guerra (War Office Selection Board), Inglaterra, 126.
- Serviços, Estado de, 152.
- Sexualidade infantil, 275.
- Shaftesbury, Lord, 289-n. 10.
- Shakespeare, William, 122.
- Shils, Edward A., 68.
- Simon, Lord, 146-n. 55.
- Sindicalismo, 118, 121, 205-6, 361, 371.
- Sindicato, Congresso dos, Inglaterra, 186-7-n. 14.
- Sindicatos trabalhistas (Trade Unions), Inglaterra, 69, 117, 164.
- Sistema bipartidário, 216-8.
- Sistema misto (contrôle da economia), 164, 248.
- Sistemas representativos, limitações históricas, 199-201.
 - defesas, 202-3.
 - função do sufrágio, 209-14.
 - papel de partidos, 214-20.
 - qualidades, 203-6.
 - transformação da vontade popular em decisões políticas, 220-2.
- Smith, Adam, 86.
- Sociabilidade, 279-81.
- Sociais, estudos, 133-4.
 - forças, 203-4.
 - técnicas, 183.
 - e complexo de poder, 26-7.
 - e governo das minorias, 24-6.
- Socialismo, 23, 37, 68, 82, 180, 226-n. 24.
- Socialização, 308-9.
- Sociedade, 63-4, 66, 68-9, 72, 364-5, 394.
 - manipulação da, 158, 188-n. 19.
- Sociedade medieval, 26, 29, 32, 123, 220, 327.
- Sociedade sem classes, 107, 108, 118.
- Sociedades secretas, 131.
- Sócrates, 378.
- "Soldado, cidadão", 169.
- "Soldados perenes", 168, 191-n. 41.
- Solidariedade de grupos, 82-3.
- Spoils system (Distribuição dos cargos públicos 'despojos'), 171.

- Stakhanovistas**, 112.
Stalin, José, 119.
Status, 263, 394.
 — *estratificação*, 114.
 — *na sociedade democrática*, 296-7.
 — *sobreposição das diferenças*, 116.
Stein, Lorenz von, 225-6-n. 22.
Subsídios (auxílios aos desempregados), 162, 189 - n. 30, 235.
Sucesso (êxito), 123.
Suécia, 81.
Sufrágio, 34, 209-14.
Suíça, 81.
Sumner, William G., 71.
Superego, 271-3, 308-9.
Supergrupo, 118.

TAREFA POLICIAL, 77.
Tawney, R. H., 360.
Técnica da máquina, 24.
Técnica social, 183.
Tecnologia, 26, 28, 75, 94.
Tennessee Valley Authority (TVA), 155, 163, 186-n. 11.
Tensões (tendências, pressões), 83, 96.
Terceira Posição, 57, 67, 127, 159, 162, 164, 167, 232, 234, 247, 321, 326, 342-3, 346, 358, 359, 361, 372, 373.
Terrorismo, 93.
Testes, 331.
Times, 175.
Timotrópica, sociedade, 67.
Tiranía, 203.
Toennies, Ferdinand, 190-n. 36.
Tolerância democrática, 265-7.
 — *religiosa*, 373.
Totalitário, planejamento, 44-6, 49-50.
 — *comunismo*, 47-9.
 — *fascismo*, 46-7.
Totalitarismo, 55, 86, 118, 121, 152-3, 179, 208, 232, 235, 240, 247, 264, 271, 274, 345-6, 384, 395.
 — *ponto de vista sobre liberdade e disciplina*, 359.
 — *sociedade de massas*, 279.
Trabalho, 272.
 — *incentivos e recompensas*, 111-3, 341-4.
 — *intelectual*, 343-4.
Trade Unions, e Congresso das, *ver* Sindicatos trabalhistas.
Tradição, 23, 30-1, 35, 123-4, 233, 379.
 — *clássica*, 133-4.
 — *ocidental*, 122.
Transação (*bargaining*), 204.
Transformações (mudanças), 21-3, 68, 391.
Tribalismo, 80, 150.
Tributação (impostos e taxas), 158, 388.
 — *redistributiva*, 165, 244, 246.
Trotsky, Leon, 119.
Trotsquismo, 108.
Trusteeship (comissários públicos), 175.

União Soviética ou URSS. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), *ver* Rússia.
Universidade, *ver* Educação.
Urbanização, 83, 345.

VALORES, 231, 390-3, 257-ns. 1-2.
Veblen, Thorstein, 132.
Verdade, 373.
Versalhes, Tratado de, 154.
Vestfália, Tratado ou Paz de, 92.
Vida Comercial (ou mundo dos negócios), 281-4, 395.
Vida, nível de, 161.
Vida pública, 150.
Vitoriana, época, 245, 272.
Volonté générale (vontade popular), 205, 209.

War Office Selection Board (Serviço Seletivo do Ministério da Guerra), Inglaterra, 126.
Warner, Lloyd, 317.
Weber, Max, 80, 119, 172, 190-n. 36, 293.
Weimar, República de, 75, 168, 172, 216.
Weltanschauung, 326, 339-n. 18.
WHA., Radiodifusora da Universidade de Wisconsin, 346.
Whitehead, A. N., 243.
Williams, G., 174.
Wisconsin, Universidade de, 346.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO, por Adolph Lowe	7
NOTA sobre a obra de Karl Mannheim, por Ernst K. Bramstedt e Hans Gerth	9
PREFÁCIO	17

PRIMEIRA PARTE

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

1. <i>Principais sintomas da crise</i>	21
I. As novas técnicas sociais favorecem o govêrno das minorias	24
II. As novas técnicas e o complexo de poder	26
III. Da economia comunitária aos monopólios, por meio da livre competição	27
IV. Deslocamento dos pequenos grupos auto-regulados	29
V. Desintegração dos grupos de contrôle tradicionais	30
VI. Fracasso da coordenação em larga escala	31
VII. Desintegração dos contrôles cooperativos	33
VIII. Efeitos desintegradores do antagonismo de classe	34
IX. Desintegração das personalidades	35
X. Desintegração do consenso e dos laços religiosos	36
Notas	39
2. <i>Respostas alternativas à situação</i>	43
I. As respostas totalitárias	44
II. O pessimismo fascista	46
III. A esperança utópica do marxismo	47
IV. Rumo ao planejamento democrático	49
V. A nova estrutura emergente	54
Notas	59

SEGUNDA PARTE

A PLANIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA E AS
INSTITUIÇÕES EM PROCESSO DE MUDANÇA

3.	<i>Acêrca do poder — Um capítulo de sociologia política</i>	63
I.	A liberdade e a ordem social	63
II.	Rumo a uma teoria democrática de poder	67
III.	As três formas básicas do poder	69
IV.	O poder nas relações pessoais	71
V.	A concentração do poder nas funções	73
VI.	Lições significativas	75
VII.	A concentração do poder em grupos	77
VIII.	A natureza e o poder do sentimento comunitário	81
IX.	Discrepâncias entre o poder comunitário e o funcional ...	86
X.	Padrões básicos de poder na atualidade	90
XI.	Padrões básicos de poder nas relações internacionais	91
XII.	Abusos de poder e como evitá-los	92
	Notas	99
4.	<i>A classe dirigente na sociedade capitalista e na comunista</i> ..	107
I.	Crítica da experiência russa	107
II.	A estrutura da sociedade capitalista	108
III.	A estrutura da sociedade comunista	110
IV.	Valor das recompensas graduadas	112
V.	Igualdade desejável e indesejável	113
VI.	Sobreposição das diferenças de <i>status</i>	115
VII.	A diferenciação baseada no poder	117
VIII.	Lições da experiência russa	120
IX.	Métodos para a seleção de líderes	123
X.	A seleção científica e suas limitações	124
XI.	Métodos coordenados de seleção	127
XII.	Ampliação da base de seleção (A situação na Inglaterra)	128
XIII.	Valor social das funções executadas pela classe dirigente	131
XIV.	Humanidades ou estudos sociais?	133
XV.	O perigo da assimilação excessiva	134
XVI.	Funções de uma classe dirigente reconstituída	135
	Notas	137
5.	<i>A reforma da política</i>	149
I.	A política e os controles institucionais	149
II.	Axiomas sobre a política de planejamento preventivo	153
III.	O controle da estrutura social	157
IV.	Contrôle da economia	160

V. O contrôle das forças armadas	167
VI. O funcionalismo público	170
VII. Contrôle democrático da imprensa e da radiodifusão	174
Notas	185
6. <i>Contrôle democrático do govêrno numa sociedade planejada</i> ..	199
I. Limitações históricas das idéias democráticas modernas ..	199
II. Duas defesas obsoletas da democracia	202
III. Nove qualidades do govêrno representativo	203
IV. O processo democrático	208
Notas	223

TERCEIRA PARTE

HOMENS NOVOS, VALORES NOVOS

7. <i>Do costume à ciência social</i>	231
I. A idéia da educação social	231
II. A nova ciência do comportamento humano	234
III. Relações pessoais, grupos primários e sua importância para a educação	238
IV. Os grupos organizados e o seu impacto educacional	242
V. Algumas instituições sociais e sua influência educativa ..	244
VI. Alguns mecanismos sociais e seu impacto educacional: a competição e a cooperação	248
Notas	257
8. <i>O padrão do comportamento democrático</i>	261
I. O conceito do comportamento integrador	261
II. Aspectos subjetivos da responsabilidade	269
III. Aspectos objetivos da responsabilidade	276
IV. O colapso das velhas instituições	282
Notas	289
9. <i>O padrão da personalidade democrática</i>	293
I. Padrões históricos do desenvolvimento do caráter	293
II. O ideal da personalidade e do comportamento democráticos ..	295
III. A personalidade democrática refletida na filosofia democrática	300
IV. A ameaça do retorno à barbárie	307
V. O aspecto dual do personalismo democrático	308
Notas	311

10. <i>A educação como trabalho de base</i>	317
I. Um conceito mais amplo da escola e das suas tarefas	317
II. A educação para a mudança social	318
III. A interpretação democrática da vida	321
IV. Continuidade do esquema educativo	322
V. As novas tarefas da educação dos adultos	324
VI. As tarefas de uma Universidade popular	327
VII. A necessidade da reforma da Universidade	328
VIII. Alguns aspectos redistributivos da educação democrática ..	330
Notas	337
11. <i>Trabalho e lazer</i>	341
I. Incentivos e recompensas do trabalho	341
II. A procura do lazer	344
III. Os aspectos redistributivos do lazer	347
Notas	351
12. <i>A disciplina da liberdade</i>	357
I. Liberdade e disciplina na organização dos grupos	357
II. Conceitos contemporâneos de liberdade	358
III. Liberdade e disciplina sob o planejamento democrático ..	361
IV. Liberdade de escolha numa era de planejamento	363
Notas	367
13. <i>O pensamento, a filosofia, a religião e a integração da ordem social</i>	371
I. A integração religiosa numa sociedade dinâmica	371
II. O dilema do pensamento na sociedade moderna	375
III. O dilema da existência humana na sociedade moderna ..	386
Notas	399
Índice analítico	401

BIBLIOTECA
INST. DE FILOS. E CIÊNCIAS HUMANAS

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DAS EDIÇÕES
LOYOLA - R. VERGUEIRO, 165 - FONE: 278-0304 - SÃO PAULO